

MARIA DE FÁTIMA DA COSTA OUTEIRINHO

**O Folhetim em Portugal no Século XIX:
uma nova janela no mundo das letras**

PORTO

2003

MARIA DE FÁTIMA DA COSTA OUTEIRINHO

**O Folhetim em Portugal no Século XIX:
uma nova janela no mundo das letras**

Dissertação para doutoramento em Letras, especialidade em Literatura Comparada,
apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto

PORTO

2003

À minha Mãe

Um percurso de trabalho, um percurso de vida, faz-se com os outros que se cruzam connosco, que nos acompanham. A dissertação, que agora se apresenta, é disso sinal: resulta de um empenhamento pessoal sem dúvida, mas resulta igualmente de contributos distintos, ora claros ora discretos, por parte de todo um conjunto de pessoas. Quero pois lembrar aqui e agradecer as palavras, os gestos daqueles que comigo caminharam ao longo destes anos.

Ao Professor Doutor Ferreira de Brito, quero agradecer a partilha do saber, a ajuda certa no momento preciso, a disponibilidade amiga, dialogante, atenta e perspicaz, mesmo em tempos difíceis, na orientação desta tese. Quero agradecer ainda a confiança no meu trabalho, a insistência para que prosseguisse, o exemplo de perseverança e de gosto pela vida.

Aos Professores Doutores Arnaldo Saraiva, Maria de Fátima Marinho e Maria Isabel Pires de Lima, quero deixar uma palavra de gratidão pelos livros que gentilmente puseram à minha disposição e ainda pelas palavras de incentivo à prossecução da investigação.

À Professora Doutora Elza Miné, agradeço o diálogo frutuoso em torno da crónica e do periodismo português e brasileiro.

À D. Teresa Cruz e ao Dr. Paulo Oliveira, agradeço a generosidade que me permitiu manusear, sem prazos, obras das suas bibliotecas que tão importantes foram para mim. Muito obrigada também a Orízia e Francisco Alinho.

À Fundação Gomes Teixeira, agradeço a bolsa de investigação concedida nos anos lectivos de 1991-1992 e 1993-1994.

Ao meu cunhado, Manuel Morgado, agradeço todo – e foi imenso – o apoio informático imprescindível na execução do volume de Anexos. Obrigada São e Ana pelo tempo que ele não passou convosco.

À Ana Paula Coutinho Mendes, Isabel Morujão, Lurdes Sampaio, Maria José Moutinho Santos, que comigo trocaram saberes e cumplicidades de afecto, quero agradecer com um abraço apertado.

À Ana Luísa Amaral e ao Patrick Bernaudeau, agradeço a resposta pronta quando precisei de ajuda e a todos os colegas que de um modo ou de outro me animaram a prosseguir também estou grata.

À minha família e aos amigos que souberam esperar, um simples, mas afectuoso obrigado.

À minha Mãe, esteio sólido de tantos anos, agradecer não é bastante.

Aos meus filhos, Marta, Clara e Tomás, agradeço o amor e a animação que trouxeram à minha vida. Uma palavra em especial para a Marta: obrigada pela tua paciência e impaciência que me ajudaram a avançar.

Ao Rafael, agradeço as palavras, os silêncios, os gestos de apoio na sombra que me permitiram chegar ao fim.

Índice

I Volume

1. INTRODUÇÃO	8
2. PARA UMA HISTÓRIA DO FOLHETIM	17
2.1. Génese do folhetim: um fenómeno de vocação caleidoscópica	19
2.2. Advento da figura do folhetinista	42
2.3. O público do folhetim	53
3. A CRÓNICA-FOLHETIM: caracterização de um género	59
3.1. Género fácil ou a escrita da superficialidade	62
3.2. O género e a sua reflexão metalinguística	74
3.2.1. A entidade autoral no discurso sobre o folhetim	79
3.2.2. Objecto e estratégias discursivas na crónica-folhetim	96
3.2.3. Discurso da crónica-folhetim sobre o seu leitor	107
3.2.4. O registo da própria história na crónica-folhetim	116
3.3. Da efemeridade da crónica-folhetim à perenidade do livro	127
3.4. Da possibilidade de multiplicação de crónicas	154
3.4.1. A crónica de viagem	156
3.4.2. A crónica de vilegiatura	198
4. A MULHER NO FOLHETIM	215
4.1. Imagens da mulher no folhetim	216
4.2. A mulher leitora	275
4.3. A mulher autora portuguesa	298
4.3.1. Na crónica	312
4.3.2. Na poesia	318
4.3.3. Na escrita de memórias	332
4.3.4. Na ficção	336
4.3.5. Na tradução	354
4.4. A mulher autora estrangeira	358
5. Conclusão	369
Bibliografia	373

II Volume

Anexos

(...) a Idade do Folhetim. Nomes como este são bonitos, mas perigosos, e induzem-nos sempre em considerações injustas sobre qualquer estado passado da vida humana, tanto mais que a Idade do Folhetim de modo nenhum era desprovida de espírito nem muito menos pobre de espírito.

Hermann Hesse

Et maintenant, Feuilleton mon ami à l'oeuvre. (...)sois méchant si tu veux (...), soi gai si tu peux (...), sois franc si tu l'oses (...), sois amusant si tu sais (...), sois varié, il le faut, tu as tes entrées partout, dans le passé et dans le présent, en haut et en bas, à droite et à gauche; tu as le droit de mettre des habits de toutes formes et de toutes couleurs (...); tu peux être grave ou plaisant; tu as le droit de parler de Chateaubriand, et tu es forcé de parler du plus infime vaudevilliste; ton empire est immense, va donc, ouvre tes assises, prends tes pinceaux, embouche ta trompette, écoute aux portes, regarde aux fenêtres, entre partout, et après cela juge, peins, raconte, enseigne et vit en guerre.

Frédéric Soulié

1. INTRODUÇÃO

O contacto próximo que, desde há largos anos, vimos mantendo com o mundo do periodismo oitocentista, através de diversos trabalhos de investigação ligados às relações culturais Portugal-França, familiarizou-nos com um suporte impresso que, pelo seu rápido desenvolvimento e maior capacidade de difusão, não pode ser esquecido enquanto veículo cultural portador e formador de ideologia e cujo espectro abraça diferentes camadas sociais e ultrapassa barreiras geográficas: a imprensa periódica, mediador de peso no campo das trocas culturais.

Familiarizou-nos ainda com um espaço gráfico quase omnipresente nos jornais diários do século XIX e, com raras excepções, com honras de primeira página: o folhetim, janela no mundo das letras. Alguns desses textos aí publicados constituíram para nós elementos preciosos enquanto sintoma e reflexo da recepção de um autor, de uma literatura e mesmo de uma cultura como a francesa, no mundo cultural português em situação periférica no polissistema europeu da época.

Assim, pouco a pouco, fomos traçando um projecto de abordagem de um *corpus* que se mostrava extremamente promissor pela variedade textual e pela enorme carga informativa que encerrava e que poderia contribuir, por exemplo, para a história da escrita e das leituras em Portugal nesse século, para a detecção da formação e difusão da cultura literária de então, para o apuramento da acção do estrangeiro numa literatura e cultura nacionais, na medida em que funciona como domínio privilegiado das relações entre sistemas literários diversos através de um processo de recepção catalisadora, para o desvelamento dos agentes culturais e, claramente, para um melhor conhecimento, no pós-advento do Liberalismo, da formação do campo literário¹ oitocentista com uma *praxis* literária fortemente assente no periodismo.

Cedo porém nos apercebemos do carácter hercúleo de tal empreendimento: a escassez de estudos-base, em Portugal, no domínio da história e da sociologia da leitura, o desenvolvimento do periodismo no século XIX – e que redundou numa vasta proliferação de jornais e revistas, tantas vezes de duração efémera –, a diversidade que

¹ Na acepção conferida por Pierre Bourdieu e trabalhada em *Les Règles de l'Art. Génèse et Structure du Champ Littéraire* (1992), por exemplo.

caracterizava a produção vinda à luz no folhetim, a presença na folha de quase todos os autores que marcaram a vida cultural dessa época e, concomitantemente, um surto abundante de pretendentes a literatos², o espaço ocupado pelo autor estrangeiro e, em filigrana, a emergência de modelos franceses na constituição desse espaço folhetinesco. Que rota escolher num oceano aparentemente já tão navegado, mas tão pouco explorado de um modo sistemático e em profundidade³?

Desde logo haveria que lutar contra a tendência avassaladora para tudo reduzir ao romance-folhetim. Haveria pois que eliminar equívocos e tratar do continente e do respectivo conteúdo, a ultrapassar largamente o domínio do universo romanesco, o que significaria passar pela génese do folhetim enquanto rubrica periodística. Haveria também que trazer à luz todo um conjunto de agentes caídos no esquecimento e que marcaram a vida cultural de então, face ao lugar de relevo que um restrito grupo de personalidades logrou conquistar, sem enveredar no entanto pela discussão supérflua em torno de autores *majores* e autores *minores* ou de uma cultura de elites e de uma cultura popular que se nos afigura, no vertente caso, sem pertinência, atendendo a que autores e leitores partilham um espaço social similar. De resto, em nosso entender, o facto cultural deve escapar a uma valoração prestigiante ou minorizante. O que importa no seu estudo é reconhecer a função que tem num determinado tempo e lugar e estar atento, quando se verifica a circulação de factos culturais de um para outro sistema cultural, à possível manutenção ou mudança de função dentro do novo contexto. Importa ainda ter a noção de que não se pode falar em abstracto da acção de uma cultura face a outra, mas atentar nos veículos humanos dessa acção⁴, e os intermediários, mesmo os mais obscuros, não podem ser esquecidos, pois, à época, também são lidos, seguidos, com frequência até, admirados.

O objecto de linguagem que também é o folhetim, desvela, com clareza, a vida literária oitocentista e era nessa exacta dimensão cultural e não numa abordagem textual estritamente imanentista que importava trabalhá-lo. Não estava em causa distinguir, de

² Há que reconhecer que a informação por excesso ou por defeito constitui obstáculo a transpor para todo aquele que trabalha com o folhetim.

³ A obra de Ernesto Rodrigues *Mágico Folhetim. Literatura e Jornalismo em Portugal* (1998) apresenta-se obviamente como a honrosa excepção que confirma a regra. Trata-se de um estudo precioso não apenas pela reflexão em torno do folhetim, mas pela vasta informação sobre o periodismo oitocentista, estribado na relação próxima entre literatura e jornalismo.

⁴ Cf. Roger Bastide – “Sociologie et littérature comparée”, *Cahiers Internationaux de Sociologie*; Paris, PUF, vol. XVII, 1954, p. 100: “La littérature ne plane pas dans le vide, elle est l’oeuvre d’hommes qui sont liés entre eux par des structures sociales déterminées”.

modo estéril, literatura e paraliteratura⁵, mas ter consciência de que, numa dada época, o discurso se apresenta variável nos seus aspectos formais, ideológicos e pragmáticos e há que reconhecer com naturalidade esse mesmo facto.

A nosso ver, tratava-se de constatar - com as consequências que dessa tomada de consciência adviriam – a existência de um fenómeno que conheceu uma enorme adesão quer por parte da entidade autoral, quer por parte da instância de leitura, desempenhando desde logo um papel considerável na difusão e consumo do texto literário, do objecto impresso, erguendo-se como traço caracterizador da vida literária e cultural oitocentista pelo estreitamento de relações entre jornalismo e literatura. A importância sócio-cultural do folhetim revela-se na possibilidade de o podermos apodar de grande *best-seller* do século XIX, adoptando um critério e uma terminologia próprios do mercado do livro usados nos nossos dias⁶.

Se dúvidas não existiam quanto ao objecto que queríamos trabalhar – o espaço do folhetim – havia porém que seleccionar, de entre todo um manancial de periódicos, aqueles jornais de onde extrairíamos o *corpus* sobre o qual iria incidir o trabalho. Não se tratava de procurar uma utópica exaustividade, mas a possível exemplaridade. Optámos então, num primeiro critério, por um conjunto de jornais publicados em meios urbanos, em especial Lisboa e Porto, na medida em que esses centros populacionais congregam maior número de alfabetizados (e de destinatários) e também maior número de agentes culturais. Jornais diários como o *Periodico dos Pobres no Porto*, *O Nacional*, *O Ecco Popular*, *A Revolução de Setembro*, *O Commercio do Porto*, *O Primeiro de Janeiro* ou *O Diario de Noticias*⁷ foram por nós eleitos. Porém, cedo nos apercebemos que, por reacção especular, a expansão do fenómeno folhetinesco se alastrava a outro tipo de periódicos que não o jornal diário. Assim, um segundo critério a eleger passou pela necessária análise de revistas que reuniam nomes já com poder

⁵ A adopção que fazemos do termo paraliteratura repousa no entendimento da sua maior adequação para integrar todo o facto textual que faz fronteira com a literatura. Designações como literatura trivial, marginal ou contra-literatura induzem, do nosso ponto de vista, a um juízo valorativo ou a uma perspectiva de apequenamento destes factos de linguagem. Face ao período a que nos reportamos e ao *corpus* eleito, concordamos com a posição de Marc Angenot quando afirma: “La littérature et la paralittérature forment un couple indissociable pris dans une relation dialectique que l’histoire nous permet de voir opérer” (*Le Roman Populaire. Recherches en Paralittérature*, Montréal, Presses de l’Université du Québec, 1975, p. 7).

⁶ Como salienta Antonio Gramsci em *Literatura y Vida Nacional*, t. III, Argentina, Editorial Lantaró, 1961, p.124, “Los periódicos son organismos político-financieros y no se proponen difundir las bellas letras ‘en las propias columnas’ si estas bellas letras no hacen aumentar la renta”, procurando conquistar mais assinantes e elevar as tiragens.

⁷ Sempre que a questão se colocou, optámos por conservar a ortografia oitocentista.

simbólico dentro do campo literário nacional bem como toda uma pléiade de neófitos no mundo das letras. A *Revista Universal Lisbonense*, *O Panorama*, *A Semana*, *A Illustração* ou *O Occidente* integraram por direito próprio a lista de publicações a pesquisar. Muitos outros títulos foram ainda por nós consultados como forma de ajuizar da extensão e importância do fenómeno: periódicos de província⁸, periódicos de vida efémera, periódicos com menor número de assinantes, periódicos dirigidos a sectores específicos do leitorado de então. Os textos trabalhados são na sua esmagadora maioria de língua portuguesa, em íntima ligação, porém, com textos de espaços geográficos, linguísticos e culturais estrangeiros, de modo particular o espaço francês. O *corpus* eleito apela para uma perspectiva intercultural que não pode esquecer, em pano de fundo, a existência de um sistema cultural eurocêntrico.

A leitura do texto folhetinesco colocou-nos face a uma questão prévia: a dimensão do estrangeiro na cultura portuguesa. Na verdade, pela sua génese, pelos modelos produtores que o justificam ou pelos autores e obras traduzidas, pela presença de uma linguagem sobre o Outro, o folhetim inscreve no campo literário e cultural português uma clara e forte dimensão de Estrangeiro. O folhetim torna-se um espaço privilegiado que se estriba nas suas relações com o Outro (estrangeiro) e exemplifica, de modo claro, uma constante na história da literatura e da cultura - a de que todo o facto literário e cultural se ergue num permanente processo de relação: relação de um texto com outro(s) texto(s), relação de uma cultura com outra(s) cultura(s). Estava então em causa não tanto o estudo do folhetim português quanto o estudo do folhetim em Portugal porquanto situado não apenas num espaço literário e cultural nacional, mas num horizonte histórico-cultural europeu⁹ e mesmo transcontinental¹⁰. O folhetim no

⁸ Cf. o testemunho de Luiz Filipe Leite – “Estudos Litterarios. A imprensa politica e a imprensa litteraria”, *Archivo Pittoresco*, nº 13, 1857, p. 102: “Como irrefragavel deducção da graphomania d’este tempo, veiu a inundação jornalística invadir os mais pacíficos tegurios. Citam-se hoje em Portugal as terras da provincia que não tem o seu, ou antes os seus periodicos”.

⁹ A Europa não pode de algum modo ser definida como um conjunto de espaços linguísticos e culturais encaixados e parcelarmente entrecruzados?

¹⁰ Tal realidade prende-se igualmente com o mercado do impresso em Oitocentos. Como observa Martyn Lyons, “L’*économie du livre* [e de outros tipos de objecto impresso, acrescentaríamos nós] au XIXe siècle est devenue une *économie internationale* et la France a joué un rôle majeur dans la diffusion à travers le monde de la culture littéraire, alors que le continent européen était lui-même le plus grand producteur et consommateur de l’écrit dans le monde” (*Le Triomphe du Livre. Une Histoire Sociologique de la Lecture dans la France du XIXe Siècle*, Promodis, 1987, p. 67).

sistema de chegada português ergue-se, pois, como exemplo do encontro dialógico na base de todo o facto cultural.

Perante tais constatações, a adopção de uma perspectiva de estudo comparatista, a privilegiar o encontro com o Outro, resultou imprescindível. Com efeito, se o nosso modo de percepção cognitiva assenta já numa atitude comparativa, o próprio funcionamento dos factos culturais induzem à inevitável comparação que se torna então forma de sistematização do objecto em análise. Ora, como relembra Manfred Schmeling, os contactos externos são pressuposto essencial para a compreensão de contextos tipológicos¹¹. Atendendo à diversidade do *corpus*, exigia-se uma perspectiva epistemológica sincrética. O carácter integrador da pluri/transdisciplinaridade, que a Literatura Comparada possui, ergueu-se como uma vantagem inestimável¹². O estudo do género folhetinístico repousa na convicção, que partilhamos com Franca Sinopoli, de que “(...) en el ámbito occidental, el estudio del género en clave comparatista sigue siendo igualmente útil pra trazar los recorridos de aproximación a una idea de la literatura como gran intertexto y al mismo tiempo como una red compleja e implicada en la trama de las otras redes que forman la cultura”¹³ e no entendimento de que “Comparative Literature today, seems to be less a set of practices (e.g., comparing texts in different languages, comparing literary and ‘nonliterary texts’, comparing literature and the others arts) and more a shared perspective that sees literary activity as involved in a complex web of cultural relations”¹⁴.

Do percurso feito na actividade folhetinesca portuguesa de Oitocentos, do contacto com uma vasta produção textual que se auto-reconhece de modelo francês, múltiplos seriam os domínios de pesquisa proveitosa, desde o mais óbvio estudo do romance-folhetim a permitir pensar a função e o lugar ocupados por uma literatura estrangeira traduzida na literatura nacional¹⁵ à reflexão em torno da questão do estímulo e/ou

¹¹ Cf. Manfred Schmeling – “Introducción: Literatura Comparada, aspectos de una metodología comparatista”, *Teoría y Praxis de la Literatura Comparada*, Barcelona/Caracas, Editorial Alfa, 1984, p. 21.

¹² A Literatura Comparada funciona como via frutuosa, pois, como afirma Daniel-Henri Pageaux, apresenta-se como “une arche d’alliance, un outil de compréhension interculturelle” (*La Littérature Générale et Comparée*, Paris, Armand Colin, 1994, p. 40).

¹³ Franca Sinopoli – “Los Géneros Literarios”, *Introducción a la Literatura Comparada*, org. Armando Gnisci, Barcelona, Editorial Crítica, 2002, p. 187.

¹⁴ *The Comparative Perspective in Literature. Approaches to Theory and Practice*, ed. by Clayton Koelb and Susan Noakes, Ithaca and London, Cornell University Press, 1988, p. 11.

¹⁵ Na verdade e como aponta Raymond Vervliet, “A ‘national’ literature is something of a fiction” (“Literary Sociology and Comparative Literature”, *Literature and Society. The*

inibição provocada na emergência do então sintomaticamente chamado *romance original*. Outros foram, no entanto, os caminhos pelos quais decidimos enveredar, abordando questões essenciais relativas à entidade autoral, a uma escrita proteiforme, que o folhetim acolhe e à instância de leitura, corolário imprescindível e justificador do fenómeno.

Num primeiro momento, proceder a uma revisão do estado da questão, afigurou-se-nos fundamental. Na verdade, de modo generalizado, a concepção de folhetim em circulação apresenta-o como sinónimo de romance rocambolesco, interminável e de sabor popular. Reescrever e relembrar a génese do folhetim, secção do periódico aberta ao diverso e habitada por um registo cronístico, era a primeira tarefa. Porém, debruçarmo-nos sobre o aparecimento do folhetim no mundo das letras, significava igualmente reflectir sobre os actores envolvidos neste fenómeno literário e cultural com repercussões tão variadas. Paraphraseando Balzac, dentro da ordem homem de letras e do género publicista, um novo sub-género surge: o folhetinista¹⁶, figura constante no jornalismo oitocentista. O público que o folhetim cria, aumenta, diversifica, fideliza, não podia também deixar de ser objecto de consideração, pois contribui decisivamente para a relação dialógica que sustenta a escrita folhetinesca. O próprio texto cronístico exigia-nos a análise de questões relativas à produção e à recepção. Assim, procurámos equacionar qual o lugar do produtor e do leitor no sistema cultural português. Com efeito, se o fenómeno folhetinesco se prende com uma prática escritural particular, prende-se também com práticas de leitura diversas, mas não exclusivas de dado grupo de leitores: exigirá modalidades de leitura específicas e suscitará ainda determinados efeitos de leitura¹⁷. Subjaz pois ao tratamento desta questão a consideração de que o texto existe pela relação que o leitor estabelece com ele, o que implica um processo hermenêutico, uma leitura dos sinais do texto, do suporte em que circula, à luz não apenas de uma dimensão individual, mas também colectiva que passa pela recepção de um dado texto através de critérios, de parâmetros, em função de um código e de um

Function of Literary Sociology in Comparative Literature, Brussels, PIE Peter Lang, 2001, p. 24).

¹⁶ Cf. Honoré de Balzac – *Monographie de la Presse Parisienne, Les Journalistes*, Paris, Arléa, 1991, p.144.

¹⁷ Como afirma Jean M. Goulemot, “(...) le mode d’écriture produit, ou pour le moins vise à produire, les conditions de sa lecture ” (“Histoire Littéraire et Histoire de la Lecture”, *Histoires de la Lecture. Un bilan de recherches*, Paris, IMEC Éditions, 1995, p. 223).

horizonte de expectativas¹⁸ partilhados com outros leitores, num dado momento e lugar, pelo que a dimensão histórica na nossa abordagem não será ignorada.

Apesar da marginalidade a que, com frequência, é votado, mercê de uma suspeição fundada no seu largo consumo, na sua estrutura tantas vezes serial e/ou estandardizada, o folhetim apresenta-se-nos como objecto de estudo promissor, já que abrange uma parte não negligenciável da produção literária oitocentista de circulação considerável. O estudo do público é essencial quando se equaciona o fenómeno folhetinesco, porquanto o folhetim é clara e explicitamente condicionado pelo público e vive na exacta medida em que é procurado e consumido. Tendo em conta que o folhetim se inscreve e contribui para o desenvolvimento de uma literatura de massas, o seu estudo permite-nos reflectir sobre que leitores e que usos da leitura então se fazem, com a salvaguarda de que, tal como noutros momentos da história do objecto impresso, o contacto com o texto não se dá apenas pela leitura, mas ainda através da sua audição. De facto, a recepção do folhetim inscreve-se também numa cultura e tradição de transmissão oral.

Numa imediata relação de consequência face à génese do folhetim e reconhecendo o espaço vasto que a crónica ocupa no *rés-do-chão* do periódico, intentámos, num segundo momento, uma reflexão genológica a partir do trabalho com o próprio texto cronístico. Acercarmo-nos da produção folhetinesca em Portugal permitir-nos-ia traçar uma poética comparada que privilegia o *intertexte* de que fala Yves Chevrel¹⁹ e que atenta ainda “(...) no tanto en la relación entre el autor y el texto, sino entre este último y los lectores, y entre los textos y sus problemas de transmisión”²⁰. Através de todo um processo metalinguístico que procurámos pôr em relevo, a crónica define-se e auto-valoriza-se, apresenta o seu autor, delimita o seu objecto, retrata e busca o seu leitor, definindo protocolos de leitura. A crónica na sua circulação material persegue por vezes a perenidade. O jogo, no e com o tempo, constituiu também objecto da nossa atenção. O contacto com as múltiplas faces da crónica e, de novo, a dimensão do Estrangeiro que acolhe, levaram-nos a eleger dois modos cronísticos particulares para um estudo mais específico: a crónica de viagem e a crónica de vilegiatura. Receptáculo de imagens

¹⁸ Cf. Hans Robert Jauss – *Pour une Esthétique de la Réception*, Paris, Gallimard, 1978, p. 49.

¹⁹ Cf. Yves Chevrel – *La Littérature Comparée*, 2ème éd., Paris, PUF, 1991, p. 100.

²⁰ Franca Sinopoli – “Los Géneros Literarios”, *op. cit.*, p. 186.

culturais, estes textos cronísticos, trabalhados numa perspectiva imagológica²¹, poderão dar conta de um imaginário social em circulação.

Por fim, considerámos essencial dedicar parte do nosso estudo à presença do feminino no espaço do folhetim. Com a expansão do periodismo e a procura que os periódicos registam em boa parte mercê da rubrica folhetim, o público feminino é com frequência apontado como o maior leitor dessa secção do periódico, numa relação imediata com uma leitura de género que o produto romanesco suportaria. Tratava-se então de averiguar desde logo que relação mantinha a mulher leitora com outros objectos de leitura, como a crónica nas suas diversas metamorfoses, no rodapé do jornal. Cedo nos apercebemos que não era suficiente estudar a leitora. Havia ainda que reconhecer e, por consequência, trabalhar outras formas de visibilidade do feminino no folhetim do século XIX. Assim, tornou-se indispensável relevar representações da mulher, imagens em circulação no discurso oitocentista; tornou-se essencial fazer o registo da presença da mulher no periódico e encetar uma reflexão em torno da mulher tradutora e da mulher autora portuguesa e estrangeira. Nesta etapa de estudo, não estive em causa um tratamento estatístico dessa presença que seria sempre precário, dado o *corpus* escolhido, meramente indicial, e a rarefacção de estudos complementares. Presidiu a esta abordagem, por um lado, a possibilidade de dar conta da difusão, construção ou sedimentação de imagens do feminino facilitadas por um suporte de maior vulgarização e, por outro lado, demonstrar que, através do folhetim, também a mulher pode estar à janela do periódico: ser vista, deixar-se ver, mostrar-se. Consequentemente, o estudo empreendido em torno da mulher no folhetim pretende ser também um contributo para a reescrita da história literária que integre com justiça e justeza a presença feminina.

Tendo em conta o suporte específico dos textos por nós trabalhados – o periódico e, dentro dele, um espaço gráfico circunscrito como o folhetim – e considerando que o texto não existe fora do suporte que o dá a ler, reconhecendo ainda que a actividade de leitura se confronta e é condicionada pela dimensão material do texto, entendemos fundamental a apresentação de uma colectânea de folhetins e reproduções fotográficas de algumas recolhas que nos permitem tomar contacto com as condições físicas

²¹ Seguiremos o contributo teórico dado por Daniel-Henri Pageaux no domínio da imagologia em “Une perspective d’études en littérature comparée: l’imagerie culturelle”, *Synthesis*, VIII, Bucarest, 1981, pp. 169-185 ou “L’imagerie culturelle: de la littérature comparée à l’anthropologie culturelle”, *Synthesis*, X, Bucarest, 1983, pp. 79-88.

experimentadas pelo leitor de então, revelando modos de apropriação do texto e de combate à sua efemeridade. O volume de **Anexos** serve esse propósito.

Uma nota última, nesta etapa preambular, não pode deixar de ser registada: o prazer experimentado pelo olhar em torno do objecto folhetinesco. De facto, o folhetim no periodismo é uma janela para dentro da qual nós podemos gostosa, atrevida, mas também frutuosa, espreitar. Janela para quem habita a morada do periódico e que pode mostrar-se como menina namorada que joga com todas as singelas armas da sedução, dela se divisa a paisagem luxuriante da vida literária e cultural oitocentista e é um pouco dessa paisagem que procuraremos retratar nesta dissertação.

2. PARA UMA HISTÓRIA DO FOLHETIM

Estudar a génese e o devir do folhetim significa tomar contacto e passar a conviver com o fenómeno periodístico no seu todo, o seu pulsar, a sua história, pois a presença do folhetim nas páginas do jornal estender-se-á por mais de um século e reflectirá a evolução e os constrangimentos de vária ordem sofridos pelo veículo hospedeiro ao longo desse tempo. Estudar o folhetim significa estar consciente de que se vai pisar um terreno de areias movediças, desde logo pela falta de especialização que caracterizará uma boa parte dos periódicos de Oitocentos, não apenas porque de tudo podem tratar num mesmo espaço gráfico – e o título de boa parte dos jornais sintetiza e ilustra de forma eloquente essa falta de especialização –, mas ainda porque ser homem de letras, ser escritor, no século XIX, consiste em dedicar-se à escrita que poderá versar uma vasta panóplia de questões e de modos de escrever, em suportes impressos variegados. De resto, é comum o escritor polígrafo e a concepção de literatura então em circulação permanece bastante lata. Se nos nossos dias faz sentido um estudo da figura do *escritor jornalista*

¹, tal facto deve-se grandemente à natureza e papel da figura do literato oitocentista vulgarizados pela imprensa periódica através duma enraizada presença do criador literário no mundo do jornalismo.

Assim, estudar o folhetim significa lidar com o então chamado jornalismo literário² que nos escapa por entre as mãos quando queremos fixá-lo nos seus contornos, significa aceitar, embora com uma postura reflexiva, a co-fusão – confusão – entre jornalismo e literatura³, pelo vai e vem variável mas incessante, no espaço folhetinesco, entre um

¹Referimo-nos ao projecto de investigação do Centre Mauriac da Université de Bordeaux III e de que a revista *Littératures Contemporaines* se fez eco com a publicação das actas de um colóquio realizado sobre essa questão. Cf. *Littératures Contemporaines*, Paris, nº 6, Klincksieck, 1998. Aproveitando a expressão de François Mauriac e salientando a pertença do *écrivain journaliste* a uma espécie híbrida, observa Jean Touzot num dos estudos coligidos na revista: “Pour mériter d’être rattaché à cette espèce bizarre, il ne suffit pas de donner de temps à autre un article à un journal ou d’accorder un entretien entre deux romans. Il faut se sentir une responsabilité devant l’opinion, comme en vertu d’un contrat qui impliquerait régularité et durée” (“Portrait d’un ‘animal très bizarre’: l’écrivain journaliste”, *op. cit.*, p. 10).

² Cf. “Jornalismo litterario”, *Revista Academica: Jornal Litterario e Scientifico*, Coimbra, nº 13, 4 Out., 1845, pp. 197-198. Ao levar a cabo a defesa do jornal literário, faz-se referência, neste artigo, ao jornalismo literário como um “genero de litteratura”.

³ Quando Lopes de Mendonça ou Andrade Ferreira falam - respectivamente em 13 de Agosto de 1846 em *A Revolução de Setembro* e no nº 12 de 1857 do *Archivo Pittoresco* -, de jornalismo literário em Portugal, ambos se debruçam sobre revistas cujo objecto não as confina ao trabalho sobre o fenómeno literário, quase todas elas visando um ensejo de instrução e de divulgação do progresso.

registo jornalístico e um registo literário, até porque com frequência cultivado por um mesmo agente, significa reconhecer que “Nem tudo o que está em livro é literatura. Nem tudo o que está em jornal é jornalismo”⁴.

Lidar com o fenómeno folhetinesco oitocentista é não esquecer a tessitura de relações de interesse que no periódico se estabelecem e que passam pelo uso que o jornal faz do literato já conceituado, solicitando a sua presença de modo a elevar as tiragens, que passam também pela oportunidade que oferece, através do folhetim, de fazer literatos enquanto escola de escrita e tribuna pública⁵. As múltiplas funções que o folhetim exerceu na vida literária e cultural do século e a que o homem de letras se encontrará indelevelmente associado passarão, em graus de prioridade e eleição variáveis, por objectivos de informação, formação e entretenimento que se prendem com a satisfação dos interesses do leitorado, que se prendem também com o modo como o periódico vai sendo encarado pelos agentes culturais e pelos proprietários das empresas jornalísticas ao longo de Oitocentos.

2.1. Génesis do folhetim: um fenómeno de vocação caleidoscópica

⁴ Alceu Amoroso Lima - *O Jornalismo como Género Literário*, S. Paulo, EDUSP-Editora da Universidade de S. Paulo, 1990, p. 57. Contrariando a opinião de André Gide, Alceu Amoroso Lima defende que o jornalismo ao empregar a linguagem verbal com ênfase nos meios de expressão, se integra no território da literatura enquanto literatura de apreciação, enquanto género literário. O historiador José Tengarrinha em *História da Imprensa Periódica Portuguesa*, 2ª ed., Lisboa, Editorial Caminho, “Col. Universitária”, 1989, p. 16, define jornalismo como um “*a latere* da literatura, ou como um seu género menor”.

⁵ Não será por acaso que, ainda no século XX, quando se procede na imprensa a um inquérito em que uma das questões colocadas é se um escritor deve exercer outra profissão, não só a resposta é afirmativa, mas, sobretudo e maioritariamente, se refere a via jornalística como essa outra profissão natural ao homem de letras e etapa propedêutica à criação literária. Cf. artigo acima citado, pp. 10-11.

O folhetim, visto em espécie, é como uma janela abstracta. Tem vidros, moldura de pedra, inclusivamente alguém lá debruçado, que é o folhetinista. Mas por detrás dêle não está quarto nem corredor; para os lados da janela não há parede nem outras janelas ou porta que completem a casa.

Vitorino Nemésio - **Ondas Médias**

A intervenção radiofónica de Vitorino Nemésio, por nós aqui lembrada, aponta, com toda a justeza, para a necessidade basilar de entendermos desde logo o folhetim enquanto espaço gráfico bem delimitado, no interior do universo do periódico. E, se partimos deste ponto de ordem prévio, é porque os contextos linguísticos, em que o vocábulo surge com frequência nos nossos dias, reduzem-no, preferencialmente, e por sinédoque, a uma só acepção: a que se prende com algo de aparência ficcional, com variedade de peripécias, de duração longa ou interminável, e nesta apreciação da temporalidade está tantas vezes inscrito um juízo pejorativo⁶. Remontar a essa natureza física primordial do folhetim torna-se assim imprescindível, pois, na verdade, antes de ser visto como um ou vários modos de escrita e respectiva difusão, ele é, sem dúvida, um espaço gráfico de acolhimento para o homem de letras de Oitocentos. E é, porque se trata em primeiro lugar de um espaço, que encontramos toda uma panóplia lexical configuradora de um espaço físico: o *rés do chão*⁷, *os baixos do jornal*, *o pavimento térreo*, *o andar de baixo* e a *sobreloja*, que são algumas das alternativas sinonímicas usadas para falar de folhetim no século XIX em Portugal.

Quando nos debruçamos sobre a imprensa periódica do século XVIII, damo-nos conta de que ela surge perante os seus leitores como um espaço, em pequeno formato,

⁶ Veja-se o conjunto de exemplos, quer em suporte periodístico quer em suporte livresco, surgidos em Portugal, França ou Espanha, e respigados por Ernesto Rodrigues na primeira parte do seu estudo *Mágico Folhetim. Literatura e Jornalismo*, Lisboa, Editorial Notícias, col. Artes e Ideias, 1998, conjunto claramente ilustrativo do uso e circulação de tal vocábulo. Como síntese elucidativa sobre o folhetim, consulte-se Ernesto Rodrigues - "Folhetim", *Biblos*, vol. II, 1997, pp. 639-644.

⁷ Trata-se da adopção, pela tradução, do termo *rez-de-chaussée* consagrado em França e que conquista o seu valor diferencial, na página do periódico, face ao *premier étage*.

partilhado por diferentes rubricas que vão do evento político à apresentação das novidades editoriais, da agricultura à química, da reflexão filosófica ao texto literário⁸. Domínios que certamente respondem a interesses diversos por parte do destinatário do periódico, revelando a necessidade e o desejo de difusão e recepção de um saber de algum modo enciclopédico. Com a viragem do século, assiste-se à criação de um sub-espço gráfico *a posteriori* comumente apelidado de *rez-de-chaussée* e que se apresenta sob o título de *feuilleton*. A história da génese do folhetim parece-nos então dever ser entendida, desde logo, como a história da independência e circunscricão, no suporte periodístico, de um lugar de escrita que se autonomiza em relação a outras secções e matérias do jornal, acolhendo no seu seio rubricas várias que anteriormente se encontravam dispersas no periódico e que iam para além da notícia ou das novas questões políticas. Na verdade, vejamos como algumas décadas depois da sua criação e implantação no suporte periodístico, o jornal *Le Siècle*, em 1836, apresentava o espaço do folhetim, anunciado com uma regularidade diária: “Cette partie du journal est consacrée à tout ce qui, hors du cercle de la politique, est susceptible d’intéresser le littérateur, le savant, l’artiste, l’industriel, l’agronome, le simple curieux même(...)”; e, em seguida, dava-se conta das principais áreas temáticas que o integrariam, a saber: “Théâtres”, “Littératures étrangères”, “Sciences physiques”, “Beaux-Arts”, “Cours publics, concours académiques”, “Revue étrangères”, “Industrie-Modes”, “Voyages”, “Variétés” e “Mélanges”⁹. Com a autonomização desse espaço de acolhimento de rubricas várias, a imprensa periódica criará ainda uma relação de dependência do leitor face ao jornal precisamente através do folhetim. A comparação de Nemésio continua a funcionar de modo feliz pois o que afinal há de novo é a oferta de um espaço graficamente circunscrito e autónomo que passa a ser identificado e procurado enquanto folhetim.

Ora pretender falar das origens do folhetim em Portugal exige, necessariamente, que se lance um olhar retrospectivo, num primeiro momento, sobre o periodismo francês, no dealbar do século XIX. Na verdade, é em França que podemos registar o surgimento deste fenómeno jornalístico que, tardiamente, alastrará não apenas a

⁸ Lembremos, a propósito, que a ficção está já presente na imprensa periódica, chegando aos seus leitores, com relativa frequência, em episódios. Por consequência, o periodismo respondia, já nessa época, não apenas a uma necessidade de informação, mas também a uma necessidade lúdica, proporcionando um tempo curto de leitura amena.

⁹ *Le Siècle*, juin, 1836.

Portugal, mas à Península Ibérica no seu conjunto. Curiosamente, observe-se desde já que, muito embora de um ponto de vista etimológico o termo folhetim possa provir do castelhano *folletín*¹⁰, certo é que, enquanto espaço periodístico e enquanto acto de linguagem, a génese do folhetim radica num universo francês, facto de algum modo atestado por aqueles que sobre o folhetim falam, no século XIX, ou a ele se entregam tomando por matriz o fenómeno gaulês, sem vislumbre de mediação espanhola¹¹.

Data então do 8 pluvioso, no oitavo ano da República, isto é, do início de 1800, a criação no *Journal des Débats* de um espaço intitulado “Feuilleton du Journal des Débats”, suplemento normalmente composto de quatro páginas e fazendo parte da edição *in folio* do periódico; o responsável pela existência deste suplemento será o Abbé Geoffroy¹² que, durante largos anos, ocupará lugar de relevo no panorama da imprensa francesa de então. Descrito em termos físicos, o folhetim surge como uma secção do jornal, de regularidade variável, que ocupa toda a parte inferior da página numa publicação, encontrando-se o texto distribuído por diferentes colunas. Graficamente, ele é igualmente marcado pela presença de um filete negro que o separa do editorial, de artigos informativos ou de qualquer outra peça jornalística. Coincidindo o seu aparecimento com o aumento do formato do jornal, o primeiro folhetim surge composto por duas colunas, contendo notícias várias, anúncios sobre espectáculos que se irão realizar, informações sobre produtos que se poderão encontrar em certas lojas e estende-se, como referimos, pelas quatro páginas do jornal.

Nos seus primeiros tempos de vida, o “Feuilleton” apresenta-se como “(...)mélange d’articles de critique, de comptes rendus de théâtre, d’éphémérides

¹⁰ Consulte-se António de Moraes Silva - *Grande Dicionário da Língua Portuguesa*, 10ª ed., vol. V, Lisboa, Editora Confluência, 1953, p. 264. Registe-se, no entanto, o matiz da definição que o *Dicionário Etimológico de Língua Portuguesa*, 3ª ed., vol. III, Lisboa, Livros Horizonte, 1977, p. 70, de José Pedro Machado, encerra: “Do fr. Feuilleton (em 1790, como termo de encadernação; o sentido moderno a partir de (1813), parece que com intervenção espanhola”. Para além da proveniência da palavra, diz-se do folhetim no *Dicionário* de Moraes: “Secção literária de um jornal, que ocupa a parte inferior de uma ou mais páginas(...). Fragmento de romance ou novela, publicado dia a dia num jornal”.

¹¹ Apesar da partilha de fronteiras e de experiências histórico-políticas, certo é que, em Portugal, só em meados do século se vão ouvir, com alguma constância, vozes a chamar a atenção para o afastamento literário e cultural entre os dois países peninsulares por parte de uma corrente ibérica. Sobre esta questão consulte-se Victor de Sá – “A ‘geração de 1852’”, *Perspectivas do Século XIX*, 2ª ed., Porto, Limiar, 1976, pp. 214-215.

¹² Eugène Hatin em *Histoire Politique et Littéraire de la Presse en France*, t. VII, Paris, Poulet-Malassis et De Broise, Libraires-Éditeurs, 1861, p. 453, apelida Geoffroy de “le roi du feuilleton”, referindo que foi ele o inventor deste espaço gráfico. Hatin imputa ainda à acção do Abbé Geoffroy a implantação do *Journal des Débats* junto do público leitor.

politiques et littéraires, d’annonces, de charades, de bulletins de modes, de recettes pharmaceutiques ou culinaires, de romances, de chansons, etc.”¹³. Porém, progressivamente, os anúncios vão abandonando o folhetim, surgindo no corpo da página¹⁴, e a crónica dos teatros ou as recensões das novidades editoriais vão ganhando mais espaço no seu rodapé. O folhetim funciona sobretudo como um espaço de divulgação e, progressivamente, de crítica. De facto, e tal como regista Eugène Hatin, o folhetim dos primeiros tempos é sobretudo constituído por anúncios variados e pelo programa dos teatros, pouco lugar conferindo à crítica e à literatura¹⁵, até porque no jornal existe uma secção intitulada “Variétés”, integrando artigos literários ou históricos que veiculam a posição oficial do periódico. Muito em breve, no entanto, publicar-se-ão críticas teatrais e recensões de livros, num espaço que se torna quotidiano e que será bem acolhido pelo público da época, conquistando, deste modo, mais assinantes¹⁶, encontrando-se a génese do folhetim tantas vezes confundida com o exercício da crónica dramática¹⁷. Observemos que, desde o seu início, o folhetim não só responde a uma curiosidade polifacetada do leitor como simultaneamente oferece um espaço de deleite, ocupando um tempo de lazer.

Traço singularizador da história do folhetim é, ainda, a sua condição de espaço livre e aberto. Com efeito, a datar da sua génese, ele apresenta-se enquanto espaço de liberdade, condição e vocação que foi sempre mantendo, ao longo da sua circulação temporal, de um modo mais ou menos marcado, de acordo com a política redactorial seguida por cada periódico e de acordo também com a política governativa tantas vezes de carácter censório¹⁸. Desde o seu aparecimento, o folhetim manifesta-se como um

¹³ *Livre du Centenaire du Journal des Débats*, Paris, 1889, p. 582.

¹⁴ Anos mais tarde, os anúncios invadirão na totalidade a quarta e então última página do jornal.

¹⁵ Eugène Hatin - “Journal des Débats”, *Histoire Politique et Littéraire de la Presse en France*, t. VII, *op. cit.*, p. 442.

¹⁶ Eugène Hatin dá claramente conta da fortuna que o folhetim conquista e, por consequência, todo o jornal, quando refere que “Quoi qu’il en soit, le feuilleton de Geoffroy, ce compte-rendu sans façon, vif, alerte, moqueur, ingénieux, savant, fut de plus en plus goûté, et le Journal des Débats eut bientôt 32,000 abonnés dans cette grande France que lui faisait Napoléon” (*op. cit.*, p. 457).

¹⁷ Cf. Henri Avenel – “La Presse sous le Consulat”, *Histoire de la Presse Française depuis 1789 jusqu’à nos jours*, Paris, Ernest Flammarion, Éditeur, 1900, p. 186: “On sait que c’est à Geoffroy que revient le mérite d’avoir créé le feuilleton dramatique, alors qu’avant lui le bulletin des théâtres était une simple annonce des spectacles du jour, et contenait à peine quelques appréciations”.

¹⁸ De facto, tal como regista Eugène Hatin, *op. cit.*, p. 454, “La liberté, qui n’existait pas à cette époque, pour la presse, dans la partie politique proprement dite, la liberté, qui n’existait plus au premier étage du journal, qu’on nous passe ce terme, se réfugia dans le rez-de-chaussée de Geoffroy. De là elle dit tout ce qu’elle voulut dire, tout ce qu’il fallait dire. Les plus hautes

espaço sem fronteiras - à excepção bem entendido das inevitáveis fronteiras físicas -, um *no man's land* que se converterá, gradualmente, num *every man's land* da república das letras¹⁹, e manifesta-se, de igual modo, como um espaço de acolhimento ao diverso. E porque o folhetim é sempre numa primeira instância um espaço gráfico - e parece-nos importante insistir nesse facto - ele funcionará como espaço eclético, aberto à composição, disponível para receber uma escrita polimórfica. Assim, esse polimorfismo revela-se quando o periódico acolhe não apenas a crónica de espectáculos, como ainda a recensão de livros, a crónica política ou a crónica de viagens, a poesia ou o romance, para tão só referirmos alguns dos rostos sob os quais o folhetim se dará a conhecer ao leitor ao longo da sua história, estreitando as relações entre jornalismo e literatura que suportam as posteriores definições dicionarísticas de folhetim enquanto secção literária do periódico²⁰.

A história do folhetim passa também pela circulação do vocábulo: se, num primeiro momento, ele é então utilizado para nomear o espaço gráfico, rapidamente e através de um processo metonímico, folhetim designará ainda a escrita polimórfica nele acolhida, como historia Alberto Pimentel em *Entre o Caffé e o Cognac*: “O artigo ocupando o lugar do folhetim, chamou-se folhetim”²¹. Funcionando como forma abreviada de *romance-folhetim*, o uso corrente que hoje se faz do vocábulo curiosamente anula, como vimos, a diversidade de manifestações que ele encerrou; o romance-folhetim é tão só a face visível do icebergue que este fenómeno constitui, mesmo sendo uma parte quantitativa, cultural e socialmente importante. Na verdade, o espaço jornalístico que durante cerca de um século permitiu a publicação em episódios de obras de cariz romanesco, encontra-se quase sempre reduzido àquilo que foi uma forma de

questions politiques s’y agitaient, en dépit même du souverain, sous la forme *d’éphémérides politiques et littéraires*, ou sous le prétexte d’une mauvaise tragédie”. Também Georges Weill em *Le Journal. Origines, Évolution et Rôle de la Presse Périodique*, Paris, La Renaissance du Livre, 1934, p. 135, observa: “Napoléon laissa vivre cette critique théâtrale qui donnait aux lecteurs l’illusion d’une presse libre”. Como vemos, desde os seus primórdios, o folhetim funciona enquanto espaço de opinião e não é, pois, por acaso que ele irá acolher a polémica ou as cartas ao redactor ou ao folhetinista, convertendo-se também num espaço de diálogo ou de intervenção.

¹⁹ Não constitui, na verdade, condição prévia ser-se um escritor ou um publicista, o que importa é ser candidato a esse estatuto, figura que será acolhida num espaço disponível para o exercício da escrita.

²⁰ Cf., por exemplo, a definição dada por Pierre Larousse no *Grand Dictionnaire Universel du XIXe Siècle*, vol. VIII, Genève-Paris, Slatkine Reprints, 1982, p. 311 ou a já citada definição do *Grande Dicionário de Língua Portuguesa* de António de Morais Silva.

²¹ Alberto Pimentel – *Entre o Caffé e o Cognac*, Porto, Imp. Portuguesa, 1873, p. 68.

distribuição e difusão do romance, esquecendo-se o facto de o folhetim não albergar apenas esse tipo de produção e de não ter sido criado com esse fim específico. Com efeito, só no final da década de trinta de Oitocentos, o folhetim, no jornal quotidiano, leva, com constância, o romance ao leitor urbano, muito embora, registemo-lo, o espaço do folhetim ofereça já textos ficcionais de cunho narrativo, mas de curta extensão. A importância que o romance-folhetim ganhou²² foi de tal modo considerável que fez esquecer o folhetim na sua acepção de crónica dramática umbilicalmente ligada à sua génese. É precisamente o filão crítico, que o periódico continha e fazia chegar aos leitores, que Sainte-Beuve lamenta e denuncia ter sido submerso por uma produção literária industrial em ascensão: “La littérature industrielle est arrivée à supprimer la critique et à occuper la place à peu près sans contradiction et comme si elle existait seule”²³.

A criação de jornais como o *Feuilleton Littéraire* ou o *Feuilleton des Journaux Politiques*, em meados da década de vinte do século XIX e em finais dessa mesma década, é bem um sinal da importância crescente, junto do leitor, do espaço do folhetim. De facto, o objectivo desses jornais, nos quais Balzac colaborou, é oferecer o tipo de leitura que poderia ser encontrada no *rez-de-chaussée* de um qualquer periódico²⁴. O *Feuilleton Littéraire* apresenta-se aliás graficamente com a aparência do espaço

²² Essa importância manifesta-se de um modo claro na passagem do romance-folhetim a um suporte mais duradouro através da publicação em livro que, com frequência, imediatamente tinha lugar após o seu aparecimento no rodapé do jornal.

²³ Sainte-Beuve - “De la littérature industrielle”, *Revue des Deux Mondes*, t. XIX, 1er sept, 1839, p. 678. Que a proliferação textual na imprensa periódica, em particular do texto romanesco, cria a opinião generalizada do carácter industrial de tal produção mostra-o, por exemplo, o juízo expresso numa crónica de viagem, saída em *O Nacional* de 29 de Agosto de 1854, ao falar-se em “romance industrial de Alexandre Dumas”. Já a 11 de Junho de 1846, a *Revista Universal Lisbonense*, publicava a tradução dum texto de Alphonse Esquiros, “Do estado material da literatura”, no qual se dava uma visão diacrónica das condições materiais que rodeiam o homem de letras e do advento da chamada “*litteratura industriosa*” (*op. cit.*, p. 45). A 5 de Setembro de 1870, *A Civilização* publicava um texto do Abbé Dauphin, “A Leitura como elemento da Educação” em que se afirmava: “O talento tornou-se um processo; a litteratura representa uma industria. De modo que temos artistas intellectuaes, manufacturas litterarias, e livros como fazenda armasenada” (*op. cit.*, p. 148).

²⁴ Na verdade, os periódicos de vocação mais especificamente marcada como o jornal político ou o jornal comercial não prescindirão dessa rubrica. A fortuna desta rubrica é ilustrada claramente por um exemplo respigado por A. Carmo Reis, em *A Imprensa Periódica do Porto na Primeira Metade do Século XIX. 1836-1859. Cartismo e Setembrismo*, 2 vols., tese de dout. dact., FLUP, 1993, p. 22. Até um jornal de anúncios, *O Grátis*, do Porto, no ano de 1840, nalguns números de Julho e Agosto, introduz, ou no rodapé ou no corpo da segunda página, a rubrica folhetim.

canonizado do folhetim, dando conta das novidades editoriais e dos palcos²⁵. Que o espaço do folhetim se afirmará indispensável no periodismo oitocentista testemunha-o ainda “La physiologie du journalisme” de C. Feuilleide quando, sinteticamente, observa: “Comment se fait un journal: - Les propriétaires, rédacteurs ou non - le gérant - le cabinet de rédaction - le rédacteur en chef - le rédacteur des *premiers-paris* - le rédacteur des chambres - le feuilleton des livres - le feuilleton des théâtres - le feuilleton des beaux-arts - livres - les annonces et les réclames - l’argot du journalisme, etc., etc. (...)”²⁶. Também em Portugal, em 1857, à distância portanto de algumas décadas, é criado um periódico de seu título *O Folhetim*, publicado em Lisboa, referido em obras sobre o periodismo português²⁷ e anunciado em folhetim do *Nacional*²⁸ que reproduz o respectivo prospecto. Ora este jornal que se encontra devidamente catalogado na Biblioteca Nacional de Lisboa e que terá conhecido dois números, desapareceu porém, lamentavelmente, da miscelânea em que estava inserido. Trata-se de uma perda assinalável porquanto ficamos sem saber que tipo de textos, quais os textos que oferecia aos seus leitores e qual o arranjo gráfico que o caracterizava, indicadores que permitiriam, por confronto com outros dados, testar hipóteses ou confirmar conclusões relativamente à recepção do folhetim em Portugal. Sabemos pelo menos quais as expectativas criadas pelo *Folhetim* pois o *Nacional*, após reproduzir o prospecto, conclui: “Que casta de jornal será esse? Parece-nos ociosa a pergunta, porque o seu titulo define completamente a sua indole. E’ d’esse genero de escriptos que, tocando em tudo que é do dominio da litteratura e da critica, conservam sempre o caracter de ameno, ligeiro e variado”²⁹. Tendo em conta o subtítulo, *Jornal de critica litteraria*,

²⁵ Não conhecendo nenhum exemplo similar em Portugal, encontrámos, porém, em 1874, no Porto, *O Club. Orgão da Classe Academica* que, no seu nº 5 de 22 de Fevereiro, publica uma “Revista do Folhetim” na qual se dá conta dos folhetins saídos nos diversos periódicos. Sinais da importância do folhetim em França são ainda os periódicos referidos por Claude Witkowski em *Autour des Feuilletons*, Saint-Cloud, coll. “Monographies des Éditions Populaires », 1990: *L’Echo des Feuilletons, Revue des Feuilletons ou Le Feuilletoniste*.

²⁶ C. Feuilleide - “La physiologie du journalisme”, *La Presse*, 17 fév., 1837.

²⁷ Cf. Augusto Xavier da Silva Pereira - *Os Jornais Portuguezes. Sua Filiação e Metamorphose: noticia suplementar alphabetica de todos os periodicos mencionados na Resenha Chronologica do Jornalismo Portuguez.*, Lisboa, Imprensa de Libanio da Silva, 1897. Segundo Inocêncio Francisco da Silva no *Diccionario Bibliographico Portuguez*, t. VI, Lisboa, na Imprensa Nacional, MDCCCLXII, p. 99, Manuel Roussado teria sido o proprietário e redactor, associado a Pedro Freire de Almeida.

²⁸ Cf. “Folhetim”, *O Nacional*, 2 Maio, 1857 (em **Anexos**, p. 105). Nesse prospecto, afirma-se o propósito de contrariar “a febre dos *melhoramentos materiaes* (...), [a] molestia utilitaria” que faz Sancho Pança imperar em Portugal e os seus fundadores propõem-se navegar “nas regiões da imaginação, da arte, da poesia(...)”.

²⁹ *Idem, ibidem*.

pelo menos assim o registou Inocêncio Francisco da Silva³⁰, parte dos seus textos seria de índole cronística ou ensaística, visando esse mesmo exercício da crítica indiciado no cabeçalho. A criação de um jornal sugestivamente assim intitulado chama de novo a atenção para a íntima ligação, num período longo do século XIX, entre o jornalismo e a actividade folhetinística. No ano de 1868, regista-se ainda uma iniciativa do *Jornal das Damas*, também ela apontando para o enraizamento do folhetim em Portugal: a publicação de um *Almanach do Folhetim* com oferta do retrato daquele que, à época, era considerado o “primeiro folhetinista do paiz”, Júlio César Machado³¹. Apesar de se anunciar especialmente consagrado ao folhetim, apresentar-se-á formalmente semelhante aos almanaques seus contemporâneos, começando por indicar as datas das festas móveis, dos eclipses, dos dias de grande gala na corte, da celebração quotidiana de um santo e oferecendo escritos que permitirão a ocupação agradável de breves momentos de ócio, estendendo-se o almanaque por cerca de sessenta e três páginas. Para além de textos de figuras literárias conceituadas como Castilho ou Luís Augusto Palmeirim, encontramos um texto introdutório a fazer *pendant* ao retrato, debruçando-se sobre Júlio César Machado e o folhetim, bem como curtos textos de autores reputados, muitos deles colaboradores assíduos no folhetim: Teixeira de Vasconcelos, Manuel Roussado, Luís Quirino ou Rangel de Lima, por aqui se ficando os laços que o aproximam do fenómeno folhetinesco.

Mas seguir o percurso do espaço do folhetim em todos os seus avatares é necessariamente lembrar uma iniciativa que se regista em Junho de 1836 na imprensa francesa e que condicionará o desenvolvimento posterior do periodismo, anunciando, de algum modo, uma etapa industrial: a criação do jornal a baixo preço, visando a conquista de um público mais vasto. Apostando na publicação de anúncios³², na *réclame*, para minorar o contributo insuficiente das assinaturas, Émile de Girardin e Armand Dutacq lançam nesse ano *La Presse* e *Le Siècle*, respectivamente, com uma diminuição do preço da assinatura na ordem dos 40 francos, quer para Paris, quer para a província, no caso de *La Presse*, optando *Le Siècle* por onerar em 8 francos a

³⁰ Inocêncio Francisco da Silva - *op. cit.*, p. 99.

³¹ “Julio Cesar Machado”, *Almanach do Folhetim para o anno de 1869*, Lisboa, publ. do Jornal das Damas, 1868, p. 17. Apenas encontrámos o *Almanach do Folhetim* para o referido ano.

³² O estudo do anúncio do produto editorial em íntima ligação com a publicação em suporte folhetinesco seria extremamente útil para conhecermos de modo mais cabal não apenas o funcionamento da vida editorial como ainda o fenómeno de leitura. Na verdade, o anúncio contém já, por vezes, uma breve orientação crítica sobre a obra, levando a uma leitura dirigida ou uma explicitação da franja de público a que se dirige.

assinatura para a província³³. Tal revolução no mercado de leitura da época permitirá de facto alargar o número de leitores da imprensa periódica, já que até então o acesso ao jornal das classes mais populares se encontrava dificultado, não apenas pelo alto índice de analfabetismo, mas também pelo seu custo elevado³⁴, sendo certo porém que só na década de sessenta se poderá falar da existência de uma imprensa barata a colher um largo e já significativo espectro do leitorado³⁵.

Todavia não gostaríamos de deixar de observar a forma pouco rigorosa com que tantas vezes se faz referência a este evento, fazendo incidir toda a luz sobre Émile de Girardin, muito embora ele seja, de facto, uma figura incontornável na história do periodismo francês oitocentista³⁶. Ora, se é verdade que no conhecimento que teve do que se passava em Inglaterra e na exposição e defesa de um projecto de embaratecimento do jornal que publicita, em 1835, no seu *Journal des Connaissances Utiles*, é Girardin quem prepara a eclosão da imprensa a mais baixo custo, não é menos exacto que *Le Siècle* de Dutacq irá atingir os objectivos mais rapidamente, conhecendo maiores

³³ Convém no entanto assinalar que, em Março desse mesmo ano, se dera já a adopção da publicidade barata que esteve na base do lançamento de *La Presse* e de *Le Siècle*, com a criação do *Journal Général de France*, mas a 48 francos o preço da assinatura.

³⁴ Georges Weill aponta, na obra citada, algumas das alternativas encontradas por aqueles que não podiam aceder a esse produto: a leitura do jornal nos cafés que possuíam assinaturas de periódicos, mas também nos gabinetes de leitura e nos círculos literários que se multiplicaram durante o período da Restauração, sendo esta uma realidade particularmente urbana (cf. *op. cit.*, p. 202). Com efeito, a leitura em meio rural continuará grandemente a fazer-se com base no que era oferecido pela literatura de *colportage*. Consulte-se sobre esta questão Jean-Jacques Darmon - “Lecture rurale et lecture urbaine”, *Europe*, nº 542, juin, 1974, pp. 63-68: “Pur produit de la civilisation industrielle et citadine, le roman populaire, sous ses diverses livrées, ne s’acclimate que tardivement dans les campagnes, après 1880, lorsqu’elles s’ouvrent aux idéologies urbaines. Jusque là, pour l’essentiel, il recrute sa clientèle dans la classe moyenne et la population ouvrière des villes. Le paysan, quant à lui, s’en détourne pour choisir de préférence, dans la balle du colporteur, des lectures qu’une longue tradition, marquée au coin du conformisme social et d’une sensibilité baroque, répugnant au réel, lui a faites plus familières” (*op. cit.*, p.63). Jean-Jacques Darmon reconhece, apesar de tudo, alguma difusão do romance-folhetim publicado em livro ou através do *Petit Journal*, periódico que Moïse Millaud procurou distribuir na província, porém tal divulgação atinge um público extremamente restrito, contrariamente ao que sucedeu em Paris, onde o jornal podia ser adquirido a cinco cêntimos, ao número e na rua, condições favoráveis à sua aquisição.

³⁵ Consulte-se com proveito a *Histoire Générale de La Presse Française*, 5 vols., dir. Claude Bellanger *et alii*, Paris, PUF, 1976 e *Histoire de l’Édition Française*, 4 vols., dir. Henri-Jean Martin, Roger Chartier et Jean-Pierre Vivet, Paris, Promodis, 1982.

³⁶ O reconhecimento da sua importância manifesta-se, por exemplo, nas constantes alusões que os literatos do século XIX fazem à sua figura e à sua obra como é o caso de Germano Vieira de Meireles que toma Girardin como referência fundamental no universo do periodismo, facto salientado por Ferreira de Brito em *Germano Meireles da Geração Coimbrã à Geração de 70*, Porto, Associação dos Jornalistas e Homens de Letras do Porto, 1983, p. 24. Em 1881, *O Occidente*, a 11 de Maio, p. 107, em artigo assinado G. L. – possivelmente Gervásio Lobato - apodar-se-á Girardin “a encarnação do jornalismo moderno”.

tiragens e conseguindo mesmo penetrar em zonas não urbanas³⁷. De todo o modo e como salienta Pierre Orecchioni, “L’habileté de Girardin, de Dutacq a été d’abord de faire payer une partie des frais d’impression par la publicité; ensuite de jouer sur la polyvalence du journal et d’offrir à la fois de quoi satisfaire plusieurs formes de cette demande insolvable: c’est-à-dire le besoin de lecture politique contestataire, le besoin de fiction, et de pouvoir ainsi espérer gagner sur tous les tableaux”³⁸.

Contudo, a apresentação aos leitores do *romance-folhetim* que permitirá atrair e conquistar um maior número de leitores e assinantes – facto que irá ajudar, em grande medida, a consolidar a imprensa periódica barata em França –, não é uma realidade simultânea, contrariamente ao que tantos estudos, mesmo os mais recentes, deixam supor, confundindo o modo de difusão de um texto ficcional, em episódios, com o mesmo tipo de difusão, mas num espaço gráfico claramente circunscrito no periódico e identificado, até pelo direito à nomeação particular como rubrica autónoma. Na verdade, algumas obras de Balzac, como *La Vieille Fille*, que *La Presse* vai levar aos seus leitores no seu primeiro ano de publicação, não surgirão no folhetim mas no corpo da página, muito embora em episódios³⁹, sendo no entanto certo que a publicação regular de fragmentos que se continuam criaria uma fidelidade de leitura ao jornal. Aliás, no primeiro número deste periódico, o espaço do folhetim vem preenchido com um texto de Frédéric Soulié que dá conta, de modo claro, do que então se entende por folhetim, ao traçar-se uma analogia com a borboleta:

(...) légers tous deux, celui-ci voltigeant de fleur en fleur, celui-là de sujets en sujets. (...) effleurant tout ce qu’ils touchent: papillon et feuilleton caressant une rose et une actrice du bout de l’aile, papillon et feuilleton jetant aux yeux

³⁷ O excesso de protagonismo de que quase sempre goza Girardin deve-se igualmente ao facto de *La Presse* surgir como o jornal de um homem e não de um partido ou de uma empresa, de um homem à época sobejamente conhecido por razões várias. Esta leitura dos factos surge de um modo recorrente quer em textos oitocentistas, quer em estudos dos nossos dias. No que a Portugal diz respeito, a mesma situação ocorre e encontramos-la, por exemplo, em 1857 no *Panorama*, no seu nº 19, em a “Imprensa periodica franceza”. Com falta de rigor, afirma-se neste artigo: “Em 1835 operou-se uma grande revolução na imprensa periodica, com a diminuição do preço da assignatura, publicações commerciaes e folhetim, e foi a *Imprensa (Presse)* que fez desinvolver [*sic*] em maior escala o gosto do povo por este genero de leitura”. E, mais adiante observa-se ainda: “Posto que a *Presse* fosse desde o seu principio um jornal politico, Emile de Girardin, que o fundou, em 1835, comprehendeu desde logo que a sua fortuna dependia mais das sobre-lojas do que do primeiro andar da folha”. As referências a *Le Siècle* vêm apenas por arrastamento. Ora *Le Siècle* foi, indubitavelmente, um dos grandes impulsionadores na difusão do romance-folhetim.

³⁸ Pierre Orecchioni - “Presse, livre et littérature au XIXe siècle”, *Revue Française d’Histoire du Livre*, t. IV, Bordeaux, La Société des Bibliophiles de Guyenne, nº 7, 1974, pp. 42-43.

³⁹ René Guise é dos poucos autores a tratar a questão de forma rigorosa. Cf. “Balzac et le roman-feuilleton”, *L’Année Balzacienne*, Paris, Éditions Garnier Frères, 1964, p. 287.

*la poudre de leurs couleurs fragiles, papillon et feuilleton nés le matin et morts le soir, existences éphémères, qui se laissent prendre quelquefois aux filets de soie de la beauté et aux filets d'or du pouvoir*⁴⁰.

Feuilleton em 1836 ainda não é, como o será alguns anos depois, a forma abreviada de referir o romance do rodapé do jornal; *feuilleton* é, na verdade, a crónica. Referir este facto torna-se fundamental na medida em que tantas vezes se faz coincidir, sem mais, a expansão do romance-folhetim com a criação da imprensa barata. Se consultarmos *Le Siècle* no mesmo ano de 1836 verificamos, de novo, que apesar do espaço do folhetim albergar escritos de natureza ficcional, não se pode porém apelidá-los de romances, nem eles surgem com a regularidade que caracterizará o romance-folhetim⁴¹. Testemunho desta discrepância cronológica tantas vezes esquecida, encontramos-lo no *Grand Dictionnaire Universel* de Pierre Larousse quando se afirma, na entrada relativa a Francis Wey, um dos colaboradores de *La Presse*: “Sa première oeuvre remarquée fut le roman des *Enfants du marquis de Ganges* (1838) qui inaugura dans la *Presse* le système du roman-feuilleton”. Consultado o jornal, verificamos que é em 1837, e na

⁴⁰ Frédéric Soulié - “Le feuilleton”, *La Presse*, 1er juillet, 1836, p. 1. Anos mais tarde, em 1843, Balzac, no seu cáustico texto *Monographie de la Presse Parisienne* ou “portion d’histoire naturelle sociale” como o próprio autor o classifica, ao anunciar a descrição analítica de dois géneros da ordem “gendetre” – o publicista e o crítico –, Balzac, dizíamos, fala do folhetinista, sub-género do crítico, como aquele que se entrega à escrita do folhetim-crónica, em particular da crónica de espectáculos (cf. Balzac – *op. cit.*, pp. 96-99). Perdura pois o entendimento de uma escrita de folhetim enquanto actividade cronística.

⁴¹ Das obras publicadas em episódios, encontramos, em 1836, *Lazarillo de Tormes*, em tradução de Louis Viardot, nos folhetins de 5 e 27 de Agosto, 10 de Outubro e 4 de Novembro. A partir de 21 de Novembro de 1836, porém com uma regularidade pouco acentuada (o primeiro extracto será continuado a 10 de Dezembro, por exemplo) aparece *Souvenirs Intimes du Temps de Napoléon* por *Un ancien page du palais impérial* – a esconder Émile Marco de Saint-Hilaire – e que, pretensamente, se apresenta com um cunho memorialístico e biográfico. Em 1838, a obra surge intitulada *Souvenirs intimes du temps de l’empire* e assinada por Emile Marco de Saint-Hilaire, de cuja produção se fala de forma pouco abonatória no *Grand Dictionnaire Universel*, t. XIV, *op. cit.*, p. 71. Particularmente na segunda metade do ano de 1837 surgem com maior frequência textos de cariz ficcional, ainda de curto fôlego, e que não chegam a ocupar uma dezena de folhetins. Assim, é com alguma ligeireza e optimismo que se produzem afirmações como as que encontramos no estudo *Baroja y la Novela Folletín*, Cáceres, Universidad de Extremadura, 1983, p. 27, quando o seu autor, Antonio Salvador Plans, afirma que a moda do romance-folhetim se iniciou com a publicação do *Lazarillo de Tormes*; ou quando, no *Diccionario de Información, Comunicación y Periodismo* de José Martínez de Sousa, Madrid, Editorial Paraninfo SA, 1992, p. 189, a propósito da introdução em França do romance-folhetim, se diz: “El último [*Le Siècle*] obtuvo un éxito superior al publicar historias de peripecias emocionantes, como la traducción del *Lazarillo de Tormes* (...) que supone el inicio de esta especialidad del género”.

rubrica “Variétés” e não no folhetim, que a obra sai, com o título *Les enfants de la Marquise de Ganges ou les Expiations*⁴².

Se no jornal *Le Siècle* desde logo se publicam com alguma regularidade contos e novelas em episódios, o texto romanesco apenas surgirá com a aproximação da década de 40 e, sem qualquer dúvida, contribuirá em muito para a conquista de assinantes e para uma maior difusão do periodismo; no entanto, não o esqueçamos, a supremacia no espaço do folhetim de textos de natureza cronística fica seriamente abalada. A tentativa e a necessidade de sobrevivência levarão os outros jornais a, mais ou menos rapidamente, seguir idêntica via e a incorporar um *romance-folhetim*, como será o caso quer do *Journal des Débats* quer do *Constitutionnel*⁴³, pois a adopção de tal medida ajudará a vender mais o periódico⁴⁴. Segundo Georges Weill, por imitação e após 1848, também em espaço alemão se vai pretender conquistar a fidelidade dos leitores a um jornal através da crónica da vida literária ou mundana, tornando-se Ludwig Speidel o rei do folhetim de Viena⁴⁵. O mesmo autor refere ainda e por confronto que, já nos Estados Unidos, a imprensa recorrerá não tanto ao romance-folhetim, mas à narração detalhada de factos reais, ligados por exemplo à criminalidade ou a dramas familiares, para conseguir alcançar os mesmos objectivos. No caso francês, os periódicos para além de oferecerem notícias, com base em eventos políticos, passam então a proporcionar aos leitores, com acentuada regularidade, uma leitura de ficção que passa, quase sempre, ou pelas narrativas de aventuras ou pelas histórias de amor, plenas de peripécias. Os periódicos exploram ainda o *fait divers* que, com frequência, a crónica integrará.

⁴² *Grand Dictionnaire Universel*, t. XV, 2ème partie, *op. cit.*, p. 1318. A falta de rigor na recolha e divulgação de informação é frequente em textos sobre o folhetim.

⁴³ Lembremos o que Véron confessa em *Mémoires d'un Bourgeois de Paris*: “La direction du *Constitutionnel*, à compte de 1844, ne me causa point seulement des soucis politiques, mais aussi des préoccupations littéraires. Le succès d'un journal dépendait surtout, alors, du succès de ses romans en feuilleton” (citado por Régis Messac – *Le 'Detective Novel' et l'Influence de la Pensée Scientifique*, Paris, Librairie Ancienne Honoré Champion, 1929, p. 386).

⁴⁴ Atentemos no testemunho coevo de Eugène Hatin na obra citada, p. 578: “Ils [les journaux] s'arrachèrent au prix de l'or les romanciers en vogue, et le grave *Constitutionnel* poussa la galanterie envers ses abonnés jusqu'à illustrer son feuilleton”. Ironicamente, o mesmo periódico que consagrou o espaço do folhetim ver-se-á obrigado a aceitar a moda do romance-folhetim para reconquistar o leitor e, assim, de Junho de 1842 a Outubro de 1843 o *Journal des Débats* publicará *Les Mystères de Paris* de Eugène Sue. Por sua vez, o *Constitutionnel* acolhe *Le Juif Errant*, obra do mesmo autor, romances que obterão claramente o favor do público. Tal decisão fará aumentar, consideravelmente, as tiragens de ambos os jornais.

⁴⁵ Cf. Georges Weill - *op. cit.*, p. 223.

Quando em 1962 Roland Barthes, ao debruçar-se sobre a estrutura fechada do *fait divers*, dele dizia que se tratava de “une information totale, ou plus exactement, immanente; il contient en soi tout son savoir”, “un art de masse”⁴⁶, ao observar que obedecia em termos construtivos a duas relações imanentes, a de uma causalidade desviante - que joga com a surpresa a causar, com o inexplicável, com o irrisório - e a de uma relação de coincidência - que trabalha com a repetição ou com a antítese -, acabava assim por apontar, embora não fosse sua preocupação, para a entidade receptora que experimenta a necessidade de uma ambiguidade entre o inteligível e o insondável, entre o racional e o irracional⁴⁷, e que, diríamos nós, disso tira prazer na fruição do *fait divers*. Na verdade, ao longo do século assiste-se a uma ocorrência constante, no jornal, deste tipo de narrativa que se vai metamorfoseando ao nível temático e construtivo, indo ao encontro do gosto do público, tornando-se um meio para aumentar as tiragens⁴⁸. A exploração, por exemplo, de eventos criminais aí empreendida, será ainda acompanhada pelo tratamento de temáticas e situações afins no romance-folhetim, reveladoras ou produtoras de um determinado imaginário social⁴⁹. Na segunda metade de Oitocentos, o *Petit Journal* e o *Petit Parisien* ilustram bem o modo de aproveitamento periodístico do *fait divers*. Por esse motivo, Michelle Perrot, em nota crítica publicada em *Annales* sobre duas exposições que colocam o *fait divers* em primeiro plano, falará mesmo de “le XIXe siècle ‘âge d’or du fait divers’”⁵⁰.

⁴⁶ Roland Barthes - “Structure du fait divers”, *Essais Critiques*, Paris, Éditions du Seuil, 1964, pp. 189 e 197, respectivamente.

⁴⁷ *Idem*, pp. 188-197.

⁴⁸ Cf. Michelle Perrot - “Fait divers et histoire au XIXe siècle”, *Annales. Économies. Sociétés. Civilisations*, Paris, Armand Colin, juillet-août, 1983.

⁴⁹ Historiadores como Pedro Trinidad Fernández em *La Defensa de la Sociedad. Cárcel y Delicuencia en España (siglos XVIII-XX)*, Madrid, Alianza Editorial, 1991, pp. 236-247 ou Jacques-Guy Petit em *Ces Peines Obscures. La Prison Pénale en France (1780-1875)*, Paris, Fayard, 1990, pp. 225-227, lembram o papel da imprensa e, em particular, do romance-folhetim, através do aproveitamento e tratamento da criminalidade. Excepcionalmente, nos jornais por nós consultados, o espaço do folhetim abre-se, de algum modo, à reportagem e narra crimes ocorridos de que *O Portugal*, em 1891 a propósito do crime do Convento das Trinas, é um exemplo.

⁵⁰ Michelle Perrot - *op. cit.*, p. 911. Também Marc Angenot, em *Le Cru et le Faisandé. Sexe, discours social et littérature à la Belle Époque*, Bruxelles, Éditions Labor, coll. “Archives du Futur”, 1986, no capítulo “Les récits de presse”, chama a atenção para o facto de serem os jornais de grande informação, no final do século, que lhe dão grande importância. Tanto Michelle Perrot como Marc Angenot observam que certos traços do *fait divers* se encontram igualmente no romance de maior difusão, o romance-folhetim e o romance popular, que se publica numa mesma época. Diz Michelle Perrot a p. 916 do texto citado: “Dans le système moral du XIXe siècle, le fait divers est profondément ambigu. Entreprise souvent avouée de

A importância que o folhetim conquista junto do público leitor fará com que praticamente toda a imprensa periódica, e não apenas o jornal diário, se abra à escrita folhetinesca, quer sob a forma de crónica enquanto revista da semana, quer através da narrativa ficcionada apresentada em episódios – uso já corrente –, mas que implicará uma particular estratégia retórica e narrativa visando, especificamente, criar um efeito de *suspense* para uma consequente fidelização do leitor.

O periódico responde assim cada vez mais a diferentes necessidades sentidas pelo leitor, necessidades básicas de informação e lazer que podem congregam em torno de um mesmo jornal um público bastante heterogéneo. O folhetim, por sua vez, de algum modo vai funcionar como o microcosmos do jornal pela sua capacidade de resposta e pelo polimorfismo de que é portador. Esta nova experiência vivida pelos jornais sob a Monarquia de Julho vai preparar uma etapa futura no percurso do periodismo, uma etapa de algum modo industrial, uma imprensa de massas que o aumento de tiragens denuncia e que só é possível pela conquista de um público mais alargado de que uma camada popular vai fazendo parte e, desde logo, pelo relevo que, progressivamente, o jornal de informação para todos ganha, em detrimento do jornal de facção dirigido a uma elite ou a um grupo restrito⁵¹. Como vemos, a história do folhetim liga-se intimamente com a história da criação, difusão e expansão de uma literatura de massas. Na verdade, a existência do espaço do folhetim contribuiu para fazer do jornal um produto de circulação de massas que, entre outras coisas, oferecia ao público literatura. No século XIX, o folhetim é contributo fundamental para que camadas mais baixas da população acedam à fruição de bens culturais.

A presença do folhetim no periódico e o aproveitamento que dele é feito em França não vão encontrar, porém, contraponto que lhes seja contemporâneo quer em Portugal quer em Espanha, verificando-se um desfasamento cronológico assinalável, muito embora o seu aparecimento se prenda com uma matriz francesa. Com efeito, o fenómeno do folhetim apenas surgirá, tardiamente, em toda a Península Ibérica. As convulsões provocadas pelo alastramento do império napoleónico e as experiências de

moralisation, il est en même temps spectacle (joueur?) de la transgression. Il en va de même du roman-feuilleton qui, sous prétexte de pourfendre la violence, en donne souvent la peinture complaisante”.

⁵¹ Contrariamente ao que sucede por essa época em França, na Inglaterra a imprensa é, em primeiro lugar, uma imprensa de informação.

emigração⁵², por razões políticas, que Portugal e Espanha conheceram, permitem talvez compreender o porquê de tal situação.

Assim, em território luso, vemos surgir este espaço no jornal português, na década de trinta de Oitocentos e a justificar tal discrepância estará, por certo, a ocorrência das invasões napoleónicas e conseqüente guerra peninsular, bem como o conturbado advento do regime liberal e a implantação do regime constitucional. Como Carmo Reis salienta com pertinência, a propósito da imprensa periódica portuense, o que verdadeiramente move e faz desenvolver a imprensa periódica a partir da década de vinte é, com efeito, a vivência de antagonismos políticos⁵³. Não será por acaso que o espaço gráfico, mais tarde explicitamente indicado como o do folhetim, albergará críticas e retratos mordazes e paródicos da actualidade política⁵⁴. A existência de uma legislação censória e a preocupação com a criação de inúmeras medidas restritivas, no que respeita à imprensa e que poderá ter funcionado como factor inibidor de inovações, terá também contribuído para o aparecimento tardio do folhetim entre nós. De facto, no que respeita a esta última hipótese explicativa, lembremos apenas que a censura prévia herdada pelo século XIX foi brevemente interrompida com a Revolução Liberal de 1820 através do decreto de 12 de Julho de 1821 - levando a uma erupção vigorosa da imprensa política -, pois, em 1823, D. João VI revoga o diploma que consigna a liberdade de imprensa, a qual só voltará a ser reposta, precisamente, em 1834 com a vitória dos liberais sobre os absolutistas. Observe-se, contudo, que a liberdade de imprensa reconquistada conhecerá sucessivos ataques que se estenderão até 1850, ano em que Costa Cabral promulga a então chamada “Lei das Rolhas”. Na verdade, durante todo este período, a imprensa preocupa-se grandemente com questões políticas, levando o poder governativo a uma atenção crescente com a vigilância face à produção

⁵² Convirá lembrar que muitos dos intelectuais da época conheceram então o exílio.

⁵³ Que a imprensa periódica alimentou e se alimentou da coisa política, mostra-o Carmo Reis em *A Imprensa Periódica do Porto na Primeira Metade do Século XIX, 1836-1859, Cartismo e Setembrismo*, 2 vols., tese de dout. dact., FLUP. 1993, facto que o leva a afirmar que “(...)os periódicos políticos, veículos privilegiados de intervenção, ganham ascendente claro sobre os restantes jornais em circulação” (*op. cit.*, p. 12). Carmo Reis refere-se aos jornais literários e aos jornais comerciais, classificação que matizadamente adota.

⁵⁴ Veja-se, num primeiro momento, o *Periodico dos Pobres no Porto* e, mais tarde, *O Braz Tisana*. Tal como o artigo de fundo, o folhetim contribuirá para a formação da opinião pública neste domínio, idêntica função desempenhará mais tarde, desta feita no que concerne à formação do gosto, com a publicação de poesia e sobretudo ficção. Por esta sua capacidade e possibilidade, a imprensa periódica possui um poder inegável e não negligenciável, viabilizado pelo facto de chegar a um mais largo espectro de receptores já que o seu público é constituído por leitores e ouvintes, minorando o carácter elitista da fruição do objecto impresso.

periodística. As diversas medidas censórias não terão, no entanto, trazido consequências gravosas para a existência do espaço do folhetim que, a partir da década de quarenta, se afastara, na generalidade, da temática política, acolhendo cada vez mais a crónica de espectáculos ou o romance, talvez por esse mesmo motivo⁵⁵. Se no primeiro quartel do século o periodismo português é, em grande parte, de índole política e revolucionária, de modo progressivo mas lento, após o advento e implantação do regime liberal, a notícia vai ganhando importância. Porém, só depois de vivido metade de um século, ela se espalhará nas colunas dos jornais portugueses, volvido que estava o maior período de conturbação política. A explicar ainda o aparecimento tardio do folhetim, entre nós, consideremos a situação de estagnação vivida pelo teatro em Portugal nas primeiras décadas do século, quer no que respeita à representação⁵⁶, quer no que concerne à crítica teatral. Se o teatro se não afirma como uma forma e momento de sociabilidade privilegiados, a ida da corte para o Brasil em nada vai ajudar a uma alteração de tal realidade. Na verdade e de um modo geral, as formas e momentos de sociabilidade que ultrapassam a esfera do privado só após 1834 se constituem de modo relevante. Assim, é sintomático que só no final da década de trinta se assista à proliferação de publicações especializadas no domínio dramático, facto que se revela como um indicador do desenvolvimento deste tipo de prática cultural. Ora o folhetim francês nos seus primórdios girava grandemente em torno do fenómeno dramático e progressivamente cultivará uma crónica mundana, de actualidade.

Na senda do jornal que primeiro terá adoptado o espaço gráfico do folhetim e elegendo um *corpus* de pesquisa a nosso ver representativo, não pudemos deixar de passar por *O Portuguez. Diario Politico, Litterario e Commercial*, surgido com a outorga da Carta Constitucional, até porque se afirmava no *Diccionario Popular, Historico, Geographico, Mythologico, Biographico, Artistico, Bibliographico e*

⁵⁵ A escrita no espaço do folhetim é, a mais das vezes, reveladora de uma atitude de neutralidade face à situação sócio-política que se vive; como excepção poderíamos indicar alguns folhetins de Lopes de Mendonça e como exemplo da regra a produção de Júlio César Machado.

⁵⁶ Cf., por exemplo, José-Augusto França – *O Romantismo em Portugal. Estudo de Factos Socioculturais*, 2ª ed., Lisboa, Livros Horizonte, 1993, p. 191: “Durante o período miguelista São Carlos permaneceu fechado; *A Apoteose de Hércules* de José Agostinho de Macedo que via, ainda em 1830, o Príncipe-Arcanjo esmagar a hidra liberal, foi um dos raros pretextos para abrir as portas da sala. D. Pedro fê-las abrir pela primeira vez três semanas depois da sua entrada triunfal na capital, para um espectáculo de circunstância. // Em Janeiro de 1834 a Ópera recomeçava finalmente e definitivamente a sua actividade (...)”.

Litterario que foi nesse jornal que Garrett “começou a escrever folhetins theatraes”⁵⁷. Quando consultado o periódico, de cariz essencialmente político e noticioso, verificámos que não só não existia o espaço folhetinesco, como ainda das poucas vezes em que surgia a rubrica “Litteratura” não se vislumbrava a presença de crónica dramática, entendida enquanto divulgação e apreciação de uma obra representada e tal como a cultivava Geoffroy. Nesse periódico de curta duração, surgem de facto dois artigos, não assinados, sobre “Bruto, tragedia de Voltaire, traduzida em versos portuguezes, nova edição”, tratando-se, com optimismo, de um folhetim literário, mas nunca de um folhetim teatral, para usarmos os termos do citado *Diccionario Popular*. Apesar de consultarmos um grande número de periódicos desde o início do século XIX até ao final da década de vinte, o aparecimento de um rodapé graficamente demarcado logo na primeira página do jornal, em Portugal, só o encontramos, como já tivemos ocasião de o referir, na década de trinta – mais precisamente a 1 de Janeiro de 1838 no *Periodico dos Pobres no Porto*⁵⁸ – e, tal como em Espanha, não se auto-denomina folhetim, estando, com frequência, ao serviço de uma divulgação crítica de notícias - pseudo-encapotada deste modo? -, funcionando como tribuna de opinião através do recurso à sátira⁵⁹ e, tantas vezes, sob forma epistolar⁶⁰. Numa primeira etapa, o artigo publicado no rodapé está em íntima conexão com a sensibilidade política específica do jornal.

⁵⁷ “Jornalismo”, *Diccionario Popular, Historico, Geographico, Mythologico, Biographico, Artistico, Bibliographico e Litterario* dir. Manuel Pinheiro Chagas, vol. VI, Lisboa, Typ. do Diario Illustrado, 1880, p. 466. Este jornal cuja duração foi de cerca de um ano - 30 de Outubro de 1826 a 17 de Setembro de 1827 -, terá sido o primeiro periódico de grande formato a surgir em Portugal.

⁵⁸ Cf. “Anno Novo”, *Periodico dos Pobres no Porto*, 1 de Janeiro de 1838 (em **Anexos**, pp. 7-9).

⁵⁹ Veja-se, a propósito do tratamento da notícia, ao longo da história da imprensa periódica portuguesa, ou melhor, da sua minguada, na entrada “Jornalismo”, do *Diccionario Popular, Historico, Geographico, Mythologico, Biographico, Artistico, Bibliographico e Litterario*, *op. cit.*, p. 466, o que é dito acerca do *Periodico dos Pobres no Porto*: “O mesmo se pôde dizer dos jornaes que saíram á luz depois da restauração de 1833, se exceptuarmos o *Periodico dos Pobres no Porto*, que foi mui copioso de noticias, dadas em folhetim epistolar, mas quasi sempre satyricamente, embora com muita graça e originalidade”. Considera-se, neste texto da autoria de Silva Túllo e aqui citado, que quem criou o verdadeiro noticiário em Portugal foi a *Revista Universal Lisbonense*.

⁶⁰ Antes mesmo da inserção de um rodapé graficamente bem marcado no qual, por vezes, surgem, sob forma epistolar, textos de sátira política e social, o *Periodico dos Pobres no Porto*, no seu primeiro ano de publicação, apresentava já no corpo da página as “Carta[s] de Manoel d’Oudivellas a Antonio d’Oudivellas”, seu pai.

Quanto à Espanha, terá sido por volta de 1834 que começa a pontuar na imprensa periódica o folhetim, no que respeita à “maneira tipográfica de arrumar palavras” – adoptando a definição de Vitorino Nemésio⁶¹ – já que, para sermos exactos, ele não surge sequer intitulado⁶². O folhetim, em Espanha, apresenta ao seu leitor produções de índole variada, encontrando-se, porém, desde cedo ligado a uma função de entretenimento e estabelecendo no corpo do jornal fronteiras que passam pela possibilidade de permitir uma leitura mais séria ou uma leitura de lazer: “Al igual que su modelo francés, empieza por acoger series de artículos, crónicas y relatos muy diversos, convirtiéndose, según *El Clamor Público*, en ‘la división territorial más natural y adecuada para la competente separación de lo serio y lo festivo’ ”⁶³. Tal como em Portugal, o espaço do folhetim em Espanha será partilhado entre o romance e toda uma panóplia de produção textual heterogénea. A questão que, no estudo espanhol de Marie Claude Lecuyer e Maryse Villapadierna, se coloca, em torno da impossibilidade de determinar se o desenvolvimento do folhetim se deve a uma evolução paralela da imprensa espanhola ou a uma mero fenómeno de imitação, parece-nos esquecer um factor preponderante e que assenta na permeabilidade que, no século XIX, os países registando relações culturais com a França revelavam face a um foco irradiador tão atraente. Não será por acaso que, em meados da década de trinta do mesmo século, se introduzirá na Alemanha o folhetim.

Comum à história do folhetim em Portugal e em Espanha encontra-se ainda o facto de o romance-folhetim ter feito a sua entrada no jornal alguns anos antes da implantação da imprensa periódica a baixo preço, ao contrário do sucedido em França, onde o aparecimento do romance-folhetim - que, como vimos, lhe foi ligeiramente posterior - se constituiu como um factor que ajudou de forma decisiva à consolidação dessa nova etapa na vida do periodismo. Na verdade, os jornais de opinião acolheram desde cedo o folhetim. No que a Portugal diz respeito, a iniciativa de embaratecimento que, de algum modo, prepara uma etapa industrial no nosso periodismo⁶⁴, só ocorrerá em

⁶¹ Vitorino Nemésio - *Ondas Médias. Biografia e Literatura*, Lisboa, Livraria Bertrand, 1945, p. 304.

⁶² Cf. Marie Claude Lecuyer e Maryse Villapadierna - “Génesis y desarrollo del folletín en la prensa española”, *Hacia una Literatura del pueblo: del folletín a la novela*, dir. Brigitte Magnien, Barcelona, Anthropos Editorial del Hombre, 1995, p. 16.

⁶³ *Idem*, pp. 16-17.

⁶⁴ Como afirma José Tengarrinha em *História da Imprensa Periódica Portuguesa, op. cit.*, pp. 227, a organização industrial da imprensa estriba-se em três factores: “(...) o carácter noticioso, não partidário, dos jornais e o abaixamento do seu preço, ambos com vista a alcançar um

meados da década de 60⁶⁵. Assim a 29 de Dezembro de 1864 surge o número-programa de um novo jornal o *Diario de Noticias* que regularmente passará a ser publicado a partir de 1 de Janeiro do ano seguinte e que se apresenta sem ideologia, popular, essencialmente noticioso, visando atingir um público alargado. Descrevendo-o como “un journal de nouvelles et de faits divers”, Alfredo da Cunha acrescenta: “C’est cependant ce journal qui ouvrit la période de propagande pour l’éducation populaire et la vulgarisation des lectures à bon marché en Portugal, grâce à la modicité de son prix, au choix des sujets, à la modération des articles, et aussi à ses romans-feuilletons, d’un intérêt tout nouveau, et aux feuilletons de critique signés par un des plus brillants *lundistes* portugais - Julio Cesar Machado”⁶⁶. O *Diario de Noticias* será também um jornal diário em que o anúncio publicitário funciona como um ingrediente de peso. Que o seu aparecimento se apresenta como um momento de viragem ou, pelo menos, como um marco fundamental na história do jornalismo português, mostra-o o surgimento seguidista de outros periódicos de 10 réis, nomeadamente o *Jornal de Noticias*, o primeiro que no Porto se vendeu a esse preço e se publicou de 1865 a 1868; mostra-o ainda o aproveitamento do texto de Silva Túlio no citado *Diccionario Popular*, texto esse abundante nas sucessivas comparações que, se vão fazendo com situações vividas pelo nosso periodismo e anteriores à sua publicação, bem como o que do *Diario de Noticias* no mesmo *Diccionario* se afirma: “O *Diario de Noticias* fundou depois a *petite presse*, a imprensa barata, a dos jornaes de 10 réis, e hoje quasi que se não funda um novo jornal que se não lance n’esse caminho”⁶⁷, mostra-o finalmente o confronto que Alfredo da Cunha estabelece entre Eduardo Coelho, fundador e primeiro director do

mercado mais vasto; mas a descida abaixo do preço de custo só era possível procurando uma outra fonte de receita: surge então, em toda a sua importância, o papel da publicidade”.

⁶⁵ Na verdade, e como assinala José Tengarrinha na obra acima citada, pp. 222-223, anteriormente ao *Diario de Noticias*, outras tentativas houve de embaratecimento do preço do jornal.

⁶⁶ Alfredo da Cunha – *La Presse Périodique en Portugal. Bref Mémoire présenté au Cinquième Congrès International de la Presse à Lisbonne*, Lisbonne, Imprimerie Universelle, 1898, p. VIII. Atentemos na aproximação abusiva entre Júlio César Machado e Sainte-Beuve na medida em que o objecto de escrita e o exercício da actividade crítica de um e de outro são completamente distintas; em comum, há a periodicidade com que regularmente surgiam na imprensa periódica.

⁶⁷ Cf. “Jornalismo”, *Diccionario Popular, Historico, Geographico, Mythologico, Biographico, Artistico, Bibliographico e Litterario*, op. cit., pp. 465 e 466. Por curiosidade, observemos que nesta obra se diz que, para esta entrada, se tomou como exemplo o *Grand Dictionnaire Universel* de Pierre Larousse.

Diario de Noticias com Girardin, Villemessant e Moïse Millaud⁶⁸, três figuras que marcaram a história do periodismo oitocentista francês ao criarem jornais cujos traços permitiriam a sua aquisição e leitura por um público mais vasto: *La Presse*, *Le Figaro* e *Le Petit Journal*⁶⁹.

Se na década de 60 em Espanha se assiste a uma importância crescente da notícia, o romance-folhetim tem a sua época de ouro com larga difusão, em particular de 1843 a 1854⁷⁰, divulgando, preferencialmente, autores estrangeiros e, sobretudo, autores franceses⁷¹, situação análoga à portuguesa. Tal facto vai fazer surgir atitudes várias de crítica face ao que se considera uma invasão cultural cerceadora de uma produção nacional que tarda em aparecer. O predomínio do autor estrangeiro e a circulação de referências e valores culturais alheios à realidade espanhola estarão assim na origem das vozes que se erguem contra o romance-folhetim. Serão nomeadamente os sectores conservadores da sociedade espanhola aqueles que denunciarão os perigos para a religião, a moral e a família que essas obras representam e muito em particular a obra de Eugène Sue⁷². Todavia a própria imprensa católica render-se-á também ela ao folhetim, utilizando a literatura amena⁷³ com propósitos didácticos, sendo a mesma estratégia excepcionalmente seguida pela imprensa operária espanhola⁷⁴.

Talvez por este conjunto de razões aduzidas, a existência do romance-folhetim no universo periodístico espanhol partilhe de uma experiência censória com o seu

⁶⁸ Alfredo da Cunha - *op. cit.*, p. VII. Já em 1886, no nº 5 de Março de *A Ilustração. Revista Universal*, p. 71, Eduardo Coelho, em artigo sobre o *Diario de Noticias*, afirmava que este tinha sido criado tendo como modelos o *Petit Journal*, o *Daily Telegraph*, o *Étoile Belge* e o *Correspondencia de España*.

⁶⁹ Estes jornais foram fundados, respectivamente, em 1836, 1854 e 1863.

⁷⁰ Já em *Diccionario de Literatura Española e Hispanoamericana*, dir. Ricardo Gallón, Madrid, Alianza Editorial, 1993, p. 569, alarga-se esse período: “La época dorada de la narrativa folletinesca española va de los años 1844 hasta 1868”.

⁷¹ Marie Claude Lecuyer e Maryse Villapadierna, no estudo acima citado, observam, de resto, que os textos publicados em França são quase de imediato traduzidos em Espanha, o que é bem revelador da apetência para o consumo deste tipo de produção. O mesmo fenómeno pode, aliás, verificar-se em terra lusa.

⁷² Cf. Marie Claude Lecuyer e Marise Villapadierna - *op. cit.*, p. 21-22.

⁷³ É comum, no século XIX, a adopção de tal expressão para falar da produção folletinesca. Júlio Dinis, por exemplo, em carta a seu primo José Joaquim Passos Coelho e enviada da Madeira, usa a expressão “literatura amena” quando refere a sua falta de disposição para “(...) conceber cada dia um enredozinho de curto fôlego e tratá-lo em poucas páginas, brincar com um assunto ligeiro e tirar daí um folhetim publicável” (*Obras de Júlio Dinis*, vol. II, Porto, Lello & Irmão-Editores, s.d., p. 795).

⁷⁴ Cf. *Hacia una Literatura del Pueblo: del folletín a la novela*, *op. cit.*

congénere francês. Na verdade e contrariamente à realidade portuguesa⁷⁵, tanto o governo francês como o espanhol exercerão medidas repressivas contra a publicação do romance-folhetim: em França promulga-se a lei Riancey, em 1850, que estipula a cobrança de um imposto aos jornais que publiquem esse tipo de produção; em Espanha, dois anos depois, a lei de Bravo Murillo instaura a censura prévia a essas mesmas produções. O que estará na base da atitude repressiva francesa é o sentimento, por muitos experimentado e confessado na época, da influência negativa do romance-folhetim sobre os costumes e a moral e, possivelmente, a pressão exercida pelas casas editoras⁷⁶ que, para além de já sofrerem com as contrafacções belgas, viam os romances-folhetim serem lidos nos cafés ou nos gabinetes de leitura que assinavam periódicos, diminuindo assim ainda mais a necessidade da leitura através do livro, produto este que pelo seu preço elevado se constituía objecto de luxo. Lembremos, por exemplo, um testemunho de um historiador da imprensa francesa, contemporâneo da voga do romance-folhetim, que, ao registar que ele usurpou grandemente o lugar reservado à crítica literária, observa: “Et l’on sait trop, je n’ai pas besoin d’en parler, jusqu’à quel degré d’immoralité, à la fois, et de stupidité, devait se ravaler cette littérature à la toise”⁷⁷. Já bem antes em 1839, Sainte-Beuve no seu tão célebre artigo “De la Littérature Industrielle” referia que esta se encontrava desprovida de uma ideia moral⁷⁸. Outros houve como Alfred Nettement, um católico e legitimista fervoroso, colaborador de diferentes periódicos, que, numa atitude de denúncia e ataque contra esse novo poder da imprensa, concebe os seus *Études Critiques sur le Feuilleton-roman* (1845), onde leva a cabo uma análise de *Le Juif Errant*, *Les Mystères de Paris* de Sue ou *Les Mémoires du Diable* de Soulié, obras que ilustram o que ele considera a desordem literária da época. O autor chega mesmo a afirmar que “la personnification

⁷⁵ Muito embora a história da imprensa periódica portuguesa se confunda com uma longa história da censura, no que ao folhetim diz respeito nada se fez em termos legislativos que condicionasse a sua publicação. Quando em meados do século surge a denominada “Lei das Rolhas”, tal medida censória tem fundamentos estritamente políticos.

⁷⁶ Henri Avenel, em *Histoire de la Presse Française depuis 1789 jusqu’à nos jours*, *op. cit.*, pp. 435-436, relembra a discussão em torno do imposto de selo, momento em que M. de Riancey, considerando que se deve “(...)frapper une industrie qui déshonore la presse et qui est préjudiciable au commerce de la librairie(...)”, leva à tomada de decisão de que todo o romance-folhetim no jornal ou em suplemento esteja sujeito ao pagamento de um selo de um cêntimo por número.

⁷⁷ Eugène Hatin – « La Presse sous la Monarchie de juillet », *op. cit.*, p. 572.

⁷⁸ Cf. Sainte-Beuve - *op. cit.*

plus élatante [du désordre littéraire] se trouve dans le feuilleton-roman”⁷⁹. De resto, Nettement logo em introdução ajuiza: “C’est ainsi que partant de la presse à 40 francs, et en passant par l’annonce, on arrive presque fatalement au feuilleton-roman ou au feuilleton immoral, deux mots pour la même idée, si on en juge par la plupart des feuilles qui tiennent le haut bout dans le journalisme actuel”⁸⁰.

Atento às preocupações de ordem moral francesas estava o periodismo português. Em 1870, *A Civilização* publicava “A Leitura como elemento da Educação”, texto da autoria do Abbé Dauphin e no qual se podia ler:

*Que se lê, e que se escreve ha um certo numero de annos? É vergonhoso dizel-o, pondo de parte pequeno numero de espiritos serios que guardam o culto e a tradição das boas lettras; o publico só lê com avidéz os dramas, os folhetins do jornal, as polemicas desenfreadas da politica, os romances dos gabinetes de leitura, etc. Em todas estas producções, observareis a funesta profusão, e a sordida venalidade dos escriptores publicos, na exploração que fazem d’este tão depravado gosto publico*⁸¹.

Noticiava-se também casos de aplicação de sanções em França e *A Lucta* relatava em 1877:

*Um jornal francez publicou em folhetim um conto intitulado Romance de um Padre. O ministerio publico querellou o gerente do jornal por alguns trechos livres, e o tribunal condemnou-o em 500 francos de multa. Não ha muito que os numeros de outro jornal foram aprehendidos e o seu redactor condemnado a 4.000 francos de multa e a 3 mezes de prizão, porque publicou artigos que o ministerio publico classificou de ‘socialistas’ e ‘atheus’. //Eis como está a liberdade de imprensa na ‘França Republicana’. Póde alli applicar-se o que um estadista dizia de Hespanha: ‘Mucha republica e mui poca libertad’*⁸².

⁷⁹ Alfred Nettement - *Études Critiques sur le Feuilleton-roman*, Paris, Librairie de Perrodil, Éditeur, 1845, p. 46.

⁸⁰ *Idem*, p. 3. Se Alfred Nettement invoca razões morais e estéticas para denunciar a influência nefasta do romance-folhetim, outros houve em França que o responsabilizaram pela turbulência política que se viveu em 1848 e, décadas mais tarde, com a Comuna. Sobre esta questão colige Maurice Dubourg alguns testemunhos epocais bem ilustrativos, em “Image de la bourgeoisie et idéologie bourgeoise”, *Europe, op. cit.*, pp. 75-76.

⁸¹ Abbé Dauphin – “A Leitura como elemento da Educação”, *op. cit.*

⁸² *A Lucta*, 24 Jan., 1877, p. 2. Referir-se-á a *Le Roman d’un Prêtre* (1876) de Louise Mignerón Gagneur? Um jornal de província como *O Penafidense*, a 26 de Outubro de 1880, noticia igualmente um caso ocorrido em França com Émile Blain, preso por ter publicado um romance intitulado *Paixões Vergonhosas*. Concordando com a medida tomada, *O Penafidense* distingue uma pseudo-literatura de imitação da produção artística de Zola que elogia, observando: “Os tristes imitadores de Zola julgam provavelmente que a escola realista se sintetiza no publico estendal de obscenidades, unicamente porque o mestre, uma vez ou outra, fatalmente, apresenta nas suas obras de arte, porque o são sem duvida alguma os seus romances, determinadas cenas repugnantes do moderno baixo imperio. // Se Emílo Zola é ás vezes um tanto livre nas suas descrições, a critica serena já lhe fez a devida justiça (...)”.

Convém lembrar que a imprensa periódica francesa só no início da década de oitenta conhecerá uma ampla liberdade consignada por lei. Se não houve em Portugal um extremar de posições contra o romance-folhetim, houve porém uma similar menorização da produção folhetinesca correntemente considerada ligeira e superficial⁸³.

Ora o que se regista com frequência no jornalismo oitocentista é que, se, por um lado, ele quer arvorar-se em educador do povo e divulgador do progresso, por outro lado, não consegue e/ou não quer escapar a um industrialismo em ascensão que se prende com o avanço das técnicas de impressão, bem como com a transformação que o jornal vai sofrendo, passando de um órgão de opinião a uma empresa que é necessário gerir e deverá gerar lucros. Acresce ainda que despontam novas necessidades experimentadas pelo leitor de então. Evidentemente que estamos perante um fenómeno interactivo, pois se a entidade leitora está aberta ou sedenta de novos produtos, também é verdade que começa a haver a consciência de que se podem vender e fazer desejar produtos novos. Apesar de em alguns aspectos não existir uma reprodução especular exacta entre as realidades portuguesa, espanhola e francesa, em todo o caso esta secção do jornal funcionará sempre como meio de captação da curiosidade e fidelidade do leitor perante o periódico, deleitando-o e abrindo caminho para as sofisticadas operações de *marketing* dos nossos dias.

2.2. Advento da figura do folhetinista

Hoje, a aristocracia da intelligencia

⁸³ Eco dessa opinião em circulação encontramos-lo em Pinheiro Chagas, num artigo sobre Júlio César Machado compilado em *Ensaios Criticos*, Porto, em casa da Viuva Moré-Editora, 1866, p. 93: “O seculo, em que vivemos, inventou o folhetim. Os admiradores do passado vêem n’isso uma prova da frivolidade d’esta geração; creio pelo contrario que se não deve vêr n’este facto senão a consequencia necessaria do derramamento da luz intellectual, e da participação de todas as classes nos prazeres delicados, que eram d’antes privilegio d’um limitado numero”. Todavia mais adiante, Pinheiro Chagas lembra a hipocrisia de quem se entretém longamente com o folhetim e no fim sentencia: “Que de frivolidades!” (*op. cit.*, p. 95).

*não se recebe por um pergaminho, prova
se nas rudes tarefas da imprensa e da tribuna;
é ahí que o voto universal corôa as vocações
uteis.*

Lopes de Mendonça - **A Revolução de Setembro**

Ser litterato é a suprema aspiração do animal lusitano.
Mariano Pina – **A Ilustração**

A expansão que a imprensa periódica vai conhecer e o poder que irá adquirindo no campo social, farão dela um veículo privilegiado, no século XIX, para todo aquele que ambiciona terçar armas na república das letras, tornando-se o periodismo meio de legitimação do literato. Com a emergência e irradiação do folhetim as portas da cena literária abrem-se ainda mais a actores vários que se apresentam, a si e à sua escrita⁸⁴, a um maior número de destinatários.

O espaço que o periódico reserva ao folhetim é visto pelo candidato a literato não apenas como meio de legitimação dentro da esfera pública como também escola de escrita que permite exercitar a pena⁸⁵ – e a prática do fragmento ou da curta narrativa que o folhetim estimula é um incentivo para todo aquele que não quer ou não pode ainda abalançar-se a obra de grande fôlego –,⁸⁶ meio igualmente para testar a benevolência do leitorado. Assim, em Oitocentos, a implantação do folhetim traz para a ribalta uma nova figura do homem de letras, o folhetinista, que passa a ser identificado enquanto tal, pela escrita cronística que cultiva e pela regularidade com que ocupa o rodapé do jornal⁸⁷. Ao oferecer ao literato um espaço de maior exposição, o periódico não só contribui para um aumento da importância e visibilidade do homem de letras como ainda funciona como motor impulsionador de produção textual e de difusão dessa mesma produção.

⁸⁴ Sampaio Bruno, em “As revistas litterarias e o folhetim”, *A Geração Nova*, Porto, Magalhães & Moniz, Editores, 1886, p. 59, refere, com justeza, a alternativa que as revistas literárias constituem como forma de colocação no mercado do produto do trabalho literário.

⁸⁵ Cf. Luis Augusto Palmeirim – “Folhetim”, *A Revolução de Setembro*, 8 Julho, 1862: “Ha quem considere o folhetim como escóla do elogio mutuo, **ha quem o tenha como creche de desmamar meninos**, ha quem o supponha asylo de invalidos da litteratura...” O *bold* é da nossa responsabilidade.

⁸⁶ Cf. Folhetim de *O Nacional*, 12 Fev., 1859, p.2, que se encontra em **Anexos**, p. 110.

⁸⁷ Considera-se então o folhetinista, e as entradas dicionarísticas ratificá-lo-ão, como sendo aquele que escreve folhetins.

Compreende-se pois que, em 1843, pena anónima escreva no folhetim da *Revolução de Setembro*:

Tambem nós escrevemos um folhetim. É verdade que não entendemos da arte dramatica, mas é isso uma habilitação de mais para tratarmos desassombradamente do assumpto. Nem nos prendem as regras da arte, nem os principios da sciencia.

E porque não hade ser assim? Se o pobre Antonio de Sequeira, de reles remendão que era, passou algum tempo por barão; se o seu mordomo de barbeiro subio á cathegoria de litterato, porque não hemos nós de passar do nada a folhetinista, e fazer o que por ahi tanta gente faz, discorrendo largamente sobre o que nada entende!

Alem disso, o titulo de litterato não custa mais do que o de barão, principalmente depois que em favor das lettras os nossos legisladores o não carregaram com os direitos de mercê e sello⁸⁸.

Dava-se testemunho, não apenas da proliferação de folhetinistas que a cena jornalística portuguesa então conhece e que a vai ainda marcar por longos anos, como o prova a abundância de vozes que se fizeram ouvir para observar tal facto⁸⁹, como ainda da

⁸⁸ “Theatro Nacional da Rua dos Condes. O Barão de Gallegos”, *A Revolução de Setembro*, 16 Out., 1843. Cf. igualmente o folhetim “A’ memoria d’uma renhida peleja”, publicado um quartel mais tarde, em *O Nacional* de 29 de Setembro de 1868, e da autoria de Aurélio do Amaral.

⁸⁹ Lembremos o folhetim saído em *O Ecco Popular*, a 6 de Janeiro de 1849, da autoria de Fouché – Camilo Castelo Branco - e intitulado “Leiam: verão o que é”: “Aqui, ha duzentos annos, quem se quizesse fazer conhecido pelas lettras, precisava de escrever vinte volumes em typo de breviario; e o seu nome ia morar em gordos caracteres na estante d’um livreiro, quando a intelligencia do escriptor era pasto dos vermes, se é que isto de intelligencia é cousa roivel. Aos vinte e cinco annos largava o rapaz de genio o Ovidio, e o santo Agostinho, e começava a escrever a chronica deste ou daquelle deabo(...). (...) Hoje, nós os superficialissimos entendedores do coração humano, se cá vissemos um destes homens, chamavamos-lhe um *bom pandigo*. // Abstraído de frades, chronicas, e reis, porque não sou amigo de archaismos, e não sigo a escola do antiquario Filinto Elysio, descahirei cá na epocha das intelligencias de lume-prompto, em que um rapaz cimenta, o seo monumento litterario com meia duzia de folhetins n’um jornal”. Quase vinte anos mais tarde, Júlio César Machado em “Revista da Semana” de 1 de Janeiro de 1867, no jornal *A Revolução de Setembro*, ainda observa: “Com o tempo, qualquer jornalista que soubesse um quasi nada do seu officio principiou a fazer um folhetim por semana, e parece que com a entrada deste anno se progrediu a ponto de que Lisboa vae desfructar o folhetim quotidiano!” A banalização proliferante do folhetinista e da sua escrita leva Júlio César Machado a lançar, com graça, a ideia do folhetinista ambulante – espécie de *colporteur* - que iria de casa em casa oferecer, pessoalmente, o seu folhetim. Em 1889, já o fim do século se aproximava, Mariano Pina em *A Illustração* de 20 de Fev., de 1889, p. 50, afirmava: “Em cada familia portugueza cada membro varão a partir dos quinze annos d’idade é um litterato, ou já foi um litterato // (...) [Não há] Ninguem que no seu passado não conte um folhetim nas columnas da *Revolução de Setembro* ácerca da Liberdade, e que depois foi transcripto n’um dos 5.000 *Clamores* que se publicam em Portugal(...)”.

pouca importância que a falta de erudição ou preparação do folhetinista reveste⁹⁰, numa escrita mais diletante⁹¹ e ligeira⁹² a permitir exercitar a pena⁹³, a permitir também, ao folhetinista, falar um pouco de tudo e com legitimidade para de tudo falar já que ser folhetinista não aponta para uma unicidade da matéria a tratar mas desde logo para a ocupação de um espaço de escrita no *rez-de-chaussée* do periódico.

A folhetinomania se por um lado vulgariza o acto de escrever, por outro lado permite uma tomada de consciência por parte do literato que o levará a pronunciar-se sobre a sua actividade e respectiva caracterização, sobre a sua função social, delimitando e definindo o seu papel, e sobre a entidade receptora, produzindo todo um discurso metafolhetinesco que se converte em *leitmotiv* peculiarizante da sua escrita. O folhetinista empreende, ele próprio, a sua auto-crítica, uma outra forma de se caracterizar⁹⁴. Ao inscrever no texto um veio auto-reflexivo, o folhetinista vai definindo a sua própria identidade; procura legitimar-se socialmente, delimitando o seu estatuto e, simultaneamente, legitima o género cronístico não canonizado, validando afinal o seu próprio discurso⁹⁵. De facto, que o reconhecimento social acaba por ter lugar - não tanto dos folhetinistas enquanto grupo, mas do folhetinista entidade única e distintiva, embora vulgarizada -, prova-o, por exemplo, a consequente e constante compilação de folhetins em suporte livresco⁹⁶. Porém, se todo o discurso construído em torno do folhetinista e da sua escrita conduzem à consolidação da figura do cronista, tal não basta para conferir identidade ao grupo dos que se entregam às lides do folhetim.

⁹⁰ Dez anos mais tarde, numa fisiologia do folhetinista, veicula-se a mesma ideia: “(...)é verdade que nunca aprendeu nada de quasi tudo em que falla para poder dar a tudo *sota e az*. Mas o que inferis d’ahi? - Que a sua erudição nasceu com elle(..)” (Zigzag – “Typos Nacionaes. O folhetinista”, *O Ecco Popular*, 3 Maio, 1853). Em **Anexos**, pp. 87-89.

⁹¹ Lopes de Mendonça, o grande impulsionador do folhetim em Portugal, dizia na sua “Revista de Lisboa” a 13 de Outubro de 1849, em *A Revolução de Setembro*: “Buffon não podia escrever os seus grandiosos estudos sobre a natureza senão de casaca de punhos de renda, camiza *plissé* e à *jabot*, çapatos com fivellas, o *toilette* completo para ir á corte. O folhetinista é mais modesto, e menos exigente. Atira ao papel as suas frases em *robe de chambre*; e sorvendo de vez em quando um cachimbo, *culloté* scientificamente em cinco horas de trabalho rigoroso”.

⁹² Em folhetim de *O Nacional*, 14 Junho, 1854, define o Visconde de Quebrantões que assina o texto: “O folhetinista é o Titiro da imprensa”.

⁹³ São os próprios folhetinistas a terem consciência de tal facto e a referi-lo como acontece em *O Chronista*, 26 Ag., 1851: “O folhetim(...) é o *forum* das localidades, a serie de acontecimentos e a escola dos recém-litteratos”.

⁹⁴ Cf. Zigzag – *op. cit.*

⁹⁵ Cf. a reflexão empreendida por Jacques Dubois – “Code, texte, métatexte,” *Littérature*, déc., 1973.

⁹⁶ Debruçar-nos-emos sobre esta questão em capítulo sobre a crónica-folhetim.

A opção pelo anonimato ou pela pseudonímia – então estratégia comum ⁹⁷- faz-se cautela face a uma identidade em construção, face a um processo de legitimação social em curso, também para o literato já com poder simbólico, até porque, por preconceito ou por convicção, muitos entendem o folhetim enquanto actividade menor dentro do culto das letras⁹⁸. Além do mais, o letrado oitocentista raramente se entrega em exclusivo a esta actividade. Dentro do campo social, ele exerce ou poderá exercer actividades diversas. Assim, a revelar pudor autoral mas também a declinar ou encobrir responsabilidade por uma escrita de opinião e por vezes com fragilidades várias, floresce o anonimato e a pseudonímia a atingir uma vasta gama de literatos e a proteger neófitos na república das letras⁹⁹. O desabafo de um Morpheu da Madeira é pois bem compreensível: “Já não ha letra no abecedario que não tenha escripto um folhetim. De maneira que ainda que um homem queira esconder-se por de traz d’um E, d’um V &c. já não pode. Cada um pegou na sua mascara, e agora quem quizer escrever hade ser a peito descoberto!”¹⁰⁰ A pseudonímia torna-se particularmente importante no caso da mulher autora, porquanto lhe permite evitar escolhos vários tais como juízos de valor baseados em códigos morais e sociais que remetem os papéis femininos para a esfera do privado. A mulher autora pode dessa forma ser tomada a sério e percorrer caminhos de visibilidade social por interposta entidade, bem como explorar domínios da escrita tradicionalmente considerados pertença do sexo masculino.

O espaço do folhetim surgido num suporte de difusão facilitada, a preço mais acessível do que o livro, permite um consumo mais rápido e imediato desse bem cultural e, por esse motivo, pode exercer uma acção não negligenciável sobre o público¹⁰¹.

⁹⁷ Eugène Pelletan, por exemplo, dará à luz no jornal *La Presse* textos judicativos em torno de obras recém publicadas de índole vária, sob o pseudónimo de *Un Inconnu*.

⁹⁸ Quando Arnaldo Saraiva em “Sobre o conceito de literatura marginalizada”, *Literatura Marginalizada. Novos Ensaio*s, Porto, Edições Árvore, 1980, p. 7, afirma que “Entre essa literatura marginal, marginalizada, e que é frequentemente produzida por marginais [se] contam os slogans, os anúncios, os comics, as bandas desenhadas, os folhetins, as fotonovelas, as reportagens, os romances policiais, a ficção científica, as canções, e inúmeros textos ‘underground’ ou contraculturais”, no que aos folhetins diz respeito, há que não esquecer que todo aquele que era já escritor ou aspirava a sê-lo desejava e cultivava o folhetim. Assim, a marginalidade era relativizada porque admitida, embora com o sentimento de alguma menoridade presente na escrita de folhetim. A escrita folhetinesca torna-se no século XIX uma prática literária corrente.

⁹⁹ Sobre a pseudonímia em Camilo Castelo Branco, consulte-se Francisco Martins – “A pseudonímia e os seus limites”, *Camilo Quando Jovem Escritor*, Porto, Edições Afrontamento, 1990, pp. 26-38.

¹⁰⁰ Morpheu – “2º Folhetim”, *Correio da Madeira*, 5 Abril, 1851.

¹⁰¹ Que existia consciência desse facto, testemunha-o Eugène Hatin, *op. cit.*, p. 577, quando afirma: “(...)le but de cette noble institution [le journal] étant d’agir sur l’esprit public à chaque

Apresentando-se com um estatuto de relativa liberdade¹⁰² e podendo por isso acolher igualmente uma escrita de opinião heteróclita na sua manifestação como o mostra a presença da polémica nas suas colunas, o folhetim ajudará sem dúvida a contribuir para criar condições no que respeita ao aparecimento do intelectual português no século XIX¹⁰³. Com efeito, este tipo de escritor público que se expõe na vitrine do jornal, está intimamente ligado ao presente, vive dele e para ele. Atento ao que em torno de si se passa, o folhetinista nutre a sua escrita do factual, não se coibindo, é esse um dos seus privilégios, de formular e publicitar juízos sobre o(s) acontecimento(s) que trabalha, detentor que é de uma prática discursiva a partilhar com o leitor. Deste modo, o folhetinista tem ao seu dispor um veículo de excepção para se constituir, se assim o desejar, enquanto fautor de opinião¹⁰⁴, até porque cultiva uma relação de proximidade com o seu destinatário.

Se o raio de acção do seu poder quase sempre se estende a questões como a moda, os espectáculos ou a novidades editoriais como o retrata caricaturalmente Zigzag, a lembrar o desencantado e desenganado quadro balzaquiano do exercício da crítica na imprensa parisiense que *Illusions Perdues* encerra,

*O folhetinista, sendo um ente que em nada se avantajava ás forças musculares de um homem regular, é todavia temível, perigoso e mesmo pavoroso. Qualquer moda em vestuário que lhe desagrade; qualquer cantora que lhe não soe bem aos ouvidos; qualquer escriptor que elle bem não entenda podem preparar-se para entregar os ossos á necrológica mansão d'um folhetim. O folhetinista póde tudo sobre elles. Se muito bem lhe aprouver, assassina-os com duas pennadas, amortalha-os com a negra côr da tinta de escrever, e enterra-os mesmo alli no vastissimo campo d'uma folha de papel, que nem tanto é preciso para encher um folhetim*¹⁰⁵,

instant et sans relâche, précisément par cette brieveté intelligente et incisive qui s'accommode aux loisirs de chacun et de chaque jour”.

¹⁰² Cf. Rui Ramos – “A formação da *intelligentsia* portuguesa (1860-1880)” *Análise Social*, vol. XXVII (116-117), 1992, p. 496. Rui Ramos lembra o exemplo do folhetim da *Revolução de Setembro* que publicou nos anos de 1868 e 1869 não apenas autores ligados à Geração Nova, mas também autores pertencentes à chamada “escola do elogio mútuo”.

¹⁰³ Cf. Rui Ramos – *op. cit.* Neste estudo, Rui Ramos observa pertinentemente que a existência de letrados não é sinónimo de existência de intelectuais e trabalha questões em torno do aparecimento de uma consciência de “poder intelectual” (p. 484) em escritores da chamada Geração de 70. Ora em momentos de polémica então vividos, o espaço do folhetim acolherá todo um conjunto de escritos de opinião como aquando da Questão Coimbrã.

¹⁰⁴ Em 1857, afirma-se no *Panorama* que o jornalismo “empunha hoje o sceptro da opinião” p. 138.

¹⁰⁵ Zigzag – “Typos Nacionaes. O folhetinista”, *op. cit.*

o folhetinista, ao longo do século XIX, vai por vezes ainda mais longe, ao usar voluntária e conscientemente o espaço do folhetim para exercer um magistério de influência no âmbito do exercício da cidadania. Ele é então responsável por uma prática discursiva que se articula com uma prática social e uma prática política, realidade particularmente evidente nos primeiros folhetins do *Periodico dos Pobres no Porto* ou no *Braz Tisana*, em textos de escritores que integrarão a Geração de 70 ou, por exemplo, por ocasião do *Ultimatum* inglês. A interacção folhetinista-sociedade tem lugar no exercício da actividade folhetinística pois é através da linguagem que o homem dessa época manifesta o *Zeitgeist*.

Convém não esquecer que a implantação no jornal da rubrica folhetim dá-se numa etapa em que o periodismo se arroga em instrumento do progresso, detentor de um papel reformador da sociedade, atingido também ele por um ideal romântico e por uma conjuntura sócio-política que apela para o exercício de uma missão civilizadora e de instrução¹⁰⁶. Em momentos vários, os colaboradores do jornal salientam a importância do periodismo e que decorre da capacidade em fazer progredir as classes menos instruídas¹⁰⁷. Esse poder civilizador, de instrução e fator de opinião face ao povo tem de ser evidentemente relativizado, se atentarmos sobretudo na primeira metade do século. O índice elevado de analfabetismo da população portuguesa, a interdição no acesso, por falta de meios, a bens culturais de boa parte da população são obstáculos a essa acção civilizadora tão defendida por muitos dos letrados de Oitocentos. Porém, se folhetinistas há que manifestam um ideal civilizador outros assumem de modo claro a escrita de folhetim enquanto literatura amena, com objectivos de entretenimento. O advento do folhetim na imprensa periódica contribui então decisivamente para o desenvolvimento de uma função de entretenimento que se acrescenta à formação e informação levadas já a cabo pelo periodismo; contribui ainda para que se crie uma

¹⁰⁶ Cf. Lopes de Mendonça – “O jornalismo litterario”, *op. cit.* E ainda, em 1861, o *Archivo Pittoresco* diz ser a imprensa “poderoso elemento da instrução e civilização” (*op. cit.*, p. 351).

¹⁰⁷ Cf. Lopes de Mendonça – “O jornalismo litterario”, *op. cit.*: “A primeira tarefa é acostumar o povo á leitura, é corrigi-lo dos seus defeitos, sem que o prescinta [*sic*], é finalmente crear-lhe o gôsto de ler, e de pensar”. Cf. igualmente Alberto Pimentel – “O Primeiro de Janeiro”, *O Primeiro de Janeiro*, 1 Dez., 1872. Diz o autor que *O Primeiro de Janeiro* “Trabalhou para lhe dar [ao povo]o vinho do Porto pelo vinho da Bairrada, e provou que a inandade das classes baixas provinha do abuso da zorrappa com que dessedentavam o espirito diante da litteratura de cordel e cego andante. Luctou, batalhou, e conseguiu dar ao povo, por dez reis, um almoço de politica e litteratura, - o romance das nações e o romance dos homens”.

nova forma e momento de sociabilidade, ao mesmo tempo que, nesse espaço, se passam em revista diferentes formas de sociabilidade vivenciadas pelo homem da época.

A importância crescente do jornal e o papel que desempenha ou deveria desempenhar junto do leitorado não pode pois deixar de gerar receios e levar a tomadas de posição que procuram alertar os contemporâneos. Em 1867, por exemplo, *O Panorama* oferece como objecto de reflexão o artigo, distribuído por três números, “As Letras e os Litteratos. Considerações da actualidade”. Trata-se não apenas de chamar a atenção para a “vulgarização da imprensa” que permite lançar “o cimento nos alicerces da instrução popular”¹⁰⁸ – facto positivo –, mas igualmente lembrar que a leitura do jornal deverá ser apenas um momento propedêutico para a leitura do livro, dando conta afinal das limitações do periodismo e das dificuldades que o mundo da edição e o autor experimentam no escoamento e fruição das obras colocadas no mercado. O presente artigo importa ainda pela denúncia que faz da míngua de novos e verdadeiros talentos na literatura nacional: “Na geração actual, depois que tres ou quatro vocações brilhantes appareceram, quasi inopinadamente na arena da publicidade, fazendo da litteratura doce recreio de horas vagas, ou conquistando por ella parcos recursos a troco de deslumbrante (e de futuro esterelizador) fecundidade, nem uma iniciação só, auspiciosa para as letras tem havido, nestes ultimos annos, nos templos da litteratura patria”¹⁰⁹.

Se é verdade que o folhetinista português se constrói à imagem e semelhança do seu homólogo francês o qual constitui sem qualquer dúvida a referência por excelência, dentro das fronteiras nacionais instituem-se igualmente relações de hierarquia que fazem de alguns folhetinistas os modelos e bitolas para todos aqueles que se entregam à actividade cronística. Ouçamos João Ninguém - sintomaticamente assim denominado -, folhetinista de *O Ecco Popular*:

Temos dito cento e uma vez, que o Porto está insipido - mintimo-vos: insipidos estamos nós. Se Jules Janin, Gustave Planche, ou para não ir tão longe, se o brilhante folhetinista da Revolução de Setembro, ou ainda mesmo qualquer outro da terra do snr. Alfenim, estivesse a estas horas occupando o nosso posto, que proveito não tirariam eles da carolice dos meus honrados cidadãos . Eram artigos e mais artigos e haveria falta de accomodação nos

¹⁰⁸ C. B. – “As Letras e os Litteratos. Considerações da actualidade” *O Panorama*, vol. XVII, nº 41, 1867, pp. 328-329.

¹⁰⁹ *Idem*, nº 43, 1867, p. 342.

*andares terreos; mas materia para muitas e mui espirituosas chronicas isso não faltaria*¹¹⁰.

O Nacional, cerca de quinze anos mais tarde, assinala a multiplicação de literatos e aponta como “folhetinistas de lei” Pinheiro Chagas, Júlio César Machado, Camilo Castelo Branco, Leonel Sampaio e Ramalho Ortigão¹¹¹.

A vulgarização da actividade folhetinística não resulta somente de uma reacção especular por parte dos agentes culturais portugueses afectados pelo fenómeno da moda e que tem como pólo irradiador a França, levando a que se vejam autores portugueses à imagem e semelhança de folhetinistas franceses¹¹². Com efeito, o espaço do folhetim inscreve-se ainda numa lógica da subsistência ou, segundo aqueles que cultivam o folhetim, da sobrevivência¹¹³. Se, para alguns, o folhetim vai gerar emprego e se torna uma via profissionalizante, para tantos outros é fonte subsidiária e não negligenciável de proventos pecuniários que ajudam a compor o orçamento¹¹⁴. Se a falta de assunto é sombra que paira na vida do folhetinista, a parca remuneração é também uma preocupação tantas vezes confessada. Lopes de Mendonça ou Júlio César Machado, por exemplo, denunciam a situação de atribulação económica experimentada pelo homem

¹¹⁰ João Ninguém - “Chronica”, *O Ecco Popular*, 7 Agosto, 1849. A queixa iterativa que no espaço do folhetim surge, torna-se um *leitmotiv* da escrita folhetinesca; a título ilustrativo registemos a ocorrência menos de um mês depois, a 1 de Setembro neste mesmo jornal, em “O folhetinista”, crónica assinada pelo 4º *Rapaz do Ecco* (em **Anexos**, pp. 46-49).

¹¹¹ Cf. M. - “Folhetim”, *O Nacional*, 5 Jan., 1866. Aqui se afirma: “O folhetim, que sempre devera ser monopolio inviolavel das intelligencias privilegiadas, é hoje soalheiro indefenso, accessivel e publico a qualquer farricoco empavonado. (...) O ecco do folhetinista resoa altivo nos angulos do paiz, aonde surge uma gazeta, politica ou litteraria”.

¹¹² No folhetim de *O Nacional*, a 8 de Agosto de 1863, apoda-se Agostinho Albano, folhetinista portuense, de “mon petit Janin”, em carta publicada nesse espaço e a ele dirigida.

¹¹³ É o caso de Júlio César Machado, por ele próprio testemunhado na “Revista da Semana” de *A Revolução de Setembro*, 12 Março, 1861: “A felicidade é uma questão de habito. Quando eu tinha dezeseis annos, eu proprio, que tanto rio convosco todas as terças-feiras! - achei-me um dia sem pae, e sem futuro. A sociedade chama futuro ao patrimonio ou á familia: eu não tinha familia nem patrimonio. Disseram-me que o trabalho era uma especie destas duas coisas, e trabalhei. (...) Se tivesse feito um poema epico, ninguem o lia: lembrei-me de ser alegre e de escrever folhetins (...)”.

¹¹⁴ Não estamos a menorizar ou esquecer o objectivo de conquista de poder simbólico anteriormente referido. Na verdade, concordamos inteiramente com M^a de Lourdes Lima dos Santos quando afirma em *Para uma Sociologia da Cultura Burguesa em Portugal no Século XIX*, Lisboa, Editorial Presença/Instituto de Ciências Sociais, 1983, p. 99: “O jornalismo se, por si só, não assegurava ao intelectual condições de independência económica, oferecia-lhe possibilidades de obter um capital social interessante (popularidade, apoios políticos, frequência de meios intelectuais...), capital esse, que, por sua vez, lhe poderia proporcionar acesso a uma carreira política ou burocrática”.

de letras em Portugal¹¹⁵ e confrontam a realidade nacional com a realidade estrangeira, quer na crónica-folhetim¹¹⁶ quer nas suas narrativas de viagem¹¹⁷. Na verdade, a colaboração de um folhetinista em diferentes periódicos¹¹⁸ ou a pluri-actividade indicam-nos o grau de dificuldade em subsistir experimentado pelo homem de letras¹¹⁹. A parca e por vezes inconstante remuneração explica ainda a acumulação de funções que o literato e intelectual oitocentista persegue, fazendo-o desejar um cargo na administração pública¹²⁰. A prática do folhetim funciona também com frequência como um actividade de juventude posteriormente abandonada para se assegurar uma vida

¹¹⁵ Em 1859, Eduardo Augusto Vidal, figura do homem de letras oitocentista que colabora assiduamente no espaço do folhetim quer cultivando a crónica quer cultivando a poesia, verá publicada a sua recolha de poesias *Harmonias da Madrugada*. Bulhão Pato e Rebelo da Silva em epístolas que antecedem os versos de Vidal sintomaticamente salientam as dificuldades económicas do letrado português e do poeta em particular e afirma Rebelo da Silva: “A carreira das letras sabes o que tem sido, e o que provavelmente continuará a ser entre nós. Sem horisontes, sem premios, e desamparada dos que deveriam proteje-la (...)” (*Harmonias da Madrugada*, Lisboa, Typ. Industrial, 1859, p. 7).

¹¹⁶ Lopes de Mendonça, no folhetim “O jornalismo litterario” acima citado, afirma que as dificuldades de uma empresa jornalística em Portugal são tais que “(...) todos imploram a caridade dos escriptores, e se algumas vezes lhe remuneram o trabalho, é d’uma maneira tão mesquinha, que mais valia o *obrigado* da direcção”. Cf. ainda Lopes de Mendonça - “Revista de Lisboa”, *A Revolução de Setembro*, 6 Out., 1849. Pergunta o folhetinista às senhoras: “Desejais por acaso um jornalista, um poeta, um homem de letras, um critico, um auctor dramatico? Resignai-vos a morrer de fome e de amor ao setimo dia, dia em que, segundo diz a Biblia, Deos descançou do trabalho de fazer o mundo”. Dois anos depois, em revista de 16 de Agosto do mesmo jornal, afirma Lopes de Mendonça: “Ora escuso dizer-lhes, meus queridos leitores, que não se podendo passar letras sobre a posteridade, a litteratura e a sua irmã poesia são dos capitaes menos productivos que se conhecem na industria moderna, a não se viver em França, Inglaterra ou Alemanha: daqui se conclue que eu existo em Lisboa de verão contra o meu desejo, e que escrevo muito mais semsabor do que é permittido decentemente a um escriptor publico”.

¹¹⁷ Quando lemos as narrativas de viagem de Júlio César Machado damo-nos conta da atenção que vota ao modo de subsistência do escritor inglês ou italiano, por exemplo, comparando-o de imediato com o literato português.

¹¹⁸ Cf. Alfredo Mesquita – *Julio Cesar Machado. Retrato Litterario*, Lisboa, Liv. A. Férin, 1890, p.17: “Traduzia comedias para o Gymnasio, fazia a revista d’um jornal, redigia artigos para uma revista. Ia vivendo, habilmente, e conseguindo tornar-se conhecido”. E mais adiante acrescenta-se: “Outros jornais convidavam-o á collaboração, e elle, na febre do renome e do lucro, não recusava, chegando então a accumular tres folhetins de revista de semana”.

¹¹⁹ Situação idêntica é vivida noutros países europeus e, nomeadamente, em França. Cf. Christophe Charle – *Les Intellectuels en Europe au XIXe Siècle. Essai d’Histoire Comparée*, Paris, Éditions du Seuil, coll. “L’Univers Historique”, 1996. Ainda em 1899, Mariano Pina em “Chronica” de *A Illustração*, vol. VI, nº 11, 5 Junho, 1889, p. 162, por ocasião da morte de Eduardo Coelho – fundador do *Diário de Notícias* – afirma: “N’um paiz onde, nem o jornal, nem o livro, ainda puderam dar a independencia a um só homem (...) Eduardo Coelho chega, e funda em plena Lisboa uma empresa jornalística, tão florescente como as que ha em Paris e Londres”. E enriquece!

¹²⁰ Sobre esta questão consulte-se o estudo fundamental de Maria de Lourdes Lima dos Santos - *Intellectuais Portugueses na Primeira Metade de Oitocentos*, Lisboa, Editorial Presença, 1988.

economicamente mais desafogada ou uma actividade socialmente mais prestigiada¹²¹. Ramalho Ortigão, ao lembrar um período da vida do periodismo portuense em que o folhetim declina, dá conta de toda uma realidade heteróclita a rodear aquele que se entrega ao folhetim:

Desses folhetinistas de petulância mais literária, mais ativa e mais cavalheiresca, uns casavam, outros morriam, outros empregavam-se. (...) Custódio José Vieira e Marcelino de Matos entravam no foro com outros escritores notáveis da sua geração, como Alexandre Braga, Delfim Maia e António Ribeiro da Costa, e Almeida Girão conquistava um lugar de professor na Escola Politécnica. Evaristo Basto e o próprio Gonçalves Basto eram finalmente empregados públicos. Ricardo Guimarães vinha para Lisboa ser político e deputado¹²².

De resto, a tribuna periodística é com frequência aproveitada para que o candidato a figura pública, na política, ganhe visibilidade. Lembremos, em registo ficcional, o conselho dado por Lúcio Castanheiro a Gonçalo Mendes Ramires: “E depois, menino, a literatura leva a tudo em Portugal. Eu sei que o Gonçalo em Coimbra, ultimamente, frequentava o Centro Regenerador. Pois, amigo, de folhetim em folhetim, se chega a S. Bento! A pena agora, como a espada outrora, edifica reinos... Pense você nisto!”¹²³ E não é esse também o discurso de Mariano Pina, em crónica de 1889, quando fala dos escritores que se servem das letras, a maioria, em contraposição com os que amam as letras? Diz propositadamente com exagero o cronista: “E esses 3.999.995 litteratos que eram a flôr da *Havaneza* e o orgulho de tanto coração amante, transformam-se lentamente, pouco a pouco, n’essa nuvem de conselheiros que são o baluarte do throno e o sustentaculo do *Diario do Governo!*”¹²⁴

O confronto com o Outro, não passa apenas pelo aspecto financeiro mas implica um cotejo de estatuto e reconhecimento da pertença ou vontade de pertença a uma família de literatos. Quando tal acontece, constata-se que o homem de letras português e, neste caso o folhetinista, não é prestigiado ao contrário do que sucede em França. Em 1887, Mariano Pina observava: “Em França é facil ser-se escriptor, ser-se homem de

¹²¹ Cf. a reflexão de Júlio César Machado sobre o que é ser pequeno ou ser grande em “Revista da Semana”, *A Revolução de Setembro*, 31 Julho, 1860: “Nem é pequeno o escriptor, que, n’uma epocha em que as letras não são sacerdocio, vende, para poder viver, os seus pensamentos, que são a luz da sua alma!”

¹²² Ramalho Ortigão – “Cruz Coutinho”, *As Farpas*, vol. III, Lisboa, Clássica Editora, 1988, pp. 56-57.

¹²³ Eça de Queirós - *A Ilustre Casa de Ramires*, edição de Elena Losada Soler, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1999, p. 84.

¹²⁴ Mariano Pina – “Chronica”, *A Illustração*, 20 Fev., 1889, p. 50.

letras. Paris é uma cidade exclusivamente litteraria e artistica(...) O mercado litterario é colossal.(...)// Em Lisboa as letras e o officio de litterato ainda são o maior desgosto que um mancebo possa dar a seus extremosissimos paes...”¹²⁵ Ser folhetinista não é um alto cargo e ter espírito não faz dele um privilegiado, pelo facto de ser um cultor de uma escrita ligeira que, apesar de lida com sofreguidão, não gera consideração, pelo facto ainda de tal actividade se ter banalizado. Não será por acaso que Júlio César Machado, homem que vive das letras, aproveita um folhetim de *A Revolução de Setembro*¹²⁶ para prefácio da sua obra *Contos a Vapor*, publicada no mesmo ano. Trata-se de um texto em que o autor apresenta ficcional e humoristicamente ao leitor uma visita sua a casa de uma família burguesa, procurando ocultar a sua actividade aos olhos de todos. Ouçamo-lo à conversa com o dono da casa:

- *Deve guardar o sigillo mais impenetravel sobre a minha existencia, e correr um veu sobre o meu passado, esse passado doloroso de folhetins e de livros. Supponha que me chamo Ruboredo; apresente-me como Ruboredo; Ruboredo, nada mais!*

- *Ser litterato não é por ventura...*

- *Oh! Silencio! Sabe o senhor o que proferiu! Mas, todos os manatas são litteratos: é a profissão dos que a não tem; não ha caixeiro desempregado, advogado sem escriptorio, escripturario sem penna, cabelleireiro sem pente, que não seja fabricante de litteratura!*¹²⁷

E Júlio César Machado mais adiante refere uma série de nomes conhecidos no mundo das letras, Mendes Leal, António Feliciano de Castilho, Rebelo da Silva, Latino Coelho, Andrade Corvo, Rodrigues Cordeiro, Francisco Palha, entre vários outros, que, significativamente, se apresentam como detentores de determinado cargo ou ligados a um ramo de actividade que nada tem a ver com o mister de literato¹²⁸.

Esta corrida ao jornal, dá claramente testemunho do lugar central da imprensa periódica nos campos literário¹²⁹ e social oitocentistas. No século XIX, a experiência jornalística é algo que os pretendentes a literatos ou os que já conquistaram esse título partilham. Fazer a experiência do jornal torna-se uma prática epocal em estreita ligação

¹²⁵ Mariano Pina – “Chronica”, *A Illustração*, vol. IV, nº 7, 5 Abril, 1887, p. 99. Refere ainda o uso do pseudónimo como protecção para o homem sério que se entrega ao culto das letras.

¹²⁶ Cf. Julio Cesar Machado - “Revista da Semana”, *A Revolução de Setembro*, 9 Junho, 1863.

¹²⁷ Julio Cesar Machado - “Revista da Semana”, *A Revolução de Setembro*, 9 Junho, 1863.

¹²⁸ Cf. *Idem, ibidem*.

¹²⁹ Entendendo nós campo literário enquanto campo de forças que agem no seio do espaço social e integrando obras, autores, instituições, fenómenos ligados a uma prática literária.

com um fazer literário, com a possibilidade de conquista de um poder simbólico que pode vir a ser determinante no futuro percurso de vida do homem de então.

2.3. O público do folhetim

A expansão do periodismo e do folhetim, em Oitocentos, não traz apenas para as luzes da ribalta a figura do folhetinista. O destinatário ganha igualmente protagonismo e visibilidade. E com efeito, a entidade receptora não tem ela vindo a acompanhar, mais ou menos veladamente, o estudo e a reflexão que empreendemos em torno deste objecto periodístico? Pensar no destinatário não decorre apenas da óbvia razão de que todo o texto escrito precisa de um leitor para acontecer, mas, no caso em apreço, os factos de linguagem que um jornal apresenta são produtos feitos a pensar em putativos consumidores do objecto impresso. O jornal oitocentista, e de modo progressivamente mais acentuado ao longo do século, inscreve-se numa lógica da oferta e da procura. O jornal não vai apenas ao encontro de leitores, mas busca também assinantes e ao perseguir esse objectivo o periodismo contribuirá decisivamente para um alargamento do leitorado.

É precisamente essa dupla qualidade do destinatário – o que frui mas também o que assegura a existência de um periódico - que condiciona a escrita jornalística e, por consequência, a escrita folhetinesca difundida num suporte de vocação industrial e atento às solicitações do momento presente, pois como sublinha Silva Túlio, escondido na sombra do Barão d’Alfenim, “Hoje em dia, nenhum jornal satisfaz as exigencias do nosso publico – sendo politico, sem ter o seu roda-pé, a que chamam folhetim – sendo litterario, sem ter a sua *revista* ou *chronica*, e quanto mais sediciosas... (litterariamente fallando) melhor. – E’ moda”¹³⁰. Não visando a mera informação ou formação, o folhetim vai sobretudo dar resposta a uma necessidade lúdica do público que precisa ser atendida, sem exigir grande dispêndio de tempo. Contemporâneo e testemunha da importância do folhetim na sociedade de então, Sampaio Bruno observará décadas mais tarde:

(...) [o folhetim] publicado n’um numero só, não força o leitor a esperar pelo seguimento, dá ao espirito a sensação grata do repouso; e elle sabe bem, como o alimento espiritual d’uma população pouco culta, não se indignando por que lhe despertem a preguiça do cerebro, comtanto que seja por pouco tempo. Depois, no modo de ser industrial e mercantil das sociedades

¹³⁰ Barão d’Alfenim – “Chronica”, *A Epoca*, nº 26, 1848, p. 411.

*modernas, o homem de letras não póde exigir uma atenção longa do grande publico, ao qual os affazeres poucas horas concedem de liberdade, de modo que, se o jornal é, como o viu Proudhon, a litteratura do futuro, o folhetim corresponde perfeitamente ao actual condicionalismo historico. Assim, a sua iniciação deveria ter amplitude deante de si, como succedeu com effeito*¹³¹.

A reflexão empreendida pelo autor de *A Geração Nova*, aponta igualmente para a existência de um público português culturalmente pobre e culturalmente indolente que aceita e inscreve o contacto com o objecto periodístico e, em particular, folhetinesco num tempo de ócio que afasta o esforço, o trabalho, mesmo que só da ordem do intelectual e que poderia levar a um crescimento pessoal. Cerca de vinte anos antes, Júlio César Machado, em tom zombeteiro, traçava uma taxonomia do leitor:

Na nossa terra, ha ainda muitos leitores; (...) mas, esses que possuímos dividem-se em tres respeitaveis grupos, que convem saber:

Leitores para se instruírem.

Ditos, para se entreterem.

*Ditos, para chamar o somno*¹³².

Dos primeiros diz César Machado existirem em Lisboa cerca de catorze, dos segundos uma porção regular, dos terceiros afirma serem o melhor grupo porém não compram livros e preferem “as pilulas opiadas”¹³³.

Apesar do solo não ser o mais fértil, as sementes lançadas pelo folhetim parecem ter germinado e Sampaio Bruno reconhece o contributo do folhetim no alargamento do gosto, na estimulação da curiosidade intelectual e também no incremento de uma cultura estética através do contacto com uma escrita polimórfica¹³⁴ pela variedade temática que oferece, por diferentes formas textuais aí cultivadas. Na verdade, o periodismo português, ao seguir a lição francesa na adopção do folhetim, por via da tradução, faz-se veículo divulgador de diversas culturas e literaturas nacionais – em especial a oriunda de França ou as de que a França é intermediária -, proporcionando uma aproximação reflexiva ou inconsciente do público português a uma comunidade internacional dita civilizada e, conseqüentemente, dando a conhecer e familiarizando os leitores com novas propostas estéticas.

Tal como o jornal pretende ser, no seu conjunto, leitura para todos os membros da família, o folhetim enquanto microcosmos do jornal alberga assim uma escrita

¹³¹ Bruno – *op. cit.*

¹³² Julio Cesar Machado – “Revista da Semana”, *A Revolução de Setembro*, 31 Julho de 1860.

¹³³ *Idem, ibidem.*

¹³⁴ Cf. Bruno – “As revistas litterarias e o folhetim”, *op. cit.*, p. 70.

plurifacetada que responderá a interesses diversificados. Acontece de facto que esse público a que o folhetim se dirige não é de modo algum homogéneo. Tendo em conta os estudos existentes no domínio da história do livro e da leitura em Portugal e trabalhadas questões como o grau de alfabetização, a implementação da escolarização, os espaços de leitura ou as iniciativas editoriais, os diversos indicadores apontam para a existência de uma cultura burguesa em que a prática da leitura é uma realidade¹³⁵. Contudo, se o perfil do leitor se enquadra em estratos sociais médios certo é que se pode desde logo efectuar uma sub-partição entre um público feminino e um público masculino¹³⁶. Na verdade e durante boa parte do século XIX é uma pequena e média burguesia quem se constitui como destinatário do periodismo e se há inegavelmente uma diversidade fundada no género, há também a diversidade que decorre de interesses variegados a sustentar a escrita caleidoscópica da secção folhetim. No que ao povo diz respeito e tendo embora em conta todo um discurso em circulação no sentido de se implementar a instrução e progresso das camadas populares da sociedade, certo é que a literacia é apanágio de uma classe burguesa. As temáticas abordadas pelos cronistas revelam o grau de conhecimento que os autores têm do seu público – um público conhecido, familiar, próximo: os bailes, o teatro, a ópera, a estação de vilegiatura, a moda, os livros, as viagens, estes e outros assuntos que se prendem com formas de sociabilidade, práticas culturais apanágio da burguesia de então.

Justifica-se contudo uma nota particular em torno da mulher leitora. Com efeito, o público do folhetim parece ser grandemente composto por uma franja feminina. São pelo menos essas as representações maioritárias na própria escrita folhetinesca. Assistimos na verdade a uma feminização do leitorado preferencial do folhetim, dando conta afinal de imagens-estereótipo do masculino e do feminino na sociedade burguesa da época. Assim, o folhetim enquanto produto ameno para ocupação do lazer não pediria uma recepção exigente. Tomemos como exemplo uma crónica de 1848:

Cada assinante tem (termo medio) mulher, duas filhas, tres parentes, &c; e todas estas suas amigas, vizinhas e tal. Ora, sendo a maioria das senhoras

¹³⁵ Cf., por exemplo, Maria Manuela Tavares Ribeiro – “Livros e leituras no século XIX”, *Revista de História das Ideias*, Coimbra, Instituto de História e Teoria das Ideias da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1999, pp. 187-227 (número sobre “O Livro e a Leitura”). Este e outros estudos dão conta de uma preocupação – que atravessa o século - com a difusão de conhecimentos úteis, com o contacto com o objecto impresso e em particular o livro por parte de camadas mais populares.

¹³⁶ O próprio discurso folhetinesco reconhece explicitamente esta partição de género. Cf. a crónica de Júlio César Machado em “Revista da Semana” da *Revolução de Setembro* a 9 Setembro de 1862, cujo início ilustra esse facto: “Amigo leitor, e leitora amiga (...)”.

(portuguezas) pouco dada ás politicas, sciencias, bellas lettras e artes, de que mórmente rezam os jornaes destes dois generos [políticos e literários], porém sim mui affeioadas á litteratura amena e chocalheira, ficariam privadas do legitimo usofructo da assignatura, se não fosse os romances de folhetim, as revistas, chronicas e albums, que para suas excellencias principalmente se escrevem. E assim é que um jornal sem este atavio, lhes parece tão freiratico e capucho como um vestido liso, sem barra, folho ou requife.

Digamos mais. Tambem os homens sisudos (não contando os cabeças-de-vento, que somos innumeraveis) gostam de se desenfadarem e espairecer n'estes prados artificiaes da murmuração jocosa, da critica bicuda, das facecias picantes, das vidas alheias, das noticias inéditas, das balélas e rolêtas do dia, em fim, das frivolidades, que é como se deve chamar a tudo isto, com licença dos (Srs.) litteratos que julgam passar á posteridade nas paginas de semelhantes ninharias!¹³⁷

Os juízos formulados neste excerto assentam claramente em papéis sociais e representações específicas da mulher e do homem de então. Tais representações não podem ser desprezadas apesar de colhidas numa escrita fronteiriça a ligar literatura e jornalismo e, desde logo, pela parcela de ligação a uma história presente e vivencial que o folhetim regista - muito embora não se limite a esse tipo de objectivo – e ainda pela mímica de testemunhos outros sobre práticas de leitura, e respectivos estudos, que nos permitiriam traçar o perfil do público do folhetim em Oitocentos. De todo o modo é inegável, como salienta Martyn Lyons, que “La lecture jouait un rôle important dans la sociabilité féminine. Alors que dans les cafés et les cabarets, penchés sur les journaux, les hommes parlaient politique, romans et livres pratiques s’échangeaient presque exclusivement entre femmes”¹³⁸. E nós acrescentaríamos: periódicos. Sintomaticamente, quer as representações iconográficas quer as representações na ficção relativas a espaços e modos de fruição do objecto impresso são em boa parte protagonizadas por figuras femininas.

Ler o folhetim e partilhar com outros a experiência de leitura, proceder a uma actividade de comentário, constitui-se, à época, uma prática de sociabilidade identificadora da pertença a um grupo, marca de uma cultura burguesa. Se o folhetim nem sempre possibilita um efectivo comércio intelectual, possibilita pelo menos um comércio social. Não é afinal isso o que é reconhecido pelo *Commercio do Porto*

¹³⁷ Barão d’Alfenim – *op. cit.* Pelas razões apontadas pelo cronista também *A Epoca* passará a oferecer a crónica.

¹³⁸ Martyn Lyons – “Les Nouveaux Lecteurs au XIXe Siècle. Femmes, enfants, ouvriers”, *Histoire de la Lecture dans le Monde Occidental*, dir. Guglielmo Cavallo et Roger Chartier, Paris, Éditions du Seuil, 1997, p. 373.

quando se rende à necessidade de oferecer um rodapé aos seus leitores? Em 1857 afirma o cronista: “A curiosidade publica está hoje mais esprevidado [*sic*] do que nunca, porque a epocha é de publicidade e discussão; e a ignorancia de um facto qualquer, é no bulicio social um deficit no valor do individuo que a manifesta”¹³⁹.

Falar de práticas de leitura, torna forçoso determo-nos nas condições físicas, materiais que rodeiam a recepção do folhetim. Como é ou pode ser recebido o folhetim? Quais as condições que rodeiam o acto de leitura? Em que espaços de leitura se dá? Em 1849, Lopes de Mendonça observava: “Não tenho um publico para me ouvir, tenho um publico que me lê ao almoço, entre uma *omellete* e uma chavena de café(...)”¹⁴⁰. E em crónica da *Semana* afirmava-se: “[Os folhetins] são o Marrare onde as damas podem entrar sem ser no tempo da neve, e tomar aqui o seu chá preto, a que o vulgo ignorante de methaphoras chama ‘lettra redonda’ ”¹⁴¹. A recepção do folhetim pode na verdade ter lugar quer num espaço privado – o lar – quer em espaço público – o café, a biblioteca, a associação ou, mais raramente no caso português, o gabinete de leitutra – mas num clima de informalidade permitido pelo dessacralizado suporte jornalístico, flexível na sua polivalência de manuseio¹⁴². Pode ser fruido solitariamente ou de modo colectivo. Lido em silêncio ou em voz alta, lembrando afinal que existe igualmente um público de ouvintes¹⁴³. Adoptando estratégias de sedução do público, atraindo o leitor

¹³⁹ “Retrospecto”, *O Commercio do Porto*, 9 Fev., 1857.

¹⁴⁰ Lopes de Mendonça – “Revista de Lisboa”, *A Revolução de Setembro*, 13 Out., 1849. Anos depois, numa “Revista de Lisboa” da *Revolução de Setembro* de 26 de Julho de 1851, Lopes de Mendonça aponta para outro espaço e momento de leitura do folhetim ao inventariar o que faz quem vai para “*fóra-da-terra*”: “(...) e deita-se ás onze horas com um *folhetim* da *Semaine* nas mãos, ou com um volume desses longos romances que estão hoje em moda nos dominios da litteratura militante”.

¹⁴¹ Visconde de A*** - “Chronica”, *A Semana*, nº 16, Abril, 1851, p. 187. Em **Anexos**, pp. 63-65.

¹⁴² Quando, no prefácio a *Azulejos* do Conde de Arnoso, Lisboa, Imprensa Portugal-Brasil, s.d., Eça de Queirós observa que “A idéa de leitura, hoje, lembra apenas uma turba folheando paginas á pressa no rumor d’uma praça” (*op. cit.*, p. 7), o que está em causa não é tão somente a tomada de consciência de que se caminha para uma cultura de massas ou que o objecto impresso se vulgarizou, mas o que está em causa igualmente é uma dessacralização do próprio acto de leitura, ligado a um mero consumo imediato do impresso.

¹⁴³ Cf. Carmo Reis – *op. cit.*, p. 68: “A Imprensa é, portanto, a palavra que se lê e também a que se ouve”.

para novos produtos de linguagem, a imprensa periódica vê ao longo do século aumentar o número dos seus leitores e, dentro dela, o folhetim, ao estimular o desejo de ler, dará um contributo inegável não apenas para uma fidelização do leitor, mas ajudará também a criar hábitos e práticas de leitura, fazendo do jornal objecto familiar e imprescindível na paisagem quotidiana da época. O folhetim no jornal fomentará então o gosto pela leitura e pelo livro, responderá a um interesse pelo coleccionismo que o século XIX vai conhecer, podendo mesmo levar ao gosto pela criação de uma biblioteca pessoal a combater a efemeridade de uma experiência de leitura jornalística.

3. A CRÓNICA-FOLHETIM: caracterização de um género

*Um folhetim! Tres ou quatro columnas d'um
jornal cheias de palavras, cuja collocação seja
disposta de tal sorte que no rabo se possa dar-lhes
o nome tres vezes mysterioso de folhetim!*

Ecco Popular, 1849

*O folhetim de revista é uma especie de desha-
billé litterario, aonde o escriptor conversa ás
vezes tão sensabormente como nos intervallos
d'uma contradança.*

Lopes de Mendonça - **A Revolução de Setembro**, 1849

Dentro da diversidade textual que o espaço do folhetim alberga, verifica-se a presença esmagadora de todo um conjunto de produção escrita que apelidaremos de crónica-folhetim¹. Na verdade, se a presença do romance-folhetim é considerável (muito embora se registre uma variação de ocorrência de acordo com a política redactorial do jornal ou dependendo de circunstâncias que se prendem com os interesses e necessidades do público leitor, numa interacção constante com a temporalidade que se experimenta), a crónica-folhetim, aliás por direito próprio, marcará posição de relevo no periodismo do século XIX.

Esta realidade textual iniludível a que nos referimos e que não pode ser secundarizada, pois dá corpo a toda uma actividade e intercâmbio culturais de primeiro plano em Oitocentos, não se apresenta, no entanto, sob uma designação homogénea e de sentido único. A pluralidade de designações para a produção do folhetinista dá conta não apenas do espaço de publicação ou da forma de distribuição (“folhetim”), mas ainda das marcas temporais que rodeiam a produção ou do objecto sobre o qual se debruça

¹A opção por esta designação prende-se com o facto de pretendermos delimitar, de um modo mais exacto, o objecto de estudo deste capítulo: trata-se de estudar a ocorrência da crónica no espaço do folhetim.

(“revista da semana”, “revista da Foz”). Assim, quando pretendemos, de algum modo, organizar e subdividir a massa textual inventariada, verificamos que, para além da mais ou menos simples arrumação do que é romance, conto ou poesia, surgem hesitações, na medida em que encontramos textos intitulados “folhetim”, “chronica”, “retrospecto”² ou “revista”, para já não falarmos de todo um sem número de variações sobre estes lexemas como “folhetim-chronica”, “chronica lisbonense”, “revista da semana”, “revista do Porto”, “revista da Foz”, “revista-folhetim”, ou ainda escritos de cariz epistolar de título vários, mas que podem e devem ser reunidos neste mesmo conjunto, e lembremos apenas, como exemplo, as “Cartas Lisbonenses” do Visconde de Benalcanfor, dadas à luz em *O Commercio do Porto*³. Ora esta nomeação flutuante veicula uma riqueza informativa no que respeita à dilucidação da especificidade do que convencionamos chamar crónica-folhetim, porquanto nos elucida sobre o seu suporte material, ou sobre a sua temporalidade⁴, mas também sobre a ausência de uma longa tradição do género - muito embora se possuam modelos -, sobre a necessidade que a crónica-folhetim experimentará em definir um código, enfim, sobre um percurso de afirmação e conquista de um lugar na república das letras.

² Cf. *O Commercio do Porto* que apresenta inúmeros folhetins assim intitulados, encontrando-se num deles, a 2 de Março de 1857, a sua justificação: “Nós entendemos que amontoando semanalmente as noticias de todas as ocorrencias insignificantes, que por ahi se dão, provamos a asserção com que encabeçamos este folhetim-revista”.

³ Dentro de um universo francês, recordemos, por exemplo, o *Courrier de Paris* do Vicomte Charles de Launay que se estendeu por alguns anos em *La Presse* e que não era senão um conjunto de crónicas cujo sucesso foi, sem dúvida, assinalável. A propósito da colaboração de Mme de Girardin, Henri Avenel em *Histoire de la Presse Française depuis 1789 jusqu'à nos jours*, *op. cit.*, p. 366, vai ao ponto de afirmar que essas crónicas “ont été l'origine et qui sont restées le modèle de la chronique périodique”. Também Jean Morierval em *Les Créateurs de la Grande Presse en France. Émile de Girardin, H. de Villemessant, Moïse Millaud*, Paris, Éditions Spes, s. d., p. 66, afirma: “(...) Mme de Girardin, masquée en Vicomte de Launay, imagine un *Courrier de Paris*, si brillant, si juste de formule qu'il donne le ton pendant un demi-siècle à la chronique, cette reine du journalisme de 1840 a 1900”. Também em Portugal, no discurso cronístico oitocentista, Madame de Girardin é uma referência modelar convocada com frequência.

⁴ Um aspecto específico da dimensão temporal, a periodicidade, e que justifica a adopção do termo *crónica*, é, por exemplo, posto em relevo em folhetim de *O Ecco Popular*, 12 Junho, 1849: “(...) dizemos *chronica*, porque tencionamos continuar a apresentar aos nossos leitores, pelo menos, uma vez por semana, o que não é muito, visto o manancial inesgotavel que a invicta cidade nos offerece presentemente”.

Cumpra observar que a diversidade na nomeação quase nunca leva a concepções distintas dos vários vocábulos⁵. A diversidade é uma diversidade sinonímica⁶ e tem por base uma realidade de escrita comum a múltiplos folhetinistas, situados em distintos segmentos temporais. Assim, quando em 1849 se afirma em *O Nacional* que “A revista é já agora o milagroso vínculo que prende a um jornal a atenção de uma senhora”⁷, seria lícito substituir o vocábulo “revista” por “folhetim”. É ainda na mesma acepção que Camilo Castelo Branco fala de “folhetim-chronica”: “O folhetim-chronica ha de ser a recopilação dos obitos, casamentos, e meninos robustos que nasceram durante a semana”⁸, adverte o romancista, ao denunciar a falta de matéria para ocupar o *andar de baixo* do jornal. Também no periódico portuense *O Ecco Popular* diz o folhetinista: “Vou fazer uma chronica, revista ou como melhor vos approuver que se chame este folhetim”⁹. Essa flutuação que se explica certamente à luz da juventude de uma prática escritural, revela uma adopção, com frequência arbitrária, de diferentes lexemas, pelo menos no que respeita a uma fase inicial de implantação da crónica-folhetim¹⁰.

Registe-se ainda uma certa falta de especialização na terminologia usada, por parte da imprensa periódica do século XIX, bem patente no emprego de termos como *crónica* ou *revista*, a indicar, com frequência, a rubrica do periódico que com mais propriedade

⁵ A “Chronica do Porto”, saída em *O Nacional*, 18 Jan., 1858, constitui-se como exemplo da excepção relativamente à dominância da sinonímia por nós referida. Com efeito, este texto, surgido em espaço reservado ao folhetim, regista diferenças entre *folhetim* e *crónica* no que respeita ao objecto tratado, chamando a atenção para o facto de a *crónica*, contrariamente ao *folhetim*, se assemelhar mais ao *noticiário*, e fá-lo através do suposto comentário de uma senhora: “Chronica por folhetins é gato por lebre. Fallam mais em baptisados, obitos e casamentos do que o barbeiro de meu marido, que Deus haja”.

⁶ Cf. J. P. Loureiro - “Revista do Porto”, *O Ecco Popular*, 1 Agosto, 1851: “Mas que é um folhetim, uma revista, uma chronica? - Eu vô-lo digo já! E’ a serie de acontecimentos, de novidades, e de tudo quanto ocorreu em tal tempo, e vai occorrendo. E’ o *forum* das localidades, que o folhetinista, por via de regra, compõe de chiste, de satyra e de outros coloridos mais ou menos adequados. E’ finalmente, a eschola de ensaio dos recém-litteratos, que primeiro principiam a esvoaçar pelos andares debaixo dos periodicos politicos, e depois sobem, sobem, sobem, e se entronisam, quando chegam a sahir do lago immundo das futilidades”.

⁷ “Revista do Porto”, *O Nacional*, Porto, 14 Maio, 1849.

⁸ Camilo Castelo Branco - “Chronica”, *O Nacional*, 31 Maio, 1858.

⁹ Lelio - “Chronica”, *O Ecco Popular*, 6 Nov., 1849.

¹⁰ Em *O Ecco Popular* de 1 de Março do mesmo ano, a flutuação terminológica é indirectamente posta em relevo quando o folhetinista confessa dar o nome de crónica sem saber o porquê de tal denominação: “Supposta, senão provada, a necessidade dos folhetins, procuremos encher as columnas, que estão reservadas para este, a que demos o nome de *chronica*, sem mesmo sabermos o motivo, porque assim o baptizamos!” De novo, em *O Ecco Popular*, a 8 de Agosto de 1851, J. P. Loureiro dá também um testemunho idêntico ao escrever: “Antes de começarmos o folhetim, a revista, a chronica, ou o que quer que é (...) vamos aqui metter um pouco de sentimentalismo”.

se deveria intitular *noticiário*. É, por exemplo, esse o caso de *A Revolução de Setembro*, cuja rubrica de notícias se intitula “Chronica” e onde surge, curiosamente, em 1864, uma “physiologia do noticiarista”, na qual se afirma: “A chronica, noticiario ou revista de um jornal é uma das secções de maior importancia”¹¹, e não se está a falar de modo algum da crónica-folhetim e do seu autor, mas da notícia e do jornalista-noticiarista. De todo o modo, o que esta flutuação terminológica revela é a existência de um processo de contaminação entre diferentes secções do jornal, mostrando que a crónica-folhetim ainda se não fundou definitivamente.

Acresce que, na procura da caracterização da crónica-folhetim, não só não podemos encará-la enquanto realidade separada do resto das matérias e secções do periódico, pois ela ganha toda a sua verdadeira dimensão num jogo de aproximação e afastamento face a outras peças jornalísticas, como ainda a sua especificidade tem de ser vista à luz das relações que mantém ou pretende manter com um universo literário¹², até porque essas relações se encontram explicitamente estabelecidas dentro do discurso que o folhetim tece sobre si mesmo.

3.1. Género fácil ou a escrita da superficialidade

A crónica-folhetim se, por um lado, possui um sub-espço de autonomia bem demarcado graficamente dentro do jornal¹³, por outro lado, partilha o espaço global que é o do periódico com outros textos jornalísticos, definindo-se pela diferença que estabelece em relação a eles. Estamos a pensar particularmente no *artigo de fundo* e na

¹¹ F. A. Matos - “O Noticiarista”, *A Revolução de Setembro*, 9 Julho, 1864. Já em 1 de Janeiro de 1861, pp.2-3, a rubrica “Chronica”, dirigindo-se ao “constante leitor”, fala um pouco sobre o que é a crónica e não se trata da crónica-folhetim, muito embora alguns dos traços apontados sejam partilhados. Da crónica-noticiário se diz que tudo vê e tudo conta, apresentando então uma variedade temática considerável; espaço de *cavaco* que “aspira a entreter”, afastando-se e distinguindo-se do artigo de fundo.

¹² Não é por acaso, como já tivemos ocasião de referir, que António de Morais Silva e José Pedro Machado, nos seus respectivos dicionários, definem o folhetim enquanto secção literária de um jornal que ocupa geralmente a parte inferior de uma página, separada do restante texto. De facto, este espaço acolhe textos, de que a crónica é apenas um exemplo, que mantêm relações de cumplicidade com o fenómeno literário.

¹³ Confronte-se, por curiosidade, a definição de folhetim dada por Camilo Castelo Branco - sob o pseudónimo de Anastácio das Lombrigas - e que contempla este traço, em “Revista - ou lá o que quiserem”, publicada no *Jornal do Povo* em 6 de Março de 1849: “Folhetim é aquela parte inferior da primeira página, que pode passar para a segunda a arbítrio dos compositores” (*Crónicas. Obras Completas*, vol. XII, Porto, Lello & Irmão-Editores, 1990, p.179).

*notícia*¹⁴. Todavia, a distinção não é apenas traçada tendo em conta as fronteiras gráficas, mas, como veremos, ela passa pelas matérias tratadas, pelo tom adoptado, pela forma de abordagem dos eventos, pelo leitor a quem se dirige e pela maior ou menor preferência e procura que a escrita de folhetim suscita face a outras secções do jornal¹⁵.

“Hoje o folhetim não tem nada que invejar á solemnidade e á soberania do artigo de fundo”, afirma logo de entrada L.C.¹⁶ na sua “Chronica”, em *A Semana*, para continuar dizendo que o leitor de então está mais interessado nos eventos artísticos do que nas questões políticas nacionais e internacionais: “Em quanto durar a effervescencia lyrica que traz em frenetica agitação os animos todos, o folhetim será o interprete da verdadeira politica, e da diplomacia palpitante - diplomacia, e politica de palco, de bastidor, de platéa, de frisa, de salão.” E observa: “o artigo de fundo tem por leitores algumas duzias de velhos sisudos”, “o folhetim tem por leitores o mundo inteiro”¹⁷. Sintomaticamente, dezasseis anos mais tarde, Eça de Queirós produz uma

¹⁴É nesta linha de pensamento que se fala da crónica-folhetim, no folhetim de *A Liberdade*, 5 Março, 1863.

¹⁵ Cf. Alcaparra - “Folhetim de Coimbra”, *O Nacional*, 17 Dez., 1853: “Um folhetim, ou um noticiario no *rez-de-chaussée* de um jornal, entra hoje nas verdadeiras regras do bom tom de um jornal politico: artigos de fundo, questões financeiras, pomposos e insulsos relatorios do conselho superior, foram banidos como moeda saffada: os leitores (a não ser alguns dos do Instituto de Coimbra) desviam com enfado a vista destas linhas, modelo ás vezes de eloquencia e grammatica, e fixam toda a sua attenção nos folhetins, noticias diversas, e finalmente na questão -turco-russa (...)”. No seu estudo sobre *A Imprensa Periódica do Porto na Primeira Metade do Século XIX. 1836-1850. Cartismo e Setembrismo*, *op. cit.*, p.15c, Carmo Reis mostra que, por exemplo, no período de 1846-1850, no *Periodico dos Pobres no Porto* o folhetim ocupa 20% do espaço total do jornal que partilha com a parte oficial (40%), as noticias (20%), os anúncios (15%) e o artigo de fundo que apenas ocupa 5%. Já em *O Nacional*, para o mesmo período, o folhetim ocupa 13%, o artigo de fundo 15% e boa parte do espaço, 40%, é pertença das noticias, sendo o resto distribuído pelos anúncios (12%) e parte oficial (20%).

¹⁶ Trata-se, certamente, de Latino Coelho que, nessa época, colaborou em *A Semana*. José Maria Latino Coelho, como muitos intelectuais do seu tempo, cultivou por essa época a crónica em revistas como *A Semana*, mas também na *Revista Popular* ou em *O Farol*. Os textos relativos a essa sua colaboração cronística terão de ser procurados nos periódicos oitocentistas, pois em suporte livresco chegou-nos apenas a “Chronica (Religiosa). Historia philosophica da Semana Sancta em Lisboa, no anno de 1851”, publicada em *A Semana*, em *Typos Nacionaes*, obra de 1919 prefaciada por Júlio Dantas, contendo ainda escritos saídos nas revistas referidas - entre outros - e que se constituem enquanto frescos de figuras típicas da época.

¹⁷ L.C. - “Chronica”, *A Semana*, nº 3, Jan., 1851, p. 34. Também o folhetinista de *O Ecco Popular*, a 16 de Fevereiro de 1852, sob o pseudónimo de Ponch, põe em relevo a fortuna do folhetim face a outras secções do periódico: “Decididamente a epocha é do folhetim: elle ganha terreno sobre o artigo de fundo, invade as *gazetilhas*, ameaça as prerogativas tradicionaes das *correspondencias* da provincia, e quem sabe, se elle na sua propaganda revolucionaria respeitará o *annuncio*, entidade veneranda nas columnas d’um jornal (...)”. Em folhetim de *O Ecco Popular*, na “Revista Litteraria” de 19 de Abril de 1852, é desvelado o nome que se oculta sob o pseudónimo Ponch ou Punch, como também surge grafado: trata-se de Ricardo Guimarães. A escolha de tal pseudónimo não terá sido fruto do acaso. Ricardo Guimarães ter-

afirmação semelhante ao referir que a “crónica tem estas vantagens sobre o artigo de fundo: é mais lida; o artigo de fundo é apenas lido por três sectários, por cinco caturras, por dois conselheiros velhos”¹⁸. Se a destriça entre artigo de fundo e folhetim, levada a cabo na crónica de *A Semana*, repousa sobretudo na preferência e importância para o leitor do segundo sobre o primeiro, ela indica simultaneamente a maior fortuna de um texto mais ligeiro em detrimento de um texto mais sério¹⁹. De facto, passa também por aqui, pelo tom e matéria escolhidos, a singularidade de cada um destes tipos de peças jornalísticas e o folhetinista de *O Nacional*, que se assina Visconde de Quebrantões, descreve de modo exemplar esses traços:

*Desçamos por um pouco a este valle ameno do folhetim. // Abandonemos as escavadas e aridas cristas do artigo de fundo, opio com que o malvado jornalista mata longamente o pobre assignante. (...) Precipitemo-nos pois da varanda do crieur public, ou pregoeiro de politica que é quasi o officio de limpa-candieiros; e vamos de chapeo de palha, calça e quinzena de risquinhas, legitima toilette de campo, a reclinar a cabeça encandecida sobre tapetes de verdura*²⁰.

Divertir o leitor, repousá-lo, constitui-se como objectivo primeiro da crónica-folhetim, por contraste com outras secções do periódico, e torna-se marca fundamental do género²¹. Não é pois por acaso que, tantas vezes, a produção folhetinesca surge designada por literatura amena²².

se-á certamente inspirado no jornal satírico e de caricatura, o *Punch*, que conheceu largo sucesso em Inglaterra.

¹⁸ Eça de Queirós - *Páginas de Jornalismo. “O Distrito de Évora” (1867)*, vol. II, org. Aníbal Pinto de Castro, Porto, Lello & Irmão-Editores, 1981, p. 64.

¹⁹ Já em 1850, as reflexões sobre o folhetim afinavam pelo mesmo diapasão, realçando um tipo de escrita ligeira e testemunhando sobre os leitores preferenciais do folhetim: “O CHARACTER do folhetim não é severo: analysa, mas não sentencêa; entre nós apenas se começa a conhecer este genero d’escriptos, que nos outros paizes, e particularmente em França, fazem as delicias do bello sexo, dos janotas, e finalmente de todos aquelles que não querem, ou não podem, entregar-se a leitura mais séria”, observa D. Alonzo em “Os folhetins - Os folhetinistas e a Thalia”, *Revista Popular*, vol. II, Lisboa, Imprensa Nacional, nº 48, 9 Fev., 1850, p. 385.

²⁰ Visconde de Quebrantões - “Folhetim”, *O Nacional*, 14 Junho, 1854. Atente-se, mais uma vez, no tipo de vocabulário utilizado pelo folhetinista e que remete para o entendimento do folhetim enquanto espaço físico.

²¹ Repare-se na consciência que o autor de folhetins tem deste facto, recorrendo a um exemplo claro do folhetim “Lessa” de *O Nacional*, 21 de Setembro de 1852: “O folhetim está serio..., e, como tal posição é falsa em folhetim, concluo”. Também Pinheiro Chagas, em crónica publicada no *Diario de Noticias*, 25 Set., 1871, dá testemunho idêntico quando desabafa, dizendo que “não queria quebrar constantemente o alegre chilrar do folhetim com os dobres funebres”, sendo porém obrigado a fazê-lo para assinalar a morte de Rebelo da Silva.

²² Cf. Ramalho Ortigão - “As Leitoras do ‘Jornal do Porto’”, *Crónicas Portuenses*, Lisboa, Livraria Clássica Editora A. M. Teixeira & C.a (Filhos), 1944, p. 135, que, neste texto de 1862, usa a expressão referida. Também na produção ficcional se regista a ocorrência de tal expressão como, por exemplo, em *Os Maias*, quando o sr. Sousa Neto pergunta a Carlos se, em Inglaterra,

Lopes de Mendonça, um dos primeiros e grandes cultores da crónica-folhetim em Portugal, acentua também esta faceta, acrescentando-a agora da sua inserção, embora singular, no fenómeno literário:

*Já um nosso collega e amigo quiz estabelecer as diferenças entre o folhetim e o artigo de fundo, entre a litteratura ligeira e a politica militante, entre os caprichos da imaginação e as locubrações austeras da sciencia politica (...). O folhetim escreve-se em robe-de chambre, de chinellas, com um charuto ou cachimbo na bocca, sem livros nem apontamentos, sem Byron nem Lamartine: é um passeio, é uma digressão, é uma polka intelectual, um grand-chaine de impressões, de phantasias, de memorias, de saudades, de bom humor, de spleen, de entusiasmo, de abatimento*²³.

Décadas mais tarde, Guilherme de Azevedo cuja pena igualmente se destaca na crónica oitocentista, em correspondência enviada de Paris e publicada no folhetim de *O Primeiro de Janeiro*, afirma, após um longo excursão sobre a lei da imprensa em discussão em França: “Os leitores não me perdoariam se eu levasse até ao fim do folhetim a discutir estes casos, que não ficam bem senão revestidos da majestade do artigo de fundo, e na verdade eu deixei entrever que ia falar dos atractivos da semana. Vamos aos atractivos”²⁴. Num jornal, o leitor encontrará então a seriedade, elemento essencial no artigo de fundo, e a ligeireza - ou mesmo a futilidade - no folhetim que, na verdade, apresenta um estatuto particular no conjunto do periódico. Ele está alojado no jornal, mas tem uma vida de algum modo marginal, em liberdade²⁵, e, por esse motivo, Pinheiro Chagas se lhe refere como sendo o inquilino desordeiro do artigo de fundo²⁶.

Porém, o carácter de frivolidade que tantas vezes acompanha o folhetim e o liga mais intimamente a uma função de divertimento, é de algum modo atenuado pela sua vertente informativa e por uma função instrutiva que muitas vezes faz sua. *O Commercio do Porto*, por exemplo, refere-se ao folhetim enquanto “semanario

se encontra “desta literatura amena, como entre nós, folhetinistas, poetas de pulso” (Eça de Queirós - *Os Maias. Episódios da Vida Romântica*, Lisboa, Edição Livros do Brasil, s.d., p. 399).

²³ Lopes de Mendonça - “Revista de Lisboa”, *A Revolução de Setembro*, 14 Maio, 1853.

²⁴ Guilherme de Azevedo - “Cá e Lá”, *O Primeiro de Janeiro. Cadernos do Centenário*, nº 8, 30 Maio, 1968, p. 9.

²⁵ É de algum modo esse estatuto de liberdade que justifica a nota do redactor, em folhetim de *O Chronista* de 26 de Junho de 1852, na qual se esclarece que as opiniões aí veiculadas são da responsabilidade do folhetinista.

²⁶ Pinheiro Chagas - “Revista Quinzenal de Lisboa”, *O Commercio do Porto*, 2 Dez., 1864 (em **Anexos**, pp. 160-165). Leia-se em **Anexos**, pp. 198-199, o folhetim “De como eu me perdi em Almada” que Pinheiro Chagas escreve para o *Diario Popular* de 12 de Outubro de 1866, no qual o folhetim é caracterizado por comparação com o artigo de fundo e a notícia.

noticioso” e também como “*pot pourri* noticioso”²⁷. Assim, para além do artigo de fundo cujo cotejo com o folhetim é prestigiante para o último, outro pólo relativamente ao qual o folhetim se individualiza e define é, sem dúvida, a notícia, muito embora trabalhem uma matéria-prima idêntica: factos da actualidade. O carácter indispensável deste ingrediente é posto em relevo por Christovam de Sá, em texto de 1873: “*Pas de nouvelles* é a confissão de extrema penuria, é a declaração da fallencia dos chronistas da semana; é a banca rota folhetinistica. *Pas de nouvelles* é o declarar-se insolvel, é o deixar que os leitores protestem a letra que se vence fatalmente em determinado dia da semana (...)”²⁸.

Sendo o acontecimento a relatar a base comum a estes dois géneros jornalísticos²⁹, a estratégia de tratamento e selecção do evento é, no entanto, diversa. Como assinala Silva Túlio, em advertência a uma série de cartas a publicar – “Cartas sem estampilha” –, e chamando a atenção para a necessidade de fomentar de novo o folhetim³⁰ que está a ser suplantado pelo noticiário, enquanto o folhetim aposta na expansão e pretende ser sumarento, até pelo seu cunho judicativo normalmente presente³¹, a notícia joga na

²⁷ Cf. “Retrospecto”, *O Commercio do Porto*, 27 Abril, 1857 e “Retrospecto”, *op. cit.*, 1 Junho, 1857. Aliás, com as designações adoptadas, o autor anónimo dos “Retrospectos” deste periódico mostra bem o que há de comum entre os dois géneros, apelidando ainda o seu espaço de “sabbatina noticiosa”, a 31 de Julho de 1858. Também *O Ecco Popular* a 22 de Julho de 1854, apelida o folhetim de “noticiador semanal”.

²⁸ Christovam de Sá - “O Calor”, *A Revolução de Setembro*, 13 Julho, 1873.

²⁹ Camilo, em “Revista do Porto” de *O Nacional* de 22 de Outubro de 1849, dá bem testemunho das fronteiras pouco rigorosas entre a notícia e a crónica quando afirma que “A gazetilha, inimigo aberto da revista, despresadora do direito das gentes, cossaca litteraria, especie de imperador Nicolau, invade-lhe os dominios, usurpa-lhe a corôa de novidade, antecipando-se a pôr á mostra os pôdres que por ahi lavram, verdadeira mulher de soalheiro que o que sabe é para o dizer”. Neste periódico, dez anos depois, na “Revista Semanal” de 4 de Julho de 1859, o folhetinista regista os reparos de alguns, no que respeita aos seus textos: “(...) o folhetinista do “Nacional” escreve ás vezes folhetins em guiza de noticiarios...”. E em 30 de Outubro de 1862, também no *Nacional*, Asôr, na sua “Chronica”, desabafa, dizendo que “A gazetilha roubou á chronica tudo aquillo de bom e bonito, que ella podia narrar dos ultimos acontecimentos”. Na verdade, o espaço do noticiário ou gazetilha e o espaço da crónica-folhetim vivem ambos da novidade e, por esse motivo, várias vezes a disputam.

³⁰ O confronto com a notícia está intimamente ligado à fortuna, junto do leitor, de uma ou outra secção do jornal. Aliás, Silva Túlio, alguns anos mais tarde, no prólogo que precedeu o primeiro *Brinde do Diario de Noticias* e citado no *Diccionario Popular, Historico, Geographico, Mythologico, Biographico, Artistico, Bibliographico e Litterario*, vol. VI, *op. cit.*, p. 466, afirma: “O noticiario é hoje o melhor visco para engaiolar assignantes”. Também pela mesma década, em 1864, Agostinho Albano, folhetinista no *Nacional*, chama a atenção para uma maior fortuna do noticiário em relação ao folhetim, em edição de 15 de Junho.

³¹ A “Chronica” da revista *A Semana*, no nº 16 de Abril de 1851, é bastante clara quanto a este traço ao observar: “Aqui, na praça publica do folhetim, se deram os primeiros ‘vivas’ á Soltz e á Novello; aqui se pediu a ‘abdicação’ da... Vianello; aqui se fez o ‘pronunciamento’ contra o ‘Hernani’; -aqui se ‘conspirou’ contra a empresa, e contra as auctoridades policiaes, quando

síntese e num tom contido - “seco” diz Silva Túlio; assim, em sua opinião, o folhetim é jovial, satírico e o noticiário é bisonho e ralhão³². No mesmo ano e em crónica de *O Nacional*, caracterizam-se as respectivas secções do jornal, salientando-se que o homem contemporâneo lhes deve tudo quanto é: “As LOCAES com a *exactidão*, o *methodo*, a *precisão* e os escrupulos da *critica* do historiador: o FOLHETIM, umas vezes com a *castidade* reflectida de Sophocles, outras com a *puresa* das creações e imagens apaixonadas de Euripedes, e outras, finalmente, com o *terror* dos phantasmas de Eschylo. - E’ delicioso!”³³ E, em 1860, Júlio César Machado, ao chamar a atenção do leitor para o facto de que “o folhetim não é um trapeiro de notícias (...) é um elegante de sala que apenas conta o que merece saber-se, e disserta sobre o que é digno de produzir interesse. O folhetim, é um conversador da boa sociedade que deve ter o espirito de se fazer desejar”³⁴, dá um contributo significativo para a caracterização da crónica-folhetim.

Vemos, deste modo, que o traço distintivo fundamental do folhetim face a outros géneros jornalísticos - e estamos a considerar como termos de comparação o artigo de fundo e a notícia, géneros de referência no discurso sobre o folhetim no século XIX -, tem por base um objectivo definido a alcançar e que consiste em ocupar agradavelmente os momentos de ócio do público leitor, como, aliás, se testemunha em folhetim de *O Nacional*: “A epocha vae para o folhetim. A metade do genero humano que lê jornaes, repelle o artigo de fundo, como adiposo e indigesto fricassé; regeita, com azedume, a gazetilha, como um recheio de mentiras fastientas; passa, desdenhosamente, sobre um boletim commercial, em que o trigo serodio e o feijão fradinho são entidades constantes; n’uma palavra, abandona um alimento substancial e nutriente, (...)para devorar um folhetim gaiteiro, salgado de ironias e virulencias galhofeiras”³⁵. Se o artigo

quizeram suffocar as justas pateadas que levaram os Cornagos, os Scolas e outros em quem poder não teve a afinação (...)” (*op. cit.*, p.187). Em **Anexos**, pp. 63-65.

³² Silva Tulio - “Advertencia a Cartas sem Estampilha”, *A Revolução de Setembro*, 22 Dez., 1858. Observemos apenas que a notícia se situa, de facto, numa dimensão de informação, enquanto a crónica se situa numa dimensão de comentário.

³³ “Chronica do Porto”, *O Nacional*, 18 Jan., 1858.

³⁴ Julio Cesar Machado - “Revista da Semana”, *A Revolução de Setembro*, 6 Março, 1860. É na mesma linha de pensamento que se situa a apreciação do fenómeno folhetinesco feita por Pinheiro Chagas em “Julio Cesar Machado”, *Ensaios Criticos*, Porto, em Casa da Viuva Moré-Editora, 1866, p.94: “Os jornaes entenderam e entenderam bem que deviam transportar para as suas columnas os salões do seculo passado; o folhetim substituiu a conversação”.

³⁵ Barão do Progresso - “Revista Conimbricense”, *O Nacional*, 23 Março, 1859. A propósito, observemos que a adopção de todo um vocabulário ligado à alimentação ajuda a acentuar o carácter digestivo e de consumo imediato da crónica-folhetim.

de fundo, designação utilizada no século XIX para a rubrica do jornal a que hoje chamaríamos, com mais propriedade, editorial, se apresenta como dando corpo à linha política e redactorial do periódico, surgindo a função de comentário dos acontecimentos - muitas vezes já do domínio público - ou de temas da actualidade, ligada a uma elucidação das questões e a uma tomada de posição que, de algum modo, se converte num processo de formação da opinião ou de convencimento do público, e se a notícia visa um propósito eminentemente informativo, difundindo o acontecimento que é de facto o referente do discurso jornalístico, não havendo praticamente espaço para uma atitude de comentário, a crónica-folhetim abre lugar a uma actividade interpretativa de cunho pessoal de um evento ou de um tema, numa ligação íntima ao presente, não prosseguindo fundamentalmente uma acção de formação ou informação, mas proporcionando uma leitura de lazer, desempenhando então uma função lúdica. Muito embora pela sua relação próxima com o fluxo temporal, para a qual, aliás, a etimologia da palavra crónica aponta, a crónica-folhetim se constitua como um relato de eventos, da sua antecessora, a crónica medieva, apenas conserva essa intimidade com o tempo, particularmente um tempo presente ou um passado recente, e o registo desses mesmos eventos. Contudo, se à crónica medieva interessa a História e o devir histórico, à crónica-folhetim interessará sobretudo a *petite histoire* tantas vezes condenada a uma vida efémera.

Não podemos pois ficar surpresos quando o folhetim surge no século XIX comumente considerado como uma escrita ligeira e até superficial. O periódico coimbrão *A Liberdade* apresenta, em 1863, curiosamente no espaço do folhetim, um texto intitulado “Litteratura Facil em Portugal”, no qual se denuncia e se critica o folhetinista e da sua produção se diz como sendo sem valia estética e sem utilidade, crítica essa que gira sobretudo em torno de Pinheiro Chagas, folhetinista e autor do *Poema da Mocidade* e que, reconhecemo-lo, não o toma como destinatário último nem principal. Neste folhetim, cujo autor se esconde por detrás de uma abreviatura - J.- , para além da crítica feroz a Manuel Pinheiro Chagas, considerado “uma mediocridade”, quer-se chamar em particular a atenção para a decadência da nossa literatura e é nessa medida que se veicula a opinião que ela é em grande parte devida à pena dos folhetinistas: “A cada epoca, e a cada revolução a sua ideia e o seu apostolo: a nossa epoca, principalmente entre nós, está representada pelo folhetinista, vidente magro e calvo como Cesar sem ter a sua grandeza. Homem das bagatellas e dos chistes que andam sem dono; sceptico sem ideias e aborrecido da sua inutilidade; *blazé* do mundo

à custa de privações e jogando a reputação dos outros ao tapete negro de um jornal, para arranjar uma celebridade ao menos pelo escandalo (...)”³⁶. Sem juízos de valor, Sampaio Bruno, em 1886, observa na sua obra *A Geração Nova*, a propósito do folhetim: “No seu primitivo programma, o folhetim devia ser a simples transição das graves cogitações da politica, da sciencia, da philosophia para as mais elevadas e completas manifestações da arte. Cumpria-lhe occupar-se ao de leve da superficie d’um assumpto, já de si sem profundeza; seria um precioso nada; uma bagatella d’oiro. Naturalmente, o campo de suas manobras estaria na chronica do episodio mundano, uma *badinage* esmerada, uma frivolidade elegante sobre o objecto das conversações nos *cercles* e cafés da moda”³⁷.

Ora tais considerações que apontam para a existência de uma escrita fácil e superficial, não são apenas da responsabilidade dos seus destinatários críticos, mas essa escrita surge assim definida na pena de quem folhetiniza³⁸, pois “todos sabem que um folhetim não é nenhum compendio de philosophia”³⁹. Luiz Augusto Palmeirim, ao estrear-se no *rez-de-chaussée* de *A Revolução de Setembro*, tem o cuidado de indicar qual a sua concepção de folhetim, preparando desta forma o leitor para o que vai encontrar, afirmando: “Descuidado por indole e brincalhão por necessidade, o folhetim esquivava-se ás pompas da biographia, e ás lamurias do necrologio. A sua missão é ver tudo côr de rosa para refrescar o espirito dos leitores e trazel-os momentaneamente alheios ás tristezas dos Volney da politica. Pretender associar-o ás coisas serias da vida

³⁶ J. - “Literattura Facil em Portugal. Folhetinistas”, *A Liberdade*, 24 Dez., 1865. Este texto, surgido no espaço do folhetim, pelo tom de crítica acérrima e feroz, constitui-se como exemplo do acolhimento e eco que no folhetim se faz às polémicas literárias surgidas em Portugal, como a gerada em torno de *D. Jaime*, de Tomás Ribeiro, ou da famosa Questão Coimbrã aqui renunciada. Três anos após a publicação deste folhetim, Ramalho Ortigão no folheto *Literatura de Hoje*, uma das peças intervenientes na polémica *Bom Senso e Bom Gosto*, dá um testemunho, involuntário, da circulação que tal denominação do folhetim conhece, ao afirmar: “Os senhores de Coimbra chamam ao folhetim *literatura fácil*. Eu não os desdigo, mas sustento que a *literatura fácil* é muito mais difícil do que a *difícil filosofia*” (Alberto Ferreira e M^a José Marinho - *Bom Senso e Bom Gosto (A Questão Coimbrã)*, vol. II, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, col. “Temas Portugueses”, 1985, p. 149). O primeiro folhetim referido também se encontra publicado nesta edição.

³⁷ Sampaio Bruno - “As revistas litterarias e o folhetim”, *A Geração Nova*, *op. cit.*, pp. 68-69. Notemos o uso do pleonasma para enfatizar a ideia de ligeireza e futilidade, caracterizadora do folhetim.

³⁸ O então neologismo *folhetinizar* encontramos-lo em folhetim do *Nacional* de 12 de Fevereiro de 1859 (em *Anexos*, p. 110) e, de novo, em 19 Abril de 1861, criação lexical sintomática da voga que a crónica-folhetim conheceu em Oitocentos. Já em 1851, Lopes de Mendonça cria o neologismo *folhetinar* para designar esta actividade, na “Revista de Lisboa” de *A Revolução de Setembro*, 8 Fev., 1851.

³⁹ J. Simões Ferreira - “Folhetim”, *A Liberdade*, Coimbra, n^o 18, 23 Abril, 1863.

é desconhecer a indole e os instintos deste *filho bastardo da litteratura moderna*⁴⁰. Cerca de uma década antes, em folhetim de *O Nacional*, opinião similar era expressa ao traçar-se a filiação do folhetim, “(...) filho adulterino do artigo comico-satyrico e da litteratura moderna, e raça um pouco degenerada, fulgurante como a mãe, mas menos severa do que o pae”⁴¹.

É esta imagem de escrita superficial que o folhetim deixará também para a posteridade⁴², pois quando, no século XX, se procede a uma reflexão crítica sobre o que foi o folhetim em Oitocentos, esse é um dos traços desde logo apontado. Em 1945, por exemplo, Vitorino Nemésio, em palestra na Emissora Nacional, afirmava que o folhetim se criou e viveu como o plano fácil da literatura⁴³; e, alguns anos depois, em 1950, reelaborando esta sua intervenção radiofónica, escreve no *Diário Popular*, acentuando de novo essa dimensão: “O folhetim quando não serviu para retalhar romances, foi uma dessas formas fáceis de comunicação escrita”⁴⁴, certamente por esse motivo muito procurado pelo leitor para preencher momentos de ócio ou colmatar a necessidade de divertimento, mas também bastante cultivado por quem escrevia como meio de mais rápida e facilmente chegar junto do público e de conquistar um lugar no mundo das letras.

Apesar de, com frequência, os autores de folhetim considerarem que ele é feito de nada⁴⁵, um “genero de litteratura” para o qual é preciso ter espírito, chiste, saber divertir, “escolhendo e cultivando assumptos estereis”⁴⁶, em suma, feito para ociosos que gostam de bagatelas⁴⁷, conjunto de opiniões que sustentam a classificação desta escrita como género fácil, não julgemos que a actividade folhetinística é liminarmente

⁴⁰ Luiz Augusto Palmeirim - “Folhetim”, *A Revolução de Setembro*, 8 Julho, 1862. Em **Anexos**, pp. 144-149.

⁴¹ “Folhetim”, *O Nacional*, 27 Março, 1851. Notemos, embora de modo breve, que este tipo de filiação atribuída ao folhetim o situa numa dimensão de marginalidade.

⁴² Se consultarmos, por exemplo, um manual de literatura como o *Dicionário de Literatura*, dir. Jacinto do Prado Coelho, 3ª ed., t. I, Porto, Figueirinhas, 1987, p. 236, encontramos na entrada *crónica* a seguinte caracterização: “Apenas se lhe pede que seja oportuna, aguda sem ser profunda, pessoal sem excesso de subjectivismo, e sobretudo inteligível”. E ainda no mesmo dicionário, na entrada *jornalismo*, os mesmos pressupostos estão presentes quando se afirma também a respeito da crónica: “Sem dúvida, trata-se duma literatura *sui generis*, que vive do imediato, do transitório, e procura captar o interesse do leitor apressado ou negligente; caracteriza-se pela brevidade, pela concisão, pela oportunidade; muitas vezes pelo atractivo do sensacional” (*op. cit.*, p. 504).

⁴³ Vitorino Nemésio - “Júlio César Machado e os folhetinistas”, *op. cit.*, p. 305.

⁴⁴ Vitorino Nemésio - “O folhetim”, *Diário Popular*, 22 Março, 1950, p. 5.

⁴⁵ Cf. Luiz Augusto Palmeirim - *op. cit.*

⁴⁶ Myrell - “Quadros da Vida Contemporanea”, *O Primeiro de Janeiro*, 13 Julho, 1869.

⁴⁷ *O Nacional*, 11 Agosto, 1861.

menosprezada ou secundarizada por quem a ela se entrega ou por quem a recebe. De facto, concomitantemente, erguem-se também inúmeras vozes, defendendo a missão nobre do folhetim, um pouco enquanto herdeiro da célebre divisa da comédia criada por Jean de Santeuil, *ridendo castigat mores*⁴⁸, ou como veículo de acção cultural, seguindo a lição latina pela via aberta por Quintiliano:

Ha quem diga que o epigramma, a ironia, e o sarcasmo não são já deste seculo. Ou é uma opinião sem fundamento, ou isso quer dizer que foram substituidos pelo burlesco e caricato.

Quintiliano não é sempre o mesmo. Ha um para cada epocha, porque cada epocha tem os seus defeitos e vicios, e cada defeito e vicio tem seu remedio proprio. A litteratura é tambem um remedio; mas antes de o applicar é preciso consultar bem o pulso do doente, examinar-lhe os symptomas, conhecer-lhe a molestia.

*Nunca a sociedade se offereceu mais descoberta aos golpes do ridiculo*⁴⁹.

Assim, por ocasião da morte de Jules Janin, Júlio César Machado, em crónica dedicada ao folhetinista francês, salienta que foi na qualidade de autor de folhetins que Janin mereceu ser “considerado e acatado sempre como um escriptor util”, pois há diversas maneiras de ser útil como “estudar os costumes, achar meio de os melhorar preservando a sociedade de alguns males e ridiculos, e não recorrer para isso senão á erudição, ao gosto, á philosophia”⁵⁰ através do folhetim. Em 1886, a largos anos de distância do maior surto de crónica-folhetim, afirma Mariano Pina, em carta dirigida a Pinheiro Chagas através da revista *A Illustração*, ao referir-se ao facto de, apesar de ministro, o autor do *Poema da Mocidade* dar continuidade à sua colaboração em periódicos:

Nenhum dos seus collegas do folhetim, desde os mais illustres até aos mais humildes, lhe deve regatear applausos. Eu sei que ás vezes ha quem ria e desdenhe o folhetim. Deixemos em paz os pobres d’espírito!

⁴⁸ Tome-se como exemplo a afirmação contida na “Revista da Semana” de *O Nacional*, 29 Jan., 1853: “O seringador é tão necessario á sociedade presente, como o teatro para castigar os costumes”; ou ainda a defesa de que “O *castigat ridendo mores* (...) deve ter igual applicação á comedia, como ao folhetim”, como diz o autor de “A Companhia Dramatica Hespanhola em Braga”, em *O Nacional*, 1 Ag., 1853 (em **Anexos**, pp. 93-94), observando, contudo, o folhetinista que os modelos de sátira podem ser encontrados em Lesage ou Cervantes. Sinais ainda da importância que o folhetinista confere ao seu trabalho são os reiterados lamentos e denúncias relativamente à falta de prestígio e reconhecimento por parte do público.

⁴⁹ “Folhetim”, *O Nacional*, 27 Março, 1851.

⁵⁰ Julio Cesar Machado - “Julio Janin”, *Diario de Noticias*, 16 Julho, 1874. Cerca de vinte anos antes, no *Correio da Manhã*, em folhetim de 22 de Fevereiro de 1851, afirma-se: “O folhetim que vai procurar no seio de tudo de quanto ha de santo na terra, um objecto, para o alvo de seus tiros, pode ser quanto esses genios raros quizerem, menos folhetim. Não comprehende a sua missão, toda de historia, toda de verdade, que ora divagando pelo campo dos divertimentos, ora pelos assumptos serios, e até muitas vezes pelos interesses de importância vital para o paiz, pode servir sempre de utilidade, mas nunca tender á destruição moral”.

Foi fazendo folhetins que Eça de Queiroz, Camillo Castello Branco, Pinheiro Chagas e Ramalho Ortigão metteram mais ideias na cabeça do publico, que todos os professores de philosophia dos nossos lyceus, reunidos.

Foi fazendo folhetins que Rochefort deu a primeira punhalada no segundo Imperio...

Não faz folhetins quem quer! E quando se faz um folhetim bem feito, tem-se produzido uma obra d'arte, de critica ou de philosophia que vale bem mais que certos relatorios d'Academia, que vale bem mais que as actas de dez sessões d'uma Camara de deputados.

*Porque os deputados passam - e os folhetins ficam!...*⁵¹

Pelo menos com alguns deles assim aconteceu.

Desde cedo, o folhetim toma consciência do poder que partilha com todo o jornal, no século XIX. Se “o folhetim nasceu para o jornal, e não o jornal para o folhetim”⁵², o que é certo é que rapidamente ele se torna a peça jornalística indispensável que ajuda a vender a folha e é escolhida para primeira leitura quando se recebe o periódico⁵³: “E’ incontestavel que hoje o folhetim ocupa o primeiro dos lugares n’um jornal; - como chronica, substituiu a poesia, e talvez o romance. Ha prezentemente mais prozadores a fazer folhetins, que poetas a medir versos. E’ uma mania da época”⁵⁴. Acompanhando e contribuindo para o florescimento da prosa no século XIX, o folhetim sabe que é uma “poderosa entidade da imprensa”⁵⁵ e que tal como ela pode ser veículo de progresso⁵⁶ e de instrução. Simões Ferreira, no periódico *A Liberdade*, defende claramente o folhetim enquanto meio de instrução e educação, pois na sua opinião se “Rir é bom: aprender é melhor”. E continua, “Ora para tornar um jornal interessante no sentido util da palavra, é por consequencia, necessario dar-lhe escriptos que todos entendam, que todos digiram, que a todos nutram. // Esses escriptos devem ser os folhetins”; se “(...)

⁵¹ Mariano Pina - “Chronica”, *A Illustração*, nº 3, 5 Fev., 1886, p. 34. Como se pode constatar da leitura deste excerto, não se trata apenas de fazer referência à crónica-folhetim, mas de englobar textos de índole vária surgidos no espaço gráfico votado ao folhetim. No caso particular de Manuel Pinheiro Chagas, o lugar ocupado pelo folhetim na sua vida de homem de letras é justamente realçado no suplemento ao nº 3283 de 8 de Maio de 1895 do *Correio da Manhã* publicado por ocasião da sua morte.

⁵² “Folhetim”, *O Nacional*, 21 Fev., 1863. Cf. *O Ecco Popular*, 14 Abril, 1858, em que se diz que o folhetim é a “parte joco-seria do jornal”.

⁵³ Cf. “Revista Conimbricense”, *O Nacional*, 23 Março, 1859, em que se refere o folhetim como leitura prioritária. Também a referência que na “Revista Semanal” de *O Ecco Popular*, 26 Abril, 1852, se faz ao folhetim como “*hors d-oeuvre* hebdomadario que se chama revista”, é reveladora da ordem preferencial de leitura no que respeita às diferentes secções do periódico.

⁵⁴ Um Revisteiro - “Chronica-folhetim”, *O Nacional*, 1 Março, 1861.

⁵⁵ Cavalleiro Carniole - “Revista de Lisboa”, *O Commercio do Porto*, 21 Jan., 1861.

⁵⁶ Cf. J. Simões Ferreira - “Folhetim”, *A Liberdade*, Coimbra, 26 Julho, 1863: “O folhetim é um grande elemento do progresso que ainda está desaproveitado”.

o folhetim é a parte mais popular de todo o jornal. Logo, deve ser leitura para o povo, onde entre, ao menos, em partes eguaes, o util ao agradável”⁵⁷. Neste texto, Simões Ferreira acentua, por fim, a dupla missão de instrução e educação do folhetim, observando que se ele é precisamente leitura para damas, deve ser aproveitado no sentido de as educar, tarefa essencial a empreender. Também Alexandre da Conceição, em 1864, defenderá o folhetim como algo que pode ser instrutivo, justificando assim a sua entrega a este tipo de escrita⁵⁸. No popular *Diario de Noticias* em 1865, Pinheiro Chagas chama a atenção para a “missão illustradora que o folhetim poderia fazer sua já que “é tambem um destes prégadores da democracia, que o (...) seculo produziu com tanta fartura”⁵⁹.

Atendendo às datas em que as opiniões enunciadas foram expressas, situadas na década de 60 do século XIX, poderíamos ser levados a considerar que esta missão social do folhetim surge num momento em que ele estaria em decadência, necessitado de renovação. Contudo, já em 1853, n’*O Chronista*, muito embora num folhetim todo ele perpassado de ironia, Excentrico, o seu autor, chama a atenção para a importância do jornal e da presença indispensável do folhetim no periódico: “No estado actual da civilisação são os jornaes o alimento quotidiano, que intertem [*sic*] a vida moral; collectiva ou individual de todas as sociedades possiveis. // E debaixo deste ponto de vista um jornal sem folhetim pode ainda ser um lauto banquete, abundante e bem servido de iguarias, mas que acaba insipido, carregado, sombrio, e não sem risco de copiosissimas indigestões. // (...) Figuradamente o folhetim é uma indispensabilissima sobre-mesa. Mais claro, um elemento civilizador de reconhecida utilidade pelo lado politico e social”⁶⁰. Não é, pois, em vão que o folhetinista assume, com frequência, a sua actividade como uma profissão, pretendendo levar a cabo uma missão. Mas desta questão falaremos, detidamente, em momento próprio.

⁵⁷ J. Simões Ferreira - “Folhetim”, *A Liberdade*, 24 Maio, 1863. Neste escrito, o autor parte precisamente da usual acepção de folhetim, “Parece assentado que um folhetim tem obrigação de ser uma estatua de pasquino, onde venha pregar-se a chronica dos acontecimentos, escripta em estylo que faça rir”, para contestar esta sua única função e defender que o folhetim deve abrir o seu campo para ser também útil. Em **Anexos**, p. 150.

⁵⁸ Cf. Alexandre da Conceição - “Folhetim”, *O Nacional*, 15 Julho, 1864.

⁵⁹ Pinheiro Chagas - “A opera da rua”, *Diario de Noticias*, 10 Agosto, 1865.

⁶⁰ Excentrico - “Folhetim”, *O Chronista*, 27 Jan., 1853, p.1 (em **Anexos**, pp. 84-85). Registemos, de novo, a adopção de metáforas alimentares quando a crónica-folhetim procede a uma auto-reflexão, facto que justamente põe em relevo o carácter digestivo do modo de recepção deste género de escrita.

Enfim, a crónica-folhetim diverte-se e diverte, querendo mostrar-se fútil e mundana, mas também se toma muito a sério e deseja - quando não exige - que a tomem a sério também, pois considera-se uma “(...) grande força civilisadora, que entra sem cerimonia nos lares domesticos, a fallar do bom, do instructivo, do agradável, do bonito”⁶¹.

3.2. O género e a sua reflexão metalinguística

Sinal desde logo dessa atitude é o facto de não podermos falar de crónica-folhetim sem que isso signifique, necessariamente, ter em conta, como traço caracterizador da sua especificidade, todo um processo auto-reflexivo que nela tem lugar. Com efeito, a escrita da crónica-folhetim não se limita nem se esgota numa prática escritural de que decorre uma poética implícita, mas passa pela criação de um espaço de definição de uma poética explícita, entendendo nós *poética* enquanto “programa operativo”, na acepção dada por Umberto Eco na sua *Obra Aberta*⁶². De facto, a multiplicação de citações, a que anteriormente recorremos, extraídas dos próprios textos folhetinescos, é disso bom exemplo, pela presença de formas auto-temáticas que constroem um discurso sobre o folhetim, no seu próprio seio, manifestando por parte de quem escreve uma consciência do género e procurando criar essa mesma consciência no destinatário. O folhetim encarrega-se pois da tarefa de fixação do género⁶³.

A ocorrência de tal fenómeno metalinguístico está por certo ligada à curta existência do folhetim cuja génese se encontra intimamente articulada com o desenvolvimento da imprensa periódica no século XIX. Como não estabelecer um paralelo entre este processo e o que tem lugar com o advento do romance moderno? Não se assiste também então a toda uma reflexão que concorre para uma tarefa de caracterização e constituição de um género? Ora o folhetim, este “filho do seculo”⁶⁴,

⁶¹ “Chronica”, *A Revolução de Setembro*, 30 Jan., 1861. A importância da crónica no conjunto do periódico é de tal modo grande que, de seguida, se traduz um escrito espanhol, saído no periódico *Novedades*, e que sobre ela se debruça, caracterizando-a.

⁶² Umberto Eco - *Obra Aberta*, trad. de João Rodrigues Narciso Furtado, Lisboa, Difel, 1989, pp. 50-51.

⁶³ Como afirma Claude Abastado em “Métalangages”, *Littérature*, Paris, Larousse, n° 27, oct., 1977, p. 5, “(...) le métalangage fait d’un texte sans label un object littéraire et consacre l’appartenance de son auteur à une société de discours” e ainda, “les procédures métalinguistiques produisent le texte autant qu’elles le décrivent”.

⁶⁴ Pinheiro Chagas - “Revista Quinzenal de Lisboa”, *O Commercio do Porto*, 2 Dez., 1864.

nas palavras de Pinheiro Chagas, se, por um lado, se vê liberto de uma tradição genológica reguladora e/ou cerceadora da sua acção, por outro lado, experimenta a necessidade de delimitar fronteiras – e já tivemos ocasião de referir que o faz em relação ao artigo de fundo e à notícia –, de estabelecer o seu próprio código, enfim de se auto-legitimar, sobretudo a partir do momento em que toma consciência do poder actuante que detém na vida cultural do seu tempo e se constitui como produto procurado pelo público leitor de então. E, em 1849, observa-se com auto-confiança: “Na actualidade, os folhetins são para os jornaes, como as fitas e as rendas para as damas - indispensaveis. Um jornal sem folhetim é como uma sege sem rodas - não anda”⁶⁵.

A ausência de uma cartilha, para uso de quem escreve e de quem lê, torna-se ainda mais notória pelo facto de tantas vezes o folhetinista fazer preceder a sua colaboração, mais ou menos regular num jornal, de um folhetim-prefácio – apelidação nossa –, no qual apresenta ao leitor os seus pontos de vista sobre o que entende ser a arte do folhetim, sobre a sua singularidade enquanto género de escrita, e ainda sobre a sua produção e recepção, dando deste modo lugar não apenas a uma operação reflexiva, mas também a uma operação descritiva de um modelo, de um programa de codificação, assim como de um programa de descodificação, já que, como desabafa, em 1867, Júlio César Machado, “Ha guias para todas as terras, para todas as profissões ha manuaes, excepto para este officio de folhetinista!”⁶⁶, e, pelos vistos também, para o de leitor de folhetim⁶⁷. A preocupação em, de algum modo, validar o discurso do folhetim revela-se ainda no cuidado que os seus autores colocam em indicar modelos, em traçar a sua genealogia, em escrever a sua história literária recente, até porque a crónica-folhetim não se constitui como um género canónico. Assim, e a título ilustrativo, lembremos que o aparecimento nos periódicos de Ramalho Ortigão, Manuel Pinheiro Chagas, Alexandre da Conceição ou Ricardo Guimarães⁶⁸, é acompanhado de um discurso

⁶⁵ Semiscarunfio - “Chronica extraordinaria”, *O Ecco Popular*, 1 Março, 1849.

⁶⁶ Julio Cesar Machado - “Revista da Semana”, *A Revolução de Setembro*, 1 Jan., 1867.

⁶⁷ Cf. J. Simões Ferreira - *Diario de Noticias*, 1 Março, 1866: “Nem isto é propriamente um folhetim, embora o nome. E’ um prologo, uma amostra, um aviso ao publico, um bilhete de visita com que tenho a honra de apresentar-me a leitores novos e desconhecidos”.

⁶⁸ Tome-se como exemplo o excerto retirado do início da colaboração em *O Commercio do Porto*, de Ricardo Guimarães, Visconde de Benalcanfor, que apresenta do seguinte modo as suas “Cartas Lisbonenses”, a 30 de Novembro de 1873: “Seguir passo a passo os acontecimentos da sociedade lisbonense, reproduzir as vibrações de curiosidade geral, registrar o movimento litterario da semana ou do mez, contar os boatos ou as anedoctas do dia, conversar com os leitores do “Commercio do Porto” a respeito de tudo o que possa distrahil-os das preocupações excessivas positivas da vida quotidiana, communicar-as pelas affinidades sympathicas do espirito e pela electricidade da palavra escripta com a vida multipla de Lisboa,

introduzido pelos próprios na crónica, dando a conhecer ao leitor - e estabelecendo com ele um código de escrita e de leitura - a sua concepção pessoal de folhetim que inclui uma delimitação do seu objecto ou então a indicação do tom a adoptar⁶⁹. Tomemos apenas como exemplo desta estratégia folhetinesca um pequeno excerto, respirando humor, de “O programma da chronica”, publicado em *O Nacional*, da autoria de Camilo Castelo Branco:

Dito isto: obriga-se o chronista a manter invariaveis os seguintes adjectivos quando vierem azados para os seguintes substantivos:

Prelado *será sempre* virtuoso.

Cantora *será sempre* mimosa.

Jornalista *será sempre* consciencioso.

Joven escriptor *será sempre* esperançoso.

(...)

O folhetinista *será sempre* espirituoso.

O poeta *será sempre* inspirado. (...)⁷⁰.

A estratégia liminar de muitos escritores oitocentistas não se constitui como um exclusivo português. Já em 1836, Frédéric Soulié fazia preceder a sua colaboração em *La Presse* com um texto intitulado “Le feuilleton”, no qual definia o folhetim e indicava o seu objecto. Começando por afirmar que “Si l’imprimerie eût été inventée il y a deux mille ans, si la presse quotidienne eût existé, si le Feuilleton eût vécut, les Romains en eussent fait un dieu” – sendo Jules Janin neste contexto o sumo sacerdote⁷¹ –, Soulié após desenvolver este hipotético cenário, considera ainda outra transfiguração alegórica, como ele lhe chama, em que o folhetim poderia ser representado enquanto borboleta, pondo assim, num primeiro momento, em relevo o seu poder e depois,

eis ahi, apontados em breve summario, esboçado ao correr da penna, a indole e o programma d’esta secção”.

⁶⁹ Cf. a primeira “Palestra Semanal” de Sá de Albergaria em *O Primeiro de Janeiro*, 30 Maio, 1880. Por vezes, o folhetim inaugural é tão só introduzido por uma auto-apresentação como o faz Job em folhetim significativamente intitulado “Preambulo de Chronica”, em *O Nacional*, 2 Jan., 1861. A ocupação que do espaço do folhetim se faz em *O Nacional*, 17 Maio, 1858, é um exemplo claro dessa explicitação de um protocolo de escrita e de leitura, pois “O programma da chronica” é imediatamente seguido de uma “Chronica”.

⁷⁰ “O programma da chronica”, *O Nacional*, nº 109, 2^a, 17 Maio, 1858. Apesar de, em contrapartida, Pinheiro Chagas dizer, ao iniciar a sua colaboração no *Diario de Noticias*, que não faz programa, esse mesmo cuidado por ele tomado prende-se com a já costumada apresentação prévia - e que ele próprio adoptará noutros jornais - levada a cabo pelo folhetinista ao surgir pela primeira vez num determinado periódico. Curiosamente, Pinheiro Chagas, embora de um modo incipiente, dá a conhecer os seus propósitos: “Conversaremos, leitor amigo, acerca de tudo e de muitas coisas mais, serias ou alegres, e conforme o vento soprar”.

⁷¹ Cf. o epíteto “patriarcha do folhetim” que podemos encontrar em *A Actualidade*, 11 Fev., 1874.

paradoxalmente, a sua efemeridade. Porém, diz o autor, há que ser do seu tempo e ir directo à questão, dando conta aos leitores do que é o folhetim: “Aujourd’hui, il faut que je dise à notre époque positive ce que c’est que le Feuilleton”⁷² e todo o folhetim girará em torno deste objectivo.

Se, ao traçarmos estas linhas, empregámos uma terminologia específica do âmbito dos estudos literários, fizemo-lo apesar de termos consciência do hibridismo do género⁷³. Todavia, consideremo-la do ponto de vista dos seus criadores oitocentistas. Quando pretendem defini-la e classificá-la, ou a integram dentro do fenómeno literário ou a relacionam intimamente com ele⁷⁴. Assim, Luís Augusto Palmeirim referia-se-lhe, como vimos, enquanto “filho bastardo da litteratura moderna”⁷⁵ e, em *O Nacional*, o folhetim era identificado como “filho adulterino do artigo comico-satyrico e da litteratura moderna, e raça um pouco degenerada”⁷⁶; outros folhetinistas falam de “genero de litteratura”⁷⁷ ou “genero d’escriptura”⁷⁸, “frivolidade litteraria”⁷⁹ e, por exemplo, Pinheiro Chagas apoda-o não apenas de “*enfant terni* da litteratura, este traquina do jornalismo”, mas também de “moderno Protheu da moderna litteratura”⁸⁰. Denominador comum às diferentes afirmações é, sem dúvida, a duplicidade e ambiguidade em torno do estatuto da crónica-folhetim, que redundava num certo hibridismo do género: pertença simultânea aos domínios jornalístico e literário ou realidade que se situa nas suas margens? De facto, o autor de folhetim - o folhetinista de profissão - vê a crónica enquanto actividade literária, como realidade inscrita dentro

⁷² Cf. Frédéric Soulié - “Le feuilleton”, *La Presse*, 1er juillet, 1836. Neste caso, para além de se tratar do início da sua colaboração no periódico, tratava-se simultaneamente do lançamento deste jornal francês de Émile de Girardin.

⁷³ Com efeito, a crónica é por uns definida como género jornalístico, por outros como género híbrido que se move entre o jornalismo e a literatura, género que agencia múltiplos registos, e, por esse motivo, se diz também dela - como o fazem Carlos Reis e Ana Cristina M. Lopes no *Dicionário de Narratologia*, Coimbra Almedina, 1994, p. 89 - que é possuidora de uma dimensão paraliterária.

⁷⁴ Porém, e tal facto parece-nos significativo, não encontramos a entrada *crónica* - do mesmo modo que não encontramos as entradas *folhetim*, *folhetinista* ou *publicista* - no *Diccionario Popular, Historico, Geographico, Mythologico, Biographico, Artistico, Bibliographico e Litterario*, por nós já citado. Apenas na entrada *jornalismo* nós vamos colher informação sobre a questão do folhetim. O sentimento de menoridade deste tipo de produção e o exercício sazonal quer no que respeita a um tempo individual - o do escritor - quer a um tempo colectivo, teria sem dúvida contribuído para tal omissão.

⁷⁵ Luiz Augusto Palmeirim - *op. cit.*

⁷⁶ “Folhetim”, *O Nacional*, 27 Março, 1851.

⁷⁷ “Folhetim”, *O Nacional*, 10 Junho, 1862. Em *Anexos*, p. 143.

⁷⁸ “Retrospecto”, *O Commercio do Porto*, 27 Abril, 1857.

⁷⁹ F. Travassos - “A Foz em Setembro”, *O Primeiro de Janeiro*, 29 Set., 1871.

⁸⁰ Pinheiro Chagas - *op. cit.*

de uma categoria de criação artística. O folhetinista concebe-se como um criador, a sua produção é literária e deve ser vista enquanto manifestação de um fenómeno estético. Porém, simultaneamente, quando se trata de estabelecer um cotejo em relação a outras formas de escrita, como vimos, são sobretudo géneros jornalísticos que lhe servem de termo de comparação. Na verdade, as referências a um parentesco literário passam quase só pela filiação numa tradição satírica ou pelo menos humorística de que o folhetim se assume como herdeiro muito embora siga por novos caminhos: “E’ preciso fazer as revistas dos theatros; analysar auctores e actores, inventar um acontecimento á falta de acontecimentos, elevar uma prima-dona de teatro, proteger o debute de uma dama nova, fallar verdade ou mentir; tudo isto, o folhetim tem obrigação de fazer sem o espirito carrancudo satyrico da litteratura antiga”⁸¹.

Não obstante, esta ligação à família literária passa também, e é importante lembrá-lo, por um trabalho com a palavra, por uma aposta no ornato que aí tem lugar, por um investimento nos tropos, por uma presença de estruturas ficcionais ou ficcionalizantes, muito embora raramente se esgote num autotelismo linguístico, pois a crónica radica numa transitividade da escrita, está intimamente ligada a uma realidade extralinguística, a um contexto empírico, apesar de ultrapassar os limites da referencialidade quando busca, por exemplo, divertir e entreter o leitor, convidando-o à fruição de um tempo especial fora do banal quotidiano: o leitor procura e lê o folhetim não tanto para ser informado – a essa necessidade responde o noticiário –, mas para saborear um gostoso naco de prosa que lhe proporcione uns minutos de evasão oferecidos por alguém que é identificado como um literato e que, com frequência, se pensa como tal.

Assim e na sequência da relação estabelecida entre emissor e receptor tem então lugar uma situação comunicativa não usual que supõe e manifesta a existência de uma competência particular, posta em evidência pelo desenvolvimento e adopção de um discurso metalinguístico. Aliás, a ocorrência deste fenómeno revela não apenas a necessidade de auto-reflexão, mas ainda a possibilidade dada ao leitor de adquirir um código que poderá assegurar a legibilidade do texto.

3.2.1. A entidade autoral no discurso sobre o folhetim

⁸¹ Roma - “Folhetim”, *O Nacional*, 22 Fev., 1861. Em **Anexos**, pp. 126-129.

No processo de auto-reflexão que o folhetim desenvolve, uma boa parte gira em torno da entidade autoral: define-se e delimita-se a sua actividade, reflecte-se sobre o seu estatuto no mundo das letras, denunciam-se e confessam-se as dificuldades experimentadas pelo folhetinista, revela-se o conjunto de expectativas que ele nutre relativamente ao seu destinatário e ao modo como a sua produção será recebida, mas revela-se também a consciência que o autor de folhetim tem sobre quem é o seu público leitor e sobre o que lhe é por ele exigido⁸². Deste facto, resulta de algum modo uma carta dos direitos e deveres do autor da crónica-folhetim.

Dentro do *corpus* escolhido, os primeiros textos por nós inventariados, em que o discurso sobre o folhetinista tem lugar, apresentam-nos o autor da crónica-folhetim como alguém que exerce uma actividade de características singulares, do que resulta o direito e a necessidade de uma nomeação própria: *folhetinista*, a maior parte das vezes e, mais raramente, *cronista*⁸³ ou *revisteiro*⁸⁴ e mesmo *seringador*⁸⁵. A designação de folhetinista e a sua especificidade surgem desde logo em consequência do espaço por ele ocupado e da forma particular de o ocupar. Com efeito, trata-se de um espaço de liberdade e de independência que leva o folhetinista de *O Nacional*, em 1848, a afirmar:

⁸² Na verdade, a presença de estratégias autorais na crónica-folhetim revela a forte consciência de que se está perante um processo comunicacional ou, como diz Helena Carvalhão Buescu no ensaio *Em Busca do Autor Perdido*, Lisboa, Edições Cosmos, 1998, p. 25, a propósito do texto literário em geral: “o texto sabe e mostra que *vem de alguém e vai para alguém e que nesse movimento se jogam relações complexas*”.

⁸³ Cf. Julio Cesar Machado - “Revista da Semana”, *A Revolução de Setembro*, 9 Abril, 1861 (em *Anexos*, pp. 130-131), onde o autor antevê, sonhadamente, a hipótese de um futuro em que tome ele próprio a posição de leitor: “Quando a loteria tiver mais espirito do que os folhetinistas, - o que não é difficil senão á loteria! - a sorte grande lembrar-se-ha de mim, e eu jubilar-me-hei com todas as honras de um chronista aposentado, principiando a lêr os jornaes exactamente como o leitor, com a vantagem de não me lêr a mim!” Atentemos na sinonímia entre folhetinista e cronista aqui registada, mas atentemos também no testemunho dado por Machado no que respeita ao consumo do folhetim como leitura primeira que, à época, tem lugar. Também Camilo Castelo Branco se refere ao folhetinista apelidando-o de “chronista” em “Prefacio das revistas do Porto”, *O Nacional*, 5 Set., 1859.

⁸⁴ Cf. “Retrospecto”, *O Commercio do Porto*, 9 Março, 1857. Também neste mesmo periódico se chama, cumulativamente, ao autor de folhetim “revisteiro folhetinista”, em “Retrospecto” de 18 de Maio, 1857.

⁸⁵ Esta última designação surge reiteradamente em *O Nacional*, como, por exemplo, a 1 Junho de 1849 ou 2 de Novembro de 1858. Em “Grande festim”, folhetim do mesmo jornal, a 29 de Janeiro de 1853, afirma-se: “O *Seringador*, esse terrivel flagello das sociedades modernas, não terá por certo que lamentar-se da escacez de materias primas para a sua *industria* folhetinistica”. A adopção que aqui se faz do vocábulo, remete para uma coordenada temporal que se passa em revista ou para a qual se aponta, um pouco à semelhança de um *borda-de-água*. Aliás, esta relação de parentesco aflora na escolha que do título se faz em folhetim jocoso de sátira política, do *Diario de Noticias*, 25 de Março de 1865, singularmente assinado por “Theobaldo (auctor dramatico pouco conhecido)”: “Almanach economico para 1865”

“(...) isto em escrever da chamada *linha fatal* para baixo tem certas imunidades, gosa-se de garantias incalculáveis. A gente póde-se fazer tres vezes mais tolo do que em qualquer outro lugar e mette até mais graça - só o nome *folhetim!*... dá um certo tom, um sabor a espernegado, *não ha asneira* que o leitor não engula nesta pilula”⁸⁶. Não é por acaso que o folhetinista chegará a ser referido como o “inquilino da sobreloja”⁸⁷, ocorrência que indicia, de forma clara, um estatuto diverso dos demais colaboradores do periódico. Esta imagem do folhetinista como inquilino surge, reiteradamente, na pena de outros autores. Já a encontrámos em Pinheiro Chagas que falava do folhetim como *inquilino desordeiro do artigo de fundo*, sendo por metonímia também o seu autor um inquilino, e encontramos-la ainda em 1859, em *O Nacional*, quando se faz referência ao “pobre inquilino das sobrelojas d’estes palacios **litterarios**, a que chamam jornaes”⁸⁸.

Com efeito, mais do que jornalista, o folhetinista considera-se quase sempre e sobretudo um escritor⁸⁹, mesmo que, como se auto-avalia Lopes de Mendonça, ele seja um “escriptor de ocasião, e só para as ocasiões”⁹⁰; e nesta definição encontramos bem expressa a ligação com uma vivência de um *hic et nunc* que a crónica-folhetim manifesta por excelência. Não é em vão que em *O Nacional* se afirma que o cronista é um escritor do presente, não da posteridade⁹¹, pois, na verdade, o folhetinista é alguém

⁸⁶ “Revista do Porto”, *O Nacional*, 19 Junho, 1848.

⁸⁷ Francisco Serra - “Memorias de uma Senhora”, *A Revolução de Setembro*, 31 Março, 1858.

⁸⁸ Torres Mangas - “Folhetim”, *O Nacional*, 12 Julho, 1859. O *bold* é da nossa responsabilidade.

⁸⁹ O caso do Vicomte de Launay, pseudónimo de Mme de Girardin, é todavia distinto; no seu “*Courrier de Paris*”, 17 Fév., 1838, em *La Presse*, o cronista assume-se como jornalista que deseja passar ao estatuto de poeta: “Un mois de silence, c’est beaucoup, cela demande une explication: Nous nous étions simplement révolté; nous ne voulions plus faire le *Courrier de Paris*, en vérité; nous ne voulions pas être journaliste sous prétexte que nous sommes poète. (...) Depuis nos amis sont venus nous trouver, ils nous ont dit: ‘Vous avez tort; vous avez réussi dans un genre, peut-être allez-vous échouer dans un autre; vos feuilletons sont imités par tous les journaux, il a des vicomtes de Cerisy, d’Allevard, dans toutes les Revues, c’est une preuve de succès, croyez-nous, reprenez le *Courrier de Paris*’. Et nous avons cédé à leurs prières.”

⁹⁰ Lopes de Mendonça - “Scenas Contemporaneas”, *A Revolução de Setembro*, 18 Dez., 1850.

⁹¹ Na “Revista do Porto” de *O Nacional*, 19 Fev., 1849, afirma-se a dado passo: “A posteridade será de Bocage, nem mesmo lha cubiçamos; mas o presente, o presente é nosso e do chronista do *Ecco(...)*”.

que vive no e do presente⁹² e, nesse aspecto, situa-se bem próximo do jornalista⁹³. O cronista está ainda próximo do jornalista no que respeita à matéria-prima a partir da qual os seus textos se constroem, o evento, bem por ambos partilhado, situação que se reflecte de modo claro na designação de “escriptor-noticiarista”⁹⁴ de Camilo Castelo Branco. Tanto o cronista como o *gazetilheiro* ou noticiarista vivem de novidades⁹⁵, porém, se o primeiro é responsável por um espaço lúdico por excelência, o segundo é responsável por um espaço de informação. É pois por essa razão que o folhetinista se entende enquanto meio noticiarista⁹⁶, privilegiando o comentário em detrimento da simples informação. De facto, a escrita da crónica enquanto escrita de testemunho é também uma escrita personalizada que apresenta as marcas do seu autor. Os pontos de contacto, mas sobretudo os de afastamento com outros colaboradores do periódico, como o noticiarista e o articulista político, ou o autor do editorial, são frequentemente objecto de destrinça no discurso que o folhetim prossegue sobre o seu autor⁹⁷, facto que se torna sintomático da consciência que o folhetinista tem da sua condição de ser partilhado, dividido, enfim, de um ser ambivalente: ele é um periodista, mas é também um escritor, um criador de textos⁹⁸.

⁹² Tal facto não impede a tentação ou o desejo de permanecer para a posteridade que a publicação em livro dos folhetins saídos num periódico, por vezes, manifesta. Desta questão trataremos contudo em momento oportuno.

⁹³ Lopes de Mendonça em “Revista de Lisboa” de *A Revolução de Setembro*, 8 Set., 1849, numa crónica em que fala indistintamente de folhetinista e jornalista, observa: “Um jornalista sobre tudo é litteralmente uma victima obrigada dos *ultimos acontecimentos*”.

⁹⁴ Camilo Castelo Branco - “Não é chronica”, *O Nacional*, 7 Set., 1857. Este mesmo folhetim conhece uma republicação no periódico *A Revolução de Setembro*, a 18 de Setembro do mesmo ano. Trata-se de uma prática corrente e consentida desde que devidamente identificadas as fontes primeiras, o que neste caso acontece. Para além disso, cumpre observar que o aproveitamento e a decisão de publicar textos já anteriormente dados à estampa deverá ser analisado, em nossa opinião, à luz de três factores: a importância do tema, a fama do autor e o prestígio do jornal.

⁹⁵ Cf. “Chronica do Porto”, *O Nacional*, 22 Fev., 1858. A distinção entre *gazetilheiro* e *revisteiro* - o cronista - já a encontrávamos no ano de 1849, em folhetim de *O Nacional* de 1 Junho.

⁹⁶ Fra-Diavolo - “Revista de Theatros”, *O Nacional*, 2 Nov., 1858: “O revisteiro é meio noticiarista”.

⁹⁷ Cf. Folhetim de 14 de Junho de 1854, publicado em *O Nacional*, por nós anteriormente citado, a propósito da distinção entre artigo de fundo, notícia e crónica.

⁹⁸ É curioso verificar que ainda no nosso século, num país que se orgulha de ser grande cultor da crónica como é o Brasil, um cronista, Paulo Mendes Campos, chame a atenção para essa mesma condição, em entrevista a *O Estado de S. Paulo* de 22 de Setembro de 1985: “A única relação que existe entre o poeta, o cronista e o jornalista é a matéria prima: palavras. O cronista é um ser ambivalente; fica sempre a meio, uma ponte entre o castelo do poeta e a redacção de notícias”.

Na verdade, o folhetinista é alguém que tem igualmente a legitimidade de enveredar pela via da ficção; ele pode efabular e abrir espaço na sua crónica para um universo de natureza ficcional, como equaciona Júlio César Machado⁹⁹, ou então construir personagens que se moverão entre a realidade e a ficção¹⁰⁰. Deste modo, em folhetins de 1850, Lopes de Mendonça cria, por exemplo, uma personagem de nacionalidade inglesa, Sir John, que decide fazer uma viagem a Portugal; ora será através dos seus olhos de estrangeiro que boa parte da “Revista de Lisboa” vai ter lugar, constituindo-se o produto final da escrita como um misto de ficcionalidade e de observação da vida portuguesa, de Lisboa em particular, e ocasião para se fazer passar uma visão crítica, a espaços de natureza paródica, do panorama civilizacional e político lisboeta: “Sir John jurou que não se entregaria ao galope vacillante dos magros rosins [*sic*], sem encommendar a sua alma a Lutherio, e resar alguns versículos da Biblia. Sir John, com licença da actual lei da imprensa, era protestante. // Quando Sir John chegou ao *Largo das Duas Igrejas*, não pôde deixar de dar um grito de desgosto; o local parecia um fragmento esquecido da velha Londres, e poderia muito bem servir de abrilhantar

⁹⁹ Cf. Julio Cesar Machado - “Revista da Semana”, *A Revolução de Setembro*, 6 Março, 1860: “Se para uma terça-feira me faltar absolutamente assumpto, ou eu não quizer dar gasalhado ao assumpto que me procurar, ... o folhetim creal-o-ha!” Esta promessa não é afinal cumprida, meses depois, no mesmo jornal a 3 de Julho, com “Em jornada”, quando avisa a leitora que vai ler um folhetim disfarçado, relatando um “conto negro”?

¹⁰⁰ Cf. Os folhetins de Lopes de Mendonça em *A Revolução de Setembro* de 17 e 24 de Agosto e ainda o de 7 de Setembro de 1850. No primeiro desses folhetins, o autor começa por apresentar a personagem, caracterizando-a e conferindo verosimilhança à sua estadia em solo português, procurando familiarizar o leitor com a nova entidade introduzida na crónica. O processo de ficcionalidade é, por vezes, voluntariamente desnudado para que, em simultâneo, o leitor se aperceba da importância e fidelidade na denúncia de situações verídicas várias e tal ocorrência encontramos-la, por exemplo, no texto de 17 de Agosto: “E este caso aconteceu no mez d’agosto de 1850 e sem ser com sir John, personagem da minha imaginação, o dialogo teve effectivamente lugar”. E mais adiante no mesmo texto: “(Este facto é tambem rigorosamente historico, e aconteceu o anno passado com um nosso amigo do Porto, que vinha de Inglaterra pelo paquete)”. Exemplo bem distinto, mas que também ele revela um processo de ficcionalização, encontramos-lo em folhetim de *O Nacional* a 5 de Dezembro de 1862. Neste texto, o autor que surge sob pseudónimo - o estado do periódico torna difícil a leitura da autoria mas tudo indica que parece tratar-se de um pseudónimo -, faz intervir num diálogo, em que ele é um dos interlocutores, o seu criado Manoel Francisco o qual, para espanto do amo, mostra ter talento e pretensão a folhetinista. Acordando o amo, diz-lhe: “(...) sou eu que venho do theatro e como V. S.a dormiu toda a noite e naturalmente não fez obra para a loja, trago-lhe aqui um folhetim para botar á folha!” O que neste exemplo se manifesta é sem dúvida uma relação dialógica entre autor empírico e autor textual, mas que se estabelece através de um jogo dúbio, pois na verdade o leitor fica sem saber onde acaba a realidade e começa a ficção. A crónica-folhetim não escapa, obviamente, à adopção do autor textual que cunha a prática narrativa romântica e porque com frequência joga com um tratamento do real e do ficcional a prática discursiva da crónica-folhetim poderia talvez oferecer uma boa base para o estudo das relações entre autor empírico e autor textual.

alguma das descrições repugnantes de Eugenio Sue”¹⁰¹. Lopes de Mendonça reserva, no entanto, um espaço menor do texto para em termos mais usuais fazer a crónica dos espectáculos. Três anos depois Lopes de Mendonça volta a lançar mão deste recurso, numa revista de Lisboa e, em jeito epistolar, com a *Carta de Ismael, musulmano vagabundo, a Zoleima, musulmana, que bebe vinho contra as prescrições do propheta*¹⁰². A crónica funciona assim como um espaço onde mundo real e universo de referência modelizado pelo texto coexistem naturalmente.

Contudo a ficcionalidade pode emergir ainda sob outras formas. Assim, em 1856 publica-se em *A Revolução de Setembro* uma carta a Lopes de Mendonça¹⁰³ que funciona como veículo de criação de um autor fictício, Sidney, através de um incipiente processo de heteronímia, pois não se trata apenas de criar um simples pseudónimo: “*Meu charo Mendonça* - Está bem ajustado que me chamo Sidney, que nasci na ilha de Jersey, e que sou um poeta chegado ha pouco das melancolicas margens do Tamisa ás formosas e luxuriantes margens do Tejo, não para passear o meu *spleen*, porque o não tenho, mas para gosar do aspecto deste bello céo, e desta magnifica natureza. A tua conhecida urbanidade dá-me hospedagem um dia por semana na casa que te pertence *par droit de conquête, et par droit de naissance*, com a condição de contar ao publico tudo quanto sei, e ameí durante os sete dias destinados ao trabalho”¹⁰⁴.

O recurso à personificação que de modo inesperado surge no folhetim, é outro dos mecanismos pelos quais a ficcionalidade se insinua no espaço cronístico. Tal processo permite ao autor apresentar, de modo ínvio, a crónica. Já, por exemplo, em 1842, Jules Janin o fazia no *Journal des Débats*, em “Le feuilleton en retard”, ao fazer apelo à “*muse du feuilleton*”, depois de ausente quinze dias do espaço do folhetim:

Muse, rappelle-moi! - Muse du feuilleton, muse écourtée, boiteuse, quinteuse; mal vêtue, couverte d’oripeaux menteurs; muse folle, muse triste, muse populaire aujourd’hui et le lendemain maltraitée; muse heureuse et facile, qui jettes aux vents du midi et du nord tes plus piquantes mélodies. - Muse calomniée et détestée, flattée et recherchée, enviée et oubliée; pauvre bonne créature que j’aime, toi qui m’as abrité sous ton manteau troué, qui me prêtes, quand je veux, les fleurs artificielles de ta

¹⁰¹ Lopes de Mendonça - “Revista de Lisboa”, *A Revolução de Setembro*, 24 de Agosto, 1850. A atitude marcadamente crítica perante a sociedade portuguesa que Lopes de Mendonça veicula por mediação de Sir John encontramos-la também no folhetim de 7 de Setembro do mesmo ano face à intelectualidade lusa e a propósito de uma visita do inglês ao Grémio Literário.

¹⁰² Cf. Lopes de Mendonça - “Revista de Lisboa”, *A Revolução de Setembro*, 18 Junho, 1853.

¹⁰³ E não será ela da autoria do próprio Lopes de Mendonça?

¹⁰⁴ Sidney - “Folhetim”, *A Revolução de Setembro*, 5 Agosto, 1856.

*parure; oh çà! Ma muse, il y a long-temps que vous n'avez piqué et repiqué votre monde dramatique. Où en êtes-vous? (...)La muse dormait (...)*¹⁰⁵.

Acordada pelo folhetinista, entra em diálogo com ele e é então a partir desse diálogo que se leva a cabo a revista de espectáculos. Em 1850, em *A Revolução de Setembro*, Lopes de Mendonça dá voz não à musa do folhetim mas à “Semana”, também vista como musa: “Vi entrar no meu quarto uma senhora com o chapéu amarrotado, com as tranças achatadas nas faces, com o passo vacillante, com o semblante triste, e ao mesmo tempo aborrecido, que se sentou sem cerimonia n’uma cadeira. // Era a Semana. // - Ainda bem que vieste, ó minha estafada musa, disse-lhe eu com alegria: tu não sabes meu anjo, que ignorava totalmente aonde havia de começar, nem como havia de acabar? (...)A Semana pôz-se a bocejar horripelmente (...)”¹⁰⁶. Quinze anos mais tarde, Alexandre da Conceição lança mão de igual recurso, corporizando agora o folhetim: “Eu já me não admiro de nada, e principalmente depois que vi o meu folhetim entrar-me hoje pela porta dentro com passo cadenciado, aprumar-se com importancia diante de mim, ageitar os collarinhos com gravidade, correr os dedos pelo bigode um pouco problematico e dizer-me (...)”¹⁰⁷. E o diálogo tem então início. Também Alberto Pimentel, em 1873, segue idêntica via em “As botas dos frades d’Alcobaça”, ao iniciar o seu folhetim do seguinte modo:

*Hontem de manhã acordei alvoroçado e chamei-o.
- Que é lá? Perguntou elle dando um salto na cama.
- É o nosso dia.
(...)
Almoçamos e sahimos.
Demo-nos o braço como bons amigos, e começamos a procurar*

¹⁰⁵ J.J. - “Le feuilleton en retard”, *Journal des Débats*, 23 mai, 1842.

¹⁰⁶ Lopes de Mendonça - “Revista de Lisboa”, *A Revolução de Setembro*, 21 Set., 1850. Em **Anexos**, pp. 52-54.

¹⁰⁷ Alexandre da Conceição - “Chronica”, *O Nacional*, 29 Jan., 1865. A crónica de Alexandre da Conceição estrutura-se estrategicamente deste modo, pois o que está em causa é a legitimação do tratamento de um assunto sério num espaço que, à partida, não estaria vocacionado para tal. Assim, antes mesmo do folhetim surgir personificado no texto, o autor em palavras prévias observa que “Houve tempos em que a política não transpunha impunemente essa linha de demarcação que a separa do folhetim. (...) Mudaram os ventos mudaram os tempos. Hoje o folhetim já não se peja de lêr a sessão das camaras, de commentar a politica estranha e a caseira, e de conversar ácerca de outras cousas *nunca d’antes memoradas*”. Porém, para não transformar este espaço de leitura e o seu texto em algo que já não seria experimentado como algo de lúdico, opta-se por esta via (o texto encontra-se na íntegra em **Anexos**, pp. 166-170). Pinheiro Chagas em *O Commercio do Porto*, a 2 de Dezembro de 1864, momentaneamente na sua “Revista Quinzenal de Lisboa”, também nos apresenta nestes termos o folhetim: “O folhetim, quando sahiu, ia de chapéu á banda, segundo o costume, e quem sabe o que o estouvado andar á fazer?” Em **Anexos**, pp. 160-165.

o que nos faltava.

(...)

- Então adeus. Vou á descoberta. Mandarei participação do que fôr acontecendo.

- Exijo pontualidade.

(...)

Declaração para todos os efeitos: O meu companheiro matutino era o extravagante moço que o leitor conhece pelo nome de Folhetim¹⁰⁸.

Como vemos, o conjunto variegado de opções construtivas na crónica-folhetim colocamos em confronto com um escritor de fronteira que frequentemente oscila entre o simples relato jornalístico e um trabalho de criação sobre a linguagem, fazendo com que a crónica possa também integrar a ficção.

De acordo com a matéria seleccionada e o modo de tratamento das diferentes questões ou eventos, o cronista tem, porém, consciência de que não é um escritor sério, a sua escrita é uma escrita ligeira¹⁰⁹ e daí que ocorram considerações do tipo, “O folhetinista é como o poeta, tem licenças, que aos escriptores sérios ficariam mal, e elle gosa-as porque escreve folhetins”¹¹⁰ ou então, o folhetinista é um “commentador de nadas diários”¹¹¹. E é esta opção pela dimensão lúdica da escrita e da leitura, intimamente ligada a uma frequente abordagem do real através do riso, que acaba por estar na origem de juízos duvidosos, sofridos pelo autor de folhetins, facto a que se alude em *O Ecco Popular*: “E quem não dirá que o folhetim é a litteratura deste seculo? – perguntai-o ao snr. A. T. de Macedo, o author d’uma analyse publicada no *Palminhas* de 5 do actual: elle lá diz isso mesmo, tanto applaude o folhetinista, como o ludibria. Parabens ao snr. Macedo, que animado pela viva crença de que o folhetinista é uma especie de *cycophanta* - *uma especie de bôbo social* - nos quiz mimosear tão

¹⁰⁸ Alberto Pimentel - “As botas dos frades d’Alcobaça”, *O Primeiro de Janeiro*, 5 Out., 1873. Em **Anexos**, p. 244. Exemplo ainda de uma ficcionalidade incipiente encontramos-lo em “Revista da Semana” de Agostinho Albano, publicada em *O Nacional* de 18 de Outubro de 1864, texto em que o autor, de forma velada, narra a sua saga de folhetinista: “Era uma vez um homem, tinha de escrever muito, mas perseguido pela fatalidade, nada tinha que escrever!”. Ambos os textos se encontram reunidos em **Anexos**, p. 157.

¹⁰⁹ Reparemos no testemunho que desse facto nos dá Eça de Queirós em *Paginas de Jornalismo*, ao observar que os cronistas, os folhetinistas, os noticiaristas e os escritores de variedades são apelidados de “os amenos” (*op. cit.*, p.62).

¹¹⁰ “Folhetim”, *O Ecco Popular*, 14 Abril, 1858.

¹¹¹ Printer’s Devil - “Revista do Porto”, *O Nacional*, 7 Jan., 1852.

honrosamente”¹¹². Lembremos apenas que do folhetinista se espera que seja espirituoso, que tenha chiste¹¹³.

O cronista apresenta-se, com frequência, como um homem de letras, um literato, embora um literato bem singular¹¹⁴. Assim, quando Lopes de Mendonça, em folhetim de 1851, confessa sofrer de “*constipação intellectual*” inclui-se, como autor de folhetins, num grupo de literatos que criam textos: “Esta grave doença, que se denuncia em todos os poetas, e litteratos, agrava-se, toma caracteres assustadores, no *folhetinista*. (...) Nunca vistes um tigre encerrado dentro d’uma gaiola, e que passeia d’um lado para o outro, incessante e pherneticamente, sem achar meios de poder sair?// Acontece o mesmo ao desgraçado escriptor. Tenta inspirar-se, e nada ha que o inspire”¹¹⁵. É esse estatuto de literato o que Júlio César Machado assume para si, ele que foi um folhetinista de grande sucesso, ao denunciar a falta de consideração, mesmo o descrédito, de que o literato é objecto¹¹⁶. Observemos, cumulativamente, a consciência que na época se tem desse facto, através de um tópico comum de modéstia introdutório de uma revista de Lisboa: “Não levamos pertença a folhetim; - aqui o declaramos com a força da consciencia e da convicção; folhetins são para os filhos das letras, - para os abastados e ricos de talento e espirito; nós porém mais apoucados dos dons da intelligencia, recopilaremos apenas, de cartas leais que temos a nosso lado, os passos e os folguedos do mundo bulliçoso da capital!”¹¹⁷. Notemos, de resto, que a ocorrência de uma reflexão sobre o folhetinista surge, precisamente, da publicitação de uma experiência de criação.

Para darmos conta da singular condição do folhetinista, atentemos também num excerto de um folhetim datado de 1848: “D’entre todos os animaes de dous pés e sem pennas (...) que se votam á tarefa trabalhosa, e patriotica (...), de escriptor publico (...) o ente mais feliz é o folhetinista, // E porque? porque é o que goza de mais liberdade, e

¹¹² “(A Pedido)”, *O Ecco Popular*, 21 Agosto, 1850.

¹¹³ Vejamos, por exemplo, o modo específico como Marianno Froes, no *Diario de Noticias*, 7 Abril, 1870, caracteriza o folhetinista quando compara o astro-rei com os homens de letras: “(...) abelhudo como um noticiarista, bisbilhoteiro como um litterato, escarniçador como um folhetinista”.

¹¹⁴ Cf. Job - “Chronica”, *O Nacional*, 7 Jan., 1861, em que se afirma: “E’ lamuria certa de quantos litteratos tomaram a si o encargo de escrever revista desta nossa terra, acoiarem o Porto de insufficiente para sustentar com as suas cento e cincoenta mil almas o espirito semanal d’um folhetinista”.

¹¹⁵ Lopes de Mendonça - “Revista de Lisboa”, *A Revolução de Setembro*, 23 Agosto, 1851.

¹¹⁶ Julio Cesar Machado - “Revista da Semana”, *A Revolução de Setembro*, 9 Junho, 1863.

¹¹⁷ “Lisboa”, *O Nacional*, 25 Fev., 1851.

cá para nós a liberdade não ha nada que a pague”¹¹⁸. Neste extracto em que se fala sobre o cronista por confronto - e é conveniente explicitá-lo - com qualquer outro tipo de *periodiqueiro*, na expressão do seu autor, podemos destacar desde já dois aspectos: em primeiro lugar, o folhetinista é um escritor público tal como o publicista e, em segundo lugar, este homem de letras caracteriza-se pela fruição de um estatuto de liberdade; liberdade de movimentos e de opinião em relação a uma posição ideológica da redacção do jornal e liberdade de escolha da matéria e do modo de a tratar. O “folhetinista (...) tem liberdade para girar por todas as regiões da imaginação sem se prender á ordem do dia, pôde rir, pôde chorar, pôde sonhar, pôde dormir, e fazer dormir os leitores; pôde fazer fogo com toda a polvora aos seus inimigos (...) porque não consta, que a artilheria dos folhetins matasse ainda pessoa alguma (...) Finalmente o folhetinista é o mais ditoso bipede do genero escriptor, especie periodista, por ser o mais livre, e independente de todos elles”¹¹⁹.

Muito embora o autor da crónica-folhetim faça frequentemente gala da sua situação de escritor livre, pela condição de escritor público ele ver-se-á dividido entre essa mesma liberdade e os deveres para com os leitores. Com efeito, o autor de crónica-folhetim acaba por estar sujeito a uma condição de escravatura¹²⁰. Ele sente-se propriedade do público que dele espera o pagamento do “tributo semanal”¹²¹, facto que explica o desabafo de Lopes de Mendonça: “Que importa ao leitor, que o homem que assigna este artigo tenha ou não tenha uma violenta vontade de tomar opio como os chins, ou de s’affogar em *cognac* como os europeus? Ao sabbado pertenço-lhe, tenho de escrever um certo numero de linhas, de encher uma certa porção de jornal, e de lhe dizer alguma cousa que o desperte da somnolencia, ou que lh’a torne completa e decisiva”¹²². Também em França, o folhetim dá idêntico testemunho: “Le pupître est posé sur la table, la plume fait pendant à l’encrier, mais la pauvrete n’a pas le moindre désir de tremper son bec effilé dans la noire liqueur, dont chaque goutte doit produire une pensée ou quelque chose qui en ait l’air; le papier, blanc, fin et soyeux comme une feuille de camélia, sollicite vainement la main: je ne puis me résoudre à écrire un mot. // Ce matin, cette inquiétante idée, que j’avais un article à faire est venue s’asseoir à

¹¹⁸ “Folhetim do Nacional”, *O Nacional*, 12 Agosto, 1848.

¹¹⁹ *Idem, ibidem*.

¹²⁰ Júlio César Machado, na “Revista da Semana” da *Revolução de Setembro*, 13 de Março de 1860, afirma claramente ser o folhetinista escravo do público.

¹²¹ Lopes de Mendonça – “Revista de Lisboa”, *A Revolução de Setembro*, 23 Ag., 1851.

¹²² Lopes de Mendonça – “Revista de Lisboa”, *A Revolução de Setembro*, 29 Set., 1849.

mon chevet! (...) O travaux d’Hercule qu’êtes-vous en comparaison?”¹²³ Alguns meses depois, já em 1838 no mesmo periódico, encontramos, pela pena do Visconde Charles de Launay, uma manifestação de revolta face às exigências do leitor, consideradas excessivas:

Eh! quoi pour un jour de silence, vingt lettres de réclamation! Ne pouvons nous être malade à notre aise? N’avons-nous pas connu le plus simple lecteur le droit de nous soigner dans nos souffrances? Nous est-il défendu d’avoir la fièvre un mercredi? Est-il une puissance qui nous condamne à être joyeux et léger quand nous sommes triste et maussade? Et sommes-nous forcé de raconter ce qui se passe dans le monde quand nous n’y sommes pas allé, et parler quand nous n’avons rien à dire? Non vraiment nous n’avons pas l’honneur d’être journaliste; nous n’avons guère au ciel, point assez de talent pour que l’on songe à nous engager sans retour; nous ne dépendons de personne, pas même de ceux qui nous lisent (...) ¹²⁴.

O poema de Théophile Gautier, “Après le feuilleton”, traduz ainda a situação obrigada do folhetinista:

*Mes colonnes sont alignées
Au portique du feuilleton;
Elles supportent résignées
Du journal le pesant fronton.*

*Jusqu’à Lundi je suis mon maître
Au diable chefs-d’oeuvre mort-nés!
Pour huit jours je puis me permettre
De vous fermer la porte au nez ¹²⁵.*

O autor de folhetim, como escritor público que sabe ser, como tudo o que é público, torna-se uso e domínio de todos - neste caso dos que procuram a leitura do folhetim - e tem consciência do seu verdadeiro estatuto, facto que converte a referência a esta singularidade em *leitmotiv*, no discurso que o folhetim mantém sobre si mesmo. Assim, alguns anos depois da afirmação de Lopes de Mendonça, Júlio César Machado, seu herdeiro e continuador em *A Revolução de Setembro*¹²⁶, afirma ser um “trabalhador

¹²³ G. - G. – “Le Père de la Débutante par MM. Bayard et Théaulon. - Tabarin, par M. Burat de Gurgy”, *La Presse*, 30 oct., 1837. E o autor acrescenta ainda: “(...) mais avoir de l’esprit toutes les semaines, à un jour fixe; tous les lundis, par exemple, comme Jules Janin en a et comme je devrais en avoir, voilà un travail à combattre [sic] les Alcides antiques. Je suis étonné que la jalouse Junon n’y ait pas songé”.

¹²⁴ Visconde de Launay – “Courrier de Paris”, *La Presse*, 11 mai, 1837.

¹²⁵ Théophile Gautier – *Émaux et Camées*, Paris, G. Charpentier, Éditeur, 1881, p. 171.

¹²⁶ São, aliás, os próprios folhetinistas seus contemporâneos a registar que Lopes de Mendonça foi em Portugal o primeiro mestre e Júlio César Machado o melhor discípulo. Cf. Francisco Serra – “Memórias de uma Senhora”, *A Revolução de Setembro*, 31 Março, 1858.

forçado (...), trabalhador de dia certo e ás tantas horas”¹²⁷. O folhetinista dá conta da sua obrigação semanal e a sua produção acaba por ser uma produção de encomenda que não pode de nenhum modo falhar, pois contrariamente a outros escritores, há como que um contrato estabelecido com o leitor que é necessário cumprir, um hábito semanal de diálogo que não pode ser interrompido, diríamos mesmo um ritual em que cronista e leitor são intervenientes numa “ceremonia semanal”¹²⁸. Tais reflexões apontam, afinal, para o carácter de mercadoria em que, de algum modo, o folhetim se transforma. Essa regularidade esperada pelo destinatário converte-se tantas vezes para o folhetinista num tormento interminável, bem expresso por Agostinho Albano: “Sysipho gazetilheiro, arranjo durante a semana uma gorda bola de papel; vem a segunda-feira, subo ao cume desta montanha do folhetim, e lá me cae a patarata por aqui abaixo! D’ahi a sete dias o mesmo tormento: penedo ás costas, e suba, meu amigo!”¹²⁹

O sofrimento e destino iguais ao de Sísifo são particularmente experimentados pelo cronista quando este depara com a falta de assunto. Aliás, a questão da falta de assunto converte-se num tópico recorrente, na escrita folhetinesca, seja qual for o autor ou o periódico onde se escreve. Lopes de Mendonça, em 1852, queixa-se da míngua de novidades e salienta que “(...) um escriptor por mais que faça, não se desprende totalmente da sociedade em que vive: se tudo isto acontece sempre, se não variam os costumes, nem os acontecimentos, se elle tem a descripção de não abrir a boceta de Pandora (perdão da recordação mythologica) dos escandalos, e *cancans*, não se devem espantar, sinceramente, que um folhetim se torne, muitas vezes, insipido como um abrimento de bocca, e pesadamente vulgar como as replicas de dois noivos, com um anno de *noivar* continuo e incessantemente punctual.”¹³⁰ Outro exemplo claro deste

¹²⁷ Julio Cesar Machado – “As Folhas Mortas”, *A Revolução de Setembro*, 15 Abril, 1862. Já um ano antes, na “Revista da Semana” do mesmo periódico, a 15 de Janeiro, desabafava Júlio César Machado: “Toda a minha pena é não poder inventar o folhetim...que não se escreva! (...) concede[-se] a toda a gente portugueza a liberdade de não fazer caso do seu dever,... menos a mim; a mim, não é concedido. Sou o unico, a quem não se permite falha. A redacção quer-me constante, os typographos querem-me madrugador, e o leitor quer-me... espirituoso!”

¹²⁸ São palavras de Lopes de Mendonça na “Revista de Lisboa” de *A Revolução de Setembro*, 15 Junho, 1850.

¹²⁹ Agostinho Albano – “Revista da Semana”, *O Nacional*, 21 Março, 1864. Embora numa óptica mais vasta e generalizada, lembremos a afirmação de Ramalho Ortigão em texto de 1882 sobre Guilherme de Azevedo, por ocasião da sua morte: “O cronista, o romancista, o folhetinista moderno é um condenado à prisão por toda a vida, é um monge, um beneditino, tão rigorosamente preso ao claustro pelos deveres da arte como o seria pelos votos da religião” (“Guilherme de Azevedo”, *As Farpas*, t. III, *op. cit.*, p. 215).

¹³⁰ Lopes de Mendonça – “Revista de Lisboa”, *A Revolução de Setembro*, 26 Junho, 1852. Em **Anexos**, pp. 80-81. Também Laco, pseudónimo de Latino Coelho, em crónica de *A Semana*, nº

facto encontramos-lo em crónica de Camilo Castelo Branco, na qual se considera ser o cronista um “espião nato das fraquesas humanas”, vivendo a crónica de escândalos e concluindo que à falta deles se pode desde logo constatar o seguinte: “A virtude é uma coisa muito bonita, confessam-no todos, e eu também; mas a litteratura amena, o romance, a poesia, o folhetim, e até o sermão, são impossiveis n’uma terra onde reina a melancolica e dorminhoca virtude”¹³¹. Os embaraços sentidos pelo folhetinista face à falta de matéria para o folhetim parecem ser algo de crónico, e particularmente cíclico na cidade invicta, pois já alguns anos antes de Camilo, Borda de Vinho em “Revista em verso” de 1851 dizia:

*Mal haja a negra mania
Que revisteiro me fez,
No Porto, onde, noite e dia,
Reina a triste insipidez,
A feia monotonia.*

*Tanto deste comprimento
Teem usado outros mais cautos,
Que hoje, sem este lamento,
A Revista - é como uns Autos
Sem - Anno do Nascimento*¹³².

Ser folhetinista em Lisboa não é também solução. Afirma, em 1860, Júlio César Machado:

*Edifiquei a escadaria de quarenta e oito folhetins por anno,
comprometti-me com o jornal, prendi o meu nome e o meu futuro,
escripturei o meu espirito aos assignantes e aos leitores, dei logar em fim
aos meus amigos para poderem cortar-me na pelle a seu gosto, atirei a
minha reputação a uma sorte de dados, e esqueceu-me apenas – pobre
folhetinista! – esqueceu-me apenas... que estava em Lisboa!
Estar em Lisboa e ser folhetinista! Mas, é incrível. Vae para dois annos
que eu vivo... de fazer milagres! O folhetinista lisbonense tinha direito a*

5, Fev., 1851, pp.61-64, denuncia a penúria lisbonense por contraste com o estrangeiro que leva o folhetinista a lançar mão de artifícios vários para iludir a sensaboria de Lisboa. Em **Anexos**, pp.59-62.

¹³¹ Camilo Castelo Branco – “Chronica”, *O Nacional*, 31 Maio, 1858. Também Ramalho Ortigão, em 1859, desabafa em *O Jornal do Porto*: “ ‘Revista do Porto’ é título sem assunto possível - nem sequer provável!// Nesta abençoada terra revistar é pescar à cana, na bacia do lavatório; intentar o folhetim é querer fisgar salmões em poça de água chilra” (*Crónicas Portuenses, op. cit.*, p. 41). E, no mês seguinte, retoma a confissão das dificuldades experimentadas pelo folhetinista quando diz que “Um revisteiro sem assunto é uma espécie de Judeu errante, a quem se estatuisse o espaço de três côvados como indilatável e intranscendível órbita para as suas peregrinações eternas” (*op. cit.*, p.99).

¹³² Borda de Vinho – “Revista em verso”, *O Nacional*, 13 Agosto, 1851. Em **Anexos**, pp. 66-67. Atente-se, por curiosidade, no folhetim de Christovam de Sá, saído em *A Revolução de Setembro*, 22 Dez., 1872, sugestivamente intitulado “Sem assumpto”. Em **Anexos**, p. 243.

*um premio grande: ninguem aqui faz mais do que eu; se estivéssemos em republica... pedia o lugar de primeiro consul!...*¹³³

Sinal ainda da insistência por parte dos folhetinistas nesta questão, é a confissão que, em 1875, J. M. Tassara faz em folhetim de *A Revolução de Setembro*: “(...) o que vaer ler-se é pura e simplesmente uma penitencia, a mim mesmo imposta, em rasão de haver descrido tantas vezes, quantas os nossos mais estimaveis folhetinistas tem asseverado, o ser impossivel em Portugal o verdadeiro folhetim, mormente n’esta prosaica Lisboa, onde os assumptos para elle são poucos, e esses mesmos tão vulgares, que a poucos é dado tornal-os dignos de serem lidos. (...) Penitenciando-me, seja licito consignar, não só o meu respeito, mas a minha admiração pelo brilhante talento, de ha muito justamente apreciado, d’esses martyres de um determinado dia da semana!”¹³⁴ Contudo, a falta de assunto ou, pelo menos, a falta de novidade não é uma contingência geográfica, mas uma contingência decorrente do mister exercido, o confronto permanente com a (im)possibilidade de ocorrência do acontecimento; veja-se o que diz Théophile Gautier numa sua crónica em *La Presse*: “L’embarras du critique augmente tous les jours; de dimanche en dimanche, le feuilleton devient de plus en plus impossible; le même vaudeville se joue perpétuellement partout sous des noms à peine différens [*sic*], et les acteurs faisant tous leurs efforts pour conserver leur individualité au lieu de représenter le personnage dont ils sont chargés, le théâtre devient d’une monotonie desespérante”¹³⁵. Ou ainda quando ironicamente afirma: “La semaine a été bonne pour le feuilletoniste; demain les journaux seront pleins d’esthétique, d’historiettes, de digressions philosophiques et autres menues fantaisies, car il n’y a eu qu’un tout petit vaudeville microscopique joué au Palais-Royal et dont la plupart de nos confrères ignorent probablement l’existence”¹³⁶. A situação que aqui se regista e que condiciona toda a produção da crónica de espectáculos é comum com a que a crónica

¹³³ Julio Cesar Machado – “Revista da Semana”, *A Revolução de Setembro*, 11 Dez., 1860. Na “Chronica” do periódico lisbonense *Aurora litteraria. Jornal Recreativo* de 10 de Dezembro de 1862, afirma-se: “Muitas vezes o chronista, folhetinista ou revisteiro, vê-se em grandes embaraços porque tem de preencher um certo e determinado numero de columnas e não tem um único assumpto sobre que escreva; porque ha dias e mesmo semanas em que não se representa peça alguma nos theatros, não apparece livro algum novo, não há incendios ou outros desastres, e até a parte de policia, que é o salvaterio de muito escrevinhador de locaes, parece concorrer para a completa esterilidade noticiaria, citando apenas o numero de praças da municipal que prestaram auxilio á policia theatral”.

¹³⁴ J. M. Tassara – “Divagações”, *A Revolução de Setembro*, 30 de Abril, 1875.

¹³⁵ Théophile Gautier - *La Presse*, 30 abril, 1838.

¹³⁶ Théophile Gautier - *La Presse*, 28 mai, 1838.

de livros vive como o testemunha Francis Wey, no mesmo periódico: “Il est, pour le critique, des semaines néfastes et douloureuses à l’excès; ce sont celles où il se promène affamé le long des annonces de dix journaux, sans y trouver d’autre aliment que des pommades plus ou moins philocômes, des sirops, des juleps, des racahouts, ou des bitumes”¹³⁷. Confessar a falta de assunto tornar-se-á uma das marcas do género cronístico de carácter transnacional e que irá perdurar ao longo dos tempos¹³⁸.

É porém nestes momentos de míngua que se revela o escritor ao lançar mão de todos os seus recursos linguísticos e imaginativos, até porque, e não o esqueçamos, ele é sobretudo um *entertainer*. Assim, a escrita folhetinesca acaba tantas vezes por surgir aos olhos do leitor com um cariz torrencial, uma escrita que de algum modo se esbanja, pois é produto de alguém palrador por profissão e, talvez por esse motivo, se diga do folhetinista que ele é “no ideal da perfeição suprema, uma *banca-róta pensante*”¹³⁹.

Ser escritor de folhetim acaba por converter-se num serviço público, contraindo o seu autor certo tipo de deveres e obrigações. Com efeito, para além do dever semanal de distrair o leitor, o folhetinista deve ser sempre alegre¹⁴⁰, omnisciente, pois “Para se ser bom revisteiro, não se carecem os cem braços nem as cem cabeças do filho de titan, mas são indispensáveis os cem olhos d’Argus”¹⁴¹. Também Théophile Gautier, numa sua crónica teatral, segue idêntica via ao chamar a atenção para a omnipresença que deverá caracterizar o folhetinista: “(...) alors le feuilletoniste, dont l’état est de tout voir et d’être partout, de peur d’avouer au lecteur de son journal qu’il n’a pas le précieux don de l’ubiquité, et voulant d’ailleurs satisfaire l’appétit vorace de l’abonné, grand dévotateur d’analyse”¹⁴², lança, por vezes, mão de recursos algo discutíveis para não

¹³⁷ Francis Wey – “Bulletin Littéraire”, *La Presse*, 22 juin, 1838.

¹³⁸ Cf. Gervásio Lobato – “Chronica Occidental”, *O Occidente*, nº 112, 1 Fev., 1882, p.26: “Tenham paciência meus caros leitores com esta *reprise* de banalidades chochas, a *falta de assumpto*, o *papel em branco*, e todos estes lugares communs da chronica de ha muitos annos, mas o exemplo vem de longe, vem de alto, d’um dos mais notaveis mestres no genero, d’um homem que pôde dar o tom, fazer a moda; é o ultimo figurino de Paris para a chronica (...)”. Gervásio Lobato refere-se a Aurélien Scholl. Veja-se, nos nossos dias, Fernando Venâncio – “O assunto não falta”, *Jornal de Letras*, 26 Abril, 1995, pp. 44-45.

¹³⁹ Elle – “Revista da Semana. Prologo que serve por um anno como qualquer arrendamento”, *Revista Popular*, vol. II, nº 1, 10 Março, 1849, p.5.

¹⁴⁰ Cf. Júlio César Machado em folhetim de *A Revolução de Setembro*, 4 Set., 1859. Convém observar que se trata aqui de entender o *folhetinista* não enquanto cronista, mas em sentido mais lato, ou seja, enquanto autor que escreve para o espaço do folhetim. Neste caso particular, apresenta-se o folhetinista Manuel Roussado, autor de um texto ficcional de cariz sentimental.

¹⁴¹ “Retrospecto”, *O Commercio do Porto*, 18 Maio, 1857.

¹⁴² Théophile Gautier - *La Presse*, 26 février, 1838.

defraudar as expectativas do leitor. O folhetinista deve ainda saber ser oportuno¹⁴³ e sobre tudo emitir uma opinião:

*Eu vou todos os dias encontrando maiores inconvenientes na vida folhetinística. (...) havemos de ter opinião sobre tudo, e a proposito de tudo: não nos é licito o silencio: somos deputados, impreterivelmente oradores: não nos consentem, como a tantos desses animaes politicos, a facil tecnologia parlamentar do “muito bem!”, “apoiado!”, “regeito!” e os oh! e os ah! da admiração deslumbrada e balbuciante. // Como eu adoraria as interjeições! como eu me extasio diante das reticencias! como eu me curvo respeitoso perante a eloquencia typographica!*¹⁴⁴ –

confessa ironicamente Lopes de Mendonça. E em 1852, em *O Nacional*, chama-se também a atenção para os predicados necessários a um folhetinista quando se observa que “O FOLHETINISTA é quase um escravo das *cabriólas* da actualidade, sentinella de todos os *balancés* do mundo elegante , não póde saltar por cima de nenhuma das evoluções palpitantes da vida que a seu lado se vive; a sua missão nem sempre se cifra a fallar da lua, dos astros e de uma critica litteraria, tem de descer ao *rez-de-chaussez* das narrações locaes (...)”¹⁴⁵. O folhetinista acaba também por ser, consequentemente, não apenas um escritor público, mas uma figura pública pela necessidade e obrigação de estar presente, de observar inúmeros eventos, facto, aliás, salientado por Lopes de Mendonça, numa crónica de espectáculos de 1849¹⁴⁶. E, de passagem, atentemos num outro tipo de escravatura experimentado pelo folhetinista que consiste numa fatal submissão ao tempo dos acontecimentos narrados, bem como ao tempo da publicação da crónica no jornal.

¹⁴³ Cf. “O Periodista”, *O Nacional*, 20 Maio, 1857. Em **Anexos**, p. 106.

¹⁴⁴ Lopes de Mendonça – “Revista de Lisboa”, *A Revolução de Setembro*, 3 Nov., 1851. No mesmo ano, em *O Chronista* de 6 de Março, o folhetinista ao falar das dificuldades desta lide, curiosamente também refere o uso tão em moda das reticências e que, pela sua ocorrência excessiva é criticado ou ridicularizado: “Dez linhas de reticencias que seria o bastante para construir a *reputação* de um *sabio*. (...) A erudição dos pontinhos é comoda, mas está gasta. - Que fazer?”

¹⁴⁵ B. – “Revista de Vianna”, *O Nacional*, 7 Maio, 1852.

¹⁴⁶ Cf. Lopes de Mendonça – “A Semana Dramatica”, *A Revolução de Setembro*, 23 Junho, 1849: “A vida do folhetinista é uma vida cortada de contratemplos, porque é submetida ás leis rigorosas d’uma publicidade fatal. Ainda que tenha o espirito repassado de agonia, ainda que soffra a impressão desagradavel de umas certas noticias telegraphicas que vem desbotar as suas ardentes esperanças. é força que vá assentar-se n’um banco da platéa, ouça os brados desesperados dos tyrannos de melodrama, veja os gestos truculentos dos heróes, e os desmaios improvisados das sensiveis heroínas”.

O folhetinista surge então como um *one man show*, alguém que tem o direito mas também o dever de tocar todas as teclas¹⁴⁷, reunindo numa só pessoa a seguinte trindade: “cão de caça”, “olheiro ou vigia da camara municipal” e “espião do governo”¹⁴⁸. Ele é um escritor cujo raio e poder de acção é enorme e extenso e, não o esqueçamos, alguém que tem plena consciência de tal facto. O periódico *O Ecco Popular* dá bem conta dessa realidade em alguns dos seus folhetins quando, por exemplo, em 1849, refere a acção poderosa do folhetinista pela função de denúncia e de crítica que faz dele um rei dos tipos, alguém que detecta e regista os defeitos de figuras da sociedade da época; alguém que pela sua função de juiz é temido por todos: “E o folhetinista no alto do seu throno de *grypho* e *parangona*, vê mover-se, a seus pés, o batoteiro, a *prima-donna*, a dançarina, o empresario, os espectadores e o espadachim (...)”¹⁴⁹. E esta atenção que o folhetinista vota à sociedade que o rodeia, bem como o carácter documental e testemunhal dos seus textos é ainda salientado pelo facto de ser apodado “pintor de costumes”¹⁵⁰. Com efeito, o autor de folhetim pode ainda fazer dele veículo de chamada de atenção ao poder político¹⁵¹, funcionando de algum modo como voz da consciência que alerta para situações várias de degradação e consequente

¹⁴⁷ O carácter polivalente do folhetinista ou cronista é salientado no *Grand Dictionnaire Universel du XIXe Siècle*, t. IV, *op. cit.*, p. 251, quando, na entrada “chroniqueur”, se afirma: “Comme on le voit, il y a dans le chroniqueur d’aujourd’hui un humouriste, un causeur et un philosophe”.

¹⁴⁸ “Revista do Porto”, *O Nacional*, 10 Março, 1851. Trata-se de um exemplo que, obviamente, não engloba nem limita os múltiplos rostos sob os quais se pode apresentar aos seus leitores um folhetinista.

¹⁴⁹ O 4º Rapaz do Ecco – “O Folhetinista”, *O Ecco Popular*, 1 Set., 1849. Em **Anexos**, pp. 46-49.

¹⁵⁰ “Revista Semanal”, *O Ecco Popular*, 14 Junho, 1852. Embora todo o texto deva ser lido tomando em conta o propósito satírico do autor, a “Revista do Porto”, de 18 de Abril de 1859 de Ramalho Ortigão, chama a atenção para este papel do folhetinista - aqui apelidado de revisteiro -, ao referir que se trata de escrever a história da actualidade, a história do presente (cf. *Crónicas Portuenses, op. cit.*, pp. 44-47).

¹⁵¹ Cf. “A Camara Municipal de Lisboa”, *A Revolução de Setembro*, 18 Nov., 1842. Neste folhetim, denuncia-se a barbaridade cometida pela Câmara e que consiste na degolação das cabras tresmalhadas que se encontram na cidade, sem qualquer tipo de utilidade ou de acção pedagógica. Critica-se ainda a criação do cargo de chefe dos oficiais da fiscalidade pela sua inoperância, pois a pessoa nomeada apenas se limita a acumular empregos. Cf. ainda “A Camara Municipal de Lisboa”, *A Revolução de Setembro*, 17 Fev., 1843. Neste folhetim de cariz político, através de um mecanismo de ficcionalização, o autor conta a conversa que ouviu no passeio público entre dois indivíduos, os quais criticavam a acção camarária. Observemos que este tipo de folhetim prolifera, na década de 40, em vários periódicos portugueses.

necessidade de reforma e progresso na sociedade da época¹⁵². O folhetim será afinal meio de morigeração de costumes e fautor de progresso.

Alguns anos mais tarde, o mesmo periódico publica no espaço do folhetim um texto intitulado “O Folhetinista”, sob a rubrica “Typos Nacionaes”. Muito embora se trate de um texto trabalhado humoristicamente, certo é que o poder actuante do folhetinista sobre aqueles de quem a sua escrita fala não deixa de ser posto em relevo, através do exercício de uma dupla função, a de juiz e verdugo:

O folhetinista, sendo um ente que em nada se avantajava ás forças musculares de um homem regular, é todavia temivel, perigoso e mesmo pavoroso. Qualquer moda em vestuario que lhe desagrade; qualquer cantora que lhe não soe bem aos ouvidos; qualquer escriptor que elle bem não entenda podem preparar-se para entregar os ossos á necrológica mansão d’um folhetim. O folhetinista póde tudo sobre elles. Se muito bem lhe aprouver, assassina-os com duas pennadas, amortalha-os com a negra côr da tinta de escrever, e enterra-os mesmo alli no vastissimo campo d’uma folha de papel, que nem tanto é preciso para encher um folhetim¹⁵³.

A actividade judicativa e opinativa exercida pelo folhetinista faz dele também um crítico de eventos artísticos, literários, mundanos e por vezes até políticos, conferindo à sua escrita folhetinesca uma diversidade que a torna atractiva para o leitor, na medida em que, sem grande esforço e em pouco tempo, acede a uma base de dados multifacetada, pois “O folhetinista, mais do que nenhum outro escriptor, vae constantemente analysando o que vê, ouve e lê, e transmittindo-nos as suas idéas, os seus sentimentos, as suas impressões, e por isso póde dizer-se que *tout son être passe là*”¹⁵⁴. Do que fica exposto e por auto-caracterização, o folhetinista assume-se e apresenta-se, em suma, como um escritor especializado na falta de especialização pois tem plena consciência que “(...) o folhetim vario é lido com attenção e gosto, porque *variatio delectat*”¹⁵⁵.

¹⁵² Cf. Lopes de Mendonça – “A Reforma Dramática”, *A Revolução de Setembro*, 18 Set., 1846. A dado passo da sua denúncia sobre o estado do teatro em Portugal, afirma, por exemplo, o folhetinista: “O teatro entre nós, tem sido o mais despresado ramo da administração publica”. Também Ramalho Ortigão, ao falar do abandono crescente dos filhos por parte das mães, indica o folhetim como um dos meios - o teatro, o livro, o romance, a arte são outros dos instrumentos referidos- para denunciar e verberar a entidade parental grandemente responsável por tal situação (cf. “Protecção às mães”, *As Farpas*, vol.VII, *op. cit.*, p.232).

¹⁵³ Zigzag – *op. cit.*. Em **Anexos**, pp. 87-89.

¹⁵⁴ D. Alonzo – “Os folhetins - os folhetinistas e a Thalia”, *Revista Popular*, vol. II, Lisboa, Imprensa Nacional, nº 48, 9 Fev., 1850, p. 385.

¹⁵⁵ Carlos Borges- “Chronica da Semana”, *O Nacional*, 22 Set., 1865. Trata-se nesta citação de ter em conta de um modo particular a leitora de folhetim, impedindo-a de cair nos braços de Morfeu.

3.2.2. Objecto e estratégias discursivas na crónica-folhetim

Le feuilleton, ce descendant direct du Mercure français de 1611, dont il a recueilli tous les droits à la critique littéraire, tient en outre la place de trois ou quatre puissances déchues. Le Feuilleton a remplacé les grandes familles du seizième siècle; il a remplacé les Médicis, Louis XIV, l'hôtel Rambouillet et l'Académie. Le Feuilleton est plus audacieux encore: il a abordé la technologie scientifique; et l'X mathématique n'est plus un inconnu pour lui. Si on ne lui interdisait la politique, il deviendrait président du conseil, ministre des affaires étrangères¹⁵⁶.

Era deste modo que, em 1836, Frédéric Soulié dava conta do objecto variado do folhetim, ao estrear-se no *rez-de-chaussée* de *La Presse*. Esse carácter variado e eclético é salientado por muitos dos que em Portugal se entregam à escrita folhetinesca. Assim, Camilo Castelo Branco, pela forma sintética como define o folhetim, um “armazem de quinquilheiro”¹⁵⁷, revela, de forma clara, não apenas a actividade do folhetinista, mas também o seu objecto de escrita. Este consistirá então – como tivemos já ocasião de verificar por excertos de folhetins anteriormente citados que se debruçam sobre o seu próprio funcionamento – em tudo o que é capaz de suscitar e satisfazer a curiosidade do público, não ignorando nunca o objectivo maior a alcançar e que se traduz na satisfação das necessidades lúdicas do destinatário. Assim, é ainda Camilo que chega mesmo a referir que a crónica vive de escândalos¹⁵⁸, na medida em que tantas vezes tira partido de episódios polémicos ou caricaturais da vida social da época, de anedotas e boatos que circulam¹⁵⁹. O conjunto de folhetins de Manuel Roussado, publicados em *O Primeiro de Janeiro* no ano de 1869, constitui-se como um bom exemplo de aproveitamento de *fait divers*, de eventos anedóticos, para construir uma crónica, cuja função primeira será, indubitavelmente, a de divertir o leitor por alguns momentos, partindo o seu autor de um tema sério que apenas servirá de trampolim para narrativas episódicas que podem, por exemplo, envolver figuras conhecidas como António Feliciano de Castilho e Alexandre Dumas, em situações

¹⁵⁶ Frédéric Soulié - *op. cit.*

¹⁵⁷ Camilo Castelo Branco – “Má estreia!”, *O Nacional*, 1 Julho, 1857.

¹⁵⁸ Cf. Camilo Castelo Branco – “Chronica”, *O Nacional*, 31 Maio, 1858.

¹⁵⁹ Cf. Visconde de Benalcanfor – “Cartas Lisbonenses”, *O Commercio do Porto*, 30 Nov., 1873. Como já referimos, nesta crónica, o Visconde de Benalcanfor propõe-se dar conta dos acontecimentos da sociedade lisbonense, registar o movimento literário da semana ou do mês e contar os boatos e anedotas que circulam na capital do reino.

curiosas e divertidas, tal como acontece no folhetim intitulado “As Distancias”¹⁶⁰. Ora o objecto sobre o qual a crónica se debruça, o tipo de eventos seleccionados, são factores grandemente responsáveis pela criação de uma escrita bem singular, facto que justifica a afirmação de Agostinho Albano de que “O folhetim precisa de ter espirito. O espirito do folhetim depende mais da natureza dos acontecimentos, que da natureza do auctor”¹⁶¹.

Se, já em 1851, Lopes de Mendonça diz ser a crónica-folhetim uma “*mayonnaise litteraria*”¹⁶², expressando deste modo a capacidade de tudo agenciar no espaço único de um folhetim¹⁶³, esta sua especificidade permanecerá uma constante, facto que justifica que, também em 1859, em *O Commercio do Porto*, se registe o mesmo traço enformador e identificador da crónica: o folhetim “deve ser uma amalgama de tudo ou serio, ou ridiculo”¹⁶⁴. O facto de “para materia de folhetim serv(ir) qualquer cousa por mais insignificante que seja, qualquer nada que nem sempre é preciso que seja bonito”¹⁶⁵, manifesta a presença, na crónica-folhetim, de uma tendência bulímica, a voracidade de uma escrita que de tudo se alimenta, colhendo no real quotidiano o objecto plural sobre o qual se debruça. Já Júlio César Machado, ao caracterizar o folhetim através de um confronto com a figura feminina, punha em relevo esse mesmo traço: “Ella, compensa mil caprichos por mil meiguices, por mil prazeres: elle, é sempre ironia, é sempre malicia, é sempre capricho! A mulher, se nos ama, contenta-se e está feliz com qualquer cousa, – uma flôr lhe basta e um beijo! O folhetim, ao contrario! é exigente, teimoso, insaciavel; quer bailes, quer espectaculos, quer peças novas, e, - o

¹⁶⁰ Manoel Roussado- “As Distancias”, *O Primeiro de Janeiro*, 18 Abril, 1869. Em **Anexos**, p. 225.

¹⁶¹ Agostinho Albano – “Revista da Semana”, *O Nacional*, 12 Jan., 1864.

¹⁶² Lopes de Mendonça – “Revista de Lisboa”, *A Revolução de Setembro*, 28 Junho, 1851. Repare-se no emprego que uma vez mais ocorre de um conjunto vocabular, cujo sema comum é o da alimentação ou da culinária.

¹⁶³ Cf. Pierre Durand – “Revue de Paris”, *Le Siècle*, 4 nov., 1837. Esta crónica constitui-se como um bom exemplo desse facto, ao reunir, num mesmo texto, observações sobre a imprensa inglesa que revela factos da vida privada dos que se candidatam a eleições, o registo das cerimónias religiosas nas diferentes igrejas por ocasião da celebração dos Fiéis Defuntos, a morte de personalidades do mundo do palco ou os processos levantados por Victor Hugo e Dupaty contra Védél.

¹⁶⁴ S. – “Folhetim”, *O Commercio do Porto*, 17 Fev., 1859. E Pinheiro Chagas, no *Diario de Noticias* de 29 Maio de 1871, põe involuntariamente em relevo o objecto polifacetado do folhetim ao dizer: “Por mais que o espirito do folhetinista procure preoccupar-se com os frivolos acontecimentos, que lhe dão assumpto habitual, as noticias telegraphicas dominam-lhe a attenção”.

¹⁶⁵ “Revista do Porto”, *O Nacional*, 10 Março, 1851.

que é de tudo o pior! e...idéas novas!”¹⁶⁶ Assim, a crónica contribuirá também, com o seu jeito muito peculiar, para a chamada literatura da actualidade resultante de uma preocupação romântica.

Por consequência, a escrita da crónica-folhetim torna-se assim uma escrita itinerante, na medida em que percorre um segmento temporal que passa em revista, normalmente a semana, mas também o dia, a quinzena ou o mês, num espaço determinado, quase sempre o da cidade. Um folhetim de 1867, publicado em *O Nacional*, chega mesmo a equacionar e fundamentar a legitimidade da periodicidade do folhetim, em função do espaço a que se refere e da frequência na ocorrência de eventos, ao dizer que a revista da cidade pode ser diária, a da vila mensal e a da aldeia anual¹⁶⁷. Essa itinerância da crónica-folhetim convida o leitor a viajar no tempo e no espaço, guiado pelo olhar do folhetinista, pousando, também ele, a par e passo, o seu olhar nos diferentes eventos ocorridos¹⁶⁸. A itinerância não se reduz então a uma coordenada temporal e espacial, mas resulta ainda de uma itinerância temática, servida por uma escrita sem preconceitos que pode alinhar, num mesmo parágrafo, realidades culturais de índole bem diversa:

*A revista é uma velha-donzella muito mais aristocrata e caprichosa; - cameleão da moda palpita melhor os relances da sociedade em que vive, e pavoneia-se altiva de mais civilisadora, socialmente fallando; - gosta de pompa e do luxo, enfeita-se com o melhor vocabulário de assumpto épico, - embrulha-se indistinctamente na melhor biographia antiga e moderna; falla de Sparta, das cem portas de Thebas, dos infortunios de Carthago, e da opulencia de Roma; - salta por cima das conquistas dos Fredericos da Prussia; mette um dedo nas batalhas de Napoleão, e descreve a pateada de hontem no seu theatro lyrico; - trata de Cromwell e de Milton, de Luis XIV e de Mazarin, e de um baile particular na sua terra... esta é uma revista sempre esquiva sempre superficial e passageira, fazendo a cada canto evoluções de elasticidade e de espirito, e acabando quasi sempre por quatro linhas de reticencias!...*¹⁶⁹

¹⁶⁶ Julio Cesar Machado – “Revista da Semana”, *A Revolução de Setembro*, 23 Fev., 1860. E em folhetim do *Nacional* de 15 de Setembro de 1867 afirma-se: “(...) para haver revista é preciso que hajam sucessos a narrar (...)”.

¹⁶⁷ Cornelio – “Folhetim”, *O Nacional*, 15 Set., 1867.

¹⁶⁸ Por curiosidade, atentemos na verbalização que desta realidade se faz em folhetim do *Nacional* a 20 Agosto de 1867: “Entre os leitores desta coisa, ha por força um, muito aborrecido das corriqueirices da vida, que, mesmo por curiosidade, vae commigo aonde eu o levar. // Pois supponha que o vou appresentar n’um baile; vista-se ‘comme il faut’ e vamos”.

¹⁶⁹ B. – “Revista de Vianna”, *O Nacional*, 20 Abril, 1852. Em *Anexos*, pp. 76-77. Neste texto, caracteriza-se a revista por confronto com o folhetim enquanto espaço para um texto de devaneio ou de poesia sentimental.

E a marca de erudição ou de pseudo-erudição passa não apenas pelas múltiplas referências literárias ou históricas, como ainda por manifestações de poliglotismo ou por aparente virtuosismo retórico, como se observa ironicamente em “Revista do Porto” de *O Nacional*: “Sem ladear o portuguez de uns tantos acipipes de francez, inglez e italiano, sem torcer as phrases até ninguém as perceber pelo sublime do ridiculo - sem arrumar Gongora para um canto, vencido, excedido, levado a quinta essencia, não se alcança o direito de primar entre os rabiscadores das faldras de um jornal politico”¹⁷⁰. Vemos então que, para além do registo do evento em si, o seu tratamento narrativo deve ser acompanhado de uma aposta num ornato seja ele de natureza cultural ou linguística. Para além de uma competência linguística múltipla que todo o folhetinista se sente com frequência tentado a manifestar, várias vezes também o folhetim converte-se num exercício de linguagem que parte de um pretexto -o evento - para se legitimar. O autor de “Revista do Porto” de *O Chronista*, de 1852, afirmava: “Para que uma revista satisfaça as condições requeridas, é mister dar ás noticias que n’ella se contem um certo *tour*, caracteristico dos productos dos laboratorios folhetinisticos. Pois não basta dizer d’enfiada – Falleceu Pedro – Deu-se á sepultura Sancho – Foi preso Martinho – é mister envolver tudo isto em *espirito de munição*, prehencher os deficits dos quadros com ornatos de phantasia; dar ao mais insignificante successo a dimensão colossal de romance, abarcando toda a esphera do sentimento, produzindo toda a especie de sensações fazendo chorar, fazendo rir, e fazendo... e não fazendo nada por fim”¹⁷¹. Que a crónica-folhetim não se esgota nem se reduz a um plano informativo, salienta-o também o diálogo surgido em folhetim de 1862, no qual se diz:

-*Ouve cá: então qual é a arte de fazer folhetins?*
-*Escrever muito e não dizer nada*¹⁷².

Se a grande panóplia temática que o folhetim tem à sua disposição e que vai desde a meteorologia, a um baile¹⁷³ ou a um espectáculo teatral, põe em relevo o traço da diversidade de que o folhetim é possuidor, a flexibilidade da escrita do folhetinista é

¹⁷⁰ Printer’s Devil – “Revista do Porto”, *O Nacional*, 7 Jan., 1852.

¹⁷¹ Eu – “Revista do Porto”, *O Chronista*, 10 Agosto, 1852.

¹⁷² Thomaz – “Folhetim”, *O Nacional*, 21 Out., 1862.

¹⁷³ Registemos de passagem a semelhança entre algumas crónicas do século XIX e as colunas sociais dos periódicos actuais de que “Um baile” do *Nacional* de 13 Fev., de 1851 ou a “Revista do Porto”, no mesmo periódico, de 15 de Fevereiro do mesmo ano são bons exemplos. Neste segundo folhetim, não só se referem as diferentes personalidades da sociedade portuense como ainda se descrevem as *toilettes* femininas mais marcantes, sob a égide do comentário.

também grandemente justificada por essa característica¹⁷⁴. Sobre esta diversidade temática da crónica-folhetim exerce-se uma escrita versátil, polifacetada, mas norteadada quase sempre por uma atitude crítica eivada de humor, de sátira ou de caricatura e os diferentes folhetinistas são praticamente unânimes a este respeito. Camilo Castelo Branco indica como traço singularizador da crónica “a graça chistosa a rebentar de riso”¹⁷⁵; Arnaldo Gama opina que o folhetim pressupõe caricatura, denúncia, atitude crítica portanto, farejar o ridículo, enfim, dar conta da comédia humana¹⁷⁶. Em 1858, Camilo chama de novo a atenção para a singularidade da crónica-folhetim ao observar que “A indole natural destes escriptos é o chiste, o chasco, o epigramma, a allusão salgada, a ironia azeda, e o sarcasmo zombeteiro”¹⁷⁷. Na verdade, a caricatura é uma via grandemente seguida na crónica-folhetim. Repare-se no testemunho que desse facto nos dá Lopes de Mendonça quando denuncia que “Desde que os jornalistas se poseram a caricaturar as personagens do parlamento commeteram evidentemente uma usurpação sobre os dominios do folhetim”¹⁷⁸. De algum modo, o espaço da crónica, ao abrir-se à sátira, vai ser talvez o herdeiro e o continuador do pendor satírico que os periódicos portugueses desde finais do século XVIII manifestam¹⁷⁹.

A escrita na crónica-folhetim envereda assim com frequência pela via da comicidade¹⁸⁰. Com efeito e como já tivemos ocasião de o referir, de algum modo ela redescobre e recicla, agora por via da escrita e consequente leitura, elementos e funções da comédia, aproveitando um veículo de acesso facilitado em muitos aspectos que é o

¹⁷⁴ Esta diversidade de objecto e de estratégias discursivas está bem visível na definição de folhetim em “Revista da Semana” da *Revista Popular*, vol. II, nº 1, 10 Março, 1849, pp. 5-6: “Mas que será um folhetim, que tanta bulha desperta por esse mundo? Ha folhetim desde o chiste problematico do *Interesse Publico*, até aos cahoticos periodos do *Braz Tisana*. Ha folhetim desde a analyse rançosa do sebento melodrama, até á avaliação *ex cathedra* do mais rachitico opusculo. Ha folhetim desde a narrativa cortesã de um baile *masqué*, até á ironia picante e acerba das miserias da vida”. O carácter multifacetado do folhetim estende-se ainda à possibilidade de uma escrita em verso ou prosa, facto posto em relevo por Camilo em “Revista - ou lá o que quiserem”, por nós já citada. O folhetim, afirma Camilo, “Pode ser em verso ou prosa. Tudo que não é verso é prosa, tudo que não é prosa é verso” (*op. cit.*, p. 179).

¹⁷⁵ Camilo Castelo Branco – “Revista do Porto”, *O Nacional*, 21 Jan., 1850.

¹⁷⁶ Cf. Arnaldo Gama – “Revista da Foz”, *O Nacional*, 13 Agosto, 1857. Em **Anexos**, p. 107.

¹⁷⁷ Camilo Castelo Branco – “Chronica”, *O Nacional*, 26 Julho, 1858.

¹⁷⁸ Lopes de Mendonça – “Revista de Lisboa”, *A Revolução de Setembro*, 28 Maio, 1853.

¹⁷⁹ O desenvolvimento da sátira no periodismo português é assinalado por José Tengarrinha em *História da Imprensa Periódica Portuguesa*, *op. cit.*, p. 63.

¹⁸⁰ Reparemos, por exemplo, na definição de crónica de João Gaspar Simões em “Elogio do folhetim oitocentista”, *O Primeiro de Janeiro*, 27 Abril, 1966: “(...) esse misto de crítica e de anedota, de traço satírico e nota divertida, de caracterização pitoresca e de generalização caricatural”.

do periódico. O uso do humor, a exploração do ridículo humano tantas vezes transformado em caricatura, a função assumida de provocar um efeito de riso, estreitamente ligada a um domínio lúdico¹⁸¹, aproximam-na, em pontos vários, desta forma particular da arte da representação. Não é assim por acaso que comparações com formas dramáticas surgem, enquanto definidoras da singularidade da crónica-folhetim no que respeita a formas genológicas, estruturação do texto ou tom adoptados: “Se esperam vêr uma tragedia, é porque desconhecem a indole do folhetim. As fraldas de uma gazeta moderna nunca foram humedecidas pelas lagrimas do leitor benevolo - como em phrase de dedicatoria se costuma dizer. (...) O folhetim é folgazão, ligeiro e descuidado. As suas dimensões não abrangem prologos, actos, quadros e epilogos”¹⁸². Ou ainda quando, em crónica teatral, Christovam de Sá traça um paralelo entre a revista-espectáculo e o folhetim, salientando afinidades que passam pelo aproveitamento da comicidade e da sátira: “Para nós, as revistas andam n’um periodo de desvairamento, que lhes ha de trazer a morte, (...) pelo seu proprio desconceito e tedio do publico para aquelle genero de espectaculo, que, reduzido ás actuaes proporções, fica sendo um folhetim, mais ou menos chistoso, mais ou menos satyrico, mais ou menos virulento, e mais ou menos politico, posto em scena(...)”¹⁸³.

Observemos que a presença destes ingredientes na crónica-folhetim pressupõe a convicção que um folhetim deve ter espírito - e trata-se do célebre *esprit français* - tantas vezes referido no discurso que o folhetim mantém sobre si próprio. Tomemos como exemplo um texto folhetinesco surgido em 1861, na *Aurora Litteraria*, em que L. F. Lopes, o seu autor, indica a essência do folhetim:

-Homem, para se ser folhetinista, já não digo tanto; mas para escrever simplesmente um folhetim, só por querel-o escrever, sem ambição de corôas nem de glorias nem de...tudo que pôde levar um folhetinista a ser lembrado um minuto, é absolutamente necessario ter tanta familiaridade com o espirito como com a linguagem fina e delicada, que tão bom sabor apresenta ao paladar perfeito como ao imperfeito (...). O folhetim que não tem graça, o folhetim que não desenvolve aquelle espirito satyrico em

¹⁸¹ A presença na crónica de um filão de comicidade, aliado ao fim a que tantas vezes se destina - proporcionar a ocupação de um tempo de lazer -, pode certamente ser considerado como um dos factores que ajudam à sua arrumação na categoria de literatura fácil, superficial e, acrescentemos, amena. Lembremos ainda que o cómico é quase sempre visto através de uma relação de oposição com o sério, saindo deste confronto no espaço social uma valorização do segundo elemento em causa. Não será então de estranhar que a crónica-folhetim e, de um modo geral, a escrita no espaço do folhetim, seja com frequência entendida como um género menor.

¹⁸² “Uma reunião eleitoral em casa de S. Ex.^a o Snr. Visconde de Castro Silva”, *O Nacional*, 25 Julho, 1851.

¹⁸³ Christovam de Sá – “Theatros. Revistas”, *A Revolução de Setembro*, 26 Fev., 1882.

*phrase fina e delicada, o folhetim que não apresenta um estylo puramente seu e analogo á sua existencia espirituosa, devera na minha opinião, não imaginar-se sequer*¹⁸⁴.

Lembremos o que, sobre os folhetins de Cunha Belém, publicados em *A Revolução de Setembro* sob o pseudónimo de Christovam de Sá, escreve elucidativamente Pinheiro Chagas: “São folhetins que se deixam ler, como os livros que Mme Sévigné elogiava por esse predicado. Alegres, floridos, rapidos, satisfazem excellentemente as condições do genero. Christovão de Sá segue nas revistas de theatro, o systema francez, que os outros folhetinistas portuguezes raras vezes adoptam”¹⁸⁵.

Apesar do espírito crítico que deve caracterizar o folhetinista e, por consequência, a sua escrita, o estilo a eleger será sempre ligeiro e fácil¹⁸⁶, pois a crítica exercida não é a da *auctoritas*, mas apenas a de um homem do século, porventura mais atento ao que se passa à sua volta, facto que por si mesmo legitimará o discurso sobre o real por ele produzido. Aliás, tomemos como exemplo dois casos de autores de crónica-folhetim: Guilherme de Azevedo e António da Cunha Belém. O primeiro, em folhetim publicado em *O Primeiro de Janeiro*, chama a atenção para o tom de ligeireza do seu discurso, já que não está a fazer crítica¹⁸⁷; o segundo distingue valorativamente os seus diversos folhetins publicados na *Revolução de Setembro*, ora através da adopção do pseudónimo Christovam de Sá na crónica-folhetim em que trata de assuntos de algum modo mundanos, ora usando o seu verdadeiro nome em folhetins de crítica literária ou sobre questões que considera de facto sérias¹⁸⁸. Também em França, igual procedimento era

¹⁸⁴ L. F. Lopes – “Folhetim”, *Aurora Litteraria*, nº 6, 15 Out., 1861, p. 47. Em **Anexos**, pp. 139-140.

¹⁸⁵ Pinheiro Chagas – “Dr. Cunha Bellem”, *Diario Illustrado*, 9 Julho, 1874.

¹⁸⁶ Consideremos o testemunho de Lopes de Mendonça em folhetim de *A Revolução de Setembro*, 31 Jan., 1852, no qual confessa o impedimento de “reassumir o estylo ligeiro e facil do folhetim”, pela dificuldade em alhear-se das catástrofes que “tem vindo a desabar sobre a causa immortal da democracia”. E Lopes de Mendonça refere-se, particularmente, à situação de censura então sofrida pela imprensa espanhola.

¹⁸⁷ Cf. Guilherme de Azevedo – “Cartas da Capital”, *O Primeiro de Janeiro*, 22 Fev., 1880: “Eu escrevo uma chronica, não faço uma critica, e por isso esta carta tem de manter esse tom de ligeireza que o torne compativel com o recolhimento que se pode ter, quando se lê, comendo meio bife ou procurando no bolso o cobre para dar ao conductor do americano”.

¹⁸⁸ Exemplo desse facto encontramos-lo no ano de 1881, em *A Revolução de Setembro*. Assim, no folhetim “José da Silva Mendes Leal”, de 6 de Fevereiro, o autor assina A. M. da Cunha Bellem e no folhetim “Theatros”, de 13 de Fevereiro, assina com o pseudónimo Christovam de Sá. Este tipo de ocorrência revela, para além do já referido, uma variação na importância e prestígio do espaço do folhetim consoante a questão aí acolhida num dado momento. A propósito da fecundidade de Cunha Belém enquanto escritor, elogiada por Pinheiro Chagas, Ramalho Ortigão, em saborosa farpa de 1874, discorre satiricamente sobre a construção da

por vezes adoptado, como no *Journal des Débats* em textos da autoria de Jules Janin. Quando se trata de fazer crónica dramática são apenas as suas iniciais que surgem, porém, é por extenso que aparece o seu nome a assinar a revista crítica e literária¹⁸⁹. Esta flutuação no uso da assinatura acaba por redundar numa hierarquização da diversa produção publicada no espaço do folhetim, fenómeno este que a adopção do pseudónimo certamente ajuda a criar e a acentuar.

A crónica-folhetim, ao assumir íntima ligação com um universo referencial a todo o momento convocado, resulta num texto folhetinesco transversalmente marcado por fortes traços de narratividade, registando-se a presença de múltiplos segmentos descritivos que dão conta da moda feminina ou masculina, da reacção do público a uma dada representação ou, ainda, do estado do tempo. A importância da descrição enquanto elemento estruturante de uma crónica-folhetim é, por exemplo, realçada em “A Chuva de Ouro” do Visconde de Benalcanfor: “D’esta vez não tem sido excessivamente facil aos folhetinistas dar largas ao estylo descriptivo, celebrando o advento da primavera com o seu sequito musical de rouxinoes trinando nos bosques, de andorinhas desfilando em bandadas através do azul, de flores frescas do orvalho a abrirem as corollas perfumadas, gotejando diamantes”¹⁹⁰. Curiosamente, a presença quase constante de marcas narrativas, enquanto estrutura fundamental do folhetim, leva Luís de Araújo, grande colaborador do *Diario de Noticias*, a apodá-lo de folhetim narrativo: “Nesta quadra insipida de verão, é difficil o folhetim narrativo, porque cousa alguma ha a mencionar”¹⁹¹.

Para além da exploração de uma veia satírica ou pelo menos humorística a que anteriormente aludimos, o facto do folhetim proporcionar uma leitura de lazer, seu fim essencial, lança alguma luz para outras características da crónica, tal como o uso acentuado de um estilo coloquial que, por vezes, arrasta registos de oralidade¹⁹². Desde

pseudonímia por ele erguida (cf. “Um escritor duplicado, história de sua fecundidade”, *As Farpas*, vol. XIV, *op. cit.*, pp. 75-76).

¹⁸⁹ Tome-se um exemplo do ano de 1842 desse periódico: a 19 de Setembro surge “La Semaine Dramatique” assinada J. J. e, a 13 de Outubro, a “Revue Critique et Littéraire. Bibliothèque Latine Française” já vem assinada Jules Janin.

¹⁹⁰ Visconde de Benalcanfor – “A Chuva de Ouro”, *A Revolução de Setembro*, 19 Abril, 1884.

¹⁹¹ Luiz de Araújo - *Diario de Noticias*, 30 Junho, 1865.

¹⁹² João Gaspar Simões, no texto por nós já citado, dá também conta destes traços ao observar que a crónica se apresenta no século XIX como “(...) misto de conto e de conversa fiada, onde, por assim dizer, entrava tudo - a anedota, a crítica, a intriga, a familiaridade com o leitor, a confiança política, a filosofia de algibeira; e até mesmo a História, que podia ser ou não erudita, quando não era muito simplesmente recreativa”.

logo, os autores de folhetim designam recorrentemente os seus textos como “palestra” em que se conversa com os leitores, como o faz, por exemplo, o Visconde de Benalcanfor¹⁹³. Assim, em 1861, na revista *Aurora Litteraria* refere-se o folhetim como “palestra botiquinal”¹⁹⁴ e, dois anos mais tarde, *A Liberdade* fala de “palestra amigavel”¹⁹⁵; Christovam de Sá, em 1873, apelida o folhetim de “palestra hebdomadaria com os leitores”¹⁹⁶, Sá de Albergaria, na década de 80 de Oitocentos, intitula significativamente os seus folhetins de “Palestra semanal”¹⁹⁷ e Guilherme de Azevedo chama aos folhetins “cavacos semanaes”¹⁹⁸.

Na imprensa francesa, assiste-se até à voga da *causerie* que, registemo-lo, nem sempre surge integrada no espaço do folhetim. Porém, lembremos a propósito a publicação em 1838, no espaço reservado ao folhetim do periódico *La Presse*, as *Causeries* de Alphonse Karr¹⁹⁹, as célebres *Causeries du Lundi* de Sainte-Beuve no *Constitutionnel* ou as *Causeries Littéraires* de Armand de Pontmartin²⁰⁰. Ouçamos ainda um testemunho sobre a sua fortuna em França: “Une mode toute nouvelle, et qui a pris un développement inouï dans ces derniers temps, a transporté dans le journalisme la *causerie* familière. (...) Avant et après 1848, Eugène Guinot popularisa ce genre de littérature, dans lequel il devait avoir beaucoup d’imitateurs, et qu’on a tour à tour appelé *causerie* et *chronique*. La chronique est, à l’heure où nous écrivons, une rage, une fureur, une maladie”²⁰¹.

¹⁹³ Cf. Visconde de Benalcanfor – “Cartas Lisbonenses”, *op. cit.*

¹⁹⁴ J. M. – “Folhetim”, *Aurora Litteraria*, n.º 9, 1 Dez., 1861, p. 71. Alexandre da Conceição manifesta de forma indirecta o tipo de comunicação a estabelecer com o destinatário e que passa por uma conversa informal que pode ter lugar à mesa de um café e não numa sociedade de estudiosos, quando se dirige às leitoras, em “Chronica” de *O Nacional* de 4 de Dezembro, de 1864: “Hoje não me quero com leitores, quero-me com leitoras, quero fazer-lhes a minha apresentação em fôrma, e depois, (...) contar-lhes as novidades da semana em tom importante de critico de botequim”.

¹⁹⁵ R. V. – “Chronica”, *A Liberdade*, 5 Março, 1863.

¹⁹⁶ Christovam de Sá – “O Crescente da Visinha”, *A Revolução de Setembro*, 9 Março, 1873. E, no mesmo ano, no *Diario de Noticias* a 11 de Setembro, Júlio César Machado refere: “Mas, tudo parece convidar-nos, ao agitar-se por tantos lados na imprensa e nos rumores publicos a questão dos jesuitas, e ao apparecer um livro com este nome, a deixar que o folhetim que vae conversando sempre sobre o que se passa e sobre o caso ou a preocupação do dia, tente entreter hoje o seu leitor a respeito da famosa companhia (...)”.

¹⁹⁷ Sá de Albergaria – “Palestra Semanal”, *O Primeiro de Janeiro*, 30 Maio, 1880.

¹⁹⁸ Guilherme de Azevedo – “Ca’ e La’”, *O Primeiro de Janeiro*, 12 Fev., 1882.

¹⁹⁹ Cf. Por exemplo, “Causeries” de 16 de Junho de 1838 em *La Presse*.

²⁰⁰ Armand de Pontmartin é ainda o autor de *Nouvelles Causeries Littéraires*, *Dernières Causeries Littéraires*, *Causeries du Samedi*, *Nouvelles Causeries* ou *Dernières Causeries*.

²⁰¹ *Grand Dictionnaire Universel du XIXe Siècle*, t. III, *op. cit.*, p. 627.

Assim, o folhetim mais do que manter uma conversa, cavaqueia com o leitor; e o uso deste termo mostra bem e de novo que não se trata de abordar uma questão ou um evento de forma elaborada, mas de uma conversa saborosa, tantas vezes sem rumo único, amena e sem preocupações de profundidade, o que não significa - e é importante salientá-lo - a ausência de uma atitude crítica e interventiva face ao real quotidiano. Lembremos, a propósito, “Un projet de loi” de Frédéric Soulié, texto de 1837, que adopta, desde o início, uma estrutura dialógica explícita, funcionando como veículo de justificação para o assunto a tratar e que, à partida, não se esperaria encontrar no espaço do folhetim: “Un projet de loi? - Oui, un projet de loi des finances, un projet de loi des douanes; voilà le sujet sur lequel je vais écrire. - Le feuilleton abuse: tantôt il nous parle vaudeville, tantôt littérature, deux choses très opposés; tantôt il nous fait des histoires du quinzième siècle, tantôt des contes du dix-neuvième siècle (...). Ceci est trop fort (...) - Un moment s’il vous plait (...)”²⁰² e o folhetinista prossegue o diálogo para legitimar a sua escolha.

De facto, o folhetinista estabelece com frequência no seu texto um diálogo constante com o leitor, apostrofando-o, reiteradamente, com o habitual “caro leitor” nas suas múltiplas variantes – amigo, gentil, amável, temível -²⁰³ ou fazendo-o entrar em diálogo com ele pela convocação de interrogações, comentários ou reacções do leitor perante a leitura da crónica-folhetim: “Pois, não acha a leitora - e eu não posso em questões de delicadesa deixar de recorrer a si! - não acha, minha senhora, que o folhetim tem uma missão toda especial, que o torna em interprete dos sentimentos e das ideas do que se chama a sociedade, obrigando-o a fallar, a sorrir, a engrandecer ou a castigar, no mesmo tom caprichoso, indolente, ora apaixonado ora esquivo, de uma *coquette* ou de um *dandy*?”²⁰⁴, pergunta Júlio César Machado, folhetinista que se constitui como exemplo máximo da coloquialidade na crónica-folhetim, não apenas pela repetida

²⁰² Frédéric Soulié – “Un projet de loi”, *La Presse*, 20 mars, 1837.

²⁰³ Cf. “Revista de Lisboa” de Lopes de Mendonça, publicada em *A Revolução de Setembro*, 15 Dez., 1849, onde o folhetinista interpela desde a primeira linha o leitor: “Acreditam em agouros, meus leitores? Supõem que os acontecimentos vem precedidos de presentimentos mais ou menos extraordinarios? Crêem na verdade do proverbio: ‘O casamento e a mortalha no céu se talha?’ ”

²⁰⁴ Julio Cesar Machado – “Revista da Semana”, *A Revolução de Setembro*, 20 Nov., 1860. Também em “Elogio da lama”, folhetim de Marianno Froes publicado no *Diario de Noticias* a 13 de Janeiro de 1867, as marcas de coloquialidade estão bem presentes a exemplo do seguinte excerto: “Não sei se v.ex^a está disposta a ouvir-me? Se me permite continuarei a dirigir-me á sua pessoa, visto o acaso haver-me propiciado ensejo para ter alguns instantes de sublime *cavaco* com uma senhora tão amavel; conversarei hoje unicamente com v.ex^a; o resto dos leitores que nos escute, se quizer, porque o caso não é de segredo”.

invectivação do leitor, mas também pelo uso constante do discurso directo de que é exímio cultor²⁰⁵. Ora, com efeito, o tão omnipresente estilo coloquial que podemos registar na crónica-folhetim é grandemente devedor deste último recurso linguístico. Pelo presença de traços de coloquialidade, a crónica situa-se claramente na fronteira com o domínio da oralidade²⁰⁶ e ilustra de modo inequívoco a existência de um fenómeno interactivo no processo discursivo.

Vemos pois que o objecto da crónica-folhetim e as linhas construtivas eleitas ajudam grandemente a que seja considerada uma tipologia de escrita fácil e da superficialidade ou, como se denuncia em 1870, uma “frivolidade litteraria”²⁰⁷, por consequência então um género menor. Observemos ainda que, se a diversidade que caracteriza o objecto da crónica-folhetim explica de algum modo o polimorfismo da escrita folhetinesca, a ausência de uma codificação prévia do género faz desta prática escritural um espaço de liberdade aberto a uma multiplicidade de propostas criativas, sempre norteado no entanto por um olhar crítico que se apresenta tantas vezes sob as

²⁰⁵ Tome-se como exemplo a “Revista da Semana” de Júlio César Machado, publicada em *A Revolução de Setembro*, 24 Jan., 1860 e que se encontra em **Anexos**, pp. 111-113. Lembremos, a respeito do traço de coloquialidade presente nos textos de Júlio César Machado, o testemunho de Ramalho Ortigão em “Às Leitoras do ‘Jornal do Porto’ “ e que acentua exactamente esse traço: “Júlio escreve como fala. (...) Conversa despreziosamente, e é um narrador elegante e amabilíssimo” (*Crónicas Portuenses, op. cit.*, p. 136).

²⁰⁶ Para além do referido, não é por acaso que por vezes o folhetim é apresentado como espaço de diálogo, de amena cavaqueira e a “Chronica” da *Semana*, vol. II, nº 16, Abril, 1851, p. 187, ilustra bem tal facto: “Com razão suppõem os leitores dos jornaes que teem chronica ou folhetim, que não só as murmurações das salas, mas também os movimentos das praças aqui achem ecco. No folhetim se devem juntar todos os redactores do jornal, formando grupos, fazendo d’alli o seu Chiado, onde possam fallar com o charuto acceso, e em phrase mais livre e popular, do que a que se usa em casa de cerimonia, nos *tête-à-tête* dos camarotes, dos bailes, e do casino”.

²⁰⁷ Cf. F. Travassos – “A Foz em Setembro”, *O Primeiro de Janeiro*, 29 Set., 1870: “Posto isto, afim de que o folhetim não continue vexado sob a accusação de frivolidade litteraria, e se rehabilite na opinião das academias e criticos scientificos, cheguemos ao aphorismo redemptor de mr. Balzac”.

vestes da comicidade²⁰⁸. Não causa pois surpresa que Vitorino Nemésio tenha apelidado o folhetim como “um soalheiro estilizado e escrito”²⁰⁹.

3.2.3. Discurso da crónica-folhetim sobre o seu leitor

A constante convocação do destinatário que na crónica-folhetim tem lugar, acaba por constituir-se como elemento retórico quase obrigatório na criação de um folhetim, processo bem visível na abundância de marcas elocutórias que simultaneamente também revela uma atenção e preocupação para com o destinatário²¹⁰. Com efeito, o autor da crónica-folhetim é alguém que tem a consciência aguda da existência do seu leitor e de que o seu texto existe para ser lido, porque há, na verdade, um destinatário que exige a produção desse mesmo texto²¹¹. Torna-se pois recorrente a confissão, desabafo ou lamento no que respeita ao sentimento que o folhetinista experimenta de ser pressionado pelo leitor de periódicos a dar regularmente à luz uma crónica²¹², realidade que, como anteriormente observámos, manifesta bem a existência de um contrato de leitura que não pode ser denunciado²¹³. A despedida de Júlio César

²⁰⁸ Lopes de Mendonça em “Scenas Contemporaneas”, folhetim de *A Revolução de Setembro*, de 18 de Dezembro de 1850, aponta de forma clara para esta realidade: “Nada determina que o folhetim seja a caricatura d’uma *feria* obrigada destinado só a apparecer aos sabbados de nossa senhora, e a representar com mais ou menos fidelidade o resultado aproximado de uma semana inteira de investigações. Nem que eu saiba, existe lei alguma que vede ao folhetim a liberdade de se paramentar antes por uma forma do que por outra, de vestir o fraque de casquilho ao arnez de guerreiro. O folhetim é essencialmente caprichoso em seus habitos. Sem desprezar as conveniencias, porque é uma entidade publica; pode dentro do circuito dellas, assumir todas as variações possiveis, com tanto que segregue o ridiculo donde o haja, e faça rir ás gargalhadas a propria seriedade”.

²⁰⁹ Vitorino Nemésio – “O folhetim”, *op. cit.*

²¹⁰ Cf. Théophile Gautier – “Courrier des Tribunaux”, *La Presse*, 22 fév., 1838. Como contraponto aos folhetins do Vicomte de Launay que se debruçam de modo particular sobre o que se passa no mundo elegante, Théophile Gautier propõe-se dar conta do mundo da criminalidade e diz então ao público leitor: “Si donc vos nerfs délicats ne redoutent pas une scène dramatique, si votre esprit sérieux veut bien admettre un épisode burlesque, si vos habitudes de bonne compagnie ne s’effarouchent pas d’un tableau populaire, suivez-moi chaque lundi au Palais de Justice (...)”.

²¹¹ Quando, em folhetim de *A Revolução de Setembro* de 15 de Abril de 1862, Júlio César Machado ressalva que pode não existir leitor para o seu folhetim, trata-se sobretudo de uma tática retórica, de um tópico da modéstia que está aí em causa: “Cheguei de Cintra ha duas horas. Perdoem os censoresmeticulosos se principio por dar parte ao leitor, - se é que elle existe! - de uma novidade, que a ninguem mais diz respeito senão a mim (...)”.

²¹² Cf. Lopes de Mendonça – “Revista de Lisboa”, *A Revolução de Setembro*, 29 Set., 1849, por nós anteriormente citado.

²¹³ Esse contrato de leitura estabelece-se entre o leitor e o periódico, enquanto conjunto de colaborações, e implica a existência de expectativas por parte do público que serão respeitadas por quem escreve: “A vontade do publico reduz se a pedir-lhe que improvise discursos

Machado aos seus leitores, anunciando a interrupção das suas revistas semanais pelo facto de partir em viagem ao estrangeiro, é um exemplo claro do compromisso entre autor e público²¹⁴. Essa relação estreita que se estabelece entre emissor e destinatário surge muitas vezes também revestida de uma singular cumplicidade que passa pela criação de laços entre ambos. É de algum modo nesta linha que podem ser entendidas as reflexões do Visconde de Benalcanfor quando reata o contacto interrompido com os leitores de *O Commercio do Porto*: “O leitor – para quem escrevemos com frequencia – (...) mesmo quando não nos estima bastante; quando não se apaixona pelas nossas ideias; quando não se identifica connosco pela communitade dos intuitos, - ouve-nos com uma tal ou qual sympathia, com uma benevolencia attenta e cortez. Entre nós e o grupo de individualidades curiosas e intelligentes, que se habituam a lêr-nos, estabelecem-se correntes, permutam-se vibrações mysteriosas. Queremo-nos bem, sentimo-nos amigos, procuramo-nos em dias certos”²¹⁵. A existência de laços entre autor e leitor ou a tentativa da sua criação pode manifestar-se somente pela relação de proximidade que o tratamento por tu, às vezes adoptado, proporciona. Alberto de Queiroz, por exemplo, em “Algumas Novidades”, inicia o seu folhetim dizendo: “Aqui estamos, leitor, para te fazer a revista da semana(...)”²¹⁶, e todo o seu texto se estribará neste tratamento amigável e familiar do leitor. De todo o modo, seja pela tónica numa relação contratual, seja pela aposta numa relação de cumplicidade, o que é certo é que estes escritos estabelecem ou revelam a existência de um pacto de leitura.

A actividade de leitura regular proporcionada pelo folhetinista passa pela ocupação de momentos de ócio e o autor de crónicas-folhetim sabe que escreve para esse leitor das horas vagas. Alberto Pimentel, em folhetim sobre *O Primeiro de Janeiro*, elucida-nos quanto aos leitores das diferentes secções do periódico, ao afirmar: “*O Primeiro de Janeiro* é como os viajantes que teem de partir ao romper da manhã: passa a noite a

meditados, que seja grave nos artigos de fundo, ameno nos folhetins, festivo e pittoresco na gazetilha”, queixa-se um folhetinista ao denunciar a indiferença do leitor face ao periodista, em *O Nacional*, 20 Maio, 1857. Tomemos ainda um outro exemplo que surge mais de uma década antes em “Scenas da historia contemporanea. **O Club Lisbonense**” de *A Revolução de Setembro* de 16 de Outubro de 1841: “No meu artigo antecedente prometti contar o que vi, e senti no *cub [sic] lisbonense* na noute de segunda feira 2 do corrente; mas como ao leitor seja indifferente aquella, ou qualquer outra noute; e o que deseja achar no *folhetim* de um jornal é um artigo que o faça descansar dos trabalhos do dia, e da leitura *pouco consoladora* do extracto de uma sessão das *cortes*; por isso direi o que vi, senti, e pensei em uma outra noute que não designo; para evitar personalidades, e guardar o meu incognito”.

²¹⁴ Cf. Julio Cesar Machado – “Revista da Semana”, *A Revolução de Setembro*, 23 Março, 1864.

²¹⁵ Visconde de Benalcanfor – “Cartas Lisbonenses”, *O Commercio do Porto*, 18 Nov., 1886.

²¹⁶ Alberto de Queiroz – “Algumas Novidades”, *A Revolução de Setembro*, 13 Nov., 1873.

fazer a mala. (...) Ainda como o *touriste*, o *Primeiro de Janeiro* dispõe-se a poder satisfazer todas as reclamações que o assaltem no caminho: para os impacientes leva na mala os telegrammas, para os negociantes as cotações, para os políticos o artigo, para os ociosos o folhetim, para os alviçareiros as notícias, para os interessados os annuncios, e para as senhoras as modas”²¹⁷. E o Visconde de Benalcanfor, em folhetim de *O Commercio do Porto*, refere que pretende conversar com os leitores para os distrair das preocupações do quotidiano²¹⁸.

Para além da exigência do leitor no aparecimento regular do folhetim, o folhetinista confessa ainda, nos seus escritos, ser por ele condicionado no que respeita à escolha do objecto a tratar. O autor de crónica-folhetim conhece o gosto do público, que não é uniforme, pois varia sobretudo em função do sexo do público leitor e o cronista constrói o seu texto em função de um conjunto de expectativas que crê pertencerem a este ou àquele grupo de leitores. Não será então por acaso que no discurso sobre o folhetim o seu leitor virtual marque também presença. Assim, em 1860, Nabucodonosor, pseudónimo de António Augusto Teixeira de Vasconcelos, depois de ter falado de modas na sua crónica de Paris, observa: “Pois para contentar o genero masculino e não aborrecer ao feminino, tratarei de theatros”²¹⁹. E o conhecimento relativamente às preferências do público surge ainda em exemplo de *O Nacional* quando o folhetinista se pergunta: “Mas de que hei-de tractar no meu folhetim? // De modas? Contento o bello sexo e desagrado ao feio; de politica? Sirvo os leitores e causo asco ás leitoras; de theatro? Ainda lá não fui”²²⁰. Paradoxalmente então, escrever um folhetim significa a opção por uma escrita que se diz liberta de um código rígido, mas significa também o

²¹⁷ Alberto Pimentel – “O Primeiro de Janeiro”, *O Primeiro de Janeiro*, 1 Dez., 1872.

²¹⁸ Visconde de Benalcanfor – “Cartas Lisbonenses”, *O Commercio do Porto*, 30 Nov., 1873.

²¹⁹ Nabucodonosor – “Coisas e Loisas”, *O Commercio do Porto*, 22 Março, 1860. Cf. ainda “Variedades”, publicado em *O Ecco Popular*, 22 Fev., 1853, onde se dividem em três categorias os indivíduos que falam, lêem e escrevem: os políticos, os fósseis e os românticos; ora o folhetinista, ao alongar-se sobre esta questão, não só introduz um narratário a quem explicitamente se dirige como fala do seu leitor virtual, o romântico: “Por exclusão de partes já os nossos leitores vêem que escrevemos para o *romântico*. E’ esta personagem dos nossos dias de quem agora nos vamos occupar. // O *romântico* pôde ser do genero masculino ou do genero femenino: os caracteres subordinadores são muito analogos nos dous casos, e tão conhecidos que não gastaremos tempo a descrevel-os”.

²²⁰ A. A. S. S. – “Folhetim”, *O Nacional*, 5 Set., 1863. Cf. também o folhetim de *O Nacional* de 21 de Fevereiro de 1863, onde se dá novamente conta de que falar de modas é assunto da preferência de um público feminino: “Quando eu era rapaz gostei muito d’este genero de litteratura; as damas saudaram entusiasticamente os meus folhetins, porque, fallando a verdade, eu fui muito inclinado ás crinolines e por esta fórma fui muito conhecido do sexo amavel (...)”.

respeito por um conjunto de factores que a limitam nessa mesma liberdade e, por esse motivo, Júlio César Machado confessa o esforço que rodeia a actividade do folhetinista ao observar, sobre a sua própria experiência, que “Lêr um folhetim, com quanto seja um entretenimento pouco recreativo, é assim mesmo muito mais agradável... do que escrevel-o! Tenho que attender a um numero infinito de condições, e cada grupo da sociedade impõe-me as suas exigencias!..”²²¹ Já em 1843, no periódico lisbonense *A Revolução de Setembro* se dava início ao folhetim com o seguinte desabafo: “Esta vida de folhetinista é uma vida tormentosa; uma vida desgraçada. - Pois não é? - Estar sempre com desejo de satisfazer, de concordar com o gosto de todos!... o *gosto!* A cousa mais contradictoria, mais cheia de absurdos e de loucuras, mais extravagante, que Deos deitou a este mundo”²²².

O carácter bulímico do folhetim que a diversidade do seu objecto revela, encontra-se na verdade em relação directa com o seu leitor, pois o texto folhetinesco não faz outra coisa senão responder às necessidades também elas bulímicas do próprio leitor. Com efeito, os autores de crónica-folhetim são unânimes em reconhecer e denunciar a voracidade do seu público. Lopes de Mendonça, por exemplo, apelida-o de “insaciavel minotauro”²²³, manifestando, concomitantemente, o carácter sacrificial iterativo da escrita folhetinesca. Essa voracidade do leitor vai ao ponto de condicionar a própria estruturação do texto, não permitindo longos exórdios ou mesmo nenhum, levando o folhetinista a ir directamente à questão a tratar, sem mais delongas. Isto mesmo é confessado pelos autores que, de algum modo, lamentam este tipo de leitura rápida e de consumo imediato a que o folhetim dá lugar. Eis as observações de Pinheiro Chagas, na sequência do confronto que estabelece entre a epopeia, o discurso académico e o folhetim: “(...) o folhetim é pequeno, o folhetim devora-se n’um instante, o leitor por conseguinte não quer perder nem uma só migalha, e deseja encontrar sabor logo no princípio. Todos os preparativos estão feitos antes de começar a leitura, e o assignante, se logo no fim da primeira linha não descerra os labios n’um sorriso de aprovação, atira com o jornal de lado, ou vai lêr as noticias estrangeiras. *Bon soir, le feuilleton!*”²²⁴ Contudo, desta forma ínvia, o folhetinista conseguiu afinal introduzir um exórdio.

²²¹ Julio Cesar Machado – “Revista da Semana”, *A Revolução de Setembro*, 5 Março, 1861.

²²² “Theatro de S. Carlos. **Nabuchodonosor, Gisella**”, *A Revolução de Setembro*, 7 Nov., 1843.

²²³ Lopes de Mendonça – “Revista de Lisboa”, *A Revolução de Setembro*, 9 Ag., 1851.

²²⁴ Manuel Pinheiro Chagas – “Revista Quinzenal de Lisboa”, *O Commercio do Porto*, 3 Jan., 1865. Idêntica opinião é expressa por Francisco Serra em “Memorias de uma Senhora”, *A Revolução de Setembro*, 31 Março, 1858.

Assim, a responsabilidade do leitor na criação do folhetim não passa apenas pelas matérias seleccionadas, mas também por um condicionamento da estruturação e organização do texto, nomeadamente através da presença, já referida em momento anterior, de traços de coloquialidade. Na verdade, tantas vezes a interpelação directa ao leitor ou as interrogações que este vai colocando ao longo do folhetim, constituem-se como o esqueleto ou pelo menos como a coluna vertebral que permite a existência do folhetim. Claro exemplo da presença na crónica de uma estrutura dialógica explícita, na medida em que o folhetim vai prosseguindo e ganhando novo alento pela repetida convocação e intervenção do leitor no texto, surge em “Chronica” de Alexandre da Conceição, saída em 1864 no periódico *O Nacional*. Atentemos apenas nalguns extractos colhidos em momentos distintos do texto e que revelam a presença da instância leitora enquanto elemento propulsor de todo o discurso: “Mas quero hoje que o leitor participe d’esta alegria. Reserve para outra occazião, esse ar carrancudo com que me está lendo e de que eu não gosto nem um bocadinho. (...) Pois sabera, meu caro senhor, que ainda temos est’anno companhia lyrica!... Já sabia?!... Pois saiba-o ainda mais uma vez, que não perde nada com isso. (...) Agora supponha o meu amigo que estamos no sabbado, 17 do corrente, e que são oito horas da noite”²²⁵.

É, porém, na crónica de Júlio César Machado que a adopção desse tipo de estrutura ocorre com maior frequência, funcionando o folhetim como espaço onde se recria o cavaco semanal que o autor pretende vir a ter com o leitor real ou que esse mesmo leitor exige. Pinheiro Chagas considera que “ninguém soube melhor do que elle fazer do folhetim uma conversação escripta”²²⁶; Sampaio Bruno e, mais tarde, Vitorino Nemésio coincidem, aliás, na descrição que de Júlio César Machado fazem, e com razão, chamando-lhe, respectivamente, “conversador pela penna”²²⁷ e “conversador à pena”²²⁸. Os folhetins do autor de *A Vida Alegre*, publicados em *A Revolução de Setembro*, ilustram bem as situações acima referidas. Assim, em “Revista da Semana” de 1860, Júlio César Machado alicerça toda a sua crónica que ocupa o rodapé de três páginas, em duas colunas que nos mostram o leitor e o folhetinista em diálogo

²²⁵ Cf. Alexandre da Conceição – “Chronica”, *O Nacional*, 25 Dez., 1864. O mesmo acontece em folhetim de *O Nacional* a 10 Junho de 1862, muito embora, neste caso, se trate de uma interlocutora (em **Anexos**, p. 143). Exemplos similares encontramos-los ainda em *O Nacional* nas “Revistas hebdomadarias” de Samuel, de 13 e 28 de Janeiro de 1862.

²²⁶ Pinheiro Chagas - “Julio Cesar Machado”, *Ensaios Criticos*, *op. cit.*, p. 94.

²²⁷ Sampaio Bruno – *A Geração Nova*, *op. cit.*, p. 69.

²²⁸ Vitorino Nemésio - *Ondas Médias*, *op. cit.*, p. 303.

desencadeado pelo repto inicial do cronista: “Conversemos hoje um pouco, leitor!”²²⁹ Ainda noutro texto de 1860, o sumário que o antecede, anuncia sugestivamente num dos itens “Viagem com a leitora”, estribando-se por consequência todo o folhetim numa convocação permanente da leitora - destinatária intratextual -, por vezes expressa pelo uso do vocativo ou do discurso directo, num percurso guiado obviamente pelo folhetinista: “Eis-nos, porém, chegados a Lisboa e não vejo remedio, minha senhora, senão terminarmos hoje a viagem... pelo *Poliuto!*”²³⁰ Outro exemplo ainda encontramos no mesmo jornal pela ficcionalização que envolve um diálogo entre leitor e folhetinista, num processo de *mise en abyme*²³¹, e que acaba por funcionar como exórdio para esse folhetim:

O leitor:

- Para a loja! marche já para a loja!

O folhetinista:

- Que ha de querer o meu amigo?

O leitor:

- Espirito, chiste, graça!

O folhetinista:

*- Agradabilissimo senhor, essas drogas são como o acido prucido, - não devem conceder-se senão em pequenissimas dozes de cada vez, para não fazerem mal... aos sem-saborões!(...)*²³²

E o resto da crónica continua num longo excurso pela boca do folhetinista. Os exemplos citados revelam também a presença na crónica-folhetim de um jogo equívoco entre real e ficção que de novo nos faz tomar consciência do hibridismo do género. Com efeito, trabalham-se elementos factuais da ordem do acontecido dentro de um processo ficcional que não só passa pela narração do ocorrido mas ainda pela convocação de um destinatário que funciona enquanto ser de papel²³³. Assim, por vezes num mesmo

²²⁹ Julio Cesar Machado – “Revista da Semana”, *A Revolução de Setembro*, 24 Jan., 1860, (em **Anexos**, pp. 111-113). Serve ainda de exemplo o folhetim do mesmo autor publicado neste periódico a 23 de Fevereiro de 1860.

²³⁰ Julio Cesar Machado – “Revista da Semana”, *A Revolução de Setembro*, 23 Out., 1860.

²³¹ Reportamo-nos particularmente às reflexões de Lucien Dallenbach em “Réflexivité et lecture”, *Revue des Sciences Humaines*, Lille III, n° 177, 1980. Neste estudo, o autor define *mise en abyme* como “cet outil ambigu qui permet aussi bien de combler les ‘blancs’ quand ils abondent, de les creuser en les comblant comme dans *Le Voyeur* où elle tisse à la fois le plein et le vide de l’étoffe, la lisibilité et l’illisibilité du texte-dentelle (...), - mais toujours en vue de lui assurer, quant à sa lecture, une manière d’autoréglaage” (*op. cit.*, p.37).

²³² Julio Cesar Machado – “Revista da Semana”, *A Revolução de Setembro*, 23 Junho, 1863 (em **Anexos**, p. 151).

²³³Na expressão de Roland Barthes em “Introduction à l’analyse des récits”, *Communications*, 8, 1966, p. 27.

folhetim, a fronteira entre autor e narrador apresenta contornos imprecisos e indefinidos, na medida em que a figura do narrador tanto coincide com a entidade autoral como passa a pertencer a uma realidade de ficção, situação mais acentuada aquando da presença de um narratário.

Exemplo ainda da presença da instância de leitura como condicionadora da estruturação do texto, encontramos-lo de um modo bastante óbvio nas crónicas de cariz epistolar, forma esta que, por definição, explicita a relação escrita-leitura, construindo um espaço de intersubjectividade. As “Cartas Portuenses” de Ramalho Ortigão, as “Cartas Lisbonenses” de Ricardo Guimarães, Visconde de Benalcanfor, ou as “Revistas Quinzenais de Lisboa” de Manuel Pinheiro Chagas são crónicas sob a forma de cartas que por vezes apresentam até uma duplicação na interpelação que fazem dos seus leitores. Assim, Pinheiro Chagas, em “Revista Quinzenal de Lisboa”, não apenas inicia o seu texto com “Meus bons amigos”, como imediatamente no corpo do texto faz intervir um leitor individual que questiona o autor da carta: “O leitor levanta-se, relanceia para o jornal um olhar severo e diz: ‘Como chama a este folhetim revista quinzenal, quando ha um mez que se publicou o seu folhetim antecedente?’ // Esta pergunta, de uma concisão severa, faz-me correr um calafrio pelas veias; mas, dominando o primeiro embaraço, levanto-me tambem e digo (...)”²³⁴, e a carta prossegue num diálogo leitor-folhetinista. Neste modo particular de relação dialógica, o sujeito que escreve constrói-se e constrói a imagem do sujeito que lê.

Não esqueçamos, porém, que a estratégia de inscrição, no folhetim, da entidade ledora visa também ela condicionar todo o acto de leitura, tendo assim lugar uma acção perlocutória. É a tentativa por parte de quem escreve em ir mais além, em ultrapassar uma mera função de produção textual. Embora com um objectivo essencialmente recreativo, tomemos como exemplo o cuidado de Marianno Froes em indicar o “Itenerario para a leitura do [seu] folhetim”²³⁵, texto humoristicamente publicado um dia após a publicação de “As modas em Paris”²³⁶, crónica a que alude.

²³⁴ Pinheiro Chagas – “Revista Quinzenal de Lisboa”, *A Revolução de Setembro*, 7 Set., 1865, texto que se encontra em **Anexos**, pp. 177-178. Cf. o folhetim de Pinheiro Chagas “No Bussaco”, publicado no *Diario Popular* de 3 de Setembro de 1868 no qual a inscrição do leitor no texto é também uma constante.

²³⁵ Marianno Froes – “Itenerario para a leitura do meu folhetim”, *Diario de Noticias*, 9 Nov., 1865 (em **Anexos**, p. 184).

²³⁶ Marianno Froes – “As modas em Paris”, *Diario de Noticias*, 8 Nov., 1865 (em **Anexos**, pp. 181-182).

O público feminino constitui-se referência quase obrigatória e omnipresente no discurso que a crónica-folhetim tece sobre o seu leitor e surge, com frequência, na qualidade de destinatário preferencial que, por esse motivo, condiciona toda a criação folhetinesca. Atentemos desde logo num excerto saído da pena de Júlio César Machado: “Por isso, ó leitora da minha alma, eu não quero fazer litteratura se não para v. ex.^a. Em si, minha senhora, confio eu, e acredito do fundo da minha vaidade que lança attentamente a vista uma ou outra vez sobre estes trechos humildes com que a minha penna ganha a sua vida. A misericórdia é o supremo condão de uma senhora, e á sombra piedosa da sua indulgência irá o folhetim peregrinando pelos seculos dos seculos”²³⁷. Porém, para além de surgir no discurso do folhetim a referência à leitora, surge frequentemente a sua caracterização; e em “Os folhetins – os folhetinistas e a Thalia”, texto que não surge designado como folhetim ou crónica, mas apresentando idêntico funcionamento no que respeita à revista de espectáculos aí prosseguida, diz o autor: “Mas...vejo que principio a enfadar-vos. – Quereis, amaveis leitoras, que vos diga alguma cousa que mais agrade á vossa imaginação inquieta, frivola e poetica. Pois bem, dir-vos-hei que fomos ao baile da *Thalia*”²³⁸. As questões mundanas, as revistas da semana²³⁹, as narrativas que exploram um veio sentimental ou que vão ao encontro da capacidade de imaginação da leitora são normalmente as matérias em especial dirigidas às damas e que fazem da escrita folhetinesca um exemplo de literatura amena. De facto, não é pelos seus dotes intelectuais que o público feminino é habitualmente caracterizado e o perfil da leitora aponta sobretudo para uma mulher que privilegia o lazer à instrução, que não tem consciência da possibilidade de se assumir como cidadã de pleno direito. Quando em 1849, Lopes de Mendonça se ocupa, na sua “Revista de Lisboa”, da discutível valia do trabalho da Academia das Ciências e do desprezo por ela votado a uma “*litteratura superficial*” tão em voga, o autor experimenta a necessidade de, no final do texto, se desculpar junto do público feminino, testemunhando deste modo o seu desinteresse por este tipo de assuntos: “Perdoem me,

²³⁷ Julio Cesar Machado – “Revista da Semana”, *A Revolução de Setembro*, 9 Abril, 1861 (em **Anexos**, pp. 130-131).

²³⁸ D. Alonzo – “Os folhetins - os folhetinistas e a Thalia”, *Revista Popular*, nº 48, 9 Fev., 1850, p. 385. Três décadas mais tarde, F. Travassos qualifica ainda como “minhas nervosas leitoras”, o público feminino do folhetim, em “A Foz em Setembro”, *O Primeiro de Janeiro*, 29 Set., 1870.

²³⁹ Cf. Julio Cesar Machado – “Revista da Semana”, *A Revolução de Setembro*, 7 Abril, 1863: “Dispensem me de lhes fallar de funcções de igreja. A leitora de provincia não me pede contas disso, e a leitora de Lisboa assistiu ás festividades todas”.

minhas leitoras, se hoje as esqueci. As preciosas letras da academia vieram tão inesperadas, ficámos de tal modo espantados de vêr que imprimia *Actas por sua conta e risco* que, decidi me: *Fui entrudar com as musas no Parnaso*²⁴⁰. E cerca de uma década depois, em 1857, A. Urbano, Filho interroga as leitoras sobre o que é a política, a resposta bem significativa que surge é: “-Não sabeis, e o não sabe-lo é uma das prendas mais graciosas que o céu vos doou”²⁴¹. Deste modo, o folhetim ajuda a perdurar uma determinada representação do feminino.

Apesar de tantas vezes se considerar a mulher a leitora preferencial do discurso folhetinesco, o certo é que o facto da função por excelência da crónica-folhetim – e mesmo do folhetim em geral –, ser uma função lúdica, faz dele um espaço de leitura para todos. Para esta singularidade que reside no ecletismo da crónica-folhetim, chama a atenção o texto de *O Chronista* no qual se indicam os diferentes leitores do folhetim, partilhando deste modo uma situação excepcional de paridade: o estadista, o político, o empregado público, o militar, o homem sisudo e curioso, o homem grosso e boçal, o estudante, o filósofo, o “poeta *fossil*”, o maledicente, o sacerdote, a dama, seja ela jovem ou madura, ou o janota. E o folhetinista usa de reticências para sugerir que a enumeração não é exaustiva²⁴².

A presença de um discurso auto-reflexivo na crónica-folhetim realça assim, pertinentemente, e como sintetizava em 1861 um folhetinista, “que não póde haver, é, folhetim sem... folhetinista; folhetim sem... leitoras; folhetim sem acontecimentos”²⁴³ e, no que em particular diz respeito à dimensão receptora, este fenómeno de reflexividade traz consequências importantes a não menosprezar. Na verdade, o leitor real ver-se-á confrontado com o poder que exerce sobre o folhetim, dá-se então conta da sua importância, mas simultaneamente também fica a conhecer as regras deste singular jogo de escrita e leitura, podendo aceitá-las e deixar-se condicionar no seu modo de ler pela entidade produtora do texto. Será pelo menos essa a tentativa do cronista quando prossegue um discurso metalinguístico e faz intervir no texto uma

²⁴⁰ Lopes de Mendonça – “Revista de Lisboa”, *A Revolução de Setembro*, 18 Agosto, 1849.

²⁴¹ A. Urbano (Filho) – “Saudades”, *A Revolução de Setembro*, 18 Jan., 1857.

²⁴² Excentrico – “Folhetim”, *O Chronista*, 27 Jan., 1853. A heterogeneidade do público do folhetim e a capacidade que o folhetim tem de chegar a todos são factores também postos em evidência - cerca de uma década mais tarde - por Agostinho Albano em “Revista da Semana”, *O Nacional*, 15 Nov., 1864 (em **Anexos**, p. 159). No entanto, já em 1848, em “Chronica” de *A Epoca*, nº 26, 1848, p. 411, o seu autor, o Barão d’Alfenim, observava que não eram apenas as senhoras que liam o folhetim, os “homens sisudos” também o faziam.

²⁴³ Roma - *op. cit.*

entidade de leitura, surja ela sob o rosto de um leitor virtual ou de um narratário²⁴⁴, assegurando-se deste modo uma função de mediação entre autor e leitor real²⁴⁵.

3.2.4. O registo da própria história na crónica-folhetim

A reflexão que o folhetim empreende sobre si mesmo passa, como vimos, pela produção de um discurso em torno da sua especificidade, tenha ela a ver com a entidade autoral, o objecto da sua escrita e as estratégias discursivas adoptadas ou ainda com os seus destinatários múltiplos. Porém, o discurso auto-reflexivo na crónica-folhetim leva-a também a registar um percurso histórico que é o seu e, por consequência, a traçar relações de proximidade ou afastamento, relações de filiação e de independência face a uma produção estrangeira similar e que lhe serve, inquestionavelmente, de ponto de referência. Assim, não se trata apenas de registar a história da crónica portuguesa, mas, involuntariamente e pela sua interligação, de convocar a história do *feuilleton* francês.

Ao tomar consciência da sua própria existência, o folhetim reconhece de forma clara as suas origens: “Permitti-nos aqui, leitores do folhetim, um largo parenthesis de saudade pelo primeiro que em Portugal, e aqui mesmo naturalizou o folhetim francez” que, logo de seguida, é definido como “genero litterario mixto em que o epigramma não esfria o sentimento, em que o bucolico e o epico, a epistola e a declamação, a meditação do gabinete e a conversação amena, a critica, o romance, o drama, a comedia, sem contrastarem, se dão as mãos, n’um grupo de idéas festivas ou ternas, profundas ou scintillantes.”²⁴⁶, refere A. Urbano, ao lamentar o facto de Lopes de Mendonça andar

²⁴⁴ Observemos apenas que em termos de caracterização da entidade ledora muitas são as semelhanças na crónica desta época entre leitor virtual e narratário, a diferença essencial prende-se, evidentemente, com a natureza de cada um deles: um é um leitor possível, o outro tem tão somente carácter ficcional.

²⁴⁵ Gerald Prince em “Introduction à l’étude du narrataire”, *Poétique. Revue de Théorie et d’Analyse Littéraire*, Paris, Seuil, n° 14, 1973, p. 192, refere, pertinentemente, a propósito do narratário que o seu papel pode passar pelo exercício de uma função de mediação: “Le rôle le plus évident du narrataire, un rôle qu’il joue toujours en un certain sens, est celui de relais entre narrateur et lecteur(s), ou plutôt entre auteur et lecteur(s). Certaines valeurs doivent-elles être défendues, certaines équivoques dissipées, elles le sont facilement par l’entremise d’interventions auprès du narrataire; faut-il mettre en relief l’importance d’une série d’événements, faut-il rassurer ou inquiéter, justifier des actions ou en souligner l’arbitraire, on peut toujours le faire grâce à des signaux directs au narrataire”.

²⁴⁶ A.Urbano – “Saudades”, *op. cit.* Cf. a revista *A Semana*, n° 36, Nov., 1851, p. 406: “Na ‘Revolução’, capitão general o sr. Lopes de Mendonça, está a séde mais antiga do folhetim em Lisboa”.

arredio do espaço do folhetim²⁴⁷. E, no *Diario de Noticias*, em 1865 por ocasião da morte de António Pedro Lopes de Mendonça, de novo é referida a sua acção pioneira em Portugal: “O publico reconheceu afinal, como não podia deixar de ser, o talento de Lopes de Mendonça, especialmente desde que nos folhetins de *A Revolução de Setembro* implantou esse novo genero de litteratura que em França fizera a gloria de Theophilo Gauthier e Julio Janin (...)”²⁴⁸. Ainda neste mesmo folhetim e ao traçar-se o panegírico do autor de *Memorias de um Doido*, vemos que ele se estriba em nexos comparativos, plenos de referências francesas: “Á similhaça de Méry, vestia as suas imagens com todas as opulencias de uma imaginação oriental. Ha nos seus escriptos, como nos de Eugenio Pelletan, um encadeamento e harmonias, que faz a sua prosa quasi irmã da poesia, e que prende o leitor sem o fatigar”²⁴⁹.

A indicação de modelos e figuras de proa do mundo do folhetim situa igualmente o exemplo português numa clara linha de filiação com a França e, por esse motivo, quando se trata de ajuizar sobre a qualidade dos folhetinistas portugueses, são autores franceses que servem de termo de comparação:

O CHARACTER do folhetim não é severo: analysa, mas não sentencêa; entre nós apenas se começa a conhecer este genero de escriptos, que noutros paizes, e particularmente em França, fazem as delicias do bello sexo, dos janotas, e finalmente de todos aquelles que não querem, ou não podem, entregar-se a leitura mais séria. Quem tiver lido os folhetins de Madame de Girardin, os de Jules Janin, e outros, não póde negar que nelles abunda aquella graça subtil, aquella flor do engenho, a que hoje chamâmos espirito, que dá animação e vida aos mais insignificantes

²⁴⁷ Em “Revista Litteraria” do *Jornal do Commercio* e republicada pelo *Commercio do Porto* a 11 de Fevereiro de 1863, ao falar-se do folhetim em Portugal, R. da S. debruça-se sobre a actividade crítica que o espaço do folhetim alberga e observa: “(...) a critica incansavel e variada nas mil fórmãs de que é o Protheo ironico e espirituoso; a censora jovial e philosophica nasceu da imitação estrangeira, foi embalada nos graciosos braços de alguma sylphide com passaporte tirado nas margens do Sena (...)”.

²⁴⁸ A. de Oliveira Pires – “Lopes de Mendonça”, *Diario de Noticias*, 15 Out., 1865. E *A Revolução de Setembro*, a 17 de Outubro do mesmo ano, diz pela voz de Júlio César Machado: Lopes de Mendonça “cria o folhetim entre nós, torna-o um poder litterario (...). Graças a elle, o folhetim enthroniza-se entre nós, e entra nos costumes e necessidades da nação. Torna-se moda esta maneira rapida de communicar as apreciações, a facilidade d’este methodo de escrever a historia de cada dia, critica de todas as horas (...)” e que, em seu entender, se constitui então como a literatura da actualidade. Em “Traços”, texto sobre Lopes de Mendonça, publicado na revista *A Renascença*, Porto, Maio, Junho, Julho, 1878, p. 111, Júlio César Machado, com pequenas variantes, afirma o mesmo. Todavia, o mesmo autor em *A Vida Alegre*, Lisboa, Liv. Editora de Mattos Moreira & C.a, 1880, p. 53, afirma que três homens fizeram valer o folhetim em Portugal: Lopes de Mendonça, António da Cunha Sotto Maior e Braz Tizana, pseudónimo de José de Sousa Bandeira.

²⁴⁹ A. de Oliveira Pires - *op. cit.*

*objectos da nossa quotidiana conversação. Mas tem esse espirito os nossos folhetins?*²⁵⁰

E a conclusão não é favorável aos autores lusos. Já em 1854 se dizia em revista de *O Nacional* que “O folhetim é das invenções francezas, que os nossos *calças de couro* da litteratura mais teem desnaturado e desacreditado”²⁵¹, afirmação rica em informação, pois não só nos dá conta da génese do folhetim português, mas manifesta ainda o carácter um pouco industrial da produção em folhetim e da sua consequente falta de qualidade. Em *O Conimbricense*, um cronista, escondido sob o pseudónimo de Roberto Pin-Pin, testemunha igualmente, em jeito irónico: “A tendencia do seculo é para o folhetim. Toda a gente escreve folhetins: - todas as questões que por esse mundo se agitam vem sempre parar ao dominio folhetinistico. // Em Portugal o gosto do folhetim chegou á mania. O homem que nunca escreveu um folhetim é um *semsaborão*, um *cabeçudo*, um *analfabeto*. (...) Finalmente resolvi-me a encetar este genero de litteratura. Estou habilitado para isso? Não: mas é por isso mesmo. Neste seculo de verdadeiro progresso, todos são litteratos, ainda mesmo os que não lêem”²⁵². Também Júlio César Machado ao salientar, em 1867, a proliferação de folhetins e folhetinistas, observa que só tardiamente o folhetim surge entre nós; Portugal foi um “paiz que ignorou por muito tempo o folhetim”²⁵³.

Este reconhecimento por parte dos folhetinistas portugueses de que a génese da crónica-folhetim radica num universo francês, encontramos-lo, de um modo paradigmático, em “Os Domingos” de Alberto Pimentel, texto saído no espaço do folhetim e que se apresenta como programa pessoal das suas futuras crónicas no

²⁵⁰ D. Alonzo – “Os folhetins - os folhetinistas e a Thalia”, *op. cit.*

²⁵¹ “Folhetim”, *O Nacional*, 19 Ag., 1854. O reconhecimento de uma matriz francesa para o folhetim e a fortuna que ele granjeou entre nós, é ainda testemunhada em crónica de R. C., no *Diario de Noticias*, a 26 de Abril de 1867: “Os folhetins são as epopéas do seculo dezenove. Janin é o seu Homero. // Sirva essa ingenua profissão de fé folhetinistica de escusa, e possa ella granjear-me o perdão de todos os collegas Janins da nossa terra, que por ahi pulam como rans no charco...”. E as referências frequentes a Jules Janin manifestam bem o seu carácter modelar para o folhetinista português. Lembremos, a propósito, o testemunho de Júlio César Machado quando, em *A Vida Alegre*, confessa estar arrependido de não ter ousado visitar o homem que “representa para o mundo o folhetim” (*op. cit.*, p.210).

²⁵² Roberto Pin-Pin - “Folhetim”, *O Conimbricense*, 3 Junho, 1856. Este excerto constitui-se como a apresentação do folhetinista ao público do jornal, explicitamente indicado como sendo feminino: “Por tanto amaveis leitoras, ahi vae o meu primeiro ensaio, - se vos agradar repetirei o meu primeiro ensaio, se não *recolho o meu espirito*”.

²⁵³ Julio Cesar Machado – “Revista da Semana”, *A Revolução de Setembro*, 1 Jan., 1867. E ao fazer esta afirmação Júlio César Machado acrescenta, tal “como a Hollanda ignora ainda hoje os bailes de mascara”; com esta comparação fica pois bem expressa a natureza e objectivos do folhetim que se prendem a um domínio lúdico por excelência.

periódico *O Primeiro de Janeiro*. Ora, para definir o que entende por folhetim e justificar a leitura amena e fácil que pretende proporcionar ao leitor, Alberto Pimentel toma como pano de fundo para a sua escrita a história do folhetim em França e conclui dizendo: “O folhetim veio do povo; é preciso portanto que elle vá para o povo, quando o povo o pode receber, - ao domingo. Que vá, que lhe falle de assumptos que elle conhece, que não seja nubloso na phrase, impuro na ideia, que não tenha subtilidades, mas que se faça ler, que se faça applaudir se poder, e que uma vez por outra nobilite a caixa de rapé do abbade Geoffroy”²⁵⁴. De permeio, fica o relembrar das origens do folhetim em França e do seu percurso, desde o seu primeiro cultor, Geoffroy, no *Journal des Débats*, até aos que com sucesso ocuparam o *rez-de-chaussée* dos jornais franceses como Charles Nodier, Etienne Béquet, Sainte-Beuve, Alexandre Dumas, Jules Janin ou Théophile Gautier²⁵⁵.

A larga produção cronística portuguesa a partir da imitação do modelo francês é um facto indiscutível e, por esse motivo, em 1890, por exemplo, num artigo de apreciação da recolha de *Um Anno de Chronica*, Silva Bastos, o seu autor, afirma que “Entre nós ha chronistas pelo motivo de os haver em França, n’esse centro intelectual d’onde irradiam fórmulas litterarias para todos os paizes affins por temperamento e tradições”²⁵⁶. E o articulista confessa mais adiante que se acercou da obra de Silva Gaio tendo como parâmetro crítico a crónica francesa, considerando que o autor afinal “Não chroniza á franceza (...)”²⁵⁷. Na verdade, a prática cronística será apenas um dos sinais reveladores da influência cultural francesa em Portugal e tal facto é constantemente reconhecido pelo literato português; lembremos apenas Gervásio Lobato numa das suas “crónicas ocidentais”: “A França é o nosso oraculo em tudo: em artes, em litteratura, em sciencias, em costumes, em cosinha, em modas; é de lá sempre, que esperamos o modelo, quer no corte de uma calça ou na *coupe* de um romance, quer na receita de um pudim ou na confecção de uma chronica”²⁵⁸.

²⁵⁴ Alberto Pimentel – “Os Domingos”, *O Primeiro de Janeiro*, 2 Fev., 1873.

²⁵⁵ Também Júlio César Machado, em crónica dedicada a Jules Janin no *Diario de Noticias* e por nós já citada, não se limita a referir que Janin foi o mestre do folhetim por excelência, mas afirma ainda que a França “é realmente a patria do folhetim”.

²⁵⁶ Silva Bastos – “Um Anno de Chronica por Silva Gayo”, *O Portuguez*, 16 Abril, 1890.

²⁵⁷ *Idem, ibidem*.

²⁵⁸ Gervasio Lobato – “Chronica Occidental”, *O Occidente*, nº 192, 21 Abril, 1884, p. 89. Também no mesmo ano em “Chronica” de 5 de Julho publicada em *A Illustração*, pp. 66-67, Mariano Pina emite opinião semelhante ao afirmar que “A litteratura portugueza é franceza”. E pergunta: “Quem é que querem dar como modelo a escriptores portuguezes se lhes tiram o romance de Balzac e de Flaubert? a poesia de Musset, de Hugo, ou de Coppée? o theatro de

A origem do folhetim português radica então numa matriz francesa. Porém, essa matriz francesa não apresenta um rosto único, na medida em que o espaço do *feuilleton* acolhe diversas práticas escriturais. Por esse motivo, dar conta do percurso do folhetim em Portugal supõe desde logo registar as diferentes etapas do folhetim em França. Assim, em “A Companhia Dramatica Hespanhola em Braga” referem-se três etapas da história do *feuilleton*, inaugurado no início do século com Geoffroy: “A sua missão primitiva foi a crítica teatral”. Em seguida, o espaço do folhetim passa também a ser ocupado pelo romance, recorrendo-se “às pennas incançáveis d’esses romancistas, a quem um homem de *espírito* chamou *la secte des endormeurs*”, publicando “longos e fastidiosos romances, divididos em pequenas porções, ligadas por essa phrase impertinente - *la suite au prochain numéro*, phrase que fez com que Edmond Texier comparasse espiritualmente o folhetim com o leito de Procusto”. E, por fim, o andar de baixo do jornal é também ocupado pela crónica, “O folhetim [que] hoje é o soalheiro para onde vem as comadres murmurar sem piedade da vida alheia, devassando o interior das famílias, que para todos, mas com especialidade para o escriptor publico, deve ser um santuario inviolavel e sagrado”²⁵⁹. O texto, datado de 1853, é aproveitado pelo autor para deste modo denunciar um desvirtuamento que a crónica-folhetim conhece e que radica na falta de uma sátira engenhosa por parte de alguns folhetinistas em Portugal, os quais se deveriam situar na linha do *castigat ridendo mores*²⁶⁰. E o folhetinista chega mesmo a indicar modelos a seguir e buscados não apenas num universo francês, mas também num universo português: Mme de Girardin, Jules Janin, Alphonse Karr, Théophile Gautier, Lopes de Mendonça, Ricardo Guimarães ou Camilo Castelo Branco.

São, no entanto, poucas as vezes que um folhetinista aponta e explicita os modelos que lhe servem de base criadora. Não é, porém, o caso de Calembur, autor de “Correio do Porto”, em *O Nacional*, que se serve desse expediente para responder às críticas dirigidas contra os seus folhetins, encontrando assim um meio de legitimação dos seus

Dumas, de Sardou, ou de Augier? o jornalismo de Villemessant ou de Girardin?” Mais adiante Mariano Pina acrescenta ainda: “Da litteratura franceza o que temos de aproveitar é a maneira de surprehender e estudar o assumpto, a maneira de dizer as cousas, de trabalhar o estylo, de arranjar o dialogo, de escrever o romance, de recortar a chronica”.

²⁵⁹ J. J. de S. T. e A. – “A Companhia Dramatica Hespanhola em Braga”, *O Nacional*, 1 Ag., 1853 (em **Anexos**, pp. 93-94). A ordem pela qual se dão a conhecer as diferentes etapas seguidas pelo folhetim em França não é, no entanto, a mais correcta, pois a crónica - de índole vária - antecede a implantação do romance-folhetim.

²⁶⁰ Cf. *idem, ibidem*.

escritos: “E’ preciso que se saiba que isto é escripto ao correr da penna e sem pretenções. Faz-se este noticiario onde o *folhetim* nasceu e vive vida opulenta e até nacional: na França. - O *Folhetim* no genero rigoroso tambem o escrevemos e não nos amedrontam por ora os genios rivaes. // Leam a *Semana* Franceza, e verão que o folhetim de Nicolas é vasado pouco mais ou menos neste molde”²⁶¹. De novo é a matriz francesa que é convocada.

No discurso que o folhetim mantém sobre si próprio e, neste caso, sobre a sua história, surge excepcionalmente a referência ao folhetim inglês – a evitar – e em simultâneo a defesa de um folhetim genuinamente português, isto em 1852: “O *folhetim* deve ser portuguez e mais que tudo popular. (...) Guerra ao *folhetim* *inglez*, pesado como os nevoeiros da *Escocia*, orgulhoso como um *Lord* - resumando *spleen* como uma estancia de Byron e cheirando a carvão de pedra como uma machina a vapor!” Na verdade, o que é afinal posto em causa neste texto é a valia do objecto da crónica-folhetim mais trabalhado em Portugal e que gira em torno de uma elite social e cultural. Para além disso, neste folhetim procura-se chamar ainda a atenção para a possibilidade de aproveitamento de um filão humorístico de raiz portuguesa: “Porque até hoje não se tem banhado a musa do *folhetim* nas aguas populares, porque não se inspira da tão chistosa e inspiradora graça portugueza?”²⁶² Os modelos a eleger parecem ser, na verdade, os franceses, pois pese embora o facto do nosso jornalismo liberal ter tido como verdadeiro centro Londres, certo é que girou sobretudo em torno de uma preocupação de ordem política e existiu em função de um exílio político.

São também raras as ocorrências relativas a um parentesco com a realidade espanhola, como raras são as referências ao folhetim em Espanha. Excepção a esta situação encontramos-la em folhetim saído em *O Commercio do Porto* quando se fala de Lopes de Mendonça e se lembra a história do folhetim em Portugal: “Coube a gloria da restauração, ou da introdução d’este genero, novo para nós, pelo menos quanto ao character e ao uso, a Lopes de Mendonça, cujas estreias todos estimularam, quando José Estevão lhe patenteou as columnas da “Revolução de Setembro”, entregando-lhe o sceptro, que nas mãos de Julio Janin, em França, e de Marianno Larra, em Hespanha, constituiu um verdadeiro quinto poder litterario (...)”²⁶³. Alberto Pimentel, em 1874, reitera a mesma ideia, em texto sobre Júlio César Machado, quando afirma que “O

²⁶¹ Calembur – “Correio do Porto”, *O Nacional*, 5 Junho, 1852 (em **Anexos**, pp. 78-79).

²⁶² Punch – “Revista Semanal”, *O Ecco Popular*, 29 Março, 1852.

²⁶³ R. da S. – “Revista Litteraria”, *O Commercio do Porto*, 11 Fev., 1863.

verdadeiro folhetim, tal como nós hoje o conhecemos, ‘a critica ligeira, risonha e fugitiva que borboleteia ao de leve por cima das flôres’ como disse também Rebello da Silva, veio de França junto com os primeiros albuns que de lá recebemos, ao tempo que Julio Janin era moço, e de Hespanha dentro de uma caixa de charutos, expedidos pelo dono do estanco onde Marianno Larra os costumava comprar”²⁶⁴.

No registo da história do folhetim português, para além dos paralelos estabelecidos com o seu congénere francês e da clarificação das fontes e modelos, surge simultaneamente a necessidade de situar a crónica oitocentista na cultura lusa e de traçar o seu percurso em Portugal, procurando desde logo distingui-la da “chronica de nossos avós” que “enfeixava as tradições antigas e crenças velhas em prosa sincera e portugueza: a de hoje é muito outra, - devassa e franqueia tudo em linguagem de contas de bacalhau, assucar e pau campeche” e “nasceu no anno de Nosso Senhor Jesus Christo de mil oitocentos e quarenta e oito (...)”²⁶⁵. A nova crónica encontra-se então intimamente ligada a uma vivência mundana do homem do século XIX, situado num espaço como Lisboa ou Paris de que o Porto é um arremedo; está por esse motivo intimamente ligada a uma cultura urbana e opta – contrariamente à crónica avoenga – pela exploração de um filão de humorismo²⁶⁶.

Porém, a pré-história da crónica-folhetim portuguesa não se reduz à crónica medievá; uma outra prática escritural surge já no espaço do folhetim e que a antecede, não sendo por isso esquecida no discurso que a crónica produz sobre si própria, já que, para além do registo da sua história pessoal, se procede igualmente ao registo da história do espaço do folhetim. Tal procedimento encontramos-lo com Agostinho Albano, em escrito de 1866, no qual se referem alguns tipos de texto folhetinesco que se foram albergando no *andar de baixo* do periódico com o correr dos anos. Deste modo, o autor relembra que há vinte anos atrás “(...) isto de chronicas, folhetins e revistas era uma coisa muito diferente do que actualmente é (...)”. Assim, e como diz ainda o mesmo autor, “Corriam impressas umas cartas de barões a baronezas, ou de criados de servir a cozinheiras, modestos pseudonymos com que se encarapuçavam alguns

²⁶⁴ Alberto Pimentel – “Julio Cesar Machado”, *Nervosos, Lymphaticos e Sanguineos*, Porto, Typographia de Antonio José da Silva Teixeira, 1872, p. 63.

²⁶⁵ “Chronica do Porto”, *O Nacional*, 18 Jan., 1858. Não sabemos o porquê da eleição do ano de 1848 para aí situar o nascimento da crónica. Com efeito, Lopes de Mendonça, por exemplo, inicia os seus folhetins em *A Revolução de Setembro* anos antes.

²⁶⁶ Cf. “Chronica do Porto”, *O Nacional*, 25 Jan., 1858.

talentos(...)"²⁶⁷. Com efeito, o espaço do folhetim português começou por ser ocupado em grande medida por escritos, normalmente de cariz epistolar, que envolviam a criação de um emissor e de um destinatário que iam bem além do mero pseudónimo para, juntamente com outras figuras dispersas no texto, se converterem em personagens, envolvidas então também num processo de criação ficcional²⁶⁸. Ora, usualmente esta escrita revestia-se de um propósito de sátira político-social, alicerçando-se em factos acontecidos, erguendo-se sobre uma vivência por tantos experienciada, movendo-se então num jogo equívoco entre realidade e ficção²⁶⁹. Tal ocorrência está, de resto, bem visível a partir de 1838 no *Periodico dos Pobres no Porto* com as cartas de Manoel Coco à Ex.ma Vedeta²⁷⁰, as cartas do Compadre do Barbeiro, a “Carta do Cidadão de Kikiriki ao seu amigo Kakaraká” ou a “Carta da tia Thereza de Lisboa á tia Michaela do Porto”²⁷¹. Mais tarde, José de Sousa Bandeira, colaborador que foi do *Periodico dos Pobres*, continuará nesta mesma linha²⁷² no seu jornal *O Braz Tisana* que começa a publicar-se em 1851. Havia ainda textos epistolares em que se transmitiam notícias, tratadas satiricamente, dando assim lugar a um folhetim político-

²⁶⁷ Agostinho Albano – “Chronica”, *O Nacional*, 27 Fev., 1866. Cf. igualmente, no mesmo jornal, “Revista da Semana” de 15 de Novembro de 1864, em que o mesmo autor fala dos volvidos bons tempos da pilhéria. Ambos os folhetins encontram-se em **Anexos**, p. 159.

²⁶⁸ Cf. Cartas do Padre Serapião d’Algures ao Chronista e que encontramos em *O Chronista*, ao longo de todo o ano de 1853. O Padre Serapião d’Algures encobre Rodrigo Xavier Pereira de Freitas Beça.

²⁶⁹ Quando, em 1874, Júlio César Machado no *Diario de Noticias* a 13 de Agosto, assinala a morte de José de Sousa Bandeira - o Braz Tisana -, observa, com pertinência, que as suas cartas serviam “a um tempo de correctivo e de divertimento”. E, mais tarde, na sua obra de memórias *A Vida Alegre*, op. cit., p. 55, diz do seu jornal: “Qual fôra o segredo do Braz Tizana?// A pilheria, algumas vezes a bisbilhotice, mas enfim a alegria das suas cartas, que eram nem mais nem menos do que os erros da opinião publica, a qual principiou por esse tempo a formar-se, e que, comquanto não tenha conquistado nenhum direito e continue a viver pela tolerancia, já exerce hoje uma acção extraordinaria (...)”.

²⁷⁰ Vemos que, desde cedo, o folhetim abre espaço para o diálogo com outros jornais, facto que sob os mais diversos rostos ocorrerá com frequência. Neste caso, o *Periodico dos Pobres* interpela *A Vedeta da Liberdade*. Este último periódico também portuense, só em Junho de 1839 apresentará o seu primeiro folhetim; porém, contrariamente ao seu congénere que oferece aos leitores grande número de folhetins de índole política, a feição dos folhetins da *Vedeta* é literária ou formativa.

²⁷¹ O espaço do folhetim surge pela primeira vez neste periódico a 1 de Janeiro de 1838.

²⁷² Também as crónicas de Camilo Castelo Branco em 1855 no periódico *Porto e Carta*, as cartas de José Mendes Enxúndia ao Padre Serapião de Algures, inscrevem-se nesta mesma tradição. As cartas de 12 e 23 de Janeiro de 1855 são, de resto, um bom exemplo de sátira política. A aposta no género epistolar, intimamente ligada a um processo satírico ou pelo menos humorístico, encontrará continuidade ao longo do século, facto ilustrado pela presença, no *Diario de Noticias*, de cartas da responsabilidade de Marianno Froes, encapotado num Tibúrcio Chagas que se dirige ao redactor (1865) ou por um Barão do Bougival que escreve ao Barão da Corticeira (1889).

noticioso²⁷³. Aliás, o folhetim português, no seu início, esteve muito ligado a um espaço de manifestação ideológica e por isso em íntima conexão com a sensibilidade política do jornal em que circulava, até porque se vivia ainda um período de instabilidade governativa e legislativa, advindo da restauração liberal. Como sublinha em 1866 Agostinho Albano, só posteriormente surge a crónica tal como ela existe, enquanto escrito que dá conta de um evento, mas que tantas vezes o toma como pretexto para uma conversa agradável com o leitor.

A história da crónica-folhetim prende-se finalmente com a história da sua leitura e da procura, variável ao longo do século, que o folhetim suscita. Assim, surgem, por vezes, denúncias indicadoras de sinais de decadência do folhetim, em estreita aliança com factores como a falta de assunto, a perda de singularidade nos casos em que a crónica quase se confunde com o noticiário, ou quando o noticiário, o artigo de fundo e mesmo o anúncio se tornam leitura preferencial ou prioritária para o público, ou, por fim, com uma alteração dos interesses do público leitor. Em “Chronica” de Camilo Castelo Branco de 1858, tais factos são apontados quando, por exemplo, se fala com saudade de Evaristo Basto e da época em que este era folhetinista, ou quando se defende que a crónica não deve ser um sucedâneo do noticiário, dizendo que o “leitor não tem direito a exigir que se lhe dê, sob o titulo de chronica, dez columnas de noticias”, ou, finalmente, quando Camilo refere que o segredo da existência – sobrevivência – de vários jornais, se encontra no anúncio²⁷⁴. No mesmo ano, no periódico lisboeta *A Revolução de Setembro*, Silva Túlio recorre à publicação de cartas para que os leitores não continuem privados do logradouro comum que é o folhetim²⁷⁵. Em 1861, Camilo chama a atenção para o declínio²⁷⁶, a falta de sal da escrita folhetinesca portuense,

²⁷³ Cf. Cartas do Piza Flores ao Chronista publicadas em *O Chronista* de 1851.

²⁷⁴ Cf. Camilo Castelo Branco – “Chronica”, *O Nacional*, 26 Julho, 1858.

²⁷⁵ Silva Tulio – “Advertencia a Cartas sem Estampilha”, *A Revolução de Setembro*, 22 Dez., 1858.

²⁷⁶ Ramalho Ortigão, em farpa de 1885, por ocasião da morte de Cruz Coutinho um dos fundadores do *Jornal do Porto*, periódico em que escreve as suas primeiras crónicas, relembra esse período do jornalismo portuense em minguia do folhetim, salientando a samsaboria e rigidez vitoriana do *Commercio do Porto*. E regista: “Desses folhetinistas de petulância mais literária, mais altiva e mais cavalheiresca, uns casavam, outros morriam, outros empregavam-se. Camilo Castelo Branco e Arnaldo Gama entravam na religião, professavam na clausura da arte. António Coelho Lousada seguia de perto à sepultura o doce poeta Soares de Passos. Custódio José Vieira e Marcelino de Matos entravam no foro com outros escritores notáveis da sua geração, como Alexandre Braga, Delfim Maia e António Ribeiro da Costa, e Almeida Girão conquistava um lugar de professor na Escola Politécnica. Evaristo Basto e o próprio Gonçalves Basto eram finalmente empregados públicos. Ricardo Guimarães vinha para Lisboa ser político

afirmando claramente que “O folhetim passou no Porto. A sua época foi de 1846 até 1852”²⁷⁷. Alguns anos mais tarde e de novo em *O Nacional*, relaciona-se a perda de leitores que a crónica-folhetim conhece com duas razões específicas, a falta de espírito dos actuais folhetins, mas também o interesse - simultaneamente causa e consequência - que o mais fiel grupo de leitores de folhetim, as damas, revelam possuir por um tipo de leitura mais profunda ou útil: “N’outros tempos, o folhetim era uma especie de priminho de todas as damas. (...) Hoje o folhetim parece que anda de mal com as damas ou as damas de mal com elle. A causa destas desavenças não sei eu de onde provenha. O que sei apenas é que as damas hoje lêem artigos do [sic] fundo, revistas estrangeiras e o noticiario, onde o folhetim se foi embetegar, como gato bravio em trapeira de casa arruinada, para vergonha eterna de passados folhetinistas e monumental exemplo de degradação e aviltamento humano”²⁷⁸. Ainda neste mesmo escrito, em que o autor lamenta a rarefacção quantitativa e qualitativa de folhetins, aponta-se como explicação para este estado de coisas a banalidade que é o escrever folhetins e a falta de maturidade e preparação para tal tarefa pois “Agora qualquer estudantinho de francez faz o seu folhetim... em francez(...)”²⁷⁹. Um ano depois, Alexandre da Conceição dá também testemunho de uma evolução sofrida pelo espaço folhetinesco ao referir novas matérias por ele tratadas: “Houve tempos em que a política não transpunha impunemente essa linha de demarcação que a separa do folhetim. (...) Mudaram os ventos mudaram os tempos. Hoje o folhetim já não se peja de lêr a sessão das camaras, de commentar a

e deputado. //O folhetim portuense e o café Guichard punham o luto da viuvez” (“Cruz Coutinho”, *As Farpas*, vol. III, Lisboa, Clássica Editora, pp. 55-56).

²⁷⁷ Camilo Castelo Branco – “Revista do Porto”, *A Revolução de Setembro*, 6 Julho, 1861. O mesmo folhetim foi transcrito em *O Nacional* cinco dias depois (cf. Camilo Castelo Branco – Crónicas. *Obras Completas*, vol. XII, *op. cit.*, p. 1265). Na esteira da opinião expressa por Camilo, Magalhães Basto em *Três Fases do Jornalismo Portuense*, Porto, Sep. do Boletim Cultural da Câmara Municipal do Porto, 1939, p. 18, conclui, tendo como ano de referência 1854: “Entretanto os *folhetinistas* antigos dispersaram-se; uns foram morrendo, outros casando, outros arranjanado melhores emprêgos...// E a grande época do *folhetim* acabou”. Que parece ser opinião generalizada o declínio do folhetim no periodismo portuense, revela-o ainda Christovam de Sá em folhetim biográfico do *Diario Illustrado* a 5 de Junho de 1874 quando recorda a chegada de Alberto Pimentel, em 1872, ao *Primeiro de Janeiro*, “onde o incansavel escriptor restaurou o folhetim, quasi extincto na cidade do Porto, desde as épocas em que Camilo Castello Branco, Evaristo Basto e Antonio Girão haviam illustrado os seus nomes n’aquelle genero litterario”.

²⁷⁸ Abel – “Folhetim”, *O Nacional*, 29 Abril, 1864 (em **Anexos**, p. 154).

²⁷⁹ *Idem, ibidem*.

política estranha e a caseira, e de conversar ácerca de outras cousas *nunca d'antes memoradas*”²⁸⁰.

Apesar das vozes pessimistas, a crónica-folhetim não perecerá e continuará a marcar posição, nas décadas seguintes, nos periódicos portugueses. Se é no espaço do folhetim que a crónica se implanta como género, a sua importância crescente vai manifestar-se na irradiação que conhece, ocupando outros espaços do periódico e suportes periodísticos que não apresentam a delimitação e denominação gráfica de folhetim. Na verdade, será sobretudo nas revistas que a rubrica surgirá intitulada “Chronica”. Em 1849, na *Revista Popular* deparamos com a “Revista da Semana”; em *A Semana*, que se começa a publicar a partir de 1850, encontramos a “Chronica”; em 1861, a revista *Aurora Litteraria* oferece uma rubrica intitulada “Folhetim”. Todos estes casos dão conta duma prática escritural ao jeito da crónica-folhetim. Os próprios autores se assumem como folhetinistas e produzem um metatexto em torno da sua escrita²⁸¹. A escrita cronística em circulação, tornar-se-á progressivamente independente do espaço folhetinesco, podendo com frequência ser encontrada, nas últimas décadas de Oitocentos, quer no corpo da página do jornal diário quer na revista ilustrada e literária.

3.3. Da efemeridade da crónica-folhetim à perenidade do livro

(...) scripta manent, o folhetim fica...
para embrulhos, fica para papelotes,
fica, finalmente, porque a humanidade

²⁸⁰ Alexandre da Conceição – “Chronica”, *O Nacional*, 29 Jan., 1865 (em **Anexos**, pp. 166-170).

²⁸¹ Veja-se, por exemplo, a “Chronica” de *A Semana*, nº 17, Maio, 1851, p. 198, em que o cronista apelida os seus textos de “narrativas folhetinísticas”. As próprias revistas, por vezes, publicam artigos sobre o folhetinista e o folhetim, auto-incluindo-se nessa actividade, como acontece com a *Revista Popular* em “Os folhetins - os folhetinistas e a Thalia”, no nº 48 de Fevereiro de 1850, pp. 385-386 ou com *A Semana* em “Resposta que serve para muitos”, escrita pelos redactores no nº 8 de Fevereiro de 1851, pp. 94-95.

precisa que êle fique.

Ramalho Ortigão - **Crônicas Portuenses**

“Como a formiga, que junta de verão com o que se hade sustentar no inverno, o folhetinista devia ser economico e fazer no inverno um peculio de noticias e enredos para depois desenvolver e pôr ao sol na estação calmosa. – Mas não succede assim: prefere imitar a cigarra da fabula, e ri e folga na abundancia, para mais tarde chorar e fazer amargas queixas a que ninguem attende, e de que ninguem tem dó”²⁸². Esta análise de Guilherme de Freitas que dá conta de uma presumível preguiça do autor de folhetins, esquece, desde logo, a especificidade que envolve a matéria-prima para um folhetim, isto é, esquece a ligação da notícia a um tempo de presente ou de passado próximo, facto que justifica a curiosidade do público leitor quando se acerca de um periódico. Em 1879, a imagem criada por Júlio Lourenço Pinto, essa sim dá conta, de um modo exacto, da relação que o folhetim mantém com o devir temporal: “A chronica e o kalendario vivem na mais perfeita intimidade, vão rolando de braço dado, como dous bons amigos, no carro do tempo: é uma viagem em que os dous se vão communicando mutuamente as suas impressões; a chronica observa, o kalendario serve de *cicerone*”²⁸³. Evidentemente que nesta caminhada, o folhetim confronta-se com o imponderável, com o acaso que pode ou não proporcionar matéria suficiente ou aproveitável que facilite ou dificulte a tarefa do folhetinista²⁸⁴. O folhetim que marca a sua presença regularmente no periódico, vale então pelo seu grau de novidade, mas tal valia acarreta uma perda inexorável de actualidade e faz dele um produto efémero a ser consumido de imediato. Estes seus traços levam Pinheiro Chagas a definir o folhetim como uma entidade que “(...) entra em toda a parte, tudo vê, tudo analisa, tudo commenta, e que, phenix de ephemera existencia, nasce, vive um dia, morre, e ao outro dia surge das suas proprias cinzas!”²⁸⁵

Mesmo quando a crónica-folhetim se situa numa linha de continuidade em relação a uma tradição de crítica pelo riso, um pouco ao jeito da comédia, registando usos e

²⁸² Guilherme de Freitas – “Folhetim”, *A Liberdade*, 17 Set., 1861 (em **Anexos**, pp. 134-136).

²⁸³ J. L. Pinto – “Revista Semanal”, *O Commercio do Porto*, 23 Março, 1879 (em **Anexos**, pp. 259-260).

²⁸⁴ Cf. Julio Cesar Machado – “Revista da Semana”, *A Revolução de Setembro*, 30 Maio, 1865.

²⁸⁵ Pinheiro Chagas – “Revista Quinzenal de Lisboa”, *O Commercio do Porto*, 2 Dez., 1864. A consciência da efemeridade deste tipo de produção já a encontrávamos em 1851, quando J. P. Loureiro, em *O Ecco Popular*, a 8 de Agosto, dizia que “O folhetim é uma obra ephemera, que desaparece como o rapido scintillar do relampago: passa desapercibido”.

costumes contemporâneos e ferindo as pretensões e ridículos dos homens e da época²⁸⁶, ela debruça-se quase sempre sobre o particular de um aqui e de um agora bem marcados e, por esse motivo, permanece seu prisioneiro, não alcançando um carácter transtemporal²⁸⁷. Com efeito, o folhetim tem quase sempre por objecto um conjunto de “*domestica facta*”²⁸⁸, na expressão conseguida do Visconde de Benalcanfor, que pela sua inscrição espacial e temporal tão vincada, condena ao perecimento a escrita que sobre eles se debruça.

A efemeridade que caracteriza a matéria do folhetim estende-se à sua escrita e, por arrastamento, a quem a trabalha, realidade tão bem sintetizada por L. F. Lopes, quando na *Aurora Litteraria* fala da escrita folhetinesca e considera que essa escrita faz o folhetinista ser lembrado um minuto²⁸⁹. Porém, esta experiência da efemeridade corresponde à parte do jornalista que o folhetinista também é e, por isso, ele se encontra abrangido pelo termo “periodista”, em folhetim de mesmo nome, quando se afirma com amargura que “(...) o periodista não tem nome, a sua individualidade sacrifica-se á idea; o seu *eu* perde-se no ser colectivo; ao fallar, diz *nós*; é mais e menos que um homem. Como se chama? Ninguém o sabe. Não basta que o seu pensamento fique sepultado? Oh! não é bastante: é preciso que o veja descer a *uma campa sem epitaphio*”²⁹⁰. Por fim, a vida breve da crónica prende-se, não o esqueçamos, com o suporte material em que circula, o jornal. Este veículo e produto oferece-se para consumo imediato, ao contrário do livro que pode aguardar o seu leitor, sem que isso resulte, necessariamente, numa perda de actualidade²⁹¹. Antonio Candido fala disso mesmo, ao afirmar que a crónica “(...) não tem pretensões a durar, uma vez que é filha da máquina, onde tudo acaba tão depressa. Ela não foi feita originariamente para o livro, mas para essa

²⁸⁶ Cf. “A Companhia Dramatica Hespanhola em Braga”, *op. cit.*

²⁸⁷ Também Luís Augusto Palmeirim em folhetim de *A Revolução de Setembro*, 8 de Julho de 1862, refere a efemeridade do folhetim, pois a actividade de escrita que tem então lugar, está limitada por um dado espaço gráfico e ligada a um consumo imediato: “Se o folhetim tem alguma qualidade boa é a de não ser eterno. Como o tio bacharel do soneto de Bocage, o folhetim morre fallando, se é que não mata a fallar a paciencia dos leitores” (em **Anexos**, 144-149).

²⁸⁸ Visconde de Benalcanfor – “Cartas Lisbonenses”, *O Commercio do Porto*, 10 Set., 1876. Neste mesmo texto, o autor adopta ainda outras expressões que lançam alguma luz, de forma involuntária, para a condição de efemeridade da crónica-folhetim: “(...) voltamos ao folhetim caseiro, á chronica nacional, modesta, familiar (...)”.

²⁸⁹ L. F. Lopes – “Folhetim”, *Aurora Litteraria*, *op. cit.*

²⁹⁰ “O Periodista”, *O Nacional*, 20 Maio, 1857. Em **Anexos**, p. 106.

²⁹¹ Não é por acaso que, no que respeita ao romance-folhetim, se numeram os diferentes episódios para serem coligidos *a posteriori* e formarem um sucedâneo de um livro que suportará assim ultteriores leituras.

publicação efêmera que se compra num dia e no dia seguinte é usada para embrulhar um par de sapatos ou forrar o chão da cozinha”²⁹².

Contudo, o criador latente no folhetinista vai também levar, por vezes, a uma busca da perenidade. Como afirma Massaud Moisés, o produto da escrita do cronista singulariza-se pela ambiguidade, pelo seu carácter híbrido²⁹³, pois, como salienta o estudioso brasileiro, “(...) a crónica move-se entre *ser no* e *para o* jornal, uma vez que se destina inicial e precipuamente a ser lida na folha diária ou na revista”²⁹⁴. Porém, o estatuto fronteiriço deste género confere-lhe a possibilidade, aumentada pela simbiose, em proporções variáveis, de uma narrativa factual com uma narrativa ficcional, de aspirar à circulação num segmento temporal ilimitado. Esse jogo na e de fronteira que, na crónica, pode ter lugar, manifesta um processo de mestiçagem, pela abertura à actualidade e ao imaginário pessoal do seu criador. De facto, o jogo no fio da navalha entre efemeridade e perenidade tem lugar na crónica a partir do momento em que ela oscila, como nota o mesmo autor, “(...) entre a reportagem e a literatura, entre o relato impessoal, frio e descolorido de um acontecimento trivial, e a recriação do cotidiano por meio da fantasia. No primeiro caso a crónica envelhece rapidamente e permanece aquém do território literário: na verdade, a senescência precoce ou tardia de uma crónica decorre de seus débitos para com o jornalismo *stricto sensu*”²⁹⁵. A consciência do efêmero e a esperança na perenidade que alguém como Ramalho manifestava, parece ser uma constante em todo aquele que se entrega à actividade cronística. Ainda nos nossos dias, António Mega Ferreira, também ele, perante a proverbial falta de assunto que assola o cronista, parte para um conjunto de reflexões sobre o que é a crónica e conclui: “Acho que é isso mesmo que faz a essência da crónica: sendo embora um exercício efêmero de comunicação, ela ambiciona sobreviver à circunstância de uma edição de jornal, prolongando-se na memória de quem lê. É nesse sentido que a crónica

²⁹² Antonio Candido – *Para Gostar de Ler*, vol. V, São Paulo, Edições Ática, 1980.

²⁹³ Também Arnaldo Saraiva em “A crónica - e a crónica de Carlos Drummond de Andrade”, *op. cit.*, p. 111, tendo o cuidado de pôr de parte uma definição judicativa de crónica que não vê enquanto subgénero, dela diz: “(...) género híbrido, porque participa, ou pode participar, da notícia, da nota, do apontamento, do comentário, do artigo, do ensaio, da crítica, da reportagem, da memória, da biografia e, até, do conto”.

²⁹⁴ Massaud Moisés - “A Crónica”, *A Criação Literária. Prosa II*, 15ª ed., São Paulo, Editora Cultrix, p. 104.

²⁹⁵ *Idem*, p. 105.

é disciplina a cavalo entre o jornalismo e a literatura, entre hoje e para sempre, entre o instante e a duração”²⁹⁶.

Cabe, no entanto, observar que a circulação transtemporal da crónica ou melhor de um conjunto de crónicas de um autor, fenómeno que por vezes ocorre, não se encontra umbilicalmente justificada pela sua menor pertença ao domínio jornalístico, mas ao uso ulterior à publicação no periódico que o criador ou outrem houve por bem fazer. Com efeito, o cronista que reúne em livro, quase sempre por um critério selectivo, as suas crónicas, age desse modo por imperativos de ordem vária que se prenderão, eventualmente, com o sentimento ou mesmo a convicção da sua pertença ao grupo dos escritores-criadores, conjurando-se deste modo o esquecimento a que a publicação num suporte jornalístico o votaria, mas que, sobretudo, se explicam pelo bom acolhimento da sua produção por parte dos leitores²⁹⁷. Conscientemente ou não, procura-se assim transformar um sucesso imediato e efémero num sucesso renovado e, quem sabe, duradouro²⁹⁸. Na verdade, se quiséssemos utilizar a destrição funcional de Barthes entre *écrivain* e *écrivain* e que passa, respectivamente, por um trabalho na palavra e pela intransitividade da escrita, no primeiro caso, e, no segundo, por uma utilização da palavra como meio para atingir um determinado fim, tornando a escrita transitiva²⁹⁹, depararíamos com diferentes obstáculos na sua aplicação à figura do cronista. De facto, se cronistas existem que poderiam ser apodados de escreventes e outros de escritores, uma boa parte oscilaria entre as duas categorias, na medida em que o cronista quase sempre se apresenta como um ser de fronteira, de androginia latente e, com frequência, desnudada, ou, nas palavras de Barthes como “un type bâtard: l’*écrivain-écrivain*”³⁰⁰.

A recolha de crónicas e conseqüente publicação em livro acompanha com frequência de perto o aparecimento da crónica, facto partilhado por todos os países que

²⁹⁶ António Mega Ferreira - “Um dia por semana. O tema da crónica”, *Público*, 26 Julho, 1999, p. 10.

²⁹⁷ Rangel de Lima, na sua “Chronica do Mez” da revista *Artes e Letras*, Jan., 1872, p. 10, ao recensar as novidades editoriais, regista a publicação *Da Loucura e das Manias em Portugal, estudos Humorísticos* (1872) de Júlio César Machado, dirige-se ao leitor dizendo: “(...) confesse que releu no livro, com o mesmo interesse e prazer, o que já havia lido nos folhetins do *Diário de Notícias*. Engano-me? Não, bem me queria parecer. // (...) É livro que tem sido muito procurado, e de que se fará mais de uma edição (...)”.

²⁹⁸ Não esqueçamos também que, no século XIX, existem personalidades do mundo das letras que são literatos de profissão e, por consequência, a publicação, sob a forma de livro, de textos saídos em periódicos, inscreve-se numa lógica de subsistência.

²⁹⁹ Cf. Roland Barthes – “Écrivains et écrivains”, *Essais Critiques, op. cit.*, pp. 147-154.

³⁰⁰ *Idem*, p. 153. Observemos todavia que, em nenhum momento de “Écrivains et écrivains”, Barthes coloca a questão em relação ao cronista.

dela são cultores. Assim, por exemplo, tanto o panorama editorial francês como brasileiro é fértil nesse tipo de actuação e são vários os autores e as obras que o ilustram: em França, lembremos Mme de Girardin, Jules Janin ou Théophile Gautier e, no Brasil, José de Alencar, França Junior ou Machado de Assis. O século XX, com a presença recorrente do escritor no universo periodístico, dará continuidade a tal procedimento³⁰¹.

No caso português, recordemos, a título ilustrativo, alguns exemplos de tal prática e comecemos por referir aquele que foi considerado um dos ilustres e primeiros folhetinistas portugueses, António Pedro Lopes de Mendonça. Da sua produção acolhida pela imprensa periódica, curiosamente quase só fará publicar em volume textos de natureza ficcional, sejam eles contos ou escritos de natureza dramática, bem como escritos relativos a uma actividade de crítica literária ou então crónicas de viagem. *Já é tarde. Provérbio* (1849), *Ensaios de Critica e Litteratura* (1849), *Memorias de Litteratura Contemporanea* (1855), *Recordações de Italia* (1852) ou *Scenas e Phantasias de Nossos Tempos* (1860)³⁰² são obras que reflectem parte da sua colaboração no espaço do folhetim de *A Revolução de Setembro*, excluindo, precisamente, folhetins que se debruçam sobre um material episódico quotidiano, de natureza passageira e efémera. A não opção pela crónica-folhetim prender-se-á por certo com a especificidade desta figura literária do século XIX, cuja postura face à sociedade da época é a de alguém que sobre ela pensa e nela procura intervir. Lembremos, por exemplo, que, por volta de 1854, Lopes de Mendonça vai deixando a secção do folhetim, pois passa a escrever os artigos de fundo da primeira página, ou seja, Lopes de Mendonça envolve-se politicamente. Tal facto não significa, porém, que as suas crónicas sejam uma escrita da futilidade, bem pelo contrário. Quando comparamos esses textos com os de Júlio César Machado, seu sucessor no periódico lisboeta e folhetinista por excelência, claramente nos damos conta da presença de uma atitude vincada de crítica social, política ou literária, a que o autor de *Memórias de um*

³⁰¹ Consulte-se com utilidade o número especial, sobre o “écrivain journaliste”, da revista *Littératures Contemporaines*, *op. cit.*

³⁰² “A Sociedade e os Bailes” e “A Liberdade pela Cruz” são exemplos, nesta obra, de textos saídos num primeiro momento no espaço do folhetim, em *A Revolução de Setembro*, em 24 de Fevereiro de 1849 e 10 de Abril de 1852, respectivamente. Apresentam-se refundidos e com títulos diferentes. Assim, no primeiro caso, o folhetim originalmente intitulado “Physiologia dos Bailes” sofre um considerável trabalho de recomposição, transformando-se num outro texto onde se reconhecem traços de família. No segundo caso, as alterações são em menor número. O escrito já não se denomina “A Cruz” e surge sem a dedicatória a Bulhão Pato, na qual se dizia tratar-se de uma meditação surgida após leitura de Lamartine.

Doido não se exime - diríamos mesmo, não se quer eximir -, ao passo que Machado optará mais pela mundaneidade, por um riso sem consequências, pois em sua opinião o folhetinista é “Meio moralista e meio cortesão”³⁰³. Lopes De Mendonça, na verdade, desde cedo fará da sua actividade de escrita um veículo difusor de uma consciência social e política de que a sua experiência no primeiro jornal socialista *O Ecco do Operario* (1850-1851) é um sinal claro³⁰⁴.

Evaristo Basto, por tantos apontado como grande divulgador do folhetim entre nós, em particular “um dos plantadores do folhetim no Porto”³⁰⁵, e considerado pelos seus contemporâneos sobretudo como um grande folhetinista, já que também enveredou pela poesia e pelo romance, não mostrará qualquer cuidado em reunir a sua produção, vinda à luz no espaço do folhetim, num suporte com maior circulação no tempo. Aliás, a sua colaboração curta mas intensa em diferentes periódicos e principalmente em *O Nacional* - periódico que ajudou a implantar -, apresenta-se quase sempre sob o anonimato. Ora essa colaboração conheceu na época larga fortuna como o provam diversos testemunhos coevos de outros folhetinistas. Camilo Castelo Branco, em crónica de *O Nacional*, pinta, em traços largos, o génio de Evaristo Basto e o acolhimento que recebia, afirmando: “Nunca vimos brotar tão luxuriante e espontanea a graça! Evaristo Basto era a vocação do folhetim”³⁰⁶.

³⁰³ Julio Cesar Machado - *Trechos de Folhetim*, Lisboa, Liv. de Campos Junior-Editor, 1870, p.5. O próprio Júlio César Machado em folhetim de *A Revolução de Setembro*, 17 Out., 1865, crónica de homenagem a Lopes de Mendonça, após a sua morte, salienta que este não era um mero escritor ameno, ligeiro, elegante, mas também “um homem *que sabia*”, registando assim o seu carácter diferencial face a tantos outros folhetinistas. E, em 1880, em *A Vida Alegre*, op. cit., p. 14, Machado observa que Lopes de Mendonça “de certa epocha em deante, teve sempre mais ou menos o proposito de deixar o folhetim pela politica”. Camilo Castelo Branco, em texto elogioso sobre Júlio César Machado, observará apesar de tudo que os seus folhetjns “mingoavam em critica, doutrina, conselho, e ensinamento” (“Julio Cesar Machado” - *Esboços de Apreciações Litterarias*, Porto, em Casa da Viuva Moré-Editora, 1865, p. 171.

³⁰⁴ Cf. Victor de Sá – “A primeira imprensa socialista em Portugal”, *Perspectivas do Século XIX*, 2ª ed., Porto, Limiar, 1976, pp. 61-197. Cf. ainda Maria do Nascimento Oliveira Carneiro – “Heranças da Revolução francesa: O Eco dos Operários”, *Actas do Colóquio A Revolução Francesa em Portugal e no Brasil, 2-9 Nov., 1989*, vol. 1, Porto, Universidade do Porto, 1992, pp. 63-73.

³⁰⁵ Julio Cesar Machado - *A Vida Alegre*, op. cit., p. 46.

³⁰⁶ Camilo Castelo Branco – “Chronica”, *O Nacional*, 26 Julho, 1858, p. 1. Neste folhetim, Camilo lembra ainda o aparecimento de Ricardo Guimarães de quem diz: “Era um talento de coriscos, espirrava hyperboles terriveis, disparava estilhaços de ideias estupendas que estoiravam nos lombos das victimas com fragor medonho”. E Camilo formula do seguinte modo o seu juizo a propósito de Evaristo Basto e Ricardo Guimarães: “Eis ahi os dois vultos mais graduados na historia litteraria do folhetim portuense”.

O caso Júlio César Machado é de todo em todo distinto. Com efeito, o conhecido folhetinista do século XIX, procederá, com sistematicidade e constância, à publicação em livro dos seus escritos saídos na imprensa periódica e não apenas dos contos ou notas de viagem³⁰⁷, mas, em larga medida, das suas inúmeras crónicas que se constituem como um filão inesgotável para as sucessivas obras que vai lançando no panorama editorial, sendo nalguns casos mesmo reaproveitadas para prefácio³⁰⁸. Lembremos o livro *Da Loucura e das Manias em Portugal. Estudos Humorísticos* (1872), cujos textos de que é composto tinham já surgido no *Diario de Noticias*, nos anos de 1871 e 1872. Também *Lisboa na Rua* (1874) vai buscar, por exemplo, folhetins ou excertos de folhetins publicados inicialmente em *A Revolução de Setembro*³⁰⁹. Observemos ainda que a produção de obras memorialísticas e autobiográficas³¹⁰, como *Apontamentos de um Folhetinista* (1878) ou *A Vida Alegre* (1880), resultam da

³⁰⁷ Cf. *Contos ao Luar* (1861), *Scenas da Minha Terra* (1862), *Recordações de Paris e Londres* (1863), *Historias para Gente Moça* (1863), *Em Hespanha. Scenas de Viagem* (1865), *Do Chiado a Veneza* (1867), *Quadros do Campo e da Cidade* (1868) ou *Á Lareira* (1872). Esta presença constante no panorama editorial da época prende-se, intimamente, com a situação vivida por Júlio César Machado, a necessidade de se auto-bastar, a situação de alguém que vive da pena. De facto, César Machado é um forçado das letras, na medida em que, desde cedo, se vê obrigado a encontrar um meio de subsistência. É o próprio folhetinista a encarar a sua actividade como uma profissão e a chamar a atenção, directa ou indirectamente, para tal realidade nas suas obras de memórias como em *A Vida Alegre*, *op. cit.*, pp. 41-43, 162 ou 264. Essa particularidade bem como a sua fortuna como folhetinista explicam que, por vezes, haja textos publicados no jornal que no mesmo ano surgem em volume, facto que ocorre, por exemplo, em *Á Lareira* (1872) e *Manhãs e Noites* (1873), obras que contêm escritos do *Diario de Noticias*. Ora, será precisamente o facto de viver da pena que fará de Júlio César Machado um viajante atento às remunerações dos seus congéneres estrangeiros, informando o leitor das suas narrativas de viagem sobre essa questão.

³⁰⁸ Na verdade e como já referimos, o prefácio de *Contos a Vapor* (1863) corresponde, na sua quase totalidade, à “Revista da Semana” de *A Revolução de Setembro*, 9 Junho, 1863.

³⁰⁹ Esta obra que resulta da colaboração entre Júlio César Machado, autor dos textos, e Manuel Macedo, autor dos desenhos, apresenta a propósito da figura do noticiarista um escrito em parte aproveitado da “Revista da Semana” de *A Revolução de Setembro*, 6 Março, 1860, mais exactamente, as duas últimas colunas. Procedimento idêntico se regista quando Júlio César Machado se debruça sobre quem lê e o que justifica a leitura, lançando mão de outra revista da semana do mesmo ano e periódico, de 31 de Julho de 1860. Por curiosidade, registe-se que este folhetim foi republicado dois dias depois, no jornal portuense *O Nacional*. Finalmente, observemos que o trecho da obra votado ao *Passeio Público* apenas apresenta rastros de um folhetim perdido e que foi publicado no periódico lisboeta já referido, a 4 de Julho de 1865. Rangel de Lima em *Artes e Letras*, Lisboa, n.º 7, 1874, p. 111, diz tal empreendimento ter sido da iniciativa de Manuel Macedo que buscou um escritor para sobre os seus desenhos escrever, tendo-o encontrado em Júlio César Machado.

³¹⁰ Apesar de Júlio César Machado, em *Apontamentos de um Folhetinista*, Porto, Typ. Da Companhia Litteraria-Editora, p. 146, se referir à própria obra como um romance, trata-se, de facto, em nosso entender, de um livro de memórias. De resto, *A Vida Alegre*, continuação dos *Apontamentos*, é apelidada pelo autor, e com mais propriedade, “carteira de lembranças” (*op. cit.*, p.7).

experiência e opção do seu autor pela crónica, apresentando, por vezes, excertos que reconhecemos pertencerem a crónicas anteriormente publicadas, o que, de resto, acontece quando Júlio César Machado relata o seu encontro com o compositor Rossini³¹¹.

De todo o modo, é com *Trechos de Folhetim* (1870) que surge uma primeira antologia de algumas crónicas do autor de *Claudio*, publicadas no jornal, e da sua responsabilidade, sem no entanto se explicitar quais os critérios que nortearam a selecção e qual o suporte onde, pela primeira vez, os diferentes textos foram publicados – *A Revolução de Setembro* – ou as datas da sua publicação (sensivelmente os primeiros cinco anos da década de 60 do século XIX). Os vários folhetins apresentam-se sem título, apenas com uma reduzida marcação gráfica de fim de trecho, e não estão ordenados nem por ordem cronológica, nem por ordem de aparecimento no periódico³¹². O carácter motivado do título prende-se com o cariz fragmentado da obra, na medida em que se procede a uma eleição de excertos de folhetim agora oferecidos ao leitor em livro. Com efeito, as diferentes crónicas quase nunca são reproduzidas na íntegra³¹³; momentos há da obra em que surgem tão somente breves períodos extraídos de folhetins³¹⁴. Verifica-se, portanto, um fenómeno de auto-censura na re-apresentação das crónicas, tendo certamente em vista um melhor produto final. Este novo rosto, sob o qual as crónicas agora se dão a conhecer, não passa tanto por um processo de reescrita³¹⁵, mas, outrossim, por um truncamento do texto que afecta passagens mais ligadas a particularismos temporais, pretendendo-se com isso combater ou anular a sua natureza efémera, retirando deste modo do texto eventuais escolhos a uma leitura que

³¹¹ Cf. *A Revolução de Setembro*, 10 Maio, 1864 e *A Vida Alegre*, *op. cit.*, pp. 198 ss.

³¹² Tomemos como exemplo o folhetim publicado em *A Revolução de Setembro*, 4 Julho, 1865 e que surge em *Trechos de Folhetim* nas pp. 68-78 ou a crónica do mesmo periódico de 23 de Maio de 1865, que aparece nas pp. 91-94.

³¹³ O folhetim publicado em *A Revolução de Setembro*, em 17 de Outubro de 1865, por ocasião da morte de Lopes de Mendonça, constitui-se como exemplo do texto excepcionalmente transcrito na íntegra. Tal facto deve-se seguramente ao desejo de homenagear o folhetinista que antecedeu nesse periódico Júlio César Machado.

³¹⁴ Cf. Julio Cesar Machado - *Trechos de Folhetim*, *op. cit.*, p. 90, momento da obra em que se encontra um exemplo extremo desta fragmentação, pois apenas surgem cinco linhas reproduzidas.

³¹⁵ Esse processo de reescrita, que ocorre raramente, encontramos-lo, por exemplo, em *Trechos de Folhetim*, *op. cit.*, p. 9, quando se reelabora a parte introdutória do folhetim de *A Revolução de Setembro* de 6 de Janeiro de 1865. Num primeiro momento, todo o parágrafo inicial é suprimido, conservando-se unicamente a indicação temporal, “É dia de anno bom.” Mas, para além da necessidade de síntese manifesta, surge ainda a substituição de vocábulos que demonstra um maior cuidado na apresentação do texto como em “Ha individuos” em vez de “Ha sujeitos”.

se pretende que seja agradável e não anacrónica³¹⁶. O que resta então? Precisamente os segmentos textuais de carácter testemunhal de uma época - as memórias - e os momentos em que o folhetinista vaza na escrita o seu poder criativo. Não é pois por acaso que um dos folhetins que escapam à fragmentação seja aquele em que Júlio César Machado, a propósito de um elemento factual – a semana chuvosa –, fala do chapéu de chuva e do conquistador, construindo um quadro ficcional em que ambos intervêm³¹⁷. São então os momentos de fuga, por parte do folhetinista, ao registo dos factos, à emissão de juízos de valor sobre os espectáculos em curso, os nacos de prosa – saborosa – seleccionados e que se constituem como o espaço de liberdade e de originalidade do escritor-cronista.

À *Lareira* (1872) e *Manhãs e Noites* (1873) são também obras de Júlio César Machado que congregam diferentes textos periodísticos de índole vária, mas todos eles com uma dimensão de narratividade acentuada³¹⁸. Assim, encontramos aí reunidos contos, notas de viagem, revistas de espectáculos ou textos de cariz biográfico e elogioso que o *Diario de Noticias* foi o primeiro a publicar, sem que qualquer etapa introdutória nos ofereça informações contextualizadoras. Júlio César Machado, ao que tudo indica, não necessita de apresentação para o leitor oitocentista. Organizados sem preocupações de respeito pela ordem cronológica do seu aparecimento, no que concerne as crónicas, mais do que escritos cronísticos que passam em revista os acontecimentos da semana, trata-se, tantas vezes, de dissertações a partir de um tema ou evento ocorrido ou o traçar de quadros do quotidiano em que a presença de situações de oralidade

³¹⁶ Lembremos de resto que *Trechos de Folhetim* surge na colecção “Leitura para Caminhos de Ferro” da Livraria de Campos Junior-Editor, tendo por isso como objectivo a ocupação de um compasso de espera em viagem, com textos ligeiros e amenos. A primeira obra desta colecção é precisamente da autoria de Júlio César Machado - *Contos a Vapor* - e também Pinheiro Chagas aí publicará *Scenas e Phantasias Portuguezas* (1867). No panorama editorial francês encontramos também uma colecção igualmente intitulada, afinal mais um sinal do processo especular que envolve as relações Portugal-França.

³¹⁷ Trata-se da revista da semana saída em *A Revolução de Setembro*, a 25 de Outubro de 1864.

³¹⁸ Sobre *À Lareira*, atentemos na apreciação que Rangel de Lima, contemporâneo de Júlio César Machado, faz na sua “Chronica do mez” da revista *Artes e Letras*, Dez., 1872, p. 191: “Foi para servir n’essas appetecidas horas de tranquilidade do corpo e do espirito, que o sr. Julio Cesar Machado publicou o seu livro - *A’ lareira*. // Ninguem melhor do que este escriptor podia fazer um volume de tal genero. Para a leitura destinada a entreter e matar o tempo, como se usa dizer, é mister que os assumptos sejam variados, ligeiros, graciosos, revelando espirito de observação, sem que isso traga dissertações philosophicas de fazer cabecear, tocando de vez em quando a corda do sentimento sem chegar nunca a arrancar lagrimas de encharcar o lenço”. Refere-se ainda que a obra se esgotará em pouco tempo. Observação similar será produzida por este articulista a propósito de *Manhãs e Noites*, em crónica de Agosto de 1873, na mesma revista.

abunda como em “Nas Praias” ou “Depois da Procissão”³¹⁹. Registemos, a propósito, a tendência progressiva que Júlio César Machado revelará para abandonar a íntima ligação que une os seus textos a uma realidade acontecida, optando cada vez mais por uma autonomia em relação ao universo factual, através da adopção de pequenas narrativas ou de uma escrita de memórias.

Ricardo Guimarães, mais tarde Visconde de Benalcanfor, igualmente se destaca no espaço do folhetim oitocentista³²⁰. Colaborador em inúmeros periódicos como *O Nacional*, *O Commercio do Porto* ou *Diario de Noticias*, desde meados do século, Ricardo Guimarães apresenta, sobretudo no conjunto da obra publicada, o resultado considerável da sua experiência de viajante. Porém, algumas das suas crónicas serão também reunidas em volume, em obras que não contêm apenas textos cronísticos, como *Phantasias e Escriptores contemporâneos* (1874), *Realidades e Phantasmas* (1881) e *Leituras de Verão* (1883), pois aproximam textos graves e ligeiros, no dizer do próprio autor. Em comum, está o facto de serem “composições do momento, que a onda inquieta das folhas volantes da imprensa quotidiana traz á babugem da maré, que o esquecimento do dia seguinte arrasta logo na resaca impetuosa”³²¹. Procura-se então de algum modo, através destas publicações, conjurar esse destino efémero.

Enveredando pela sátira, com frequência de objecto social e político, o poeta Faustino Xavier de Novaes marcará também o espaço do folhetim na década de cinquenta do século XIX, sob a capa da pseudonímia³²², nomeadamente através dos

³¹⁹ Cf. Julio Cesar Machado - *Manhãs e Noites*, Lisboa, Livraria Moderna-Editora, 1873, pp. 11-26. Esta antologia de textos periodísticos mantém-se quase sempre muito próxima na republicação que faz do texto original. Com efeito, as alterações registadas surgem ao nível do título - nos exemplos referidos em vez de “Nas praias” e “Depois da procissão” encontrávamos “Os banhos das praias” e “As soirées de quaresma” - ou então através da supressão de pequenas passagens demasiado circunstanciais ou juízos de menor importância emitidos pelo seu autor. Também na obra *Á Lareira* se regista um processo de reescrita no que concerne ao título como em “O caçador...de dotes” que no *Diario de Noticias*, de 16 de Março de 1871 aparecia como “O dote”.

³²⁰ Em prefácio a *Leituras do Verão*, Rio de Janeiro, Liv. Contemporanea de Faro & Lino-Editora, 1883, pp. V-VI, Júlio César Machado salienta a importância da escrita na vida do autor: “O visconde de Benalcanfor não só não deixa passar um dia sem escrever (...), senão que não deixa passar dia em que um artigo seu não veja a luz n’algum jornal de Lisboa, do Porto, das provincias, folhas politicas, folhas litterarias, publicações illustradas, miscellaneas, almanachs, dictionarios, e para aqui um conto, e para alli tres folhetins, e uma biographia para accolá, noticias litterarias, criticas, artisticas, narrativas de casos antigos e modernos, recordações de viagens, apontamentos e improvisos...”

³²¹ Visconde de Benalcanfor - *Phantasias e Escriptores Contemporaneos*, Porto-Braga, Liv. Internacional de Ernesto e Eugenio Chardron, 1874, p. 6.

³²² Inocêncio Francisco da Silva dá conta dessa presença no folhetim e dos diferentes pseudónimos usados no t. IX do seu *Diccionario Bibliographico Portuguez*, op. cit., p. 205 e

seus textos folhetínisticos em quintilhas, de que as epístolas publicadas em *O Ecco Popular* são um bom exemplo. Neste periódico portuense, “Lingua damnada” dirige-se em carta versificada ao seu “Compadre Catacumba”, dando-lhe conta dos eventos teatrais ou outros, ocorridos na cidade do Porto, sempre sob um olhar humorístico que a redondilha tão bem serve³²³. Embarcado para o Brasil em 1858, também aí conhecerá o sucesso como folhetinista e aí verá publicada em volume *Manta de Retalhos* (1865) e *Cartas de um Roceiro* (1867), a sua colaboração folhetinística, no *Correio Mercantil*. Em Portugal tinha já publicado *A Vespa do Parnaso* (1854) e *Poesias* (1855).

Alberto Pimentel (1849-1925), autor de uma extensa obra que percorre domínios vários, do jornalismo à ficção ou do memorialismo à tradução, foi na sua época um colaborador assíduo de diversos periódicos, exemplo que foi do homem que no século XIX vive das letras. Como se esperaria também, Alberto Pimentel ocupará o espaço do folhetim e *Esboços e Episodios* (1871) é o resultado parcial dessa mesma actividade. A obra apresenta uma grande diversidade de textos, quanto à sua natureza, aliando no mesmo suporte narrativas de cunho sentimental como “O Piano d’Elvira”, mas ainda crónicas de viagem com “Viagem ao Bussaco” que se estende por três folhetins ou crítica literária em “Um escriptor portuguez...santo”.

Em 1872 surge *Nervosos, Lymphaticos e Sanguineos*³²⁴, obra com textos ao de leve mas significativamente refundidos³²⁵ e que vai reunir “physiologias” de alguns homens de letras de então vistos sob a óptica do seu temperamento, respondendo ao objectivo desde logo enunciado que é o de lançar ao papel “uns estudos humoristicos para

em artigo publicado pela revista *O Occidente*, nº208, 1 Out., 1884, p. 218, observa-se: “Chamado pelos sorrisos da musa comica, passou a poetar, e a folhetinizar. Começou por desfatio, continuou por necessidade. Precisou tirar da sua penna os recursos necessarios para a existencia. E, correspondente com mil pseudonymos de dezenas de jornaes, escrevendo aqui um folhetim, além uns versos, trocava os chistes e os donaires da sua penna pela manteiga e o assucar do seu alimento domestico”.

³²³ Cf., por exemplo, cartas de “Lingua damnada ao Compadre Catacumba” do mês de Janeiro de 1850 em *O Ecco Popular*. Cf. folhetim de 21 de Janeiro de 1850 em *Anexos*, pp. 50-51.

³²⁴ *Nervosos, Lymphaticos e Sanguineos* reúne textos saídos em *O Jornal do Porto*, em finais de 1871 e primeiros meses de 1872.

³²⁵ Na verdade, as alterações encontradas no texto do volume dão conta de um maior cuidado na apresentação dos diversos escritos, através da subtitulação dos diferentes capítulos, indicando desse modo o objecto sobre o qual o autor se debruça, já que a circulação em livro implicará uma leitura mais atenta. Para além do referido, omitem-se segmentos textuais típicos da difusão de um texto em folhetim e que estabelecem a ligação com o folhetim do número seguinte e o anunciam, como no final do texto sobre Lopes de Mendonça em que a última frase “Seguiremos o rumo que nos propozemos”, convida o leitor a esperar pelo próximo folhetim.

correrem em folhetim”³²⁶ e que vêm a luz pela primeira vez no *Jornal do Porto* sob o título global de “Cartas do Inverno”. Tais escritos levarão a uma longa e interessante troca de cartas com Alexandre da Conceição, igualmente aqui republicadas³²⁷, e que nos permitem conhecer posições oitocentistas diversas sobre o que seria a educação mais correcta da mulher, dando testemunho, de modo involuntário, do seu estatuto sócio-cultural. Para além dos textos indicados, o volume contém ainda uma “Physiologia Romantica. Historia d’um nervoso”, peça ficcional de cariz humorístico.

Lembremos que um ano depois surge *Entre o Caffé e o Cognac*, obra que antologia folhetins saídos em *O Primeiro de Janeiro* e, em 1875, *Homens e Datas*, com texto prefacial de Christovam de Sá – pseudónimo folhetinístico de Antonio da Cunha Belém –, a congregar textos de natureza variegada, publicados no ano de 1874, no *Diario Illustrado*, não funcionando então como um mero livro de memórias como poderíamos eventualmente pensar, num primeiro momento, ao atentar no título da obra³²⁸. Esta obra pode bem funcionar como ilustração da abertura ao diverso para a qual o espaço do folhetim está vocacionado. De facto, *Homens e Datas* reúne narrativas de gosto histórico a revistas da semana, escritos de crítica literária e artística a crónicas de alguma sátira política. Alberto Pimentel com esta colectânea dá um testemunho involuntário do modo de funcionamento do folhetim e que passa pela oferta de uma leitura de lazer, mas também pela informação, divulgação ou esclarecimento no que respeita a um evento ocorrido ou a uma problemática vivida pela sociedade da época, constituindo-se assim o folhetim como uma escrita da actualidade.

De igual modo, o Barão de Roussado, autor da célebre paródia a *D. Jaime ou a Dominação de Castela*, de Tomás Ribeiro, intitulada *Roberto ou Dominação dos Agiotas*³²⁹, verá publicados alguns dos seus folhetins pelo editor Caetano Simões Afra, no ano de 1892, em *Folhetins Humorísticos*, pelo menos nove fascículos que conterão

³²⁶ Alberto Pimentel – “Physiologia Litteraria”, *Nervosos, Lymphaticos e Sanguineos*, *op. cit.*, p. 12.

³²⁷ A refundição do texto a que nos referimos surge ainda nas cartas de novo publicadas, embora seja rara. Assim, na última carta de Alberto Pimentel a Alexandre da Conceição, em vez da versão inicial que se iniciava com “Morro impenitente” surge agora “Conservo-me impenitente” (*Nervosos, Lymphaticos e Sanguineos*, *op. cit.*, p. 133).

³²⁸ O próprio prefácio de Cristovam de Sá é uma republicação do texto saído no mesmo jornal a 5 de Junho de 1874.

³²⁹ Como testemunhará Christovam de Sá em biografia que dele traçou no folhetim do *Diario Illustrado* a 19 de Julho de 1874, a sua “aparição foi um festejado acontecimento na vida litteraria do paiz”.

também textos de Eduardo Augusto Vidal³³⁰ e de Manuel Pinheiro Chagas, embora em menor número. Trata-se, como de resto o título indicia, de escritos que proporcionam ao público uma leitura agradável e bem disposta, dando conta de alguns rídiculos sociais e políticos, vistos e criticados sob o signo do riso como em “O delírio da economia”, “Patriotas” ou “Os pretendentes”. Porém, essa mesma sátira política e social encontramos-a ainda em escritos que sofrem processos de ficcionalização como, por exemplo, em “D. Possidonio I (O Cru) ou o que ha de ser o mundo reduzido a 50 por cento”, “Impressões de um deputado” ou então “Direito ao trabalho”. De entre os vários folhetins, originalmente publicados em periódicos como *A Revolução de Setembro* ou *Diario Popular* algumas décadas antes, outros textos surgem como a crónica sazonal (“Inveni”, “Na Semana Sancta”), curtas narrativas (“Em Domingo gordo”, “Atraz da felicidade”), *physiologias* (“O Archeiro”, “As nervosas”), uma curiosa narrativa do que hoje chamaríamos ficção científica (“Archeologia do futuro”) ou o conjunto de textos que gira em torno da apologia dos homens gordos, dos homens magros e dos que não são nem uma coisa nem outra, reunindo peças do Barão de Roussado, mas também de Eduardo Vidal e Pinheiro Chagas, provindas do *Diario Popular* de 1868³³¹, escritos estes que ilustram bem o diálogo *in absentia* que tantas vezes tem lugar no folhetim, a partir do momento em que um texto desencadeia múltiplas respostas. Folhetins todos eles afinal a permitirem ao público leitor consumir sem esforço e com prazer, pequenas doses de leitura amena.

Galeria de Figuras Portuguesas (1879) e *Os Excentricos do meu Tempo* (1891) são obras de Luiz Augusto Palmeirim que encerram parte da sua colaboração, no folhetim, em diversos periódicos da época como o *Diario Illustrado*, *Diario de Noticias*, *A Revolução de Setembro*, entre outros. Luiz Augusto Palmeirim em *Galeria de Figuras Portuguesas* prepara desde logo o seu leitor para os textos que seguem, ao apresentar-se como um “observador de costumes” que “não pode ainda que o deseje

³³⁰ Inocêncio Francisco da Silva, no seu *Diccionario Bibliographico Portuguez*, vol. IX, *op. cit.*, p. 160, refere na listagem de publicações de Eduardo Augusto Vidal *Folhetins*, “insertos semanalmente no *Diario popular*”, observando que o autor “ha sido n’esse genero distincto e effectivo collaborador”; não encontramos porém qualquer obra em que se encontre reunida a sua profícua produção como cronista. Já no que respeita à poesia também por ele cultivada, algumas das peças surgidas, no espaço do folhetim, foram reunidas em volume.

³³¹ “Antes os gordos”, um último texto de Manuel Roussado sobre esta temática surgido no *Diario Popular* a 15 de Junho de 1868, uma semana depois de “Sempre os homens gordos”, escrito que integra *Folhetins Humoristicos*, é, no entanto, omitido nesta recolha.

eximir-se completamente a pôr em evidência os ridículos da época em que vive”³³². Assim o autor enveredando, como era tão comum na época, pela via da fisiologia, vai registando os traços peculiares de tipos sócio-profissionais como “O trapeiro” ou “O barbeiro da aldeia” e, através de um olhar, por vezes humorístico, retrata usos e costumes de um tempo de ócio do homem de Oitocentos como em “As touradas” ou em “As hortas”³³³. A obra de 1879 contém ainda crónicas sazonais como a publicada no *Diario de Noticias* em 1 de Janeiro de 1870, intitulada “Boas-festas”³³⁴. Também *Os Excentricos do Meu Tempo*, de feição assumidamente memorialística, nos dá conta do colorido e do sal de toda uma época, doando à posteridade retratos e histórias de todo um conjunto de figuras que marcaram o quotidiano lisboeta de alguns espaços e ambientes e que, de outro modo, se apagariam com a memória dos que lhe foram contemporâneos.

Eduardo de Barros Lobo, mais conhecido na imprensa sob o pseudónimo de Beldemonio, será também um dos poucos cronistas que publicará as suas crónicas em obras como *Viagens no Chiado. Apontamentos de Jornada de um Lisboeta atravez de Lisboa* (1887) com o objectivo de registar para a posteridade as memórias da vida no Chiado: “E’ d’esse velho mundo decahido que este livro faz a historia anedoctica e a geographia pittoresca, ás vezes enternecidas de uma vaga saudade”³³⁵. E de que modo? Através de notas, apontamentos, impressões em torno de questões tão diversas como o casamento, a primavera, a mulher, os suicídios ou as figuras públicas da época. Em 1890, *Do Chiado a S. Bento. Apontamentos de Jornada de um Lisboeta atravez de Lisboa* apresentar-se-á como a continuação do volume editado três anos antes, também ele sob o signo da errância de um olhar, neste caso em grande parte sobre os homens de letras seus contemporâneos. A sua última colectânea *A Volta do Chiado* (1902) compõe-se de crónicas parlamentares, num primeiro momento, e de uma segunda parte, genericamente designada por “Chronicas”, que se debruça sobre assuntos vários ligados à ocorrência de criminalidade, ao inverno ou à chegada de um novo ano.

³³² Luís Augusto Palmeirim - *Galeria de Figuras Portuguesas*, org. Vítor Wladimiro Ferreira, Lisboa, Perspectivas e Realidades, 1989, p. 17.

³³³ Estes textos surgiram, num primeiro momento, no espaço do folhetim do *Diario de Noticias* de 1870 (“O trapeiro” e “As touradas”) e no *Diario Illustrado* de 1874 (“As hortas” e “O barbeiro da aldeia”).

³³⁴ Luís Augusto Palmeirim - *Galeria de Figuras Portuguesas*, *op. cit.*, pp. 111-115.

³³⁵ Beldemonio – “Especie de prologo”, *Viagens no Chiado. Apontamentos de Jornada de um Lisboeta atravez de Lisboa*, Porto, Barros & Filha, Editores, 1887, p. XV.

Um Anno de Chronica (1889) de Silva Gaio, filho do autor de *Mario. Episodios das Lutas Civis Portuguesas de 1820-1834*, é também uma colectânea de crónicas publicadas originalmente - e é o seu autor quem desde logo o indica - no *Novidades* e no *Reporter*, ao longo de 1888 e 1889³³⁶, não surgindo porém no espaço do folhetim. Na verdade, *O Reporter* reserva quase exclusivamente esse espaço para o texto romanesco³³⁷. No conjunto das obras que reúnem a produção cronística dos autores por nós referidos, *Um Anno de Chronica* singulariza-se pelo modo como chega ao seu leitor. Com efeito, Silva Gaio é dos poucos cronistas³³⁸ que coloca um cuidado explicitado na organização do seu volume. A introdução serve então como guia, um pequeno roteiro que nos situa como já vimos no tempo e no espaço, mas que, para além disso, informa o leitor de uma acção de reescrita dos textos, caracterizando esses mesmos textos e apontando para a estrutura da obra, com vista a uma leitura mais eficaz e proveitosa, como quando, por exemplo, se diz que “Para melhor compreensão dos assumptos, serão os artigos aqui agrupados segundo a sua maior afinidade, conservando dentro de cada grupo a ordem porque fôram publicados nos jornaes”³³⁹. Assim, a divisão em “Exposições d’arte”, “Escriptores e livros” e “Chronicas, idéas e impressões” dão claramente conta da natureza multifacetada do objecto sobre o qual a crónica se debruça. Observemos também que, no que respeita à caracterização global dos textos, ainda em 1889 a crónica é vista como um *flash* sobre pedaços do real e registados sob a égide do juízo pessoal: “Pareceu-me que mantendo aquelle caracter de singelos apontamentos a estes artigos, lhes deixava toda a vida, todo o calor da primeira expressão, toda a sinceridade emocional d’um diario de impressionista”³⁴⁰.

Autor do romance *O Brasileiro Soares*, Luiz de Magalhães, colaborador em diversos periódicos, resolve publicar, em livro, diferentes escritos resultantes dessa colaboração de cronista, em obra que intitulará *Notas e Impressões. Artes e Lettras – Politica e Costumes* (1890), designação que dá testemunho do objecto vário sobre o qual se pode debruçar aquele que se entrega à crónica, mas igualmente do modo de

³³⁶ Em 1890, surgem republicados em *O Reporter* textos desta colectânea e que terão saído em primeira mão no *Novidades*, em 1888, como, por exemplo, “Dandysmo e arte”.

³³⁷ Excepção encontramos-na com “Criticas Bibliographicas” de J. Leite de Vasconcellos, em 24 de Setembro de 1888.

³³⁸ Cumpre observar que a actividade de escrita de Silva Gaio não se limita à crónica, apresentando ainda produção poética, dramática e ensaística.

³³⁹ Silva Gaio – “Introdução”, *Um Anno de Chronica*, Lisboa, Livraria Bertrand-Editora, 1889, p. IV.

³⁴⁰ *Idem*, p. II.

abordagem desse mesmo objecto. Na verdade, em texto prefacial, o escritor confessa que tal como muitos outros, não resistiu à tentação experimentada na época de ser também ele cronista e de se entregar a uma actividade que tão bem caracteriza:

*O cavaco - a divagação indefinida da palavra; a exploração aventurosa dos assumptos; o discorrer incerto e espontaneo das observações, das ideias, dos sentimentos, que o cerebro impelle sem esforço para a ponta da lingua ou para os bicos da penna; esse borbototear ligeiro, vago e caprichoso sobre todas as questões e todas as materias; essa flanerie bohemia do espirito atravez das cousas, dos successos e das opiniões - eis pois o que dia a dia me suggeriu mais d'uma nota, me deu mais d'uma impressão, sobre que se architectaram litterariamente estas chronicas, estas phantasias, estes esboços de estudos criticos*³⁴¹.

Notemos, de passagem, que a publicação das crónicas em livro é, por vezes, ocasião para uma caracterização do género através de um veículo paratextual. De todos os autores que publicam as suas crónicas é precisamente Luiz de Magalhães quem, de um modo claro, manifesta ter consciência da relação deste tipo de escritos com a dimensão temporal, ao justificar a reimpressão em suporte mais duradouro dessas “ephemeridades por natureza, que deviam scintilar um momento e morrer como fogos-fatuos, seguindo o destino instantaneo do jornal, condemnado a uma vida de vinte e quatro horas”³⁴²; com efeito, a razão que o autoriza a fazê-lo é o facto de considerar que eles dão conta de um “documento emfim da vida moderna nas suas multiplas manifestações artisticas, litterarias, ethicas ou politicas”³⁴³.

Também Fialho de Almeida cultivou a crónica e chegou mesmo a adoptar nalguma da sua produção o pseudónimo de Valentim Demónio como no *Novidades* e em *O Reporter*; porém só parte da sua actividade cronística circulou no espaço do folhetim. *Pasquinadas* (1890)³⁴⁴, *Vida Ironica* (1892) e *Á Esquina* (1903), livros sub-intitulados *Jornal d'um Vagabundo*, juntamente com *Vida Errante* (1925) são obras que reúnem múltiplos textos cronísticos da pena de Fialho de Almeida, sobretudo lembrado como o autor de *Os Gatos*.

³⁴¹ Luiz de Magalhães - *Notas e Impressões. Artes e Lettras. - Politica e Costumes*, Porto, Livraria Portuense de Lopes & C^a Editores, 1890, pp. 9-10.

³⁴² *Idem*, p. 10.

³⁴³ *Idem, ibidem*.

³⁴⁴ “A Boa Hora Comica” - assinada Valentim Demonio -, “A Batalha das Flores”, “Sarah Bernhardt”, “Charles Monselet” ou “Praias e Thermas”, são alguns exemplos de textos publicados previamente em *O Reporter*, no ano de 1888, mas não no espaço do folhetim.

António José da Silva Pinto surgirá no espaço reservado à crónica de *O Portuguez*³⁴⁵ – espaço esse que não é o do folhetim, mas aquele que tradicionalmente era ocupado pelo artigo de fundo –, todavia a sua produção mais significativa não se prende com a crónica enquanto trabalho sobre o *fait divers*, mas quase sempre com uma escrita polemista ou doutrinária, nomeadamente no que concerne às reflexões sobre o realismo-naturalismo. Recordado particularmente por essa sua produção, Silva Pinto faz também incursões no domínio da crónica ficcionalizante em *O Portuguez*³⁴⁶ e no periódico humorístico, *O Pimpão*, publicando textos sob a figura de João Braz, figura essa que estará na base de obras como *Philosophia de João Braz* (1895), *Criterio de João Braz* (1899) ou *Moral de João Braz* (1901).

A não esquecer são também as antologias de textos cronísticos de autoria feminina. Guiomar Torrezão fará sair *Meteoros* (1875) e *No Theatro e na Sala* (1881), obras que recolhem não apenas crónicas teatrais e de livros ou crónicas de vilegiatura, mas ainda curtas ficções e mesmo um texto dramático. Boa parte desses escritos viram a luz em espaço folhetinesco no *Diario Popular*, *Diario de Noticias*, *Diario Illustrado*, *Ribaltas e Gambiarras*, *A Revolução de Setembro* ou *O Independente* de Beja. Maria Amália Vaz de Carvalho, mulher que tanto se distinguiu no mundo das letras oitocentistas, colaborará grandemente nos periódicos da época da segunda metade do século, não apenas em Portugal como ainda no Brasil. Os seus artigos de cunho variado e que se debruçam sobre figuras e obras da cultura portuguesa e estrangeira ou sobre questões educativas em torno das quais reflecte, nomeadamente no que respeita à mulher, encontram-se publicados não apenas no espaço do folhetim, mas sob diversas rubricas periodísticas. A sua produção será reunida em múltiplas obras publicadas na última década do século XIX e primeira década do século XX como em *Chronicas de Valentina* (1890), *Em Portugal e no Estrangeiro* (1899)³⁴⁷, *Figuras de Hoje e de Hontem* (1902), *Cerebros e Corações* (1903), *Ao Correr do Tempo* (1906), entre tantas outras.

³⁴⁵ Trata-se de o jornal *O Reporter* que numa atitude patriótica que se justifica pela actualidade política condicionada pelo Ultimato inglês, muda de título de raiz inglesa, anunciando-o na sua edição de 19 de Janeiro de 1890. Todavia Silva Pinto terá ocupado de quando em vez o espaço do folhetim, nomeadamente através da crónica dramática, como aconteceu em 1874 no periódico portuense *A Actualidade*.

³⁴⁶ Cf. “Cartas de João Braz” e “Carta a João Braz” surgidas em *O Portuguez* a 21 de Agosto e 28 de Outubro de 1891, respectivamente.

³⁴⁷ Excepcionalmente, alguns dos escritos compulsados nesta obra vêm acompanhados da indicação do periódico português ou brasileiro em que primeiro foram publicados.

Muitas são pois as obras que dão conta de uma actividade cronística nos periódicos do século XIX e que, deste modo, chegaram até nós num suporte mais duradouro. Porém, para além dos cronistas referidos, tantos outros se destacaram ao longo do século XIX pelas suas crónicas, tais como António da Cunha Bellem, Teixeira de Vasconcelos ou Latino Coelho. Contudo, o que nos chega em volume dessas figuras das letras oitocentistas não são na verdade as crónicas (para isso há que experimentar, nas hemerotecas, o pó de velhos periódicos), mas as impressões de viagem ou os escritos de cariz ficcional, histórico ou de crítica literária, certamente considerados pelos seus autores como sendo mais perenes, sérios e de maior valia.

O *corpus* de crónicas reunidas em livro não se esgota, no entanto, no conjunto das obras abordadas³⁴⁸. Se em Júlio César Machado encontrávamos um cronista que publica, os exemplos de publicação póstuma de crónicas são de longe mais abundantes. A edição póstuma, em volume, de crónicas esparsamente vindas à luz em periódicos, surge muitas vezes, não tanto porque se lhes reconhece à partida um determinado valor literário, mas porque o prestígio dos seus autores legitima tal iniciativa e pode erguer-se como contributo para um conhecimento mais completo do autor. O aparecimento de antologias ou compilações deste tipo de produção resulta, habitualmente, de duas situações que, por vezes, se interligam: aquela que se prende a um percurso de investigação e estudo de um autor ou a que diz respeito a uma lógica e política editoriais que, obviamente, apostam numa procura por parte do público em relação a um autor já considerado um clássico. A publicação das diferentes colaborações em periódicos, onde se encontram incluídas as crónicas da autoria de Eça de Queirós ou de Camilo Castelo Branco, constitui-se como exemplo claro do que afirmamos, o mesmo acontecendo em França com a obra de Balzac³⁴⁹.

³⁴⁸ Na verdade, não temos pretensões de exaustividade. Registemos ainda a publicação em três opúsculos de folhetins do cónego José Gonçalves da Cruz Viva, intitulados *Varietades e Devaneios* (1876-1877), porém sob o pseudónimo de Abdiel, o Algarvio. Esse conjunto de textos não podem, no entanto, ser apelidados de crónicas. Trata-se de escritos de cariz reflexivo, dissertações eivadas de apelos moralizantes que revelam, de um modo claro, a formação clerical de quem os escreve.

³⁴⁹ Com efeito, após a morte de Honoré de Balzac ocorrida em 1850, Dutacq, o Visconde de Lovenjoul, Michel Lévy ou Paul Lacroix procuraram reunir toda a obra balzaquiana que se encontrava dispersa por publicações várias, mesmo que sob anonimato. Em 1996 surge na colecção “Bibliothèque de la Pléiade” o tomo II das *Oeuvres Diverses* de Balzac que trabalha, de novo, um conjunto de escritos anteriormente editados, surgidos, pela primeira vez e na sua maioria, na imprensa periódica (*Feuilleton Littéraire, Feuilleton des Journaux Politiques, Le Voleur, La Mode, La Silhouette, La Caricature, Le Temps, Revue de Paris, Le Rénovateur* ou *L’Artiste*). Esta última edição procura eliminar as peças erradamente atribuídas a Balzac e

Ramalho Ortigão não é o romancista que, às vezes, escreve crónicas. Na verdade, todo o percurso de Ramalho no mundo das letras, percurso longo de quase meio século, caracterizar-se-á pela escolha da prosa como meio essencial de acção, fundamentalmente através da crónica, género que pela brevidade, superficialidade e ligação ao real concreto mais eficazmente poderá actuar sobre o público o que aliás está de acordo com o espaço por ele privilegiado, o espaço jornalístico. Ramalho Ortigão é o cronista por excelência e grande cultor do género no século XIX e esta sua condição torna mais significativa a antologia e consequente publicação dos seus textos. Curiosamente, o homem que em *Cartas a Emília* (1993) – obra que reúne o conjunto de epístolas dirigidas à esposa e encontradas no seu espólio – manifesta com alguma frequência uma preocupação quanto a uma eventual publicação das suas cartas³⁵⁰ e, por consequência, revela a importância que dá aos seus escritos, quase só publica em vida as crónicas de viagem e os textos de *As Farpas* que, embora de índole cronística, não foram publicados no espaço do folhetim³⁵¹.

Estando a sua produção disseminada por cerca de meia centena de periódicos portugueses e brasileiros, será também no nosso século e após a sua morte que surgirão a partir da década de quarenta, diferentes obras que reúnem parte da sua produção aparecida pela primeira vez na imprensa periódica. *Primeiras Prosas* (1944) e *Crónicas Portuenses* (1944), por exemplo, reúnem as suas primeiras crónicas-folhetim publicadas em *O Jornal do Porto*, de 1859 a 1867, crónicas em que se revela já toda a veia irónica e satírica que encontraremos em toda a produção posterior e que constitui feição singularizadora da sua prosa. É de facto nessa linha que o próprio Ramalho, em 1859, define a crónica-folhetim, dizendo que “O folhetim, tendo, por mal de pecados, a especial e espinhosíssima missão de analisar o movimento dos bailes, dos teatros, das reuniões e das modas, tem, consequentemente, por objecto exclusivo a apreciação da

procura identificar a prova de autenticidade para tantas outras. Nesta obra vamos, por exemplo encontrar as crónicas intituladas “Lettres sur Paris” (1830) e publicadas em *Le Voleur*, jornal de Émile de Girardin criado com o objectivo de reproduzir o que de melhor via a luz noutros periódicos, constituindo-se estas crónicas como exemplo de excepção a essa estratégia.

³⁵⁰ Beatriz Berrini em introdução a *Cartas a Emília*, Lisboa, Lisóptima Edições-Biblioteca Nacional, 1993, pp. 8-9, salienta esse mesmo facto.

³⁵¹ Muito embora o subtítulo de *As Farpas* seja “crónica mensal de política, das letras e dos costumes”, estes textos não integram o nosso objecto de estudo pelo facto de não terem sido publicados no espaço do folhetim. *As Farpas* viram a luz de 1871 a 1882, sob a forma de fascículos mensais, posteriormente coligidos em volume e arrumados por assuntos, ainda no século XIX, nos últimos anos da década de oitenta. *Uma Campanha Alegre* (1890) reúne textos seleccionados da responsabilidade de Eça de Queirós, já que, de início, *As Farpas* foram escritas de parceria com o romancista, durante o primeiro ano da sua publicação.

insânia e da estultícia humana(...)"³⁵². Com efeito, é como folhetinista quase sempre de olhar satírico que Ramalho Ortigão se inicia na carreira jornalística, dedicando-se desde a revista da semana ou do ano à crónica de livros ou a notas de viagem.

A obra de Ramalho Ortigão é bem o sinal dum fenómeno que se verifica no século XIX em Portugal: a importância crescente do jornal enquanto veículo de divulgação e análise crítica dos acontecimentos culturais do momento através da crónica. Os folhetins por ele publicados em *O Jornal do Porto* debruçam-se, na sua grande maioria, sobre os eventos teatrais ocorridos na cidade invicta, numa abordagem que passa pela avaliação do desempenho e qualidades artísticas dos actores e por uma crítica das inverosimilhanças contidas nos textos dramáticos representados que o bom senso não deveria de modo algum permitir. É curioso notar a reacção que se faz então sentir contra uma invasão de peças francesas no panorama teatral português e que o próprio Ramalho evidencia, ao denunciar, em crónica de 1862, a falta de qualidade quer dos originais quer das traduções, e ao denunciar ainda a quase ausência de uma criação dramática de raiz vincadamente nacional.

Porém, o folhetim de Ramalho abre também as suas portas às novidades literárias que vão sendo publicadas. A sua crónica-folhetim apresenta-se, por vezes, como uma crónica de livros e leituras que funda, simultaneamente, os seus princípios de análise numa crítica de belezas e defeitos, tendo com frequência como bitola a acção positiva ou negativa que a obra produzirá sobre o leitor³⁵³. A atenção votada a tudo o que se passa na república das letras fá-lo também tomar posição e intervir em polémicas que farão história, na segunda metade do Oitocentos português. Assim, a independente capacidade crítica e combativa que sempre mostrará possuir e uma progressiva consciência da necessidade de renovação do panorama literário nacional, transparece neste espaço jornalístico, já em 1862³⁵⁴, ano que viu surgir *D. Jaime ou a Dominação*

³⁵² Ramalho Ortigão - *Crónicas Portuenses*, *op. cit.*, pp. 89-90.

³⁵³ Lembremo-nos, por exemplo, do seu parecer severo sobre *Esboços Poéticos* de uma poetisa portuense, Eugénia Infante Câmara, em “revista do Porto” de Junho de 1859, republicada em *Crónicas Portuenses*, *op. cit.*, pp. 115-127, ou do juízo que, em 1860, faz à obra e tradução de *Le Génie du Christianisme*, de Chateaubriand, aconselhando veementemente o público feminino à sua leitura pelo valor moral que a obra encerra. Notemos que, nesta época, Ramalho aproveita o ensejo para censurar um maior realismo na literatura que viceja em França, já que o romance - boa parte dali oriundo - é o alimento intelectual, por excelência, escolhido pelas leitoras portuguesas (*Primeiras Prosas*, Lisboa, Liv. Clássica Editora A. M. Teixeira & C^a (Filhos), 1844, pp. 27-28).

³⁵⁴ Cf. “O poema do sr. Tomás Ribeiro”, “O ‘D. Jaime’, o sr. Leonel de Sampaio e eu”, “Carta ao sr. Pinheiro Chagas”, “Um periódico brasileiro e um escritor portuense”, “Carta ao Ex.^{mo} Sr. José Feliciano de Castilho” e “Coisas Inocentes”, em *Primeiras Prosas*, *op. cit.*

de Castela, obra da autoria de Tomás Ribeiro e abençoada por António Feliciano de Castilho, que tanta tinta fez correr, durante quase meio ano, entre Porto e Lisboa, como ainda entre Portugal e o Brasil.

Salientemos o facto de, ao longo desta sua primeira produção jornalística no espaço do folhetim, se registar também a incursão de Ramalho no domínio da crónica de viagens. Embora de uma forma algo incipiente, esse conjunto de escritos constituídos por relatos e notas de viagem permitem antever traços que particularizarão o seu contributo neste campo. Com efeito, e para além de um olhar sempre alerta que se constitui denominador comum a todos os seus escritos, estas suas notas de viagem dão-nos a conhecer o pendor descritivo que vai do registo do pitoresco até ao aproveitamento do pormenor que anuncia a sua vocação paisagista e retratista, bem como a veia de caricaturista³⁵⁵ que, de um modo específico, explorará nos anos oitenta, sob o pseudónimo de João Ribaixo, no *Album das Glorias* e no *Antonio Maria*, de Rafael Bordalo Pinheiro.

Os artigos folhetinescos reunidos em *Primeiras Prosas e Crónicas Portuenses*, situados num domínio por vocação aberto à generalidade, ao *fait divers*, deixam entrever agudeza na observação e na análise, e dão-nos a conhecer um espectador arguto, atento ao que o rodeia e a si próprio (atenção muitas vezes camuflada por processos humorísticos) o que faz deste seus primeiros textos, não apenas a aparente revista da semana, mas, de facto, um espaço de reflexão sobre a sociedade da época e seus valores e também sobre o registo breve pouco profundo de que o autor se serve para chegar ao público³⁵⁶.

Camilo Castelo Branco, o grande trabalhador das letras de Oitocentos, também não fará publicar as suas crónicas saídas no espaço do folhetim, contrariamente ao que acontece com textos de cariz ficcional ou de crítica literária publicados nesse mesmo espaço. Se *Scenas Innocentes da Comedia Humana* (1863) reúne contos originalmente publicados em *A Revolução de Setembro* e em *Esboços de Apreciações Litterarias* (1865) se colige a produção crítica em torno de escritores portugueses; se *Cousas Leves*

³⁵⁵ Cf. O quadro “Do Porto a Aveiro” republicado em *Primeiras Prosas, op. cit.*, pp. 232-257.

³⁵⁶ Na verdade, o folhetim de Ramalho Ortigão acolhe no seu seio, e à semelhança de outras peças folhetinescas suas contemporâneas, um filão auto-reflexivo que traça o seu próprio retrato e se auto-critica.

e *Pesadas* (1867)³⁵⁷ e *Delictos da Mocidade* (1889)³⁵⁸ se apresentam enquanto miscelâneas, contendo textos de índole vária publicados em jornais relativos ao início da sua actividade na imprensa, as suas crónicas-folhetim disseminadas por diferentes periódicos apenas aparecerão em volume algumas décadas após a sua morte. Com efeito, na década de 20 do nosso século, surgem os *Dispersos de Camilo*, em três volumes, da responsabilidade de Júlio Dias da Costa que ali reúne escritos que viram a luz pela primeira vez em periódicos e dos quais apenas destacamos *O Nacional*, *O Jornal do Povo*, *A Semana*, *O Ecco Popular*, *Aurora do Lima* ou *Clamor Publico*. Ora o compilador dirige esta publicação aos admiradores e coleccionadores das obras de Camilo, bem como aos “estudiosos que desejem aprofundar o conhecimento do escritor”³⁵⁹. Já em 1911 tinham aparecido, no panorama editorial português, os folhetins inicialmente publicados no jornal de Viana do Castelo, *Aurora do Lima*. Curiosamente, essa edição de 1911 procurava também ela ir ao encontro dos admiradores e coleccionadores da camiliana³⁶⁰.

Mais recentemente, no ano de 1990, surge mais um volume integrado nas *Obras Completas* de Camilo, sob a direcção de Justino Mendes de Almeida, um volume de crónicas que se apresenta como edição revista, com uma actualização ortográfica e a reposição da primitiva ordem cronológica, de textos anteriormente publicados em *Dispersos*. Esta colectânea de textos saídos em suportes jornalísticos vários caracteriza-se pela sua diversidade temática e que se prende com uma circunstancialidade vivida pelo autor, como ainda pelas variadas formas construtivas e que passam pela adopção de uma escrita epistolar, tantas vezes aliada a uma sátira social e política³⁶¹, por uma

³⁵⁷ Esta obra contém escritos de feição variada, desde narrativas de cariz histórico ou pseudo-histórico a recensões de livros ou a análises do estado actual do país e até um balanço da poesia romântica epigonal. Esses textos, na sua maioria, apresentam como constante uma veia satírica ou pelo menos humorística que nunca abandonará a prosa camiliana.

³⁵⁸ Observe-se que esta publicação não surge por iniciativa do autor, mas com sua autorização. De facto, é através da mediação de um amigo comum, Freitas Fortuna, que Camilo permite a Eduardo Costa Santos dar à estampa “esses informes e mesquinhos trabalhos de um espirito ainda balbuciante”, como ele próprio diz em carta a Freitas Fortuna (*Delictos da Mocidade*, Porto, Liv. Civilização Casa Editora de Costa Santos, Sobrinho & Diniz, 1889, [p. XIV]). O juízo que Camilo aqui faz da sua produção de juventude talvez seja a explicação para a não publicação dos seus trabalhos cronísticos. *Delictos da Mocidade* encerra notas da responsabilidade de Freitas Fortuna aos escritos variegados de índole narrativa, histórica ou autobiográfica.

³⁵⁹ Júlio Dias da Costa – “Introdução”, *Dispersos de Camilo*, vol. I, Coimbra, Imprensa da Universidade, col. “Biblioteca de Escritores Portugueses”, 1924, p. VII.

³⁶⁰ *Folhetins de Camilo Castello Branco publicados n’Aurora do Lima. 1856 a 1859*, Viana do Castelo, Typ. Commercial, 1911.

³⁶¹ É esse o caso, por exemplo, dos textos epistolares de José Mendes Enxúndia.

prosa repassada de lirismo, por narrativas de cunho autobiográfico ou tão somente pela revista da semana, testemunhando exemplarmente estes escritos o acolhimento ao diverso que no espaço do folhetim tem lugar.

Também Eça de Queirós não desdenhará ocupar com a sua escrita o espaço do folhetim, tal facto não significa porém que o faz para cultivar estritamente a crónica-folhetim. Com efeito, poucos anos após a sua morte, surgem as *Prosas Bárbaras* (1903), obra que acolhe parte dos seus primeiros escritos saídos no folhetim da *Gazeta de Portugal* nos anos de 1866 e 1867, bem como “A morte de Jesus”, texto publicado em *A Revolução de Setembro*, em 1870, conjunto de textos que não se constituem, no entanto, como crónicas-folhetim. Como refere Jaime Batalha Reis em “Introdução” à obra, trata-se, outrossim, de “fantásticas criações”³⁶², atravessadas por um veio de lirismo. Nesta recolha de textos de Eça privilegia-se não o escritor-jornalista ou o crítico, mas o escritor que anuncia o futuro romancista. Assim, “Sinfonia de abertura”, “Poetas do Mal” ou “Da Pintura em Portugal”, escritos publicados na *Gazeta de Portugal* e de natureza mais particularmente crítica, não são inseridos na obra³⁶³.

Das diversas peças contidas em *Prosas Bárbaras* “Os mortos” e “O Miantonomah” são certamente aquelas que apresentam uma maior ligação a uma vivência de um *hic et nunc* bem próprio da crónica. O primeiro desses folhetins, publicado por alturas do tempo litúrgico de *Fiéis defuntos*, não funciona porém enquanto crónica desse evento, pois a relação directa com esse momento da vida litúrgica cristã encontra-se, exclusivamente, na primeira frase do texto: “Ontem foi o dia dos mortos”³⁶⁴. Depois assistimos a um desfiar de reflexões em torno da morte. Também “O Miantonomah” é gerado a partir de uma ocorrência específica, a chegada ao porto de Lisboa do navio americano assim denominado. Observemos porém que o autor rapidamente se distancia de um nível de circunstancialidade para discorrer sobre os Estados Unidos da América e sobre as posturas mentais, económicas e políticas desse país. Mesmo “Lisboa”, texto de 1867 que de algum modo se constitui como uma fisiologia da capital, ultrapassa esse tipo de tratamento para, reiteradamente, dar lugar a devaneios poéticos.

³⁶² Jaime Batalha Reis - “Introdução”, *Prosas Bárbaras*, Porto, Lello & Irmão-Editores, s. d., p.13.

³⁶³ Não será por acaso que no texto “Mefistófeles” se omite a parte relativa a Julio Petit que então cantava em S. Carlos, ou seja, precisamente a passagem do texto de natureza mais circunstancial e também mais efémera.

³⁶⁴ Eça de Queirós – “Os mortos”, *Prosas Bárbaras*, *op. cit.*, p. 99.

Na verdade, textos de índole cronística tal como a crónica é em geral definida no século XIX, e pelo próprio Eça em momentos vários³⁶⁵, encontramos-os no periódico *O Districto de Évora*, em *Uma Campanha Alegre*, obra que reúne as “Farpas” da autoria de Eça de Queirós ou em periódicos como *A Actualidade* ou *Gazeta de Noticias* do Rio de Janeiro. Observemos, contudo, que das suas múltiplas colaborações no domínio da crónica, apenas os escritos relativos a *As Farpas* são por ele publicados. As recolhas de crónicas, nem todas saídas no espaço do folhetim, encontramos-las em edições póstumas, em obras dedicadas tão só a esse tipo de escrita ou em miscelânea, como em *Notas Contemporâneas*³⁶⁶.

Assim, se em 1905 se publica *Ecos de Paris* e *Cartas de Inglaterra*, na década de quarenta do nosso século duas novas colectâneas surgem dessa obra dispersa de Eça de Queirós com *Cartas de Londres* (1940), *Cartas de Lisboa* (1944) e *Crónicas de Londres* (1944)³⁶⁷. Também os volumes de *Prosas Esquecidas* (1965-1966) e as *Páginas de Jornalismo* (1981) contêm os escritos da responsabilidade de Eça no *Districto de Évora* de 1867, incluindo pois as crónicas aí publicadas e que cultivam grandemente o *fait-divers*, passando em revista e registando pequenas ocorrências nacionais e regionais, assemelhando-se mesmo em alguns casos com a secção do noticiário pelo carácter

³⁶⁵ Cf., por exemplo, Eça de Queirós - *Páginas de Jornalismo. O Distrito de Évora (1867)*, vol. II, *op. cit.*, pp. 62-64. A crónica que é aqui transcrita toma-se a si mesma por objecto e define-se por aproximação ou por funcionamento diferencial em relação a outras secções do jornal. Se já em crónica imediatamente anterior de 17 de Fevereiro do mesmo jornal se apresentava como integrando o domínio da imprensa periodística - “A crónica, hoje um pouco enfasiada, (...) vendo o tempo chuvoso, vento, frio, vai pelos seus colegas do jornalismo, escutando por entre as colunas (...)” (*op. cit.*, p. 61) -, nesta crónica de 21 do mesmo mês, ela faz parte do grupo alegadamente considerado de futilidades em que pontuam também o folhetim, o noticiário ou as variedades. Se ela é ainda confrontada com o artigo de fundo tal procedimento serve para pôr em relevo a sua maior procura, justificada pelo facto de fazer rir, pois “a crónica é para o jornalismo o que a caricatura é para a pintura” (*op. cit.*, p. 62). No que respeita ao objecto da crónica e ao seu carácter coloquial, já no primeiro número de 1867, a 6 de Janeiro, o periodista apresentava a crónica aos seus leitores: “A crónica é como que a conversa íntima, indolente, desleixada, do jornal com os que o lêem: conta mil coisas, sem sistema, sem nexos; espalha-se livremente pela natureza, pela vida, pela literatura, pela cidade; fala das festas, dos bailes, dos teatros, das modas, dos enfeites, fala em tudo, baixinho, como se faz ao serão, ao braseiro, ou ainda de verão, no campo, quando o ar está triste” (*op. cit.*, p. 7).

³⁶⁶ Sobre a crónica em Eça consulte-se Henriqueta Maria de Almeida Gonçalves - “A crónica e o romance pós 1888: interações”, *150 Anos com Eça de Queirós. III Encontro Internacional de Queirosianos, 1995*, São Paulo, Centro de Estudos Portugueses, 1997, pp. 228-237 e Annabela Rita - *Eça de Queirós Cronista: do Distrito de Évora (1867) às Farpas (1871-72)*, Lisboa, Edições Cosmos, 1998.

³⁶⁷ Apesar de um novo título trata-se de outra edição das crónicas contidas em *Cartas de Londres*. Os tópicos fundamentais das crónicas giram em torno da política, sociedade, notícias literárias e artísticas ou curiosidades várias e não esqueçamos que Eça funciona, neste caso de algum modo, como correspondente estrangeiro.

breve e, por vezes, acrítico na transmissão da informação³⁶⁸. Não obstante todas estas publicações que dão testemunho do campo de acção da escrita eciana no século XIX português e brasileiro, o Eça que continua a ser conhecido pelo público leitor actual e a ter fortuna não é, na verdade, o autor de textos cronísticos de grande variedade temática, mas, claramente e justificadamente, o Eça criador de universos de ficção³⁶⁹.

Casos distintos de recolha póstuma de crónicas, encontramos-los com António Augusto Teixeira de Vasconcelos e Guilherme de Azevedo. Em 1908, imprime-se *Cartas de Paris*, obra em dois volumes antecidos de prólogos explicativos, que reúne folhetins de Teixeira de Vasconcelos, saídos sobretudo no *Commercio do Porto*, mas também na *Revolução de Setembro*, entre outros periódicos. Trata-se dum caso curioso e raro de uma publicação facilitada por uma colecção particular de um antigo correspondente de jornais do próprio Teixeira de Vasconcelos³⁷⁰, colecção que não é nem exaustiva nem ordenada cronologicamente, traços que se mantêm na obra impressa. Excluem-se alguns folhetins por razões de perda de actualidade, incluem-se outros sobre Teixeira de Vasconcelos e toma-se a seguinte decisão: “Este livro imprime-se, mas não se publica. Não entra no mercado. E’ uma memoria de familia”³⁷¹. Parte desses textos foram enviados de Paris por Teixeira de Vasconcelos sob pseudónimos vários como Nabucodonosor ou Izabel de Grosbois e permitem estudar imagens do estrangeiro, modos de pensar o Outro – e artificialmente assumir a condição do Outro através da pseudonímia –, mas também estudar imagens de Portugal.

Guilherme de Azevedo, figura que marcou de forma assinalável os autores e leitores seus contemporâneos e, grandemente como cronista, apenas viu publicada em vida a sua produção poética, muito embora Gervásio Lobato, em artigo publicado por ocasião da morte do poeta de *Alma Nova*, refira um projecto concebido por Rafael Bordalo Pinheiro e Guerra Junqueiro que iria no sentido de coligir a obra de Guilherme de Azevedo dispersa pelos periódicos portugueses e brasileiros³⁷². Contudo, parte da

³⁶⁸ Cf. Eça de Queirós - *Páginas de Jornalismo*, t. II, *op. cit.*, pp. 24-29.

³⁶⁹ Daí decorre a importância de eventos como *Outras Faces de Eça de Queirós. Um mês com Eça centenário*, organizado por Isabel Pires de Lima, de 17 de Março a 7 de Abril de 2000, na Faculdade de Letras do Porto, o qual se debruçou sobre o Eça cronista, jornalista e tradutor.

³⁷⁰ Cf. “Prologo”, *Cartas de Paris*, vol. I, Porto, Typ a Vapor da Empresa Guedes, 1908, p. V.

³⁷¹ *Idem*, p. VII.

³⁷² Cf. *O Occidente*, nº 121, Maio, 1882, p. 99. Nos textos de homenagem publicados neste número de *O Occidente* são postas em relevo as colaborações na *Gazeta do Dia* com os *zig-zags* e no *Diario da Manhã* com os *cris-cris* e *Cartas de um Birman*. Sobre a produção poética e periodística de Guilherme de Azevedo consulte-se M^a das Graças Moreira de Sá – *Guilherme de Azevedo na Geração de 70*, Lisboa, Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, Biblioteca

sua produção cronística será coligida em 1968 aquando da comemoração do centenário da fundação de *O Primeiro de Janeiro*. Com efeito, de Janeiro a Dezembro desse ano, publicar-se-ão, mensalmente, os *Cadernos do Centenário* do jornal portuense que darão conta da história do jornal e dos colaboradores e diversos tipos de colaboração ao longo desses cem anos. O segundo e oitavo cadernos debruçam-se exclusivamente sobre a presença de Guilherme de Azevedo no rodapé de *O Primeiro de Janeiro*, publicando “Cartas Fantasistas” e “Cartas da Capital”³⁷³, conjunto de crónicas que oferecem ao leitor portuense uma escrita cáustica sobretudo em torno do que se passa na capital do reino – e pensemos na sátira política que aqui tem lugar de destaque –, bem como um olhar crítico perante a sociedade portuguesa em geral e que o relato cronístico de outras realidades observadas documenta.

Parte da correspondência enviada de Paris por Guilherme de Azevedo é também objecto de republicação. Intitulada “Cá e Lá”³⁷⁴, trata-se de uma correspondência curiosa, enviada por um português em França que, para além de dar conta de tudo um pouco do que acontece em Paris, ainda comenta as referências a Portugal e aos portugueses na imprensa francesa, bem como o que na imprensa portuguesa se escreve acerca da presença de Portugal em França³⁷⁵.

O registo de cariz representativo que fizemos, relativo à publicação em livro de crónicas vindas à luz num primeiro momento em periódicos, permite-nos, pois, afirmar que, independentemente da sua pertença ou não a um universo literário e da conquista ou não de um estatuto intemporal, os escritos cronísticos valem sobretudo pelas visões do mundo e de uma época que desnudam e, muito embora se possam constituir ainda como leitura saborosa, eles nem sempre iludem a datação de que estão revestidos, fazendo assim chegar até nós preciosas informações sobre a vida social e literária do século XIX. Se o suporte material que os faz circular é em princípio mais duradouro,

Breve, 1986. Este estudo dá particular destaque ao jornalista e cultor de crónica que foi Guilherme de Azevedo.

³⁷³ Cf. *O Primeiro de Janeiro. Cadernos do Centenário*, nº 2, 1 Fev., 1968. Estas cartas correspondem a uma colaboração bastante regular de 8 de Junho de 1879 a 4 de Abril de 1880.

³⁷⁴ Cf. *Idem*, nº 8, 30 Maio, 1968. Trata-se de crónicas publicadas com regularidade de Outubro de 1880 a Abril de 1881.

³⁷⁵ Seria certamente frutuoso o estudo, numa perspectiva imagológica, desta correspondência de Guilherme de Azevedo, com vista a uma reflexão em torno de representações do Outro. Será uma via a empreender em ocasião oportuna.

tal facto não confere de per si às crónicas um carácter transtemporal, nem significa a sua efectiva recepção, pois, como é óbvio, a existência de um livro não conduz necessariamente à sua leitura mas apenas à possibilidade de se deixar ler.

Seja qual for o seu destino último, não esqueçamos, porém, que enquanto texto de imprensa que primordialmente é, a crónica se apresenta então como uma janela sobre o quotidiano. E se a crónica medieva elege factos para de algum modo os elevar a uma categoria superior e os fazer transportar para a posteridade, num processo de memória colectiva, a crónica no século XIX, até porque tem como veículo original um suporte intrinsecamente efémero e de consumo imediato, elege normalmente o *fait divers*, quase sempre de vida curta, de que se fala hoje e se esquece amanhã, mas deixa também o registo para a posteridade de um pulsar quotidiano da vida de uma época, funcionando afinal como o *speaker's corner* da escrita.

Que de todo o modo a crónica, mesmo com a sua aura de futilidade, pretende ser de facto reconhecida enquanto acto de linguagem válido, prova-o desde logo todo o discurso que em torno de si constrói, definindo-se, criando um campo que lhe é próprio mesmo se partilhado com outro(s) tipo(s) de actos de linguagem e procurando constituir-se como género incontornável. Da aparente ausência de regras, a crónica caminha progressivamente para a eleição e delimitação das suas próprias regras, auto-codificando-se, dando a conhecer ao leitor o percurso hermenêutico a empreender. De resto, se problematização existe no que respeita à emergência de um novo género com uma consequente tentativa de caracterização, o investigador tem de se socorrer da reflexão patente na prática cronística oitocentista, já que no nosso século a falta de estudos narratológicos que se consagrem a narrativas não ficcionais ou de fronteira escasseiam. A dificuldade em encetar tal empreendimento, como é óbvio, reside na ausência de um cânone claramente fixado pela poética. É que a crónica enquanto *récit factuel* tanto se aproxima da narrativa histórica como do *récit fictionnel*³⁷⁶, funcionando por vezes mesmo no domínio estrito da ficcionalidade e a crónica dos nossos dias é disso um bom exemplo. De todo o modo, ao ser portadora de auto-reflexividade a crónica oitocentista, no caso vertente, dá conta das condições sociais de uma prática de escrita que se quer entendida numa perspectiva comunicacional.

³⁷⁶ Adoptamos a terminologia usada por Gérard Genette em *Fiction et Diction*, Paris, Seuil, coll. Poétique, 1991.

Para uns género de sabor jornalístico, para outros género de sabor literário, a crónica aposta apesar de tudo numa relação de familiaridade com o leitor e revela claramente o carácter interactivo próprio do processo comunicativo, integrando também as hostes dos géneros de comunicação de massas. Assim, este género de primeira pessoa acaba por colocar também em evidência o seu interlocutor, partilhando com ele uma mundividência pessoal e um imaginário colectivo. Prosa narrativa, a crónica apresenta-se enquanto género de fronteira, dividida entre o jornalismo e a literatura, sendo por esse motivo considerada tantas vezes um género menor de natureza híbrida. À crónica se pode aplicar uma expressão que encontramos em Genette: um *incident de frontière*³⁷⁷.

3.4. Da possibilidade de multiplicação de crónicas

O espaço periodístico do folhetim alberga, como já referimos, uma variegada produção textual que se estende pelo romance, pelo conto, pelo texto dramático ou, por exemplo, pela crónica. Porém, a produção cronística não é homogénea, mas multifacetada. Assim, para além do tipo de crónica de que nos ocupamos anteriormente e que é sobretudo uma revista semanal de acontecimentos vários, o folhetim põe-nos em contacto com textos de índole idêntica, todavia de objecto mais restrito tais como a crónica de livros, a crónica de espectáculos, a crónica científica, a crónica de efeméride ou de necrológio, a crónica histórica, a crónica política ou ainda a crónica de viagem ou a crónica de vilegiatura. Justificadamente, o *Grand Dictionnaire Universel du XIXe Siècle* apresenta a entrada “chronique” do seguinte modo: “Littér. Article de journal où se trouvent les faits, les nouvelles du jour, les bruits de la ville: CHRONIQUE PARISIENNE. CHRONIQUE THÉÂTRALE. CHRONIQUE MUSICALE. CHRONIQUE ARTISTIQUE. CHRONIQUE FINANCIÈRE”³⁷⁸. A escrita cronística caracteriza-se, na verdade, pela capacidade de tudo poder transformar em objecto da sua atenção e, por esse motivo, poder-se-ia com facilidade aumentar esta lista já de si bem longa.

Da imensa variedade cronística encontrada, deter-nos-emos em dois casos de crónica que percorrem o periódico de Oitocentos: a crónica de viagem e a crónica de vilegiatura. A selecção e eleição deste sub-*corpus* prende-se com o facto do seu estudo

³⁷⁷ Cf. Gérard Genette – “Récit fictionnel, récit factuel”, *op. cit.*, p. 93.

³⁷⁸ *Grand Dictionnaire Universel du XIXe Siècle*, t. IV, *op. cit.*, p. 244.

nos permitir pôr em evidência o papel do espaço do folhetim na construção, difusão, circulação e partilha de imagens sobre o Outro estrangeiro e na capacidade que a crónica possui de registar e fomentar, por um mecanismo de publicidade involuntária, práticas de sociabilidade na vivência de um tempo de ócio no século XIX que inscrevem Portugal numa realidade cultural europeia.

3.4.1. A crónica de viagem

A litteratura de viagens é vastissima e complexa.

Desde Byron até Dumas pae, desde Garrett até ao mais obscuro dos auctores portuguezes, raro é aquelle que de bordão em punho e mala a tiracollo não tenha sacrificado no altar das viagens e obedecido á seductora tentação de contar o que viu e ouviu (...).

Guiomar Torrezão - **No Theatro e na Sala**

*Etonnants voyageurs! quelles nobles histoires
Nous lisons dans vos yeux profonds comme les mers!*

Montrez-nous les écrins de vos riches mémoires,

Ces bijoux merveilleux, faits d'astres et d'éthers.

Nous voulons voyager sans vapeur et sans voile!

*Faites, pour égayer l'ennui de nos prisons,
Passer sur nos esprits, tendus comme une toile,
Vos souvenirs avec leurs cadres d'horizons.*

Baudelaire – **Les Fleurs du Mal**

Com atraso de anos, a sociedade e a imprensa periódica portuguesas vão acolher a viagem e seu consequente relato que outros países da Europa viviam desde há muito como práticas culturais. Do *Grand Tour* que o jovem inglês já no século XVIII fazia na Europa, como corolário de um processo educativo, à ida ao Oriente ou a Itália, escolhas mais comuns para o francês oitocentista, a viagem constituía-se como forma de contacto com o Estrangeiro. Quando, na década de sessenta de Oitocentos, o folhetim, em Portugal, é fortemente invadido por uma produção narrativa em torno da experiência da viagem que florescerá de forma extraordinária, tal facto testemunha a adesão do homem português à prática da viagem. É pois com toda a justeza que Manuela Domingos observa, em estudo sobre livros de viagem dessa época, que, sobretudo numa ligação ao domínio do jornalismo, pode ser repertoriado um rol considerável de relatos de viajantes em Portugal e no estrangeiro de interesse cultural assinalável³⁷⁹. De uma perspectiva imagológica, o estudo dessas narrativas de viagens é extremamente profícuo pelo conjunto de representações do estrangeiro que são veiculadas e partilhadas com os leitores da época, ancoradas num imaginário colectivo. Com efeito, os modos de relação com o Outro (estrangeiro), inscritos nos relatos, permitem-nos a detecção de imagens do eu bem como de imagens do Outro a revelar o encontro de culturas que a experiência de viagem potencia³⁸⁰. Considerando o número considerável desses mesmos relatos, privilegiaremos as narrativas de viagem além fronteiras pela dimensão do estrangeiro que veiculam, sendo também critério preferencial de eleição os relatos posteriormente coligidos e publicados em suporte livresco.

Se em 1849 António Pedro Lopes de Mendonça podia afirmar em folhetim da *Revolução de Setembro* que “a sociedade menos viajante que existe, é a sociedade portuguesa”³⁸¹, com o progresso técnico, a viagem, em barco a vapor ou por caminho

³⁷⁹ Manuela D. Domingos – “Livros de Viagem Portugueses do Século XIX (alguns exemplos)”, *A Viagem ‘entre o real e o imaginário’*, org. Stephen Reckert e Y. K. Centeno, Lisboa, Arcádia, 1983, p. 65. O interesse deste estudo passa pelo contributo que dá para uma sociologia da viagem e da leitura em Oitocentos.

³⁸⁰ O interesse dum estudo imagológico assenta no facto da imagem ser “[langage symbolique], original, qui a pour fonction de dire les relations interethniques, interculturelles, les relations moins effectives que repensées, rêvées, entre la société qui parle (et qui ‘regarde’) et la société ‘regardée’ ” (Daniel-Henri Pageaux – “De l’imagerie culturelle à l’imaginaire”, *Précis de Littérature Comparée*, Paris, PUF, 1989, p. 138).

³⁸¹ Lopes de Mendonça – “Revista de Lisboa”, *A Revolução de Setembro*, 6 Out., 1849. Ainda em 1857, Júlio César Machado, na sua “Fisiologia do viajante”, folhetim de 16 de Maio da *Revolução de Setembro*, afirma: “O português não é viajante”. Em 1867, é reiterada ideia similar: “Os portugueses viajam pouco, mas ás vezes lá lhes acontece isso – quando não póde deixar de ser” (*Do Chiado a Veneza*, Lisboa, Liv. de A. M. Pereira, 1867, p.68). E, em 1874,

de ferro, tornar-se-á cada vez mais frequente no século XIX, constituindo-se mesmo como uma prática cultural indispensável para o homem e literato oitocentistas para quem viajar permite um enriquecimento intelectual imprescindível. Ainda em 1875, Teófilo Braga opinava que “A profunda separação que Portugal tem conservado diante da civilização europêa, é uma das causas da sua decadencia; a viagem devia ser considerada entre nós obrigatória nas educações superiores, como a vida do deserto era obrigatória para o arabe que vivia em Hespanha”³⁸². A par do desenvolvimento dos meios de transporte e das redes viárias e ferroviárias que atenuam os obstáculos colocados a quem quer vencer distâncias e contactar de perto com o Outro, encontre-se ele num espaço nacional ou num espaço estrangeiro, neste mesmo século assiste-se à expansão da imprensa periódica que funciona como receptáculo e veículo de informação privilegiado. Deste modo, todo o viajante letrado é solicitado a partilhar³⁸³ ou deseja e dispõe-se a partilhar³⁸⁴ com os leitores de jornais e revistas as suas impressões de viagem, colhidas ao longo das suas digressões por terra lusa ou alheia³⁸⁵. Assim, a experiência da viagem reflecte-se numa produção quase sempre crónica que

no seu folhetim “Viajar” do *Diario de Noticias* de 17 de Dezembro, observava: “Os litteratos portuguezes, ainda ha poucos annos, nunca viajavam. // Achava-se de alguma vez um ou outro, por casos politicos, na França ou na Inglaterra, emigrado. Mas emigrar é uma cousa e viajar é outra”. Castelo Branco Chaves assinala – em relatos cronologicamente anteriores aos que aqui nos ocupam - que alguns dos viajantes estrangeiros observavam que uma das lacunas culturais dos portugueses assentava no facto de não viajarem (*Os Livros de Viagens em Portugal no Século XVIII*, 2ª ed., Lisboa, Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1987, p. 10).

³⁸² Teophilo Braga - “Litteratura de viagens. Hespanha e França por Luciano Cordeiro”, *Diario de Noticias*, 4 Abril, 1875.

³⁸³ Entre muitos exemplos, destaquemos o testemunho de Luciano Cordeiro nas suas *Viagens. Hespanha e França*, Lisboa, Imprensa de J. G. de Sousa Neves, 1874, p. 1: “Quando cheguei perguntaram-me pelo album de viagem. Esperavam, creio, um registro, um diário, um *memorandum* muito regular, muito minucioso, muito methodico, das impressões, das observações, das aventuras, das surpresas, dos assombros do compatriota que ousára exceder um pouco o já audacioso empreendimento d’uma viagem a Paris (...)”.

³⁸⁴ Cf. Zé Fidelles - “Folhetim do Nacional”, *O Nacional*, 26 Julho, 1850: “Acabamos de fazer uma pequena excursão pelo Minho, e foram tão fortes as impressões que recebemos, que, não resistimos á tentação de as lançar na imprensa”. Veja-se ainda A. Mauricio Cabral - “A Gruta Azul”, *O Nacional*, 1 Agosto, 1860: “Tambem eu, amigo redactor, pretendo fazer gravar em caracteres algumas dessas impressões fortes que nas minhas viagens tenho experimentado ao contemplar os prodigios sublimes da natureza e as obras grandiosas dos homens, se v. me facultar um cantinho na mais infima orla do seu illustrado jornal”.

³⁸⁵ A propósito da instância de leitura, lembremos os matizes com que R. F., o autor de “Apontamentos de Viagem”, folhetim publicado a 24 de Setembro de 1856, em *O Ecco Popular*, se dirige ao destinatário, dando conta de um procedimento retórico em uso e que indicia a composição do público leitor de então: “O illustrado publico, o amabilissimo leitor (estyllo dos prologos rançosos da era de 1500), a cara leitora (indispensavel no tempo d’hoje) não hão-de estar contentes” (...).

a expansão do periodismo incentiva e que o suporte livresco acompanha ou pelo menos segue de perto. Que por essa época haveria apetência, por parte da camada leitora, para a narrativa de viagem tudo o parece indicar: quem escreve testemunha sobre as solicitações editoriais que se não fazem esperar, quem escreve propõe esta escrita específica³⁸⁶, quem escreve convoca ainda, incessantemente, a instância de leitura, referindo o seu interesse, querendo entrar em diálogo com ela.

Quem eram e por que viajavam então os autores das crónicas de viagem em Oitocentos? Quase sempre os literatos que viajavam por prazer, por curiosidade, pré-definindo o percurso, planificando o início e o termo da viagem, construindo e/ou ilustrando a figura do turista que o século XIX conhecerá³⁸⁷. Casos há porém em que as narrativas decorrem de uma viagem empreendida não com objectivos turísticos e de enriquecimento cultural, mas por razões que se prendem com o exercício da actividade profissional ou ao serviço do Estado. Quando em 1873 Tomás Ribeiro publicava os “apontamentos” resultantes da sua ida a Goa, na qualidade de secretário geral do governo da Índia, intitulava-os de *Jornadas* e, em texto liminar explicava: “Viaja-se para instrução ou para recreio. Também se viaja para recobrar saude. Não sei d’outros fins que tenha o viajar”³⁸⁸. Por esse motivo e a seu ver, ele não tinha viajado mas jornadeado, já que o objectivo maior era alcançar o destino e não fazer um itinerário. Na verdade, Tomás Ribeiro dá conta afinal do que mais significa viajar à época: viajar não é tanto transpor distâncias mas fruir o percurso.

Dos periódicos diários por nós percorridos, *A Revolução de Setembro* e *O Commercio do Porto* são aqueles que apresentam aos seus leitores um maior número de narrativas de viagem, publicadas durante um segmento temporal mais vasto. Esses

³⁸⁶ Lembremos *Recordações de Paris e Londres*, Lisboa, Editor-José Maria Correa Seabra, 1863, obra de Júlio César Machado, na qual o autor refere que ela resulta de uma proposta que ele próprio faz ao seu editor: “- Simple ajuste: - entrego-lhe um livro, e recebo o dinheiro de dois. Um d’esses dois, é o que heide entregar-lhe d’aqui a mez e meio, e hade intitular-se *Passeios e Phantasias*; o outro é o que heide escrever ao voltar, se voltar, e que terá a historia da viagem sob o titulo que ha pouco lhe disse. Convem?” (p. 23). E o negócio fez-se. O interesse do público de então pela viagem e respectivo relato é de algum modo testemunhado em “Oito horas de wagon”, folhetim do *Diario de Noticias*, 23 de Dezembro de 1865. Afirma Mariano Froes: “O folhetinista tem a má ventura de não poder viajar para se divertir a si proprio; hade viajar para divertir a humanidade!”

³⁸⁷ Sobre o aparecimento e adopção dos termos *tourist* e *tourisme*, consulte-se a síntese feita por Valérie Berty em *Littérature de Voyage. Un essai de typologie narrative des récits de voyage en Orient au XIXe siècle*, Paris, L’Harmattan, 2001, pp. 53-54.

³⁸⁸ Thomaz Ribeiro – “Aos meus leitores”, *Jornadas. Primeira Parte. Do Tejo a Mandovy*, Coimbra, Liv. Central de José Diogo Pires-Editor, 1873, p. 9.

relatos dão conta dos modelos eleitos por quem a elas se entrega e, com frequência informam sobre os objectivos e meios envolvidos. As viagens convocadas no folhetim tanto se dão no país como no estrangeiro e põem-nos em contacto com as imagens que os literatos portugueses oitocentistas possuem quer da realidade nacional, quer da realidade estrangeira, contribuindo para uma possível detecção do imaginário cultural da época, pois, como o afirmava em 1875 Teófilo Braga, em folhetim de apreciação de *Viagens. Hespanha e França* de Luciano Cordeiro, “O viajar leva fatalmente a exercitar o criterio comparativo; d’esta actividade resultam duas ordens de conhecimentos, o saber julgar aquillo que pelo habito permanente deixou de nos impressionar, e o descobrir novas forças no organismo social que nos eram ignoradas. Praticamente, das viagens resulta a critica e a modificação das instituições”³⁸⁹. Já no final do século, em reedição de *A Holanda*, Ramalho Ortigão relevava igualmente o filão da comparação que a literatura de viagens potencia: “Ha onze annos que este livro foi escripto para a *Gazeta de Noticias*, do Rio de Janeiro. Desde então até hoje teem-se transformado, cada vez mais profundamente, todos os antigos problemas de sociologia, relacionados com a litteratura de viagens, que tem por objecto o estudo de civilisações comparadas”³⁹⁰.

Um olhar sobre os títulos encontrados põe-nos em contacto com os destinos escolhidos, os percursos seguidos e, implicitamente, os interesses epocais dos viajantes. Os títulos dão-nos informações sobre os meios de transporte, sobre o tempo de duração da viagem ou estadia, sobre os modos de transcrição da experiência de viagem: o carácter memorialístico, fragmentário ou impressivo dessas mesmas narrativas. Se “Do Porto a Vigo”, “De Pariz a Madrid”, “De Paris a Lisboa” de António Augusto Teixeira de Vasconcelos³⁹¹ ou “De Lisboa a Setubal. Arrabida. Troia. Azeitão. Palmella” de António D. M. Barreiros³⁹² anunciam ao leitor o ponto de partida e o término da viagem, bem como as etapas espaciais do percurso seguido, “Tres dias em Villa

³⁸⁹ Teophilo Braga - *op. cit.* O livro de viagens de Luciano Cordeiro é convocado no folhetim através da recensão crítica da obra, quer no texto de Teófilo Braga já citado, quer em texto de António Enes também no *Diario de Noticias* em 29 de Novembro de 1874. Tanto em *Viagens. Hespanha e França* de 1874 como em *Viagens. França, Baviera, Austria e Italia* de 1875, obra que continua a narrativa da viagem que Luciano Cordeiro empreendeu na companhia do amigo Sousa Martins, a comparação entre Portugal e o estrangeiro e a comparação dos diversos países visitados entre si, destaca-se como abordagem recorrente a sustentar uma reflexão de carácter histórico e, de algum modo, sociológico.

³⁹⁰ Ramalho Ortigão - “Prefacio da 3ª edição”, *A Hollanda*, 4ª ed., Lisboa, Parceria Antonio Maria Pereira, 1910, p. VII.

³⁹¹ Estas crónicas de viagem saíram em folhetim de *O Commercio do Porto*, respectivamente, em Outubro de 1860, Março a Maio de 1861 e Março e Abril de 1862.

³⁹² O folhetim saiu no *Diario de Noticias* a 15 e 16 de Julho de 1876.

Real”³⁹³, “Um dia no Bussaco”³⁹⁴ ou “Quatro dias na Serra da Estrella”³⁹⁵ apontam claramente para o segmento temporal ocupado. No que respeita à ocorrência toponímica, o conjunto de títulos por nós encontrados permite verificar uma maior diversificação quanto aos destinos escolhidos com a aproximação do final do século. Na verdade, em 1857 Júlio César Machado na sua “Fisiologia do viajante” indicava como destinos preferenciais, Veneza, Suíça, Londres, Madrid, Sevilha³⁹⁶ ou Paris³⁹⁷; em 1872, Gomes de Amorim afirmará ainda:

*Toda a gente que tem dinheiro e gosta de viajar vai ver Paris e Londres, dois cantões da Suíça, Florença, Milão, Veneza, Roma e Nápoles, uma nesga da Alemanha e Madrid. Em Portugal visita-se o Minho, o Bussaco e Coimbra; há quem se aventure a ir a Setúbal e Aldeia Gallega, em dias de tourada; vão seis pessoas por ano ver Évora; mas ninguém chega ao Algarve*³⁹⁸.

A variação registada prende-se com a maior voga da viagem no próprio país e que a rubrica folhetim aproveitará, publicando os respectivos relatos.

Se tivermos em conta as crónicas de viagem encontradas em *O Nacional*, *O Commercio do Porto*, *O Primeiro de Janeiro*, *A Revolução de Setembro* e *Diário de Notícias*, constatamos que a Espanha é o destino mais escolhido, logo seguido pela França e só depois pela Itália e Inglaterra. A Europa e particularmente a Europa latina é, na verdade, o destino mais procurado pelo viajante português de Oitocentos. A Holanda interessará Ramalho Ortigão, a Escandinávia Francisco Braga, e o Oriente se está presente no romance português oitocentista – e lembremos como exemplo

³⁹³ Cf. *O Nacional*, 24 Set., 1862.

³⁹⁴ Cf. Pinheiro Chagas - “Um dia no Bussaco”, *O Commercio do Porto*, 21 Dez., 1866.

³⁹⁵ Cf. Julio Cesar Machado - “Quatro dias na Serra da Estrella”, *Diário de Notícias*, 11 Set., 1884.

³⁹⁶ Sintomaticamente, não se escreve Espanha, pois, na verdade, no vasto espaço castelhano o que importa visitar é a capital política e a Andaluzia, região que sustenta todo um imaginário transecular pitoresco e orientalista.

³⁹⁷ Cf. Julio Cesar Machado – “Fisiologia do viajante”, *op. cit.*: “(...) o que nasceu viajante prefere ver Veneza, ou as montanhas da Suíça; visitar Londres, admirar Westminster, saudar a Torre, tomar cerveja em Waxall, ou dar um passeio pelo Tamisa em uma tarde de nevoeiro!// Irá depois assistir ao carnaval de Madrid, tomar uma copa de chocolate no Prado, presenciar a Semana Santa em Sevilha, pasmar deante do Escorial, e ouvir n’uma venta alguma canção andaluza.// Em ultimo caso, o viajante lembra-se de ir a Paris (...)”

³⁹⁸ G. de Amorim - “O Algarve”, *Diário de Notícias*, 8 Julho, 1872. Neste folhetim Gomes de Amorim relatará uma excepcional ida ao Algarve: a sua.

paradigmático *O Mandarin* de Eça de Queirós³⁹⁹–, e nalguma poesia finissecular, parece não ter desaguado em narrativas de viagem publicadas nos jornais da época, se exceptuarmos os relatos do Visconde de Benalcanfor no *Commercio do Porto*⁴⁰⁰. Esta quase ausência do relato de viagem ao Oriente corrobora o estudo sobre o orientalismo na literatura portuguesa, de Álvaro Manuel Machado, no qual se afirma, com justeza, que Portugal não viveu no século XIX a voga orientalista que a França conheceu⁴⁰¹. Caso curioso é o de António Augusto Teixeira de Vasconcelos que desejando ir à Palestina, mas não o podendo fazer, dá parte ao leitor, a partir do relato de outrem, de uma visita do príncipe de Gales à mesquita de Hebron: “Li com inveja, confesso-o, a relação d’esta visita, que mui resumidamente referi ao leitor (...). Quem sabe se ainda poderei ir á Palestina (...)? Vou vivendo n’essa esperança e contentando-me de lêr o que não posso ir vêr e de o narrar pelo que dizem os outros e não pelo que os meus próprios olhos observaram”⁴⁰². Teixeira de Vasconcelos, tantas vezes narrador das suas próprias experiências de viagem, ironicamente experimenta, nesta ocasião, aquela que seria a condição de boa parte do leitorado da época: viajar através do olhar e pela escrita de outro. O folhetim, ao oferecer ao público narrativas de viagem, responde desse modo ao desejo de viajar experimentado por muitos.

É com efeito impossível esquecer a importância do destinatário quando nos acercamos do relato de viagem até porque é a própria estratégia de construção narrativa a colocar em destaque a instância de leitura⁴⁰³. Como nota Nuno Júdice, “A narrativa de viagem obedece em geral a um paradigma que decorre de uma estrutura espaço-temporal que se organiza a partir dos seus termos *a quo* e *ad quem*”⁴⁰⁴ e os textos por

³⁹⁹ Com efeito, as notas da viagem ao Egipto de Eça de Queirós só serão publicadas após a sua morte.

⁴⁰⁰ Estas narrativas de viagem foram publicadas nos anos de 1875 e 1876 e coligidos em *De Lisboa ao Cairo* (1876).

⁴⁰¹ Cf. Álvaro Manuel Machado – *O Mito do Oriente na Literatura Portuguesa*, Lisboa, Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1983, pp. 73-101. Sobre o orientalismo em França consulte-se Valérie Berty - *Littérature de Voyage. Un essai de typologie narrative des récits de voyage en Orient au XIXe siècle*, op. cit.

⁴⁰² A. A. Teixeira de Vasconcellos - “A mesquita de Hebron”, *A Revolução de Setembro*, 12 Junho, 1862.

⁴⁰³ Cf. Visconde Benalcanfor – “Cartas de Viagem. As thermas de Caracalla. XLVIII”, *O Commercio do Porto*, 29 Junho, 1876: “Temo, na verdade, abusar da benevolencia do leitor, rogando-lhe que me acompanhe ao amago de outras ruinas tão vastas como o Colyseu, - as thermas de Caracalla”.

⁴⁰⁴ Nuno Júdice - “A viagem entre o real e o maravilhoso”, *Literatura de Viagem. Narrativa, história, mito*, Lisboa, Edições Cosmos, 1997, p. 621. O estudo de Nuno Júdice afigura-se-nos precioso porquanto põe pertinentemente em relevo a importância da instância de leitura na narrativa de viagem e os efeitos que essa narrativa provoca no leitor quando, também ele, chega

nós encontrados são disso ilustração exemplar. Assim, a presença de um momento liminar em que o autor/narrador estabelece um pacto de leitura com o destinatário, torna-se uma constante na crónica de viagem. É também nesse tempo e espaço liminares que o mesmo autor/narrador esclarece os seus propósitos, classifica a sua escrita, procedendo de algum modo à elaboração de uma poética da narrativa de viagem que alcançará um maior fôlego na etapa da publicação em livro na medida em que, na sua maioria, o livro de viagens faz-se acompanhar de um texto prefacial⁴⁰⁵. Tal necessidade decorre afinal do hibridismo do relato de viagem que articula um universo referencial com uma esteticização desse mesmo universo. Essa será certamente uma das questões que estão por detrás da afirmação de Tomás Ribeiro em *Jornadas*: “A tarefa hoje do narrador de viagens é tão ingrata quanto difficil; não é uma obra de sciencia que se escreve, e tambem não é uma obra de arte; comtudo é preciso ser historiador, geographo, paizagista, politico, descriptor, poeta e philosopho”⁴⁰⁶.

António Pedro Lopes de Mendonça, um dos primeiros grandes folhetinistas portugueses, por ocasião de uma ida a Itália, publica as suas impressões de viagem no ano de 1851, na *Revolução de Setembro* e também na *Revista Universal Lisbonense* e na *Semana*, nos anos de 1851⁴⁰⁷ e 1852, respectivamente⁴⁰⁸. Tal como sucederá com outros relatos de viajantes portugueses no século XIX, os textos de António Pedro

ao fim do percurso: o “regresso obriga-o a confrontar-se com a sua realidade e a ver a diferença entre o espaço do real (o *mundo*) e o espaço da viagem (o *outro mundo*). De facto, o olhar que ele lança sobre o real depois do percurso da viagem, mesmo quando esta é feita pela mediação da leitura, é um olhar diferente, no qual se inscreve a descoberta do *aqui* e do *além*, do *antes* e *depois* da experiência de viagem /leitura” (*op. cit.*, p. 622).

⁴⁰⁵ Lembremos, como exemplo, a nota dirigida aos leitores por Tomás Ribeiro na sua obra *Jornadas*, na qual, ao dar conta das dificuldades e cuidados do relato, se traça, de modo incipiente, uma poética: “Á mingua de aventuras com que esmaltasse a narrativa, pareceu-me bem dar alguns apontamentos historicos”. Ou, “É muito difficil hoje em dia escrever roteiros, principalmente a respeito da Europa, onde tudo é já conhecido, mesmo por quem não sai de casa”. Sobre o funcionamento do prefácio nas narrativas de viagem oitocentistas, consulte-se Jean-Claude Berchet – “La préface des récits de voyage au XIXème siècle”, *Écrire le Voyage*, textes réunis par György Tverdota, Paris, Presses de la Sorbonne Nouvelle, 1994.

⁴⁰⁶ Thomaz Ribeiro – *op. cit.*, p. 10.

⁴⁰⁷ Lopes de Mendonça em folhetim da *Revolução de Setembro* de 16 de Agosto de 1851 de algum modo publicita *A Semana* e a si mesmo, ao afirmar: “Resta-nos só desejar lhe que não invente semanas de nove dias, e que os assignantes lhe concedam meios para dotar abundantemente os collaboradores, sobretudo se o humilde nome que assigna este *folhetim* continuar a viajar por Italia nas suas columnas; como sabem um escriptor nunca viaja de graça, e é sempre por conta da redacção”. No início da crónica, Lopes de Mendonça observava que, não fora o dinheiro, também ele estaria a viajar ou “fôra da terra”, como então se dizia.

⁴⁰⁸ Esta pulverização do relato cronístico em torno de uma mesma viagem por diferentes periódicos é uma prática comum à época. Théophile Gautier, por exemplo, dissemina as suas crónicas resultantes da viagem que fez a Espanha por *La Presse*, *Revue de Paris* ou pela *Revue des Deux Mondes*.

Lopes de Mendonça, pontualmente reescritos e com uma ordem diversa à do seu aparecimento na imprensa periódica, serão coligidos em livro⁴⁰⁹ intitulado *Recordações de Italia (1852)*⁴¹⁰. Eis como ele próprio caracteriza a sua obra:

*Uma vez por todas, e a proposito de todas as coisas que houvermos que tratar, faça-se a reflexão de que isto não é um tratado de critica, um compendio de esthetica, uma serie de estudos artisticos, feitos de luneta no olho, e de pitada nos dedos, mas as impressões fugitivas de um espirito despreoccupado que vê tudo de corrida porque o tempo não lhe sobra, e que não acredita, de mais a mais, nas admirações calculadas desses charlatães da arte, que fingem chorar horas inteiras diante do nariz de uma madona, ou dos louros anneis de um mimoso bambino*⁴¹¹.

Como muitos dos seus contemporâneos, Lopes de Mendonça escreve em torno da sua viagem, alegadamente sob pressão externa: “Se não houvessem no mundo editores, declaro que não escrevia uma linha desta viagem. // Podem, por conseguinte, amaldiçoar, em todos os tons, os pacificos mammiferos, que se divertem neste seculo a dirigir, com mais ou menos espirito, as tysicas columnas de um jornal portuguez”⁴¹². Que tais solicitações não aconteciam apenas em Portugal, atesta-o involuntariamente Lopes de Mendonça quando observa que viajar em Itália é algo de muito comum, referindo que também Théophile Gautier o fez pouco antes dele e que “As suas impressões hão de ser lidas proxivamente por todo o mundo, que soletra, no folhetim da *Presse*”⁴¹³. Não seriam, no entanto, apenas os editores quem, à época, pressionava todo aquele que viajava; também o leitor, o assinante do jornal o faria e daí o queixume de Lopes de Mendonça ao dizer que no nosso país o escritor “É considerado um monumento nacional, uma obra de municipio, um movel de uso publico”⁴¹⁴. Ora, como

⁴⁰⁹ Titular do folhetim da *Revolução de Setembro*, Lopes de Mendonça, ao registar o movimento editorial, dará ele próprio notícia da publicação das suas narrativas de viagem: “O outono vai ser testemunha de um grande movimento litterario. Aparecem dentro em um mez as *Poesias* de Palmeirim: logo depois as de A. de Serpa: a estas seguir-se-ão as de Augusto Lima. As *viagens da minha terra* [sic] de A. Garrett publicam-se em poucas semanas n’uma segunda edição. As *recordações de Italia*, de um Lopes de Mendonça, que é muito meu conhecido, serão distribuidas n’um volume nos meados de novembro. E’uma inundação de letra redonda, letra, que entre parenthesis, é muito menos apreciada que a de *cambio*”.

⁴¹⁰ Sobre *Recordações de Italia*, consulte-se Jacinto Prado Coelho – “Um crítico do Romantismo: António Pedro Lopes de Mendonça”, *A Letra e o Leitor*, Portugália Editora, nº 27, 1969, pp. 124-126.

⁴¹¹ Lopes de Mendonça – “Os monumentos de Genova”, *Recordações de Italia*, t. I, Lisboa, Typ. da Revista Popular, 1852, pp. 107-108.

⁴¹² Lopes de Mendonça - “Introducção”, *Recordações de Italia*, pp. XV-XVI.

⁴¹³ *Idem*, p. XVI.

⁴¹⁴ *Idem*, pp. XVII-XIX. Também duas décadas mais tarde, Pinheiro Chagas dirá, preambularmente, nas suas “Cartas das Caldas” que *A Revolução de Setembro* começa a republicar a 30 de Setembro de 1874: “Já que um jornalista não póde viajar como um simples

nenhuma alternativa de sobrevivência se coloca a esta situação, o autor resigna-se a “remar nas galés da imprensa, e imaginar, nos [seus] pesadellos, o sorriso alvar de algum tendeiro, refazendo o embotado espirito nas fatias torradas do jornal politico, e nos fôfos do folhetim”⁴¹⁵.

Se em *Recordações de Italia* encontramos já as preocupações políticas e de cidadania que progressivamente afastarão Lopes de Mendonça de uma escrita folhetinesca da superficialidade, encontramos ainda a vontade de denunciar o esquecimento e a indiferença votados a Portugal pelo estrangeiro⁴¹⁶ e a necessidade de apelar ao orgulho pátrio, pese embora o reconhecimento de um atraso civilizacional português: “Quando é que nos rehabilitaremos na imaginação das nações que nos cercam? Quando é que aqueceremos os nossos membros fatigados e inertes ao sol da civilização europêa? Quando é que poderemos elevar a nossa frente humilhada pelos desvarios e torpezas da monarchia absoluta e destes dezeseite [*sic*] annos de corrupção e de estupidez representativa?”⁴¹⁷. Já a “Carta prefacio” que antecede a narrativa dá, de imediato, testemunho do modo como o contacto com o Outro estrangeiro serve de estímulo a uma reflexão sobre o espaço cultural nacional a que se pertence⁴¹⁸. É o próprio autor ao chamar a atenção para este facto quando, por exemplo, afirma: “E, todavia, se ha occasião para acatar e engrandecer a gloria dos homens, que representam intellectualmente um paiz, é quando se viaja em nações estranhas, é quando vêmos esquecida a grandeza e quasi perdida a memoria dos feitos que illustraram a patria, e lhe concederam um tão eminente lugar na historia da civilização moderna”⁴¹⁹. Viajar

mortal, e tem de dizer aos seus leitores habituaes o que viu e o que vê, arrancar-me-hei ao *dolce farniente* que tenho estado disfructando e escreverei aos assignantes do *Diario Illustrado (...)*”.

⁴¹⁵ *Idem*, p. XIX.

⁴¹⁶ Cf. Lopes de Mendonça - “Beatriz (Episodio da Revolução de 1848)”, *op. cit.*, t. II, p. 129: “Não repitam isto lá fora, meus amigos, porque eu fallo baixinho, e com as faces cobertas de vergonha: não sabem quasi que existimos, e se não fosse aquelle Camões, que deixámos morrer de fome n’um hospital, ignorariam até que havíamos descoberto a India, e traçado á civilização moderna uma parte dos seus gloriosos destinos”. Cf. “Carta prefacio”, *op. cit.*, pp. XI-XII quando Lopes de Mendonça afirma que, no estrangeiro, “desdenham de saber se essa nação [Portugal] se constituiu uma provincia hespanhola, ou uma colonia ingleza!”

⁴¹⁷ Lopes de Mendonça - “Carta prefacio”, *op. cit.*, pp. XIII. Lopes de Mendonça falará mesmo da decadência de Portugal: “É banal já o lamentar a extrema decadencia da nossa patria, a immensidade do seu abatimento, que contrasta com o admiravel esplendor do seu glorioso passado: mas quem se não sentiria traspasado de dôr, avistando ao longe Ceuta, Arzilla, Tanger, essas terras, conquistadas a preço de tanto sangue, hoje perdidas – para sempre! – para as nossas armas? (“No mar”, *op. cit.*, p. 26).

⁴¹⁸ Cf. Lopes de Mendonça - “Genova”, *op. cit.*, 84.

⁴¹⁹ Lopes de Mendonça - “Carta prefacio”, *op. cit.*, pp. X-XI.

na Itália - e Itália “associa[-se] á palavra arte”⁴²⁰ - é ocasião para lembrar ainda a incúria patrimonial portuguesa.

Na narrativa de viagem oitocentista, o olhar do viajante não se poussa apenas nos costumes e património monumental distintos, mas poussa ainda – compulsivamente? - na figura feminina quase sempre descrita pela sua beleza, sobretudo se se trata da mulher espanhola ou italiana. Lopes de Mendonça não foge à regra e observa “os movimentos de uma linda hespanhola, que subia ligeira como uma silphide, e graciosa como uma corsa, a rampa do passeio”⁴²¹. Caso mais raro, a beleza pode também ceder o lugar à fealdade:

*O mercado de Gibraltar, que aparece em seguida, tem ainda todo o cunho hespanhol. Vi mulheres de mantilha, duvidosamente bellas e velhas, aonde a fealdade habita, em proporções positivamente ideaes. Uma hespanhola velha é alguma coisa de horrivel e de phantasticamente tremendo: são olhos perdidos entre pranchas de pergaminho, estrigas de linho, confusamente amontoadas no cabelo: uma bocca enregelada, e immensa, que vos deixa vêr uma fileira rareada de dentes amarellou antes ossos, apenas resguardados por uma pelle rugosa e tismada: e sobre tudo isto pedaços de seda, de uma côr baça, que semelham as ataduras de uma mumia egypcia*⁴²².

Nesta obra, de 1852, encontramos reunidos um conjunto de textos bem reveladores da bagagem cultural de Lopes de Mendonça, pois, se uma parte da obra apresenta impressões de viagem que de quando em vez e a propósito da espaço visitado lembram figuras caucionadoras da escrita em curso, como Victor Hugo, George Sand ou Dupaty, parte considerável de *Recordações de Italia* oferece narrativas de teor sentimental ou histórico, eivadas de segmentos reflexivos sobre o modo como se concebe a relação do homem com o amor ou a relação com o divino, eivadas ainda de abundantes referências literárias que se ligam à topografia italiana que vai sendo passada em revista⁴²³.

Sob forma epistolar, António Rodrigues Sampaio registará as suas impressões de viagem a Itália que *A Revolução de Setembro* publica e *O Commercio do Porto* reproduzirá alguns dias mais tarde, com devida justificação preambular. Atentemos

⁴²⁰ Lopes de Mendonça – “Genova”, *op. cit.*, p. 68.

⁴²¹ Lopes de Mendonça – “Gibraltar”, *op. cit.*, p. 41. Cf. ainda a descrição da mulher genovesa em “Genova”, *op. cit.*, p. 88.

⁴²² Lopes de Mendonça – “Gibraltar”, *op. cit.*, pp. 35-36.

⁴²³ Cf. Lopes de Mendonça - “Beatriz (Episodio da Revolução de 1848)”, *op. cit.*, p. 108: “Veneza é quasi a patria de Byron, é a terra querida de Georges [*sic*] Sand, é o lugar onde se passa a acção d’esse magnifico drama de Shackespeare, que é também uma obra prima do espirito humano, ‘Othello’ ”.

nalgumas ocorrências reveladoras do olhar condicionado do viajante perante o estrangeiro, neste caso a Itália considerada pelo narrador “a terra das artes”⁴²⁴:

*Sabe quem me faltava em Napoles? Era v. [António Augusto Teixeira de Vasconcelos] e o nosso Castilho. E para quê? Para contemplarmos, para lermos, para admirarmos o sexto livro da Eneida, e com elle na mão percorrermos os lugares descriptos por Virgilio, e as ruinas que o tempo e as erupções vulcanicas lhes teem causado. Não era para admirarmos os prodigios da civilisação actual que eu os desejava ao pé de mim, era para venerarmos tantas gerações extinctas, tantos monumentos da sua civilisação, tantas recordações do que aprendemos na nossa infancia*⁴²⁵.

E em seguida traça o roteiro que o clássico latino lhe sugere. E mesmo quando, de forma extremamente breve, se refere ao desmazelo de que estes espaços são objecto, salienta que a grandeza de tais lugares é ainda manifesta⁴²⁶. Não é só Virgílio que sustenta o olhar de Rodrigues Sampaio. Também Horácio⁴²⁷ e Dante são convocados, por vezes citados e cotejados com a realidade encontrada. O confronto com fontes livrescas já clássicas é pois uma constante nestas epístolas. Porém, um momento há em que uma fonte recente é aproveitada, dando a conhecer a cultura geral do autor ou a preparação prévia da viagem: “Tinha eu lido em Lisboa na ‘Rome Contemporaine’ de Mr. About (...)”⁴²⁸.

Para além da memória dos livros, outro bordão cognitivo se adopta no contacto com o Outro: o uso da comparação. Tomemos alguns exemplos: “O meu amigo conhece a nossa linda provincia do Minho, conhece as hortas de Braga; pois Napoles e os seus arredores excedem-nas em vegetação e producção”. Ou ainda: “Quando se entra no porto de Napoles o habitante de Lisboa não fica surprehendido da cidade de Parthenope. Acho a nossa capital mais magestosa (...)”⁴²⁹. A inevitável atitude comparativa entre a realidade nacional e a realidade estrangeira faz irromper a espaços as preocupações

⁴²⁴ A. R. Sampaio -“Viagem pela Italia”, *O Commercio do Porto*, 7 Julho, 1862. Tomamos como fonte para as citações do texto de Rodrigues Sampaio a publicação no jornal portuense que, como referimos, é apresentada através de curtos textos preambulares nos quais se afirma que tais cartas proporcionarão “momentos de agradável leitura” (*O Commercio do Porto*, 30 Junho, 1842) ou que se constituem como “leitura aprazível” (*O Commercio do Porto*, 7 Jullho, 1862).

⁴²⁵ A. R. Sampaio – “Visita a Napoles”, *op. cit.*, 30 Junho, 1862. Mais adiante observará ainda Rodrigues Sampaio: “Tenho-lhe fallado da Italia antiga, da Italia do Virgilio, da Italia poetica. E ainda não acabei”.

⁴²⁶ *Idem, ibidem*.

⁴²⁷ Cf. A. R. Sampaio -“Viagem pela Italia”, *op. cit.*: “Em Napoles tinhamos feito as devidas honras a Virgilio; em Roma não quizemos ser descortezes com Horacio”.

⁴²⁸ *Idem, ibidem*.

⁴²⁹ A. R. Sampaio – *op. cit.*, 30 Junho, 1862.

cívicas e de cidadania de Rodrigues Sampaio e que giram em torno de um valor fundamental como o da liberdade, denunciada por Sampaio como estando a faltar em Portugal e reconhecendo que “Estas comparações são pungentes e desconsoladoras. Não sei se nos falta o genio, se nos falta a sisudeza. Vou passando, sem o querer, da arte que ennobrece para a politica que descorçoa”⁴³⁰.

A atenção votada à presença portuguesa no estrangeiro surge registada em António Rodrigues Sampaio mesmo que apenas pela bandeira desfraldada de uma embarcação e confessa o autor: “Ninguem avalia como V. o prazer que sente o estrangeiro quando vê cousas do seu paiz, ou quando vê e ouve o seu nome engrandecido, embora o louvor recaia sobre os seus adversarios. E’ sempre a patria que recolhe os fructos, e os individuos participam da consideração ou desconsideração dos seus respectivos governos”⁴³¹.

O folhetinista Júlio César Machado assumirá também a condição de viajante: “(...) do que preciso é de coisas novas; olhar, admirar, confrontar: a alma da poesia para mim está nas comparações; são ellas que dão luz e ar ao pensamento”⁴³². Também ele visitará Itália e, em Maio de 1866, começam a publicar-se, ainda na *Revolução de Setembro*, as narrativas de Júlio César Machado, que a viagem a Itália faz nascer, posteriormente recolhidas em *Do Chiado a Veneza* (1867). Esta recolha não se apresenta como transcrição pura e simples dos folhetins da *Revolução*. Verifica-se, com efeito, uma recomposição textual que não respeitará a cronologia da publicação no periódico. Para além disso, incluem-se novos segmentos textuais, suprimem-se alguns títulos e, por vezes, procede-se a um trabalho com o léxico e com a sintaxe.

Nestes folhetins, Júlio César Machado revela ser possuidor de uma cultura livresca, sobretudo de cariz literário⁴³³, traço que partilha com os diversos narradores-viajantes

⁴³⁰ A. R. Sampaio – *op. cit.*, 7 Julho, 1852.

⁴³¹ *Idem, ibidem*.

⁴³² Citado por Alfredo Mesquita – *Julio Cesar Machado. Retrato Litterario*, Lisboa, Livraria A. Férrin, 1890, p. 26.

⁴³³ Cf. Julio Cesar Machado - “Primeira noite de Veneza”, *Do Chiado a Veneza*, Lisboa, Liv. de A. M. Pereira, 1867, p. 140: “Conhece a gente o character, os costumes, a physionomia dos italianos, antes de haver ido a Italia, pelas descripções dos viajantes e ainda melhor talvez pelas peças de Shakespeare; a voluptuosa suavidade veneziana de Desdemona, o zelo scintifico [*sic*] de Lucencio e do criado Tranio, a alegria e paixão italiana nos *Dois cavalleiros de Verona* e no *Romeo e Julieta*; o que ninguem conhecerá nunca, mesmo depois de lêr tudo quanto ha escripto a respeito d’ella, é Veneza, a Veneza das barcarolas, *Venezia la bella*, como lhe chamam os gondoleiros”.

de Oitocentos, mas que partilha igualmente com o leitor seu contemporâneo⁴³⁴. Os guias turísticos são por ele, alegadamente, secundarizados⁴³⁵. Assim, ao acercar-se de Itália, o autor viaja em espaço italiano e na sua biblioteca mental que revisita. Sem enveredar por itinerários na Itália monumental e artística, Júlio César Machado não se furta contudo a também ele reproduzir a imagem em circulação em torno de Itália, país “onde em tudo se espalha um sopro de arte”⁴³⁶.

A comparação vai de braço dado com o viajante: compara-se a cultura de origem com a cultura estrangeira, definem-se aproximações e afastamentos entre o Eu e o Outro, delimitam-se singularidades. Assim, a passagem por Milão é ocasião para sublinhar a grande fortuna da ópera e da pantomima em Itália, observando-se que o português é “inimigo tradicional da pantomima”⁴³⁷. Em Veneza, Júlio César Machado assinala a presença de grande número de ingleses⁴³⁸ e comenta a propósito da sua atitude ao assistirem a uma representação de *Kean* de Alexandre Dumas: “Os ingleses - ha em toda a parte ingleses, como sabem, mas em Veneza então ha ainda mais ingleses ... do que venesianos, creio eu – não percebiam palavra de tudo aquillo provavelmente, mas applaudiam com ancia o actor italiano, não por ser bom o actor italiano, mas por figurar de actor inglez, e os nossos fieis aliados applaudirem sempre o que é seu – no que não se parecem connosco, que temos genio de applaudir só o que é dos outros”⁴³⁹. A preguiça é o traço comum entre italianos e portugueses, apontado pelo folhetinista.

⁴³⁴ Também em *Do Chiado a Veneza* o leitor é companheiro de jornada: “Sente-se aqui o leitor em minha companhia á porta d’este botequim, e eu lh’os vou mostrando, á proporção que elles passarem (“Anda Milão”, *op. cit.*, p. 28).

⁴³⁵ Exemplo desse facto encontramos-lo na obra *Em Hespanha. Scenas de Viagem*, Lisboa, Liv. de A. M. Pereira, 1865, p. 7: “Miguel Keriol (...) tinha-me dado o *Itinerario da Hespanha e Portugal*, uma carta de recommendação e um charuto bom; fumo o charuto, guardo a carta, e olho para o livro... fechado: é que tem oitocentas paginas! E a mim assustam-me os livros volumosos; não me atrevo a principial-os com medo de não os poder acabar”.

⁴³⁶ Julio Cesar Machado – *Do Chiado a Veneza*, *op. cit.*, p. 25.

⁴³⁷ Julio Cesar Machado - “Ainda Milão”, *op. cit.*, p. 42.

⁴³⁸ A figura do turista inglês constitui-se elemento recorrente na narrativa de viagem oitocentista e quase sempre apresenta-se sob traços caricaturais ou pelo menos enquanto objecto de um olhar crítico. Cf. J. V. F. de Souto – “Recordações das Minhas Viagens”, *O Nacional*, 13 Set., 1860, folhetim sobre uma viagem em França, onde o inglês paga tudo excessivamente caro e mesmo assim pensa que tudo é barato no estrangeiro. Ou ainda “Aventuras d’um inglez” pelo Visconde de Benalcanfor em *Diario de Noticias* a 15 de Maio de 1872. Neste folhetim, o estereotipado inglês, apodado de John Bull, “de chapéu redondo, de *mackintosh*, e de casacão *waterproof*, vê-se envolvido em zaragatas mercê da embriaguez provocada pelo xerez que bebeu. A embriaguez do inglês é, de algum modo, um estereótipo em circulação ao longo do século.

⁴³⁹ Julio Cesar Machado - “Primeira noite de Veneza”, *op. cit.*, p. 145.

Porém, se tal elemento caracteriológico é encarado com tolerância face ao estrangeiro, outra é a atitude para com a realidade nacional⁴⁴⁰.

Como homem que vive da pena, o autor de *Do Chiado a Veneza*, está sensibilizado para a questão da subsistência do escritor e por isso dá conta da situação difícil que rodeia a actividade em torno da escrita em Itália, de novo através do confronto com a situação portuguesa, chegando ao pormenor de indicar valores e exemplos concretos. A este respeito Júlio César Machado informa que “a litteratura em Italia não é uma fonte de receita muito superior à nossa terra. Quasi que é preciso ser rico para escrever. Da maior parte das vezes os auctores ficam muito bem contentes se os editores se encarrregam de mandar imprimir as obras.” E mais adiante afirma sobre Portugal: “Em Portugal – digamol-o aqui á puridade isto de coisas litterarias não vae tão mal como podia ir, e os tremoços por emquanto, assim mesmo, continuam a vender-se mais baratos do que os manuscritos”⁴⁴¹.

Comum a diversos viajantes portugueses do século XIX parece ser a curiosidade em detectar o que o Outro sabe sobre Portugal e registá-lo. Assim, o relato dos contactos directos com estrangeiros normalmente permite inscrever no texto esse tipo de notações. O encontro, em Veneza, de Júlio César Machado com Nicolo Barrosi, secretário do Ateneu e director do Museu Carrer, significará o encontro em Itália de um interlocutor – o que é raro – para falar de literatura portuguesa ou melhor da obra de Rebelo da Silva e da poesia de Luiz Augusto Palmeirim⁴⁴². Não sabemos como Nicolo Barrosi chegou ao conhecimento de Palmeirim, contudo, em relação a Rebelo da Silva, diz-nos César Machado que Barrosi terá trocado correspondência com ele a propósito de investigações históricas. A história das trocas e contactos culturais entre Portugal e outros países deve-se com frequência a estes intermediários – os viajantes – e o conhecimento de Portugal além fronteiras, embora restrito porque limitado a um

⁴⁴⁰ Cf. *Idem*, p. 158: “E se há preguiça desculpavel, é a preguiça italiana. Como se ha de resistir ás blandicias d’aquella natureza, á doçura amorosa d’aquelle clima? Todas as raças meridionaes gostam do descanso, e bem sabem que em Portugal os governos são quasi sempre os primeiros a presarem o silencio, a pachorra, e o desdem das coisas!”

⁴⁴¹ “Veneza”, *op. cit.*, pp. 214-215.

⁴⁴² Cf. *idem*, p. 214. Aproveitemos para observar que, quando o viajante português conhece manifestações de apreço por parte dos estrangeiros, tal facto é registado certamente pela sua excepionalidade. Na verdade, também Ramalho Ortigão na sua obra *Em Paris* (1868) o faz, aspecto por nós salientado no trabalho *A distância de mais de meio século: Paris em Ramalho Ortigão e Abel Salazar*, sep. *Intercâmbio*, Porto, Instituto de Estudos Franceses, nº 8, 1997.

punhado de figuras da época e aos seus contactos pessoais, a eles se deve⁴⁴³. Ainda em Veneza, Júlio César Machado aproveita para pesquisar nos arquivos para ver se descobre algo relativo a Portugal, encontrando uma carta de 1598, enviada de Lisboa e dirigida ao Doge e uma deliberação do senado no sentido de se enviar uma gôndola para a capital portuguesa⁴⁴⁴.

Em *Do Chiado a Veneza*, as narrativas, na sua maioria, não podem ser rotuladas de crónicas de viagem. Os textos “Vingança d’italiana”, “Phantasia veneziana” ou “Durante a guerra” são indiscutivelmente narrativas sentimentais de quadro italiano, lembrando *Recordações de Italia*⁴⁴⁵. Curioso, na obra de Júlio César Machado, é o facto de, em duas das narrativas, o autor fazer intervir personagens de nacionalidade portuguesa. Em “No lago di Como” e “Palacio e hospedaria”, este último aparecendo no periódico com o título de “Phantasia veneziana”, o elemento masculino do par amoroso é um português e tanto na primeira narrativa como na segunda assistimos a um desenlace feliz que passará por um casamento por amor.

O título *Do Chiado a Veneza* virá a ser parodiado no próprio ano da publicação em livro, em folhetim do *Diario de Noticias*. “Do Chiado ao Bairro Alto” é um texto que encerra um conjunto de informações a reter: refere a boa recepção da obra – e a paródia do título é igualmente sinal da fortuna conquistada –, testemunha ainda das expectativas do público face à narrativa de viagem. Com efeito, depois de se dizer que Júlio César Machado “historiou uma viagem” e de se ter resumido o que narrou na sua obra, a saber, o itinerário percorrido, o que fez em Veneza, o que comeu, conclui-se, elucidativamente e com sentido de humor: “Nós não lemos o livro de Julio Cesar Machado, porém como elle tracta de uma viagem, deve resar pouco mais ou menos como fica dito”⁴⁴⁶. Que *Do Chiado a Veneza* foi uma obra muito falada e, por certo, bastante lida, mostra-o, de novo, o *Diario de Noticias*, na década de setenta, com título de reminiscências óbvias e verbalizadas em momento preambular do folhetim: “Do Chiado a Veneza já fez Julio

⁴⁴³ Estas viagens que os literatos então faziam permitiram, algumas vezes, um posterior alargamento desse conhecimento. Júlio César Machado, por exemplo, enviará mais tarde a Nicolo Barrosi *Canções da Tarde* de Bulhão Pato. O estudo de Ferreira de Brito – *Joaquim de Araújo e a Expansão Europeia da Cultura Portuguesa*, Porto, Instituto de Estudos Franceses da Universidade do Porto, 2000, apresenta, na figura de Joaquim de Araújo, um claro exemplo das relações interculturais que o contacto pessoal potencia.

⁴⁴⁴ Cf. Julio Cesar Machado – *op. cit.*, pp.215 e ss.

⁴⁴⁵ Na publicação em volume encontramos ainda uma narrativa sentimental, “No lago di Como”, que se estende por três capítulos e que não surge nas páginas do folhetim da *Revolução de Setembro*.

⁴⁴⁶ “Do Chiado ao Bairro Alto”, *Diario de Noticias*, 27 Set., 1867.

Cesar Machado uma viagem, e talvez com mais contrariedades que Vasco da Gama de Belem até ás Índias. // Eu não tenho – *gana* – de me distanciar alem deserto ou mar em fóra”. E explicita-se ainda um dos objectivos e consequentes usos sociais da narrativa de viagem, o entretenimento, ao afirmar: “Terei mais que contar do que o fecundo folhetinista e, sem necessitar dos mythos maritimos, tenho certeza de entreter os leitores durante um mez e um dia”⁴⁴⁷. Diga-se que o folhetim se ficou por dois números.

Ricardo Guimarães, Visconde de Benalcanfor, ocupa, com frequência, as páginas do *Commercio do Porto*, nomeadamente com relatos de viagem. Nos anos de 1875 e 1876, as “Cartas de Viagem” do Visconde de Benalcanfor sucedem-se com regularidade, registando uma viagem ao Egipto que nos põe em contacto com as terras visitadas ao longo do itinerário escolhido. Assim a Espanha e a Itália são também objecto dessas cartas pois situam-se no percurso de ida e volta. A publicação em livro de tais narrativas segue de perto a impressão no periódico com *De Lisboa ao Cairo* (1876) e *Na Italia* (1876).

De pendor descritivo muito acentuado, os relatos de viagem de Ricardo Guimarães, embora assentem numa experiência pessoal da viagem, adoptam, a todo o momento, um discurso assumido por um nós colectivo que tende a desembocar numa narrativa de guia de viajante⁴⁴⁸. É o que acontece, por exemplo, nas narrativas em torno de Itália. Na verdade, o peso da informação sobre os espaços percorridos resulta da indicação sobre a oferta de serviços ao viajante⁴⁴⁹, da notícia sobre usos e costumes das populações autóctones ou da constante nota histórica ligada a esses lugares⁴⁵⁰. O

⁴⁴⁷ P. - “Passeios do Chiado ao Rocio”, *Diario de Noticias*, 4 Jan., 1874.

⁴⁴⁸ Cf. Visconde de Benalcanfor – “Cartas de Viagem. XLIII. Em Roma”, *O Commercio do Porto*, 30 Abril, 1876: “Será necessario prevenir o leitor de que não pode esperar de mim uma ampla descripção de Roma, mas tão somente as notas fugitivas, as impressões de uma certa visita aos monumentos e ás ruinas, que lhe perpetuam a magestade?” E ao longo do texto dá-se a passagem para o nós colectivo como no momento em que afirma: “Revoam-nos então pela memoria os tormentos padecidos n’aquelle recinto por Lentulo e seus quatro cumplices na conjuração de Catilina, episodio tragicamente descripto por Suetonio”.

⁴⁴⁹ Cf. Visconde de Benalcanfor – “Cartas de Viagem. A ilha de Capri – A Gruta Azul. XL”, *O Commercio do Porto*, 2 Abril, 1876: “Pomo-nos a caminho para Capri onde ha cinco ou seis hoteis rasoaveis, e escolhemos o de Tiberio, titulo que o locandeiro escolheu, talvez para revestir o seu estabelecimento de cor local. (...) Camas limpas, peixe fresco e saboroso, vinho leve de Velletri, sorrisos affaveis das meninas da casa que se occupam a tecer fitas de côres alegres, em teares portateis, como as mulheres de Peniche com os seus bilros de rendeiras, eis a historia inteira das breves horas passadas na pousada de Capri”.

⁴⁵⁰ Cf. Visconde de Benalcanfor – “Cartas de Viagem. XLII. De Napoles até Roma”, *O Commercio do Porto*, 19 Abril, 1876. A propósito de Capua informa o autor: “(...) cidade, que fica á distancia de tres quartos de legua da antiga que enfraqueceu com as suas mollezas voluptuosas as legiões de Annibal, e arrancada aos Etruscos pelo Samnitas perdeu o nome do

Visconde de Benalcanfor tem mesmo o cuidado de introduzir, com constância, citações de autores quase sempre franceses ou de indicar em notas de rodapé a bibliografia que apoia as suas afirmações. Montesquieu, Ampère, Michelet, Villemain ou Sainte-Beuve são alguns dos nomes frequentemente convocados. Dentro das referências estritamente literárias, em Itália Horácio é presença obrigatória até porque se percorrem os espaços onde viveu e se aproveita a descrição da natureza contida na sua obra para falar da natureza de que agora o narrador-viajante faz a experiência⁴⁵¹.

A inevitável atitude de comparação irrompe também neste relato de viagem do Visconde de Benalcanfor. Compara-se o espaço e as gentes estrangeiras com o país de origem⁴⁵², compara-se a realidade observada com o imaginário grandemente construído sobre leituras que o narrador-viajante transporta consigo para onde quer que vá. Assim, com frequência, o lido, o imaginado e o que está a ser visto não coincidem: “Que contraste formal entre a Roma contemporânea e a Roma tradicional da república e dos imperadores, principalmente para o espírito do visitante salteado de reminiscências clássicas!⁴⁵³”

E a rocha Lupercal das nossas leituras clássicas. Em que abismos se sepultou? E a colina Vellia, em cujo ponto culminante assenta o arco de Tito, onde escondeu os seus pendores abruptos? (...)// Digamos pois adeus à fabula, ao idyllo, aos trechos clássicos, às visões ambiciosas de imaginação que antecipadamente nos entraram na phantasia uma Roma typica, convencional cujos moldes se preparam de há muito e que custa a ver partidos e dispersos mal encaramos na imagem predilecta a esvair-se no ambiente impalpavel dos phantasmas⁴⁵⁴.

rio, que a banha, para tomar o de cidade da planície (*Capua, Campania, o campo*) (...). E indica-se em nota de rodapé que a fonte é a *História Romana* de Michelet.

⁴⁵¹ Cf. Visconde de Benalcanfor – “Cartas de Viagem. As thermas de Caracalla. XLVIII”, *O Commercio do Porto*, 29 Ag., 1876.

⁴⁵² A atitude comparativa encontramos-na, por exemplo, na “Carta de Viagem. Salerno – A cathedral. XLI”, *O Commercio do Porto*, 9 Abril, 1876, a propósito da mulher de Salerno: “Como ellas se parecem com as nossas formosas varinas nos requebros airosos da cintura, na ondulação harmoniosa dos quadris quando susteem na cabeça um cabazinho qualquer, uma bilha de agua.// Do mesmo modo que na Andaluzia...” Ou ainda em “Cartas de Viagem. L. Frascati – Tusculum”, *O Commercio do Porto*, 16 Julho, 1876: “De Roma até Frascati jornadaemos através de um ermo, por onde tão somente ou vagueam rebanhos ou jazem destroços. Á medida que vamos subindo as primeiras ondulações dos montes Albanos, experimentamos a mesma sensação que se apossa de quantos trepam ás abas verdejantes da serra de Cintra, tão aprasiveis de aguas e de sombras, tão variadas de aspectos pittorescos depois de haverem atravessado as planuras da charneca”.

⁴⁵³ Visconde de Benalcanfor – “Cartas de Viagem. XLIII. Em Roma”, *op. cit.*

⁴⁵⁴ Visconde de Benalcanfor – “Cartas de Viagem. XLIV. Em Roma”, *O Commercio do Porto*, 14 Maio, 1876.

Viajar em Itália é a todo o momento encontrar inscrita na paisagem a presença do inglês⁴⁵⁵, mas também já do americano: “Eis-nos finalmente em Pisa, antecipadamente anunciada pela paisagem amena que a circunda. As senhoras americanas e inglesas, que até então não haviam despregado os olhos dos seus “Guias do viajante”, voltando-se umas para as outras, rompem n’uma girandola de exclamações. Duas velhas acordam extremunhadas ao pé de mim, e ensaiam a seu turno um *duetto* de adjetivos. Chovem os *very nice*, os *beautiful*, os *splendid*”⁴⁵⁶. Herdeiro dum imaginário colectivo e cativando pelo humor o leitorado, o autor introduz no texto o anedótico, o traço caricatural de que as figuras do inglês e do americano são o objecto maior: “Graças aos assobios da locomotiva, que está arfando de impaciência, e á bulha inevitavel de um rancho de ingleses e americanos, de ambos os sexos, que entram apressados no recinto da estação, munidos quase todos, para a viagem até Genova, de garrafas de vinho forradas de palha, suspensas a tiracollo; ouve-se por instantes um rumor da gente viva”⁴⁵⁷. Eles são afinal testemunho da expansão turística que o século XIX conhece. É natural que, em Roma, o Visconde de Benalcanfor observe então que “Os lojistas romanos pensam exclusivamente em vender aos estrangeiros artefactos e productos, que lhes recordem Roma, cujos monumentos apparecem reproduzidos em broches, em botões, em relógios, e os estampados em fazendas de seda e algodão, condemnando por esta forma a nobre architectura da cidades dos Cesares a inauditos desacatos”⁴⁵⁸ ou que, no Vaticano, registre a presença de “Cardumes de viajantes [que] atravessam a igreja de um para outro lado, visitando capella por capella, tumulo por tumulo, agora subindo pela escada interior que leva ao zimbório. Logo descendo ao subterraneo até onde chegaram os jardins de Nero”⁴⁵⁹.

Dos numerosos relatos de viagem em Espanha que podem ser repertoriados ao longo do século⁴⁶⁰, deter-nos-emos, particularmente, nos textos de Teixeira de

⁴⁵⁵ Cf. as “Cartas de Viagem”, XXXIX, XLII, LVI ou LVII publicadas em *O Commercio do Porto* no ano de 1876.

⁴⁵⁶ Visconde de Benalcanfor – “Cartas de Viagem. LVI. De Roma até Pisa”, *O Commercio do Porto*, 27 Ag., 1876.

⁴⁵⁷ Visconde de Benalcanfor – “Cartas de Viagem. LVIII. De Pisa ate Genova”, *O Commercio do Porto*, 3 Set., 1876.

⁴⁵⁸ Visconde de Benalcanfor – “Cartas de Viagem. XLII. Em Roma”, *O Commercio do Porto*, 19 Abril, 1876.

⁴⁵⁹ Visconde de Benalcanfor – “Cartas de Viagem. LIV. O Vaticano”, *O Commercio do Porto*, 13 Ag., 1876.

⁴⁶⁰ Cf. Fátima Outeirinho - *A Viagem a Espanha. Em torno de alguns relatos de viagem oitocentistas*, sep. da *Revista da Faculdade de Letras do Porto. Línguas e Literaturas*, Porto, vol. XIX, 2002.

Vasconcelos e de Júlio César Machado. Face à realidade observada, ergue-se um discurso comparativo, denunciador de similitudes e diferenças, com base num imaginário eivado de pitoresco, feito de imagens-esterótipo⁴⁶¹, em torno de Espanha, com base ainda no cotejo com a cultura de partida. Nos primeiros anos da década de sessenta, será Teixeira de Vasconcelos quem relatará as suas deambulações por terras portuguesas, espanholas e francesas, procurando instruir e entreter o leitor do periódico⁴⁶². “De Paris a Madrid” estende-se por três meses no espaço do folhetim de *O Commercio do Porto* e Teixeira de Vasconcelos reunirá os seus folhetins em livro, sob o título *Viagens na Terra Alheia: de Paris a Madrid* (1863), a fazer lembrar, por antítese e no que respeita ao espaço percorrido, as *Viagens na Minha Terra* de Almeida Garrett, publicadas vinte anos antes na *Revista Universal Lisbonense*, obra fundadora do universo folhetinesco português não porque tenha saído em espaço de folhetim, mas porque devedora de uma estrutura construtiva folhetinesca, obra que, como é consabido, não pode ser reduzida a meras impressões de viagem. De modo idêntico, Teixeira de Vasconcelos inscreverá nas suas narrativas de viagem uma trama romanesca de entrego sentimental que acabará por ocupar boa parte da narrativa. Em “Introdução” ao livro, inexistente nos folhetins publicados no jornal, o autor anuncia precisamente essa dupla vertente da sua obra: “Neste volume ha viagem e romance, como acontecerá em todos os outros”⁴⁶³. Observemos igualmente que Teixeira de Vasconcelos guardará na publicação em livro os sumários característicos da crónica-folhetim, como de resto Garrett o fizera, não cortando os laços que prendem a obra a uma difusão fragmentada e em estreita ligação com o suporte periodístico⁴⁶⁴. Apesar da reflexão suscitada pelo confronto entre a realidade estrangeira e a realidade nacional, que de modo intermitente atravessa a obra, mesmo quando se desenrola o novo romanesco, reflexão essa que se prende com questões identitárias e de progresso

⁴⁶¹ Cf. Julio Cesar Machado – *Em Hespanha. Scenas de viagem*, Lisboa, Liv. de A. M. Pereira, 1865, p. 20: “Passam-me no espirito mil idéas que se combatem, umas a fallarem-me de feudalismo, de inquisição, de fanatismo, outras de castanholas, de pandeiros de *cachuchas*, de serenatas, de costumes poeticos e pittorescos!”

⁴⁶² Na sua crónica “Do Porto a Vigo” de 30 de Outubro de 1860, publicada em *O Commercio do Porto*, Teixeira de Vasconcelos refere claramente esses dois objectivos que o norteiam. Para não criar falsas expectativas, o autor não se esquece de referir autores fundadores na literatura portuguesa de viagens, Fernão Mendes Pinto e Almeida Garrett, com os quais, no entanto, não pretende ser comparado.

⁴⁶³ A. A. Teixeira de Vasconcellos – “Introdução”, *Viagens na Terra Alheia. De Paris a Madrid*, Lisboa, Editor-F. Gonçalves Lopes, 1863, p. 14.

⁴⁶⁴ Os textos coligidos quase não registam alterações em termos de reescrita, supressão e/ou junção de segmentos textuais.

civilizacional, a obra do autor de *O Prato de Arroz Doce* não apresenta o escopo e a estatura da obra garrettiana em termos estéticos, em termos ainda de impacto discursivo por parte de alguém com poder simbólico incomparável ao de Teixeira de Vasconcelos no espaço social de então.

No que à narrativa de viagem diz respeito, Teixeira de Vasconcelos, desde o primeiro momento, mostra conhecer bem todo um discurso em circulação, em torno da viagem a Espanha: lembra autores – franceses – que se aventuraram na narrativa de viagens como Alexandre Dumas, Théophile Gautier, mas lembra também Germond de la Vigne⁴⁶⁵, responsável pelo guia do viajante em Espanha e Portugal e publicado pela Hachette. Filiando o seu relato, é certo, numa tradição do género e convocando toda uma cadeia de saberes que o leitor reconhece, o narrador-viajante diz contudo optar pelo seu próprio caminho, recusando a glosa perpétua enquanto prática corrente e que faz da literatura de viagem um extenso palimpsesto⁴⁶⁶. Que encontramos nós porém ao longo da narrativa? De algum modo, um processo constante de preterição, pois diz não dizer o que acaba por dizer – embora por alusão – e iterativamente se lembram obras, autores e estratégias familiares, num discurso crítico face ao género⁴⁶⁷. Assim, ao lermos *Viagens na Terra Alheia*, as notas de Gautier, em *Voyage en Espagne*, a todo o momento nos vêm à memória⁴⁶⁸.

Viagens na Terra Alheia põe-nos em contacto com um viajante que se faz acompanhar não de guias de viajante, mas de um imaginário espanhol que sabe e comprova estar desadequado ao estágio civilizacional que a Espanha actual vivencia, imaginário porém ainda gratificante e estimulante de recordar, não propriamente numa atitude saudosista. Assim e por ocasião da visita que faz a uma povoação de seu nome Hernani, Teixeira de Vasconcelos relembra Victor Hugo e a obra homónima, relembra Verdi e exclama:

⁴⁶⁵ Cf. Teixeira de Vasconcelos – *op. cit.*, pp. 16-18.

⁴⁶⁶ Cf. Teixeira de Vasconcelos – *op. cit.*, pp. 27-28: “(...) o nome de Fulton esse era de rigor, e a comparação das viagens antigas com as actuaes podia dar para dez paginas, todas copiadas de quantos livros de viagem teem sido publicados ha annos a esta parte. Pois não caio nessa”.

⁴⁶⁷ Cf. Teixeira de Vasconcelos – *op. cit.*: “O leitor curioso de noticias archeologicas póde encontrar o que deseja, e que eu tenho o mau gosto de não lhe offerecer, em qualquer guia do viajante. Ali verá uma descripção minuciosa, escripta por quem nunca viu o monumento, copiada de alguma mais antiga, que já fôra tambem trasladada de outra escripta originalmente em latim, e posta em vulgar por um erudito frade de Strasburgo, que nunca viera a Bayonna, mas que tivera um irmão que passara uma vez a vinte léguas de distancia”.

⁴⁶⁸ Cf. Teixeira de Vasconcelos – *op. cit.*, pp. 42, 62-63, 78 ou 102.

*Destas imaginações dos tempos cavalleirosos me veiu accordar a mais portentosa manifestação do progresso da nossa era. Alli perto, anda-se trabalhando no caminho de ferro do norte, e a cada legua se encontram novos trabalhos e tunneis muito consideraveis. Esqueci Hernani e os Silvas, Victor Hugo e Verdi, e transportei-me aos tempos em que a Hespanha estará inteiramente ligada aos caminhos de ferro europeus. Que transformação! Que aproveitamento de riquezas hoje perdidas! Que criação e desenvolvimento de prosperidade!*⁴⁶⁹

Teixeira de Vasconcelos, que, desde o início do relato, se apresenta como homem bastante viajado, na constante aproximação comparativa de diversas realidades estrangeiras, valoriza o progresso cultural e material, facto que permite compreender uma presença mais difusa de um imaginário espanhol pitoresco, estribado numa diversidade genuína e, por esse motivo, atraente que uma boa parte dos relatos da época usava acolher⁴⁷⁰. No confronto com o Outro, Portugal sai, por vezes, perdedor: não cultiva o gosto pelas estátuas que Espanha e Londres apresentam⁴⁷¹ ou, por exemplo, não enceta ou não dá continuidade a obras de prosperidade material, contrariamente ao que fazem os espanhóis⁴⁷². A comparação é oportunidade em Teixeira de Vasconcelos para lançar alertas à sociedade portuguesa da época. Assim, ver o Outro resulta com frequência em ver-se a si mesmo e pensar-se.

O narrador-viajante de *Viagens na Terra Alheia*, tal como outros portugueses de então, mostra-se atento aos vestígios de uma presença portuguesa no estrangeiro e regista, por exemplo, a inscrição de armas portuguesas em edifícios espanhóis⁴⁷³. Mostra-se igualmente atento à ausência do que é português: no Casino del Principe – e o narrador esclarece que se trata do Grémio de Madrid – existem todos os periódicos estrangeiros excepto os portugueses⁴⁷⁴. Perante o desconhecimento sobre Portugal, o viajante assume a condição de intermediário cultural e os contactos pessoais que vai estabelecendo são ocasião para passar informação sobre figuras e realidades da cultura

⁴⁶⁹ *Idem*, p. 49.

⁴⁷⁰ Numa concessão à atenção a votar ao genuíno, registemos a brevíssima nota sobre a mulher que passeia na Fuente Castellana: “A maior parte das senhoras levavam mantilhas” (*op. cit.*, p. 248).

⁴⁷¹ Cf. *idem*, pp. 56-59.

⁴⁷² Teixeira de Vasconcelos dá o exemplo do trabalho encetado por holandeses no reencaminhamento do rio Quanza e que não foi aproveitado e continuado pelos portugueses. Afirma então duramente Teixeira de Vasconcelos: “(...) foi por nós desamparado e esquecido, como desamparamos e esquecemos tudo o que é útil, para nos ocuparmos só com frioleiras e disparates” (*op. cit.*, p. 223).

⁴⁷³ Cf. *idem*, p.60.

⁴⁷⁴ Cf. *idem*, p. 104.

portuguesa como dar a conhecer Garrett e a sua obra *D. Branca*⁴⁷⁵. No contacto com o Outro, descobrem-se também imagens do português em circulação: em Espanha fala-se do orgulho do homem português e do seu carácter exagerado⁴⁷⁶.

Na *Revolução de Setembro* são publicadas as crónicas de viagem de Júlio César Machado – de imediato coligidas em volume com *Em Hespanha. Scenas de Viagem* (1865) –, tendo o seu autor consciência do que o público espera dele – uma escrita de entretenimento e não uma mera informação sobre o que se pode encontrar no estrangeiro⁴⁷⁷. Oferecer uma leitura aprazível justifica pois a presença do anedótico e a escassez da nota erudita nestes folhetins de César Machado. O volume que reúne as crónicas de viagem a Espanha – país que integrava já a lista dos destinos apontados pelo próprio César Machado em 1857, na sua “Phisiologia do viajante”⁴⁷⁸ – praticamente segue passo a passo o que é dado à luz em folhetim. Adapta-se um ou outro vocábulo⁴⁷⁹, desaparecem os sumários característicos da publicação nesse espaço da imprensa periódica, desaparece o título de uma das crónicas – “Uma vingança vasconça” –, ainda um ou outro parágrafo de carácter circunstancial e ligeiro, como acontece com os últimos parágrafos da crónica final em que se narra o episódio de leitura da sina a Júlio César Machado e pragmaticamente se reconhece a necessidade de voltar à crónica de espectáculos costumeira, pois o tempo de vilegiatura atingiu o seu termo, estando o público leitor já na expectativa do que em Lisboa acontece. Tal excerto é substituído no livro por um momento de erudição em torno da história, tradições e costumes da Vasconia; o epílogo resume-se a uma breve conversa com o guia e a uma despedida – a anunciar um regresso a Paris – que, numa pincelada, marca os contrastes que singularizam a realidade espanhola. Enquistado na publicação em

⁴⁷⁵ Cf. *idem*, pp.80-82.

⁴⁷⁶ Cf. *idem*, p. 83 e p. 85, respectivamente.

⁴⁷⁷ Cf. Julio Cesar Machado – *Em Hespanha, op. cit.*, p. 251: “Tenho immensa pena de não poder entreter o leitor amante de perigos com a descrição de muitos casos extraordinarios que me succedessem nas montanhas (...)! Sei muito bem que esta não é a pratica dos escriptores *touristas*, mas confesso que os montes não são, por emquanto, a minha especialidade!” Como não lembrar Théophile Gautier e o seu relato da incursão na montanha, ao cume do Mulhacen (cf. *Voyage en Espagne*, Paris, Flammarion, pp. 288-295)?

⁴⁷⁸ Cf. Julio Cesar Machado - “Phisiologia do viajante”, *op. cit.* Também *Em Hespanha* se encontra uma micro-fisiologia do viajante, quando, na sala de espera da estação de caminho de ferro, em Madrid, o autor observa os outros passageiros e identifica, caracterizando-os, o “viajante de perna longa e de pé grande”, o “viajante reflexivo”, a família de espírito burguês, o viajante sábio, o “viajante *sedentario*” e o sempre presente “inglez das viagens” que protagonizará um episódio anedótico aqui narrado (cf. *Em Hespanha, op. cit.*, pp. 208-216).

⁴⁷⁹ Cf. Julio Cesar Machado - *Em Hespanha. Scenas de Viagem, op. cit.*, p. 142 onde “este tauromachico capitulo” está em substituição de “este tauromachico folhetim”.

livro surge um capítulo que *A Revolução de Setembro* não dá à luz e que não pode, de facto, ser tomado como uma crónica de viagem. O capítulo XV funciona como um excuro no conjunto das diferentes narrativas todas elas votadas ao itinerário e acontecimentos que rodeiam a viagem de Júlio César Machado, ao abrigar uma narrativa cómico-sentimental com ingredientes como o ciúme, sedução, ameaça à fidelidade conjugal, amores desencontrados com um final feliz e que César Machado caracteriza como “scena original e graciosa, scena verdadeiramente hespanhola, como um *embroglio* de comedia castelhana!”⁴⁸⁰ Explicação para tal inserção só mesmo esse traço de originalidade, de produto genuíno apontado pelo autor, após um capítulo que se terminava por uma crítica a uma imitação de uma peça francesa no Teatro da Zarzuela: “A opera não era opera; (...) era alguma coisa que se parecia com tudo isso, mas que não se sabia o que era; uma especie d’aquella lenda alemã, em que se vê a sombra de um cocheiro a limpar a sombra de um cavallo com a sombra de uma esponja!...”⁴⁸¹

As crónicas da viagem em Espanha começam a ser publicadas em Maio de 1864 com “De Badajoz a Madrid” e, logo neste primeiro folhetim, encontramos não apenas o relato das dificuldades da viagem – uma noite em caminho de ferro até Badajoz mais dois dias e três noites em mala-posta até Madrid –, mas também informações e comentários sobre os espaços que vão sendo percorridos em que se reafirma a qualidade de viajante do narrador⁴⁸². O destino da viagem empreendida é a capital espanhola e, por esse motivo, os outros treze folhetins giram sobretudo em torno dos eventos sociais que aí ocorrem, mas também do património madrilenho. Nestes folhetins que se estendem de Maio a Agosto, o autor regista usos e costumes espanhóis, mostrando diferentes práticas culturais que pautam a vida social madrilenha caracterizada por um bulício, uma vida social intensa a seduzir o turista português: a ida ao teatro, o baile de *Capellanes*, o passeio no Prado e a *corrida*, momento descritivo cheio de movimento e de vivo colorido⁴⁸³. Assistir a uma tourada em Espanha, é um rito a cumprir por todo o viajante. Como dirá Guiomar Torrezão: “Quem nunca viu uma tourada em Madrid

⁴⁸⁰ Cf. Julio Cesar Machado - *Em Hespanha. Scenas de Viagem, op. cit.*, pp. 173-194.

⁴⁸¹ *Idem*, p. 172.

⁴⁸² Cf. *idem*, p. 196: “Não posso fallar-lhes do Escorial senão como viajante que apenas narra a sua impressão sem cuidar um instante de que a sua opinião tenha geitos de axiomática; os apontamentos não me auxiliam muito, e os meus conhecimentos especiaes andam n’esta parte pela força das minhas predilecções pelo edificio, - fraquissimos”.

⁴⁸³ Cf. capítulos XI e XII de *Em Hespanha. Scenas de viagem, op. cit.*

ficará toda a vida sem saber o que são os hespanhoes, o que é a patria do Cid e de Quevedo, a nação das epicas proezas, das romanescas façanhas, dos violentos entusiasmos e das alegrias ruidosas e tragicas”⁴⁸⁴.

Como outros viajantes portugueses do século XIX⁴⁸⁵, Júlio César Machado mostrará um olhar atento ao feminino, mediador afinal na percepção do outro: a beleza feminina, a moda, a educação da mulher espanhola⁴⁸⁶. Essa atenção à figura feminina que se nos afigura como uma constante na crónica de viagem prender-se-á com o interesse pela mulher estrangeira e a atracção que a espanhola provoca em Portugal junto de um público masculino e que surge retratada e documentada em suportes escritos vários, explica-se ainda à luz do público feminino do folhetim, curioso de saber o que a Outra fazia, como se apresentava, como circularia em sociedade⁴⁸⁷. O viajante procura além do mais reconhecer na mulher espanhola uma imagem fixada pelo imaginário social e reproduzida mecanicamente em Oitocentos. Cerca de uma década mais tarde, por exemplo, como era descrita, em *A Família Albergaria*, uma personagem feminina de ascendência espanhola?

Bertha Albergaria Montenegro de Serpa era uma d’esta mulheres privilegiadas, perante as quaes os idealistas da forma ou da palavra, pintores, poetas e romancistas, emmudecem.

(...)

Os cabellos pretos, bastos, setinosos, ondados, exhalavam perfumes inebriantes; soltos desciam até ao chão e cobriam n’a toda como uma nuvem cobre um astro: levantados, embebiam-se no reflexo azulado da turqueza. Aquelles cabellos eram a herança materna; atravez d’elles entrevia-se a oriental Alhambra, o murmurante Guadalquivir, o

⁴⁸⁴ Guiomar Torrezão – *A Grande Velocidade (Notas de Gare)*, Porto, Livraria Portuense, 1898, p. 47.

⁴⁸⁵ Cf. D. de M. – “Recordações de Hespanha”, *O Nacional*, 13 Dez., 1865: “As valencianas, como todas as hespanholas, tem nos olhos o fogo e a seducção; na boca graciosa as perolas do oriente; o marmore de Paros no collo e nas mãos mimosas; as rosas da Alexandria nas faces pudibundas... Rosto de satisfazer imaginações do poeta, é certamente o rosto dellas!”

⁴⁸⁶ Cf. Julio Cesar Machado – *Em Hespanha, op. cit.*, p. 55: “As hespanholas, de mais a mais, dançam muito bem, e se a sua educação é um pouco descuidada n’alguns ramos, cumpre confessar que para a musica, para o canto, e para a dança, teem uma graça particular”. Veja-se ainda sobre a mulher espanhola o folhetim de 13 de Setembro, que fala da chegada a San Juan de Luz: “Estamos em San Juan de Luz, terra de ruas estreitas e de mulheres que não cabem nas ruas, - não pela gordura, mas pela gomma das saias, pela amplidão da mantilha, pelo meneio constante d’uma attitude garrida e pomposa!” Na publicação em livro, surge este parágrafo com algumas variantes: “(...) não pela gordura, mas pelo meneio constante de uma attitude garrida e pomposa, com as suas saias curtas de côres vivissimas, e os cabellos fluctuando-lhe em tranças sobre os hombros!” (*Em Hespanha. Scenas de Viagem, op. cit.*, p. 227).

⁴⁸⁷ Também M^a Teresa Pinto Coelho em “Oliveira Martins e a literatura de viagens da Geração de 70: imagens da Inglaterra vitoriana em *A Inglaterra de Hoje*”, *Literatura de Viagem. Narrativa, história, mito, op. cit.*, p. 109, salienta a atenção votada ao feminino.

*rendilhado Generalif, a cavalheirosa Hespanha emfim, patria das languidas serenatas, das formosuras veladas e dos heroes legendarios*⁴⁸⁸.

Quantas desilusões sofridas, quando esta imagem da mulher espanhola não encontra o seu correlato no real. A espanhola afrancesada é então motivo de desapontamento para Júlio César Machado:

*De que lhe servem os soberbos cabellos negros, as abundantes e formosas tranças tão cantadas, se escondem tudo isso debaixo de uma copa de papelão? Ó pallidas e sedutoras visões, ó morenas provocantes, ó audaciosas e orientaes figuras, heroínas eternas d'esse theatro ardente e da ardente poesia d'essa litteratura e d'esse povo, vêde bem que é um crime o negar ao oval precioso d'essa fronte, ao collo airoso e audaz que Deus vos reservou, a preciosa mantilha que dois pregos de oiro prendem ao nó dos cabellos, e que fluctua sobre o rosto, sobre os hombros, sobre o corpo todo, sem lhe esconder os encantos! A mantilha é mais do que o attributo da hespanhola, é o seu condão, é o seu segredo, é a graça, é a arte, é a seducção, é a elegancia, é a vida; Deus formou a mulher, a mantilha completou-a: d'esta harmonia nasceu a hespanhola!*⁴⁸⁹

As crónicas de viagem de Júlio César Machado oferecem ao leitor seu contemporâneo a notação comentada da realidade espanhola da época, convocando a par e passo um imaginário espanhol literatizado, nomeadamente por via romanesca e dramática, e que se vai esboroando face ao observado⁴⁹⁰. Em Madrid, o folhetinista tem de reconhecer a perda do genuíno mercê da irradiação da cultura francesa na Península Ibérica⁴⁹¹. Guiomar Torrezão, anos depois, observará: “Madrid é uma succursal de Paris; começou por eliminar a mantilha e acabou pintando-se de loiro”⁴⁹².

⁴⁸⁸ Guiomar Torrezão – *A Família Albergaria*, Lisboa, Livraria Moderna, 1903, p. 23.

⁴⁸⁹ Julio Cesar Machado – *Em Hespanha. Scenas de Viagem*, *op. cit.*, pp. 152-153. O cronista observa ainda que embora as espanholas sejam mais bonitas do que as francesas, apesar de imitarem a moda parisiense, ficam sempre menos elegantes do que elas. O fascínio pela mulher espanhola é de resto uma das constantes nestas crónicas de viagem de Júlio César Machado que, a todo o momento realça a sua capacidade de sedução. Atentemos num outro excerto destas crónicas de viagem: “Quem teria coragem, quem não enlouqueceria a meio caminho, se tentasse o estudo anatomico da formosura de todas aquellas mulheres que passam a cada instante em bandos nas ruas do Prado? Vae uma pessoa rolando a imaginação nos aneis dos seus cabellos, repousando a vista na alvura das fronteas, assustando-se debaixo do fulgor dos seus bellos olhos, suspendendo a alegria áquellas boccas que surriem, correndo um olhar d' ebriedade pelos rostos, pelos colos divinos, pelos longos dedos daquellas mãos brancas e tenues, até ir acabar com a vista, com a alma, que não nos ficam olhos nem força para ver mais na vida, naquelles pés pequenos que escapam ao olhar, mettidos em sapatinhos flexiveis e seductores, que provocam, que entontecem, que dão vertigens a quem os vê!...”(*op. cit.*, p.159).

⁴⁹⁰ Cf. *idem*, pp. 73-75.

⁴⁹¹ Cf. *idem, ibidem*: “Não somos nós apenas os portuguezes, que nos enlevamos pelo prestigio de tudo o que vem de França; Paris é tambem a palavra magica para os madrilenos, gente essencialmente dada á moda (...)”.

⁴⁹² Guiomar Torrezão – *A Grande Velocidade (Notas de gare)*, *op. cit.*, p. 78.

A influência francesa não se revela apenas na moda, mas produz mudanças nas formas de sociabilidade, na produção, circulação e consumo de bens culturais em Espanha, ou melhor, em Madrid. Júlio César Machado observa que a dança nacional que, por tradição, fecha sempre o espectáculo teatral, já só é vista por estrangeiros⁴⁹³. A porosidade entre culturas espelha-se igualmente na produção dramática o que é lamentado pelo viajante pois significa a perda ou, pelo menos, uma ameaça à tradição teatral castelhana⁴⁹⁴.

O olhar de Júlio César Machado, sobre Madrid e a Espanha em geral, não o faz esquecer a realidade portuguesa, recorrendo, por vezes, o cronista a um processo de cotejo entre o país visitado e o país de origem, processo que também toma como pólos comparativos Paris e Londres⁴⁹⁵, cidades já visitadas por Júlio César Machado e de cuja visita deu conta na obra *Recordações de Paris e Londres* (1863). Assinala-se com espanto crítico que, ao contrário do que sucede em Portugal, o uso da claque nos teatros e o fósforo de pau não são uso no país vizinho; salientam-se factores de progresso como a possibilidade de comprar o jornal na rua até às duas horas da manhã.

O cotejo passa ainda pela constatação de que existem invariantes qualquer que seja o país visitado. Após um momento estésico em torno da beleza feminina a emoldurar os camarotes do teatro, pergunta Júlio César Machado: “Quando volvi os olhos para o palco, senti-me esfriar. Estavam em scena as choristas, que teem um só modo de ser, como o mineral, em todos os theatros, em todos os paises, em todo o mundo, feias, velhas, caricatas, infernaes...Porque motivo guardam os theatros semelhantes demonios?”⁴⁹⁶

O mundo jornalístico e literário surge também trabalhado nas crónicas sobre Espanha e, para além de se referirem contactos com literatos espanhóis como D. Manuel del Palacio, recorda-se com acentuada admiração a escrita espirituosa do folhetinista

⁴⁹³ Cf. Julio Cesar Machado – *Em Hespanha, op. cit.*, pp. 88-89.

⁴⁹⁴ Cf. capítulo XIX de *Em Hespanha, op. cit.* Júlio César Machado, neste mesmo capítulo, informa que o *libretto* das peças líricas apresentadas no Teatro da Zarzuela “é ás vezes imitado de operas-comicas e comedias francezas, mas em que a musica é sempre original” (*op. cit.*, p. 165).

⁴⁹⁵ Cf. Julio Cesar Machado – *Em Hespanha, op. cit.*, pp.25-26. Lembremos a título de exemplo a informação que dá ao leitor sobre o facto de ser tudo muito caro em Espanha, mais ainda do que em Londres, numa escrita saborosa que lhe é peculiar: “Está a gente a assustar-se sempre dos preços de Londres, e vae achar-se em Madrid a despender mais. O *porte-monnaie* em quanto se pára em Hespanha conserva-se no estado d’extase, - de bocca aberta: não ha tempo para o fechar”.

⁴⁹⁶ Julio Cesar Machado – *Em Hespanha, op. cit.*, p. 34.

Mariano Larra que ele considera mesmo “unico folhetinista que tem tido a Hespanha”, aproximando-o de Lopes de Mendonça, deles dizendo: “O’ Larra! A ti como a Lopes de Mendonça a idéa politica suffocou o sentir poetico, que era tudo em ambos!”⁴⁹⁷ A curiosidade de Júlio César Machado e o facto de se estar a tornar um profissional das letras leva-o ainda a informar-se sobre a situação financeira do escritor em Espanha e disso mesmo dá conta aos seus leitores, informando-os que os proventos auferidos não são “tão auspiciosos como na França, mas de muito maior vantagem do que em Portugal”⁴⁹⁸.

Narrar a viagem significa, quase sempre, indicar o ponto de partida, o percurso e ponto de chegada e se uma tónica de euforia envolve esses dois pólos, atravessar Espanha surge como uma provação inevitável a experimentar: “(...) e passamos Robledo, e Las Navas, e Avila, e San Chidrian, sempre atravez de uma longa cadeia de granito, natureza triste e selvagem, de uma solidão e de um silencio horriveis. Ah! Madrid! Já lá ficas longe com as tuas ruidosas cavalgadas, os sonoros caleches que passam no Prado, e os trens sumptuosos que conduzem a flôr da elegancia hespanhola! Aqui, nem chegam ao menos as longinquas harmonias dos sinos ou das guitarras: nem se ouve a *panderêta* nas *ventas*, nem, os guisos da mula do almocreve na estrada, nem o vento nas folhas sequer! Granito, granito, e granito!”⁴⁹⁹ Com efeito, Espanha é Madrid e, como vimos em relatos anteriores a Andaluzia, o resto é contingência.

O Visconde de Benalcanfor, ilustração do literato oitocentista que faz a experiência do estrangeiro pela prática cultural da viagem, é o autor de um raro exemplo de narrativa de viagem ao Oriente no século XIX em Portugal, mais particularmente ao Egipto onde permaneceu durante cinco semanas⁵⁰⁰. Como atrás referimos, o interesse e a atenção votados ao Oriente que se reflectiu ao nível dos estudos orientalistas, mas também na escolha desse destino pelo viajante oitocentista europeu, não parece ter suscitado entre

⁴⁹⁷ *Idem*, p. 158.

⁴⁹⁸ *Idem*, p. 114. Esta crónica do sucessor de Lopes de Mendonça em *A Revolução de Setembro* importa ainda pela denúncia que faz de um mal-entendido e mesmo calúnia de que é vítima por parte do periódico espanhol *El Reyno*, que noticia a publicação em Portugal de um escrito do autor a escarnecer dos costumes e divertimentos espanhóis, tomando como termo de comparação os escritos em torno de Espanha de Alexandre Dumas. Ontem como hoje os equívocos e os desencontros entre portugueses e espanhóis na imprensa periódica não faltam. Ora esta pequena escaramuça que leva ao esclarecimento de Júlio César Machado, pelo seu carácter demasiado circunstancial e episódico, será omitida na publicação em livro.

⁴⁹⁹ *Idem*, p. 211. O título desta crónica, suprimido em suporte livresco era “Em caminho de ferro”.

⁵⁰⁰ Visconde de Benalcanfor - *De Lisboa ao Cairo. Scenas de Viagem*, Porto, Liv. Internacional de Ernesto Chardron, 1876, p. 82.

nós igual simpatia. Para além da míngua de relatos em torno do Oriente, sinal desse facto, no que à obra *De Lisboa ao Cairo* diz respeito, parece ser também a ausência de uma filiação numa tradição do género. Na verdade, contrariamente ao que é uso na narrativa de viagem, não se convocam autores e obras de referência que marcaram o discurso em torno do Oriente no século XIX⁵⁰¹. Já nos folhetins do Visconde de Benalcanfor relativos à passagem por Itália, o discurso de outrem era a todo momento convocado. Avançando na leitura destas narrativas, descobrimos, porém, que o narrador usa com mestria um imaginário oriental que vai cotejando com a realidade observada. Se as fontes livrescas não funcionam como fundo maior, pelo menos de forma confessada⁵⁰², o autor denuncia uma fonte que é também a do seu leitor⁵⁰³, o teatro lírico, frequentado pela boa sociedade lisboeta da época. Já no Egipto, em Damanhour, Ricardo Guimarães descreve a miséria e a doença, a falta de higiene da população encontrada e diz-nos do seu desapontamento: “Comparado com esta scena de miseria, o Oriente de Rambois e Cinatti na *Africana* chega a tomar as proporções de uma lenda das *Mil e uma noites*”. E acrescenta: “(...) tive sinceras saudades do Oriente de S. Carlos, realiado pela voz prestigiosa da Fricci, a ardente Selika, e pelo pincel dos dous inimitaveis scenographos”⁵⁰⁴.

Quando nos debruçamos sobre os textos seleccionados do *Commercio do Porto* para integrarem *De Lisboa ao Cairo* – reorganizados e num ponto ou outro reescritos – , desde logo registamos que, muito embora o título incluía Lisboa, enquanto início do itinerário a emprender, certo é que a viagem relatada tem como ponto de partida Córdova, de imediato seguida de Sevilha. Se, na verdade, ao visitar estas cidades da Andaluzia se põe em relevo todo um conjunto de traços considerados genuínos e, por esse motivo, repetidos em diversos relatos de viagem a Espanha, tais como a alegria, a animação, a costumeira careza das hospedarias, a guitarra, as seguidilhas e as malaguenhas, o *sereno*, a mulher espanhola com os seus tentadores olhos negros, o *salero* ou ainda o *cliché* que lembra a acção da Inquisição espanhola⁵⁰⁵, põe-se em

⁵⁰¹ Excepções encontramos quando se trata de suportar uma nota histórica. Cf. *op. cit.*, pp. 69, 71, 74, 209, citando-se Jean-Jacques Ampère, Villemain ou Renan.

⁵⁰² À excepção da constante alusão aos contos árabes.

⁵⁰³ Este facto não é de somenos importância, se pensarmos na estratégia discursiva presente na crónica de viagem e que visa interpelar o leitor, fazê-lo aproximar-se, estratégia também ilustrada por estes escritos do Visconde de Benalcanfor. Cf., por exemplo, *op. cit.*, p.114: “compreenderá facilmente o leitor”; “imagine o leitor benevolo”.

⁵⁰⁴ Visconde de Benalcanfor – *op. cit.*, p.87.

⁵⁰⁵ Cf. capítulos I e II da obra citada.

relevo igualmente vestígios e sinais anunciadores do Oriente que legitimam a presença destas etapas propedêuticas em solo espanhol, no relato de uma viagem ao Egipto. Assim, na catedral de Córdoba, o Visconde de Benalcanfor diz “respira[r]-se a atmosfera calida e voluptuosa do Oriente, com as myriadas de caçoletas de ouro em que ardem perfumes excitantes, a myrra e o sandalo; com os aromas das flôres abertas nos jardins dos serralhos; com os prismas afogeados da pedraria de Ofir e de Manar, que realçam a alvura das sultanas languidamente adormecidas em divans de damasco e de Smyrna; com as fascinações das huris cujos olhos de fogo encerram os queimores do deserto”⁵⁰⁶. É este de facto todo um quadro erguido, ainda em Espanha, sobre um imaginário oriental exótico e eivado de erotismo. As imagens do Oriente que atravessam *De Lisboa ao Cairo* são parte dum fundo comum partilhado com o destinatário, uma *doxa* que não precisa sequer de se legitimar através do recurso a uma *auctoritas*. O discurso sobre Oriente é um discurso colectivo, europeu e, tal como sucede noutros relatos de viagem europeus da época, o Oriente aqui delineado não é apenas um espaço geográfico extremamente integrador – e quem viaja no mediterrâneo oriental está já a viajar no Oriente de que a Grécia já fará parte –, é também apresentado como um espaço mítico que deslumbra⁵⁰⁷.

No espaço percorrido, esse imaginário oriental de que se é portador é, com frequência, duramente posto à prova, sofrendo rudes golpes. Ainda em Espanha, observa o narrador-viajante:

Quantas vezes se não tem fallado das decepções crueis que a cada instante desapontam a imaginação ambiciosa do viajante!

(....)

*Quem espera que o poetico Guadalquivir, que só nos deve fallar de sultanas bellas, de califas loucos de amor, de aventuras mysteriosas de serralho, de paixões abafadas no peito dos infelizes eunuchos; de colloquios ternos murmurados na espessura dos laranjaes pela calada da noite, quando da varanda das mesquitas não póde erguer-se a voz monotona do muezzin a convidar os fieis ás abluções sagradas; quem espera que um rio essencialmente romanesco como aquelle se contorça turvo, amarellado, entre apertadas courellas de terra esmaltadas de varias saladas e a pompearem os variados legumes e temperos da cozinha burgueza, desde a salsa e os coentros até o feijão carrapato e as beldroegas?*⁵⁰⁸

⁵⁰⁶Visconde de Benalcanfor - *op. cit.*, pp. 2-3.

⁵⁰⁷ Um aspecto há nesse imaginário que escapa ao fascínio exercido pelo Oriente: o fanatismo e até a barbárie na vivência do religioso (cf. *op. cit.*, pp. 158-161, 195).

⁵⁰⁸ *Idem*, p. 20.

Alexandria constituirá para Ricardo Guimarães um novo desapontamento precisamente por não corresponder ao Oriente imaginado e, mais uma vez, as imagens do Oriente comportam o erotismo emanado da figura feminina⁵⁰⁹:

Engana-se, e de que modo! quem a imaginar uma cidade typica do Oriente, erriçada de grimpas, de minarettes, de torres de mesquitas listradas de branco e de vermelho, com as ruas atulhadas de récuas de camêlos guiados por beduinos acobreados; com cardumes de mulheres envoltas em compridos habarahs, deixando apenas o adivinhar-lhes a formosura enigmatica e misteriosa pelo brilho sombrio dos olhos, única parte do rosto que não está escondida sob o comprido borghot que as cobre da cabeça aos pés⁵¹⁰.

A cidade de Alexandria apresenta-se ao viajante com feição europeia, como de resto acontecerá sob diversos aspectos com a cidade do Cairo:

Quem poderia prevêr que, á beira do Nilo, diante das Pyramides, a dous passos do deserto lybico, do esphinge e das catacumbas povoadas de mumias, havia de estender-se um dia uma cidade parisiense de aspecto e de costumes, casquilha, libertina, douda, dançando o *can-can*, atirando aos quatro ventos as canções de Thereza, exaltando-se com *champagne*, ceando *truffas* e *foie-gras*, addicionando ás pragas biblicas do velho Egypto mais outra – a das *cocottes* – que os pachás já meio arruinados por ellas adoram com a mesma superstição idólatra com que os Pharaós adoravam o boi Ápis!⁵¹¹

O Cairo, como adiante, fará questão de sublinhar o viajante, assemelha-se a qualquer grande capital europeia como Viena, Londres ou Paris: a mesma vida social, formas de sociabilidade similares: o passeio de carruagem, a ida à ópera ou ao teatro francês, a importância da moda são alguns exemplos. Apesar deste banho europeu, o Cairo consegue manter “laivos orientaes”, adereços cénicos diríamos nós: as mulheres com o rosto coberto e as bilhas de água à cabeça, os camelos, os *fellahs* com as pernas nuas que restituem os viajantes por momentos ao Oriente⁵¹². Do seu encontro com o vice-rei, o Visconde de Benalcanfor sublinha o conhecimento que este tem do movimento europeu e a atenção que vota aos progressos civilizacionais⁵¹³. Os cafés do Cairo, contudo, são motivo de desilusão profunda e para tal facto se alerta “o bom, o ingenuo do leitor”⁵¹⁴.

⁵⁰⁹ Cf. *idem*, p. 143; “Arabia, terra dos perfumes e das mulheres ardentes”.

⁵¹⁰ *Idem*, p. 79.

⁵¹¹ *Idem*, p. 103.

⁵¹² Cf. *idem*, p. 104.

⁵¹³ Cf. *idem*, pp. 167-177.

⁵¹⁴ *Idem*, p. 295.

A passagem por Gibraltar, espaço de domínio inglês, introduz um corte no sonho oriental do narrador-viajante e a figura do inglês, na sua tipicidade caricatural - carácter sombrio, triste que o álcool alegra⁵¹⁵, homem de espírito comercial -, aparece como um intruso na paisagem. Eis o estereótipo do inglês na pena do Visconde de Benalcanfor: “Como poderá existir um único inglez, qualquer que seja a latitude em que habite, sem um cavallo para correr, uma garrafa de Porto ou pelo menos de brandy, uma chicara de chá preto, um numero do *Times* e um fogão de sala, mesmo apagado, só para se consolar com a idéa do lume?”⁵¹⁶

No Mediterrâneo, apesar da saudosa lembrança de quem ficou e da nostalgia da pátria, persegue-se o Oriente sonhado, “em demanda da ilha de Malta, onde antevemos scenas e esplendores, que nos hão-de revelar uns vislumbres do Oriente”⁵¹⁷. E, na aproximação a Malta, “Nos tons quentes da luz, na claridade diaphana da atmosphaera circulam não sei que vagos e longinquos aromas do Oriente”⁵¹⁸. Em Alexandria, apercebe-se já o “mundo desconhecido e phantasioso do Oriente”⁵¹⁹.

Muito embora o Cairo tenha para oferecer ao turista o conforto, os bens culturais da grande cidade europeia e se possa falar duma Cairo moderna, a cidade consegue oferecer também os atractivos orientais que o viajante busca: o pitoresco architectónico, o pitoresco humano, o pitoresco de costumes, a Cairo típica e tradicional:

*O Cairo, que me revelaste [a fada do viajante], deslumbrante de alabastro e ouro, todo rendado de miradouros, de balcões, de varandas, de gelosias brincadas e salientes, que espalham na rua uma sombra misteriosa; tumultuoso e pitoresco no Mouski; sedentario nos cafés; devoto e fanatico nas rezas; simulatneamente luxuoso, sensual, e mystico; suspenso da voz dos muezzins (...) e da bocca humida das sultanas, mal penetra nos recessos dos harens, entre pilhas de coxins, aromas e narghilés, esse Cairo, cujo aspecto revive na minha lembrança, colorindo-se sempre das tintas prestigiosas das aparições phantasticas, realisa os sonhos mais ambiciosos da imaginação*⁵²⁰.

⁵¹⁵ Cf. *Idem*, pp. 21-22. A inseparabilidade do inglês e do álcool surge, iterativamente, ao longo de todo o relato. Assim, na viagem no Mediterrâneo, afirma-se que a “aguardente é a sua musa” (*op. cit.*, p. 44) e, em Malta, que “Taes são os assaltos d’esta colonia de bebedores, que as garrafeiras dos hotéis, ao cabo de dous ou trez mezes, ficam tão tisticas, como as *ladys* e as *miss*, que os acompanham” (*op. cit.*, pp. 54-55).

⁵¹⁶ *Idem*, p. 34.

⁵¹⁷ *Idem*, p. 43.

⁵¹⁸ *Idem*, p. 44.

⁵¹⁹ *Idem*, p. 63.

⁵²⁰ *Idem*, pp. 99-100.

A atenção do viajante prende-se também com o encontro de outros viajantes. Tal como na viagem a Itália, também o relato da viagem ao Egipto do Visconde de Benalcanfor dá testemunho do fenómeno turístico em expansão⁵²¹. Grandemente protagonizado pelo inglês, também se regista a presença do turista americano⁵²² e francês⁵²³. Sofrendo um tratamento disfórico, a figura do inglês emerge a todo o momento no relato. Assim, num café do Cairo, vê Ricardo Guimarães “Vinte ou trinta ingleses, turistas aborrecidos com as viagens repetidas, em que á força de verem quanto ha por esse mundo todo, suspiram por contemplar o vacuo das suas algibeiras, são nocturnamente depennados na bolsa, victimas sacrificadas pelo *spleen* nas hecatombas do azar e da batota”⁵²⁴.

Também em *De Lisboa ao Cairo*, o viajante português mostra estar atento ao registo de uma presença portuguesa no estrangeiro – lembrando, em Malta, a acção de D. António Manuel Vilhena⁵²⁵ – e revela adoptar a inevitável e recorrente atitude comparativa entre a realidade nacional e a realidade estrangeira⁵²⁶ ou entre diversas realidades estrangeiras⁵²⁷, procurando indicar traços similares ou dissemelhanças.

Na república das letras portuguesas, Ramalho Ortigão apresenta-se também como um cultor da narrativa de viagens, cultor de uma narrativa que se constrói a partir do contacto com o Estrangeiro: *Em Paris* (1868), *Notas de Viagem*, *A Hollanda* (1885) ou *John Bull* (1887). Comum às diferentes obras, o objectivo de levar o leitor a tomar contacto com uma realidade outra alia-se ao constante cotejo com a realidade nacional, permitindo a dilucidação da especificidade dos dois termos comparados. Da comparação ressaltam dois traços na experiência do narrador observador e comentador:

⁵²¹ Ricardo Guimarães regista também consequências da multiplicação de viajantes, quando, por exemplo, informa que as inscrições na coluna de Pompeu se encontram ilegíveis em virtude dos nomes aí gravados por quem a visita. (cf. *op. cit.*, p.68).

⁵²² Cf. Visconde de Benalcanfor - *op. cit.*, p.157.

⁵²³ Cf. *idem*, p. 163.

⁵²⁴ *Idem*, pp. 130-131.

⁵²⁵ *Idem*, p. 48.

⁵²⁶ Quando se refere a vadiagem fina de Cadiz e se diz “exactamente como entre nós” (p. 29) ou quando observa, no vale do Nilo, “planicies uniformes e verdejantes como as mais pingues do Sado e do Riba-Tejo” (p. 86). A animação nocturna no Cairo é contrastada com as condições e o modo de estar dos lisboetas no Passeio Público (cf. *op. cit.*, p.197). Um último exemplo desta atitude comparativa é a analogia entre Lisboa, em dia de Corpo de Deus, e o Cairo, quando entra na cidade o tapete sobre que ajoelharam os romeiros em Meca (cf. pp. 191-192).

⁵²⁷ Cf. *idem*, p. 97: “Da estação até o New Hotel atravessam-se bairros novos, cujas ruas são largas com predios no estylo dos modernos de Paris” ou ainda “O theatro italiano do Cairo, que não cede em luxo de decorações, de scenarios e de trajes nem á Grande Opera de Paris, nem á Opera de Viena, é propriedade do khediva” (p. 122).

o fascínio lúcido face ao Estrangeiro, o sentido crítico do patriota face ao seu país de origem. Na imprensa periódica por nós consultada, apenas curtos trechos de *Em Paris* e *A Hollanda* surgem publicados; a partir deles, teceremos pois breves considerações.

Os textos coligidos em *A Hollanda* tiveram como primeiro espaço de publicação a *Gazeta de Noticias* do Rio de Janeiro. Porém e já após a saída em livro dessas notas de viagem, encontramos na imprensa portuguesa, no jornal portuense *O Primeiro de Janeiro* um trecho da obra bem ilustrativo da escrita de Ramalho⁵²⁸. Debruçando-se ele sobre um meio de transporte tipicamente holandês – o *trekschuit*, barca de passageiros que percorre os canais –, Ramalho Ortigão narra a sua experiência como passageiro, intercalando na descrição, a espaços pictórica⁵²⁹, que vai fazendo da barca, das figuras humanas que a ocupam, da paisagem holandesa apercebida, todo um conjunto de memórias saudosas relativas a factos e realidades portuguesas que poderão ser cotejados, neste caso as suas viagens fluviais em terra lusa. O excerto escolhido revela, por um lado, admiração experimentada perante a capacidade holandesa em reverter a favor da agricultura o que poderia ser uma calamidade – as inundações –, a admiração ainda pelo poder de organização que a paisagem humana manifesta; por outro lado, no entanto, o contacto havido com o que poderíamos chamar uma natureza bruta humana em Portugal causa-lhe nostalgia, muito embora se reconheça a distância civilizacional entre os dois países. Assim, conhecer é afinal convocar o conhecido, é dizer o Outro através do que sabemos e do modo como lidamos com o Eu, é fazer da viagem em terra alheia também uma viagem na nossa terra.

Numa estratégia frequente à época, “No asfalto de Paris” e “O filho do janota” são os títulos dos fragmentos publicados no folhetim do *Diario de Noticias*, em antecipação anunciadora da publicação próxima de *Em Paris*⁵³⁰, obra que valorizará não o percurso da viagem mas o seu destino. O primeiro desses textos apresenta uma narrativa de amores funestos antecedida e salpicada de comentários e notas sobre a vida do *demi monde* parisiense, mostrado em todo o seu esplendor e sedução, mas também

⁵²⁸ Cf. Ramalho Ortigão - “A Hollanda. Campos e aldeias”, *O Primeiro de Janeiro*, 11 Set., 1885.

⁵²⁹ Sobre a presença de elementos pictóricos nesta obra de Ramalho, consulte-se o estudo de Ana Teresa Diogo - “A Holanda de Ramalho Ortigão e *Sur l'eau* de Maupassant: de um pessimismo nacional a um pessimismo radical”, *Literatura de Viagem. Narrativa, história, mito, op. cit.*, pp. 369-379.

⁵³⁰ Podemos de facto encontrar, em Outubro de 1867 e em Julho de 1868 no diário lisbonense, esses trechos cujos títulos na publicação em livro apresentam algumas variantes: “No asfalto parisiense e “O petit crevé”.

no que tem de artificioso e de censurável. Em momento preambular, regista-se um curto e curioso episódio, sintomático da atitude de Ramalho face ao estrangeiro. Pergunta a Ramalho Ortigão o secretário do senhor de Clavières, protagonista da história a narrar:

- *É um um dialecto hispanhol o que os senhores falam?*

- *Um dialecto não; nós fallamos uma lingua, que tem sido cultivada por varios homens de genio, entre os quaes se cita um padre chamado Antonio Vieira, cuja fórma e geito litterario estão sendo agora imitados e remoçados nos escriptos do snr. Victor Hugo.*⁵³¹

Este pequeno excerto não só ilustra a proverbial ignorância francesa de que Portugal é objecto e que se prende com uma imagem de Portugal enquanto excrescência da Espanha⁵³², como também revela a capacidade de uma atitude reactiva deste homem português fascinado pela França, mas não embotado por esse fascínio, sendo por esse motivo, capaz de prontamente esclarecer o seu interlocutor com um sentido de humor altaneiro. Apesar da linguagem parareligiosa adoptada ao falar de Paris – a nova Meca⁵³³ onde se vai em romagem – e que roça a idolatria, Ramalho está atento às dissimetrias que se vivem nesta capital da civilização, facto que lhe permite valorizar ou recordar com saudade a pátria que, no entanto, observa com olhar crítico⁵³⁴.

Em “O petit crevé”, fisiologia de uma nova espécie parisiense, interessa-nos destacar a estratégia discursiva claramente eleita em função de um destinatário português por parte de um emissor português também, e que legitima, se preciso fosse, a necessidade de, a todo o momento, encontrar contrapontos na realidade nacional para tomar contacto com o estrangeiro. Resulta de tal processo não apenas o dar a ver o que existe além-fronteiras, mas o dar a ver o país a que se pertence. Assim, a Lisboa apresentada funciona como imagem especular, em dimensão reduzida e, por vezes, deformada, de fenómenos parisienses que, no caso vertente não sofrem uma apresentação laudatória. A propósito da tradução da expressão *petit crevé*, esclarece Ramalho Ortigão: “Em Portugal, onde existe igualmente este individuo, não ha por emquanto nome que o distinga dos outros membros da raça humana. A designação, já

⁵³¹ Ramalho Ortigão – “No asfalto parisiense”, *Em Paris*, Porto, Typ. Lusitana, 1868, p. 21.

⁵³² Cf. Daniel-Henri Pageaux – *Imagens de Portugal na Cultura Francesa*, Lisboa, Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1983.

⁵³³ Cf. Ramalho Ortigão – *Em Paris*, op. cit., p. 101.

⁵³⁴ Estas questões foram por nós trabalhadas em *À distância de mais de meio século: Paris em Ramalho Ortigão e Abel Salazar*, op. cit.

velha, de *janota* não exprime a mesma coisa”⁵³⁵. E, mais adiante, ajuíza Ramalho Ortigão: “O *janota* portuguez é muito menos ilustrado”⁵³⁶.

Nesta obra, Ramalho Ortigão dará também ele conta do que em França se sabe sobre Portugal, quando narra o seu encontro com Ferdinand Denis, um dos raros estrangeiros conhecedores da realidade portuguesa⁵³⁷. Não é por acaso que os textos que sobre ele se debruçam sejam unânimes quanto à dívida de gratidão para com este “amigo de Portugal”⁵³⁸: Ramalho Ortigão di-lo em 1868, Inocêncio Francisco da Silva fá-lo-á em 1875⁵³⁹ e, por ocasião da morte do literato francês em 1890, Jayme Victor insistirá nessa mesma questão⁵⁴⁰.

A escrita em torno da viagem encontra-se no folhetim não apenas sob a forma de narrativa, mas ainda através da recensão crítica que, ao apreciar livros de viagens recém-publicados, nos põe em contacto com um conjunto de juízos em torno da recepção da literatura de viagem, com as expectativas dos leitores face a este tipo de obras e que passam por uma valorização na narrativa numa acção educadora, mas também numa função de entretenimento bem como com a delineação numa poética do género através da caracterização que desses relatos é feita.

⁵³⁵ Ramalho Ortigão – “O petit crevé”, *op. cit.*, p. 203.

⁵³⁶ *Idem*, p. 208.

⁵³⁷ Cf. Ramalho Ortigão – “Uma visita a Ferdinand Denis”, *op. cit.*, pp. 61-69.

⁵³⁸ Jayme Victor - “Ferdinand Denis”, *O Occidente. Revista Illustrada de Portugal e do Estrangeiro*, 21 Ag., 1890, p. 188. Este artigo de necrológio apresenta-se como um documento curioso pelo conjunto de juízos em torno do conhecimento e interesse que o estrangeiro tem das coisas portuguesas. Para realçar a importância e valia da acção de Ferdinand Denis, diz Jayme Victor: “Sem medo de falsear a verdade pode afirmar-se que as referencias a Portugal e a nós se contam pelo numero dos erros e falsidades. Os que não mentem por capricho, mentem por ignorancia que era facil ter evitado (...)” (*op. cit.*, p. 188). E o articulista refere-se aos escritores, literatos e jornalistas franceses, “chegando muitos a julgar-nos como o vulgo uma provincia de Hespanha” (*op. cit.*, p. 188). Sempre que a ocasião surge, a imprensa periódica portuguesa denuncia e critica aqueles que sobre Portugal escrevem de modo pouco rigoroso ou menos positivo. Assim, por exemplo, o jornal *O Seculo* a 20 de Maio de 1882, p. 3, ao noticiar a próxima publicação de Francisque Michel, *Les portugais en France et les français en Portugal*, refere que “ha em França escriptores capazes de fallar de um paiz mais sincera e lealmente do que muitos que o fizeram depois de terem percorrido apenas a simples ‘vol d’oiseau’”, numa clara alusão à obra da Princesa Rattazzi publicada em 1879 e que tanta polémica gerou, servindo o periodismo e também o folhetim de tribuna. Consulte-se a este respeito Inocêncio Francisco da Silva - *Diccionario Bibliographico Portuguez*, vol. XVIII, *op. cit.*, pp. 144-147. Quando a excepção ocorre, o regozijo também se manifesta no periodismo português. Ouçamos *O Penafidense* que, em 1882, a 27 de Janeiro, p. 3, regista a notícia que o *Figaro* deu das festas de Lisboa e assinala: “E’ um artigo escrito com luva branca, que muito nos lisongeia, e onde se nota uma circumstancia muito rara nos jornaes estrangeiros: - Não traz nome nenhum portuguez estropiado!”

⁵³⁹ Cf. Inocêncio Francisco da Silva - “Ferdinand Denis”, *Artes e Letras*, 1875, pp. 76-78.

⁵⁴⁰ Cf. Jayme Victor - “Ferdinand Denis”, *op. cit.*, pp. 187-190.

Em 1865, *Em Hespanha. Scenas de Viagem* de Júlio César Machado é objecto de uma crónica no *Diario de Noticias*. Para além de, durante boa parte do folhetim, se traçar elogiosamente o percurso do autor na república das letras e se caracterizar o seu estilo, da obra afirma-se que “As *Scenas de viagem em Hespanha*, mais que nenhuma outra obra talvez do joven romancista, se prestavam á exhibição do estylo florido, copioso e ameno, com que sabe revestir e doirar todos os assumptos”. O autor do folhetim, para além de chamar a atenção para a presença na obra de narrativas sentimentais que, por certo, constituirão um atractivo para o leitor, não se furta, curiosa e sintomaticamente, a dar conta de um imaginário em circulação sobre a Espanha⁵⁴¹: “A Hespanha é ainda hoje a terra classica das aventuras e dos romances”, fazendo em seguida alusão a Alexandre Dumas e à obra *Gil Blas*⁵⁴². Por ocasião da saída em livro destas narrativas de César Machado, o *Diario de Noticias* publica uma recensão da obra em que praticamente não se faz referência ao relato sobre a realidade espanhola. Três aspectos são então postos em relevo pelo folhetinista: a ausência de homenagem à beleza feminina espanhola⁵⁴³, o estilo do escritor e as narrativas de cariz ficcional que o volume contém. Os juízos empreendidos visam orientar o público na sua tarefa de leitura⁵⁴⁴: que tipo de obra é esta, serve ela ou não intuítos de entretenimento? Atentemos, pois, nos adjectivos usados para caracterizar a escrita do autor de *Cláudio*: “estylo florido, copioso e ameno”. Quanto às narrativas de que, esquematicamente, se resume o entrecho, salienta-se, de uma, o carácter sentimental e, de outra, o seu cariz fantástico, da última prevenindo: “Quem fôr nervoso não leia, porque de certo passa uma noite mal dormida. A linguagem accomoda-se ao sinistro da visão, é, permitta-se a palavra, de uma ferocidade litteraria incomparavel”⁵⁴⁵.

Em Paris de Ramalho Ortigão é objecto de apreço no *Diario de Noticias*, no mesmo ano da sua publicação e, se atentarmos no léxico utilizado, do livro se diz que é alegre,

⁵⁴¹ Consulte-se sobre esta questão o nosso estudo *A viagem a Espanha. Em torno de alguns relatos de viagens oitocentistas, op. cit.*

⁵⁴² X. – “Em Hespanha. Scenas de Viagem – por Julio Cesar Machado”, *Diario de Noticias*, 12 Dez., 1865.

⁵⁴³ Ao lermos porém as narrativas da viagem a Espanha de César Machado, momentos há em que o autor nota a presença da beleza feminina como na ida ao teatro em Madrid ou quando passeia no Prado.

⁵⁴⁴ Cf. X. - “Em Hespanha. Scenas de viagem por Julio Cesar Machado”, *Diario de Noticias*, 12 Dez., 1865: “Quanto a nós julgamos haver cumprido um dever, o ter feito um verdadeiro serviço ao leitor, annunciando-lhe uma obra, em que por mais de um lado se revelam a phisionomia litteraria de Julio Cesar Machado, e os progressos incontestaveis do seu talento e estylo”.

⁵⁴⁵ *Idem, ibidem.*

bem reflectido, mas com leveza. E afirma-se ainda: “E’ com instrumentos educadores, que sobremodo prestam estes escriptos amenos, livros-folhetins, que superabundam na contemporanea bibliographia parisiense, e de que raros entre nós apparecem assignalados pela originalidade e pela graça attica”⁵⁴⁶.

Júlio César Machado, em revista de 1869 sobre novidades editoriais, apresenta ao leitor *Impressões de Viagem* de Ricardo Guimarães que classifica como “a conversação espirituosa e litteraria de um viajante” pela “diversidade de tom, de sentimento e de estylo”⁵⁴⁷ adoptados. Como observa Machado, trata-se de uma obra que salta da descrição de costumes e paisagens para a nota histórica ou para o registo de novidades e maravilhas da arte, suscitando o interesse e provocando o sorriso ao leitor⁵⁴⁸. Dois outros comentários são ainda de pôr em destaque: o reconhecimento de um conjunto de lugares comuns sobre o estrangeiro partilhados pela sociedade da época que desta forma se revela cada vez mais cosmopolita e que Ricardo Guimarães evita; a filiação do relato de viagem numa obra estrangeira as *Impressions de Voyage* de Alexandre Dumas: “(...) *Impressões de viagem* é o seu titulo, e creiam que não é o tiltulo apenas que durante a leitura lhes fará lembrar o celebre papá Dumas, senão a veia humoristica, a espontaneidade dos chistes, a graça de idéa, o improviso brilhante, e as descrições ageis e pittorescas, que constituem os principaes dotes de Ricardo”⁵⁴⁹.

Christovam de Sá, em folhetim de 1874, debruça-se sobre *Jornadas* de Tomás Ribeiro, incluindo desde logo a obra na galeria dos livros “que promettem ao mesmo tempo variada lição e ameno recreio”⁵⁵⁰. E, na verdade, o que é afinal posto em relevo no relato da viagem à Índia em apreço no folhetim? Precisamente o facto do seu autor se mostrar enquanto turista e poeta ao comunicar as suas impressões e experiências de viagem: “A viagem para Thomaz Ribeiro não era um meio de chegar ao ponto onde ia servir; era um recreio, um deleite, um encantamento de poeta que percorre as terras notaveis espalhadas na superficie do globo para se divertir, para saciar o espirito ardente de impressões deliciosas, para dar pasto á imaginação irrequieta, sedenta de novidade, opulenta força creadora”⁵⁵¹. Tendo sido a viagem empreendida por motivos profissionais, o folhetinista toma o cuidado de salientar que não se trata de um livro

⁵⁴⁶ A. Luciano – “Em Paris por J. D. Ramalho Ortigão”, *Diario de Noticias*, 24 Out., 1868.

⁵⁴⁷ Julio Cesar Machado – “Revista da Semana”, *A Revolução de Setembro*, 24 Agosto, 1869.

⁵⁴⁸ *Idem, inidem.*

⁵⁴⁹ *Idem, ibidem.*

⁵⁵⁰ Christovam de Sá – “Jornadas”, *Diario Illustrado*, 16 Jan., 1874.

⁵⁵¹ *Idem, ibidem.*

pesado, oferecendo mesmo um pequeno romance. O próprio Tomás Ribeiro confessa, aliás, a finalidade do relato: “Escrevo pois apenas as minhas jornadas, com quanto por vezes lhes chame viagens, que é mais da moda, esperando com ellas dar algumas horas de passatempo áquelles dos meus compatricios que não podérem viajar(...)”⁵⁵².

Viagens. Hespanha e França de Luciano Cordeiro será objecto de duas crónicas no *Diario de Noticias*, uma da autoria de António Enes e outra de Teófilo Braga. Ambas são unânimes ao relevarem o carácter de estudioso do seu autor e que este relato manifesta. Diz António Enes: “Por não ser futil e anedoctico ha quem diga que não devêra inscrever-se: *viagens*. Não atino com a rasão do dito. Cada qual viaja a geito do seu character e por onde quer, e não é fôro dos litteratos descobrirem, como Alexandre Dumas, onde se come biffe de hypopothamo”. No entanto tem ainda o cuidado de observar que não se torna “doutoral como uma cabelleira polvilhada”, nem “massudo como um *sanskritista*”⁵⁵³. As apreciações de Teófilo Braga, a propósito da obra de Luciano Cordeiro, acentuam o carácter instrutivo da viagem de que esta obra é testemunho e a oportunidade que a experiência de viagem apresenta para o exercício da comparação de que pode resultar a critica e a modificação das instituições por um maior conhecimento e uma consciência apurada face à realidade que rodeia o viajante⁵⁵⁴. E confessa Teófilo Braga, dando indirectamente conta de uma prática em curso no relato de viagem da época: “Não foi sem bastante receio que abrimos o seu livro, porque o livro de viagens é aquelle em que o escriptor mais precisa de uma plena emancipação intellectual, de sentir pelas suas proprias impressões, e de exprimir o que viu com a franqueza da impressão immediata e não pelas admirações convencionaes que a tradição exige de certos sitios ou monumentos”⁵⁵⁵. Apesar de tudo, Teófilo não se exime a referir autores de referência na literatura de viagens oitocentista como Edgar Quinet, Théophile Gautier, Lady Morgan ou Maxime du Camp.

Maria Amália Vaz de Carvalho, em 1890, sob as vestes de Valentina de Lucena, aprecia *Viagens na Galliza* de Silveira da Motta. Trata-se de um artigo com interesse na medida em que nele se traça uma poética e uma taxinomia incipientes da literatura de viagem. Para Maria Amália Vaz de Carvalho, um dos traços da narrativa de viagem

⁵⁵² Thomaz Ribeiro – *Jornadas. Primeira Parte. Do Tejo ao Mandovy*, Coimbra, Liv. Central de José Diogo Pires-Editor, 1873.

⁵⁵³ Antonio Ennes – “Viagens Hespanha e França por Luciano Cordeiro”, *Diario de Noticias*, 29 Nov., 1874.

⁵⁵⁴ Cf. Teophilo Braga – *op. cit.*

⁵⁵⁵ *Idem, ibidem.*

passa pela capacidade de partilhar e fazer experimentar o prazer de viajar. “E’ necessario, para que esse caso excepcional se dê, que o viajante saiba não só dar-nos a impressão que sentiu, com toda a sua frescura, vivacidade e rêlvo, senão também que elle nos interesse pelos assumptos de que trata, revestindo-os da sua fôrma pittoresca, envolvendo os nas suas recordações historicas, lendarias ou poeticas, que suggerem, communicando-nos a symphatia dos homens e das coisas que elle viu e estudou de perto”. E afirma ainda: “Quanto menos tecnico é o assumpto d’um livro de viagem, quanto maior é o numero de intelligencias e de phantasias a que elle se dirige, quanto mais simples e menos *tourmenté* é o estylo em que está escripto, mais probabilidades tem de agradar ao grande numero dos seus leitores – e maior é a sua utlidade”⁵⁵⁶. Amália Vaz de Carvalho classifica ainda as viagens em viagens científicas, artísticas, puramente impressionistas e outras que não chega a nomear⁵⁵⁷.

A recensão de livros de viajantes também emprende por vezes a história recente da prática da viagem, dando conta de destinos escolhidos e de tipos de viajantes. Assim, a apreciação de *Notas a lapis* de Sanches de Frias é ensejo para se traçar em breves penadas, uma retrospectiva da viagem feita por portugueses. Reportando-se ao século XIX, o folhetinista observa que a obra de Garrett, quando surge, é sinal de uma opção excepcional em viajar por terra lusa, pois “Quem viajava na sua terra, além dos estafetas e recoveiros? Ninguem, absolutamente ninguem”⁵⁵⁸. A grande moda é a ida ao estrangeiro e afirma: “Abusou-se então furiosamente das viagens, nas terras estranhas. Muitos de nós, que escrevemos para o publico, davamos uma fugida de sessenta ou noventa dias, embarcavamos n’um vapor do Havre, iamos de passeio pelos *boulevards* de Paris e Bruxellas, ou a *flanar* em Londres por *Hyde Park* ou pela arcada de Regent Street, e de lá mesmo, ou logo e volta zás, desparavamos aos nossos compatriotas um livro refulgente de impressões(...)”⁵⁵⁹. Poucas décadas volvidas, e o folhetim data de 1886, tudo parece ter mudado: os homens de letras – os então viajantes – viajam cada vez menos, o “resto do paiz” – os então “estacionarios”⁵⁶⁰ – viajam cada vez mais. A prática da viagem vulgarizou-se, bem como o consequente relato e a novidade que o

⁵⁵⁶ Valentina de Lucena – “Viagens na Galliza”, *O Portuguez*, 19 Maio, 1890. Apesar de se tratar de uma crónica de livros publicada fora do espaço do folhetim, o texto vale para nós enquanto testemunho sobre um código do género em circulação.

⁵⁵⁷ Cf. *idem, ibidem*.

⁵⁵⁸ V. B. – “Em plena canicula”, *Diario de Noticias*, 19 Out., 1886.

⁵⁵⁹ *Idem, ibidem*.

⁵⁶⁰ *Idem, ibidem*.

relato oferecia está em vias de esgotar-se: “Quasi que falta de todo aos homens de letras a novidade como elemento indispensavel de curiosidade aos que gostam da litteratura de viagens. Tudo está dito e pintado e descripto ao sabor da phantasia, e do estylo impressionista de innumerous escriptores”⁵⁶¹. A alternativa encontrada pelo literato foi então a de se debruçar sobre a realidade portuguesa por muitos desconhecida e daí o aparecimento de um maior número de narrativas de viagem em Portugal.

A narrativa de viagem trabalhada não é, como vimos, de natureza ficcional. Não dá conta da viagem imaginária, mas da viagem efectivamente empreendida e relatada, por alguém em viagem de turismo ou em peregrinação literária e cultural. Não pode deixar de ser vista enquanto escrita de fronteira decorrente de uma esteticização do real empreendida por um autor/narrador - o letrado oitocentista – que assume o trabalho com a palavra inscrito numa actividade literária que o leitor da época identifica como tal. Em 1856, um folhetinista, no prólogo aos seus “Apontamentos de Viagem”, não afirmava que “As narrações dos viajantes d’hoje, são, nos felizes tempos em que nos achamos, um dos ramos da litteratura”⁵⁶²?

A narrativa de viagem publicada no espaço do folhetim filia-se na tradição europeia da literatura de viagem pela rede de relações explícita que as crónicas erguem em torno de textos matriciais. Como pertinentemente afirma Fernando Clara, “(...) os livros de viagens assemelham-se mais a outros livros de viagens do que a qualquer outra realidade extra-textual que neles se diga representar. Os textos assemelham-se ainda a outros textos”⁵⁶³. A assunção de tal filiação passa pela evocação de textos fundadores da narrativa de viagem e não somente em momentos liminares do relato. Curiosamente, as mesmas obras e autores são por vezes invocados de forma indiferenciada, quer em relatos de viagem ao Estrangeiro, quer em relatos de viagens em Portugal. Em “De Villa Real a Chaves”, por exemplo, o autor inicia a crónica, afirmando:

Eu não vou como Dumas assistir ao casamento do duque de Montpensier na sua viagem de Paris a Cadiz, nem tão pouco pense o leitor que vai encontrar A. A. de Vasconcellos viajando de Paris a Madrid.

Qualquer delles tirou o seu passaporte, pagou meia duzia de bicos aos mais desconfiados credores, arranjou a sua malla de viagem, mettu na

⁵⁶¹ *Idem, ibidem.*

⁵⁶² R. F. - “Apontamentos de Viagem”, *op. cit.*

⁵⁶³ Fernando Clara – “As cidades e as ilhas. Algumas reflexões a propósito do enquadramento teórico da literatura de viagens”, *Literatura de Viagem. Narrativa, história, mito, op. cit.*, p. 584.

*algibeira os francos compatíveis com as profissões dos illustres personagens e partiu*⁵⁶⁴.

O contacto com o Outro (estrangeiro) que o livro e o espectáculo em Oitocentos proporcionam, terá funcionado como factor desencadeador do desejo de viajar e conhecer pessoalmente o Outro, pré-condicionando o modo de olhar, dando pistas e instrumentos de aferição que a todo o momento podem ser convocados, conduzindo a uma problematização da identidade nacional. Como observava de modo ligeiro Júlio César Machado,

*Ao portuguez, talvez mais do que a ninguem, serve o viajar. Faz com que estime o nosso paiz, a nossa gente, as nossas cousas, mais do que as estimam os que de nunca cá saíram, e cuidam que tudo é optimo lá por fora e mau cá dentro. Com o viajar lucra o portuguez por dois feitos: alcança ser mais portuguez depois da viagem do que antes o era: e póde alcançar tambem, o que não é peor, não ser portuguez... de mais!...*⁵⁶⁵

A narrativa de viagem oitocentista que se publica no folhetim já não tem como objectivo principal informar - para isso existem os guias dos viajantes -, mas dar testemunho do olhar de um viajante sobre o estrangeiro, sobrepondo-se a vertente autobiográfica e memorialística a uma utilidade do relato. A presença do estereótipo⁵⁶⁶, a circulação de um imaginário colectivo em torno do Outro, fundo comum à entidade autoral e à entidade ledora, é outro factor a considerar neste menor peso da carga informativa.

O folhetim na sua vertente de crónica de viagem funciona afinal para nós como barómetro do viajante oitocentista português que pelo contacto com o Outro acede a si mesmo. Se “é pelo olhar que conhecemos o Outro e é pelo olhar também que o Outro nos conhece”, como observa em síntese Leonor Carvalhão Buescu⁵⁶⁷, o que a crónica de viagens portuguesa de Oitocentos quase sempre manifesta é a ausência de uma

⁵⁶⁴ “De Villa Real a Chaves”, *O Nacional*, 31 Março, 1862. Como não identificar na referência aos credores, o episódio narrado por Teixeira de Vasconcelos em “De Paris a Madrid”, em folhetim de 16 de Março de 1861 no *Commercio do Porto*, e que dá conta da preocupação de diferentes prestadores de serviços parisienses que, ao saberem da viagem a empreender pelos seus clientes, se apressam a exigir que se saldem as contas?

⁵⁶⁵ Julio Cesar Machado – “Viajar”, *op. cit.*

⁵⁶⁶ Como afirma Daniel-Henri Pageaux, “Porteur d’une définition de l’Autre, le stéréotype est l’énoncé d’un savoir minimum collectif qui se veut valable, à quelque moment historique que ce soit. Le stéréotype n’est pas polysémique: en revanche il est hautement polycontextuel, réemployable à chaque instant” (*La Littérature Générale et Comparée, op. cit.*, p. 63).

⁵⁶⁷ Maria Leonor Carvalhão Buescu - “O exotismo ou a ‘estética do diverso’ na Literatura Portuguesa”, *Literatura de Viagem. Narrativa, história, mito, op. cit.*, p. 572.

relação bi-unívoca: o português vê, raramente é visto ou então é mal visto, permite que o Outro se mostre e quase nunca consegue mostrar-se. A narrativa de viagem importa então não apenas pela detecção de imagens culturais em torno do outro estrangeiro, mas importa ainda pela clarificação, construção ou sedimentação de imagens do nacional, num apelo a uma memória cultural em constante presentificação. Viajar parece ser, afinal, vermo-nos no espelho do Outro.

3.4.2. A crónica de vilegiatura

Mezes de Verão. O thermometro sobe de dia para dia. Vamos para o campo, vamos para as aguas, vamos para as praias, vamos para o inferno – para o inferno, não, que é muito quente; mas vamos para qualquer outro ponto que nos livre, por algum tempo, d'este pedaço de mundo que se estende desde a esquina da Havaneza até ao Aquarium da Internacional.

Carlos de Moura Cabral

Se a crónica de vilegiatura supõe, quase sempre, uma deslocação espacial – da cidade para o campo ou para estações balneares – e, por esse motivo, poderia funcionar como uma variante da crónica de viagem, a verdade é que a experiência relatada não importa tanto pela viagem como por uma vivência sazonal particular: o tempo de veraneio. Este carácter eminentemente sazonal é de resto um traço que aproxima a crónica de vilegiatura da crónica-folhetim: o registo de vivências particulares no fluxo temporal. Tal como a crónica-folhetim, a crónica de vilegiatura põe-nos em contacto com práticas culturais ligadas ao ritmo das estações e, dentro destas, com práticas de sociabilidade a ocupar o tempo de lazer no século XIX.

Quanto à sua estrutura construtiva, ela repousa em conjunto idêntico de ingredientes aos da crónica-folhetim, destacando-se mais uma vez a importância da instância de leitura a todo o momento convocada⁵⁶⁸ e identificada pelo folhetinista

⁵⁶⁸ Cf. Arnaldo Gama – “Revista da Foz”, *O Nacional*, 28 Set., 1857, folhetim todo ele em torno da moda do merinaque que com enorme sentido de humor contesta, e ao longo do qual vai interpelando a leitora: “Uma mulher de merinaque, minhas bellas leitoras, póde affigurar-se tudo menos mulher desde o botijão da cerveja até á campainha de pedir o foliar para o abbade, tem simil comparativo, mas está fóra da lei da mulher” (em **Anexos**, pp. 108-109). Cf. igualmente M. O. Ramos – “Á Beira Mar. O Furadouro”, *O Primeiro de Janeiro*, 28 Set., 1882: “Se quizeres, leitor, dá-me o teu braço e...upa! trepa commigo á proa d'este barco”.

como entidade justificadora e condicionadora do texto. Do mesmo modo que a crónica semanal se faz eco da actualidade e regista um quotidiano factual que interessa o leitor e o implica, também a crónica de vilegiatura se faz eco das vivências de um quotidiano de veraneio, na preocupação de ir ao encontro do leitorado. Não causa, pois, estranheza que, em 1878, na secção “Interior”, o *Primeiro de Janeiro* informe o público: “No empenho de sermos agradáveis aos nossos leitores, proporcionando-lhes uma leitura variada quanto possível, retiramos d’ora em diante, ao domingo, e durante a estação dos banhos, o nosso folhetim ordinario, substituindo-o por noticias das praias”⁵⁶⁹. No que respeita ainda ao público, também a crónica de vilegiatura dá testemunho de uma procura preferencial do folhetim por parte de uma franja feminina do leitorado⁵⁷⁰, bem como de uma adequação do folhetim à mulher leitora:

A revista da Figueira em tempo de banhos deve recahir especialmente sobre a praia e a assemblea, onde mais activa, curiosa e aprazivel se torna a vida nesta quadra.

*Desperdiçar com dissertações narcoticas o tempo que podia gastar-se agradavelmente na analyse amena do commercio das amabilidades, em que abunda o mercado, é fazer uma semsaboria que o bello sexo não perdoa: porque elle tambem gosta de encher os intervallos com a leitura do folhetim, e do noticiario, para ver se a aventura da vespera, ou a toilette da ultima reunião alli mereceram lugar de distincção*⁵⁷¹.

Vinte anos depois afirma-se ainda no folhetim:

Accomodar o assumpto ao auditorio, é lei incontestavel em materia de oratoria; e, se algum leitor avésso e mal aviado se revoltar contra a nosso folhetim de hoje, temos a declarar-lhe francamente que preferimos ser lidos e comprehendidos por senhoras, a ser discutidos por um dos sete sabios da antiga Grecia!

*Ha n’este jornal artigos que satisfaçam de sobejo aos paladares mais exigentes em assumptos graves de politica interna e do estrangeiro; não é muito, por isso, que de oito em oito dias, aos domingos, nas praias, um folhetim seja escripto para senhoras*⁵⁷².

⁵⁶⁹ *O Primeiro de Janeiro*, 18 Ag., 1878. Inicia-se o ciclo com um folhetim sobre a Foz, seguindo-se a Granja, Póvoa de Varzim, de novo a Foz e, por fim, Pedrouços. A crónica de vilegiatura não só vai ao encontro das expectativas do leitorado como funciona enquanto bóia de salvação para o folhetinista, confrontado com a falta de assunto.

⁵⁷⁰ Cf. Durães Lima – “A Foz”, *O Primeiro de Janeiro*, 8 Set., 1878, folhetim que tem como destinatário explícito a leitora.

⁵⁷¹ “Revista da Figueira no mez de Setembro”, *O Conimbricense*, 12 Out., 1860. Na verdade, as crónicas de vilegiatura relatam, por vezes, não apenas a ocupação do *high life* em época balnear, referindo formas de sociabilidade, mas também nomeando as pessoas envolvidas como acontece, por exemplo, em “Cartas da Foz.II”, *O Commercio do Porto*, 11, Set., 1877.

⁵⁷² Cornelio Gil – “Folhetim das Praias. O Chic”, *O Primeiro de Janeiro*, 3 Out., 1880. Trata-se, neste caso, alegadamente, de ceder o espaço a uma carta enviada ao cronista por Mademoiselle Nic-Nac, sua amiga (o folhetim encontra-se em **Anexos**, pp. 265-266). Em

A preocupação com a leitora passa igualmente pelos comentários às *toilettes*⁵⁷³ e por indicações sobre o que está na moda: “Temos observado que, quer no banho, quer na praia, quer no club as banhistas da Foz, são menos primoras nas suas toilettes. Penteiam-se mal, usam leques muito pequenos, luvas apertadas e curtas, e sapatos pespontados, com o horrível salto á Luiz XIV! //Pessimo gosto!”⁵⁷⁴ E passa-se a informar a leitora sobre três modelos de vestuário desenhados em França por Grévin, próprios para usar “*Na onda*”, “*Perto da onda*” e “*Longe da onda*”⁵⁷⁵. Remata-se dizendo que, trajadas dessa forma, as banhistas da Foz merecerão aplauso. O filão da coloquialidade que encontrávamos na crónica-folhetim é – como vemos – também explorado na crónica de vilegiatura e a interpelação feita ao público convida-o a partilhar experiências, fazendo do acto da escrita e da leitura momentos de fruição de uma relação familiar⁵⁷⁶. Assim, pela tónica colocada na entidade ledora ou pela inscrição no texto de considerandos sobre o que é suposto ser um folhetim – “Será isto um folhetim, ou um catecismo? // Como folhetim cumpre-lhe o dever rigoroso de não ser desagradavel nem massudo!”⁵⁷⁷ – uma reflexão metafolhetinesca vai aflorando nos textos de vilegiatura, ainda que com menor frequência do que na crónica-folhetim.

folhetim de 18 de Outubro do mesmo ano, levanta-se uma ponta do véu que cobre Mademoiselle Nic-Nac, convocada em várias outras crónicas de Cornélio Gil: “E’ este o derradeiro folhetim d’este anno. (...) Resta-nos a consolação de ter apresentado ás leitoras do norte as cartas de *mademoiselle* Nic-Nac, pseudonimo gentil d’um dos mais espirituosos escriptores de Lisboa”.

⁵⁷³ Cf. “Pedrouços”, *O Primeiro de Janeiro*, 15 Set., 1878: “Quem me dera poder falar ainda mais das toilettes e atavios das senhoras e creanças! Pois bem sabemos que é assumpto tanto do agrado das leitoras, que o sobrepõem a uma trova andaluza de Campoamor ou a um alexandrino immortal de Victor Hugo”.

⁵⁷⁴ Cornélio Gil – “Chronica das Praias”, *O Primeiro de Janeiro*, 11 Set., 1881. Também Ramalho Ortigão refere a falta de preocupação com a *toilette* própria para a praia, por parte dos banhistas de S. João da Foz, estabelecendo um confronto com os cuidados e hábitos estrangeiros, desprestigiante para a realidade nacional, afirmando, por exemplo, de modo irónico: “(...) as praias de Portugal, principalmente as do Norte de Portugal, à hora do banho, oferecem o aspecto lutuoso e funéreo de um país desolado, habitado por orfãos e por viúvos em nojo, que se vão deitar a afogar” (*As Farpas*, t. I, *op. cit.*, pp. 230-231).

⁵⁷⁵ *Idem, ibidem*.

⁵⁷⁶ Cf. Luiz de Moraes Carvalho – “A flanar por Cascaes”, *Diario de Noticias*, 2 Out., 1899: “Se o leitor começa já a embirrar commigo porque eu trago logo á cabeça o verbo *flanar* – deponha o jornal. Se pretende ensinar-me que os classicos não o conheciam – abandone a leitura. Mas se deixa passar o gallicismo, este flandar, que exprime tão bem a ociosidade alegre, á procura de coisas e pessoas bellas, - então, vá lendo tudo, que é quase como ter ido a Cascaes, e sempre lhe fica mais baratinho”. O texto encontra-se em **Anexos**, pp. 282-283.

⁵⁷⁷ Cornélio Gil – “Folhetim das Praias. O Turf”, *O Primeiro de Janeiro*, 26 Set., 1880. Em **Anexos**, pp. 263-264.

Tal como na revista da semana, a crónica de vilegiatura está atenta ao factual que justifica a introdução do necrológio⁵⁷⁸, ocorrência só aparentemente alheia a uma escrita que procura proporcionar uma leitura de lazer e que a introdução da *petite histoire*, de curtas narrativas encaixadas igualmente exponencia⁵⁷⁹. Também o tópico da falta de assunto⁵⁸⁰ não podia deixar de marcar presença no folhetim sazonal e, por exemplo, escreve Pinheiro Chagas: “Um revisteiro lisbonense, durante os meses de estio, é verdadeiramente um objecto de luxo. Enquanto Cintra e Paço d’Arcos acolhem os voluntários proscriptos da capital, o folhetinista ou deve segui-los, ou então deve abdicar interinamente das suas funções”⁵⁸¹.

A crónica de vilegiatura irrompe pois no periódico oitocentista, testemunhando a implantação em Portugal de uma prática social de veraneio⁵⁸². Face a tal prática, ao folhetinista, homem atento ao que em torno de si se passa e cronista dos novos tempos, só resta envergar agora as vestes do veraneante, protagonista ou testemunha de um período de vilegiatura, e proceder ao relato. Deste modo, os que terçam ou terçaram armas no folhetim, entregam-se à crónica de vilegiatura: Arnaldo Gama⁵⁸³, Camilo Castelo Branco, Ricardo Guimarães, Júlio César Machado, Manuel Roussado⁵⁸⁴, Luiz Augusto Palmeirim, Manuel Pinheiro Chagas ou Júlio Lourenço Pinto, são alguns dos nomes que assinam esses textos onde a presença do pseudónimo também se faz notar.

Não é porém a crónica de vilegiatura o único sinal claro da implantação em Portugal de uma prática social de veraneio. A publicação em anos sucessivos de *Banhos de Caldas e Aguas Mineraes* (1875) e *As Praias. Guia do Banhista e do Viajante* (1876)

⁵⁷⁸ Cf. L. – “Cartas da Foz. III”, *O Commercio do Porto*, 20 Set., 1877. De facto, neste folhetim a morte de Alexandre Herculano não é esquecida, procedendo-se mesmo a um cotejo entre Herculano e Thiers.

⁵⁷⁹ Cf. Cornelio Gil – “Chronica das Praias”, *O Primeiro de Janeiro*, 28 Ag., 1881, folhetim em que se narra um episódio supostamente ocorrido com o Papa e um notável escultor. Idêntico funcionamento é adoptado pelo mesmo autor numa outra “Chronica das Praias” de 11 de Setembro de 1881, também do *Primeiro de Janeiro*. Esta é, porém, uma estratégia comum às crónicas de Cornélio Gil, bem como às de tantos outros folhetinistas. No ano seguinte, a 13 de Agosto, no seu “Folhetim das Praias” do *Primeiro de Janeiro* verifica-se a mesma opção construtiva, teia sedutora que vai prendendo o leitor.

⁵⁸⁰ Cf. J. A. S. B. – “Cartas da Beira-mar. A Foz”, *A Actualidade*, 18 Nov., 1874 ou Gil – “Carta das Praias”, *O Primeiro de Janeiro*, 10 Set., 1882.

⁵⁸¹ M. Pinheiro Chagas – “Revista Quinzenal de Lisboa”, *O Commercio do Porto*, 24 Out., 1866.

⁵⁸² Também a ficção trabalha ou aflora essa prática sazonal como, por exemplo, em *Scenas da Foz* (1857) de Camilo Castelo Branco.

⁵⁸³ Cf., por exemplo, as revistas da Foz da sua autoria que reproduzimos em **Anexos**, pp. 107, 108-109.

⁵⁸⁴ Cf. Manoel Roussado – “Na Costa Nova”, *Diario Popular*, 30 Set., 1867.

de Ramalho Ortigão, disso mesmo dão testemunho. Em introdução a *Banhos de Caldas e Aguas Mineraes*, Júlio César Machado acentua na verdade a maior diversidade de opções que se colocam à sociedade sua contemporânea:

D’antes o costume em Portugal, nos mezes de verão, era tomar ares. Quem fosse gente tinha casa no campo e em chegando o mez de maio emigrava para a quinta, que era como se chamava a isso, e ia espantar com as modas novas os habitantes tranquillos das circum visinhanças(...).

Mas, ás vezes, por não ser a casa longe bastante, ia para lá gente de amisade dos que não tinham quinta sua senão a quinta-feira, e enchiam a vivenda alheia com grave secca dos possuidores. Foi preciso criar moda nova; e, ha poucos annos, principiou toda a gente a ir para um canto qualquer, alugado, e metter alli a familia toda. Primeiro tratou-se só de banhos do mar: a pouco e pouco a população sentiu-se cada vez mais agoniada, e veio no conhecimento de que os remedios são grãos de trigo que os medicos semeiam no corpo dos doentes, e em lhes cahindo alguma agua mineral no tempo proprio, dão colheita certa e magnifica⁵⁸⁵.

São pois três os destinos escolhidos em tempo de veraneio: o campo, a praia e as termas. Algumas crónicas fazem-nos saber que, para alguns, a ida para a praia é precedida de uma estadia no campo⁵⁸⁶. Em 1896, Carlos de Moura Cabral observa que, chegado o tempo de vilegiatura, a família reúne-se e “a maioria opta por Cintra, com os pincaros dos seus collossos, as suas quintas pittorescas, as sombras dos seus castanheiros, burricadas a Collares e lindas barquinhas vogando na varzea.// De Cintra seguir-se-ha para Cascaes...e ahi está uma temporada de verão bem passada, muito na moda, muito em evidencia, fallada nos papeis...Decididamente trata-se das malas e põe-

⁵⁸⁵ Julio Cesar Machado – “Introducção”, in Ramalho Ortigão - *Banhos de Caldas e Aguas Mineraes*, Porto, Liv. Universal de Magalhães & Moniz-Editores, 1875, p. 5. Em 1884, no folhetim “Terceiro das Caldas”, publicado pelo *Diario de Noticias* a 14 de Agosto, encontramos uma variante do último período da introdução acima citada: “Pelo anno adiante, nas cidades, nas provincias, nas villas, nas aldeias, os medicos vão receitando, receitando... Os remedios são grãos de trigo, semeados nos corpos dos doentes...ao chegar este tempo, os banhos das Caldas regam isso, a primor!” A tantos anos de distância, um processo de glosa continua a ter lugar, prática de resto comum na escrita de Júlio César Machado.

⁵⁸⁶ A 1 de Agosto de 1880 pode ler-se no “Folhetim das Praias” de Cornélio Gil, saído em *O Primeiro de Janeiro*, que, em chegando o estio, nas cidades abala-se para o campo, pois “A aldeia offerece dois meses d’uma vida deliciosa. (...)// Depois, quando chegava o mez de Agosto, faziam-se de novo as mallas, e abalava tudo para o mar”.

se tranca nos tarecos”⁵⁸⁷. A boa sociedade lisboeta vai para Sintra⁵⁸⁸, no Porto vai-se para o Minho. Se a estadia no campo é um facto⁵⁸⁹, é, no entanto, a ida a banhos na praia que desencadeia um maior número de folhetins. Vai-se a banhos particularmente a partir da segunda quinzena de Agosto ou ao longo do mês de Setembro; por vezes em Outubro ainda são enviadas para os jornais crónicas das praias⁵⁹⁰.

A praia parece ser de facto o destino mais procurado, até porque os banhos de mar são apontados como terapêutica para problemas do sistema nervoso⁵⁹¹, argumento este várias vezes tratado humoristicamente pelo folhetinista:

E’ pois o especifico dos banhos do mar que a medicina moderna, sem differença de systemas oppostos, applica, com summa vantagem, á humanidade enferma do nervoso, e não menos em credito seu proprio.

(...)

*E que me dizem, amaveis leitores – inclusivamente as viuvinhas? Não será o nervoso, principalmente, uma molestia providencial que supposto horrivelmente incommodativa, é curavel, ou pelo menos se dulcifica com o choque externo? Não refrigera ella dos calores ardentés e asphixiantes do coração? E’ innegavel!*⁵⁹²

⁵⁸⁷ Carlos de Moura Cabral – “Villegiatura”, *Diario de Noticias*, 17 Ag., 1896 (em **Anexos**, pp. 275-278). Ramalho Ortigão observa igualmente quase uma década antes: “Com os primeiros dias de Setembro, terminou o período consagrado pela moda à vilegiatura de Sintra. Desde que o mês de Agosto finda, até que São Carlos começa, prescrevem as praxes que a estação marítima suceda à estação de montanha” (“O *Grand Prix*, vilegiatura de Sintra e de Cascais, perfis de senhoras”, *As Farpas*, t. VI, 1991, p. 243).

⁵⁸⁸ Cf. V. de Benalcanfor – “Cartas Lisbonenses”, *O Commercio do Porto*, 20 Set., 1874: “Em Cintra vae desmaiando a vida elegante, á medida que se anima a das praias”. O cronista de “Chronica das Praias”, de 5 de Agosto de 1883, no *Primeiro de Janeiro*, afirma que com a chegada do calor “A sociedade elegante, a sociedade dos bailes, dos *fine [sic] o'clock tea*, dos concertos, logo que os salões se fecharam, abandonou Lisboa e debandou para Cintra”.

⁵⁸⁹ Cf. Marianno Froes – “Fóra da Terra”, *Diario de Noticias*, 21 Ag., 1869: “Estamos em plena canicula. (...) A aristocracia emigrou para o campo, e a burguezia anhela por deixar temporariamente a capital e ir respirar as auras perfumadas pelos aromas das campinas, espernejar-se á sombra do olmeiro annoso sobre a relva florida, longe do bulicio da cidade, livre, descuidosa, socegada” (em **Anexos**, p. 232). Atentemos ainda no título dado a uma série de folhetins publicados em *O Primeiro de Janeiro*, no verão de 1883: “Chronica do campo e das praias”.

⁵⁹⁰ Em “A Foz”, folhetim de *O Primeiro de Janeiro*, publicado a 8 de Agosto de 1880, diz-se que o tempo de praia na Foz decorre “desde o 1º d’agosto até o dia 31 d’outubro”. Mesmo em Novembro, ainda se publicam folhetins relativos a esse período de veraneio.

⁵⁹¹ Cf. “Retrospecto”, *O Commercio do Porto*, 21 Ag., 1858. Em 1880, no “Folhetim das Praias”, publicado no *Primeiro de Janeiro* a 1 de Agosto, aduz-se em resposta aos que falam dos banhos de mar como simples questão de moda: “Os medicos que mais especialmente teem estudado a atmospherá marítima estão d’acordo que a sua influencia na saude do homem é mais benefica que a dos continentes. Actua de um modo extraordinario sobre as constituições fracas e os temperamentos lymphaticos. Nos hospitaes de Rochefort, de Toulon, de Brest e outros, situados á beira-mar, a mortalidade ordinaria por consumpção é um pouco menos de um decimo, entretanto que nos hospitaes interiores chega a ser de um terço!”

⁵⁹² C. B. – “A Foz”, *O Primeiro de Janeiro*, 15 Set., 1875. O próprio Ramalho Ortigão, em farpa sobre as praias, observa: “As praias de banhos são um divertimento de Verão. A questão

No Norte, a Foz e Espinho⁵⁹³ destacam-se, no centro temos a Figueira da Foz⁵⁹⁴ e, para Sul, a Nazaré, a Ericeira, Pedrouços ou Cascais. A leitura destas revistas das praias, que encontramos com regularidade a partir de finais da década de cinquenta até ao fim do século, dão-nos a conhecer, entre outros aspectos, as preferências por um ou outro local de veraneio, preferências ditadas pela moda, ou as mudanças que se vão operando nas práticas de sociabilidade de uma determinada praia. Se, por exemplo, em 1867, Ricardo Guimarães falava de uma Cascais repousante, refúgio da ditadura civilizacional⁵⁹⁵, anos volvidos, Cascais surge no folhetim como vila buliçosa, atravessada pela civilização⁵⁹⁶. Em 1871, em rodapé do *Primeiro de Janeiro*, o cronista queixa-se de que “Bem diversa é a Foz de hoje da Foz d’outrora. A prova para os de perto está na samsaboria e monotona vida quotidiana, que todos levam aqui. A prova para os de longe está na aridez dos folhetins, quasi sempre destinados a trechos tradusidos d’algum auctor francez”⁵⁹⁷.

É no *Primeiro de Janeiro* - dos periódicos por nós consultados aquele que reúne um maior número de crónicas de vilegiatura - que pode ser encontrada uma crónica, não propriamente de vilegiatura, mas escrita em tempo de veraneio, a merecer um olhar mais atento, pois de algum modo se constitui como síntese de muitas outras publicadas em Oitocentos. Escrita em 1879, trata-se de uma das “Cartas da Capital” enviadas de Lisboa por Guilherme de Azevedo. A indicação das praias mais procuradas, a caracterização dos espaços bem como da população que os frequenta ocupam boa parte desta crónica. Começa por dizer Guilherme de Azevedo:

hidroterápica é por via de regra um simples pretexto para a peregrinação das famílias alegres em sítios frescos” (*As Farpas*, t. I, *op. cit.*, 1986, p.223).

⁵⁹³ A indicação sobre quem frequenta a praia é uma das preciosas informações sociológicas que estes folhetins nos dão. Assim, mais de uma vez, pode encontrar-se a referência à presença de espanhóis em Espinho. Cf., por exemplo, “Folhetim das Praias”, texto de Cornélio Gil publicado no *Primeiro de Janeiro* a 12 de Setembro de 1880.

⁵⁹⁴ Praia frequentada predominantemente por gente de Coimbra. Cornélio Gil em folhetim de 5 de Setembro de 1880 de *O Primeiro de Janeiro* dá-nos essa indicação e não é por acaso que *O Conimbricense*, em tempo de veraneio, publica no ano de 1857 a “Correspondencia da Figueira” e, em 1860, a série de folhetins intitulados “Revista da Figueira no mez de Setembro” por “um banhista”.

⁵⁹⁵ Cf. Ricardo Guimarães – “Nas Praias”, *A Revolução de Setembro*, 15 Nov., 1867: “Assim possam continuar isentos de toda a mancha teus annaes brancos da alvura do arminho, ó patria do ar puro e do mar transparente! Oxalá, que a tua vida um tempo moderna e patriarcal, não seja perturbada por hospedes ruidosos e importunos!”

⁵⁹⁶ Cf. V. de Benalcanfor – “Cartas Lisbonenses”, *O Commercio do Porto*, 20 Set., 1874 e Luiz de Moraes Carvalho – “A Flanar por Cascaes”, *Diario de Noticias*, 2 Out., 1899.

⁵⁹⁷ “A Foz em 1871”, *O Primeiro de Janeiro*, 22 Set., 1871.

A hora das praias acaba de soar. As famílias, solicitadas de um lado pelo sistema nervoso, do outro pelo sistema... constitucional, dirigem-se em alegres caravanas à

Figueira, Espinho, à Nazaré, ao... (...)

*As diferentes praias desenrolam, pois, as seduções que constituem as suas diversas especialidades em frente dos chefes de família, apregoando cada qual, da melhor forma que pode, os tesouros espalhados pelas suas areias*⁵⁹⁸.

E o autor de *Alma Nova* entrega-se, com o seu humor cáustico, ao roteiro comentado de várias praias portuguesas, dando-nos conta igualmente de práticas de sociabilidade que aí têm lugar. “Pedrouços, às abas de Lisboa, não é verdadeiramente uma praia, é uma hipótese. (...) Não lava, mas também não cansa”. “Cascais tem o exclusivo da alta vida portuguesa. É uma praia afeita a testas coroadas e a fidalgos com exercício. (...) Os descendentes dos heróis - modernos e antigos - deviam todos ali ter a sua bóia brasonada, tal qual como os paquetes das diferentes companhias que ancoram no Tejo”. “A Ericeira é uma praia pacata, que numa tarde ou noutra se dá a modestas saturnais de carnes assadas e fiambres familiares, mais conhecidas na moderna história das petisqueiras pátrias com o nome de piqueniques”. Frequentada por diplomatas, juízes e generais já aposentados, conhece a moderada recitação ao piano e envia notícias sobre os banhistas para os jornais da capital. Fala-nos depois Guilherme de Azevedo da Nazaré⁵⁹⁹: “A Nazaré mantém sempre a sua fisionomia pitoresca como no começo do século passado. Nunca ouviu silvar uma locomotiva, e se lá aparecesse um piano, escangalhava-o a pau, supondo-o uma bruxaria! (...)// De resto a Nazaré é uma praia sadia e frugal. (...) A Nazaré não tem, por enquanto, nem a noção do boi⁶⁰⁰ nem a da polca-mazurca – como alimento”. Quanto à Figueira da Foz, “A Figueira conhece todos os frutos pecaminosos da civilização. A **prière à la Vierge**, o **pic-nic**, o **cotillon**. O comunicado no periódico da localidade”. Mais para o Norte, Guilherme de Azevedo não esquece Espinho, a Granja, a Foz e a Póvoa de Varzim. Espinho é espaço balnear inspirador de poesia onde o piano se torna presença obrigatória. “A Granja é uma delegação aristocrática de Espinho”⁶⁰¹, “A Foz possui tudo o que se encontra nas outras

⁵⁹⁸ Guilherme de Azevedo – “Cartas da Capital”, *O Primeiro de Janeiro. Cadernos do Centenário*, nº 2, 1 Fev., 1968, p. 12. O folhetim vem datado de 24 de Agosto de 1879.

⁵⁹⁹ Sobre a Nazaré, debruça-se também Gastão da Fonseca com “Vamos à Nazareth?”, folhetim que o *Diário Popular* publica em 2 de Setembro de 1867.

⁶⁰⁰ Anteriormente na sua crónica, Guilherme de Azevedo referia-se ao peixe fresco como alimento constante na dieta do lugar.

⁶⁰¹ Dois anos antes, em “Cartas da Foz”, dava-se testemunho do sucesso que a Granja conhecia e que seduzia os frequentadores da Foz: “A Granja é a rainha da moda, é cantada em prosa e

praias (...) e a música de tarde no Passeio Alegre, coisa que não é dada a nenhuma praia de Portugal”. Se Leça⁶⁰² e Matosinhos são apodadas de “sucursais da Foz”, “A Póvoa de Varzim é a Babilónia de entre Douro e Minho”⁶⁰³.

Ainda no *Primeiro de Janeiro*, um ano depois da crónica de Guilherme de Azevedo, uma crónica de vilegiatura traça, de forma breve, o retrato de diversas praias:

A Granja tem os seus elegantes chalets, que lhe dão o aspecto encantador das montanhas da Suíça; a Póvoa de Varzim tem o seu extenso paredão que entra pelo mar dentro, como o tombadilho de um paquete, onde se passeia, ao pôr do sol e em noites calmas de luar; a Figueira tem a animada vida mercantil do seu caes; Espinho tem uma magnífica praia arenosa; Pedrouços tem a pessoa do snr. Conselheiro Antonio Maria Fontes Pereira de Mello; e Cascaes tem a sympathica assistencia da familia real.

(...)

A Foz não tem chalets, a Foz não tem um extenso paredão, a Foz não tem um caes, a Foz não tem uma praia arenosa, a Foz não tem a pessoa do snr. Conselheiro Fontes Pereira de Mello, a Foz não tem a assistencia da familia real.

*Mas, em compensação, nenhuma outra praia tem o Passeio Alegre e Carreiro, nem tem junto de si a segunda cidade do reino. E esta dupla qualidade de estar a praia situada a meia legua d’uma grande cidade e de ter dois formosos passeios é que lhe dá uma vida muito excepcional(...)*⁶⁰⁴.

As crónicas de vilegiatura valem também para nós pela informação em torno dos modos de ocupação do ócio e das práticas de sociabilidade. Em 1873, relata o cronista da praia de Espinho:

Por iniciativa do snr. Conde da Graciosa, o visconde da Foz de Arouce, e de outros cavalheiros constituiu-se uma muito agradável casa de assembleia – onde existe gabinete de leitura – salas de jogo e bilhares, e um formoso salão onde podem reunir-se dusesntas senhoras e outros tantos cavalheiros para o folguedo da dança.

em verso, é requestada e festejada com mimos: é o cantão, o canteiro da Granja, a donairoza odalisca que alli surgiu á beira-mar, como Venus por entre a espuma das ondas; affagam-a com estes e outros nomes bonitos, pergunta-se por ella com alvoroço, formam-se romagens e vai-se á Granja em peregrinação, como os musulmanos vão ao tumulto do propheta” (L. – “Cartas da Foz”, *O Commercio do Porto*, 2 Out., 1877). Ramalho Ortigão dirá a propósito da Granja: “(...)depois de Cascais, a Granja é a mais aristocrática das praias portuguesas, Espinho sabe isto e não o leva a bem” (*As Farpas*, t.I, *op. cit.*, p. 254)

⁶⁰² Cornélio Gil, a 16 de Agosto de 1880, observa em folhetim de *O Primeiro de Janeiro*, intitulado “Leça da Palmeira”, que esta é a praia preferida pelas famílias inglesas estabelecidas no Porto.

⁶⁰³ Guilherme de Azevedo – “Cartas da Capital”, *op. cit.* Como não lembrar Ramalho Ortigão quando afirmava, em 1876, que a Póvoa de Varzim “É o caravansará dos habitantes do Minho em uso de banhos ou do ar do mar” (*As Praias de Portugal. Guia do Banhista e do Viajante*, Porto, Liv. Universal de Magalhães & Moniz-Editores, 1878, p.49).

⁶⁰⁴ Cornélio Gil – “Folhetim das Praias”. A Foz”, *O Primeiro de Janeiro*, 8 Ag., 1880.

E o cronista termina dizendo ainda:

*Musica –canto – dança – sociedade escolhida – agradável passeio – lhanza no trato – um mar limpido a beijar-nos os pés, eis Espinho n'esta risonha quadra*⁶⁰⁵.

Da assembleia da praia da Foz onde se joga, toca e dança, informa um folhetinista em 1881, no início da época balnear: “Hoje deve abrir-se a assembleia, que este anno foi melhorada, augmentando-se-lhe o salão, pintando-se, organisando-se um gabinete de leitura, gabinetes de jogo, etc., etc.”⁶⁰⁶ Um ano depois, observa-se em folhetim das praias que para um frequentador de uma praia “não é mau ter uma prenda qualquer, como, por exemplo, saber cantar, tocar piano, imitar a voz de varios animaes ou saber jogos de sala”⁶⁰⁷. No registo de entretenimentos, começa a surgir ainda, nas crónicas da última década do século, a presença da récita de amadores. Com efeito, em Espinho, na Granja, na Foz, a representação de textos dramáticos breves envolvem adultos e crianças⁶⁰⁸, preenchendo dessa forma o tempo de lazer. Do mesmo modo que, numa crónica dramática, se procede à crítica da representação de uma obra em cartaz nos palcos dos centros urbanos, o folhetinista da crónica de vilegiatura fala da obra, resume o entrecho, indica quem representou e comenta o desempenho dos actores, neste caso amadores⁶⁰⁹. E tal como acontece no teatro profissional, verificamos que a escolha dos textos dramáticos recai quase sempre sobre peças francesas⁶¹⁰, comédias respigadas de colecções dramáticas oriundas de França⁶¹¹.

A ausência de habituais passatempos é também registada pelos cronistas. Luiz Augusto Palmeirim, em “Cartas da Ericeira”, regista, no ano de 1874, que “A Ericeira não tem teatro, nem praça de toiros, nem sequer passeio publico”⁶¹², mas em compensação possui muitas belezas naturais. Não pensemos, todavia, que a civilização se encontra arredada destas paragens, pois, Palmeirim na mesma carta observará que

⁶⁰⁵ Leão – “Espinho”, *O Primeiro de Janeiro*, 4 Set., 1873.

⁶⁰⁶ Cornelio Gil – “Chronica das Praias”, *O Primeiro de Janeiro*, 28 Ag., 1881.

⁶⁰⁷ Gil – “Carta das Praias. Os Jogos”, *O Primeiro de Janeiro*, 3 Set., 1882.

⁶⁰⁸ Cf. Gil – “Cartas das Praias”, *O Primeiro de Janeiro*, 8 Out., 1882.

⁶⁰⁹ Cf. Gil – “Carta das Praias”, *O Primeiro de Janeiro*, 24 Set., 1882 ou Gil – “Carta das Praias”, *O Primeiro de Janeiro*, 1 Out., 1882.

⁶¹⁰ Cf., por exemplo, “Carta das Praias”, *O Primeiro de Janeiro*, 1 Out., 1882.

⁶¹¹ Cf. Gil – “Carta das Praias”, *O Primeiro de Janeiro*, 8 Out., 1882: “A litteratura franceza, tão variada e rica que até para as creanças compõe e prepara livros, tem no seu ‘théâtre d’adolescents’ uma collecção de mimosas comedias”.

⁶¹² Luiz Augusto Palmeirim – “Cartas da Ericeira”, *Diario Illustrado*, 15 Set., 1874. As “Cartas da Ericeira” foram no mês seguinte reproduzidas no rodapé da *Revolução de Setembro*.

“Hoje a Ericeira é uma succursal de Lisboa. A velha e a familiar convivência dos banhistas entre si tem por único elo o Club, onde se toca, onde se canta, e onde se joga(...)”⁶¹³.

Não referir o olhar pousado na figura feminina seria falta indesculpável. Na verdade, o folhetinista observa e/ou dá conta da atitude de observação levada a cabo por um outro, também masculino, face à mulher banhista, foco de atracção e sedução – pelo menos num primeiro momento – do tempo passado na praia. A mulher banhista converte-se, de facto, num dos tópicos mais frequentes destas crónicas e, na maior parte dos casos, é apresentada como em Eduardo Augusto Vidal: “Os banhos de mar tendem a despoetisar o mundo” e, portanto, também a mulher: “Imagine-se o mais bem contornado, o mais gracioso, o mais magano de todos os rostos, quando vem surdindo do mergulho, escorrendo como uma alface e vermelho como uma beterraba. Apesar de todo o seu sal, nunca poderá ser apetitoso!”⁶¹⁴ Anos depois, observa Carlos de Moura Cabral:

Sejamos francos. Quantos amores se não desmancham n’esta epocha de mergulhos?

A moda é sempre enganadora. Tem caprichos e illude-nos facilmente.

O que valle a muitos é essa medida preventiva de todos os annos.

- *Os banhos!*

- *Os amorosos correm ás praias a contemplarem as suas deidades.*

*Analysam e resolvem*⁶¹⁵.

⁶¹³ *Idem, ibidem*. Também Fialho de Almeida, em texto acerrimamente crítico da moda da vilegiatura, observa: “Nas praias e thermas aonde com mais effervescencia parece affluir a onda nomada dos aborrecidos e convalescentes, como as Caldas da Rainha, Cascaes, Luso, Gerez, Figueira da Foz, a vida procura imitar quanto possível, nos seus episodios de *flirtation*, a existencia de Lisboa, comprimida porém á lufa-lufa, em casas d’ocasião, quartos de hotel, com maus jantares de mesa-redonda, e abraçadabrantes saraus *dramatico-musicaes*, em salas de casino forradas a papel de ramagens, decoradas d’oleographias de sultanas, com obrigação de se aturar o poeta, o gracioso, e a contralto, inherentes a estas sortes de *Alcazares* de gente comedida” (*Pasquinadas (Jornal d’um vagabundo)*, Porto, Liv. Civilização, s.d., p. 318).

⁶¹⁴ Eduardo Augusto Vidal – “As Praias”, *Diario Popular*, 23 Ag., 1868. A 5 de Outubro de 1857, Camilo Castelo Branco também afirmava no *Nacional*: “As duas horas poetizadas são as mais vilamente prosas que se passam na Foz. Imaginem um Petrarca vestido de baeta com uns sapatos de ourelo e as duas orelhas sumidas num barrete. Ponham-me ao pé dele uma Laura embainhada num sacco, tanto mais repulsivo quanto a impostura quer decorá-lo de formas postiças, em que sua dona, metade mulher e metade baeta, logo que entra na água é severamente castigada da logração com que quer embair os espectadores” (“Revista da Foz”, *Crónicas. Obras Completas, op. cit.*, p. 1060). Guilherme de Freitas dizia em folhetim de *A Liberdade* de 17 de Setembro, no ano de 1861: “(...) se o banheiro lhes [às senhoras] apresentasse um espelho logo ao sair d’agua, estamos certos de que desistiriam do remedio, e procurariam encontrar outro tonico que lhes curasse os padecimentos nervosos”.

⁶¹⁵ Carlos de Moura Cabral – “Nas Praias”, *Diario Illustrado*, 23 Set., 1874. Fialho de Almeida escreverá: “As meninas R., que não eram feias antes do banho, irrompem das aguas hediondas como gallinhas desplumadas, sem carmim nas faces, sem sublinhas de khol por baixo das

Ou como dirá outro folhetinista, “A praia é o berço e o tumulto de muitas paixões”⁶¹⁶.

Quanto ao banhista do sexo masculino raramente ele é objecto da pena do cronista.

Porém, quando tal acontece, não é poupado por um olhar crítico e exigente:

O banho é que para os homens é uma exposição de formas plasticas. Não ha Apollo apocripho, nem Alcibiades de contrabando, que não aspire a assumir no banho a plenitude fascinadora dos seus encantos. E’ forçoso porem confessar, que as tibias masculinas, por suas excessivas finuras, recordam ainda aos mais distrahidos uma das industrias historicas da cutillaria nacional de Guimarães.

As pernas dos nossos elegantes são pela maior parte do dominio exclusivo das fabricas de refinação de assucar. Na maneira ostentosa, com que se embuçam no lençol, antes de se aventurarem ás peripecias do mergulho, ressumbra a imitação servil das atitudes ambiciosas dos romanos contemporaneos de Catão. Quase todos não são a expresssão, mas a caricatura, a parodia do vulto humano. Não são corpos, são esqueletos ambulantes. (...)O homem physico de hoje está para o seu antecessor de 1830, como um tysico em terceiro grau, para um roliço e rubicundo cervejeiro de Londres⁶¹⁷.

É extremamente curiosa esta apreciação que Ricardo Guimarães faz da figura masculina não apenas por não ser frequente o ângulo escolhido, mas porque é quase sempre a mulher banhista a vítima de um juízo e de um olhar menos benévolo por parte do literato, que, por sua vez, regista, reiteradamente, a presença do homem na praia enquanto *voyeur* e apreciador dos momentos do banho da figura feminina:

Posto o fado de banda, leitora amavel que sois um modelo de elegancia e de bom gosto, leitora caprichosa e enganadora que sabeis attrahir com um só sorriso os olhares cobiçosos e apaixonados desses dandys do Chiado, vós que tendes umas olheiras permanentes a indicarem-nos as insomnias, as vigílias por que vos faz passar um ente privilegiado, recebei mes adieux, na certeza de que eu não desistirei de contemplarvos ao sairdes do banho mettida n’um saiote esguio e n’um casaquinho compromettedor⁶¹⁸.

As estâncias termais também gozam do favor do veraneante oitocentista e, por esse motivo, igualmente são objecto da escrita folhetinesca. Como escrevia Júlio César Machado em *Banhos de Caldas e Aguas Mineraes*, “A vida moderna faz doenças novas, que encontram allivio no descanso e na distracção. Distrahir-se alguem de Abril a

pestanas, os fatos collados ás pernas seccas de lagostas, e os calcanhares rugosos, em chinelos tortos de entretela” (*op. cit.*, p.327).

⁶¹⁶ “Revista da Figueira no mez de Setembro”, *O Conimbricense*, 8 Out., 1860.

⁶¹⁷ V. de Benalcanfor - “Cartas Lisbonenses”, *O Commercio do Porto*, 20 Set., 1874.

⁶¹⁸ Carlos de Moura Cabral – “Nas praias”, *Diario Illustrado*, *op. cit.*

Outubro é difficil: as caldas conciliam tudo: mudança de ares, exercicio ameno, banhos, copinho, peregrinação, entrettenimento, *vita nuova!*”⁶¹⁹ A apreciação de César Machado aponta, com justeza, para o duplo serviço que as termas – como de resto acontece com as praias – oferecem: cuidados de saúde e ocupação do ócio em época de veraneio. É então natural que as crónicas sobre as termas contemplem não só a descrição dos espaços e das qualidades que as suas águas possuem, mas simultaneamente a descrição dos atractivos decorrentes de práticas de sociabilidade que aí têm lugar. Assim, quando Júlio Lourenço Pinto escreve para *O Commercio do Porto* as suas “Cartas de Vizella”, se apresenta Vizela na sua faceta bucólica, apresenta-a também enquanto vila atenta às necessidades de um público urbano que aí se acolhe. Tal como nas praias, joga-se, dança-se, canta-se, sendo o piano indispensável⁶²⁰.

Numa altura em que é chegada a quadra das termas, o próprio Júlio César Machado também se ocupa, nas suas crónicas, da época termal e, em 1882, fala com saudade da procura que havia das águas termais, apelando para essa prática salutar e trazendo à colação a oferta diversa que existe de Norte a Sul do país⁶²¹:

*O mais é, porem, querem os senhores que lh’o diga? O mais é, que estou persuadido que o melhor que ha em Portugal, como divertimento e bem estar, é achar-se uma pessoa em tratamento d’aguas! Guardem os theatros para si, se quizerem; fiquem-se com o circo dos Recreios, com o Passeio Publico e com a casa havaneza; e dêem-me um mez de terras de aguas, com a boa folia de levantar cedo, ter sêde a toda a hora, beber agua a rir, tomar banho a conversar, e depois passeio, e depois almoço, e depois club, e depois copa, e depois pic-nic, e á noite club e musica, e senhoras, conversação, e o melhor dos bens, não ter nada que fazer!*⁶²²

Em 1884, o tom adoptado por Júlio César Machado para falar da estação termal das Caldas da Rainha é já outro⁶²³. A toada humorística percorre todo o texto⁶²⁴, não impedindo a passagem de informação sobre o modo de funcionamento dos banhos

⁶¹⁹ Julio Cesar Machado – “Introdução”, *op. cit.*, p. 6.

⁶²⁰ Cf. J. L. Pinto – “Cartas de Vizella.II”, *O Commercio do Porto*, 3 Julho, 1879.

⁶²¹ Cf. Julio Cesar Machado – “As Aguas”, *Diario de Noticias*, 8 Junho, 1882. Refere-se, por exemplo, as Caldas das Taipas, Vizela, Caldas da Rainha, Vidago, Pedras Salgadas ou Faro.

⁶²² *Idem, ibidem.*

⁶²³ Sensivelmente a última década da escrita cronística de Júlio César Machado caracteriza-se pela nota nostálgica e memorialística. Não é o caso da crónica em apreço que nos faz reencontrar o seu tom ameno e cheio de humor

⁶²⁴ Cf. Julio Cesar Machado – “Terceiro das Caldas”, *Diario de Noticias*, 14 Ag., 1884. A nota humorística encontramos-la, por exemplo, quando, entre as inúmeras questões colocadas aos enfermeiros sobre as propriedades terapêuticas da água, se pergunta o seguinte “ – E sendo caso de esterilidade ...de minha mulher?// - Faz optimamente. Ha apenas o risco de ficar fecunda demais!...”

termais, as maleitas que combate ou sobre quem frequenta esses banhos⁶²⁵. Ficamos a saber ainda que “Como todas as terras de agua, Caldas da Rainha tem o seu club (...)”⁶²⁶.

Não são apenas as malas e alguns tarcos a viajar até ao campo, às praias ou às termas. São também os sucedâneos lúdicos dos meios urbanos, aclimatados a novos espaços, aqueles que os veraneantes levam consigo. Contudo, aos primeiros sinais de Outono, começa a experimentar-se a nostalgia da animação citadina, do reencontro com os teatros, os saraus, os bailes. Disso nos fala o Visconde de Benalcanfor quando, em folhetim de 1885, partilha com o leitor a sua própria experiência e a vontade que sente de ouvir cantar o barítono Cologni⁶²⁷.

Outra alternativa existe para os que não podem sair de Lisboa ou não podem custear uma estadia em local de veraneio: as barcas; funcionam como substituto dos banhos de mar que as praias oferecem. Em 1861, Guilherme de Freitas dizia no seu folhetim: “O banho é uma especie de panacêa universal, com elle se curam achaques de toda a qualidade. //- A classe menos favorecida da fortuna concorre á *Deusa dos Mares*, á *Flôr do Tejo* e a mil outras barcas e barracas collocadas por esse grande rio abaixo até Alcantara”⁶²⁸. E, em seguida, traça-nos um quadro dos animados banhos nas barcas.

Como na crónica-folhetim, o Estrangeiro não deixa de marcar presença iterativa na crónica de vilegiatura, pois como dirá um dos cronistas, “E’ uma teima como outra qualquer esta dos confrontos. Cousas e pessoas, nada e ninguem lhes pode fugir. // E’ o mesmo em arte”⁶²⁹. Assim, “A Nazareth macaqueia Bade”⁶³⁰, “Ha estrangeirados, que nem sequer hão de dar as honras de boa praia á de Cascaes, só por não se chamar Dieppe ou Biarritz”⁶³¹ ou “Conversar em Portugal é tão difficil como a philosophia allemã. Quando se não faz má lingua nem se destillam semsaborias de borda -d’agua, ressona-se”⁶³². Na verdade, a crónica de vilegiatura permite-nos tomar contacto com a importação provinciana que em Portugal se faz de produtos, costumes e práticas de

⁶²⁵ Cf. *idem, ibidem*. Os espanhóis são também frequentadores destas termas.

⁶²⁶ *Idem, ibidem*.

⁶²⁷ Cf. V. de Benalcanfor – “Á beira mar”, *Diario de Noticias*, 26 Nov., 1885.

⁶²⁸ Guilherme de Freitas – *op. cit.*

⁶²⁹ Carlos de Moura Cabral – “Villegiatura”, *op. cit.*

⁶³⁰ Gastão da Fonseca – “Vamos á Nazareth?”, *Diario Popular*, 2 Set., 1867.

⁶³¹ Ricardo Guimarães – “Nas Praias”, *A Revolução de Setembro*, 15 Nov., 1867. O confronto com as praias francesas e, mais particularmente, com a animação que aí se experimenta, encontramos-lo em folhetim de 10 de Outubro de 1880 no *Primeiro de Janeiro*, quando Cornélio Gil diz conhecer alguém, patriota, que recusa reconhecer supremacia a Biarritz, Dieppe, Nice, Saint Malo ou Arcachon, face à praia da Foz.

⁶³² P. Travassos – “Na Foz”, *O Primeiro de Janeiro*, 5 Out., 1871.

além-fronteiras. Lembremos a moda francesa no vestuário ou o *turf*, as corridas de cavalos que em Belém e Matosinhos têm lugar. Comenta em 1880 um cronista: “Conhece de certo as corridas portuguesas; e assistiu com certeza, como nós um dia ás esplendidas corridas de Longchamps (...). Bem sabemos que não somos povo para esta sorte de divertimentos. (...)// Carecemos de todo esse mundo elegante, phantastico, aristocrata e perdulario, sem o qual uma corrida de cavallos toma o aspecto pittoresco de uma feira de provincia. // As corridas de Belem são pobres e as de Mathosinhos ainda o são mais”⁶³³.

De entre as diversas crónicas de vilegiatura que nos chegaram às mãos, é sintomática da imagem que Portugal tem de si e dos outros, no quadro de um cotejo civilizacional alargado, a segunda carta de Vizela de Júlio Lourenço Pinto, plena de auto e hetero-imagens – muitas delas estereotipadas – que situam Portugal num plano de menoridade face ao Estrangeiro. Tomamos, por esse motivo, a liberdade de a citar longamente. A propósito da importância do piano nas práticas de convivialidade, mesmo numa localidade bucólica e pastoril como Vizela, o autor, num discursso pretensamente ligeiro, observa:

Todos os paizes na plenitude de uma autonoma vitalidade, têm uma feição artistica, industrial, economica, commercial ou agricola, que lhes caracteriza o typo nacional.

Na França é o gosto, a invenção imaginativa, o primor phantastico dos seus productos industriaes, é o piano e a poltrona, o fauteuil, convidativo, placido, emblema da conversação espirituosa e scintillante. Na Allemanha é o krupp, na Russia as pelles, na Italia é a cama e o escopro, a palheta que nos faz sonhar, as concepções raphaelescas e os arrojados de Miguel Angelo: na Austria os requintes do luxo, a profusão dos ornatos, as sumptuosidades do ouro, da seda, da porcelana, do esmalte da escultura, do crystal, aquella crystal finissimo, que se nos figura á imaginação como pedaços de atmosphaera gelada, limpida, prateada, em noute de luar, fundindo-se em formas graciosas como crystallisadas flôres do ar; na Belgica a delicadeza e perfeição dos artefactos; na Suissa os relogios, os realejos, as caixas de musica d’esses engenhosos mechanicos que levam a todas as cousas, a todos os moveis a musica de manivela. Na Suissa, ao menor contacto, tudo desfere um som, uma nota; pega-se de um album e canta-nos uma aria; uma caixa de costura ou uma jardineira entoam-nos uma canção; recostamo-nos em um sophá e

⁶³³ Cornelio Gil – “Folhetim das Praias. O turf”, *op.cit.* Lembremos a farpa em que Ramalho Ortigão fala das corridas de cavalos promovida pelo Jockey Club Portuense, no hipódromo de Matosinhos, mostrando humoristicamente como tais práticas se encontram a anos-luz das práticas estrangeiras (*As Farpas*, t. I, *op. cit.*, pp. 237-240). Em 1881, no *Primeiro de Janeiro* a 16 de Outubro, findo o tempo de veraneio, desabafa Cornélio Gil, na crónica de despedida: “Tudo nos vem de lá [de França]. Os figurinos, as modas, os costumes, bem ou mal apropriados á indole d’este povo, e parece que até o frio!”

envolve-nos uma nuvem d'harmonia; deitamo-nos em uma cama, sentimo-nos embalados em suaves melodias. Na Inglaterra são as minas, as fabricas, a bussola, o tonel de cerveja os utensilios do fogão de sala, o recipiente do carvão, reluzente como um capacete de cobre e o guarda-brazas e os ferros, armadura de aço chispando reflexos metallicos ao flamejar do fogão, que impregna de tons avermelhados a luz discreta da sala, quadrosinho suave onde se espelha o conforto e a serenidade do sweet home. No grupo das nações scandinavias a Noruega, a Suecia, e a Dinamarca são as lãs, os couros, e o oleo de figado de bacalhau; na Hespanha a bandurria, as castanholas e o pandeiro, que nos fazem sonhar requebros tentadores e olhos andaluzes, que chispam diabruras; e entre nós o tonel do vinho do Porto e nada mais encontramos de saliente.

Depois da nossa gloriosa missão colonial e maritima, que acabou, como acabam todas as missões e todas as grandes preeminências internacionais – e essa lá está representada como uma reminiscencia emergindo das profundezas do passado, pela fachada branca dos Jeronymos – ficamos reduzidos a isto⁶³⁴.

Era preciso acertar o relógio nacional pelo relógio da Europa, em tempo de veraneio Portugal fazia o que estava ao seu alcance.

⁶³⁴ J. L. Pinto – “Cartas de Vizella. II”, *O Commercio do Porto*, 3 Julho, 1878.

4. A MULHER NO FOLHETIM

*Ente debil, mas cheio de nobreza,
Porque espirito és mais do que materia,
Se roubaste dos anjos a belleza
Foi para consolar nossa miseria;
Quizeste unir a terrea natureza
Á chamma pura da mansão etherea,
Por que os males da carne supportasses,
E com um raio teu os abrandasses.*

J. Ramos Coelho, 1857

*As leis da natureza e os preceitos da
civilização concordam em reconhecer á
mulher a seguinte missão: ser esposa e mãe,
conservadora da familia e atalaya do bem
estar interior.*

Jornal das Senhoras, 1877

Acercarmo-nos do folhetim do século XIX significa, igualmente, descobrir a presença feminina nesse espaço do periodismo. A necessidade de reflectir sobre esta presença recorrente não surge, na verdade, de um mero interesse pessoal em torno da questão *Mulher* ou de um prévio intuito em levar a cabo um estudo de género, mas são os próprios textos a apontar tal caminho, pois da sua leitura resulta a constatação que o folhetim funciona enquanto janela em que a mulher é mostrada e se mostra, curiosamente num século em que o seu papel na sociedade se encontra obscurecido, não obstante o seu predomínio demográfico.

Assim, no contacto com os textos folhetinescos, deparamos com uma realidade multifacetada, no que respeita a uma presença feminina. Esses escritos falam sobre a mulher, veiculam imagens da mulher, em grande parte de um ponto de vista masculino, mas falam também para a mulher, apostrofando-a enquanto destinatário de uma escrita que a busca voluntariamente, a tão referida *amável* ou *gentil leitora*. Os textos no folhetim dão-nos ainda a conhecer, se bem que com menor frequência, uma outra

mulher, aquela que assume um fazer e desencadeia um processo de escrita, enveredando por uma actividade crítica, pela criação de uma obra original ou por uma actividade de tradução e conseqüente difusão de uma obra estrangeira. Revelando-se o folhetim uma forma de visibilidade da mulher no século XIX, explorar as diferentes vertentes pelas quais uma dimensão de feminino se inscreve no espaço do folhetim será então o objectivo que nos irá mover neste capítulo.

4.1. Imagens da mulher no folhetim

Que representação da mulher nos é mostrada pelo folhetim de Oitocentos? É que falar da mulher e sobre a mulher implica, necessariamente, revelar uma imagem construída com base em valores e atitudes culturais próprios de uma determinada época, de um determinado espaço ou de um determinado grupo. Como é vista a figura feminina ao longo do século XIX? Qual o papel ou papéis que lhe são atribuídos? Qual o lugar que lhe é dado ocupar na sociedade? Qual será então o discurso ideológico, em torno da mulher, que o folhetim manifesta? Perguntas que envolvem uma vasta investigação e para as quais apenas abriremos caminhos de resposta, até porque o folhetim é apenas um dos múltiplos veículos possíveis de manifestação de imagens da mulher no século XIX e conviria confrontá-lo com tantos outros¹. Nesta detecção de trilhas, temos perfeita consciência de que poderemos tão só dar conta de imagens, representações da mulher, algo estereotipadas ou mesmo míticas, pois o espaço do folhetim lida com modalidades discursivas, na sua maioria vocacionadas para o entretenimento, não mostrando necessariamente um pensamento em acção ou uma vontade de fazer pensar.

A escolha em privilegiar a crónica-folhetim, de entre o que se publica no *rés-do-chão* do periódico, para ilustrar essa dimensão de feminino, justifica-se, em nosso entender, pela sua ligação próxima a um real quotidiano que se deseja passar em revista, registando-o e, quase sempre, comentando-o. Embora as crónicas funcionem enquanto

¹ O confronto/cruzamento, em simultâneo, com os manuais de civilidade - tantas vezes fruto de um processo de tradução e adaptação ou pelo menos de contaminação por textos estrangeiros -, o confronto com os textos e obras sobre a educação e instrução femininas e, porque não, com as imagens da mulher no texto literário oitocentista, daria resultados certamente frutuosos para um conhecimento mais aproximado desta questão, na medida em que esses veículos funcionam numa estrutura de vasos comunicantes, muito embora possam estar mais ou menos próximos de uma prática social efectiva. Veja-se, por exemplo, o trabalho de Cecília Barreira, "Imagens da mulher na literatura portuguesa oitocentista", *Análise Social*, vol. XXII, nº 92-93, 1986, pp. 521-525.

visões pessoais de uma dada realidade, elas valem como testemunhos de um conjunto de homens, por vezes heterogéneo, que pertenceram a uma época determinada e que, com maior ou menor fidelidade, fazem chegar até nós as suas opiniões resultantes de um viver em sociedade que a crónica, como observatório, espelha. Assim, o folhetim transporta, involuntariamente, informação preciosa sobre a vida de relação e os espaços de sociabilidade da mulher oitocentista. Conscientes de que a veracidade histórica poderá ser posta em causa na abordagem que fazemos das crónicas, atendendo às visões pessoais que nelas se veiculam, interessa-nos sobretudo pôr em relevo as perspectivas sobre a questão feminina, quase sempre de autoria masculina. Como de resto resulta óbvio, não nos colocamos numa suposta posição de historiador ou de sociólogo que não somos. Trata-se, tão somente, de entender a crónica-folhetim enquanto modalidade discursiva que veicula representações culturais e uma delas será aquela que gira em torno do belo sexo.

Desde logo, a mulher surge na crónica-folhetim dentro de uma dimensão de alteridade, a dois níveis: a mulher é o *Outro* vista ou dita por um *Eu*, maioritariamente masculino e nesta visão, neste dizer, o folhetinista surge como o porta-voz ou como o eco de um sentir e de um pensar epocal; porém, os conteúdos transmitidos constroem-se a partir do confronto entre uma realidade nacional e uma realidade estrangeira - o que constitui uma segunda relação de alteridade. Na verdade, o discurso sobre a mulher portuguesa manifesta uma atitude comparativa em que o termo buscado para o confronto é a mulher estrangeira, quase sempre a francesa², facto que resulta do contacto próximo do homem oitocentista com bens culturais que, com regularidade, lhe chegam sobretudo da Europa e do seu foco principal de irradiação cultural que é a França³.

² Excepcionalmente, a mulher inglesa é apontada como modelo a seguir pela portuguesa no que respeita à valorização do exercício físico e ao contacto com a natureza. Tais ocorrências encontramos-as de modo particular em Eça de Queirós e Ramalho Ortigão.

³ Cf. Lopes de Mendonça - "Revista de Lisboa", *A Revolução de Setembro*, 2 Março, 1850: "Eu quizêra sinceramente perguntar ás senhoras de Lisboa, o que fazem durante estes lindos dias de primavera. Bordam, lêem, fazem *crochet*, essa algebra tediosa e insupportavel? Se é verdade o que contam de Sevilha, e de toda a Hespanha, parece que lá as senhoras passeiam, agitam se, tomam ar". Cf. igualmente Julio Cesar Machado - "Folhetim", *A Revolução de Setembro*, 25 Nov., 1857, em que, a propósito da concorrência que o *theatro mechanico* conheceu, se diz da mulher espectadora portuguesa: "Em todas as recitas tem concorrido damas a desfructar o espectáculo, nos primeiros lugares, por que não ha camarotes. Permitta Deus que com este exemplo, as senhoras portuguezas percarn mais o receio que teem de assistir a um espectáculo sentadas n'uma cadeira da superior. Os chefes de familia lucrariam se a moda se introduzisse. Para um homem e uma senhora, que necessidade ha de um camarote?! Para que hão de as

Desde logo também, é preciso dizê-lo, não é toda a mulher portuguesa que surge no folhetim, mas quase sempre uma franja específica, a das “nossas elegantes”⁴ ou pretendentes a elegantes. É pois uma minoria do universo feminino, um conjunto burguês e aristocrático, uma classe média-alta em princípio alfabetizada, a prender o olhar de quem por esses tempos se entrega às letras, no *andar de baixo* do jornal⁵. Excepções encontramos-las em particular na crónica teatral, em que a mulher-actriz, ou melhor, a mulher que pisa o palco, ocupa um lugar privilegiado na crítica dramática do folhetinista⁶, funcionando mesmo como objecto da crónica⁷. O caso de Emília das

senhoras portuguesas marcar como excepção o que em todos os paizes passa como boa regra?” E Júlio César Machado fala ainda de um excesso de moralismo que marca a sociedade lusa. Esse excesso de moralismo encontramos-lo registado, poucos anos depois, em “Revista da Semana” do mesmo autor, na *Revolução de Setembro*, 30 de Julho de 1861, quando se retrata uma das formas de vida social lisboeta, as saídas para o Passeio da Estrela ou de S. Pedro de Alcântara. Ora, nesta crónica, várias informações curiosas podem ser detectadas: a preocupação moral, quando um pai diz a suas filhas “- Meninas! (...) Eu não quero ninguem de manga curta, e reclamo o vestido affogado”; a abertura, embora condicionada, da mulher ao exterior que o passeio proporciona, ao observar-se que “ Isto não é tudo, mas é já muito para um paiz como o nosso, em que todos os verões a sociedade tinha de desertar para o campo, fugindo da monotonia da vida de Lisboa, e em que as senhoras da classe media na impossibilidade de irem para Cintra, para Pedroços, para Bemfica, para Cascaes, ou para a Ericeira, se enclausuravam tristemente em casa, sahindo apenas para irem ao domingo á missa!..”; a falta de animação que caracteriza esta nova prática de sociabilidade e que faz Teixeira de Vasconcelos, acabado de chegar de Paris, dizer “Quando é que se ajoelha?”

⁴ Cf. Lopes de Mendonça - “Revista de Lisboa”, *A Revolução de Setembro*, 26 Nov., 1853.

⁵ Notemos tão somente a ausência, no espaço do folhetim, da mulher do povo que trabalha, que não é alfabetizada, enquanto objecto de reflexão, não sendo, por consequência, destinatário a eleger pelo folhetinista. Além do mais, à época, a tardia implementação de uma revolução industrial implicava a inexistência de uma classe trabalhadora feminina, minimamente representativa e com hábitos de leitura.

⁶ Cf. a crónica de F. Guimarães Fonseca - “As Actrizes Gabriella e C. Velloso”, *A Liberdade*, Coimbra, 11 Junho, 1863; a de Christovam de Sá - “Maria Joanna”, *Diario Illustrado*, 27 Jan., 1874 ou ainda a de Assis de Carvalho - “Maria das Dores”, *idem*, 18 Dez., 1874.

⁷ Cf. “Revista do Porto”, *O Nacional*, 14 Maio, 1849, em que se desabafa: “as revistas sustentavam-se das damas do teatro”.

Neves⁸ que marcou, ao seu tempo, o teatro português, é um exemplo paradigmático de tal ocorrência, bem como o de Sarah Bernhardt⁹.

Lembremos as *physiologies* de Júlio César Machado em *A Revolução de Setembro*. Seguindo a voga das *physiologies* que em França se começou a viver a partir da década de quarenta¹⁰, o sucessor de Lopes de Mendonça traça-nos, entre outros, um retrato da atriz portuguesa que de favorável nada tem. Muito embora Machado, em “Physiologia da atriz”, nunca fale da sua congénere estrangeira, o repetido uso de “as nossas atrizes”, a anteceder mais um traço na sua caracterização, deixa supor uma relação de alteridade que em nada beneficia as atrizes lusas, no seu entender “destituídas de espírito, e de finura”; uma atriz que “quasi sempre sabe lêr mal, e escrever peor ainda” ou que, por vezes, não sabe ler de todo e aprende os papéis de ouvido¹¹. O folhetinista não poupa as atrizes portuguesas e termina mesmo dizendo: “(...) as nossas atrizes teem conseguido tudo, menos saber representar!”¹² A sua extração social é modesta; a mulher torna-se atriz quase por herança de família e adquire a aparência de uma

⁸ Cf. R. J. - “A despedida da atriz”, *O Ecco Popular*, 17 Março, 1860, folhetim sobre Emília das Neves. Recordemos ainda a curiosa crónica de Júlio César Machado, “O Livro de Emilia das Neves ou o ultimo dia do anno nos campos Elyseos”, de 31 Dezembro de 1874 no *Diario de Noticias*. Recorrendo a uma estrutura ficcional, o cronista dá conta da comemoração levada a cabo por actores reunidos depois da morte nos Campos Elísios e em que se louva o inaudito acontecimento de, em vida, surgir o reconhecimento de alguém de mérito, registado por escrito; neste caso concreto, um livro sobre Emília das Neves. A crónica de Júlio César Machado refere-se, provavelmente, à obra *Emilia das Neves. Documentos para a sua Biographia por um dos seus admiradores*, Lisboa, Livraria Universal-Silva Junior, 1875. Este volume, de cerca de 590 páginas, colige poesia, textos de imprensa e documentos vários sobre a atriz e será da responsabilidade de Luís da Câmara Leme. Também em 1875 se publica um opúsculo de Silva Pinto - *Emilia das Neves e o Theatro Portuguez*, Porto, Imprensa Popular de Mattos Carvalho & Vieira, 1875.

⁹ Cf. Julio Cesar Machado - “Sarah Bernhardt”, *Diario de Noticias*, 27 Abril, 1882. Nesta crónica, o autor regista a vinda a Portugal da célebre Sarah Bernhardt - relatando a sua chegada de comboio a Lisboa à qual foi assistir com Rafael Bordalo Pinheiro -, bem como da sua empolgante *Dama das Camélias* no teatro do Ginásio. A admiração e o fascínio pela atriz percorrem todo o texto, realçados pela animosidade em relação ao marido que a acompanha e que chega a roçar um sentimento de ciúme. Eis como se comenta o dom artístico dessa mulher: “Nas horas rapidas d’esses espectaculos, as peças e o publico pareciam viver por ella. Desde a Ristori, - e, n’um genero de outra indole e de mais leves proporções - nunca a famosa janella que deita para a alma, no dizer de Shakspeare, se abriu entre nós francamente”.

¹⁰ Consulte-se a entrada “Physiologie” do *Grand Dictionnaire Universel du XIXe Siècle*, t. XII, *op. cit.*, p. 910, que oferece inúmeros exemplos de autores e textos ilustrativos da voga desse género em França, género “qui exige de la finesse d’observation et un ton d’esprit original. (...) Le domaine de la physiologie ainsi comprise est vaste; il englobe absolument tout, et un observateur attentif peut le reculer indéfiniment(...)”.

¹¹ Cf. Julio Cesar Machado - “Physiologia da atriz”, *A Revolução de Setembro*, 22 Jan., 1857. Como mais adiante sublinharemos, a mulher portuguesa, em geral, apresenta-se com graves lacunas ao nível da alfabetização.

¹² *Idem, ibidem.*

“burguesa não totalmente honesta”¹³ ou até de uma criada de servir, comportando-se como uma burguesa dos bairros¹⁴. Em pano de fundo, adivinha-se uma imagem dourada da actriz estrangeira. “Phisiologia da cantora” afina, em boa parte, pelo mesmo diapasão, na análise que faz da cantora portuguesa, ao denunciar a sua mediocridade e ao condenar a sua falta de preparação: “O que póde e deve dizer-se, e até em estylo secco e conciso de aphorismo é que a cantora portugueza sáe de toda a parte, *excepto do Conservatorio!*”¹⁵ Tal como para a actriz, também as preocupações de ordem material são privilegiadas, não experimentando a cantora qualquer sentimento artístico ao executar uma composição e sendo a música, para ela, um mero *ganha pão*. Todavia, neste folhetim, trata-se também da cantora vinda de fora, a cantora italiana, dando conta das suas fragilidades, mas pondo sobretudo em relevo a falta de sentido e exigência crítica do público e críticos portugueses: “Terminemos: a cantora portugueza persuade-se, desde que deleita, que sabe cantar; a cantora italiana que vem a Lisboa, tem ao menos a modestia de não se convencer disso, mas obrigam-a á força a acreditar-o. A maior parte das vezes ella e o marido são os ultimos que se convencem de tal!”¹⁶ Não podemos contudo esquecer que a actriz ou cantora lírica estrangeira pontuam, de modo não negligenciável, na escrita cronística portuguesa¹⁷, tantas vezes em tom encomiástico; e lancemos de novo mão de uma crónica de César Machado que, entre tantos outros eventos, dá conta do benefício da trágica Ristori, detentora de um “genio supremo”, retratando-a como “creatura superior, que interpretava todas as idéas,

¹³ Cf. Julio Cesar Machado - “Phisiologia da dançarina”, *A Revolução de Setembro*, 19 Dez., 1856. O autor observa que a dançarina é quase sempre filha de uma mulher do teatro e se caracteriza pela pouca virtude. Em 1887, a 22 de Outubro no *Diario de Noticias*, Júlio César Machado publica “Bailarinas”. Trata-se de um escrito que exemplifica bem aquilo a que poderíamos chamar a última fase de Machado como cronista, a de uma escrita de memórias. Assim, a propósito de um evento acontecido ou a acontecer, parte-se dessa informação dada ao leitor e que lhe serve de norte, para, de seguida, se enveredar por um percurso memorialístico em que Júlio César Machado é narrador homodiegético. No caso particular deste folhetim, a chegada de bailarinas novas para o teatro de S. Carlos é ocasião para rememorar o quotidiano das bailarinas de algumas décadas antes.

¹⁴ Cf. *Idem, ibidem*.

¹⁵ Julio Cesar Machado - “Phisiologia da Cantora”, *A Revolução de Setembro*, 8 Maio, 1857. Na “Phisiologia da dançarina” acima referida, muito embora se trate da dançarina portuguesa – a presença da figura do *brasileiro* não deixa margens para dúvidas –, não se elege uma estratégia de confronto com a congénere estrangeira. Este folhetim não é porém inédito; o periódico *O Ecco Litterario. Revista Critica, Litteraria, e Theatral*, de que Júlio César Machado foi um dos redactores, já o tinha publicado no corpo da página a 15 de Dezembro de 1855.

¹⁶ Julio Cesar Machado - “Phisiologia da Cantora”, *op. cit.*

¹⁷ Cf. P. R. - “Adelaide Ristori. Esboço Biographico”, *O Ecco Popular*, 25 e 26 Nov., 1859. Trata-se de uma reprodução de escritos publicados, inicialmente, em *O Portuguez*.

tradusia todas as paixões, communicava ás almas as mil variadas sensações que revelava”¹⁸. De forma inegável, estas *physiologias* de Júlio César Machado dão, indirectamente, testemunho do amadorismo que caracterizava a artista portuguesa e, por consequência, denunciam a inexistência de estruturas nacionais para a sua preparação profissional. Dentro do mundo do espectáculo, a espanhola suscita também o interesse do varão luso como o prova a carta ficcionalizada de Pancrácio Nunes ao redactor do *Diario de Noticias* e que é apresentada nos seguintes termos aos assinantes: “Encarece o sr. Pancracion Nunes as chicas andaluzas, e demonstra os inconvenientes das Ignacias portuguezas”¹⁹. Sob a pele de Pancrácio Nunes e no seu estilo peculiar, Mariano Froes²⁰ satiriza a atracção e o fascínio acentuados que as espanholas que passam por Lisboa causam ao sexo masculino; neste caso, trata-se de andaluzas que dançam a zarzuela no Circo Price que tantos espectáculos deu no Portugal oitocentista²¹.

As primeiras décadas do folhetim português, que coincidem, *grosso modo*, com os anos que vão até à Regeneração, mostram-nos um outro tipo de mulher que, excepcionalmente, marca também o folhetim oitocentista, aproveitando-se o já tradicional e estereotipado traço da curiosidade e loquacidade femininas, de que a mulher de soalheiro é talvez o tipo mais acabado. Ora o aproveitamento da figura feminina que tanto abunda nos periódicos políticos dessa época, poderá, por certo, explicar-se à luz desses traços, desde sempre postos em relevo como peculiaridade das filhas de Eva²², permitindo, através de uma estrutura dialógica ou epistolar, passar

¹⁸ Julio Cesar Machado - “Revista de Lisboa”, *A Revolução de Setembro*, 22 Nov., 1857. Veja-se também dois folhetins de natureza biográfica de Freitas Jacome sobre cantoras líricas, “Adelina Patti” e “A Fricci”, saídos no *Diario de Noticias* de 4 de Junho de 1870 e 6 de Março de 1872, respectivamente.

¹⁹ Pancracion Nunes – [Carta ao Redactor], *Diario de Noticias*, 26 Abril, 1865.

²⁰ Inocêncio Francisco da Silva identifica Pancrácio Nunes como sendo Mariano Froes, no seu *Diccionario Bibliographico Portuguez*, t. IX, *op. cit.*, p. 14.

²¹ Cf. Manuel Roussado – “Por causa dos bufos”, *Diario Popular*, 23 Set., 1867. Neste folhetim, Manuel Roussado dá conta do fascínio que a espanhola exerce sobre o homem português e das desavenças conjugais daí advindas.

²² Recordemos a saborosa explicação de Júlio César Machado em “Physiologia da dançarina”, *op. cit.*: “Muito boas opiniões se inclinam a affirmar que as mais pronunciadas tendencias de nossa primeira mãe, encaminhavam-a para o prazer da conversação, entretenimento que se explica pelo verbo *cavaquear*. // Ha nisso um certo fundo de verdade se acreditarmos a fabula dos rabinos sobre a etymologia da palavra Eva. - ‘Eva, dizem elles, deriva de uma palavra que significa *fallar*. A primeira mulher tomou este nome porque quando Deus creou o mundo, cairam do ceu doze embrulhos de mexericos, e ella apanhou nove, deixando apenas os outros tres a seu marido.’ E’ esta provavelmente a causa que obriga as descendentes de nossa mãe Eva a fallarem tanto”.

criticamente em revista, as medidas políticas, os ministros do reino, enfim toda a governação do reino ou acção municipal. Textos como “Uma entrevista com a Thia Zarolha”, em *O Ecco Popular*²³, ou epístolas como as que surgem no *Periodico dos Pobres no Porto*, nas quais intervem uma *Tia Michaela* à conversa com o *Barbeiro*, fazem da mulher um veículo crítico, ou como mero interlocutor ou ainda como comentadora perspicaz, de uma acção política que se condena ou denuncia, explorando a tão apregoada verbosidade feminina e a sua capacidade de maledicência²⁴. Esta presença peculiar da mulher, no espaço do folhetim, é tanto mais curiosa quanto ela se situa num estrato social humilde e, ao contrário da mulher da burguesia média-alta, interessa-se pela política, não se entregando a um universo de futilidades, estando atenta ao que em torno de si se passa²⁵. Evidentemente que tal ocorrência é de responsabilidade masculina e situa-se em zona de fronteira com o domínio da ficcionalidade; a mulher é personagem na mão de quem escreve e, talvez apenas se aproxime da mulher do povo, a mulher real, por esse mesmo traço de loquacidade que referimos e por uma vida de dificuldades que experimenta no seu quotidiano.

Não sendo embora exemplos de crónica-folhetim, atentemos finalmente em ocorrências excepcionais registadas em espaço folhetinesco de *O Conimbricense* (1857), *O Ecco Popular* (1858), do *Diario de Noticias* (1865) e de *O Nacional* (1870), e que nos falam da mulher ostracizada porque envolvida no campo da prostituição. A virtude e honra femininas são, na sociedade burguesa oitocentista, valores básicos que, de modo quase sempre velado, se defendem e enaltecem, em diferentes tipos de textos, sejam eles de natureza poética, ficcional ou revelem eles intuítos educativos²⁶. Ora, no

²³ Cf. “Uma entrevista com a Thia Zarolha”, *O Ecco Popular*, 21 Set., 1852.

²⁴ Cf. Luiz de Araujo - “As senhoras vizinhas”, *Diario de Noticias*, 17 Fev., 1874. Não se tratando de um escrito de cariz político, este folhetim pretende dar conta dos dois traços referidos, ao apresentar duas vizinhas à conversa. Diz Luiz de Araujo, em jeito de preâmbulo: “A senhora vizinha é um typo portuguez verdadeiramente característico; possui uma feição differente do das senhoras vizinhas estrangeiras. //A qualidade principal inherente á senhora vizinha de cá é ter má lingua”.

²⁵ Se confrontarmos as preocupações de figuras femininas como a Tia Michaela com as da mulher pequeno-burguesa como D. Maria do Menino Deus, personagem de um texto também de feição ficcionalizante e parodístico da autoria de Mariano Froes, publicado a 7 de Abril de 1866, no *Diario de Noticias*, as diferenças são consideráveis. Diz Mariano Froes a propósito da carta que recebeu e vai transcrever: “É de grande interesse o assumpto a que ella se refere; a questão versa sobre a gravissima materia de folhinhas e almanaks e sobre o ponto de dar dias santos á humanidade... coisa ainda mais importante que o bom senso e o bom gosto em assumptos litterarios; questão mais grave que o casamento civil, a guerra da Prussia, a seita dos fenians e a saida do general Prim...”

²⁶ Cf. o conjunto de “Pensamentos sobre a bellesa, sobre o espirito e sobre o coração”, subtítulo de “A Mulher” que *O Ecco Popular* publica a 23 de Fevereiro de 1860 e que contempla

último destes textos, de J. Cunha Lima, é precisamente isso que está em causa, procurando-se, de modo pedagógico e aliando a ficção a um fim formativo, demonstrar a sua importância e alertar a jovem mulher para um conjunto de perigos que podem pôr em causa toda a sua existência, caso não sejam respeitados determinados princípios morais e comportamentais. Nada melhor para cativar o destinatário do que dar um exemplo bem ilustrativo do que pode acontecer a quem não se acautelar. Através de uma curta narrativa, de condimentos amorosos e aventureiros e de fim moralizante, conta-se a história da jovem Magdalena que, com dezanove anos, “além de ser formosa, era dotada de muita docilidade e de bons costumes”, mas “A sua sede de amor, affogou-a depois no mar da desgraça! E’ o que acontece ordinariamente ás mulheres que não se guiam pelos conselhos salutaes da experiencia, e se deixam levar pelos maus impulsos das suas idéas”²⁷. Curioso é encontrar no texto, não apenas os objectivos acima referidos, mas ainda um veio humanitário. De facto, a história de Magdalena, cujo nome de ressonância bíblica indicia o posterior desenlace, raptada e depois abandonada por um *Lovelace*, tem um final feliz, já que, na hora da morte, o pai perdoa e um amigo da família dá-lhe uma oportunidade de regeneração. Pensaríamos que tudo terminaria aqui, porém o autor epiloga dizendo: “Assim como Magdalena, tem havido muitas mulheres, cujos corações conservam ainda sentimentos que não se conformam com a degradação e a vida miseravel do lupanar e se arrependem”²⁸. Um alerta às autoridades, à sociedade em geral, ou um mero artifício retórico para fechar da melhor maneira uma narrativa que apela ao sentimento? Qualquer que seja a resposta, fala-se, com clareza, na questão da prostituição, muito embora, reconheçamo-lo, de modo simplista e lacunar, pois as

a importância da virtude e da honra, em duas das citações recolhidas: “Belleza sem engenho é corpo sem alma, assim como belleza sem virtude é flôr sem cheiro” e “O que mais nos agrada na mulher é o pudôr, é a castidade”; veja-se a breve narrativa-fragmento de Eduardo Coelho, “O romance de uma mulher”, publicado no *Diario de Noticias*, a 28 de Julho de 1867, na qual se conta a história de uma jovem virtuosa e inocente que se perde por amor. Estes valores não são, evidentemente, apanágio do século XIX; eles circularão no tempo e ainda no século XX, embora matizados. Recuemos a alguns séculos atrás e vejamos o que sobre estas questões se diz num escrito de objectivos educativos e moralizantes, de Juan Luis Vives, *Formación de la mujer cristiana* (1523) e citado por Maria de Lurdes Correia Fernandes em *Espelhos, Cartas e Guias. Casamento e Espiritualidade na Península Ibérica. 1450-1700*, Porto, Instituto de Cultura Portuguesa/ Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1995, p. 110: “La castidad en la mujer hace las veces de todas las virtudes”.

²⁷ J. Cunha Lima - “Magdalena”, *O Nacional*, 26 Maio, 1870.

²⁸ *Idem, ibidem*.

causas maiores que conduziam a mulher à prostituição não se encontrariam, porventura, na insensatez amorosa, mas na necessidade de sobrevivência²⁹.

É curiosamente num texto poético, que *O Ecco* reproduz de outro periódico e intitulado “A Prostituta”, de A. Corrêa, que essa chaga social surge tratada de um modo mais realista. Neste poema, fala-se da virgem que se entrega à prostituição como fuga e modo de solucionar a miséria que experimenta e vê os seus experimentar. Estamos perante uma questão de sobrevivência. Denuncia-se a hipocrisia que condena o vício público e esquece o vício privado e apela-se à compaixão³⁰.

O texto de cariz romântico do *Diario de Noticias*, “Fragmentos d’um livro inedito”, reúne as duas situações encontradas nos dois escritos acima abordados, em torno de uma única figura feminina. Trata-se de uma narrativa ficcional fragmentada, mas com um fio condutor que agencia os diferentes elementos, permitindo ao leitor conhecer a história de uma jovem mulher que se perdeu por amor. Em toada sentimental, lacrimajante, com um ou outro laivo moralizante, conhece-se a mulher que “Era uma das mais notaveis bellezas de Lisboa” e porque de alma fraca, caiu no “lodaçal da desgraça”³¹. Marginalizada pela sociedade e com uma filha nos braços, resta-lhe mendigar o pão quotidiano. Chegada ao fundo do poço da miséria, “Neste transe afflictivo da mãe, o que faria a mulher? //O demonio do mal tentara o anjo da resignação, era mais forte e venceu! // E o corpo prostituiu-se, que não a alma, pois essa purificara-a o soffrer de um anno de agonias”³². Temos, apesar de tudo, uma visão desculpabilizante ou pelo menos compassiva da mulher que se prostitui; porém, o que aqui está em causa não é de modo algum uma reflexão sobre o problema da prostituição. Oferece-se, outrossim, um escrito que irá certamente ao encontro do gosto da mulher leitora e que lhe ocupará um pouco do seu tempo de ócio. Já o primeiro de todos os textos encontrados apresenta-se de modo singular ao erguer-se em defesa da mulher que se deixou seduzir. “Respeito á desgraça!” constitui-se como um apelo à sociedade e em particular ao sexo masculino para que não contribuam para a desonra da mulher e, se tal acontecer, para que sejam compassivos. Serra e Moura, o autor deste folhetim,

²⁹ Paulo Guinote e Rosa Bela de Oliveira em “Prostituição, boémia e galanteria no quotidiano da cidade”, *Portugal Contemporâneo*, vol. II, dir. António Reis, Lisboa, Publicações Alfa, 1989, p.358, indicam o abandono e a falta de meios como os motivos alegados para o exercício da prostituição.

³⁰ A. Corrêa - “A Prostituta”, *O Ecco Popular*, 25 Fev., 1858, texto reproduzido de *O Escholastico Polytechnico*, nº 3, segundo indicação do próprio jornal.

³¹ “Fragmentos d’um livro inedito”, *Diario de Noticias*, 31 Março, 1865.

³² *Idem, ibidem.*

lida com uma imagem de mulher frágil que precisa de protecção, pois ela é apenas “esse ente de innocencia e candura” que caiu nas garras da imoralidade³³.

Estas ocorrências, que apodámos de excepcionais, não são no entanto inesperadas. Com efeito, particularmente na produção de cariz romanesco e sobretudo a partir da década de quarenta, a literatura francesa traduzida e difundida entre nós, quer na imprensa periódica, quer em livro, trabalhará com frequência a personagem da prostituta, paradoxalmente angélica, porque capaz de sofrer um processo de redenção e regeneração. A figura de Fleur de Marie - a Goualeuse - que povoa os *Mystères de Paris* de Sue é talvez um dos exemplos melhores que uma preocupação social a atravessar a literatura então manifesta. Além do mais, o desenvolvimento do trabalho doméstico que a constituição da sociedade burguesa propiciou e a crescente procura na cidade, por parte da mulher rural, de melhores condições de vida, não se registando um suficiente escoamento de uma mão de obra barata, terá também justificado o aumento da prostituição nos centros urbanos. Não será por acaso que, a partir da década de quarenta, não apenas em veículo literário, mas também ensaístico o problema da prostituição é abordado e pensado³⁴.

Passemos porém à classe dominante, a da mulher burguesa que acede a novos espaços de sociabilidade e que, economicamente, tem, ao menos em termos teóricos, um acesso facilitado a todo um conjunto de bens culturais; mulher que constitui a presença mais constante no universo folhetinesco. A imagem que circulará, de modo mais ou menos uniforme no decurso do século, vai centrar-se em torno da futilidade e frivolidade femininas a privilegiar as aparências, apresentando-nos uma mulher que não se interessa por uma auto-promoção cultural, nomeadamente ao nível da instrução. Em 1849, Lopes de Mendonça, ao falar da introdução ao curso de belas-artes por Andrade Corvo, observa ironicamente:

O bello sexo desta vez estava totalmente ausente. Ensaiaava - quem sabe? - uma deliciosa diversão de polka, ou um irresistivel movimento de graça desdenhosa nas proximas contradanças. E que tem isso? Que prova este abandono? As nossas senhoras são as mais formosas, as mais elegantes, e as mais espirituosas senhoras de todo o mundo. Nós, sexo desherdado, se queremos aprender, estudamos: ellas aspiram a sciencia na

³³ M. A. da Serra e Moura - “Respeito á desgraça!”, *O Conimbricense*, 12 Set., 1857.

³⁴ Maria Regina Tavares da Silva em *A Mulher. Bibliografia Portuguesa Anotada (1518-1998)*, Lisboa, Edições Cosmos, 1999, regista um conjunto de obras várias, publicadas entre 1841 e 1897, que visam intuitos regeneradores ou morigeradores da mulher caída, ou então se apresentam como estudos, por vezes profilácticos, desta chaga social.

*athmosphera: o nosso clima, além de todos os outros merecimentos, tem o dom especial de instrui-las sem esforço, simples e naturalmente*³⁵.

Se isto se passava na capital do Reino, qual seria a realidade feminina burguesa, no mesmo ano, noutra foco urbano, o Porto, “feudo d’uma burguesia analphabéta”³⁶? O folheto de *O Nacional*, ao oferecer ao seu leitor, entre vários assuntos, um “esboço d’um estudo physiologico sobre o bello sexo”, permite-nos tomar contacto com o tipo de interesses e educação da burguesa portuense. Desde logo, a sua educação é orientada pela entidade parental, no sentido de valorizar o dinheiro³⁷, recebendo uma educação deficiente: “Escrevem riscos, xx e cc, balbuciam as primeiras linhas do cathecismo de Montpellier, exercitam a memoria com a tabuada, e em compensação desta falta teem um curso quinquennial de camizas e meias! (...) Um pai diz que a educação scientifica e artistica é genero de terceira necessidade, e julgo admiravel uma jovem que cantou em 1849 o *dilanti palpiti* e desenhue a aguarella”³⁸. Em termos de ilustração, aparentemente, a diferença não é sensível entre os dois principais centros urbanos do país.

Se vozes se erguem a denunciar a falta de instrução feminina e a inexistente apetência revelada pela mulher para o seu enriquecimento cultural, verifica-se que essas opiniões críticas face a esta questão, encontradas na primeira metade do século, são quase solitárias e não dão lugar a uma acção subsequente; o mesmo se terá passado, em termos legislativos, com o advento do Liberalismo que promulgou leis que poderiam ter alterado a situação feminina, mas que não foram acompanhadas da implementação de estruturas ou de tentativas de alteração das mentalidades que possibilitassem a sua aplicação efectiva; o funcionamento patriarcal da sociedade não sofrerá abalos. Contudo, em 1866 surge no *Diario de Noticias*, a propósito da realização de saraus literários, uma referência que poderá traduzir uma alteração progressiva no acesso a manifestações culturais na vida da mulher lisboeta alfabetizada: “Não é menos para notar a afluencia de ouvintes do sexo feminino”. E realça-se a utilidade de tais

³⁵ Lopes de Mendonça - “Revista de Lisboa”, *A Revolução de Setembro*, 17 Março, 1849.

³⁶ “California proxima”, *O Nacional*, 26 Junho, 1849.

³⁷ Cf. *Idem, ibidem*, em que se diz que as senhoras portuenses são “metallicamente organisadas” e sentem também curiosidade em saber, a propósito de um casamento, se este foi ou não vantajoso.

³⁸ *Idem, ibidem*.

iniciativas, pois oferecem “á mulher uma illustração facil e agradável que não poderia nem teria paciencia para colher nos livros (...)”³⁹.

A opinião expressa por Ramalho Ortigão, em Setembro de 1877, numa das suas *Farpas*, é um bom exemplo do modo como a educação da mulher é equacionada no século XIX por quem sobre ela pensa: “A função da mulher bem-educada é essencialmente protectora. Na luta da vida por meio da aliança conjugal e da ligação doméstica, o homem é a espada, a mulher é o escudo. O fim da educação feminina é compenetrar a mulher da responsabilidade da sua missão e fortificar-lhe o braço que tem de ser o nosso amparo querido, o nosso doce refúgio”⁴⁰. E, como tivemos ocasião de observar em estudo sobre a mulher na crónica de Ramalho Ortigão, uma voz como a de Maria Amália Vaz de Carvalho – uma das poucas mulheres autoras do nosso século XIX – afina pelo mesmo diapásão quando reflecte sobre a educação e o papel da mulher

³⁹ A. de Oliveira Pires - “Os saraus litterarios”, *Diario de Noticias*, 20 Março, 1866. Cf. Joel Serrão - “Sondagem Cultural à Sociedade Portuguesa cerca de 1870”, *Temas de Cultura Portuguesa II*, Lisboa, Portugália Editora, 1965, p. 82. Serrão observa, por exemplo, que as Conferências Democráticas, em 1871, interessaram um número ínfimo de mulheres. Já em França, mercê de uma outra dinâmica histórico-cultural, a mulher mais cedo mostrou esse tipo de apetência. Diz-nos Jean-Paul Aron no prefácio a *Misérable et Glorieuse la Femme du XIXe Siècle*, Bruxelles, Éditions Complexe, 1984, p. 11: “En 1810, quand Lacretable, nommé suppléant d’un professeur ennuyeux, attire, par son éloquence, les filles à ses leçons, le conseil de la faculté, scandalisé, leur ferme les portes de l’université de Paris. Elles ne se rouvriront qu’en 1864, sous le ministère de Victor Duruy, pour l’unique occurrence des cours publics”. Porém e como refere Michelle Perrot em “Le genre de la ville”, *Les Femmes ou les Silences de l’Histoire*, Paris Flammarion, 1998, pp. 287-288, o mesmo não se passa no Collège de France, dado o carácter público das sessões, já na primeira metade do século XIX. Como lembra ainda a historiadora, quando Michelet, em 1850, ministra o curso “Éducation de la femme et par la femme”, a afluência feminina será considerável.

⁴⁰ Ramalho Ortigão - “A educação das mulheres - Meninas examinadas no liceu - Suas mestras”, *As Farpas*, vol. VIII, op. cit. 1992, p. 129. *As Farpas* de Ramalho Ortigão integram crónicas várias em que se veicula, com constância, a posição de Ramalho acima referida e que passa pela integração da mulher num quadro doméstico. Assim em “As mulheres operárias”, *As Farpas*, vol. VII, op. cit., pp.69-75, por exemplo, Ramalho Ortigão, apesar de denunciar a situação degradante da operária, denunciando igualmente a ausência de escolas profissionais para mulheres em Portugal e a falta que fazem, ao contrário do que já sucede em vários países como a Suécia ou a Alemanha, tem o cuidado de clarificar: “Enquanto as instituições sociais não assegurarem à mulher o seu legítimo lugar na família é absolutamente preciso que, pelo menos, a protejam na miséria fatal da fábrica” (op. cit., p.72). Nesta farpa, dá-se, contudo, uma visão panorâmica do que sucede por essa Europa fora com a instrução da mulher, mostrando afinal o conjunto de possibilidades que se abrem ao exercício de uma profissão, a um papel a desempenhar no exterior do lar. Consulte-se ainda “Escrúpulos de bem-falante”, *As Farpas*, vol. VIII, op. cit., pp. 63-65 ou “A crítica de uma senhora às teorias das *Farpas* sobre a educação das mulheres”, *idem*, pp. 177-193. Comum ainda a esses textos é o facto de Ramalho se apoiar em Michelet e, certamente, na sua obra *La Femme* (1859), autoridade ratificadora de tal posição face à mulher.

na sociedade da época⁴¹, aproveitando o espaço do folhetim para partilhar as suas convicções e apelar às autoridades da época para, na implementação de liceus femininos, terem em conta que as jovens “n’essas escholas aprendam (...) a ser submissas ás leis incombateveis da Natureza que as creou para ser mães, para ser esposas, para dependerem de braço amoroso que protege, escuda e cinge docemente...”⁴² Neste folhetim, que de algum modo é suscitado pela leitura que a autora fez de artigos de Rodrigues de Freitas em torno dos liceus femininos, afirma-se ainda: “Elle [Rodrigues de Freitas] quer que a mulher saiba da ignorancia tradicional em que a têm mantido; quer que ella seja educada não para doutora nem para sábia, não para concorrente ás carreiras officiaes nem liberaes, mas para companheira util, prestavel, intelligente e forte do homem que por ela se completa e que por via d’ella se ha-de ir aperfeiçoando moralmente”⁴³. E com esta posição está Amália Vaz de Carvalho

⁴¹ Cf. Fátima Outeirinho - “A mulher: educação e leituras francesas na crónica de Ramalho Ortigão”, *Intercâmbio*, Porto, Instituto de Estudos Franceses da Universidade do Porto, nº 3, 1992, pp. 148-161.

⁴² Já Garrett na sua obra *Da Educação. Cartas dirigidas a uma senhora illustre encarregada da instituição de uma joven princeza*, 3ª ed., Porto, Ernesto Chardron, Editor, 1883, valorizava o papel de mãe bem como o de educadora na vida da mulher.

⁴³ Valentina de Lucena - “A proposito da instrucção feminina”, *O Commercio do Porto*, 13 Set., 1888. As formas de visibilidade social que Amália Vaz de Carvalho admite são: a arte, a literatura e o ensino particular. Todavia, alguns anos antes, em 1880, já Maria Amália Vaz de Carvalho defendia o papel de educadora no lar que à mulher caberia, bem como a função de apoio do homem que levará Oliveira Ramos a afirmar, na sua recensão à obra *Mulheres e Criações. Notas sobre educação*, saída em folhetim de 16 de Setembro do mesmo ano em *O Primeiro de Janeiro*: esta obra é “o evangelho social das mãis e esposas, o livro sagrado da mulher. // Leiam-no ellas, as que já o são e tambem as que aspiram a esta augusta dignidade, á dignidade do sacrificio obscuro que a consciencia applaude”. Alguns anos mais tarde, em 1904, na sua obra *As Nossas Filhas. Cartas às Mães*, Maria Amália Vaz de Carvalho observa ainda que a mulher que não siga a via do casamento, poderá optar por uma actividade profissional que a coloque ao serviço dos pobres, dos desamparados ou ligada a uma actividade artística. A autora considera ainda, nesta obra, a possibilidade da mulher cursar o ensino superior. O discurso de Maria Amália Vaz de Carvalho sobre o trabalho no feminino aponta para o que Cécile Dauphin sintetiza em “Femmes seules”, *Histoire des Femmes en Occident. Le XIXe Siècle*, dir. Geneviève Fraisse et Michelle Perrot, Paris, Plon, 1991, p. 455: “Les ‘nouveaux métiers’ ouverts aux femmes en cette fin de siècle porteront la double marque du modèle religieux et de la métaphore maternelle: dévouement-disponibilité, humilité-soumission, abnégation-sacrifice...” Consulte-se com proveito o estudo de Michelle Perrot - “Qu’est-ce qu’un métier de femme?”, *Les Femmes ou les Silences de l’Histoire*, op. cit., pp. 201-206. Em *Ao Correr do Tempo*, Lisboa, Parceria Antonio Maria Pereira, 1906, e a propósito de uma situação específica que é a da mulher sem dote e que, por tal motivo, terá dificuldades em arranjar casamento, seu destino natural, Maria Amália Vaz de Carvalho responde a uma mãe que lhe pede conselho - pois encontra-se perante um dilema, dar uma “bonita educação” (op. cit., p. 6) com vista ao casamento ou dar uma profissão que permita a independência: correcto seria ensinar-lhes uma ocupação, porém atendendo ao país que é Portugal não ousa aconselhar “que faça das filhas duas creaturas uteis, em vez de duas bonecas de olhos muito pasmados e de faces muito rosadinhas. // São essas bonecas, por ora, que os homens procuram e amam. Não

de acordo, o mesmo não acontecendo com o programa curricular proposto que contesta. Perante estas posições de Maria Amália Vaz de Carvalho, como não lembrar a obra *L'Amour*, de Jules Michelet, de que saíram extractos em tradução, no ano de 1876 em *O Commercio do Porto*⁴⁴? Levando a cabo nessa obra a apologia do amor dentro do casamento como ingrediente vital da própria existência⁴⁵ e procurando persuadir o leitor dos valores e regras de conduta a adoptar - Michelet elege, pensadamente, o sexo masculino como o seu destinatário porque o homem é na verdade o actor no devir histórico -, bastar-nos-ia a leitura dos excertos referidos para verificarmos que a relação homem-mulher se estabelece a partir do homem: o homem escolhe a companheira, protege-a⁴⁶, educa-a, provê ao seu sustento e à mulher cabe gerir a economia doméstica, ser o apoio moral e emocional do homem, dentro de um quadro de uma vivência do amor: “O paraizo do casamento consiste em que o homem trabalhe para a mulher, que se fatigue e soffra por ella, evitando-lhe os desgostos e o trabalho violento, o aspero contacto do mundo. (...) Eis a missão da mulher: retemperar o coração do homem. Protegida, sustentada por elle, nutre-lhe tambem o coração”⁴⁷.

querem que a mulher raciocine nem pense, nem tenha vontade sua, nem individualidade, gostos, ou tendencias accentuadas” (*op. cit.*, pp. 13-14). Consulte-se igualmente da mesma autora “Lyceus femininos”, *Cerebros e Corações*, Lisboa, Parceria Antonio Maria Pereira, 1903, pp. 47-55.

⁴⁴ Cf. J. Michelet - “O Amor”, *O Commercio do Porto*, 12, 19, 31 Ag. e 3 Set., 1876. A leitura das obras de Michelet que circularam em Portugal, nomeadamente *L'Amour* e *La Femme*, constituíram-se como textos de referência para todo aquele que no século XIX se preocupou com o papel da mulher e reflectiu sobre a condição feminina. É esse o caso de Maria Amália Vaz de Carvalho para quem a obra *La Femme*, por exemplo, se afigura um texto essencial. No entanto, Amália Vaz de Carvalho, numa atitude que lhe é muito característica – a de reflectir e fazer juízos próprios sobre o que a rodeia -, criticará algumas das opiniões defendidas por Michelet: “Direi, entre parentheses, que não sympathiso nada com essa theoria de desdenhosa piedade, de tutella indulgente e facil. // Porque Michelet tinha escolhido no começo da sua vida uma pobre rapariga sem educação e sem vontade, não se segue que a *mulher* seja uma eterna criança doente, sempre a gemer, a arrulhar, a pedir conselhos, amparo, mimo, affagos e reprehensões ternas. // Parece-me este typo ridiculo e *démodé*” (“Michelet”, *Ao Correr do Tempo*, *op. cit.*, p. 266). A visão da mulher defendida por Amália Vaz de Carvalho foi por ela difundida em obras dirigidas particularmente ao sexo feminino como *Cartas a uma Noiva* (1891), *Cartas a Luiza* (1886) ou *Mulheres e Criações* (1887).

⁴⁵ Cf. J. Michelet - “O Amor”, *O Commercio do Porto*, 12 Ag., 1876, quando afirma: “A familia apoia-se no amor, a sociedade na familia; logo o amor precede tudo”.

⁴⁶ A necessidade de uma entidade protectora para a mulher provém ainda, segundo Michelet, da sua fragilidade física e debilidade em termos de saúde - a maternidade é tomada como uma doença -, argumento este muito difundido e adoptado por vários pensadores ao longo de Oitocentos.

⁴⁷ J. Michelet – “O Amor”, *O Commercio do Porto*, 12 Ag., 1876. “O testamento de Michelet”, folhetim de 11 de Março de 1874 do *Diario de Noticias*, informa-nos da polémica gerada entre os herdeiros e a viúva de Michelet, pelas disposições testamentárias reveladas a favor desta, dando também testemunho de uma visão da mulher como a grande colaboradora do homem.

Tomemos agora um outro exemplo de um periódico feminino como o *Jornal das Senhoras*, onde se afirma em artigo sobre o estudo e o sexo feminino: “As noções geraes das sciencias não deslustram a mulher. São-lhe ornamento. Não representam para ella o necessario, merçê das condições sociaes que não distribuem á mulher missão scientifica a exercer. Os conhecimentos litterarios amenos, mais em harmonia com a indole e o character da mulher são-lhe adorno mais logico, mais natural”⁴⁸. E, ao longo do artigo, critica-se a mulher que se entrega ao estudo, esquecendo o papel de filha, mãe ou esposa, chegando mesmo a considerar-se que esse tipo de mulher se torna um ser assexuado, sem coração e sem virtudes⁴⁹. Quando se reflecte sobre a premência de uma implementação da educação e instrução da mulher, o que está verdadeiramente em causa é, por um lado, o papel por ela desempenhado, no que respeita à criação de uma infra-estrutura moral nos seus descendentes que os acompanhará depois ao longo da vida e é a este nível que se situa o seu quinhão de responsabilidade no futuro da humanidade⁵⁰; a própria iconografia cristã desde cedo revela o lugar e o papel femininos

⁴⁸ “Educação. O estudo na mulher”, *Jornal das Senhoras*, 20 Fev., 1877. Registemos que, logo no seu primeiro número, num artigo intitulado “Educação da mulher”, se chama a atenção para a necessidade desta desenvolver dotes de espírito com vista ao exercício da sua função no seio da família, como educadora e esteio do lar. O *Jornal das Senhoras* apresenta-se como um jornal diário que visa a educação das mulheres, a instauração de valores morais e a preservação da instituição familiar. E, em número de 21 de Junho de 1877, afirma-se ainda: “Propagar a ideia da educação da mulher, levantando-a no conceito da sociedade, pelo lado esthetico; levar ao espirito de todos a grande verdade - de que é nas suas mãos que está a futura moralisação dos povos, a regeneração da velha humanidade, o fundamento das sociedades futuras - eis ahi o principal pensamento d’esta folha(...)”.

⁴⁹ Veja-se a observação de Luísa Ferreira da Silva no seu estudo *Entre marido e mulher alguém meta a colher*, Celorico de Basto, À Bolina, “Colecção das Mulheres e dos Homens”, 1995, p. 73: “Esta divergência de opiniões sobre as vantagens de instruir as raparigas ou de, pelo contrário, as manter na ignorância, atravessou todo o século XIX e também aparece de forma manifesta nas publicações femininas da época nas quais tanto se encontram opiniões de que se devia instruir a mulher para que pudesse melhor cumprir o seu papel de mãe, como outras que defendiam que a instrução da mulher era essencial ao seu próprio aperfeiçoamento e emancipação”.

⁵⁰ Esta postura parece ser uma constante ao longo de uma boa parte do século XIX. Por exemplo, em 1835, José Braancamp, quando chamava a atenção para a necessidade da educação e instrução da mulher, justificava essa posição dizendo, “porque na companhia das mães é que as crianças passam a maior parte do dia”, e, mais adiante, “porque das virtudes e das ideias elevadas das Senhoras dependem a moralidade e as opiniões acertadas dos homens” (*apud* Alberto Ferreira - *Antologia de Textos Pedagógicos do Século XIX Português*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1975, p. 438). Em 1848, na *Revista Popular* de 8 de Julho, p. 148, no artigo “Educação Popular. As mulheres”, encontramos a mesma posição face à questão da educação feminina: “Uma das cousas importantissimas, que se tem despresado, é a educação das mulheres, e eu creio que é impossivel moralisar qualquer povo, sem cuidar seriamente na educação desta parte do povo, que exerce sôbre a outra uma acção permanente”. Em 1873, publica-se no *Almanach das Senhoras para 1874*, Lisboa, Typ. de Souza & Filho, 1873, p. 74, um texto de F. P. Albano Gonçalves, “A instrucção da mulher” em que se afirma: “O povo das

através da exploração da imagem da figura materna a ensinar a criança. Na verdade, a mulher aparece ligada a uma actividade de devoção (com o seu livro de horas) ou entregue à educação dos descendentes. Por outro lado, visa-se também ministrar à mulher conhecimentos que lhe permitam levar a cabo a governação da casa⁵¹. Assim, em 1885, em artigo de fundo de *O Commercio do Porto*, a propósito de medidas legislativas de 1880, observa-se que o ensino secundário para o sexo feminino deverá ser norteado por objectivos pragmáticos; a instrução deverá ser passível de aplicação à vida quotidiana. Deste modo, critica-se a ausência de disciplinas como a pedagogia - “A mãe é a preceptora mais eficaz de seus filhos” -, bem como de economia doméstica ou de higiene, disciplinas de grande importância para uma dona de casa⁵². Dois anos depois, no espaço do folhetim da mesma folha, as “Cartas Lisbonenses” defendem a instrução do sexo feminino porque “a mulher no centro da família, é o principal elemento educativo”⁵³. Este folhetim baseia as suas afirmações em obra de Paul Janet [sic]⁵⁴ e procede a um cotejo com a realidade francesa, salientando igualmente que, a nível mundial, a instrução caminha no sentido do acesso da mulher aos cursos

aldeias jaz em trevas, sem leitura, sem o menor vislumbre de moralidade; e a mulher, que ha-de ser esposa, amiga e mãe, estiola-se, como uma flor sem cultura, á falta de instrucção!! E no entanto a mulher, como anjo do lar, tem de representar a familia, ella que deu vida ás novas vergontas da humanidade!” Também em França circula esta mesma opinião e os periódicos portugueses dão conta de tal realidade. Assim, *O Reporter* em 13 de Outubro de 1888, ao noticiar a inauguração de um liceu feminino em Paris, o liceu Molière, regista as seguintes palavras proferidas pelo ministro francês da instrução pública: “A honesta liberdade do pensamento, a gravidade simples do sentimento, eis o que é preciso antepor a tudo, eis o que é preciso adquirir e propagar depois em volta de si: é com estes elementos que a mulher se pode tornar verdadeiramente igual do homem, e tornar-se digna do unico papel que hoje lhe convém - o de educadora do paiz”. A acção da mulher na formação da humanidade e a valorização dos papéis de filha, esposa e mãe são também traços presentes na visão da mulher que no Brasil se tem. Ver a este respeito Maria Lúcia Spedo Hilsdorf - “Os anjos vão ao colégio: a educação feminina no Brasil (1850-1900)”, *O Rosto Feminino da Expansão Portuguesa. Congresso Internacional, Lisboa, 21-25 Novembro, 1994*, Lisboa, Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres, 1995, pp. 555-567.

⁵¹ Cf. Maria de Lourdes Lima dos Santos - *Para uma Sociologia da Cultura Burguesa em Portugal no Século XIX*, op. cit., p. 28.

⁵² B. C. - “O ensino secundario para o sexo feminino”, *O Commercio do Porto*, 18 Jan., 1885. A compleição frágil da mulher é ainda usada como argumento que suporta a crítica sobre o excesso de horas lectivas para o sexo feminino.

⁵³ Visconde de Benalcanfor - “Cartas Lisbonenses. A proposito da instrucção feminina”, *O Commercio do Porto*, 27 Julho, 1887. Cf. também “Cartas Lisbonenses. (Ensaio pedagogico). A proposito da instrucção feminina”, de 12 de Agosto do mesmo periódico, texto em que de novo se fala da realidade francesa, apoiando-se desta vez em Gréard.

⁵⁴ Tratar-se-á de Pierre Janet, neurologista e psicólogo francês?

superiores⁵⁵. Contudo, reflexões mais progressistas surgem também no Portugal oitocentista. Em 1872, publica-se do positivista José Joaquim Lopes Praça *A Mulher e a Vida ou a Mulher considerada debaixo dos seus principais aspétos*. Numa obra que não nega a “natural missão da mulher na família”, defende igualmente o autor: “as mulheres, metade da especie umana, tambem merecem possuir estabelecimentos secundarios e superiores, para lhes ministrar uma instrução acomodada á sua indole e talentos. As Hipatias tambem poderão ilustrar o sexo feminino”⁵⁶. E mais detidamente esclarece: “As meninas aprenderão umas os seus deveres de esposas e mães; outras a profissão mais conforme com as suas tendencias, e todas se tornarão uteis pela sua ilustração, pelo seu trabalho, e pelo emprego rasoavel da sua atividade. Toda a educação intelectual da mulher que a não eleva á consciencia de si mesma, como individuo, e de sua atividade como membro da especie umana é forçosamente incompleta”⁵⁷. Em 1882, Sanches de Frias denunciara as fragilidades dos estabelecimentos de ensino dirigidos ao sexo feminino; denuncia a falta de interesse que os homens de estado revelam, no que toca a uma válida e correcta educação a ministrar à mulher que não apenas deveria preparar para o cumprimento do seu papel dentro da família, mas, caso não casasse ou precisasse de coadjuvar o marido no sustento do lar, deveria estar apta a exercer uma profissão conforme à sua natureza⁵⁸. Com o fim de século tão próximo, em 1898, Alice Pestana, sob o pseudónimo Caïel, denunciara ainda o ensino de “bagatelles” à mulher

⁵⁵ No ano seguinte, 1888, *O Primeiro de Janeiro* publica a 30 de Julho, na primeira página, um excerto da dissertação inaugural do Dr. Manuel Lopes Barrigas, à Escola Médica do Porto, sobre “A Instrução superior da mulher”. O texto é apresentado nos seguintes termos: “Trabalho excellent, notavel de lucidez e de bom senso”. E onde é que residirá essa lucidez e esse bom senso? Precisamente na tónica colocada nos papéis sociais da mulher que deverão exercer-se num quadro familiar. Que a mulher começa a manifestar interesse em seguir um curso superior e, particularmente o de medicina, testemunha-o ainda esta dissertação: “Assim, por um salto mortal de intellectualidade, a nossa burguesia feminina passa dos romances sentimentaes, da recitação de poesias d’um lirismo piegas, para os estudos arduos d’uma profissão scientifica”. Na opinião do autor, se se consentir nesta nova atitude da mulher, verificar-se-á “a desordem, a dissolução da familia e todas as suas consequencias d’ordem moral”.

⁵⁶ José Joaquim Lopes Praça - “A mulher, a educação, a literatura e a sciencia”, *A Mulher e a Vida ou a Mulher considerada debaixo dos seus principais aspétos*, Coimbra, Liv. Portugueza e Estrangeira do Editor Manuel de Almeida Cabral, 1872, pp. 233-235.

⁵⁷ *Idem*, p. 239. Convicto da possibilidade da mulher alcançar o sucesso em domínios onde quase só os homens campeiam, conclui Lopes Praça: “Se a istoria das sciencias nos dá mil escritores por uma escritora, é porque ha mais de seis mil anos a mulher não tem estabelecimentos apropriados, onde a sua capacidade possa polir-se e manifestar-se” (*op. cit.*, pp. 237-238).

⁵⁸ Cf. Sanches de Frias - *A Mulher. Sua infância, educação e influência social*, 2ª ed., Lisboa, Liv. Central de Gomes de Carvalho, Editor, 1911, pp. 98-99, 101, 150-151.

portuguesa, apelando para a implementação de uma instrução que a desenvolva intelectualmente⁵⁹. Na base de boa parte de todo este conjunto de atitudes, advertências e preocupações com o sexo feminino está a razão invocada por Michelle Perrot: “Le XIXe siècle croit aux capacités morales des femmes; tantôt il les exalte, comme une force de régénération, une trame de continuité; tantôt il les redoute comme un bloc d’inertie qui freine la modernité. De la mission des femmes à l’obscurantisme pesant si contraire au progrès, le XIXe siècle fantasme le pouvoir féminin”⁶⁰.

Não é então por acaso que a preocupação com a instrução feminina – como de resto com a educação em geral - atravessa todo o século XIX. Lembremos alguns exemplos de textos publicados na imprensa periódica, embora não no espaço do folhetim. Em 1835, em *Jornal Mensal de Educação*, António d’Oliveira Marreca apresenta, como primeiro artigo do seu periódico, um texto sobre a “Educação das mulheres”, no qual se debruça sobre a influência das mulheres na sociedade e, por esse motivo, realça a importância da sua educação, afirmando: “Pretendemos que ellas não vivam na escravidão, que não sejam *ilotas* de nova especie n’um seculo d’illustração, e no meio d’um paiz livre. Pretendemos que sua educação se cultive cuidadosamente, que sua intelligencia se emancipe, e que se alguma, por cultura assidua dos dotes naturaes, saír fóra da esfera do seu sexo, partilhe com o homem o sceptro e o dominio da sociedade, e tenha a influencia e importancia que compete aos grandes genios”. Contudo, anteriormente, também afirmava que “Por mais forte que seja a sua cabeça, por mais elevado e masculino que seja o seu espirito, por mais poderosas que sejam suas faculdades, a mulher precisa do apoio do homem, como a vinha do ramo, e em abono d’esta verdade poderíamos citar mil exemplos”⁶¹. No final dos anos sessenta de Oitocentos, em *A Illustração Luso-Brazileira*, encontramos o rasto dessa mesma

⁵⁹ Cf. Caïel – *La Femme et la Paix. Appel aux mères portugaises*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1898, pp. 60-62. Alice Pestana que tanto se preocupou com a dignificação da mulher, ao debruçar-se, nesta sua intervenção, sobre o feminismo, terá o cuidado de afirmar a sua concordância com as reivindicações feministas, discordando apenas quanto ao modo como, por vezes, são apresentadas. Observa, porém, Alice Pestana que se é importante um novo tratamento jurídico da mulher, fundamental é o seu desenvolvimento intelectual, já que ela se constitui como “le meilleur ouvrier du moderne édifice social” (*op. cit.*, p. 57), pois a sua maior tarefa será a de assumir a missão de mãe.

⁶⁰ Michelle Perrot - “Pouvoir des hommes, puissance des femmes? L’exemple du XIXe siècle”, *Les Femmes ou les Silences de l’Histoire*, *op. cit.*, p. 215.

⁶¹ Marreca - “Educação das Mulheres”, *Jornal Mensal de Educação*, redigido sob a protecção especial de sua Magestade a Rainha, Lisboa, Imprensa Nacional, 1835, pp. 6-7. Ao falar com admiração de Madame de Staël, Oliveira Marreca apelida-a, no entanto, de “essa mulher homem” (*op. cit.*, p.16).

preocupação, enformada agora numa visão conservadora do papel da mulher, revelando-se resistências a uma educação, segundo quadros de figurinos estrangeiros: “Dê-se instrucção ás mulheres - dizia-se - destruindo no seu espirito a poesia sublime que era a felicidade das familias. Grito falsario que produziu esta nova revolução de principios, no meio da qual vimos proclamar a obra de depravação sob o nome pomposo de *emancipação* das mulheres”. “Não basta educação luxuosa: é preciso que seja adequada ás aspirações rasoaveis do educando; compativel com o seu futuro mais provavel; em harmonia constante com os costumes do paiz e com as necessidades da sua vida domestica”⁶². E no número seguinte, que dá continuidade ao artigo, a relação íntima entre educação e papel social da mulher é posta em relevo de um modo cru: “A mulher de sociedade ufana-se de tudo, excepto de possuir condições especiaes de educação para bem comprehender o seu duplo dever de esposa e de mãe; e sem ellas o que é a mulher na sociedade, senão uma perfeita nullidade?”⁶³ Ainda na segunda metade do século, no periodismo português⁶⁴, publicam-se artigos de fundo sobre essa questão como os de Rodrigues de Freitas em 1888⁶⁵, que nos dão a conhecer a renitência

⁶² Alfredo Hogan - “Educação”, *A Illustração Luso-Brazileira*, vol. III, nº 4, 29 de Jan., 1859, p. 26. Neste artigo, denuncia-se também a influência nefasta da leitura de jornais e romances franceses que levam à adopção de modelos de conduta estranhos à cultura portuguesa e que, no seu entender, lhe são nocivos.

⁶³ *Idem*, nº 5, 5 Fev., 1859, p. 34. Em 1875, Ramalho Ortigão dirá das meninas das altas classes: “Os conhecimentos literários que recebem, aliás imperfeitos e superficiais, não constituem para elas uma habilitação doméstica, uma utilidade na família” (“O *chic* e seus desastres”, *As Farpas*, vol. VI, *op. cit.*, p. 200).

⁶⁴ Recordemos, apenas com intuito ilustrativo, textos publicados em *O Commercio do Porto* em torno da instrução feminina: a 18 de Janeiro de 1885 o editorial intitula-se “O Ensino Secundario para o Sexo Feminino”; em Julho de 1887 surge no folhetim “Cartas Lisbonenses” sobre a instrução da mulher; em 1888, Rodrigues de Freitas, em artigo de fundo que se estende por três números do jornal, discorre sobre “A Missão da Mulher e os Institutos de Ensino Secundário”; em Abril de 1897, o artigo de fundo debruça-se sobre “Educação Professional Feminina”.

⁶⁵ Cf. a segunda metade da década de 80 do século XIX de *O Commercio do Porto*. Neste jornal, em finais de 1888, Rodrigues de Freitas assina artigos significativamente intitulados “A Missão da Mulher e os Institutos de Ensino Secundario”, por exemplo. O *Diario de Noticias* em Dezembro de 1883 publica três folhetins sobre “A Educação do Sexo Feminino”, infelizmente de leitura comprometida pelo mau estado em que se encontram as espécies. A 30 de Outubro de 1891, Alberto Pimentel publica, neste mesmo periódico, o folhetim “As mulheres e a Universidade”. Alberto Pimentel, a propósito da notícia de que estaria em Coimbra uma senhora para se formar em medicina, facto que se constituiria como uma novidade, lembra casos recuados de mulheres que, no Porto e em Lisboa, se travestiram de homens para cursar o ensino superior e lembra ainda que os tempos são de mudança, sendo perfeitamente admissível o acesso a uma formação superior por parte do sexo feminino, o que, por vezes, é até desejável. Luís Reis Torgal em “A Instrução Pública” da *História de Portugal*, vol. V, Lisboa, Círculo de Leitores, 1993, p. 626, refere que em 1891-1892 se inscreveu a primeira mulher na Universidade, Domitila de Carvalho, que se formaria em Matemática e Medicina. Sobre esta

cega e não esclarecida, por parte de tantos⁶⁶, face a medidas legislativas que contribuiriam para uma promoção educacional da mulher portuguesa, procurando Rodrigues de Freitas elucidar os leitores sobre a importância das diferentes disciplinas no *curriculum* proposto⁶⁷. Não é, por acaso, também que, sobretudo com a aproximação⁶⁸ e viragem do final do século, irrompem vozes femininas a defender o seu direito ao exercício da cidadania⁶⁹. Em 1888, no *Reporter*, Oliveira Martins

figura feminina, consulte-se o texto de Ladislau Patrício saído em *A Chronica. Revista Illustrada e Litteraria*, nºs 88-89, Abril de 1903, pp. 9-10 e no qual se afirma que “na historia intellectual da mulher portugueza, [Domitila de Carvalho é] uma rarissima excepção”, “Formada em duas faculdades, anda concluindo a sua formatura em medicina(...)! E’ assim que a mulher deve impor o seu valor á sociedade - pelas acções, pelos factos. Não é berrando que se conseguem victorias - é entrando na liça com coragem e amor, com abnegação e sacrificio”.⁶⁶ Nestes escritos, o autor pretende, de algum modo, combater ideias feitas e, na sua opinião, erróneas, segundo as quais o *curriculum* proposto para o ensino secundário feminino não estaria de acordo com “as boas qualidades naturaes da mulher”, deteriorando-as. No quadro de uma postura esclarecedora, Rodrigues de Freitas denuncia, por exemplo, a desvalorização da História em contraponto com a ausência de preocupação parental quanto às leituras que as jovens fazem e que “falsamente desenhão a vida domestica, e fazem ter ideias erradas ácerca das dificuldades da existencia ou dos meios de as vencer” ou então os excessos da moda que, ao contrário da Ginástica, disciplina tão contestada, tantas vezes deforma os corpos (cf. *O Commercio do Porto*, 16 Set., 1888).

⁶⁷ Continua-se a valorizar os já costumados papéis sociais de esposa e mãe para a mulher e o papel protector e providenciador para o homem; o que de novo surge é uma chamada de atenção para a necessidade da mulher se auto-bastar e conseguir sobreviver, caso a entidade masculina falte; isso pode ser conseguido através da instrução que forneceria ao sexo feminino conhecimentos para enfrentar momentos de dificuldade, como em situações de orfandade ou viuvez (cf. *O Commercio do Porto*, 9 Nov., 1888). Em número de 30 de Setembro do mesmo ano, chama-se a atenção para a importância da pedagogia, da matemática e das ciências físico-naturais, para a educação dos filhos, para a economia doméstica e para uma alimentação correcta. Alguns anos depois, Maria Amália Vaz de Carvalho, que valorizará os papéis de esposa e mãe, sempre numa atitude de suspeita face a movimentos ou vozes de emancipação feminina, dirá no entanto: “Eu que detesto a mulher com aspirações politicas, com sonhos de uma emancipação prematura e, portanto, ridicula, desejo ardentemente vêr a mulher educada pelos processos adequados á democracia moderna e capaz de ganhar o seu pão de cada dia sem depender de um casamento hypothetico, única cousa em que ella hoje põe a mira, pois que é o único ‘modo de vida’ que os nossos preconceitos lhe tornam accessivel e digno!” (“A mulher de hoje e o casamento”, *Figuras de Hoje e de Hontem*, p. 264).

⁶⁸ Cf. “Educação da Mulher”, *O Reporter*, 27 Fev., 1889. Trata-se de uma missiva dirigida ao redactor desta folha e publicada em espaço nobre, na primeira e segunda colunas da primeira página e da responsabilidade de “Uma assignante do ‘Reporter’”, na qual se pede que o diário dê lugar a uma série de artigos sobre a educação da mulher, secundando o que de há muito se faz no estrangeiro. Observemos, contudo, que este tipo de preocupação, com uma inteligência cultivada que se defende, insere-se ainda dentro de um quadro familiar. Assinale-se que a autora da carta se propõe escrever ela própria esses artigos.

⁶⁹ Cf. Estudo de Maria Ivone Leal - *Um Século de Periódicos Femininos*, Lisboa, Comissão para a Igualdade e Direitos das Mulheres, col. “Cadernos Condição Feminina”, nº 35, 1992. Neste trabalho, em que se passa em revista todo um conjunto de periódicos femininos que vão de 1807 a 1926, a análise que se vai fazendo, dá a conhecer, por parte de alguns deles, uma preocupação com a valorização social da mulher que, no entanto, passa quase sempre por questões de instrução e educação. Na verdade, a autora observa que *A Voz Feminina*, pela pena

conservadoramente observava: “Não é só a doutorice, porém, que seduz hoje em dia, por êsse mundo fora, o mulherio (...). Além da doutorice, é a politiquice”⁷⁰.

Bem mais raramente, podemos encontrar em Portugal uma preocupação com a educação da mulher no que concerne à valorização da vertente corporal. A educação física a existir é, por norma, recomendada ao sexo masculino. Vozes se erguem, no entanto, a defender para a mulher, e em particular na primeira infância, uma educação física semelhante à dos rapazes que passaria por um contacto próximo com a natureza e pelo uso de trajes largos, folgados a deixar desenvolver todo o corpo. *A Revolução de Setembro* apresentará em 1864 um discurso lido na Sociedade Imperial de Bordéus, pelo Dr. Ch. Drubreilh, sobre, precisamente, a “Influencia da educação physica e moral sobre a saude da mulher”. Em nota introdutória, Silva Branco denuncia a pouca importância que, em Portugal, se atribui à educação e à necessidade de “ensinar à mulher os meios de melhorar a sua constituição physica”⁷¹. Neste discurso, em que as mulheres surgem caracterizadas como seres sensíveis e doces e de organização fraca e delicada, a apologia da educação física em estreita ligação com a educação moral serve ainda o tradicional destino da mulher: o casamento e a maternidade. Vozes no século XIX a valorizarem o exercício físico na vida da mulher são também as de Ramalho Ortigão e Eça de Queirós que, em *As Farpas*, nos mostrarão a mulher inglesa como exemplo das vantagens a que a mulher portuguesa se deveria render.

diversa de alguns dos seus colaboradores, equaciona já em 1868 e 1869 esta problemática. Porém, a chamada de atenção para a necessidade de se ver a mulher enquanto ser político - que o periódico *A Mulher* (1883) ilustra - surge sobretudo com a aproximação do fim do século. E que, ao longo de Oitocentos, a visão da mulher enquanto entidade moral e não política pouco ou nada se altera, é prova a voz reivindicativa de Ana de Castro Osório, no dealbar do século XX.

⁷⁰ Oliveira Martins - “Feminismo”, *Dispensos*, vol II, Lisboa, Oficinas Gráficas da Biblioteca Nacional, 1924, pp. 159-160. A atitude de Oliveira Martins face a uma mulher ilustrada e literata ou face a uma mulher a protagonizar momentos conturbados na história de um povo, é extremamente crítica: “Houve sempre, em todos os tempos, mulheres a quem o histerismo congénito ao sexo fêz Hipácias ou M.mes de Stael, Joannas d’Arc ou Theroignes de Méricourt; e para prova de quanto isto vem de uma disposição mórbida, basta dizer que é a França, o país nervoso por excelência, que principalmente contribui para estas extravagâncias” (*op. cit.*, p. 160). Consulte-se igualmente do mesmo autor o artigo “O reino da mulher”, *op. cit.*, p. 153. Alguns anos antes, idênticas reservas eram manifestadas por Sanches de Frias em *A Mulher. Sua infância, educação e influência social*, *op. cit.*, pp. 150-154.

⁷¹ Silva Branco - [Nota introdutória], “Influencia da educação physica e moral sobre a saude da mulher”, *A Revolução de Setembro*, 11 Nov., 1864. O folhetim que se estenderá por dois dias, 11 e 12 de Novembro, foi reproduzido de um periódico científico lisboeta com o fim de conhecer maior divulgação.

A imagem da mulher portuguesa em que a instrução não é valorizada, ou por ela própria ou pela entidade parental, a imagem de uma mulher que vive para as aparências e que se entretém com jogos de sedução – no namoro, por exemplo – até chegar à idade de casar, momento para o qual toda a sua existência converge⁷², encontramos-a caricaturada num esboço de novela folhetinesca, *Quadros Dissolventes. A Mulher. Estudo Biographico*, de Urbano Loureiro. Este *Estudo Biographico*, em doze capítulos, por um “Futuro membro da Real Academia das Ciências”⁷³, que *O Primeiro de Janeiro* publica no espaço do folhetim, traça de modo exemplar, se bem que humorístico e algo estereotipado, as diversas etapas de uma vida feminina burguesa, pertencente, sem dúvida, a um estrato médio, colocando em realce as lacunas educativas e de instrução, bem como o percurso social dessa mulher que joga - e é jogada - todo o seu estar no mundo, no culto da aparência, no namoro e, por fim, no matrimónio. Urbano Loureiro, com este seu escrito que funciona, simultaneamente, como meio de divertimento, mas também enquanto sátira social, dá-nos a conhecer o casamento de conveniência, o casamento de interesses, tão comum na época, no qual um ingrediente como o amor não tem lugar⁷⁴, muito embora o ideal romântico alie amor e matrimónio. Não parece de facto ser a comunhão afectiva a razão que leva, a mais das vezes, à união entre dois seres⁷⁵. O casamento surge como o modo de vida através do qual a mulher cumpre a

⁷² A este respeito, como esquecer a farpa de Ramalho Ortigão “A estatística dos divórcios, o casamento, o namoro” de Junho de 1876? Diz Ramalho: “Se os dramas e os romances, se os sermões e as práticas, se os catecismos da moral e os catecismos da religião, se todos os grandes agentes da nossa educação tivessem contribuído para dar-nos o justo critério do casamento, o namoro, essa grande chaga, desapareceria dos costumes e o homem aprenderia a honrar o amor (...)” (*As Farpas*, vol. VI, *op. cit.*, p. 31).

⁷³ Urbano Loureiro, à data de publicação de *Quadros Dissolventes*, em *O Primeiro de Janeiro* de Agosto e Setembro de 1869, contava apenas 24 anos de idade.

⁷⁴ Cf. Lopes de Mendonça - “Revista de Lisboa”, *A Revolução de Setembro*, 11 Agosto, 1849. Vinte anos antes da publicação de *Quadros Dissolventes* - também no espaço do folhetim - a crónica de Lopes de Mendonça testemunha esse tipo de matrimónio contraído sem amor que conduz, por exemplo, ao tédio: “(...) uma senhora que tem a desgraça de ser rica, que conheceu muito cedo as doçuras do 7º sacramento, que já quando casou se havia aborrecido do marido nesses eternos *tête-à-têtes*, para os quaes se creou o verbo *noivar*, chega ao momento de ter *spleen*”. A importância do amor no casamento e, sobretudo, a necessidade de alimentar constantemente esse amor, estão presentes no folhetim de 21 de Maio de 1865 no *Diario de Noticias*, intitulado “Remedio para conservar por toda a vida, sem ser em alcool, a felicidade da lua de mel”.

⁷⁵ Lembremos ainda um texto de autoria feminina, o romance original *O que é a sociedade*, publicado por Henriqueta Elisa em *Hymnos e Flores* e em cuja introdução se afirma: “A mulher ideal [*sic*], poetisa pelo coração, a virgem fagueira dos campos, pura como a rosa que lhe desabrocha aos pes, modesta como a violeta que sua mão protege, finalmente, a fada encantadora dos poetas, o rouxinol das suas canções, despreza as galas singelas da natureza pelo brilho factício d’uma sala, vende as imagens queridas da sua juventude, as afeições mais

sua missão no mundo: ser esposa e mãe⁷⁶. Os textos oitocentistas - e estamos a excluir o texto poético e romanesco - parecem mostrar a vivência do amor ligada ou a uma situação extra-matrimonial ou a grupos sócio-profissionais específicos, em que a mulher experimenta, aos olhos da moral reinante, uma situação de alguma marginalidade, como acontece, por exemplo, com a mulher atriz, disponível para a fruição do amor ou dos jogos de sedução. Ao longo do século, haverá quem advogue que o amor não é base sólida para o casamento. Com efeito Ramalho Ortigão opinará em 1876: “Fundar o casamento no amor é simplesmente não achar no entendimento e não achar no coração a diferença que existe entre a amante e a esposa. (...) O casamento estabelece-se na razão, no sentimento da dignidade humana, no dever, no direito, na virtude e no próprio interesse”⁷⁷.

Apesar de tudo, a representação da mulher que irá cruzar todo o século, embora com diferentes cambiantes, insistirá na mulher imagem do amor⁷⁸ que detém o apanágio da beleza, da fragilidade e, tantas vezes, ser etéreo, mulher-anjo. Numa primeira metade do século e sobretudo num registo poético ou de prosa poética de sensibilidade romântica, a representação da mulher que aí circula, coloca-a num patamar de idealidade que a torna desejada, mas praticamente inacessível⁷⁹. A segunda metade de

nobres da sua alma, pelo [*sic*] contos de algum gordo brasileiro, ou pelos bigodes frisados d’um aspirante a deputado. // O papá e a mamã da menina enfeitam a sua mercadoria com o anúncio do dote, e assim a levam de salão em salão, ou antes de leilão em leilão, oferecendo-a a quem mais der. //(...) Todo o homem que faz um casamento, onde não entra o cálculo, nem as conveniências da sociedade, é tolo, excentrico ou romantico: toda a mulher que escutar primeiro o coração do que a cabeça e a vaidade, é uma imaginação esquentada, com pertenções a heroína de romance!” (nº13, 15 Maio, 1863, p. 97).

⁷⁶ Como observa Maria Regina Tavares da Silva em “Introdução” a *A Mulher. Bibliografia Portuguesa Anotada (1518-1998)*, *op. cit.*, p. 19, no século XIX, “É a maternidade como valor simbólico que se absolutiza, é a mulher como educadora natural e insubstituível que se propõe, é a sua missão na família que se considera como a determinante principal do seu estatuto social”.

⁷⁷ Ramalho Ortigão - “A estatística dos divórcios, o casamento, o namoro”, *As Farpas*, vol. VI, *op. cit.*, pp.27-28.

⁷⁸ Que tal imagem se apresentará como uma invariante, corrobora-o o *Grand Dictionnaire Universel du XIXe Siècle*, obra que, pela sua índole, se ergue como síntese de coordenadas ideológicas e epistemológicas. Em volume surgido em 1872, a entrada “Femme” apresenta ao leitor o sexo feminino sob o signo do amor, vocacionado para o casamento. Consulte-se o comentário que Roger Bellet desenvolve em “La femme dans l’idéologie du Grand Dictionnaire Universel de Pierre Larousse”, *La Femme au XIXe Siècle. Littérature et Idéologie*, Lyon, Presses Universitaires de Lyon, 1978, pp. 19-26.

⁷⁹ Cf. Camilo Castelo Branco - “Revista do Porto”, *O Nacional*, 2 Abril, 1849, crónica em que se ironiza acerca da proliferação no folhetim de textos sobre as *Ellas*. E Camilo observa: “A liberdade de imprensa, e o jornalismo, abriram um vasto campo de indagações acerca da mulher. (...) O certo é que nunca se viu tanto verso e tanta prosa consagrados á mulher! nunca se fallou tanto dessa metade do genero humano!”

Oitocentos também nos fala da mulher-anjo, porém sob uma dimensão mais prosaica: ela é consoladora e amparo da figura masculina, anjo da guarda no lar. Agora trata-se, na verdade, da mulher anjo do lar doméstico e o canal de eleição⁸⁰, como, aliás, seria de esperar, para transportar esta diversa imagem, é sobretudo a prosa⁸¹. A sua acção tem lugar numa esfera familiar, nos bastidores de “um vasto teatro aonde a mãe, a irmã, e as filhas, que se acham ligadas com um vinculo de sangue, exercem poderoso influxo no porvir da sociedade”⁸². A distribuição dos papéis sociais e familiares para ambos os sexos encontra-se claramente retratada em “Familia modelo”, poema publicado no folhetim do *Diario de Noticias* de 1871:

- *O pae, o homem do lidar constante,*
Solicito, cuidadoso, vigilante,
Buscando o bem estar do ninho amante
P'ra dourar co'a ventura o casto amor;

(...)

- *A mãe, ligando á natural belleza,*
Talento, e discricção, e candidez;
Na palavra e no gesto a singeleza,
Nas acções o bom senso, a sisudez;

(...)

Ser mãe, aqui debaixo d'estes tectos,
Não é um nome vago, um titulo vão,
Não é só dar a vida e os affectos,

⁸⁰ Em folhetim de *O Nacional* de 3 de Julho de 1857, mesmo num registo poético como em “A mulher” de Ramos Coelho, poema dedicado à mulher, vemos cohabitar a figura feminina “Mãe do homem, irman e companheira” com o “Ente debil” que roubou dos anjos a beleza para consolar e amparar o homem.

⁸¹ No dealbar da segunda metade do século XIX, ouçamos o que sobre a mulher se escrevia no *Correio da Madeira* a 8 de Fevereiro de 1851: “Mulher virtuosa, tu es um thesouro inappreciavel!... Celeste creatura, obra prima do Eterno, pura emanação da divindade, meiga e innocente como a rola, singela e modesta como a violeta, candida e mimosa como o lirio, tu es um anjo!.....”. Acrescenta-se, porém, logo em seguida, “Só quando degeneras, quando se apodera de ti uma indole depravada, só então es horrivel e feroz como a panthera, venefica e perigosa como a serpente, então es um monstro!” Cf. também “A mulher”, *O Ecco Popular*, 29 Set., 1856, folhetim que partindo da tese que “O numen poderoso e eterno da inspiração do homem, o impulso mysterioso de suas paixões, a origem instinctiva de todas as grandes affeições de seu coração, é... a mulher”, nos mostra toda a vida do homem a girar em torno da figura feminina, fazendo dela elemento estruturante e determinante da sua existência. Neste texto, já da segunda metade do século, diz-se a dado passo: “Quando a candura da virtude reflecte nos radiantes olhos d'uma beldade, apparece entre o brilhante ceio do grande mundo, qual anjo ternissimo, a mulher”.

⁸² S. - “Influencia das mulheres nas sociedades modernas”, *A Semana*, vol. I, n° 52, Dez., 1850, p.411. Trata-se de um texto vertido do espanhol. Dois anos antes, a 9 de Outubro de 1848, o *Periodico dos Pobres no Porto* publicara “A educação das mulheres” do espanhol D. Antonio Pirala, membro da Academia Literária de Madrid, artigo no qual se defende igualmente o papel vital da mulher na formação do homem futuro e se chama atenção para a secundarização duma “educação de Soirée” a favor duma educação pragmática com vista ao desempenho das tarefas do lar.

E' dar moral ensino, e instrucção;
 (...)

*Aqui ser mãe é ter um sacerdocio.*⁸³

Curiosa e excepcional é uma carta que se publica em *O Primeiro de Janeiro* e que visa demonstrar a superioridade da mulher. Com base em argumentos do domínio da botânica (o modo como é formada uma flor em que a parte feminina, o pistilo, ocupa o centro), da zoologia (“a femea é o foco para onde convergem todas as atenções dos machos”) e pela comparação fisiológica da configuração craniana entre homem e mulher, justifica-se essa superioridade até porque, como é afirmado no folhetim, “A mulher é quasi considerada como um sêr intermediario entre Deus e o homem”; embora com o objectivo de apoiar essa dita superioridade, o autor anónimo observa porém que “Se a mulher não pensa tanto, a mulher comprehende mais”⁸⁴. É de novo a sensibilidade a suplantar o intelecto⁸⁵.

O folhetim permite ainda que nos apercebamos do modo como os homens e mulheres de Oitocentos encaram uma questão sempre presente ao longo do século XIX, nacional e internacionalmente: a emancipação da mulher. Se, por um lado, o homem reconhece a necessidade de promover a instrução feminina de molde a que a mulher melhor exerça a sua missão na sociedade, dentro de um quadro doméstico, por outro lado, condena ou ridiculariza⁸⁶ certas pretensões de que chegam ecos do Estrangeiro e que são consideradas como virilizantes do belo sexo como, por exemplo, o uso de vestuário de características masculinas⁸⁷. O artigo “Emancipação da mulher”, que, em

⁸³ E. C. - “Familia modelo”, *Diario de Noticias*, 9 Jan., 1871 (em **Anexos**, p. 240).

⁸⁴ A. - “A Mulher”, *O Primeiro de Janeiro*, 20 Dez., 1874. Em 1838, a 17 de Fevereiro, surge no *Periodico dos Pobres no Porto* um texto não assinado em defesa das mulheres. Muito embora se trate de um folhetim que visa mostrar as qualidades femininas, que vão da sua maior beleza e capacidade de sacrificio às potencialidades intelectuais e políticas, não está em causa propriamente provar a sua superioridade, mas combater a falaciosa superioridade do homem.

⁸⁵ Que a reflexão em torno da inteligência da mulher ciclicamente se colocava, revela-o também um texto de 1843, saído a 22 de Setembro no *Periodico dos Pobres no Porto*, “As mulheres terão tanta intelligencia como os homens?”, no qual o Mestre Barbeiro se põe à conversa com a Tia Michaela, esgrimindo cada um os seus argumentos e invocando mulheres que ficaram célebres na História pela sua acção.

⁸⁶ Cf. Oliveira Martins - “Feminismo”, *op. cit.*, pp. 159-162.

⁸⁷ Cf. a republicação que *O Chronista*, de 16 de Agosto de 1851, faz de “Assemblea Revolucionaria Americano-feminil”, texto saído na *Revista Popular*, no qual se refere que, numa reunião de mulheres, em Nova Iorque, são recusados os ditames da moda e é defendido o uso de um vestuário que se adapte, com comodidade, à sua vida quotidiana. E remata-se dizendo: “Algumas das senhoras, que faziam parte da assemblea, trajavam já, segundo os novos principios revolucionarios; isto é, calças largas, jaquetinhas, e chapéu de abas grandes!.. //Até que ponto chegará, nas mulheres, a mania reformadora?..” Também Mariano Froes, folhetinista

1861, *O Nacional* reproduz, de *O Instituto*, deixa, de novo, pressentir as reacções adversas a tal aspiração, procurando demonstrar a impossibilidade, justificada pela natureza, para uma mudança de posturas e costumes sociais, através de um discurso sério que se quer consistente e apoiado bibliograficamente, facto que confere enorme interesse a este escrito: “Qualquer que seja a resolução d’este grave problema, que mais especialmente se tem discutido na America Inglesa, a physiologia humana ha-de protestar sempre contra o systema da emancipação feminina”⁸⁸. Como é então caracterizada a natureza feminina? Pela fragilidade⁸⁹, sensibilidade, pela célebre astúcia feminina⁹⁰ - que lhe permite exercer o domínio sobre o homem e, de algum modo, manipulá-lo-, volubilidade, susceptibilidade, superficialidade no estudo, frivolidade nos gostos, sendo alguns destes atributos impeditivos “para o estudo proveitoso das sciencias e para o exercicio das profissões liberaes”⁹¹. Apesar de se reconhecer a igualdade civil, recusa-se a igualdade “de modo de vida social”, defendendo “para a mulher a vida domestica, para o homem a do exterior”⁹². Na verdade, a opinião que

no *Diario de Noticias*, faz sair uma série de quatro folhetins, nos dias 6, 11, 14 e 18 de Janeiro de 1865, em torno de uma disputa familiar, a propósito do livre uso do tabaco, constituindo-se uma das peças como uma paródia e um eco das pretensões femininas à sua emancipação, com a carta de resposta de D. Bibiana Vasques Chagas a seu marido Tibúrcio Chagas. Bastantes anos mais tarde, no jornal *O Penafidense* de 8 de Março de 1881, o noticiário, que dá conta de intervenções de mulheres numa reunião da sociedade feminina defensora “dos direitos politicos e sociais do bello sexo”, não se furta a uma atitude judicativa ao referir-se a uma das oradoras como “espevitada filha de Eva”, e perante a exortação “unamo-nos para matar o poder autocratico da calça!”, produz o desabafo “Diacho de mulheres!”

⁸⁸ “Emancipação da mulher”, *O Nacional*, 26 Jan., 1861.

⁸⁹ Esta fragilidade é, no entanto, compensada, como se observa no texto anteriormente citado, “Com uma organização delicada e fôrmas elegantes, ella junta á belleza o sentimento de agradar; dotes com que a natureza a quiz compensar de sua fraqueza”.

⁹⁰ É de astúcia feminina que se trata, quando em “Cartas do Chiado” de *O Diario Popular*, a 1 de Jan., 1869, Bertha de Medeiros comenta, a propósito de *A Voz Feminina*: “Toda a mulher que se emancipa é uma soberana que abdica”. E a cronista clarifica a sua afirmação com o exemplo da pretensa resignação feminina, pois quando uma mulher diz a seu marido “resignome”, leva-o a colocá-la no centro das suas atenções. Bertha de Medeiros acrescenta: “Ora a resignação é apenas uma das cem mil portas abertas pela nossa fraqueza aos nossos triumphos”. Mais de vinte anos antes, a 5 de Maio de 1841 no *Periodico dos Pobres no Porto* reproduz-se um artigo publicado no *Periodico dos Pobres de Lisboa*, no qual se põem em causa os desejos e propostas de emancipação da mulher, criticando Mme Dudevant e Flora Tristan e argumentando que as mulheres não precisam de governar para mandar, conseguindo-o “com brandura de vistas, elegancia de movimentos, suavidade de semblante”. Acrescenta ainda o articulista: “(...) um vestido bem feito é-lhes mais util que o acto de reconhecimento dos seus direitos sociaes”. No seu entender, “Todo o seu destino está em uma só cousa - ser amaveis. (...) Ellas forão feitas para o amor, nós para o pensamento; damos-lhe o coração, deixem-nos a cabeça...”

⁹¹ “Emancipação da mulher”, *op. cit.*

⁹² *Idem, ibidem.*

aqui circula visa denunciar a injustiça da busca dessa emancipação, até porque, pela sua fraqueza, a mulher obtém uma maior protecção – o que seria, afinal de contas, um privilégio. Com frequência, em Oitocentos, na base de uma visão da mulher enquanto ser fraco, frágil, encontra-se um entendimento da mulher como doente ou como ser condicionado por razões de natureza psico-fisiológica, concepção posta em circulação desde finais do século XVIII e retomada por diversos autores oitocentistas, nomeadamente por Jules Michelet⁹³. O Código Civil de 1867 reflectirá a missão e direitos protectores do homem. No artigo reproduzido pelo *Nacional*, o autor anónimo reconhece, no entanto, uma abertura ao exterior do sexo feminino⁹⁴, no domínio das belas artes⁹⁵, da literatura e até das ciências, mas, como veremos, condicionada, secundarizando, se não mesmo desprezando, a valia feminina:

*Hoje tambem ninguem nega a poderosa influencia da mulher nas bellas-artes, e ainda em alguns ramos de litteratura e sciencias, cujo estudo demanda menos reflexão, e muito conviria tambem, que exercesse em alguns de seus ramos a arte de curar, para a qual, tem indole e disposições mui proprias*⁹⁶. *Os cargos do estado porem, e o exercicio das profissões liberaes não convem confiar-lhos, porque requerem força de razão que a mulher não tem*⁹⁷.

⁹³ Lembre-se a este respeito a opinião advogada por Oliveira Martins em texto publicado no *Jornal do Commercio*: “As regras, a prenhez, o parto, fazem-te inválida; és enfêrma por condição, és histérica... O casamento foi uma terapêutica; o marido, teu protector, um médico. Por sôbre enfêrma, a mulher é débil, no corpo, no espírito. O seu valor está no seu encanto, na sua beleza, no perfume com que inunda a casa, nos trilos como de ave com que enche o ninho, nos sorrisos e canduras com que doira a vida em comum” (“O Reino da mulher”, *Dispensos*, vol. II, op. cit., p.157). É ainda com base nessa premissa que o autor reiteradamente se refere à mulher como “menor”: “(...) sêres impressionáveis, doentios, mais ou menos histéricos, sêres capazes da inteligência aguda, sêres dotados de encanto e meiguice, *menores* a que se chama mulheres(...)” (“Educação da mulher”, op. cit., p. 148).

⁹⁴ Cf. *Idem, ibidem*, onde o autor refere que “Depois da grande reforma social operada pelo christianismo, a mulher ficou emancipada”.

⁹⁵ A imprensa periódica faz-se eco deste tipo de produção, o que acontece de resto em “A Sybilla e a Bacchante (pela sr.^a Duqueza de Palmella)”, crítica de arte publicada no folhetim do *Diario de Noticias* a 27 de Junho de 1876. Acrescentemos, no entanto, que neste artigo não perpassa qualquer intuito de secundarização da actividade feminina. Para além do elogio à Duquesa de Palmela, elogia-se também Maria Amália Vaz de Carvalho na suas *Vozes do Ermo* e a sua delegada no *Diario Popular*, Valentina de Lucena.

⁹⁶ Tal actividade de algum modo consubstancia uma extensão de um papel feminino que a mulher já leva a cabo no interior do lar. Um outro tipo de acção no exterior a que a mulher - uma minoria - se vai votando, com aprovação masculina, é o da actividade pedagógica, também ele um rosto da tarefa educativa que a mulher já exercia no espaço doméstico. Júlio César Machado, em “Revista da Semana” de *A Revolução de Setembro* de 25 de Dezembro de 1860, refere, elogiosamente, o trabalho de três senhoras que dirigem a escola da *Associação Promotora de Educação Popular*.

⁹⁷ “Emancipação da mulher”, op. cit.

Que a realidade estrangeira concita o interesse português e leva a que se emitam opiniões, mostra-o o *Diario de Noticias* ao publicar em 1868 um folhetim de José Carlos de Freitas Jacome, que tem como ponto de partida a luta pela emancipação feminina na Inglaterra e nos Estados Unidos. Referindo que nesses países se trata de reivindicar direitos civis e políticos para as mulheres, Freitas Jacome observa ser inadmissível a situação de subalternidade e de dependência vivida pelo sexo feminino e, recorrendo a autores vários do mundo literário ou religioso – Lamartine, Schiller, Chateaubriand, S.Jerónimo –, procura mostrar o valor e superioridade femininos, realçando a capacidade de sacrifício ou a coragem que ao longo da história foram sendo protagonizadas por mulheres. Contudo, num universo português ou mesmo europeu continental, difícil seria ir muito mais além⁹⁸. De facto, neste texto não está nunca em causa, um maior protagonismo feminino no exercício da cidadania, mas a necessidade de reconhecimento do papel essencial da mulher nos bastidores da formação social e que passa pelo seu magistério de influência junto do homem, por norma no seio da família: “Amante, filha, irmã, esposa e avó eis os privilegios supremos que a mulher recebeu da mão do Creador”⁹⁹. De todo o modo, em nenhum momento se regista uma

⁹⁸ A posição expressa por Émile de Girardin em carta-resposta à obra *Homme-femme* de Alexandre Dumas Filho, escrita na sequência da questão que em França se levantou sobre a legitimidade do homem matar a sua mulher por cometimento de adultério, numa leitura de um dos artigos do código penal francês, é sintomática do estado da questão. Assim, no seu escrito intitulado *O Homem e a Mulher. O homem soberano e a mulher vassalla* e traduzido em Portugal no próprio ano da sua publicação em França - 1872 – com o título de rosto *Carta de E. Girardin a Dumas, filho sobre a Questão do Homem-mulher*, Porto, Typ. de Freitas Fortuna, Émile de Girardin pugna pela liberdade no casamento, pela igualdade dos filhos perante a mãe, pela libertação do estado de sujeição absoluta ao homem, vivido pela mulher, nomeadamente à luz da lei, e Girardin fala mesmo de “feudalismo conjugal” (*op. cit.*, p. 6). Num texto em que reflecte sobre o divórcio, sobre tudo o que legal e socialmente rodeia os filhos legítimos, ilegítimos e naturais, o direito ao sufrágio universal para o sexo feminino, refutando as posições de Dumas e apoiando-se em pensadores franceses, Émile de Girardin descreve do seguinte modo a situação da mulher: “A mulher, cujo tempo não é aproveitado na educação de seus filhos, a mulher espoliada da administração dos seus bens, a mulher que não é senhora nem de sua pessoa nem da sua casa, finalmente a mulher sem responsabilidade e reduzida á vida passiva, é como um navio sem lastro que se destina a longa viagem. Salvo circunstancias excepcionaes, é certo o naufragio. Na auzencia da responsabilidade encontraremos a razão de sossobramento” (*op. cit.*, p. 26). Porém e apesar de ser apodado de feminista, o papel mais realçado e atribuído à mulher por Girardin é o do exercício da maternidade, como ama, como preceptora dos filhos. Também Eça de Queirós, ao criticar a obra de Dumas Filho, em farpa de 1872, que remédios vai propor para evitar o adultério? A ocupação da mulher em afazeres domésticos (cf. *Uma Campanha Alegre*, Lisboa, Editorial Livros do Brasil, s.d., pp. 399-400). Rangel de Lima em “Chronica do Mez” de *Artes e Letras*, Set., 1872, p. 142, dá testemunho do eco que em Portugal teve a polémica posição de Alexandre Dumas.

⁹⁹ J. C. de Freitas Jacome - “As Mulheres”, *Diario de Noticias*, 12 Maio, 1868. Também Ramalho Ortigão em farpa de Novembro de 1872 se vai debruçar sobre a obra de Dumas em

crítica a qualquer faceta da acção reivindicativa que nesses países prossegue. Alguns meses depois, o mesmo autor assina outro folhetim no periódico lisbonense sobre “a excellencia da mulher na pratica das virtudes” face ao homem. Apoiando-se agora em Montaigne, Sterne e Aimé Martin, Freitas Jacome elege a piedade, o sentimento de caridade, a dedicação, mas ainda o patriotismo, o amor da humanidade, valorizando assim o sentimento em detrimento da razão: “a mulher possui a sensibilidade instintiva que obra antes do raciocínio, e socorre em quanto o homem delibera”¹⁰⁰.

Quase dez anos depois, encontramos um folhetim de J. Cunha Lima, sugestivamente intitulado “O anjo do lar doméstico”, a veicular opiniões similares ao artigo de *O Instituto*. Também este autor refere que a emancipação feminina se deu com o advento do cristianismo¹⁰¹, “no momento em que a luz do Evangelho começou a dissipar as trevas em que o homem se perdia, a mulher foi emancipada; ergueu-se entre o povo sua fronte abatida e pode contemplar-se um ente igual ao homem, com os mesmos direitos e identicas condições fundamentaes”¹⁰². Por este motivo, não se compreende o porquê do desejo feminino em encetar actividades que são apanágio do homem, quer no mundo da política, quer, por exemplo, no exercício da medicina, comentando o autor que “Realmente basta formular semelhantes aspirações para se vêr o ridiculo que encerram. // Para que são necessarios desejos tão absurdos; quando ella tem uma missão sublime a desempenhar no seio da familia?”¹⁰³ Na verdade, a imagem da mulher no Oitocentos português, e que este escrito também manifesta, é a de alguém cuja função se torna imprescindível para a felicidade do homem e bem estar da humanidade, mas cujas fronteiras bem delimitadas a circunscrevem a um espaço

tradução de Santos Nazaré, tradução que de tão procurada permitiu uma segunda edição em pouco tempo (“O adultério em vernáculo - segunda edição portuguesa do ‘Homem-mulher’”, *As Farpas*, vol. XIII, *op. cit.*, pp. 151-153).

¹⁰⁰ J. C. de Freitas Jacome - “A Mulher”, *Diario de Noticias*, 18 Nov., 1868.

¹⁰¹ Dizer que o cristianismo restituiu à mulher a sua dignidade moral torna-se um lugar comum no discurso sobre a mulher no século XIX, tanto em Portugal como em França, sendo usado quer por homens quer por mulheres. Assim, George Sand, por exemplo, também o utilizará como se pode ver em *Questions d’Art et de Littérature*. Texte intégral. Présentation et notes de D. J. Colwell, Runnymede Books, 1992, p. 437.

¹⁰² J. Cunha Lima - “O anjo do lar doméstico”, *O Nacional*, 5 Abril, 1870.

¹⁰³ *Idem, ibidem*. Recordemos a incompreensão e zombaria a encerrar uma notícia sobre a existência de “Mulheres-médicos” nos Estados Unidos, dada pela *Revista Popular*, nº8, Fev., 1852, p. 62: “se vae por este andar, ou se a cousa péga cá para a Europa, o exercicio da medicina deixará em pouco tempo de ser o privilegio exclusivo do homem; e este bem póde já ir procurando nos serviços e misteres femininos alguma compensação a tão atrevida invasão”.

doméstico¹⁰⁴, onde, como esposa e mãe¹⁰⁵, ela respectivamente é amparo e esteio do marido, pelo apoio emocional que proporciona, e responsável pela educação moral e religiosa dos filhos¹⁰⁶. O que compete então ao homem? Sustentar o lar enquanto chefe de família¹⁰⁷. A acção da figura masculina tem lugar na vida pública, ao passo que a acção feminina se limitará à esfera do privado¹⁰⁸. Ora esta distinção tão clara dos papéis sociais de cada um alimenta-se da convicção, quase generalizada, de que o homem é inteligência e a mulher sensibilidade. Lancemos mão de um exemplo que Alberto Pimentel nos oferece, em excerto publicado em *O Primeiro de Janeiro* e retirado de uma obra a publicar em breve pela Livraria Moré:

O pae é a Razão, a Experiencia, a Luz. A mãe é o Amor, e o amor é cego, porque tem os olhos vendados; e simples, porque nol-o pintam menino. Toda a missão da mãe se cifra em amar; toda a missão do pae se resume em pensar.

¹⁰⁴ Lembremos a observação concorrente de Virginia Woolf a propósito da inglesa, filha do homem educado, em *Three Guineas*, London, The Hogarth Press, 1977, pp. 69-70: “It was with a view to marriage that her mind was taught. It was with a view to marriage that she tinkled on the piano, but was not allowed to join an orchestra; sketched innocent domestic scenes, but was not allowed to study from the nude; read this book, but was not allowed to read that, charmed, and talked. It was with a view to marriage that her body was educated; a maid was provided for her; that the streets were shut to her; that the fields were shut to her; that solitude was denied her - all this was enforced upon her in order that she might preserve her body intact for her husband. In short, the thought of marriage influenced what she said, what she thought, what she did. How could it be otherwise? Marriage was the only profession open to her”.

¹⁰⁵ Neste texto, diz-se mesmo que o estado perfeito da mulher é o matrimónio. O casamento como destino ou como via culturalmente indicada à mulher desde a sua infância é uma realidade de tal modo vincada que só por si permite explicar a possibilidade de se traçar a “Physiologia da donzellona” que encontramos em *A Revolução de Setembro*, de 13 de Agosto de 1850, sendo a donzellona “a mulher que chega aos 40 anos sem achar marido”. A mulher só, a mulher que vive sem sombra tutelar masculina, converte-se, no século XIX, como o afirma Cécile Dauphin o “antimodèle de la femme idéale” (*op. cit.*, p. 446).

¹⁰⁶ Quando, no *Diario Popular* de 9 de Agosto de 1868, Eduardo Augusto Vidal publica o folhetim “As creanças”, como não dedicá-lo às mulheres?

¹⁰⁷ Cf. Manuel Roussado em “As mulheres e as noites (Imitação)”, *O Diario Popular*, 4 Maio, 1868, onde se resume, humoristicamente, esta divisão de papéis: “A mulher é o ministro da fazenda de uma casa e o marido o contribuinte”.

¹⁰⁸ Eça de Queirós, em extensa farpa sobre a educação e o papel da mulher, de Março de 1872, coligida em *Uma Campanha Alegre*, *op. cit.*, p. 322, dirá também ele: “A valia de uma geração depende da educação que recebeu das mães”. E mais adiante dirá do papel do pai: “O pai, homem de trabalho e de actividade exterior, mais longe do filho, impõe-lhe menos a sua feição (...)”. E, na primeira metade do século, Garrett, na sua obra *Da Educação*, ao distinguir “educação do gymnasio, ditta publica”, para o sexo masculino, da “educação maternal ou do gyneceu”, para o sexo feminino, marca claramente os espaços distintos onde os dois sexos se irão mover (cf. *op. cit.*, p. XXIII).

*O pae traz para casa o que não ha em casa, a experiencia do mundo;
a mãe conserva de portas adentro o que não se encontra na vida externa:
o amor*¹⁰⁹.

Em “Typos femininos”, folhetins que se seguem a “O anjo do lar doméstico”, J. Cunha Lima procura ilustrar as afirmações contidas no seu primeiro escrito sobre o papel da mulher, no que concerne à influência sobre o futuro do seu descendente, e escolhe, didacticamente, dois exemplos de vida antagónicos: Alphonse de Lamartine, cuja mãe pode ser tomada como modelo de influência benéfica, facto que transparece em diversas vertentes da existência do poeta¹¹⁰, e Lord Byron, cuja mãe representa a acção maternal nociva na formação de uma criança, deixando marcas indeléveis para toda a vida¹¹¹; a posição de Cunha Lima encontrá-la-emos resumida, lapidarmente, em Eça de Queirós: “Diz-me a mãe que tiveste – dir-te-ei o destino que terás”¹¹². A valorização da influência moral da mulher na família¹¹³ faz Cunha Lima observar, embora de modo breve, que “é hoje da mais alta importancia e augmentará ainda quando se eduque a mulher com mais esmero e cuidado do que se tem empregado até hoje”¹¹⁴. Que Cunha Lima se preocupa com a questão feminina mostra-o ainda o folhetim desta série, “A Filha”, onde o que de novo está em causa é fornecer uma história exemplar, neste caso, de amor e desvelo filial¹¹⁵. Mais uma vez se reserva para a mulher a missão de explorar e pôr ao serviço a sua sensibilidade e capacidade de afecto e abnegação¹¹⁶.

¹⁰⁹ Alberto Pimentel - “A Minha Filha”, *O Primeiro de Janeiro*, 8 Junho, 1873. Mais adiante, o autor matiza o seu discurso, acrescentando: “Não queremos dizer que o pae não ame e a mãe não pense”. Ele fala de atributos dominantes e considera que a educação dos filhos assenta nesta tarefa de colaboração. Cf. também J. Cunha Lima - “O anjo do lar doméstico”, *op. cit.*: o homem “procura realisar aquellas aspirações para as quaes são necessarias maior intelligencia e mais profunda reflexão; emquanto que a mulher realisa no seio da familia essas intimas aspirações que só póde conseguir a delicadeza do seu sentimento”.

¹¹⁰ Cf. J. Cunha Lima – “Typos Femininos. A Mãe”, *O Nacional*, 3 Maio, 1870.

¹¹¹ Cf. *Idem*, 15 Maio, 1870. Observemos apenas que este texto se dirige especificamente ao sexo feminino - “E’ triste o exemplo que vamos apresentar ás nossas queridas leitoras” - acentuando assim a vontade que o autor experimenta de fazer passar uma mensagem que reputa fundamental.

¹¹² Eça de Queirós - *op. cit.*, p. 322.

¹¹³ Já no início da década de sessenta, Antero de Quental em “Influência da mulher na civilização” opinava: “(...) sendo a mulher o mysterioso guia e mestre da nossa educação moral, em todas as phases da nossa vida, claro é que o que formos, no bem ou no mal, a ella o deveremos”(Prosas, vol. I, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1923, p. 78).

¹¹⁴ J. Cunha Lima - “Typos Femininos. A Mãe”, *op. cit.*, 3 Maio, 1870.

¹¹⁵ J. Cunha Lima - “Typos Femininos. A Filha”, *O Nacional*, 28 Agosto, 1870.

¹¹⁶ Cf. I. de Vilhena Barbosa - “Heroica dedicação do amor conjugal”, *O Commercio do Porto*, 29 Nov., 1877. Trata-se de oferecer aos leitores o exemplo da Condessa de Lavalette, retirado

Não pensemos, como é óbvio, que a representação da mulher patenteada nestes textos é exclusiva de uma visão lusa. Ela circula também na vizinha Espanha e é o próprio espaço folhetinesco a informar-nos do facto, ao dar em tradução um texto intitulado “A Mãe de Família. Breves considerações ácerca da mulher”¹¹⁷, e que – note-se bem – foi originalmente publicado num jornal de modas, ou seja, para um público feminino¹¹⁸. Para além da habitual distribuição de funções no seio da família e da sociedade, “Pertence ao homem o seu imperio no mundo: o throno da mulher assenta nas solidas bases do lar domestico: o homem pertence todo ao commercio social: a mulher nasceu para o governo material e moral da casa”, este artigo vale ainda pela tónica valorativa de uma instrução “mais moral e mais christã”¹¹⁹ da mulher e, facto raro, por aconselhar a mulher a que se case por amor, amor que - é certo - se estenderá a todas as facetas da sua vida no lar. A visão da mulher dentro de um quadro familiar encontra-se ainda em França onde, a propósito da aspiração feminina à participação no acto eleitoral, se vê um recrudescimento da apologia do casamento e da família, remetendo a mulher para uma acção no lar¹²⁰. Christine Planté, a propósito do surto de mulheres escritoras em França, sublinha a presença desse argumento que iterativamente ocorre no discurso masculino sobre a mulher e que tantas vezes manifesta o receio, por parte do homem, de instauração de uma nova ordem: “Il n’est pas question pour les

da história francesa, no período de restauração da monarquia com Luís XVIII. “O coração da mulher,” - diz o autor em introdução - “educada sob os principios da sã moral, e constituida mãe de familia, é um thesouro de castos affectos, d’onde brotam espontaneamente, quando se offerece occasião oportuna, os mais sublimes actos de dedicação”. A Condessa de Lavalette, para salvar o marido, condenado à pena de morte, promoveu a sua fuga do cárcere, substituindo-o na cela, por ocasião de uma visita. Através de uma narrativa de cunho histórico, mas com ingredientes romanescos, atingem-se dois objectivos: a ocupação de um tempo de lazer e a formação moral do destinatário.

¹¹⁷ Herrero - “A Mãe de Família. Breves considerações ácerca da mulher”, *O Commercio do Porto*, 11 Agosto, 1866.

¹¹⁸ A anteceder o artigo traduzido, encontramos uma nota introdutória, intitulada “A Educação da Mulher”, em que se diz ser ele apenas o primeiro de uma série que um jornal de modas espanhol tem publicado - informação que poderá significar que eram preocupações similares as que cá e lá se viviam.

¹¹⁹ Herrero - “A Mãe de Família. Breves considerações ácerca da mulher”, *op. cit.*

¹²⁰ Cf. Pierre Rosanvallon - “A História do Voto das Mulheres. Reflexão sobre a especificidade francesa”, *As Mulheres e a História*, Lisboa, Publ. Dom Quixote, 1995, pp. 73-77. Afirma o autor: “O voto das mulheres é percebido como um perigo para a paz dos lares. Receia-se que conduza à divisão da família ameaçando a sua unidade” (*op. cit.*, p. 75). O sufrágio das mulheres só será consignado em França, no nosso século, em 1944. A primeira mulher a votar em Portugal, em situação excepcional, será Carolina Ângelo, formada em medicina, nas eleições de 1911. Em 1913 o projecto de lei que instituiria o sufrágio feminino é rejeitado e o direito ao voto, por parte da mulher portuguesa, só ocorrerá em 1931, mas ainda com restrições várias.

intellectuels de (se) représenter la condamnation des femmes écrivains comme une petite affaire de défense de leur identité et de leurs privilèges. C’est la défense de la famille, de la nation, du genre humain qui se trouve invoquée, on brandit une fois de plus la menace de la décadence”¹²¹. De modo sintético, Michelle Perrot dá conta do traço transnacional e, em particular, europeu que caracterizará a sociedade oitocentista: “La distinction du public et du privé est à la fois une forme de gouvernementalité et de rationalisation de la société au XIXe siècle. En gros, les ‘sphères’ sont pensées comme des équivalents des sexes et jamais la division sexuelle des rôles, des tâches et des espaces n’a été poussée aussi loin. Aux hommes, le public dont la politique est le centre. Aux femmes, le privé, dont le domestique et la maison forment le coeur”¹²².

O espaço do folhetim, embora mais raramente, faz-se também veículo de divulgação de um agir feminino com reflexos na vida pública. Porém, tal divulgação é acompanhada de um discurso ideologicamente claro no que respeita aos papéis sociais da mulher. Em 1861, *A Revolução de Setembro*, pela pena do seu folhetinista Júlio César Machado, ajuda a divulgar *Brios heroicos de Portuguezas* de António Pereira da Cunha, louvável “narrativa dos acontecimentos em que as mulheres da nossa terra, esquecendo por algum tempo o papel que lhes impõe a natureza, teem imitado em coragem os mais illustres guerreiros”. E o folhetinista acrescentará que essas heroínas não são o seu ideal de mulher, dizendo: “(...) prefiro incomparavelmente V. ex.^a, minha senhora, com o seu *bouquet*, o seu leque, e o seu livro de missa, a essas desembaraçadas damas (...)”, pois “a doçura é o talisman de V. ex.^a, a elegancia a sua corôa; creou-a Deus para passar na vida domestica, na tranquilidade do lar, ou nos prestigios do alto mundo, enfeitada, graciosa, inspirando o amor, e acalmando os selvaticos furores do homem”¹²³. No ano seguinte, Júlio César Machado, de um modo superficial e ligeiro,

¹²¹ Christine Planté - *La Petite Soeur de Balzac. Essai sur la Femme Auteur*, Paris, Éditions du Seuil, coll. “Libre à elles”, 1989, p. 110-111. Sainte-Beuve, em “De la littérature industrielle”, *op. cit.*, p. 681, ao reflectir sobre o carácter industrial da literatura da sua época e ao denunciar, de algum modo, a desordem literária que se vive, anuncia igualmente a banalização da escrita a permitir à mulher o exercício desta actividade: “Ce sera de moins en moins un trait distinctif que d’écrire et de faire imprimer. Avec nos moeurs électorales, industrielles, tout le monde, une fois dans sa vie aura eu sa page, son discours, son prospectus, son *toast*, sera *auteur*. De là à faire un feuilleton, il n’y a un pas. Pourquoi pas moi aussi? se dit chacun. (...) On a une famille, on s’est marié par amour, la femme sous un pseudonyme écrira aussi”.

¹²² Michelle Perrot - “Public, privé et rapports de sexes”, *Les Femmes ou les Silences de l’Histoire*, *op. cit.*, p. 386.

¹²³ Julio Cesar Machado – “Revista da Semana”, *A Revolução de Setembro*, 27 Ag., 1861. No seu folhetim, Júlio César Machado valorizará ainda na mulher a meiguice, a formosura e a bondade.

registra, comenta e recomenda, na sua revista da semana, uma novidade editorial da autoria de Porphirio José Pereira, *Quadros d'Alma, ou a mulher atravez dos seculos*, na qual se fala das virtudes da mulher, a “companheira da nossa vida”, a “mais bella porção da humanidade”, no dizer de César Machado, obra que versa também sobre figuras femininas que se destacaram ao longo da história¹²⁴. Em 1867 o *Diario de Noticias* relembra, de modo muito peculiar, feitos de mulheres portuguesas perdidos nos tempos, um deles protagonizado pelas fiandeiras do Porto que se revoltaram contra o tributo sobre as maçarocas que a coroa espanhola, por altura da ocupação castelhana, lhes quis impor, e ainda a revolta das freiras de Odivelas contra decisão da Inquisição e de D. João V os quais desejavam que recebessem uma freira pertencente a esse mesmo convento e que tinha sido acusada de judaísmo, atendendo a que já padecera um grande martírio. Porém, o relator, Pereira Ferraz Junior, insiste em dizer previamente que tais feitos apenas lhe suscitam admiração e não simpatia e lança mão de D. Francisco Manuel de Melo¹²⁵ e de Rousseau para advogar que as mulheres não se devem acercar de situações de guerra, mas, tão somente, se devem devotar ao seu papel de mães¹²⁶. De igual modo, Alberto Pimentel, em 1891, no *Diario de Noticias*, recorda feitos de algumas mulheres do povo, quase sempre votados ao esquecimento, ocorridos por ocasião da aclamação de D. João IV, aquando da Restauração, e lembra, como curiosidade, que na origem da tão usada expressão “uma grande bernarda...” se encontra uma tal Bernarda Soares, que saída à rua para vitoriar o rei, terá encontrado um castelhano a quem deu tratos de polé¹²⁷. As mulheres, atrizes na história, surgem ainda no folhetim, realçando-se o carácter positivo dessa acção. Na verdade, no início da década de setenta, Luís Álvaro dá a conhecer em *O Nacional* duas atitudes de mulheres manifestando repúdio pela continuação da guerra franco-prussiana e apelando à paz. Trata-se de Mme Esther Sezzi que envia uma missiva ao Congresso de Basileia e de Maria Goegg, propagandista da emancipação feminina, que discursará nesse mesmo

¹²⁴ Cf. Julio Cesar Machado - “Revista da Semana”, *A Revolução de Setembro*, 3 Junho, 1862.

¹²⁵ Oliveira Martins também lançará mão de D. Francisco Manuel de Melo e da sua *Carta de Guia de Casados* para se apoiar na análise que faz da obra *O reino da mulher*, traduzida por Maria Amália Vaz de Carvalho (cf. “O reino da mulher”, *op. cit.*, pp. 149-159).

¹²⁶ Cf. A.. Pereira Ferraz Junior - “Duas revoltas de mulheres”, *Diario de Noticias*, 6 Julho, 1867.

¹²⁷ Cf. Alberto Pimentel - “As mulheres e a restauração nacional”, *Diario de Noticias*, 26 Nov., 1891.

congresso¹²⁸. *O Primeiro de Janeiro* do ano seguinte publica um texto, em dois folhetins, da autoria de Pedro dos Reis, sobre Carolina Home, que embora mãe e esposa, levou a cabo na Índia e na Austrália uma acção de solidariedade social de grande envergadura, reconhecida pelas instituições governativas¹²⁹. Notemos, no entanto, que, em ambos os casos, se trata de mulheres estrangeiras, que, pela sua acção, não se consideram apenas entidades com função moral em espaço familiar, mas com direito ao exercício de uma condição de cidadania. Que em Portugal se está ainda longe do que vai sendo cada vez mais frequente numa realidade estrangeira, prova-o também a curta *farpa* de 1872 de Ramalho Ortigão, sobre “As mulheres e o canto nas igrejas”. Ramalho observa que em outros países do mundo se discute sobre os direitos políticos e legislativos da mulher ou sobre a instrução secundária e superior feminina e “Ao lado deste grande movimento das ideias e dos sentimentos modernos, é doce ver Portugal contribuir com a sua parte para a solução de um dos maiores problemas deste século, discutindo a respeito das mulheres: se elas devem ou não – cantar nas igrejas! E decidir Sua Eminência o Sr. Patriarca – que não devem cantar!”¹³⁰

Não sejamos, porém, levados a crer que as discordâncias e obstáculos a uma concretização e implementação da emancipação feminina são exclusivos da figura masculina. Ana Maria Ribeiro de Sá, na apreciação que faz da obra *O Christianismo e o Progresso* de D. António da Costa, põe em relevo a exortação do autor, no que respeita ao papel da mulher na família e ao poder que aí exerce. Ouçamo-la:

Contando como fiel historiador o que tem sido a mulher desde o principio dos tempos, o sr. D. Antonio da Costa mostra-lhe com firmeza o caminho que ora deve seguir, para ser digna do lugar que lhe alcançou na familia o reconhecimento dos elevadissimos dotes do seu coração. Pede-lhe com a eloquencia da convicção que nunca deixe o seu throno d’onde a sorrir governa o mundo, para se precipitar na arena da politica, despota de não sei que sonha [sic] da emancipação. // As mulheres portuguezas tem o espirito claro e sensato, o seu coração dá se bem com

¹²⁸ Cf. Luis Álvaro - “As mulheres e a guerra”, *O Nacional*, 20 Agosto, 1870. Em 1857, o mesmo periódico publicava, em folhetim de 16 de Março, “O batalhão de mulheres do rei de Sião” por Baudain e extraído do *Moniteur do Exercito* [sic]. A publicação de um texto em que se apresenta a mulher entregue a tarefas militares vai, certamente, ao encontro da atracção pelo exótico que marca o século XIX.

¹²⁹ Cf. Pedro dos Reis - “Carolina Home”, *O Primeiro de Janeiro*, 6 e 8 de Julho, 1871. Estes folhetins são dedicados a Camilo Castelo Branco e foram escritos na Cadeia do Limoeiro. Anos depois, em 2 de Abril de 1879, *A Revolução de Setembro* publica um texto, de cariz biográfico e elogioso, sobre esta mulher, da autoria de Augusto Ribeiro, que dedica o seu folhetim à “notavel escriptora portugueza” Guiomar Torrezão.

¹³⁰ Ramalho Ortigão - “As mulheres e o canto nas igrejas”, *As Farpas*, vol. XIII, *op. cit.*, p. 172.

*a modestia e o recato; creio por tanto que não será esquecida uma supplica tão séria e tão grave*¹³¹.

Lembremos igualmente “Cartas do Chiado” que, supostamente, são de autoria feminina¹³² e que revelam resistências, incompreensão, face a atitudes de outras mulheres que pugnam pela alteração da situação feminina na sociedade portuguesa da época. Vejamos como Bertha de Medeiros fala de *A Voz Feminina*, em 1869: “(...) semanario lisbonense, que alguns dizem ser uma tentativa de emancipação do sexo que representa. Deus nos livre de que tal seja”. A cronista aposta ainda, na segunda metade do século XIX, no poder que a mulher exercerá sobre o homem, pelo uso da astúcia feminina ou seja pelo desenvolvimento e exploração de estratégias que visam ultrapassar ou minorar a sujeição à autoridade masculina, e não, contrariamente ao que o periódico de Francisca Wood propõe, na defesa dos direitos da mulher à instrução, rasgando-se novos horizontes. Que *A Voz Feminina* concitou sobre si as atenções gerais, certamente pela sua tenacidade e novidade, di-lo também esta crónica, pois é a propósito de palavras dirigidas às colaboradoras desse periódico pela publicação coimbrã *A Folha*, que Bertha de Medeiros produz tais comentários¹³³. Alguns meses

¹³¹ A. M. Ribeiro de Sá – “O Christianismo e o Progreso pelo sr. D. Antonio da Costa”, *Diario Popular*, 8 Julho, 1869.

¹³² As “Cartas do Chiado” começam a publicar-se no espaço do folhetim de *O Diario Popular*, em finais de 1868, assinadas por Bertha de Medeiros. Nada conseguimos apurar sobre a autora; tratar-se-á de um pseudónimo ou mesmo de um pseudónimo que encobre uma figura masculina? “Cartas do Chiado” caracterizam-se pela sua natureza cronística, passando em revista as modas, os espectáculos ou a vida em sociedade em meio aristocrático. A entidade autoral apresenta-se no feminino, pertencendo a uma faixa etária já avançada e com acesso a um meio aristocrático, de que relata eventos sociais; é ainda alguém ilustrado. Que algum jogo de encobrimento possivelmente existirá, aponta-o a nota publicada na rubrica “Expediente” de *A Folha*, nº5, 1869, p. 40: “Bertha de Medeiros, creatura gentil pelo que deixa ver da sua pessoa, dignou-se entreabrir os labios aristocraticos e mostrar-nos em suave sorriso uns dentes ideaes.(...)”

¹³³ Cf. Bertha de Medeiros - “Cartas do Chiado”, *O Diario Popular*, 1 Jan., 1869. Ivone Leal em *Um Século de Periódicos Femininos*, obra anteriormente citada, p.69, ao debruçar-se sobre *A Voz Feminina*, refere um exemplo dessa incompreensão feminina face a objectivos de promoção da mulher, o de Maria Amália Vaz de Carvalho que ao ser solicitada para aí colaborar, recusa tal convite dizendo que “as folhas diárias, as publicações efémeras, o jornal enfim, deve ser masculino, porque só os homens têm o espírito positivo que esse género demanda”. Que o acolhimento a este tipo de empresa não terá sido o melhor, observa-o ainda a autora do estudo. No que à *Folha* diz respeito, encontra-se, de facto, na secção “Expediente” alguns mimos pouco inocentes dirigidos ao periódico feminino. No nº 3 de 1868, comenta *A Folha*: “Parecia-nos que num periodico de senhoras só deviam ter entrada senhoras; mas não é assim na *Voz*: lá apparecem uns taes do nosso teor e fórma. // Postos alli, fazem lembrar um pé de couve-penca num jardim de boninas. // Não lhes invejamos o aspecto”. Como Francisca Wood no seu jornal responde aos comentários do periódico coimbrão, no nº 12 de 1869, *A*

depois, Manuel Roussado debruça-se, num dos seus muitos folhetins humorísticos de *O Diario Popular*, sobre a emancipação da mulher e, de novo, por causa do jornal de Francisca Wood, o qual vem à liça, embora apenas de forma implícita. Começa Manuel Roussado: “Levanta se por toda a parte um grito revolucionario em favor da emancipação da mulher, augmenta de dia para dia o numero de periodicos destinados á defeza de uma causa que ameaça levar os brincos ás imminencias do poder, e a cuia ao seio do parlamento”. Descrevendo, com laivos satíricos, um futuro ficcionado em que a mulher elege e é eleita deputada, o autor dá conta do caos doméstico a que a nova condição da mulher levará e, por consequência, diz-nos indirectamente como os papéis sociais estavam até aí distribuídos, culminando o cenário traçado com a colocação na fachada dos paços do concelho de “A mulher livre ao lado do homem livre”¹³⁴, ou seja precisamente a divisa que se pode ler no cabeçalho de *A Voz Feminina*. Em 1877, num periódico feminino como o *Jornal das Senhoras*, em artigo sobre “A emancipação da mulher”, Maria do Pilar Bandeira Monteiro Osório defende que hoje a mulher enquanto “companheira do homem” goza de equidade e está “investida na posse dos fóros que lhe competem” e, por esse motivo, afirma: “Eis ahi a emancipação legitima e natural, da segunda metade do genero humano; outras emancipações são absurdas e impossiveis, porque o destino da mulher é ser esposa e mãe”¹³⁵.

As atitudes de recusa da emancipação da mulher apresentam-se, por vezes, também sob uma aparência simplória e inocente, através da tradicional forma epistolar, que tanto recorre a processos humorísticos ou satíricos para levar a cabo um intento crítico. Em 1871, “A emancipação da mulher. Carta escripta a uma senhora por um Manuel d’Aldeia”, num nível de língua bem popular - o destinatário da epístola surge

Folha dá ainda lugar a uma troca de galhardetes que, de modo ínvio, são depreciativos para os representantes do sexo masculino associados aos objectivos reformadores de A Voz Feminina.

¹³⁴ Cf. Manuel Roussado - “A emancipação da mulher”, *O Diario Popular*, 3 Maio, 1869. Igualmente em estudo sobre *A Voz Feminina* da autoria de M^a Manuela Araújo Brito, M^a Fernanda Robalo e M^a Carlota Guimarães, “Um Jornal feminista em 1868”, publicado na revista *História*, n^o 92, Junho, 1986, pp.48-59, se assinala a má receptividade a este periódico por parte das senhoras, dos literatos e da igreja.

¹³⁵ Maria do Pilar Bandeira Monteiro Osório - “A emancipação da mulher”, *Jornal das Senhoras*, Porto, 17 Agosto, 1877. A autora indica, em seguida, o que decorre desses dois papéis atribuídos à mulher: “Portanto, aquella que velar no bem-estar de seu esposo e de seus filhos, que moralisar a familia pela caridade e pelo amor, que prestar os seus cuidados ao bom regimen do seu lar, essa terá cumprido a sua nobre missão, essa será a mulher digna e virtuosa, essa merecerá o amor dos seus e o respeito da sociedade”. Curiosamente, cerca de dez anos antes, num seu romance publicado em *O Nacional*, Maria do Pilar Osório adoptava um discurso de denúncia e de algum modo revolucionário no que respeita à condição da mulher.

denominado como “Patroasinha” -, manifesta-se uma atitude de recusa e incompreensão perante aquilo que se apelida de “enzoinices de mulheres galradeiras” ou “caraminholada emancipação”¹³⁶. E atentemos no tipo de argumentos escolhidos, num texto todo ele situado num universo rural: “Pois eu não sou homem de arcas encoiradas; - Rosa não sabe até quantas pernas tem um M, nem nunca o soube, mas aquillo borda alli dois corações trespassados por uma séta na ponta d’um lenço de cambraia, que é mesmo uma pintura”. Ou então: “Todas essas lamurias parecem que mostram que nós somos ahi uns maus homens capazes de comer gente; pois olhe que não é assim; não ha homem nenhum, nem mesmo que seja escrivão de fazenda de sua alteza, que se não derreta todo quando a conversada lhe deita um olhar assim como o da Roza. Pois se a gente é feita de carne e osso”. A conclusão apenas pode ser uma só: “quer a menina queira quer não, a mulher deve continuar a viver como até aqui, e deixar-se d’essas lerias. Vivendo em sua casa está mais resguardada, até dos lobos, e d’outras coisas mais”¹³⁷.

A postura masculina face ao desejo e exigência de emancipação, que se faz sentir sobretudo no estrangeiro, é sintomática da representação masculina da mulher que circulará no Oitocentos português, qualquer que seja a forma sob a qual se manifeste, e que vê o sexo feminino situado nos bastidores da vida social, enquanto adjuvante do homem¹³⁸. Com efeito, quando se encara, em Portugal, a promoção da mulher, na esmagadora maioria das vezes, ela é equacionada em função da sua missão no lar, fora de preocupações de emancipação. Os textos abundam, muito embora nem sempre versem, exclusivamente, sobre a mulher. Principiemos por “O Bello Sexo”, folhetim publicado em *O Nacional*, mas transcrito do *Jornal do Commercio*. O seu autor que se arvora em paladino das damas, pretendendo libertá-las do cativo em que vivem, tem porém o cuidado de observar: “Fique bem entendido que não quero reviver as loucas e funestas tentativas de Catharina Theot, de Olympia de Gouges, a fundadora de sociedades femininas que pretenderam emancipar-se da tutella dos homens e aspiraram

¹³⁶ “A Emancipação da Mulher. Carta escripta a uma senhora por um Manuel d’Aldeia”, *A Verdade*, 2 Out., 1871.

¹³⁷ *Idem, ibidem* (em **Anexos**, 241-242).

¹³⁸ Também ao nível iconográfico isso acontece pois como observa Anne Higonnet em “Criar, criações. Séculos XIX-XX”, na obra *Imagens da Mulher*, sob a direcção de Georges Duby, Porto, Edições Afrontamento, 1992, p. 142, “A pintura do século XIX faz da expressão com duas palavras ‘mulher de interior’ uma só imagem. E é esta imagem que é a mais corrente na época, em toda a Europa, quer seja assinada por um homem ou por uma mulher”.

aos mesmos empregos e direitos que elles”¹³⁹. O autor diz então não pretender que as mulheres se imiscuem na política, mas “que não appareçam sómente nos bailes, nas procissões e igrejas; que não aprendam sómente a desmamar meninos, a vestir á moda, a cantar e polkar”; a mulher deve estudar para ser esposa e mãe¹⁴⁰, elevar a inteligência “para que, comprehendendo as vicissitudes de seu marido, possa não só consola-lo, mas dar-lhe prudentes conselhos nos momentos de desespero”; defende assim “A rehabilitação do bello sexo á sua mais elevada categoria de entes racionaes e parte importante da sociedade civil”¹⁴¹. Na segunda metade do século, frequentes vozes se ouvirão a reclamar uma instrução feminina pragmática, direccionada toda ela para o exercício de um papel doméstico.

Em 1860, encontramos uma crónica de António Augusto Teixeira de Vasconcelos, sob o pseudónimo de Nabucodonosor Senior, na qual se estabelecem confrontos entre a mulher do século XVIII e a mulher oitocentista. De novo, o que vai importar é a valorização do papel de esposa e mãe. Atentemos nas suas palavras: “As mulheres no seculo passado foram tudo. (...) Na historia de Richelieu e na de Mazarino as mulheres ocupam paginas interessantissimas. (...) Mas esse tempo passou. E ainda bem que passou! As mulheres renunciaram a tão immenso poder. Já não governam os reis, já não revoltam os povos, já não dominam os ministros, já não fazem a paz, nem obrigam a declarar a guerra, e a historia escreve paginas e paginas, e chega a formar grossos volumes, sem encontrar nos acontecimentos contemporaneos vestigios de influencia feminina, que mereça registrar-se para conhecimento da posteridade”¹⁴². Segundo o autor, o sexo feminino reencontrou a sua via, dentro dos cânones - masculinos, como é bom de ver -, e “renunciando a uma supremacia **anormal** ganha á custa da propria reputação, e adquirida a troco do mais completo esquecimento de todos os deveres,

¹³⁹ “O Bello Sexo”, *O Nacional*, 26 Set., 1851.

¹⁴⁰ Em 1877, num “Discurso sobre a Educação” de António Ribeiro da Costa, pronunciado por ocasião da distribuição de prémios aos alunos do colégio de S. Carlos, publicado no espaço do folhetim de *O Primeiro de Janeiro*, em 28 de Dezembro desse ano, expressa-se a mesma opinião, isto décadas depois e num contexto que nada tem de ligeiro ou lúdico contrariamente ao da crónica acima referida: “Repete-se constantemente que a vocação natural da mulher a chama para educar seus filhos, mas não se lhe ensina cousa alguma do que seria mister que ella soubesse para desempenhar dignamente esta elevada missão”.

¹⁴¹ “O Bello Sexo”, *op. cit.* Tal como em muitos outros textos oitocentistas, põe-se em relevo a influência da mulher, enquanto esposa e mãe, no futuro da sociedade. O artigo “Mulher”, que se estende por dois números de *O Pirata. Jornal Critico-litterario* de 27 de Abril e 4 de Maio de 1850, pp. 66-67 e 73-75, testemunha precisamente esse facto.

¹⁴² Nabucodonosor Senior - “Couzas e Louzas”, *O Commercio do Porto*, 20 Out., 1860.

voltou ao exercício nobilíssimo das obrigações **naturaes** de esposa e de mãe”¹⁴³. Nesta visão masculina da mulher, manifesta-se ainda a convicção de que este conjunto de papéis basta e satisfaz a existência feminina, que, deste modo, se enquadra dentro de uma moral cristã¹⁴⁴. E em 1876, na rubrica *Bibliographia* de *O Commercio do Porto*, ao fazer-se a recensão da obra de Ernest Legouvé, *Historia Moral das mulheres*, editada por Ernesto Chardron, trata-se de mostrar, claramente, que o autor não quer a emancipação política da mulher, mas a emancipação dentro de um quadro familiar, propondo medidas legislativas que confirmam à filha, à mãe e à esposa mais direitos. Assim, ainda em 1876, a desconfiança, receio e hostilidade são tónicas presentes nas reacções a uma emancipação feminina e veja-se como o autor do artigo verbaliza as dúvidas do público: “Mas, perguntará o leitor, abrindo desmesuradamente os olhos, esse homem que pretende fazer da mulher? Quer mandal-a ao parlamento? quer vel-a de porta em porta implorando o voto dos eleitores? quer vel-a na cadeira dos ministros? quer finalmente que ella exerça todos os direitos politicos e que tome parte activa no governo? Mas este escriptor é um monstro? Quer subverter a familia, quer destruir, anniquillar a natureza feminina, em vez de esposas e de mães, quer apostolos, quer oradores, quer generaes!”¹⁴⁵ Num periódico feminino como o *Almanach das Senhoras*, já em finais da década de oitenta, quando se considera a questão de “levantar a posição de esposa e a condição da mulher”, tal preocupação passa pela implementação de direitos jurídicos idênticos aos do homem. Contudo, e de novo, não se põe em causa nem se secundariza o papel da mulher na família: “é preciso que o ensino da mulher tenha por objecto principal a familia, e sobre tudo o filho”¹⁴⁶. Com frequência e, como salienta Irene Vaquinhas, “É a partir do lugar da mulher na família – no caso concreto como mãe – que algumas reivindicações feministas se articulam, consideradas como extensões dos deveres femininos”¹⁴⁷.

¹⁴³ *Idem, ibidem*. O *bold*, da nossa responsabilidade, visa chamar a atenção para um discurso que ratifica os papéis sociais da mulher com base em características biológicas, com prejuízo ou omissão da componente intelectual de que o sexo feminino também é detentor.

¹⁴⁴ Cf. *Idem, ibidem*: “Abençoada a meiga companheira do homem que soube comprehender o fim da criação, e cooperar com Deus na obra de aperfeiçoamento da humanidade!”

¹⁴⁵ “Historia moral das mulheres”, por Ernesto Legouvé, em *O Commercio do Porto* de 25 de Maio de 1876. A obra *Histoire Morale des Femmes* (1849) conheceu uma grande difusão.

¹⁴⁶ “Atravez da Sciencia. A Mulher”, *Almanach das Senhoras para 1887*, Lisboa, Lallement Frères, 1886, pp. 77-79. Trata-se de um texto de sintética apresentação da obra *La Femme* de H. Tullie, a propósito da qual se traçam reflexões sobre a condição da mulher.

¹⁴⁷ Irene Vaquinhas – “A mulher e o poder. Os poderes da mulher. Visão histórica”, *“Senhoras e Mulheres” na Sociedade Portuguesa do Século XIX*, Lisboa, Edições Colibri, 2000, p. 49.

É dentro desta representação da mulher que surgem então incitamentos, no sentido de que faça determinadas leituras, concorrentes para uma maior tomada de consciência e compreensão da sua missão na sociedade, bem como advertências para que evite e recuse obras deletérias¹⁴⁸. Lembremos a defesa que se faz no espaço do folhetim à obra de Aimé Martin, *Éducation des mères de famille ou de la civilisation du genre humain par les femmes*, em reacção às resistências com que esta depara. Em crónica de Camilo Castelo Branco de 1857, a propósito da tradução desta obra por Gomes da Fonseca, aconselha Camilo: “Comprem as mães este livro, e abençoarão o author, que tanto as glorifica, e tantos segredos de felicidade lhes descobre. A esposa, que só vive dos filhos e para os filhos, a que sente de gelo o coração do pai, e vasio um espaço do seu, enchê-lo-ha de cuidados, e disvellos, e amores d’um novo quilate, alliando o magisterio á maternidade. Será mãe e mestra”¹⁴⁹. Observemos que o folhetim é aproveitado por Camilo Castelo Branco para denunciar situações várias, que se articulam com a leitura: a preferência pela leitura de romances, o diminuto número de mulheres que lêem e a prática de se ler de graça, através da circulação de um mesmo exemplar entre diversos leitores. Assim, a propósito da difusão do livro de Aimé Martin em Portugal, refere: “Raros exemplares deste livro monumental chegaram a nós. Era no tempo do *Judeu errante*, dos *Mysterios de Pariz*, das *Memorias d’um medico*, do *Conde de Monte Christo*, e de millesimas tisanas com que a França nos acalmava a febre dos romances. Os farrapões das letras despejavam essas pás de lixo nos toucadores das mulheres”¹⁵⁰. No mês seguinte, Camilo Castelo Branco volta a falar da obra de Aimé Martin para ilustrar a afirmação de que “é impossível insuflar no Porto o affecto dos livros”. Elogiando *Éducation des Mères de Famille*, ao dizer que merece “os suffragios das mães”, zurze o periódico *O Direito*, que alertara os pais para o facto de se tratar de uma

¹⁴⁸ Maria de Lourdes Lima dos Santos, na obra citada p.13, lembra que, nos manuais de civilidade, podem encontrar-se censuras ao romance enquanto leitura dissolvente, corrosiva e falsa.

¹⁴⁹ Camilo Castelo Branco - “Chronica”, *O Nacional*, 24 Agosto, 1857. Camilo, nesta crónica, também recomenda o livro às donzelas, mas não às que buscam o casamento por interesses meramente materiais. Relembremos a questão da ausência do amor no casamento e, obviamente, o casamento por interesse que esta passagem traz de novo à liça.

¹⁵⁰ *Idem, ibidem*. Em “Discurso proemial” a *Annos de Prosa*, Camilo Castelo Branco de novo chama a atenção para a presença acentuada da actividade de leitura no quotidiano feminino a qual assenta na escolha massiva de romances franceses, denunciando ainda a acção nefasta que tais leituras provocam: “Para cumulo do infortunio, Portugal é um paiz onde se está lendo muito. (...) A mulher actual é quasi sempre victima da rhetorica requentada do romance, que esteril peralvilho lhe encampa como cousa de sua alma” (*Annos de Prosa*, Porto, Typ. de Antonio José da Siva Teixeira, 1863, pp. 7 e 9, respectivamente).

“obra infernal destinada a corromper” os filhos. Diz então Camilo: “Porque não cortou direito ao seu fim o jornal censor? Diga que as mulheres não devem ler; que a missão da mulher é engordar os filhos e lavar-lhes a cara; que a missão da espôsa é velar as economias caseiras do carvão, e premunir-se contra as lograções da lavadeira. Isso assim é claro, e não incommoda o bom senso theologico, a philosophia, e as leis da crytica”¹⁵¹. Também em *O Ecco Popular* se recomenda a obra - muito embora ao público em geral -, seleccionando alguns extractos de *Éducation des Mères*, para mostrar que nada tem de ímpia, herética ou imoral, contrariamente à opinião duramente defendida por *O Direito*. Deste modo se responde a uma acusação infundada, no entender de *O Ecco*, que diz ser a obra “muito digna d’occupar as mais escolhidas livrarias, e de ser dada como conselheira a todos os que se dedicam ao bem estar da sociedade”¹⁵². O próprio texto poético chega mesmo a fazer-se eco desta obra francesa. Na verdade, o poema “Familia modelo” publicado no *Diario de Noticias*, em 1871, apresenta-nos a mãe como mestra dos seus filhos no lar e observa:

*De Aimé Martin sentença justa e recta
Lá diz que a educação não é completa
Se a mulher desconhece essa concreta
Sciencia, que o ménage em si comprehende.*¹⁵³

Na imprensa periódica, mas não no espaço do folhetim, surge, em 1851, pela pena de Mendes Leal, a publicitação desta obra como sendo de muito útil leitura no que concerne a uma preparação para o cumprimento da missão feminina na sociedade¹⁵⁴. Que tal obra terá sido considerada na época como obra de referência para todo aquele que se interessava pela educação feminina, disso parecem não restar dúvidas¹⁵⁵; que

¹⁵¹ Camilo Castelo Branco - “Não é chronica”, *O Nacional*, 7 Set., 1857. Este folhetim foi reproduzido no rodapé da *Revolução de Setembro*, a 18 de Setembro do mesmo ano. Como já tivemos o cuidado de observar, há uma circulação textual no periodismo que o folhetim testemunha; este é só mais um exemplo desse fenómeno de difusão multiplicada.

¹⁵² “Aimé Martin author da Educação das Mães de Familias”, *O Ecco Popular*, 23 Set., 1857. Este folhetim vai dar lugar a uma resposta de *O Direito*, à qual, por sua vez, *O Ecco* responde a 7 de Outubro de 1857. Este diálogo à distância entre periódicos é também ele revelador da atenção e interesse que a educação e o papel social da mulher suscitam no século XIX e, evidentemente, da vigilância que os periódicos exerciam entre si. No que à obra de Aimé Martin diz respeito, se é certo que o autor alerta para a necessidade de se legislar no sentido em que as mulheres se instruem para que possam instruir os seus descendentes, certo é também que Aimé Martin não põe em causa o padronizado equilíbrio de forças no seio da família.

¹⁵³ E. C. - “Familia modelo”, *op. cit.*

¹⁵⁴ J. da Silva Mendes Leal - “As Damas”, *A Semana*, vol. II, Jan., 1851, p. 9.

¹⁵⁵ Também no Brasil, a obra de Aimé Martin se terá constituído como tal nos meios liberais e republicanos. Cf. Maria Lúcia Spedo Hilsdorf - “Os anjos vão ao colégio. A educação feminina no Brasil (1850-1900)”, *op. cit.*, p.558. Presença actuante desta obra em Espanha é também

seria bem reduzido o número de mulheres que terão feito a sua leitura, parece ser também um facto. Porém, já em 1839, o periódico portuense *A Vedeta da Liberdade* publicava alguns capítulos traduzidos da obra de Aimé Martin sem qualquer indicação, no entanto, de que se tratava de uma versão, qual o nome do autor ou do tradutor, apenas o título levava à identificação da obra: *Da Educação das Mães de Família, e da Civilização do Genero Humano por as Mulheres*¹⁵⁶. Em 1873, Christovam de Sá recomenda *M.lle Giraud ma femme*, obra que sobressaltou, segundo ele, os “verificadores da alfandega da moralidade publica”, porque “é util e conveniente a sua leitura ás mães de familia e ás directoras de estabelecimentos de educação”, na medida em que se trata de um estudo de higiene social, embora se apresente “sob a modesta fôrma de uma acção romantica”¹⁵⁷.

No que concerne às opções de leitura com vista a uma boa educação do sexo feminino¹⁵⁸, textos há também que condenam a leitura de romances pelas ilusórias expectativas que criam e por despertarem censuráveis inclinações na mulher ou na menina em formação¹⁵⁹. “Educação das meninas”, no *Periodico dos Pobres no Porto*,

registada por M. Victoria Lopez-Cordon em “La literatura religiosa y moral como conformadora de la mentalidad femenina (1760-1860)”, estudo integrado em *La Mujer en la Historia de España (siglos XVI-XX). Actas de las Segundas Jornadas de Investigación Interdisciplinarias*, Madrid, Seminario de Estudios de la Mujer, Universidad Autónoma de Madrid, 1984, pp. 59- 69.

¹⁵⁶ Cf. “Da Educação das Mães de Família, e da Civilização do Genero Humano por as Mulheres”, *A Vedeta da Liberdade*, 27 Julho, 1, 5, 9, Ag., 11, 12 Set., 1839. Também Antero de Quental se socorrerá de Aimé Martin quando, em 1859, no periódico coimbrão *Preludios Litterarios* se pronuncia, dentro dos cânones em vigor, sobre a “Educação das Mulheres”, para valorizar o seu papel de mestre e educadora natural. Neste artigo, a imagem de mulher que aí se veicula é a de “um ente fraco, desvalido, apaixonado e nobre” que “merece de todos diferença e gasalhado” (Antero de Quental - *As Prosas de Antero de Quental*, sel., pref. e notas de Victor de Sá, Braga, Edições Futuro, s. d., p. 25).

¹⁵⁷ Christovam de Sá - “Amigas e peccadoras”, *A Revolução de Setembro*, 16 Fev., 1873. Esta obra é, aliás, uma tradução de Pinheiro Chagas, que surge com o título de que o folhetim se apropria.

¹⁵⁸ Ramalho Ortigão, nas suas *Farpas*, com frequência alerta para as leituras efectivas que não coincidem com as leituras aconselháveis para o sexo feminino. Em “A obra de Offenbach e o seu papel na arte - a noção do pudor”, texto de 1876, Ramalho reflecte sobre a distinção contestável e polémica entre leituras para homens e leituras para mulheres (*As Farpas*, vol. XV, *op. cit.*, pp.94-96).

¹⁵⁹ Na verdade, surge como algo de inegável a leitura de romances no quotidiano da mulher da época e múltiplos são os testemunhos de tal prática ledora. Respiguemos um, em verso, do *Periodico dos Pobres no Porto* de 17 de Setembro de 1839 (em **Anexos**, pp. 26-27):

*Correm da cama ao espelho,
E do espelho ás janellas;
Comem, dançaõ, cantão, tocão;
O seu manjar são novellas.*

é um dos vários textos que circularam no século XIX, no qual se recomendam obras e se aconselha a evitar tantas outras, atendendo às futuras funções da mulher, a de esposa e mãe: “Para recreio leia os contos moraes de Marmontel, a Moral em acção, as Recreações do homem sensível, e outras obras desta natureza. Quanto a novellas assás tenho dito o que sinto. Em meu humilde entender, e apadrinhado pelos mais respeitaveis moralistas, sou de opinião que devem ser vedados á mocidade por perigosas, quando não decididamente corruptoras”¹⁶⁰. A preocupação com a leitura de textos ficcionais podemos detectá-la, no mesmo periódico, através da publicitação que no folhetim se faz da carta enviada por uma senhora portuense, à *Revista Universal Lisbonense*, a propósito das obras publicadas na colecção *Bibliotheca das Damas*¹⁶¹. A autora da missiva mostra-se indignada com a falta de cuidado na selecção de escritos, numa colecção especialmente dirigida às senhoras, denunciando os atentados à decência e à religião presentes nalguns dos contos publicados. O articulista do *Periodico dos Pobres*, solidarizando-se por sua vez com a senhora portuense, comenta: “Uma menina por mais linda que ella seja, se se der à leitura de Paulo de Koch [*sic*], de Frederico Soulié, de Pigault-Lebrun e d’outros Apostolos da corrupção, pôde andar no Almanak dos Botequins, pôde merecer os elogios da rapasiada e gozar graciosas barretadas nos passeios e nos Theatros, mas esses mesmos que a incensão, são os que sem compaixão, e por simples tafularia a deprimem e desacreditão”¹⁶². O periódico portuense dará

A referência a tal prática aparece quase sempre acompanhada de uma atitude crítica e condenatória das leituras escolhidas, tornando-se mesmo uma constante no discurso normativo, moralizador ou correctivo, facto que, de resto, já não é novo. Com efeito, para o século XVIII, por exemplo, Maria Antónia Lopes observa essa ocorrência no seu estudo *Mulheres, espaço e sociabilidade. A transformação dos papéis femininos em Portugal à luz de fontes literárias (segunda metade do século XVIII)*, Lisboa, Livros Horizonte, 1989. Não são, no entanto, apenas vozes masculinas a adoptarem a denúncia e o aconselhamento, pois também algumas mulheres o farão como Guiomar Torrezão, que, em “A theoria do vestuario” de *No Theatro e na Sala*, Lisboa, David Corazzi-Editor. Empreza das Horas Romanticas, 1881, p. 289, aponta como uma das razões que impede a mulher portuguesa de cumprir correctamente a sua missão de esposa e mãe, a “leitura perigosa de romances dissolventes”.

¹⁶⁰ “Educação de Meninas”, *Periodico dos Pobres no Porto*, 15 Nov., 1843. Este artigo é reproduzido do periódico brasileiro *O Carapuceiro* (1837-1842). Em França, um acérrimo crítico do romance folhetim, Alfred Nettement, afirma a propósito da sua influência na mulher jovem: “Après avoir lu tant de romans, on finit par en faire” (*Études Critiques sur le Feuilleton-Roman*, vol. II, *op. cit.*, p. 473).

¹⁶¹ Cf. *Revista Universal Lisbonense*, nº14, 22 Dez., pp. 171-172.

¹⁶² “A Bibliotheca das Damas”, *Periodico dos Pobres no Porto*, 4 Jan., 1843. O folhetim constrói-se com base na reprodução de um texto publicado por outros e no comentário que tal texto suscita. Encontramos, neste número do *Periodico dos Pobres no Porto*, um exemplo da capacidade que o folhetim tem de potenciar a difusão de um texto junto do público, fenómeno comum no periodismo oitocentista sobretudo da primeira metade do século.

porém direito de resposta ao editor da *Bibliotheca das Damas*. O editor, como defesa e para reparação dos danos que tal publicidade conferia à coleção, dá indicações, nalguns casos detalhadas, sobre as diferentes obras e só encontra como explicação, para as opiniões proferidas, a falta de atenção na sua leitura e no seu entendimento. As obras editadas eram afinal *O Trylby*, *Ignez de las Sierras*, *O Filho do Titiano*, *A Jovem Siberiana*, *Colás*, *A Noite de S. Silvestre*, *As Duas Amadas* e *O Pachá de Buda*. Contudo, se algo se diz quanto aos conteúdos das obras de carácter sentimental ou histórico, nem uma palavra se profere para indicar os seus autores¹⁶³. A realidade que subjaz a estas críticas censórias na leitura de romances prender-se-á afinal com uma imagem da mulher leitora agora ameaçada e que passava por uma vida de interior, em que a religião e a família orientavam as leituras a escolher: obras de devoção, de moral ou com fins educativos. Também em França vozes se levantam contra as leituras romanescas a que a mulher se entrega e, particularmente, contra a leitura do romance-folhetim. Alfred Nettement, em *Études Critiques sur le Feuilleton-Roman*, alerta o homem para que se precavenha dos atentados à ordem familiar, salvando a felicidade doméstica, pois, caso contrário, “Quand le moment arrivera, vous croirez trouver un bon avis, et vous ne rencontrerez plus qu’une intelligence égarée par les exagérations passionnées et romanesques de cette littérature qui fausse les idées et les sentiments, qui substitue au monde réel un monde de convention; vous viendrez vous heurter contre un esprit nourri d’erreurs, abreuvé de sophismes et d’illusions”¹⁶⁴. Uma nova imagem da mulher leitora se vai impondo, intimamente ligada à imagem estereotipada da mulher-sentimento, da mulher-imaginação, da mulher que não se caracteriza pelo intelecto e por isso se entrega a leituras ligeiras. Tais críticas têm a ver igualmente com a sedimentação da leitura silenciosa e extensiva que ocorre no século XIX e resulta de um processo iniciado séculos antes, leitura que se faz na esfera do privado, numa experiência solitária, escapando por esse motivo a um controlo eficaz, gerando resistências e receios naqueles que tradicionalmente o exerciam.

O destino doméstico da mulher, cuja existência decorre em função do homem, está, contudo, ainda bem presente no final do século¹⁶⁵ e Cecília Barreira, em *História*

¹⁶³ “Correspondência”, *Periodico dos Pobres no Porto*, 10 Jan., 1843.

¹⁶⁴ Alfred Nettement - *Études Critiques sur le Feuilleton-Roman*, vol. II, *op. cit.*, p. 449. A mulher é aqui apresentada como “le bon génie du foyer domestique, l’ange du conseil (...) elle a l’auctorité par l’influence”.

¹⁶⁵ Embora de cariz humorístico, lembremos o texto de Alberto Pimentel “A Mulher”, publicado no *Diario de Noticias* a 17 de Março de 1893, no qual o autor discorre sobre a dificuldade

de *Nossas Avós (Retrato da Burguesa em Lisboa 1890-1930)*, mostra, claramente, que o papel da mulher no lar é ainda a vocação, culturalmente imposta, no sector feminino da população portuguesa dentro de uma classe burguesa¹⁶⁶. A publicação, em 1891, na *Ilustração*, de um texto de Rafael Nevada, intitulado “A menina burguesa” e que funciona como uma “physiologia” e tipologia da menina casadoira, ilustra, de modo elucidativo, esta questão. O mote é desde logo dado quando se principia por afirmar, “Da educação da mulher, depende quasi, senão completamente a felicidade do homem. // Ora, em Portugal, mas principalmente em Lisboa, a mulher, em geral, não é *bem educada*, isto é, a sua educação não está em relação com a vida que a espera depois de casada”¹⁶⁷. Neste escrito, de aparência ligeira, denunciam-se as causas que levam ao grande número de casamentos “desgraçados”¹⁶⁸ em Lisboa e que têm por base erros educativos irreparáveis. A menina *romântica* ou *sonhadora*, que acaba por não casar ou por se suicidar, é seriamente condicionada pelas leituras não orientadas, feitas dos quinze aos vinte anos e que lhe apresentam uma visão idealizada da vida e da figura masculina que entrará em profundo contraste com a vida real, gerando inadaptação. Já a menina *coquette*, saída do colégio aos doze anos, para não se tornar *literata*, escreve

masculina em escolher uma companheira, tendo em conta os diferentes tipos de mulher - belas e feias, novas e velhas - procurando mostrar vantagens e desvantagens que cada um desses tipos apresenta. A mulher, que aqui surge, é apenas aquela que visa encontrar um marido e que vive em função do homem numa atitude de espera, pois o homem é afinal o senhor que dita o seu destino. A publicação deste texto, a sete anos do final do século, com este conjunto de conteúdos, não é ainda sentido, à época, como anacrónico.

¹⁶⁶ Cf. Cecília Barreira - *História das Nossas Avós (Retrato da Burguesa em Lisboa 1890-1930)*, Lisboa, Edições Colibri, col. “Sociedade & Quotidiano”, p. 16. Ainda em “Introdução” escreve a autora: “Que mulher burguesa, a de final de século? Com uma educação sobretudo familiar, em trânsito entre a casa dos pais e a do marido, a nossa burguesa é a coqueluche de um espaço doméstico, mãe e procriadora. Não um ser pensante, com interesses variados para além da modista, da casa e das mundanidades”. Que tais funções femininas continuarão a perdurar por muito tempo, mostra-o também Maria Helena Vilas-Boas e Alvim em *A Moda e a Beleza Feminina no Portugal da 1ª República: “Conselhos e Alvitres (Modas & Bordados, 14 de Fevereiro de 1912 a 29 de Dezembro de 1926)*, Porto, Diss. de Mestrado, 1997. O periódico *Modas & Bordados*, dirigindo-se a leitoras da pequena e média burguesia, veiculava o seguinte modelo de mulher: “Mulher que deveria ter o culto da beleza - a sua e a do seu lar, para que nele crescessem, saudáveis e felizes, os filhos havidos do matrimónio. Em que pontificava o marido, objecto primeiro dos desvelos e esforços da esposa, que para ele se deveria cultivar física e espiritualmente” (*op. cit.*, p. 227).

¹⁶⁷ Raphael Nevada - “A menina burguesa”, *A Ilustração*, vol. VIII, nº 168, 1 de Maio, 1891, p.123. Veja-se a obra de Maria Amália Vaz de Carvalho publicada em 1891 na qual se emitem opiniões similares.

¹⁶⁸ *Idem, ibidem*. Décadas antes, em 1876, Ramalho Ortigão denunciava como causa do grande índice de divórcios o papel decisivo dos livros, dos dramas ou das óperas, na construção de um quadro de realização amorosa não coincidente com a realidade da vida (cf. “A estatística dos divórcios, o casamento, o namoro”, *As Farpas, op. cit.*, pp. 23-26).

e lê mal, não faz uma soma sem erros, apenas tem prendas de mãos e “Na educação que recebeu nos collegios baratos da capital, nada lhe ensinaram de util e sensato, mas sim futilidades que lhe conservam o cerebro completamente vazio de idéas”¹⁶⁹. Depois, há ainda a menina *ambiciosa* cujo objectivo na vida é casar com um homem rico e a menina *caprichosa* que, por despeito, ao ser preterida em favor de outra, casa com o primeiro pretendente que lhe aparece. Enfim, a mulher aqui retratada apresenta-se com falhas educativas consideráveis e completamente desprovida de maturidade emocional e intelectual¹⁷⁰. E uma nova centúria aproxima-se!

A análise da situação da mulher portuguesa e a sua “*falsa e errada educação*”¹⁷¹ parece ser um assunto que preocupa de perto Rafael Nevada, que, no mesmo ano, se debruça sobre um outro segmento da população feminina, a mulher do povo¹⁷² e da burguesia pobre, insistindo na preparação que deveria ter para poder exercer uma profissão¹⁷³. Múltiplos são os motivos de interesse a salientar nesse texto e que apontam para os papéis sociais da mulher, os papéis efectivos e os papéis potenciais: a mania

¹⁶⁹ *Idem, ibidem*. Já em 1877, Ramalho Ortigão criticava o ensino ministrado nos colégios femininos em “A educação das mulheres - meninas examinadas no liceu - suas mestras”, *As Farpas*, vol. VIII, *op. cit.*, pp. 121-134, farpa na qual também opina sobre os *curricula* adequados à educação da mulher.

¹⁷⁰ A preocupação que marca todo o século, em torno da educação da mulher, e a consciência de que é preciso implementar acções educativas que reduzam esse estado de *deficit* em que o sexo feminino se encontra, manifesta-se, por exemplo, na publicação de obras em torno dessa questão como aquela de que dá notícia *O Occidente*, no vol. XIII, nº 416 de 11 de Julho de 1890, p. 159, obra de Alfredo de Campos, *A Missão da Mulher*. Desta obra se diz que o autor “Faz um livrinho de propaganda elementar, para escolas, propaganda de instrucção; e em menos de setenta paginas consegue expor o que deve ser a mulher como *esposa, filha, mãe, no lar, pelo amor, na sociedade, sua influencia nas gerações futuras, emancipação, e sua missão*”. Regista-se também que os capítulos contêm epígrafes da obra *Mulheres e Creanças*, de Maria Amália Vaz de Carvalho, “uma senhora que tanto se tem dedicado pela educação da mulher no nosso paiz”.

¹⁷¹ Raphael Nevada - “A mulher portugueza”, *A Illustração*, 1891, p. 62.

¹⁷² Também em “Revista da Semana”, assinada por M., de *A Revolução de Setembro*, 19 de Agosto de 1882, se aborda a questão da educação da filha do povo nos asilos e, para além de se criticar a falta de preparação para o exercício de uma futura profissão e uma adaptação ao que será a sua vida quotidiana, põe-se precisamente em relevo, tal como o fará Rafael Nevada, o facto de se lhe inculcir “toda a especie de aspiração absurda, sem lhe dar ao mesmo tempo meio algum de as satisfazer”. O que no asilo se ensina à menina é a ler, escrever e todo um conjunto de prendas de mãos.

¹⁷³ Já quase no final da última década do século XIX, a 11 de Abril de 1897, *O Commercio do Porto* publica um artigo de fundo intitulado “Educação profissional feminina”, chamando a atenção para o atraso do ensino dirigido à mulher e observa-se: “Se na instrucção litteraria são falhos os recursos, que, geralmente, se ministram, o ensino profissional para o sexo feminino encontra-se em tão embryonaria situação, que melhor será dizer que não existe. Formar boas operarias, boas serviçaes, experimentadas donas de casa - isso tem parecido aspiração demasiadamente ridicula para occupação dos espiritos nacionaes”.

portuguesa em educar as filhas para *meninas fidalgas*, seja qual for a sua extracção social, e que as faz, mais tarde, tomar como modelo as senhoras da sociedade elegante¹⁷⁴, valorizando exclusivamente a aparência social; a responsabilidade culposa das mães na orientação das suas descendentes – e de novo a mulher é-nos apresentada como tendo a tarefa de educar moralmente os filhos, sendo o seu espaço o do lar, dando o texto testemunho de uma visão da mulher que percorre todo o século, a da mãe educadora – atenuando e quase ilibando a responsabilidade paterna: “Seja porém dicto em honra da verdade, que são sempre as mães, as culpadas d’estas falsas educações. //Os paes estão no officio, nas lojas, no trabalho emfim, e deixam por simples ignorancia ou desleixo, a educação das filhas, entregue completamente ás mães”¹⁷⁵. Por fim, relevemos a quase inevitável comparação com a mulher estrangeira, a parisiense, mas a parisiense que exerce a função de caixeira, profissão que Rafael Nevada considera ser uma saída profissional de futuro para as mulheres que não pertencem à classe endinheirada. E, curiosa e pertinentemente, o autor chama a atenção e sugere que a mulher ou a filha do industrial deve coadjuvar o marido e pai, propondo então uma via de abertura ao exterior, no mundo do trabalho, que afastaria este tipo de mulher da preocupação fútil de querer parecer *senhora nobre*. Em 1888, Oliveira Martins, um defensor da presença do sexo feminino na esfera do privado, afirmará da mulher desprovida de recursos: “Não é ridícula, não é anti-estética a mulher porque trabalha: pelo contrário, muitos dos trabalhos dos homens estariam a pedir substituição, já que a fôrça das cousas lança constantemente sôbre as calçadas das cidades enxames de mulheres sem eira nem beira”¹⁷⁶. A consideração do exercício de uma actividade surge apenas como a solução encontrada para resolver um problema social e em função de um segmento específico da população feminina.

¹⁷⁴ Cf. Raphael Nevada - “A mulher portuguesa”, *op. cit.*: “A mulher do povo em geral, ao vêr que a filha copia as meninas da classe mais elevada, applaude e concorre assim para que ella fique n’uma tão falsa posição, que a afasta da gente do povo, e igualmente da burguezia rica, que foi tomada como modêlo”.

¹⁷⁵ *Idem, ibidem*.

¹⁷⁶ Oliveira Martins - “Mulheres-homens”, *op. cit.*, p. 165. Neste artigo saído no *Reporter*, em 1888, Oliveira Martins indica áreas e actividades específicas para o sexo feminino: a composição tipográfica, as boticas, as estações postais e telegráficas, as lojas de modas. Oliveira Martins acrescenta ainda: “Em vez de se fazerem doutoras, neste nosso modo de ver fôssil e bárbaro, era melhor fazerem-se caixeiras, fazerem-se compositoras, fazerem-se boticárias, fazerem-se tudo, menos essa ridícula contrafacção de homens” (*op. cit.*, pp. 165-166).

Se censuras existem à não consciência da mulher portuguesa, no que diz respeito a uma progressão cultural, a verdade é que a postura masculina passa por valorizar o belo do *belo sexo* e a educação e instrução, a nível oficial e particular, está orientada nesse sentido¹⁷⁷. Para se apresentar em sociedade, a mulher elege como prioridade a construção da sua imagem¹⁷⁸. Faceta dominante na visão que se tem da mulher e a não desprezar é, pois, a que passa pela valorização de uma dimensão estética - não é por acaso que se lhe chama o *belo sexo* e nos textos por nós citados a designação abunda - e, por consequência, a sua educação faz-se no sentido de potenciar a sua beleza para agradar ao sexo masculino¹⁷⁹, até porque o destino da mulher, lembremo-lo, direcciona para o casamento¹⁸⁰. Por esse motivo, a moda tem uma importância considerável para a mulher burguesa que tanto se interessa pelo que de novo surge em Paris¹⁸¹. Estar à

¹⁷⁷ Cf. o “Discurso sobre a Educação” de António Ribeiro da Costa, por ocasião da distribuição de prémios aos alunos do colégio de S. Carlos, e publicado em folhetim de *O Primeiro de Janeiro* de 28 de Dezembro de 1877. Neste discurso, observa-se a dado passo: “A educação actual sacrifica muito o util ao agradável. (...) os estudos de ornato e de luxo levam de vencida, principalmente no sexo feminino, os estudos uteis”.

¹⁷⁸ Em 1867, Júlio Dinis, na voz de Diana de Aveleda, denunciara a demissão por parte da mulher no que respeita ao papel de mãe e de educadora dos seus filhos a favor de uma vida social mais intensa, em “Cartas à vontade” publicadas no periódico *Mocidade* (cf. *Obras de Júlio Dinis*, vol. II, Porto, Lello & Irmão – Editores, s.d., pp. 752-759).

¹⁷⁹ Cf. O Padre Serapião d’Algures - “Carta do Padre Serapião d’Algures ao Chronista do Porto”, *O Chronista*, 12 Fev., 1853, que diz da mulher: “O fim maximo, principal, exclusivo é - agradar - e para agradar não se importam com nos metterem gato por lebre. // E’ ainda para - agradar - que desde que se levantam da cama pela manhã até o *consumattum [sic] est*, e poderem sahir do toucador, passam por milhares de methamorphoses. A côr, por exemplo, é modificada e decomposta muitas vezes pelo seu prisma particular, afim de poderem escolher a *dominante* segundo o tom, mania ou gosto, concluindo a transfiguração por se vestirem com a mais rigorosa observancia, e sem discreparem um ponto da pragmatica dos figurinos, contra a natureza, e contra a saude”. Sob a capa da pseudonímia, encontra-se Xavier Pereira de Freitas Beça.

¹⁸⁰ Cf. Manuel Roussado - “As mulheres e as noites (Imitação)”, *op. cit.*, o qual observa: “A sua constituição é a belleza, seus principios o matrimonio; é perfeitamente pratica a sua politica; aceitam quasi sempre os melhores partidos”. Também o folhetim do mesmo autor “O ridiculo do namoro”, do *Diario Popular*, 18 Jan., 1868, descreve a pseudo-educação com vista ao casamento. Cf. ainda “Banhos”, *O Primeiro de Janeiro*, 24 Julho, 1869. Nesta crónica humorística, o autor anónimo, pretensamente a favor da carreira pública das mulheres, preconiza uma reunião em congresso do belo sexo. Eis dois dos artigos consignados em decreto pelas senhoras e que mostram de forma inequívoca que a vida da mulher tem como alvo o casamento: “Art. 1º As senhoras estudarão noite e dia o modo de melhor encantar os cavalheiros. Estudarão ao espelho a maneira de seducção possivel sob pena de ficarem por casar”. E atentemos ainda no Art. 3º: “Nenhum cavalheiro, em quanto houver senhoras que o raptarem, poderá ficar solteiro”. Observemos, de passagem, que este folhetim é um bom exemplo da estrutura coloquial, por nós realçada no capítulo de caracterização da crónica-folhetim.

¹⁸¹ Como diz Izabel de Grosbois em “Carta acerca de modas” de *O Commercio do Porto*, a 30 de Março de 1861, “Paris dá a moda, como Roma dá as indulgencias, á cidade e ao mundo - *urbi et orbi*”.

moda e tirar partido dela pode constituir-se como instrumento de sedução¹⁸² ou como meio de cativar o marido (ou o amante?)¹⁸³ e, na verdade, é também um modo de exercer um certo tipo de poder¹⁸⁴; a mulher transforma-se, ela própria, em adorno da figura masculina¹⁸⁵. Porém, é o próprio discurso masculino sobre a mulher que, com frequência, hipervaloriza essa mesma dimensão, muito embora também nele se registre uma crítica à excessiva importância que à moda se dá. Tomemos a título ilustrativo dois folhetins publicados no *Diario de Noticias*, “Eu amo a mulher... no inverno, detesto-a no verão!” e “Falla-se a respeito das duas metades do genero humano”. Nestes dois escritos, o discurso sobre o feminino gira em torno da moda. No primeiro caso, o seu autor defende que a *toilette* usada pela mulher quando se encontra a banhos destrona a sua beleza e, por esse motivo, critica ferozmente a sua adopção¹⁸⁶; no segundo, Mariano Froes reflecte sobre a correcção e legitimidade das designações de *sexo forte*, *sexo frágil*, *sexo fraco* ou *sexo delicado* que considera completamente desprovidas de fundamento ou, como afirma, “uma grande peta”. Ora, apesar de se tratar de um folhetim de cariz humorístico, que deve ser lido com as devidas cautelas, atentemos no tipo de argumentos aduzidos para denunciar o logro em que o homem se encontra, tolamente cioso do seu poder, porque supostamente detentor da força:

Para se provar a quanto chega a força do sexo fraco, basta que se faça inventario dos objectos que uma senhora põe em cima de si quando sae á rua. (...) Uma cuya de cabello francez, pesando pelo menos 2 kilos;

¹⁸² Lembremos a análise certeira de Eça de Queirós em farpa sobre o adultério, de Outubro de 1872, em *Uma Campanha Alegre*, *op. cit.*, p. 395: “Hoje a mulher é educada exclusivamente para o amor - ou para o casamento, como realização do amor. (...)// Educa-se-lhe primeiro o corpo para a sedução. Não pela ginástica - isso agora apenas começa vagamente, como uma imitação inglesa - mas pela *toilette* (...)”.

¹⁸³ Cf. Izabel de Grosbois - “Carta ácerca de Modas”, *O Commercio do Porto*, 1 Fev., 1861: “Eu bem sei que muita gente ri d’essas exigencias da moda e que ha quem prefira a tudo a mais desenxovalhada sem-ceremonia. Pois riem-se da bõa philosophia sem o saberem e preferem a tolice ao bom-senso. Depois, quando acontece algum desastre domestico, quando á força de desleixo chegam a desagradar a quem mais desejavam parecer bem, queixam-se. Queixem-se do seu pouco cuidado. O desalinho faz parecer mal e quem parece mal deixa de agradar. Os resultados são notorios, infelizmente”.

¹⁸⁴ A importância atribuída ao casamento, na vida da mulher, leva Virginia Woolf a considerá-lo uma profissão, afirmando: “Since marriage until the year 1919 - less than twenty years ago - was the only profession open to us, the enormous importance of dress to a woman can hardly be exaggerated. (...) dress was her chief, perhaps her only, method of becoming Lord Chancellor” (*Three Guineas*, *op. cit.*, pp. 37-38).

¹⁸⁵ Georges DUBY, em *Imagens da Mulher*, *op. cit.*, p. 20, observa que “A história das imagens da mulher está assim estreitamente ligada à história da moda”.

¹⁸⁶ Cf. “Eu amo a mulher... no inverno, detesto-a no verão”, *Diario de Noticias*, 2 Set., 1865. O nome do autor do folhetim encontra-se ilegível devido ao estado um pouco degradado do jornal.

(...)Um collete ou espartilho, com barbas de metal, ilhoses de metal, atacadores de metal;
 Uma saia de baetilha;
 Quatro ditos com 2 kilos de gomma pelo menos; (...)Um longo e roçagante vestido, cauda de cometa, 30 metros de fazenda pelo menos(...)187.

Outros aspectos há em que o sexo feminino dá provas da sua força e que são ainda trazidos à colação: a dançar, a falar, a namorar, a tomar banhos, a gastar dinheiro, a ter ciúmes, em curiosidade, em casquilhice, em beleza, em espírito, em graça, em animação, em amor¹⁸⁸. De novo, a imagem da mulher aqui veiculada enquadra-se perfeitamente dentro dos cânones, ligada a traços de futilidade, de ócio e divertimento. Curiosamente, poucos dias depois no mesmo jornal, o folhetim dá, sob a aparência de notícia, a criação, em breve, de um clube feminino. Trata-se, na verdade, de um texto, também ele humorístico, com intuitos de caricatura, em que se registam alguns dos diferentes artigos de que os estatutos são compostos; interessante é verificarmos que, na sua maior parte, dizem respeito a questões de moda. O artigo 5º reza assim: “Para poder fazer parte do nosso club exige-se mocidade, belleza, elegancia pessoal, e nenhum atavio postiço. A saia balão é considerada até certo ponto como um contrapeso de formosura. Não é permittido a nenhuma societaria o uso do tabaco. Por derogação a este preceito as avós poderão tomar tabaco aos sabbados”. Os artigos versam ainda sobre o namoro e, enigmaticamente um deles proibe as “elegantes societarias” de escreverem romances¹⁸⁹.

Que na sociedade da época se fará sentir uma atitude de crítica ao império da moda, ilustra-o ainda um folhetim de Manuel Roussado e outro de Sybille Marie, ambos difundidos pelo *Diario Popular*. Manuel Roussado, em tom ligeiro, denuncia as consequências funestas da moda que atentam contra a felicidade das famílias, pois “A Moda é o luxo; o luxo, que é a tentação das mulheres, o desespero dos paes, o assombro dos namorados. (...) A Moda preverte os costumes, enfraquece as ligações da familia, e affrouxa os impulsos generosos da virtude”¹⁹⁰. Em “Modas” de Sybille Marie igualmente se dá testemunho do estado da questão à época: “Eu confesso que não

¹⁸⁷ Mariano Froes - “Falla-se a respeito das duas metades do genero humano”, *Diario de Noticias*, 28 Jan., 1866.

¹⁸⁸ Cf. *Idem*.

¹⁸⁹ Cf. “Club Feminino. Reforma do bello sexo”, *Diario de Noticias*, 6 Fev., 1866 (em **Anexos**, p.187).

¹⁹⁰ Manuel Roussado - “A Moda”, *Diario Popular*, 12 Fev., 1867.

compreendo o sorriso de desdem com que os homens reprovam o entretenimento favorito das senhoras, que é fallarem em modas, logo que para isso se lhes proporciona ocasião”. Importante é este texto para nós, sobretudo pelo que ele revela acerca do que é permitido ou vedado ao sexo feminino:

*Proibem ás senhoras tudo quanto seja um pensamento mais serio, uma opinião mais ousada, uma ordem de occupação mais importante, do que a que lhes está marcada pela rotina. As que transgridem essa lei escapam raras vezes á classificação de preciosas ridiculas. Os homens em geral não gostam de que as mulheres pareçam intelligentes. Aquellas a quem a desgraça fez taes devem confessar, se as não cega a vaidade, que ha quasi sempre uma porção de censura mais ou menos ligeira nas homenagens que occasionalmente recebeu*¹⁹¹.

Sendo assim, deixem pelo menos às mulheres ocuparem-se da moda, é a opinião e o pedido que a autora então faz, num folhetim que depois se entrega à tarefa de dar informações sobre o que está em uso. A observação de Eça de Queirós de que “Em Portugal, as mulheres, excluídas da vida pública, da indústria, da literatura, de quase tudo, pelos hábitos ou pelas leis, ficam apenas de posse de um pequeno mundo, seu elemento natural - a família e a *toilette*”¹⁹², é diagnóstico que lança luz para o interesse da mulher em torno da moda.

A eleição de uma dimensão estética através da qual a mulher é vista está recorrentemente presente. Assim, não só a crónica, ao fazer por exemplo a revista de um baile, dá conta dos vestidos das senhoras, como o próprio espaço do folhetim se abre a rubricas especificamente dedicadas à moda e, nos jornais por nós consultados, tal facto ocorre em particular nos anos sessenta de Oitocentos¹⁹³. Esta invasão do jornal

¹⁹¹ Sybille Marie - “Modas”, *Diario Popular*, 11 Março, 1868. Dois dias depois, a 13 de Março, Eduardo Augusto Vidal publica, no mesmo jornal, “Reflexões sobre os figurinos (Memoria Academica)”, texto de cariz humorístico em que situa no tempo a origem da moda e caracteriza o seu império.

¹⁹² Eça de Queirós – *Uma Campanha Alegre*, *op. cit.*, p. 334.

¹⁹³ Talvez como forma de cativar leitoras e, por certo, em resposta à rubrica “Carta ácerca de Modas” de *O Commercio do Porto*, *O Nacional* introduz, por vezes, no folhetim esse tipo de rubrica. Tome-se como exemplo o “Correio das Modas”, carta enviada de Paris e assinada pela Viscondessa de Renneville (conhecida cronista de modas em vários jornais franceses e estrangeiros), de 27 de Fevereiro de 1863 e as reproduções do *Monitor Portuguez*, de 8 de Fevereiro e 7 de Março de 1864, cartas sobre modas dirigidas à sr^a D. Christina de Avellar Calheiros por Margarida de Athaide. Segundo o *Dicionário do Romantismo Literário Português*, coord. Helena Carvalhão Buescu, Lisboa, Editorial Caminho, 1997, p. 471, Margarida de Athaide tratar-se-ia de um pseudónimo adoptado por Manuel Pinheiro Chagas que através do *Monitor Portuguez* encetaria uma troca epistolar com Teixeira de Vasconcelos, travestido na *Gazeta de Portugal* em D. Christina de Avellar Calheiros. Tal incursão no domínio da pseudonímia feminina não teria sido única, tendo em conta o que refere Ernesto Rodrigues em *Mágico Folhetim. Literatura e Jornalismo*, *op. cit.*, p.148: Pinheiro Chagas terá

pela moda é já conquista de visibilidade pública do sexo feminino. Como diz com felicidade Michelle Perrot, “Le linge est du côté de l’intime, le vêtement du côté du public”¹⁹⁴. *O Commercio do Porto* manterá, durante os primeiros anos da década, a “Carta ácerca de Modas”, assinada por Izabel de Grosbois, tratando-se de cartas enviadas de Paris¹⁹⁵, como convinha a uma sociedade que tomava como modelo tudo o que de lá vinha¹⁹⁶, e que apresenta, como peculiaridade, as interrogações da suposta autora sobre as diferenças entre a realidade portuguesa e a realidade francesa, quer no que respeita a formas de conduta da mulher, quer em relação à vida social de um e outro país. Izabel de Grosbois não se limita a dizer um universo francês, mas mostra-se atenta perante a diversidade que sabe ou pressente existir noutra país¹⁹⁷.

O fosso entre as realidades francesa e portuguesa, que Izabel de Grosbois deixa entrever nas suas crónicas, era todavia bem maior cerca de uma meia dúzia de anos antes, quando Júlio César Machado afirmava em *A Revolução de Setembro*:

Não! Em Portugal não existe o typo da mulher da moda. Vivem nesta santa cidade de Lisboa, que segundo a expressão de Duarte Novaes de Leão - é um reino por si só, algumas damas elegantes, que se vestem sofrivelmente, que possuem um apreciavel caleche, e uma airosa americana, que riem sem rebuço aos calembourgs [sic] um pouco equivocados de mais de qualquer vaudeville do theatro francez, e que levam a instrucção a ponto de tagarelarem sobre diversas questões economicas, politicas, e litterarias, com grande offensa ao senso commum, e

assinado uma crónica de modas como Clotilde Z., em *Revista Contemporanea de Portugal e Brazil*.

¹⁹⁴ Michelle Perrot - “Pratiques de la mémoire féminine”, *Les Femmes ou les Silences de l’Histoire*, *op. cit.*, p. 16. A importância de que a moda se reveste na vida da mulher justifica plenamente a afirmação da historiadora quando afirma que “La mémoire des femmes est costumée”.

¹⁹⁵ Estas *Cartas* apresentam notas do tradutor, o correspondente político de *O Commercio do Porto* e destinatário dessas epístolas. No prólogo a *Cartas de Paris* (1908), colectânea de folhetins de Teixeira de Vasconcelos publicada postumamente, afirma-se ser Izabel de Grosbois mais um pseudónimo de Teixeira de Vasconcelos que, por essa época, enviava folhetins para *O Commercio do Porto*, adoptando pseudónimos vários.

¹⁹⁶ Imana - “Revista de Modas. Cartas a Julia”, *O Nacional*, 3 Abril, 1851. Neste texto, reproduzido do *Clamor Publico*, fazem-se referências à importação de Paris de elementos ligados ao mundo da moda. Também nos textos de Margarida de Athaide, por nós já referidos, o mesmo acontece. Tomemos como exemplo a carta de 8 de Fevereiro de 1864, em que se diz: “Mas como por fim de contas a moda é uma rainha despotica, á qual nós, as senhoras, caímos em prestar juramento de fidelidade, e, como também as minhas leitoras hão de encontrar aos penteados, que lhes vou descrever, alguns a que o seu bom gosto se ha-de ver obrigado a prestar homenagem, passo a enumerar as mais graciosas que encontro nas gravuras dos jornais francezes”. Mencionemos, por fim, as “Cartas Parisienses” de Blanche d’Hermonville, saídas em folhetim do *Diario Illustrado* no ano de 1874, exemplo claro através da proveniência dos conteúdos veiculados e da alegada nacionalidade de quem assina os textos do modelo francês que Portugal seguia.

¹⁹⁷ Cf. Izabel de Grosbois - “Carta ácerca de Modas”, *op. cit.*, 13 Março, 1861.

*irreverente emulação aos que requerem o mais parco dos empregos - ser sabio! //Mas é preciso ve-las para a gente se lembrar dellas! Mas não se arruinam em agua de rosas; mas não hesitam em sair de casa antes da uma hora da tarde, mas não comprehendem o prazer das corridas, e choram nas toiradas durante o intervallo dos pretos!*¹⁹⁸

E que terá havido, nesta época, por parte da mulher portuguesa endinheirada uma mudança no que respeita a uma maior atenção à moda que lhe chegava em notícia, com a sua conseqüente imitação, revela-o, por certo, a tradução e publicação em 1859, no espaço do folhetim, de um texto de Alphonse Karr, *O Ridículo das Modas*, em que o autor francês dá a palavra a uma senhora, denunciando e criticando assim os excessos a que o respeito pela moda conduz¹⁹⁹. Aliás, é nos primeiros anos da década de sessenta que vemos surgir com maior recorrência no espaço do folhetim opiniões que vão no sentido de reprovar os excessos femininos neste domínio.

Na rubrica de Izabel de Grosbois, descrevem-se vestidos, chapéus²⁰⁰ e penteados com pormenor, e indicam-se quais os acessórios mais na moda e próprios para diferentes ocasiões – existem trajes para estar em casa e receber ou os trajes de passeio, por exemplo –²⁰¹, mas dão-se também conselhos básicos que devem presidir aos cuidados da *toilette* e refiramos apenas um: “Grande simplicidade, bôa escolha de côr e bom corte, são os pontos principaes da *toilette* feminina, no que diz respeito aos

¹⁹⁸ Julio Cesar Machado - “Tomar banhos! Revista das barcas”, *A Revolução de Setembro*, 21 Out., 1854. Neste mesmo folhetim, o autor interroga-se sobre o porquê desta terra não ter produzido ainda a mulher da moda. Que de todo o modo existia bem antes uma imagem de mulher mundana, fútil, leviana e preocupada com a moda, associada a uma classe elevada, parece ser um facto quando deparamos, por exemplo, com “As senhoras de grande tom”, no *Periodico dos Pobres no Porto*, a 15 de Novembro de 1842, artigo extremamente crítico, cujo objectivo é chamar a atenção da mulher de juízo, provavelmente de uma classe média ou média-baixa, para a vocação feminina da maternidade e para uma vida de recato doméstico. Já em “Revista da Semana” de *A Revolução de Setembro*, 2 de Abril de 1861, Júlio César Machado dará conta, com agrado, da transformação operada na mulher portuguesa, agora atenta à moda e cultivando-a, quando nos fala na ida das senhoras às igrejas, pela semana santa, optando pelo chapéu em vez da tradicional renda preta ou mantilha e atentando assim contra a austeridade ou sisudez do nosso povo.

¹⁹⁹ Cf. Alphonse Karr - “O Ridículo das Modas”, *O Ecco Popular*, 23 Nov., 1859.

²⁰⁰ Cf. Izabel de Grosbois - “Carta ácerca de Modas”, *op. cit.*, 15 Dez., 1860, carta quase toda ela dedicada a este acessório.

²⁰¹ Cf. Izabel de Grosbois - “Carta ácerca de Modas”, *op. cit.*, 1 Fev., 1861: “Uma elegante de Pariz veste-se umas poucas de vezes por dia. Robe-de-chambre ao levantar-se. Vestido simples para o almoço. *Toilette* singello para sahir a compras. *Toilette* mais complicada para passeio. Outra para o jantar e finalmente a *toilette* de baile ou teatro. E todas estas mudanças são indispensaveis e ás vezes de grande influencia na vida! E mais não o parecem”. Este folhetim dá também conta da moda para homem e criança. Igualmente, em folhetim de 8 de Junho de 1861, se trata da moda masculina.

vestidos”²⁰². As cartas de Izabel de Grosbois são ainda relevantes pelo facto de nos darem conta de uma mulher condicionada pelos ditames efémeros da moda, deixando para segundo lugar o ser em favor do parecer. Ouçamos uma confissão paradoxal desta alegada parisiense: “Então já viu coisa mais extravagante e caprichosa do que a moda? Eu confesso-lhe que fiquei atónita quando vi nas ruas de Paris todas as senhoras com os vestidos arregaçados, deixando vêr os folhos das saias, como se atravessassem em dia de chuva as lamas do Boulevard”. Porém, logo em seguida acrescenta, “Voltei para casa envergonhada de passear com o vestido cahido até aos pés, e admirada de que se adoptasse tal moda, que deixa expostos ao riso do publico pés de toda a especie e pernas cambadas, esguias e a todos os respeitos dignas de se occultarem sob quatro ou cinco ordens de saias”²⁰³. Nas suas cartas, Izabel de Grosbois - que na sua primeira missiva diz agradecer-lhe a ideia de ser a Viscondessa de Renneville do *Commercio do Porto*²⁰⁴ - assume-se como “chronista de modas”²⁰⁵ e “historiadora das modas parizienses”²⁰⁶, não vendo demérito, bem pelo contrário, na actividade que exerce.

Após Izabel de Grosbois que terá cessado a sua colaboração no final do ano de 1862, vamos encontrar em 1863 e 1864 no *Commercio do Porto* crónicas sobre moda, escritas por um punho masculino, Adão, pseudónimo de Eduardo Augusto Vidal²⁰⁷, grande colaborador na imprensa periódica²⁰⁸. Os seus folhetins, de tom marcadamente humorístico, vão, no entanto, dando algumas orientações sobre a moda do momento; porém, já não se trata de descrever novos tecidos e figurinos que permitam posterior

²⁰² Izabel de Grosbois - “Carta ácerca de Modas”, *op. cit.*, 20 Nov., 1860. Dão-se também conselhos práticos que permitem, entre outras coisas, uma reciclagem de vestidos que já não se usam. Procura-se dar indicações que resultam num menor dispêndio financeiro e comenta-se a dado passo: “Eu não sei se as senhoras portuguezas dão valor a estas considerações de economia domestica. Nós francezas attendemos muito a isso, porque ha tanta cousa em que se gaste o dinheiro, que a mais recheada burra não resiste ás caprichosas phantasias de uma senhora, que deseja seguir a moda nas suas constantes e sempre carissimas transformações”. Cf. também carta de 27 de Março de 1862. Em “A Franceza” de Arnaldo de Oliveira, folhetim de 25 de Setembro de 1887, no *Diario de Noticias*, se chama a atenção para esse traço da mulher francesa, a seu ver, económica e laboriosa, particularmente no que respeita à mulher da classe média, da pequena burguesia, reconhecendo, no entanto, que a imagem da francesa que tantas vezes se invoca ou passa para o exterior é o da “primeira mulher do mundo”, elegante e *coquette*.

²⁰³ Izabel de Grosbois - “Carta ácerca de Modas”, *op. cit.*, 5 Jan., 1861.

²⁰⁴ Cf. Izabel de Grosbois - “Carta ácerca de Modas”, *op. cit.*, 29 Maio, 1860.

²⁰⁵ Izabel de Grosbois - “Carta ácerca de Modas”, *op. cit.*, 30 Março, 1861.

²⁰⁶ Izabel de Grosbois - “Carta ácerca de Modas”, *op. cit.*, 28 Jan., 1862.

²⁰⁷ Cf. *Dicionário de Pseudónimos de Albino Lapa*, compil. Teresa Vidigal, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1980, p. 12.

²⁰⁸ Encontramos estes folhetins publicados um a 16 de Julho de 1863 e, os restantes, no ano de 1864, respectivamente a 23 de Fevereiro, 24 de Março e 6 de Outubro.

execução. Mais do que pela informação, estes folhetins, intitulados “Modas”, valem pela sua função lúdica. Também no ano de 1864 se regista a reprodução neste mesmo jornal da “Carta acerca de Modas”, mas de Margarida de Athaide, extraída do *Monitor Portuguez*²⁰⁹. Curioso é a atribuição ao sexo masculino, por parte de Margarida de Athaide, de traços geralmente exclusivos da mulher, a saber: timidez, frivolidade, curiosidade²¹⁰ e, claro, loquacidade. Curioso ainda é observar que há, de facto, um tipo de procura específico a que um jornal diário, não especializado, tenta responder, recorrendo aos seus habituais colaboradores, figuras masculinas metamorfoseadas em mulheres cuja verossimilhança nalguns casos é assinalável pela construção cuidada que se faz da personagem. O interesse que a moda concita faz, por exemplo, Mariano Froes – que ocupou largamente os *baixos* do *Diario de Noticias* – escrever um “Folhetim para Senhoras”, como ele próprio explicita, ao secundar deste modo o título “As Modas de Paris”. Neste folhetim, inserido numa veia cómica, a que o autor habituou o público, encontramos, num primeiro momento do texto que se dirige ao leitor, uma crítica à ditadura da moda que cria aparências femininas tantas vezes falaciosas, para, num segundo momento, conceder que nem tudo são espinhos e discorrer então caricaturalmente - e essa concessão acaba assim por ser anulada - sobre os ditames parisienses. Assim, quando fala do tamanho dos brincos em moda sugere: “Quando por algum motivo não haja brincos para pôr nas orelhas, podem elles ser substituidos por as argolas de uma porta, pelas tenazes da cozinha, pelos apagadores e baldes de um candieiro de tres bicos, etc., etc.” E será esta a toada de todo o folhetim que culmina numa imitação do soneto de Nicolau Tolentino “Chaves na mão, melena desgrenhada”²¹¹. Como vemos, a sátira aos exageros dos que seguem a moda é de todos os tempos. De igual modo, no *Diario de Noticias*, cerca de um mês depois, surge uma “Historia das Modas dedicada ás senhoras” e que, longe de verberar a voz dos tempos,

²⁰⁹ Margarida de Athaide - “Carta a’cerca de modas”, *O Commercio do Porto*, 9 Jan., 1864.

²¹⁰ Cf. Lopes de Mendonça, em “Revista de Lisboa”, *A Revolução de Setembro*, 28 Julho, 1849, que, a dado passo da sua revista, diz: “sempre são as senhoras que são mais curiosas”.

²¹¹ Mariano Froes - “As Modas de Paris. Folhetim para Senhoras”, *Diario de Noticias*, 4 Abril, 1865. Alguns meses depois no mesmo periódico, a 8 de Novembro, voltamos a encontrar um folhetim do autor sob o título “As modas de Paris”. Chegado da Cidade Luz, Mariano Froes toma consciência da necessidade de ir ao encontro das expectativas do seu público, feminino e masculino. No tom humorístico que lhe é peculiar, faz a história da origem da moda e, por consequência, da modista e do alfaiate, para em seguida dar conta do que viu nesse domínio na capital da França. Contudo, desde logo observa que “em Paris a moda é talvez menos conhecida do que em Lisboa, no Perú, em Pekin, na California”, denunciando a preocupação excessiva da mulher portuguesa com essas questões. Em **Anexos**, pp. 181-182.

ajuiza mesmo em jeito de conclusão: “Eis aqui minhas senhoras a historia da moda, e intendo que a mais formosa e elegante mulher, se quizer subtrair-se ao seu imperio, cairá infallivelmente no ridiculo; ora o ridiculo, mata tudo, até a formosura e elegancia - tal é a opinião do vosso muito admirador”²¹².

Com muito espírito, publicam-se no *Diário Popular* três folhetins assinados no feminino por Júlia de Mendonça, “Modas e modos”, começando a autora por fazer a apologia da moda. E atentemos na natureza dos seus argumentos que visam combater e destruir tudo o que a ela se opõe, colocando a autora a hipótese de o seu império acabar:

Ora é de notar que, alem da moda do vestuário, temos ainda a moda dos alimentos a qual, acompanha sempre a dos vestidos em cada uma das suas evoluções. No tempo da casaca de briche e do sapato de fivela usava-se a orelheira de porco com feijão branco e a geropiga. Hoje usa-se a ostra, a tubara e o absinthe. No tempo da folha de figueira usavam-se os jantares de raizes e de plantas cruas.

E' preciso pois que os maridos e os paes de familia que repreendem as modas, tenham o incommodo de se imaginarem por um momento uns defronte dos outros, de folha ao pescoço, a roerem a casca de uma abobora.

E não se resiste neste folhetim a lançar o seguinte repto: “Querem civilisar as tribus selvagens do pólo e da zona torrida? Introduzam ahi as modas”²¹³. Os folhetins que se seguem, e que medeiam de uma semana entre si, giram então em torno da moda. No primeiro, há que mostrar e demonstrar a importância do modo, isto é, o manejo do *quantum satis*, do bom senso, que pode transformar a mulher numa elegante ou numa ridícula; no segundo, dá-se conta da moda no que respeita aos passeios a cavalo, insistindo que, neste caso, quem dita as leis é a Inglaterra e não a França, debruçando-se a autora sobre as *toilettes* masculinas apropriadas para tal efeito e sobre questões mais pragmáticas como o talhe da roda da saia²¹⁴.

Ilação óbvia a retirar da leitura dos folhetins em torno da moda, é o facto de uma imagem de mulher estrangeira – a francesa – ser aí posta em foco e funcionar, indiscutivelmente, como modelo para a portuguesa de então, no que respeita à elegância

²¹² Henrique Feijó da Costa - “Historia das modas”, *Diario de Noticias*, 20 Maio, 1865. Como se diz em nota, trata-se de uma publicação póstuma de um texto inédito e que data de Junho de 1863. Um ano mais tarde, publica-se ainda neste periódico, a 1 de Maio, um texto sobre modas, mas de teor completamente distinto dos já referidos: procura-se dar regras básicas, bem como informações sobre o que está em uso.

²¹³ Júlia de Mendonça - “Modas e Modos”, *Diario Popular*, 3 Agosto, 1866.

²¹⁴ *Idem*, 21 e 29 Agosto, 1866.

e ao bom gosto²¹⁵. É ainda numa dimensão de alteridade que a mulher do século XIX, a mulher burguesa de uma classe média-alta sobretudo, se vai fazendo ou a vão fazendo pelas leituras que lhe são dirigidas. Com efeito, o modelo estrangeiro, em particular o que lhe vem de França ou seja de Paris, torna-se bitola e padrão norteador de um estar em sociedade, de que a preocupação com a moda é o sinal mais claro. Mas a importância além-pirenaica faz-se também sentir nas leituras escolhidas de cariz essencialmente romanesco e que completam - sabe Deus com que lacunas - a instrução rudimentar que conheceram. O folhetim, e em particular as crónicas de moda aí publicadas, funcionam de modo impositivo. As imagens de mulher à e na moda surgem como orientações modelares, por vezes tirânicas, dando origem a processos imitativos em função de uma imagem sedutora que se quer adoptar. Juntamente com o anúncio, o folhetim de modas concorre, sem qualquer dúvida, para a construção de uma norma em torno da beleza feminina, através da imprensa periódica.

Percorremos diferentes facetas da imagem da mulher no século XIX; debruçemo-nos agora sobre uma vertente específica da imagem feminina dentro do espaço do folhetim, a da mulher leitora.

4.2. A mulher leitora

O aparecimento da *liseuse* e do *closet* ou a recorrência iconográfica do tema da leitura feminina mostram bem a importância do lugar por ela ocupado, no quotidiano da mulher, e revelam a existência, no século XIX, de um leitorado feminino em expansão²¹⁶. Se bem que num universo português o destinatário do folhetim não seja sobretudo ou exclusivamente a mulher, ela está presente desde o início da sua história em Portugal, através de uma *estratégia literária* que a convoca²¹⁷, fazendo dela o

²¹⁵ Elemento, não despreciando e bem revelador dos modelos por nós importados e seguidos é a presença nas crónicas de modas de todo um acervo vocabular francês, na denominação de tecidos e materiais vários para a confecção das indumentárias feminina e masculina, bem como nas indicações que se dão quanto a objectos de adorno ou a práticas sociais mundanas.

²¹⁶ Martyn Lyons em *Le Triomphe du Livre. Une Histoire de la Lecture dans la France du XIXe Siècle*, op. cit., pp. 240-242, lembra as representações de situações de leitura - na sua maioria femininas - na pintura de Fantin-Latour, Daumier, Manet, Bonvin ou na caricatura dum Gavarni, indirecto testemunho que são da leitura enquanto ocupação corrente da mulher burguesa oitocentista.

²¹⁷ Tomemos como exemplo a “Revista da Semana” de Júlio César Machado, em *A Revolução de Setembro* de 29 de Maio de 1860, texto que todo ele se estriba numa interpelação frequente ora ao leitor ora à leitora. Cf. ainda o folhetim “Os olhos”, publicado no *Periodico dos Pobres no Porto* a 2 de Maio de 1839, que tem o cuidado de, no início, esclarecer: “Ora aqui tem as

destinatário mais visível, porque frequentemente apostrofado. A marcação de um público diferenciado dentro do próprio discurso folhetinesco mostra, claramente, a importância da franja feminina desse público, que poderia ser incluída dentro da designação de leitor, entendida em acepção genérica e abrangente. Tomemos, a título de testemunho, a retrospectiva feita por Agostinho Albano, em 1866, acerca dos folhetins de há vinte anos atrás que, simultaneamente, nos dá a conhecer um modo de ocupação do serão naquela época²¹⁸, bem como o que, nesse tempo de ócio, atraía desde logo no jornal:

*As familias, á noite, depois do chá, faziam meia. O crochet era coisa que ainda se não conhecia, e começou a ser introduzido n'esta cidade por pessoas que não ouviam missa. Ao chá, assistia sempre um amigo intimo da casa, que ordinariamente era um procurador, e tão amigo, que succedia muitas vezes ficar a casa para elle. Retiradas as chicaras, e puxado para o meio da mesa o candieiro, o procurador pedia a folha, ou pediam a folha para o procurador. Este sujeito, punha uma véla diante de si, e adiante da véla, a todo o comprimento dos braços, estava o jornal, parecendo mais este homem que lia a véla do que a folha! (...) A politica põe-se de parte. Depois de corrido d'alto a baixo o noticiario, que poderemos suppor dos mais interessantes por trazer muitos trolhas caídos dos telhados abaixo, boatos de casamentos, e desordens ligeiras entre pessoas de quem se não sabe o nome, passa-se ao que occupava a secção do folhetim. Era uma carta, e o folhetinista começava por saudar a leitora, e dar-lhe parte d'umas occorrencias succedidas com a sua criada Polycarpa...*²¹⁹

No *rés-do-chão* do jornal, em diferentes momentos do século, a mulher surge, repetidamente, como o destinatário e/ou a entidade que justifica a existência do

nossas amáveis leitoras um artigo a respeito d'olhos; nem sempre Política, nem sempre murmuração". Na verdade, o espaço do folhetim deste periódico alberga maioritariamente questões políticas, recorrendo com frequência à sátira. Já um periódico portuense que lhe é contemporâneo como *A Vedeta da Liberdade* oferecerá, em abundância, narrativas históricas e sentimentais.

²¹⁸ Outras formas de ocupar o serão existiam evidentemente e os textos de entretenimento e, tantas vezes, de carácter humorístico de Luís de Araújo Junior dão testemunho de outras práticas de convivialidade distintas de acordo com a escala social. Em "Uma noite em familia", folhetim saído a 20 de Setembro em *A Liberdade*, o serão é ocupado dançando, conversando, ouvindo tocar piano e recitando poesia. Cf. igualmente "N'uma soirée", folhetim do mesmo autor em *A Liberdade*, 9 Out., 1861, texto que nos apresenta uma variante: aqui trata-se de cantar.

²¹⁹ Agostinho Albano - "Chronica", *O Nacional*, 27 Fev., 1866. O periódico portuense *O Nacional* é, de resto, um repositório rico de exemplos, no que respeita a uma referência explícita ao destinatário feminino.

folhetim²²⁰, através de uma verbalização explícita em torno da leitora²²¹, revelando a consciência que o folhetinista tem do contexto cultural que o cerca, do modo de circulação e recepção dos seus escritos, não obstante o folhetim, com frequência, ser leitura feita colectivamente para todos, como o descreve neste excerto o folhetinista de *O Nacional*²²².

Júlio César Machado dizia, após dois anos de exercício folhetinístico, que, no início, experimentava pelo leitor um desdém supremo e nos primeiros meses não lhe dirigia a palavra, mas a leitora sempre fora “o verdadeiro e desejado juiz destas conversações semanais”²²³. Parece-nos, na verdade, fundamental reflectir sobre este traço tão marcado, sobretudo se atendermos à percentagem diminuta de mulheres alfabetizadas ao longo do século XIX – por volta de 1878 a taxa de analfabetismo ronda os 90%²²⁴ – facto que confere uma maior importância à presença no folhetim de uma

²²⁰ Cf. a crónica publicada a 17 de Outubro de 1862 de Ramalho Ortigão - “Às leitoras do ‘Jornal do Porto’”, *Crónicas Portuenses, op. cit.*, pp. 131-142, crónica que se constitui exemplo paradigmático da revista da semana toda ela consagrada à leitora, entidade iterativamente apostrofada ao longo do texto, dando conta das novidades editoriais e fazendo a crónica teatral. Tome-se ainda como exemplo, R. V. - “Chronica”, *A Liberdade*, Coimbra, 5 Março, 1863: “(...) não pensem, que as damas ficarão banidas de minhas chronicas! // Deos do céu! Se o fizesse, quem se daria ao trabalho de as ler?” Sem querermos minimizar a sua função retórica, esta passagem dá simultaneamente conta da importância da leitora para o folhetim, bem como da mulher enquanto objecto sobre o qual a escrita folhetinesca se debruça.

²²¹ Em 14 de Setembro de 1879, por exemplo, Guilherme de Azevedo começa a sua crónica, “Cartas da Capital”, falando da leitora: “Em quanto a leitora se conchega voluptuosamente no seio das ondas (...), o chronista, amarrado á calceta do folhetim, apenas pode abalançar-se a transpor a barra n’um pequeno rebocador navegando até Cascaes”.

²²² Tomemos como exemplo, e retirado igualmente de *O Nacional*, o conjunto de folhetins intitulados “Amor, mulheres, e casamento” e que se estendem pelos dias 16, 19 e 21 de Agosto de 1858, explicitamente dirigidos às leitoras e aos leitores. Trata-se de extractos de obra francesa que colige frases e ditos de figuras célebres em torno dessas temáticas, tendo o cuidado de se dizer em nota prévia: “O gosto, em França, é mais tolerante, mais affeito ás iguarias apimentadas, menos irritabil, mais provado em certas liberdades do pensar e do dizer, que o pudor das nossas leitoras, e, quem sabe tambem se o pudor dos nossos leitores, não perdoaria?” (*op. cit.*, 16 de Agosto, 1858). A preocupação de moralidade manifestar-se-á ainda nas notas do tradutor a justificar, censurar e explicar uma ou outra afirmação traduzida e que poderia atentar contra a moral vigente.

²²³ Julio Cesar Machado - “Revista da Semana”, *A Revolução de Setembro*, 5 Março, 1861. E neste folhetim diz ainda Júlio César Machado sobre a mulher leitora: “Se ha uma coisa facil em litteratura é alcançar a sympathia das senhoras, - mas, tambem, se ha uma coisa difficil... é conserval-a! Não seria possivel escrever exclusivamente para as solteiras, para as casadas, ou para as viúvas, attender apenas ás que têm quinze annos, ou dar preferencia exclusiva ás que contam trinta? O resultado é que, de vez em quando, indisponho-me com um grupo simplesmente por ser amavel para com outro, e preciso evitar com uma cautela extrema fallar em edades no folhetim!..” O público do folhetim, como já foi por nós abordado, caracteriza-se pela sua heterogeneidade assente em sub-grupos como o que é constituído por mulheres, facto que esta passagem testemunha.

²²⁴ Cf. Joel Serrão - “Sondagem cultural à sociedade portuguesa cerca de 1870”, *op. cit.*, p. 57.

preocupação com a mulher leitora²²⁵, apostrofada, com alguma constância, por quem então folhetiniza.

O ínfimo número de mulheres que sabem ler é posto em relevo, já em 1857, por Camilo Castelo Branco, quando, com ironia, escreve em crónica de *O Nacional*: “Isto agora dizem que está melhor. Em cada cem, mórmente no Porto, ha uma mulher que lê, e d’hoje a cincoenta annos, meu neto, que ha de ser folhetinista, dirá que leem duas por cento, e assim por diante, até á consummação dos seculos, em que, no Porto, até a posteridade dos vereadores municipaes do seculo XIX ha de lêr tambem, se Deus quizer”²²⁶. E por aqui se vê que o analfabetismo não era um exclusivo feminino. De facto, o Recenseamento Geral da população de 1878 mostra que a percentagem de analfabetismo se elevava a cerca de 80 %²²⁷. Muito embora a Constituição de 1822 consagre o ensino gratuito para ambos os sexos (a saber: ler, escrever, contar e o ensino do catecismo e das obrigações religiosas) e, em 1835, se institua o ensino obrigatório, no que ao sexo feminino diz respeito pouco se avança, na medida em que ao longo de quase todo o século o papel da mulher se situa numa esfera familiar, porque vocacionada, como então se entende, para ser esposa e mãe. Deste modo, a sua

²²⁵ Cf. Um Esturninho do Balcão - “Folhetim”, *O Ecco Popular*, 22 Julho, 1854: “Compungimo-nos devéras, sentimos uma dôr d’alma, lembrando-nos de que as lindas filhas da invicta teem sido privadas ha algum tempo do seu noticiador semanal, do folhetim!” Apesar do peso retórico, que, incontestavelmente, este trecho possui, tal facto não obsta a que simultaneamente illustre a consciência que o folhetinista do século XIX tem de que deverá considerar um público feminino.

²²⁶ Camilo Castelo Branco - “Chronica”, *O Nacional*, 24 Agosto, 1857. Testemunho convergente é aquele que encontramos na obra de Alberto Pimentel *O Porto Ha Trinta Annos*, *op. cit.*, p. 131: “Liam pouco as portuenses de ha trinta annos e liam apenas novellas antigas, cuja sã leitura era auctorisada pelo consenso da opinião honesta. Quanto a versos, cantavam alguns e recitavam outros, sobretudo ao piano”. E Alberto Pimentel refere o conhecimento que tinham de Luiz Augusto Palmeirim e Soares de Passos, revelando a sensibilidade ultra-romântica da leitora da época.

²²⁷ Cf. Rui Ramos - “O método dos pobres: educação popular e alfabetização em Portugal (séculos XIX e XX)”, *Colóquio Educação e Sociedade*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, nº 2, Fev. 1993, p. 49.

educação dá-se grandemente num espaço doméstico²²⁸ e tendo em vista esse mesmo espaço, não necessitando a mulher de estudos muito aprofundados a nível intelectual²²⁹.

Lembremos, como achega, que a criação de liceus femininos, em Lisboa, Coimbra e Porto, é tão só decretada em Agosto de 1888, por José Luciano de Castro, e tal projecto só mais tarde se realizará. Recordemos igualmente que, em termos de instrução superior, casos de mulheres portuguesas a inscrever-se na Universidade só ocorrerão nas últimas décadas do século XIX²³⁰. Para além dos dados apontados, consideremos também que o acesso da mulher à instrução é sobretudo possível para um grupo feminino de extracção burguesa e aristocrática, cuja instrução recebida quase só se dá a um nível elementar. Com efeito, a economia familiar da esmagadora maioria da população portuguesa não poderia comportar o custo da frequência escolar das suas crianças, mesmo que estivesse motivada para tal, o que não é de modo algum o caso, e

²²⁸ O número de escolas femininas, em 1848, é extremamente reduzido quando comparado com o das escolas masculinas. Cf. Maria Helena Vilas-Boas e Alvim - *Da educação da mulher no Portugal oitocentista. Notas de um estudo*, Sep. *Revista de Ciências Históricas da Universidade Portucalense Infante D. Henrique*, vol. V, Porto, 1990, p. 323. Lembremos ainda que a classe média recorria, com frequência, às preceptoras estrangeiras, para levar a cabo uma tarefa de instrução, dada num espaço doméstico. Algumas décadas mais tarde, a situação não parece registar grandes diferenças. Como nos diz Joel Serrão em “Sondagem cultural à sociedade portuguesa cerca de 1870”, *op. cit.*, p. 62, “Quanto a ‘meninas do liceu’, é coisa que continua a não existir. No mesmo ano a que há pouco nos reportámos (1873-1874) as estatísticas assinalam, em todo o País, apenas 32 alunas que prosseguem, como *externas*, estudos secundários!” Sobre a discrepância entre o número de escolas femininas e masculinas e o confronto entre a frequência escolar primária feminina e masculina, consulte-se os gráficos desta mesma obra, pp. 56 e 58, bem esclarecedores quanto à existência de enormes assimetrias.

²²⁹ Assim se compreende melhor a observação feita por Lopes de Mendonça em “Revista de Lisboa” de *A Revolução de Setembro* de 25 de Agosto de 1849, a propósito do seu provérbio *Já é Tarde*. O uso de uma citação latina, pela personagem da Viscondessa, justificou que tenha havido “muita gente que não pôde levar á paciencia” tal facto. E dez anos depois, em *Illustração Luso-Brazileira*, vol. III, Lisboa, nº 4, 29 de Jan., 1859, p. 26, Alfredo Hogan, em artigo sob o título “Educação”, sem defender - como tem o cuidado de esclarecer - a ignorância na mulher, ainda afirma, no entanto: “A educação das mulheres não tende, nem pode tender a engrandecer a sciencia, as artes, nem as armas. (...) Uma mulher versada nos doces segredos de tornar feliz um homem, uma familia, é amabilissima; uma mulher formada em direito seria detestavel”.

²³⁰ Se confrontarmos a realidade da instrução feminina portuguesa com a francesa, verificamos que o desfasamento temporal é apenas de oito anos, pois a lei Camille Sée que permitirá a abertura de liceus femininos em França surge em 1880. É também por essa época que o acesso das mulheres ao ensino universitário e às profissões liberais ganha expressão. Como é compreensível, em França tudo ocorrerá em escala maior. Porém, como afirma Françoise Mayeur em “L’education des filles: le modèle laïque”, *Histoire des Femmes en Occident. Le XIXe Siècle*, *op. cit.*, p. 241, “(...) cette loi qui plaisait aux républicains parce qu’elle se proposait d’ ‘arracher les filles à l’Église’ ne prétend pas donner aux filles la culture secondaire traditionnelle, réservée aux garçons. Une fois encore, il ne faut pas les détourner de ce qui est considéré comme leur mission: garder leur foyer. Ce qui exclut toute occupation professionnelle au-dehors”.

muito menos no que concerne ao eventual educando feminino. De todo o modo, o que o folhetim ajuda a revelar é que a progressiva implementação de um ensino para meninas acompanha, mas sobretudo segue-se a um crescimento não negligenciável de um público de mulheres leitoras.

Mas que traços caracterizam esse público feminino visado pelo folhetim? O que é que o jornal diário, dirigido já a uma minoria da sociedade, tem para oferecer e como pode ele conquistar esta franja restrita do público leitor, com um ascendente ao que tudo indicia crescente²³¹? Pela constante interpelação à mulher leitora no espaço folhetinesco, podemos constatar que não será, certamente, através dos artigos de fundo, cuja matéria de teor político não suscita, como veremos, a atenção das damas, mas através do folhetim e do noticiário que a folha quotidiana vai atrair as leitoras²³². A presença na rubrica “Noticiário” dos anúncios dos novos folhetins, não apontará também ela para uma ordem de prioridade na leitura da folha? Como observa Anne-Marie Thiesse, “Le journal (...) ne se présente pas comme un ensemble uniforme, mais comme un espace sexuellement divisé dont chaque rubrique, selon sa plus ou moins grande analogie avec la vie privée quotidienne, est assignée à la lecture féminine ou masculine. Si les faits divers et les comptes rendus de procès, présentations dramatisées sur la scène publique de faits privés, occupent une position intermédiaire, une partie du journal est le domaine par excellence de la lecture féminine: le ‘rez-de-chaussée’ romanesque”²³³. Atentemos no sugestivo testemunho ficcionado de *Uma Família Inglesa*:

Cecília, que esperava por este silêncio e já por hábito sabia o que significava, ia então buscar as folhas do dia e preparava-se para ler; os dois velhos dispunham-se a escutar. (...) A compaixão paternal só perdoava a Cecília a secção dos anúncios; o mais tudo lhes lia a condescendente rapariga: o artigo de fundo, com resignação; com

²³¹ Estas questões foram de algum modo resolvidas quando nos debruçámos sobre a instância de leitura no capítulo “A crónica-folhetim: caracterização de um género”.

²³² Cf. o testemunho, mesmo que forjado, de Izabel de Grosbois, enquanto leitora de periódicos, ao justificar o porquê de ter aceitado escrever para *O Commercio do Porto*, na sua “Carta ácerca de modas” de 29 de Maio de 1860: “Sempre gostei de jornaes. Desde pequenina que não deixava passar linha que não lêsse e relêsse, já se sabe dos artigos não politicos. // Ao artigo de fundo nunca me appliquei muito. As discussões politicas dão cabo da imaginação e reduzem o coração ao estado de castanha pilada”.

²³³ Anne-Marie Thiesse - *Le Roman du Quotidien. Lecteurs et Lectures Populaires à la Belle-Époque*, Paris, Le Chemin Vert, 1984, p. 20. Acrescenta ainda Anne-Marie Thiesse que o carácter breve do folhetim se adequa ao tempo de lazer descontínuo e raro no quotidiano feminino, funcionando o romance-folhetim como meio de quebrar a monotonia e rotina da sua existência, constituindo-se ainda como forma de sociabilidade já que se pode tornar tema de conversa entre mulheres.

intrepidez, *as notícias estrangeiras*; com curiosidade, *as locais*; o folhetim com mais vontade e tudo sem o menor constrangimento que pudesse aguar aquele prazer dos seus ouvintes²³⁴.

Em 1849, diz-se em revista d’*O Nacional*: “A revista é já agora o milagroso vinculo que prende a um jornal a atenção de uma senhora. Prova de que nem toda a sociedade está embrulhada na trocha da politica – a maior parte do sexo-divinal é *indefifferentista*”²³⁵. A tónica da falta de interesse pela política encontramos-la, reiteradamente, em Lopes de Mendonça que, em *A Revolução de Setembro*, sempre deu lugar ao comentário político nos seus folhetins²³⁶. A preocupação do folhetinista em passar da política aos eventos mundanos, verbalizando de forma clara as razões dessa mudança de assunto, é a prova de que existe um público feminino para o folhetim: “Minhas leitoras, perdoai! - que vos importa tudo isto, a vós, que ageitae neste momento, algum laço de fita encarnada, que vos adorna os negros, ou os louros cabellos? Já oiço - as tremendas palavras - importuno! massador! semsaborão!....”²³⁷

²³⁴ Júlio Dinis - *Uma Família Inglesa, Obras de Júlio Dinis*, vol. I, *op. cit.*, p. 696. As expressões destacadas são nossas. Sob o pseudónimo de Diana Aveleda, em 1863, Júlio Dinis, em “Coisas verdadeiras”, carta-resposta a “Coisas Inocentes” de Ramalho Ortigão, traça, sintomaticamente, o seguinte perfil da mulher leitora: “A mulher digna de o ser é aquela em cuja ortografia os eruditos tenham que lamentar a ignorância absoluta das letras gregas e latinas, a que dos jornais políticos só lê o folhetim, a que de um livro passa em claro os prólogos, que põe de parte as considerações filosóficas dos romancistas para seguir o entrecho do romance (...)” (*Obras de Júlio Dinis*, vol. II, *op. cit.*, p. 677).

²³⁵ “Revista do Porto”, *O Nacional*, 14 Maio, 1849. Nesta crónica, a visão masculina da mulher aceita, naturalmente e de bom grado, a ausência de interesse pela vida política: “Que as senhoras ignorem os nomes dos nossos estadistas, ou não leiam os discursos do Castro Pillar e Pôças Falcão, isso é justo e louvavel, porque Deus me livre de dar este coração a uma *idéalidade* que lê-se as sessões das camaras”. O interesse da revista em causa reside ainda na imagem de mulher que veicula; uma mulher com lacunas a nível de instrução: “(...) mas a politica, faça-se justiça ás portuenses, não é discutida nos salões do Porto, porque é muito raro encontrar uma senhora com conhecimento exacto de que os austriacos estão na Austria, os húngaros na Hungria, e os polacos na Polonia”.

²³⁶ Cf. Lopes de Mendonça - “Revista de Lisboa”, *A Revolução de Setembro*, 29 Maio, 1852: “Meus queridos leitores... e leitoras (se é crível que mãos femininas venham procurar um folhetim entre as explosões da musa politica) (...)”. Cotejemos as afirmações produzidas por Lopes de Mendonça com a análise que Ivone Leal faz de *O Correio das Damas*, abrangendo o período de 1842 a 1852, em *Boletim da Comissão da Condição Feminina*, ano VII, nº 1, Jan.-Março, 1981, pp. 35-41. Neste estudo, Ivone Leal observa que se verifica uma “separação completa (aparente, ao menos) entre os acontecimentos da vida real e os temas apresentados ou comentados no periódico”. Em sua opinião, o que está em causa é o papel social da mulher enquanto ser não político (cf. pp. 35-36).

²³⁷ Lopes de Mendonça - “Revista de Lisboa”, *A Revolução de Setembro*, 8 Fev., 1851. Já em 1849, Lopes de Mendonça dizia em “Revista de Lisboa” do mesmo jornal, de 6 de Outubro de 1849: “Se algumas senhoras nos lerem, que é de fé, porque a letra redonda começa a achar um certo fervor entre o bello sexo, hão de dizer: ‘O que temos nós com isso?’ Tem, minhas senhoras, tem muito. Tudo está ligado ao mundo social - todos os acontecimentos são solidarios

Mas será que com a aproximação do fim do século as escolhas de leitura no periódico mudam? Tal não parece acontecer e, em 1880, na “Chronica Occidental”, a propósito da presença nas gazetas de um assunto como as rixas partidárias, observa-se: “Parte do jornalismo, principalmente nos artigos de fundo, continua a achar-se intransitável. Ninguém por lá pode passar sem ir munido de apito, e especialmente as senhoras vêem-se na impossibilidade de chegar – ao folhetim, para não ouvirem as descompusturas desbragadas que as vizinhas dos andares superiores trocam entre si!”²³⁸ Que a política se constituiu como um domínio que pouco interessa à mulher leitora, em geral, confirma o trabalho de Maria Ivone Leal em *Um Século de Periódicos Femininos*. Da abordagem de diversos periódicos para mulheres, a autora observa que os assuntos relativos à política, não são, voluntariamente, tratados ou são de menor importância, à excepção do que se regista nas folhas de ideário feminista que não colocam limites à diversidade de questões a tratar²³⁹. O cabeçalho do jornal criado por Garrett em 1822 e dedicado às senhoras portuguesas, *O Toucador. Periodico sem Politica*, ao reflectir a marginalidade da política na vida feminina, poderia ter servido durante largas décadas caso tivesse logrado um rol de assinantes fiéis a sustentá-lo²⁴⁰.

na vida”. Cf. também Lopes de Mendonça - “Revista de Lisboa”, *op. cit.*, 15 Nov., 1851: “O bello sexo raras vezes comprehende a influencia das transformações politicas sobre os progressos sociaes: nega-se a acreditar, por exemplo, que sem a revolução do seculo 17 em Inglaterra, não teria nem chailes de cachemira, nem carruagens de molas, nem cavallos *pur sang*: que sem a revolução do seculo XVIII em França podia perder a esperança podia correr com a velocidade do raio por um caminho de ferro, e de ler os romances de Eugenio Sue, e Dumas, os versos de Lamartine e Victor Hugo, e de possuir, em dia, os jornaes de modas, flanqueados de figurinos, de *chansons*, de debuxos, e de modelos de *crochet*”.

²³⁸ “Chronica Occidental”, *O Occidente*, vol. III, 15 Jan., 1880, p. 10. Lembremos igualmente a etapa liminar de um folhetim de Guilherme de Azevedo, em 1879: “Rogo licença ao leitor para, em vez de tratar hoje de assuntos municipais, tomar antes para tema do meu folhetim um assunto lírico na suposição de que, especialmente as senhoras que porventura passam olhos distraídos sobre estas rápidas linhas, não-de preferir que lhes fale da prima-dona Borghi-Mamo(...)// Aligeiremos o folhetim e disponhamos assunto de forma a torná-lo de fácil leitura, por capítulos, próprio para ser alterado com pastilhas de baunilha, golos de café, ou vagos escabeceamentos de sono” (“Cartas da Capital”, *O Primeiro de Janeiro. Cadernos do Centenário*, nº 2, 1 Fev., 1968, p. 19).

²³⁹ Cf. Maria Ivone Leal - *Um Século de Periódicos Femininos*, *op. cit.*, p. 12. Ainda em análise mais detalhada que faz sobre *O Correio das Damas*, a autora comenta que o periódico não dá conta do “país real”, mas ocupa-se do que ocorre no “país das ‘damas’ ” (*op. cit.*, p.49). Excepção a esta postura comum encontramos-na, por exemplo, no primeiro periódico fundado e dirigido por mão feminina - *A Assembléa Litteraria. Jornal d’Instrucção* (1849-1851) – a de Antónia Gertrudes Pusich.

²⁴⁰ Irene Fialho, em “O Toucador de Garrett. ‘O Toucador’ – Periódico sem Política?”, *Camões. Revista de Letras e Culturas Lusófonas*, Lisboa, Instituto Camões, nº 4, Jan.-Março, 1999, pp. 106-109, chama a atenção para a necessidade de se ler *O Toucador* com um olhar atento pois o título é algo enganador. Atentemos na efémera duração de *O Toucador* por falta de assinaturas,

O folhetim sobre moda, de que a “Carta ácerca de modas” de *O Commercio do Porto* é um exemplo, surge por vezes com regularidade em diferentes periódicos do século XIX e quando essa regularidade de publicação não é mantida, o cronista tem o cuidado de justificar a ausência, na medida em que certamente se defraudaram as expectativas das leitoras²⁴¹. Este tipo de ocorrências mostra, mais uma vez de modo claro, a existência de um público feminino, ao mesmo tempo que revela a preocupação da imprensa em ir ao seu encontro, em responder aos seus interesses. Reparemos na apresentação que das cartas sobre modas de *O Commercio do Porto* se faz na rubrica *Noticiario*: “No intuito de tornar tambem util e agradavel ás damas o nosso jornal, resolvemos dedicar-lhe mensalmente um folhetim das modas de Pariz, escripto por uma senhora franceza, muito habilitada na especialidade, e traduzido pelo nosso correspondente d’aquella capital. Damos assim testemunho pratico da boa vontade que temos e as forças que empregamos para satisfazer os desejos de toda a classe de leitores”²⁴². O periódico diário quer ser cada vez mais um jornal para todos, manifestando ter consciência que o mercado de leitura se caracteriza pela heterogeneidade.

Os interesses femininos convergem ainda, de um modo especial, para uma crónica da semana²⁴³ que incida sobre a vida social, os espectáculos em cartaz, um conjunto de *fait divers*, enfim domínios em que o condimento mundano está tantas vezes presente. Não é, pois, de admirar que a crónica de espectáculos se lhes dirija com alguma frequência, contribuindo para que o acervo cultural da mulher burguesa seja grandemente mundano²⁴⁴. Os folhetins de Lopes de Mendonça, por exemplo, congregam assuntos políticos e revistas de representações ocorridas, para irem ao encontro das senhoras, explicitando esse tipo de *démarche*; e em folhetim de *O Nacional* fala-se de *O Trovador*, mas a um público feminino: “Como v. ex^a viu, leitora,

modo que então viabilizava uma empresa jornalística, testemunhando uma prática de leitura feminina pouco arreigada e, por certo, a pouca importância ou secundarização que o homem, enquanto administrador do dinheiro na família, dava a esse tipo de bem para uso da mulher.

²⁴¹ Cf. Izabel de Grosbois - “Carta ácerca de Modas”, *op. cit.*, 20 Nov., 1860. Nesta crónica, a autora justifica a interrupção no envio de cartas.

²⁴² “Noticiario”, *O Commercio do Porto*, 29 Maio, 1860.

²⁴³ Cf. “Chronica”, *Album Litterario*, Lisboa, nº 5, 31 Jan., 1863: “A leitora embriagada pelo perfume e requinte da moda, esquece sem duvida o pobre folhetinista, que procurando agradar-lhe, escrutinha minuciosamente os acontecimentos da semana”.

²⁴⁴ Cf., por exemplo, Lopes de Mendonça - “Beneficio da Stoltz”, *A Revolução de Setembro*, 11 Junho, 1851. Trata-se de uma revista de espectáculos dirigida às senhoras para lhes dar conta da ópera *Carlos VI* de Halévi, que teve lugar em S. Carlos.

o Trovador é um cemiterio, e eu que vi morrer a Castelli, vi morrer a de Marini, e soube que iam dar cabo da pelle ao Bignardi, assustei-me, tomei o caso a serio, julguei que era epidemia que andava lá dentro, e antes que visse cahir pela *segunda vez* o Butti e pela quarta vez o panno de bocca, fui entrando para o snr. Manoel José d'Oliveira, e entrei em casa á uma e meia hora da noite disposto a conversar com v. ex^a. // Deus me dê algum baile, leitora, a Emilia das Neves, o pianista Hernani, a Santoni, para eu lhe não fallar simplesmente de..... comedias!”²⁴⁵ A imagem que o folhetinista tem da leitora reveste-se ainda de uma aura de futilidade que caracteriza a mulher e tal facto, embora raramente, redundando numa atitude de depreciação do público feminino: “Olhe, meu rico amigo, attenta a esterilidade das minhas ideias, ou o asiago da maré, estava assim com tentação de escrever hoje *exclusivamente* para mulheres, que pela maior parte em litteratura, como as elogiem contentam-se com pouco, e até apreciam muito ninharias, e frioleiras, como romances, poesias, revistas em que se descreva um baile, um *toilete* desta ou daquela, um namoro etc. e quejandas bagatellas, que espremidas e alambicadas destillam pouco mais de nada (...)”²⁴⁶. É, de algum modo, a mesma postura que encontramos em revista da semana do periódico lisbonense *A Liberdade*, através de uma deselegância que aponta para um *deficit* intelectual no sexo feminino: “Emfim como o folhetim se hade fazer começarei por dizer á benevola leitora que em Lisboa abafa-se com o calor e morre-se de semsaboria! – Banalidade, digna do paiz aonde é grande o numero dos tolos e das mulheres sem espirito. - Nos bailes ha quem não diga outra coisa durante seis horas consecutivas”²⁴⁷.

Vemos, deste modo, que a função do folhetim para um público feminino responde a uma necessidade de informação, mas sobre mundanidades, sobre os espectáculos em cartaz, e preencherá um tempo de lazer da mulher ledora da época, respondendo a uma

²⁴⁵ *O Nacional*, 5 Dez., 1862. Nesta crónica, leva-se a cabo um processo de ficcionalização: o folhetinista encontra-se a dormir e é acordado pelo criado de servir, Manoel José d'Oliveira, que lhe vem trazer o folhetim, contando o que se passou no teatro.

²⁴⁶ Padre Serapião d'Algures - “Carta do Padre Serapião d'Algures”, *O Chronista*, 19 Julho, 1853. Ironicamente, a aura de futilidade que se atribui à mulher acaba por recair sobre o próprio folhetim tantas vezes apodado de literatura fácil ou ligeira: deve-o então aos seus destinatários e ao objecto de que por opção se acerca. Em **Anexos**, pp. 90-92.

²⁴⁷ Guilherme de Freitas - “O que se faz em Lisboa”, *A Liberdade*, 25 Agosto, 1861. Que excepções existem, prova-o todavia o texto assinado por Luís de Araújo e publicado neste mesmo periódico a 15 de Setembro de 1861. O autor, que cultivará um folhetim de cariz jocoso, dirige, iterativamente, todo o seu folhetim às senhoras e, num misto de prosa e verso, tece críticas a um conjunto de acções municipais pouco ou mal conseguidas.

necessidade lúdica²⁴⁸. A leitora serve-se dos olhos e ouvidos do folhetinista para conhecer e porque não viver, imaginariamente, aquilo a que, com frequência, não acede. A importância do folhetim é tanto maior para a mulher quanto ela tem poucas oportunidades de sair de sua casa²⁴⁹. Lembremos uma “Revista de Lisboa” - é certo que datada de 1850 - em que a personagem Sir John, criada por Lopes de Mendonça, manifesta toda a sua perplexidade quanto à existência de mulheres na capital portuguesa, num diálogo com o seu cicerone:

- *Em Lisboa ha mulheres?* - *Ha.*

- *Não passeiam?* - *A's vezes.* - *Então como é que ainda não pude ver nenhuma?*

(...)

- *Que faz aqui o bello sexo?* - *perguntou sir John.* - *E' conforme as classes, respondeu o cicerone: a aristocracia feminina, quando é velha, cuida da salvação eterna, e dos escandalos do proximo: a de meia idade, ouve missa e applica-se ao estudo da chymica da toilette(...): a moça lê dez paginas de romance, borda uma parte do dia, toca variações no piano, e suspira.....que é uma occupação como qualquer outra.*

- *E nunca saem?* - *E' raro.*²⁵⁰

Se o espaço urbano é sexuado, como reiteradamente observa Michelle Perrot em diversos estudos que compõem *Les Femmes ou les Silences de l'Histoire*²⁵¹, ele é também socialmente estratificado. Assim, a rua, por exemplo, não é lugar por excelência para a mulher burguesa respeitável. Só com o avançar do século e com a criação de alguns - poucos - espaços de lazer como o Passeio Público, a mulher

²⁴⁸ Em 1839, surge um periódico dedicado em especial ao sexo feminino - *O Romancista* - que, no seu primeiro nº de 8 de Junho, p.2, dá plenamente conta da função lúdica que a leitura tem para a mulher: “Resolvemos em fim dedicar ao bello sexo com especialidade, os nossos escriptos, e como as nossas amaveis compatriotas só lêem para recrear-se, cuidaremos em offerecer-lhe todos os mezes, algumas Novellas, Contos, Romances, e Poesias cheias de amenidade e graça, e em que a instrucção moral vá disfarçada com as flôres da imaginação”. Cf. ainda o testemunho de Camilo Castelo Branco em “Revista do Porto” de *O Nacional* de 7 de Janeiro de 1850: “Compor de alguns elementos indigenas uma revista do Porto - cousa que mereça o riso obsequioso d'uma senhora - não é tarefa para genios vulgares”.

²⁴⁹ O folhetim “Surriada ás leitoras”, assinado por Mariano Froes no *Diario de Noticias* em 2 de Junho de 1866, fornece-nos um testemunho indirecto da importância de que se revestia uma procissão para a mulher burguesa da época. O autor relata o desapontamento, sobretudo das senhoras, pelo facto de ter chovido no dia da procissão de *Corpus Christi*, impedindo-as de aproveitar uma das poucas ocasiões de saírem à rua e de se mostrarem nas suas *toilettes*, preparadas propositadamente para esse evento religioso, que era também mundano. Neste caso, o folhetim acaba por registar um sagrado mundanizado.

²⁵⁰ Lopes de Mendonça - “Revista de Lisboa”, *A Revolução de Setembro*, 24 Ag., 1850.

²⁵¹ Consulte-se, em particular, “Le genre de la ville”, *op. cit.*, pp. 281-295 ou “Public, privé et rapports de sexes”, *op. cit.*, pp. 388-389.

burguesa vai conquistando paulatinamente acesso ao que existe para lá das paredes domésticas.

O folhetim surge então como um meio excelente de aceder, por interposta pessoa, a uma vida pública que se não tem²⁵² ou, se tem, em muito pouca escala. Que a leitura do folhetim se torna uma forma de ocupação do tempo livre e que haverá hábitos de leitura, testemunham-no diversos autores. Assim, em 1863, por exemplo, J. Simões Ferreira apoda de ociosos os leitores de folhetins e acrescenta que os folhetins são “leitura de mulheres e de rapazes”²⁵³. Quando no periódico lisboeta *A Liberdade*, na crónica de livros, Guilherme de Oliveira se ocupa de *Contos ao Luar* de Júlio César Machado, revela, de modo claro, a presença na vida da mulher alfabetizada de momentos de leitura, bem como a sua apetência para uma leitura de ficção e de entretenimento: “Não é para vós, interessante leitora, que vou fallar do livro da moda, devido á penna do nosso amigo e elegante folhetinista, Julio Cesar Machado. - Basta que os *contos ao luar* sejam escriptos por Machado, escriptor que tão bem sabe traduzir os sentimentos d’alma, para que vós tenhaes de certo sacrificado algumas horas da vossa *toilette*, ou mesmo do vosso somno da manhã, á leitura d’aquellas paginas, que ora vos fazem rir de alegria o bom humor do poeta, ora vos fazem chorar lagrimas de verdadeira melancholia”²⁵⁴. O discurso folhetinesco sobre a leitora contribui então, se bem que modestamente, para o conhecimento do modo de ocupação no quotidiano de momentos de lazer por parte da mulher oitocentista, em que se reserva um tempo para a leitura que tem lugar na esfera do privado, em espaço doméstico²⁵⁵. De resto, a

²⁵² Cf. G. - “Folhetim”, *O Chronista*, 24 Agosto, 1852, p.6, onde se refere que a leitora do Porto se interessa pela crónica da capital.

²⁵³ Cf. J. Simões Ferreira - “Folhetim”, *A Liberdade*, Coimbra, 8 Março, 1863. A ociosidade vivida pelo sexo feminino é também posta em relevo em “Revista da Semana” de Júlio César Machado, publicada a 1 de Outubro de 1862 na *Revolução de Setembro*. Nesta crónica, o folhetinista explica a maior fidelidade ao teatro por parte da mulher, dizendo: “(...) as senhoras, cuja existencia é quasi occiosa e distrahida apenas pelos cuidados domesticos, ignorando sempre o que vae pelo mundo, são, mais que tudo, curiosas de peripecias e de acontecimentos. (...) o enredo é tudo”. Muito embora se trate da mulher espectadora, os traços apontados poderiam também ser transpostos para justificar o gosto pela leitura de romances.

²⁵⁴ Guilherme F. de Freitas Oliveira - “Contos ao Luar”, *A Liberdade*, 25 Julho, 1861. O mesmo autor, em folhetim de 3 de Agosto no referido periódico, anunciava, expressamente, às leitoras uma novidade editorial: “Gostosos damos ás nossas leitoras a noticia da apparição de um livro - *As lendas populares* - devido á penna d’um jornalista bem conhecido pelos seus escriptos, o sr. José de Torres (...)”.

²⁵⁵ Cf. S. A. - “Viver em duas noites”, *O Nacional*, 15 Março, 1862, crónica vinda de Penafiel e em que se diz sobre as penafidenses: “Não é raro deparar-se no açafate de costurar desordenadamente com o dedal, nastro e thesouras, agulhas e telagarça ao modo de lastro dous ou tres volumes de Balzac, Legouv e e Senancour, e em cima do toucador uma ou duas

informação sobre as novidades editoriais, que, por vezes, referem explicitamente a leitora como a destinatária dessas informações, funciona como índice dessa ocupação do tempo e permite-nos saber que tipo de obras ou que autores eram do agrado do público feminino de então. As opções do sexo feminino privilegiariam a leitura de obras que apelassem ao sentimento, quer através da ficção, quer através da poesia e obras que respondessem a uma necessidade de entretenimento²⁵⁶. O folhetim, para além de espaço lúdico, funcionaria igualmente como lugar de aconselhamento e de orientação para a leitora²⁵⁷ e para nós, como resulta das observações apontadas, indicador precioso dos gostos de leitura de então.

A implantação do folhetim, o seu império indiscutível à época, e o lugar que ocupa junto das senhoras aumentando o leque das suas leituras, são factores postos em relevo pelos próprios cronistas que dão simultaneamente a conhecer a importância da opinião feminina como condicionadora da escrita folhetinesca: “Quem ganhou com isso foi o sexo bello: em vez de romances, lê chronicas. E se o chronista lhe falla de modas, ri-se; se lhe descreve epopeias e mil outras diversas cousas, que lhe não agradem,

chronicas”. Refira-se ainda o folhetim do mesmo ano, da pena de Ramalho Ortigão, “Às leitoras do ‘Jornal do Porto’”, onde se opina: “É certo, minhas queridas leitoras, que o piano, o *crochet*, o álbum dos retratos fotográficos e as vistas estereoscópicas são divertidas coisas para quem vem de fora, mas enfastiam pesadamente a quem está em casa, e se habituou a elas. Deixemos pois entrar a poesia de quando em quando”. (*Crónicas Portuenses, op. cit.* p. 141). Também a mulher, situada geograficamente fora dos centros urbanos, se caracteriza por hábitos quotidianos idênticos aos da mulher cidadina.

²⁵⁶ Cf. Samuel - “Revista hebdomadaria”, *O Nacional*, 28 Jan., 1862: “A leitora, se eu escrevesse a revista semanal, queria que eu lhe fallasse d’um livro (...). // Ora vejamos: “Amor de perdição” se chama aquelle; Camilo Castello Branco, o auctor. - Quer? // -Se quero!” Também em folhetim de *A Revolução de Setembro*, a 3 de Maio de 1863, Aramis, o seu autor, se pronuncia sobre *Histórias para Gente Moça* de Júlio César Machado, dando indicações de leitura e opinando o seguinte: “Os livros de Machado são puramente litterarios; não tem pretensões a dissertações philosophicas; (...) mas as senhoras e os rapazes, que são os verdadeiros apreciadores de litteratura, as primeiras pela delicadeza do sentimento os segundos, pelo entusiasmo da mocidade por tudo quanto é bello, acolherão sempre Julio Machado como o seu escriptor predilecto; e será tão estranhável não encontrar em Portugal no toucador de uma senhora ou no quarto de um rapaz os *Contos ao luar* ou as *Scenas de minha terra*, como o seria em França não achar o *Petite Comtesse* ou o *Roman d’un jeune homme pauvre*”.

²⁵⁷ Cf. Ramalho Ortigão - Às leitoras do “Jornal do Porto”, *op. cit.*, crónica em que Ramalho aconselha veementemente a leitora à fruição de *Tradições e Fantasias*, de José Maria de Andrade Ferreira, contendo narrativas sentimentais, *Passeios e Fantasias* de Júlio César Machado, obra escrita num tom ligeiro - como ajuíza Ramalho “Júlio escreve como fala.” -, e, por fim, o livro de poesia *Coroas Flutuantes*, de Joaquim Pinto Ribeiro. Cf. igualmente, Abel - [Folhetim], *O Nacional*, 29 Abril, 1864: “N’outros tempos, o folhetim era uma especie de priminho de todas as damas. Dava-lhes rebuçados, jogava a cabra cega com ellas, acompanhava-as ao jardim e ás vesitas, comprava-lhes bonecos no S. Lazaro, emprestava-lhes romances annotados por elle a lapis, assistia-lhes ás licções de piano, ia-lhes tirar bilhetes de camarote & &”.

exclama: ‘Maldito folhetinista, que me impingistes gato por lebre! Tola que fui... correr atrás da preza? Para quê? Para ficar lograda’”. E o autor da crónica prossegue indicando diversas reacções de desagrado da leitora, afirmando como defesa que “não escreve só para o feminino sexo, pois que, em vista d’isso não valeria a pena passar tantas vezes a mão pela testa fria, para lhe ocorrerem as bellas da escripta, ou os pensamentos heroicos d’algum historiador”²⁵⁸. Também em “Folhetim das Praias. A Foz” de *O Primeiro de Janeiro* diz, a dado passo, o folhetinista que se alongara em considerandos sobre os tempos aúreos de vilegiatura na Foz: “Mas deixemo-nos destas divagações, que não frisam com a expectativa da leitora”²⁵⁹. Que não se tratará sempre de um mero artifício retórico o desabafo ou a confissão de que o folhetinista é espartilhado ou condicionado pelas expectativas e gostos do público feminino, revela-o a existência de textos que respondem a interpelações²⁶⁰ ou a pedidos de leitoras com vista ao desenvolvimento de um assunto específico de actualidade, como “Irmãs de Caridade” de Lopes de Mendonça²⁶¹, ou textos que revelam a necessidade de auto-defesa experimentada pelo cronista, como em “A quem toma banhos”, de Júlio César Machado²⁶². A existência de uma interacção que no folhetim ocorre, envolvendo o cronista e um destinatário feminino, mostra bem um intercâmbio efectivo através de uma troca epistolar que o folhetim desnuda e a que veladamente aludimos a propósito

²⁵⁸ Um Revisteiro - “Chronica-folhetim”, *O Nacional*, 1 Março, 1861.

²⁵⁹ “Folhetim das Praias. A Foz”, *O Primeiro de Janeiro*, 18 Agosto, 1878. Ainda no mesmo jornal e ano, a 8 de Setembro, Durães Lima escreve uma crónica de vilegiatura, “A Foz”, que tem como destinatário o sexo feminino, iterativamente invocado ao longo do texto.

²⁶⁰ Cf. Manuel Roussado - “Os maridos ciosos”, *O Diario Popular*, 26 Abril, 1869. Na sequência da publicação de uma fisiologia dos maridos, Manuel Roussado diz ter recebido correspondência de mão feminina, anónima, e uma das cartas acusa-o de se ter esquecido do tipo do marido cioso, observação que, na sua opinião, não tem fundamento, porque “O ciúme é propriedade geral dos maridos”. Ora este folhetim tem lugar, porque terá havido uma acção externa que provocou a sua escrita.

²⁶¹ Cf. Lopes de Mendonça - “Irmãs da Caridade”, *A Revolução de Setembro*, 8 Jan., 1852: “Quem, senão uma senhora, me poderia encarregar de pôr ao serviço de uma tão santa e generosa causa a minha pobre penna de escriptor?” Em 26 de Maio de 1849, na “Revista de Lisboa” do mesmo jornal, Lopes de Mendonça entregava-se à caracterização do janota, por ter sido questionado a tal respeito por uma senhora.

²⁶² Cf. Julio Cesar Machado - “A quem toma banhos”, *A Revolução de Setembro*, 28 Out., 1854: “Confesso que em questão de iras finimis prefiro a cólera das massas, á raiva individual. As damas gostam de ser *unicas* quer no amor quer no odio. Desde o momento em que veem partilhado o seu juiso sobre qualquer coisa, diminuem na ardencia delle. Se assim não fosse, que seria de mim estando as damas tão quisiladas por motivo do meu folhetim de revista das barcas! queixam-se de eu negar a existencia da principal molestia das senhoras, *nervoso*; e accusam-me de ingrato em não ter passado diploma de triunfantes ás barcas do *Terreiro do Paço*, onde, verdade seja, eu tão bem recebido tenho sido!”

do texto de Lopes de Mendonça. Vejamos tão só dois exemplos em escritos de Simões Ferreira, no ano de 1863: pelo facto do cronista afirmar que as senhoras adivinhariam a razão porque o seu folhetim se lhes tornaria mais simpático sem cabeça, uma dama resolve, no *Bejense*, dar a solução do que considera ser uma charada proposta pelo folhetinista²⁶³; e, um mês depois, Simões Ferreira responde a uma carta de uma senhora que, por estar tão bem escrita, lhe chega a suscitar dúvidas quanto à sua autoria feminina²⁶⁴. Observemos porém que, em ambos os casos, as autoras se escondem sob a capa do anonimato. Os exemplos referidos apontam afinal para um fenómeno de mudança de estatuto: a leitora passa de mero destinatário a interlocutora vital para o acto de fala que decorre no espaço do folhetim²⁶⁵.

Que não é possível desprezar um público feminino, que o folhetinista procura, aliás, conquistar esse mesmo grupo de leitores, mostra-o a galanteria, o jogo de sedução que, por vezes, tem lugar no folhetim. Escutemos Júlio César Machado: “Com a leitora conto eu mais, ou para dizer a verdade, é apenas nella que eu confio tudo. Uma ligeira nuvem de mau humor, um indizível capricho de melancolia desvaira-me de quando em quando, mais vehementemente e audacioso pela confiança que v. ex.^a me inspira. // E depois, aqui está o que é preciso dizer, e dizel-o hoje mesmo e já! Em tudo que eu possa, n’um ruim momento de amargura ou de ironia, dizer de agreste e offensivo contra os direitos e prerrogativas das senhoras, são exceptuadas sempre, – mas sempre, caso entendido! –... as leitoras do meu folhetim!...”²⁶⁶ A mestria de Júlio César Machado permite-lhe mesmo orientar e traçar rumos comportamentais na leitora e este poder do agente folhetinístico e, por consequência, do folhetim enquanto fazedor de opinião e implementador de novas atitudes culturais, é salientado e denunciado, por exemplo, por Guilherme de Freitas em folhetim de *A Liberdade*: “Ainda mais um triumpho para o espirituoso folhetinista da *Revolução de Setembro*. O elegante escriptor consegue tudo

²⁶³ J. Simões Ferreira - “Folhetim”, *A Liberdade*, Coimbra, 29 Março, 1863.

²⁶⁴ *Idem*, 23 Abril, 1863.

²⁶⁵ São sobejamente conhecidas situações de volte-face que no campo do romance-folhetim ocorreram na imprensa periódica francesa por intervenção do destinatário, nomeadamente com textos de Eugène Sue ou Ponson du Terrail.

²⁶⁶ Julio Cesar Machado - “Revista da Semana”, *A Revolução de Setembro*, 6 Nov., 1860. O sentimento experimentado pelo folhetinista de que é condicionado na sua actividade pela exigência do público - e dessa questão já falámos em momento anterior - vem ao de cima nesta crónica, pois a passagem transcrita é antecedida pela seguinte reflexão: “Eu tenho ás vezes o mau costume de não ser alegre. E’ uma tontice, que hade acabar por me perder no espirito do leitor, que, infelizmente, já não é benevolo como ainda por engano se lhe chama ás vezes nos prefacios”. As afirmações de Júlio César Machado permitem então pensar que ele considera existir uma maior indulgência por parte do público feminino.

quanto quer; as suas palavras parecem produzir um effeito magnetico nas damas. – Os *concertos populares* começavam a ser pouco populares; abandonados pelas bellas, empallideciam, e definhavam-se (...). – Aparece *Machado*, escreve duas linhas, convida, aconselha, insta com as nossas elegantes, e eil-as concorrendo de novo áquelle divertimento, sem se lembrarem já do calor, da monotonia, nem do enfado. – Com o seu folhetim aquelle *endiabrado* rapaz, consegue o mesmo que os antigos prestidigitadores com suas *varinhas do condão*²⁶⁷. Alguns anos depois, Diana de Aveleda em “Impressões do Campo”, dedicadas a uma mulher, e de valor pedagógico acentuado²⁶⁸, afinará pelo mesmo diapasão: “- Senhores folhetinistas, é necessário convencer as nossas elegantes que não é de mau gosto cantar em música portugueza poesia portugueza; ridiculizai muita embora a *Jovem Lília* e as antigas modinhas, mas substituí-lhes canções nacionais como elas. Não vos mostreis benignos somente para com os *chimés, infelices, miseros, mios contentos e addios* das letras italianas”²⁶⁹.

Os testemunhos de Guilherme de Freitas e de Júlio Dinis, por interposta pessoa, fazem com que nos apercebamos de uma acção de poder, de um magistério de influência que o folhetinista exerce, com ou sem consciência, sobre a mulher. Com effeito, através da circulação nos seus textos de uma imagem estereotipada ou de uma imagem idealizada do que é ou deveria ser a mulher, o que está em curso é uma tarefa de sedimentação de uma socialização primária. O folhetim, porque ajuda a criar ou a consolidar hábitos de leitura, familiariza e coloca a mulher perante um conjunto de teses

²⁶⁷ Guilherme de Freitas - “Folhetim”, *A Liberdade*, 13 Agosto, 1861.

²⁶⁸ Estas “Impressões do Campo”, dirigidas a Cecília, ilustram, de algum modo, a visão do livro instrumento contraposto ao livro monumento, que Júlio Dinis expressa em “Ideias que me ocorrem” (*Obras de Júlio Dinis*, vol. II, *op. cit.*, p.563), “uma verdadeira arte de romance para uso pessoal”, nas palavras de Isabel Pires de Lima (*apud* “Júlio Dinis: o ‘romance rosa’ moderno”, *O Tripeiro*, n.ºs 11-12, Nov./Dez., 1989, p. 325) e que se poderia estender a parte da escrita folhetinesca a circular num suporte com condições adequadas a tais fins: “Os livros instrumentos são, pelo contrário, para andarem nas mãos de todos, para o uso quotidiano, para educarem, civilizarem e doutrinarem as massas”. Ora estes textos de Júlio Dinis, ao apresentarem uma Diana de Aveleda culta, actualizada, sensata, respeitadora dos papéis tradicionais da mulher, mas igualmente capaz de reflexão, de crítica, de poder interventivo, contidamente opinativa, não buscam eles uma correcção e aperfeiçoamento da mulher portugueza, de que se vai paulatinamente traçando o retrato, ao mesmo tempo que sobretudo se fala da mulher, mas também, em pano de fundo de Portugal? Esse retrato, que se gostaria de ver algo alterado e enriquecido com úteis prendas domésticas e sólida moral, mostra-nos uma mulher afectada, de gostos românticos, de saber grandemente romanesco, excessivamente condicionada pela moda e pelos figurinos estrangeiros, com um verniz de instrução que a faz falar francês e tocar piano, preparando-a para uma vida mundana, para frequentar a sociedade. Consulte-se particularmente o texto saído no *Jornal do Porto* a 11 de Janeiro de 1865 e reproduzido na obra acima citada, pp. 732-738.

²⁶⁹ Diana de Aveleda - “Impressões do Campo”, *Obras de Júlio Dinis*, *op. cit.*, p. 738.

que ela vai paulatinamente incorporando ou acentuando, funcionando o folhetim como um meio de uma socialização secundária. O discurso em torno do destinatário feminino pode deste modo também levar a uma aproximação efectiva, entre o leitor pretendido e o leitor real, pela acção formativa, de moldagem, que o folhetim, por vezes, empreende. Não podemos então pensar que a relação de ascendente cabe, estritamente, à mulher; também o folhetinista ganha ou tenta ganhar ascendente sobre o seu destinatário quando, por exemplo, assume uma missão formadora do sexo feminino através do poder actuante do folhetim, contrariando a tendência dominante que esquece a mulher enquanto ser pensante. Se Lopes de Mendonça apenas aponta para este tipo de atitude quando diz “Perdoem-me minhas senhoras, se as esqueço, nesta divagação. E’ que, sinceramente, por maior que seja a minha admiração pela belleza, não posso esquecer que é do meu dever propugnar pela victoria das ideas grandes, justas e generosas da democracia. E querem que exprima todo o meu pensamento? Tenho tambem o desejo de as converter aos principios da fraternidade”²⁷⁰, J. Simões Ferreira, em *A Liberdade*, apresenta uma posição mais desenvolvida e elaborada da importância do folhetim para o leitor em geral e para a mulher em particular, pois “é a parte mais popular de todo o jornal”, devendo juntar o útil ao agradável:

*O folhetim é principalmente leitura para damas, e as damas precisam mais de saber do que de rir. O rir dá-lh’o a sua natureza: o saber só pode dar-lh’o a leitura. Por muito educadas que ellas sejam, é de tal modo dirigida a educação que recebem, que não é raro tornal-as mais vaidosas sem as tornar mais instruidas. A propria vaidade já nos parece um indicio de ignorancia. (...) Destruamos, pois, na mulher a ignorancia, ter-lhe-hemos destruido, em grande parte, a vaidade. Para isso nos cumpre trabalhar. Não esperemos que venham ellas procurar o saber ás regiões fragosas onde elle cresce; baixemos nós a levar-lh’o aos deliciosos prados onde ellas vivem. Se mais estimam um jardim de flores, que um campo de trigo, muito mais hão de estimar o campo de trigo onde haja flores*²⁷¹.

A premissa de que ambos os autores partem é a de que a mulher apenas se preocupa habitualmente com coisas fúteis e frivolidades, sendo necessário fazer uma inflexão no modo de educar e instruir a mulher com vista a implicá-la, com maturidade, nas realidades que a cercam.

²⁷⁰ Lopes de Mendonça - “Revista de Lisboa”, *A Revolução de Setembro*, 9 Junho, 1849. Nesta crónica, o folhetinista abre mão dos seus anseios e rende-se à vontade da leitora, pois, mais adiante, diz: “Aposto que se enfastiam com tanta politica? Teem rasão: vou entrar na ordem do dia”.

²⁷¹ J. Simões Ferreira - “Folhetim”, *A Liberdade*, 24 Maio, 1863.

O preenchimento de um tempo de ócio não é, porém, uma vocação exclusiva da crónica. Ela estende-se à inserção no espaço do folhetim de textos de cariz poético ou romanesco²⁷², também bastante procurados pelas leitoras²⁷³. Não é por acaso que as revistas se abrem não apenas a obras aí publicadas em episódios, uso já antigo, mas à ficção estruturalmente folhetinesca. Na verdade, a oferta está intimamente ligada a uma procura que então se faz sentir. O exemplo, já clássico, vemo-lo na publicação, em 1843, na *Revista Universal Lisbonense de Viagens na Minha Terra*. Ora esta obra ilustra ainda, no seu capítulo X, através da estratégia retórica adoptada, a importância crescente da mulher leitora, por um lado, e, por outro, a imagem da leitora oitocentista - sob o domínio do romance francês e apreciadora de narrativas sentimentais -, recorrendo a uma variação introduzida na constante interpelação que o narrador faz da instância de leitura: se até aí era o leitor o interlocutor convocado, chegada a “história da menina dos rouxinóis”, o narrador dirige-se às damas, às “belas e amáveis leitoras”²⁷⁴. Idêntica mudança de estratégia podemos encontrá-la nos romances de Júlio Dinis surgidos pela primeira vez em folhetim do *Jornal do Porto*. Com efeito, *As Pupilas do Senhor Reitor*, *Uma Família de Ingleses* – assim titulado no suporte periodístico – e *A Morgadinha dos Canaviais*, caracterizam-se por uma maioritária interpelação ao leitor. Porém, momentos há em que a análise do sentimento amoroso ou o assunto de interesse feminino exige em Júlio Dinis a eleição da leitora como interlocutora²⁷⁵. Precioso em Júlio Dinis é o comentário-esclarecimento que o narrador

²⁷² Cf. *Diario de Noticias*, 4 Março, 1865. Neste número da folha lisbonense, publicam-se no espaço do folhetim poemas de António Maldonado, antecidos de nota, em que se diz: “Temos o prazer de offerecer hoje aos nossos leitores, e especialmente ás nossas leitoras, tres lindas composições poeticas ainda ineditas (...)”; e, na nota prévia, anuncia-se ainda a futura publicação de poesias de João de Lemos, Costa Cascaes ou Tomás Ribeiro. Exemplo de leitura oferecida às senhoras encontramos-lo num jornal de província como o *O Seculo XIX*, em 1864, a 12 e 23 de Março, e em 1865, a 16 de Agosto. Em ambos os casos se trata de escritos de cariz fantástico, “Cartas” trocadas entre Nerval e Heine e “Historia cabalista”.

²⁷³ Cf. O Pigmeu - “Revista do Porto”, *O Nacional*, 30 Nov., 1850: “As mulheres, essa molla real da vida activa, são aquellas que com mais avidéz devoram um folhetim, para saber o que se passa, em um rapido volver d’olhos procuram saber se já se publicou o *Arco de Sant’Anna*, a *Genoveva*, ou o *Pirata*, e a *Esmeralda* para hir de um a outro pólo, d’uma folha de almaço procurar alguma poesia amorosa ou sentimental de Soror Dolores repassadas de melancolia poetica”.

²⁷⁴ Almeida Garrett - *Viagens na Minha Terra*, Porto, Porto Editora, 1974, p. 59. Consulte-se o pertinente estudo de Carlos Reis - “Leitura e leitora nas “Viagens” de A. Garrett”, *A Mulher na Sociedade Portuguesa. Visão Histórica e Perspectiva Actuais. Actas do Colóquio, Coimbra 20-22 de Março, 1985*, vol. II, Coimbra, Instituto de História Económica e Social, F.L.U.C., 1986, pp. 61-72.

²⁷⁵ Cf. Júlio Dinis - *A Morgadinha dos Canaviais, Obras de Júlio Dinis*, vol. I, *op. cit.*, p. 560: “Por concentrada e discreta que fosse a paixão de Augusto, não era um mistério para Madalena.

produz, em *Uma Família Inglesa*, para justificar a entrega à leitura de romances por parte da personagem masculina: “Há alguma coisa também de particular na maneira de ler, quando se está em tais disposições de espírito. // Preferem-se os romances, mas não é pelo lado literário que mais se apreciam; porém exactamente como os apreciam as crianças e a maioria das mulheres – pelas peripécias do enredo; – e, permita-se-me dizer, que imagino ser esta a classe de leitores, que mais deve lisonjear o romancista”²⁷⁶. Esta passagem ilustra sobretudo a existência de um público de homens leitores para o romance e o desejo desse público – e não é por acaso que o destinatário do romance do escritor português surge quase sempre no masculino –, mas dá igualmente conta do que prende ao romance a mulher leitora. Se o homem se acerca do romance para nele apreciar o processo criativo, a mulher – na sua maioria matiza Júlio Dinis – que sintomaticamente forma grupo com as crianças, deixa-se atrair pelo novelo da intriga. Para um universo francês, o estudo de Lise Queffélec sobre a instância de leitura na ficção romanesca em folhetim, surgida durante a Monarquia de Julho, mostra como esse *topos* do romance traz à luz uma leitura essencialmente feminina: “la naissance et le développement de ce topos accompagnent, dans l’ère moderne, la montée du roman en même temps qu’apparaissent, sous la Monarchie de Juillet, avec le roman-feuilleton, les premières manifestations d’une pratique culturelle de masse. La femme n’est pas, alors, considérée comme la seule destinataire du roman, mais plutôt comme sa destinataire privilégiée, ou mieux encore comme l’image privilégiée de ce destinataire. C’est à partir du Second Empire que ce topos deviendra envahissant, au fur et à mesure que se développe et se spécifie une littérature romanesque de grande consommation, et que s’élaborent des tentatives de réaction de la part des romanciers(...)”²⁷⁷. Martyn

// A estranhar alguém esta penetração de vista não será decerto nenhuma das minhas leitoras”. Cf. igualmente Júlio Dinis - *As Pupilas do Senhor Reitor*, *op. cit.*, p. 86: “A cozinha de João Semana era de um carácter portuguêsíssimo, e eu, ainda que me valha a confissão dos desagradados de alguma leitora elegante, francamente declaro aqui que, para mim, a cozinha portuguesa é das melhores cozinhas do mundo”.

²⁷⁶ Júlio Dinis - *Uma Família Inglesa, Obras de Júlio Dinis*, vol. I, *op. cit.*, p. 750.

²⁷⁷ Lise Queffélec - “Le lecteur de roman comme lectrice: stratégies romanesques et stratégies critiques sous la Monarchie de Juillet”, *Romantisme. Revue du XIXe Siècle*, n° 53, 1986, p. 9. Ao longo do seu estudo, Lise Queffélec observa que este tratamento da instância de leitura está estreitamente ligado à imagem da mulher então em circulação: ser excluído da vida política, com leituras distintas das dos homens - mas dos homens que se entregam à coisa política -, mulher que se caracteriza por uma certa incultura e frivolidade, e para quem o romance funciona como meio de entretenimento, ocupando um tempo de ócio. Lise Queffélec salienta ainda que “Par contamination en effet, on englobe dans le féminin un ensemble de groupes destinés eux aussi au roman en fonction d’un certain nombre de caractères communs dont l’ensemble compose une image de la féminité; ces destinataires sont aussi exclus du groupe masculin, qu’ils

Lyons, no seu contributo para a *Histoire de la Lecture dans le Monde Occidental* corrobora tal opinião, acrescentando ainda que “Cette féminisation du lectorat des romans semblait confirmer les préjugés dominants sur le rôle de la femme et sur son intelligence: si les romans étaient considérés comme la littérature des femmes, c’est parce qu’on voyait en elles des créatures toutes d’imagination, aux capacités intellectuelles limitées, à la fois frivoles et prisonnières de leurs émotions”²⁷⁸. Menche de Loisne ilustra na perfeição tais ilações quando ao confrontar o leitorado de George Sand, Eugène Sue, Soulié e Balzac afirma que se Sand é lida por homens esclarecidos e inteligentes, os outros três autores “sont surtout lus par le peuple, par les gens désœuvrés et par les femmes, toujours avides de violentes émotions”²⁷⁹.

Em Portugal, cerca de trinta anos mais tarde, o gosto pela ficção por parte da leitora manifesta-se, por exemplo, quando em *O Primeiro de Janeiro*, se anuncia, sob a rubrica *Noticiario*, uma obra de Alphonse Karr: “O Caminho Mais Curto – E’ este o titulo d’um formoso e elegantissimo romance de Alphonse Karr, cuja versão devida á penna *humoristica* d’Urbano Loureiro – começaremos em folhetins d’amanhã por diante. // Tanto o author como o traductor são conhecidos de sobejo para legitimamente nos desvanecermos com o serviço que assim vimos prestar ás horas vagas da leitora – que sem elle as poderia esbanjar com o impossivel Ponson du Terrail”²⁸⁰. E deste modo ficamos também a conhecer, no campo romanesco, outras preferências de leitura da mulher da época. A apetência feminina para a leitura de romances manifesta-se ainda nos anúncios que nos periódicos se fazem de novos romances-folhetim²⁸¹; assim, no *Noticiario* da folha coimbrã *A Liberdade*, chama-se a atenção para a publicação de *Os Irmãos da Costa* de Emmanuel Gonzales, dedicado particularmente às senhoras, e da autoria de um de entre os primeiros romancistas franceses²⁸². *O Commercio do Porto* que adoptará como prática a chamada de atenção no “Noticiario” para os novos

délimitent par cette exclusion même. Il s’agit de la foule (variante: le peuple), des oisifs (variante: les gens du monde, les salons), des enfants et des vieillards” (*op. cit.*, p. 10).

²⁷⁸ Martyn Lyons - “Les nouveaux lecteurs au XIXe siècle. Femmes, enfants, ouvriers”, *Histoire de la Lecture dans le Monde Occidental*, *op. cit.* p. 372.

²⁷⁹ Ch. Menche de Loisne - *Influence de la Littérature Française de 1830 à 1850 sur l’Esprit Public et les Moeurs*, Paris, Garnier Frères, Libraires-Éditeurs, 1952, p. 275.

²⁸⁰ *O Primeiro de Janeiro*, 10 Maio, 1870.

²⁸¹ Como nota Manuela D. Domingos em *Estudos de Sociologia da Cultura. Livros e Leitores do século XIX*, Lisboa, Instituto Português do Ensino à Distância, 1985, pp. 169-172, a propósito do estudo sobre gabinetes de leitura, os anúncios em periódicos e a iconografia oitocentista apontam, com frequência, a mulher como leitora primeira de romances.

²⁸² Cf. “Noticiario”, *A Liberdade*, Coimbra, 23 Abril, 1865.

romances-folhetim a iniciar, em 1895, dirá que “Sonhos Juvenis” “hão-de ter o culto dos bons espiritos, hão-de ter o condão de interessar attentamente a leitora”²⁸³. “Uma narrativa - por certo uma tradução - como “A saia-balão”, surgida em 1859 em *O Ecco Popular*, é explicitamente dirigida, no prólogo, à leitora: “Se eu começasse dizendo que imaginei tudo o que tenciono contar-vos, leitora, faltaria á verdade”²⁸⁴. Neste texto, em que se narra a história da invenção da saia-balão, a questão central gira em torno da importância da moda para a mulher, assunto que iria ao encontro dos interesses das leitoras lusas²⁸⁵. Vemos, pois, que o espaço do folhetim, ao incrementar a publicação de diferentes produtos, permite à folha quotidiana uma oferta eclética à leitora de então e que ela só encontraria reunida numa revista ou periódico quinzenal ou mensal. Como refere Ivone Leal, um periódico como o *Correio das Damas* (1836-1852) atinge uma longevidade de cerca de duas décadas graças à capacidade de ir ao encontro dos interesses das damas, publicando romances, crónicas mundanas, informação sobre modas, novidade editoriais ou teatro, publicando poesia, adivinhas e charadas²⁸⁶.

Falámos da mulher leitora; porém, essa leitora virtual invocada no folhetim converte-se, muitas vezes, não numa leitora real, mas numa ouvinte. Com efeito, não podemos deixar de considerar um outro modo de recepção do folhetim, aquele que passa pela sua audição. Não esqueçamos que a leitura em voz alta se constituía como uma prática corrente de ocupação do serão, congregando um maior ou menor número de ouvintes com diferentes situações de alfabetização. Assim, apesar da instância de leitura ser com frequência investida no folhetim, tal facto não significa que o processo de consumo do folhetim se reduza a uma situação solitária de leitura em voz baixa. Lembremos ainda que uma assinatura de um periódico era, de algum modo, um bem de luxo e a circulação de um exemplar da folha entre múltiplos leitores era uma

²⁸³ “O nosso folhetim”, *O Commercio do Porto*, 14 Fev., 1895.

²⁸⁴ “A Saia-balão”, *O Ecco Popular*, 13 e 14 de Dez., 1859.

²⁸⁵ Este texto prende ainda a nossa atenção pelo facto de nos mostrar uma mulher, neste caso a francesa, que valoriza a aparência, a beleza, o sucesso imediato, a mundanidade e que, por esse motivo, de um modo consciente ou não, lida com o passageiro, o efémero. Essa mulher caracteriza-se também pela naturalidade com que encara a sua situação de dependência financeira em relação ao elemento masculino: “(...) queremos offuscar, resplandecer, attrahir louvores, nada mais; em compensação pagamos (ou nossos paes ou nossos maridos pagam, o que é a mesma coisa) com generosidade a quem nos auxilia n’essa empresa difficil” (*O Ecco Popular*, 13 de Dezembro de 1859). Curiosamente, diz-se neste mesmo texto que os juizes das elegantes são o público e os folhetinistas.

²⁸⁶ Ivone Leal - “Os papéis tradicionais femininos: continuidade e rupturas de meados do séc. XIX a meados do séc. XX”, *A Mulher na Sociedade Portuguesa. Visão Histórica e Perspectiva Actuais. Actas do Colóquio, Coimbra, 20-22 Março, 1985, op. cit.*, p. 356.

realidade de facto. Esta prática de convivialidade permite assim aumentar o número, infelizmente não quantificável, de destinatários do folhetim, de um jornal e, por consequência de destinatários femininos²⁸⁷.

Não é, pois, despicienda nem gratuita – insistimos – a presença retórica da mulher leitora no periodismo da época; indirectamente, funciona como sinal de uma prática cultural importante que, em Oitocentos, faz do produto da escrita um modo do sexo feminino aceder ao exterior, situe-se ele em terra nacional ou estrangeira, permitindo então a fuga pelo exercício da imaginação a um horizonte estritamente doméstico.

Na história do folhetim português, a mulher é assim um destinatário bem visível da escrita folhetinesca. Se repararmos, o folhetim confere à mulher um papel privilegiado, reconhece-lhe importância – que não pode ser secundarizada - até mesmo numa óptica de mercado de leitura. De um modo efectivo ou não, o folhetim parece contribuir para a promoção da mulher na sociedade da época ao mostrar, por exemplo, o poder que ela tem em relação ao jornal ou a uma parte dele. Os folhetinistas, ainda que por breves momentos, fazem das mulheres protagonistas e, certamente, fazem-nas experimentar esse protagonismo, embora efémero e por isso mesmo ilusório. Para além do mais, não o esqueçamos, trata-se de um protagonismo limitado por uma visão masculina que situa a mulher no lar ou em carência de instrução. Através do folhetim, a mulher continua a ser tutelada e controlada nas suas leituras, já que ele resulta maioritariamente de pena masculina. Porém, o facto de o folhetim ajudar a uma vulgarização da leitura, de oferecer uma vasta panóplia textual e de investir na leitora, permitirá o contacto da mulher com escritos e assuntos diversificados, estimulando a sua curiosidade intelectual – para além, obviamente, da ocupação de um tempo de lazer –, criando paulatinamente condições para uma mudança ou alargamento de gostos de leitura, permitindo afinal a emergência de uma nova visão da mulher que pode e deve aceder ao conhecimento.

A existência de um público leitor feminino – ou pelo menos a sua natureza potencial – manifesta-se igualmente na emergência e acentuado desenvolvimento de periódicos para o sexo feminino, particularmente a partir da década de trinta de

²⁸⁷ Martyn Lyons, referindo-se não à leitura do folhetim, mas à leitura sobretudo de romances, aponta mesmo, em *Histoire de la Lecture dans le Monde Occidental*, para a existência de uma sociabilidade feminina como contraponto a uma sociabilidade masculina: “La lecture jouait un rôle important dans la sociabilité féminine. Alors que dans les cafés et les cabarets, penchés sur les journaux, les hommes parlaient politique, romans et livres pratiques s’échangeaient presque exclusivement entre femmes” (*op. cit.*, p. 373).

Oitocentos²⁸⁸. Registe-se a colaboração crescente da mulher, em jornais e revistas, chegando por vezes a assumir a direcção e redacção de um periódico: Catarina de Andrada no jornal *L'Abeille*²⁸⁹, Antonia Gertrudes Pusich em *Assemblée Litteraria* por ela fundado e que surge em 1849 ou Francisca Martins D'Assis Wood²⁹⁰, redactora principal de *A Voz Feminina*²⁹¹ de 1868. O aparecimento de periódicos destinados ao sexo feminino, não terá, no caso português, tanto a ver com a questão da emancipação da mulher²⁹², que polemicamente se vivia em países como o Reino Unido ou os Estados Unidos da América, muito embora houvesse conhecimento em Portugal do que ocorria no Estrangeiro²⁹³; o desenvolvimento de uma imprensa feminina no nosso país residirá, sobretudo, na existência de uma franja de leitores-mulheres, com interesses específicos,

²⁸⁸ Curiosa e sintomaticamente e como já referimos no capítulo “Para uma história do folhetim”, surgirá ligado a um empreendimento como o *Jornal das Damas*, fundado em 1867, “um almanach, consagrado especialmente ao folhetim”, como se pode ler no *Almanach do Folhetim*, publicação do Jornal das Damas, Lisboa, Proprietarios e Editores Alfredo Bordalo & Barboza Nogueira, 1868, p. 19, para o ano de 1869. Quando nos acercamos deste *Almanach do Folhetim*, algumas reflexões afloram inevitavelmente: poderá ser ele tomado como mais um sinal da mulher enquanto destinatário do folhetim porque ligado a uma empresa como o *Jornal das Damas*, sinal da importância que o folhetim auferia à época ou ambas as coisas? Na verdade, quando lemos os diferentes textos, se referências existem à instância de leitura, verificamos que elas elegem ou o “leitor” ou os “leitores e leitoras”. Porquê a inclusão de um extracto da tradução livre que António Feliciano de Castilho fez de *Les Femmes Savantes* de Molière, mais precisamente, do momento em que o chefe de família critica os excessos de ilustração da mulher e lista o conjunto do que deveriam ser os seus atributos e deveres dentro de um quadro doméstico? Porque se tratava de uma obra em foco no momento ou porque existiriam intuitos moralizadores em conexão com a estratégia editorial do *Jornal das Damas*?

²⁸⁹ Sobre esta figura feminina e o jornal *L'Abeille*, que surgirá em 1836, jornal para senhoras, mas também lido por homens, consulte-se com proveito Rosa Esteves - “Imprensa periódica para mulheres na primeira metade do século XIX. Catarina de Andrada e o jornal *L'Abeille* (1836 e 1840-53)”, *Análise Social*, vol. XXII, 92-93, 1986, pp. 527-545.

²⁹⁰ Recordemos o que dela diz Inocêncio Francisco da Silva: “Foi educada em Inglaterra, onde viveu muitos annos, e adquiriu conhecimentos que entre nós não são vulgares no seu sexo”. (*Diccionario Bibliographico Portuguez*, t. IX, *op. cit.*, p. 240). Esta informação é reveladora do carácter de excepção, na sociedade da época, da mulher culta e que adquire, por essa sua condição, notoriedade.

²⁹¹ Trata-se do primeiro jornal que se apresenta como sendo “Exclusivamente collaborado por Senhoras”.

²⁹² A Segunda República em França verá surgir uma imprensa apodada de feminista com *La Voix des Femmes* dirigida por Eugénie Niboyet, *La Politique des Femmes*, *L'Opinion des Femmes* ou *La République des Femmes* que, no dizer de Henri Avenel em *Histoire de la Presse Française depuis 1789 jusqu'à nos jours*, *op. cit.*, p. 416, “prêchait la croisade contre les maris”.

²⁹³ Contudo, Francisca Wood, por exemplo, teria tomado conhecimento, de perto, do problema da emancipação feminina em Londres, onde viveu alguns anos. Veja-se a propósito da emancipação feminina e Francisca Wood, Maria Teresa Cortez - “Emancipação Feminina & Contos de Grimm. Versões Portuguesas do Século XIX”, *O Rosto Feminino da Expansão Portuguesa*, *op. cit.*, pp. 617-625.

ou seja, trata-se de um caso ilustrativo da lei da oferta e da procura²⁹⁴. Evidentemente que esta expansão - moderada - de uma imprensa feminina é, sem dúvida, tornada possível por um fenómeno mais geral e que respeita ao progresso do jornalismo no século XIX, pensamos, no entanto que um estudo aturado dos periódicos femininos desse século contribuiria frutuamente para um melhor conhecimento da criação, formação e consolidação de um público leitor do sexo feminino.

4.3. A mulher autora portuguesa

*Il n'est pas bien honnête, et pour beaucoup de causes,
Qu'une femme étudie et sache tant de choses.
Former aux bonnes moeurs l'esprit de ses enfants,
Faire aller son ménage, avoir l'oeil sur ses gens,
Et régler la dépense avec économie,
Doit être son étude et sa philosophie.*

Molière - *Les Femmes Savantes*

*Madame Stael perguntou um dia a Napoleão:
- Quem vos parece que é a mulher mais illustre de
França?
Napoleão respondeu:
- A que tem dado mais filhos á patria.
A mulher que pode apresentar quatorze filhos, fez
um soneto.*

Manuel Roussado

²⁹⁴ Dentro da imprensa feminina, lembremos um testemunho em meados da década de oitenta, dado pelo *Almanach das Senhoras para 1887*, Lisboa, Lallement Frères, 1886, p. 11. No “Expediente do Almanach das Senhoras”, regista-se a observação da *Revue politique et littéraire, Revue Bleue* quando dizia que o almanaque dirigido por Guiomar Torrezão “não é ainda o órgão official da emancipação intellectual da mulher portugueza, chamada, como todas as mulheres de todos os paizes educados na moderna corrente civilisadora, á lucida comprehensão dos deveres, das prerogativas e das responsabilidades a que tem de levantar-se a sua intelligencia no exercicio da augusta missão de mãe de familia” (...). Comenta então o *Almanach das Senhoras*: “Portugal não está ainda preparado para acceitar, sem reluctancia, o problema da emancipação feminina, sob o ponto de vista moral, intellectual e social em que o collocaram os principaes paizes da Europa e da America. Tudo quanto se faça a favor dessa grande Causa tem de ser exclusivamente sumettido a um processo moroso, lento e indirecto, como os indefinidos lineamentos de uma theoria ainda não experimentada”.

A criação literária não surge no século XIX como uma actividade própria do sexo feminino cujo campo de actuação se encontra ligado ao lar. Com efeito, as funções eleitas e prestigiadas de esposa e mãe tacitamente proibem o acesso a um domínio supostamente masculino²⁹⁵. As luzes da ribalta estão reservadas ao homem, a acção feminina tem lugar nos bastidores e não é por acaso que uma das virtudes que a mulher deve possuir e cultivar é a discrição²⁹⁶. Quando em 1819, por exemplo, encontramos uma mulher a assumir a responsabilidade, não de uma obra sua, mas apenas da tradução de uma obra francesa – de cariz religioso note-se –, a tradutora apresenta-se ao público sob a capa da abreviatura, tendo o cuidado de diplomaticamente se justificar, no prólogo, pela iniciativa tomada: “A falta pois de hum tão precioso livro em o nosso idioma, fez que eu, apesar de minha pouca idade, e debil sexo, emprehendesse tal trabalho, que eu conheço ser só proprio de eruditos e sábios Varões (...)”²⁹⁷. Não sem

²⁹⁵ Cf. João Lucio - “Maria Velleda”, *A Chronica. Revista Illustrada e Litteraria*, nº 71, Julho, 1902, p. 1. Neste artigo já de início do século XX, dir-se-á em texto elogioso para com a feminista Maria Veleda: “A mulher nasceu sobretudo para os enternecimentos affectivos do lar, para a doirada vida familiar e suave e para essa nobre e altissima missão de amor e de recolhimento. Tem de moldar os pequeninos corações brandos, de os educar e de os encher de bondade e de suavidade.// A Arte não póde querer roubar á Familia essas dôces figuras carinhosas de abnegação e de consolo, tão amoraveis e delicadas; mas necessita d’algumas, de aquellas a cuja sensibilidade finissima do sexo se solde a poderosa envergadura do espirito, porque ha qualquer coisa de subtil, de brandamente sensibilisante que, apenas esse espirito femenino consegue surprehender e fixar”.

²⁹⁶ Seria interessante e frutuoso reflectir sobre as contrastantes imagens femininas no escrito inacabado de Balzac e postumamente publicado, *La Femme Auteur*, Paris, Bernard Grasset, Éditeur, 1950, através de duas personagens: Albertine Becker, a *bas bleu*, e Madame Malvaux, a mulher devotada à família. Esta obra que terá sido esboçada por volta de 1847 manifesta, de algum modo, a visão que então se tem da mulher e dos seus papéis sociais. Na verdade, a figura da mulher autora surge sempre rodeada de uma atitude bastante crítica e algo satírica, sendo, por exemplo, etiquetada pelo sobrinho como “le prospectus d’une muse” (*op. cit.*, p. 96), sobrinho que acerca da mulher afirma: “Mes torts consistent à prétendre qu’une femme ne doit jamais accrocher la pureté de sa vie de mère, de femme, à la quatrième page des journaux, qu’on se met en dehors de son sexe en devenant un écrivain, que les exceptions à la faiblesse féminine sont si rares qu’il n’y en a pas eu dix en dix-huit cent ans, et que la misère est la seule excuse d’une femme auteur” (*op. cit.*, p. 98). Notemos ainda que Madame Malvaux, a imagem da mulher esteio do lar, surge como sendo possuidora de inúmeros talentos e com uma educação aprofundada, mas que irá pôr de lado a favor da dedicação à família: “Je lisais tant, j’étudiais tant de choses, je me donnais une éducation si virile en faisant celle de mon frère, que je me crus, un beau matin, grande comme madame de Staël, et, en concevant une si haute idée de moi, je devais infailliblement commettre des sottises” (*op. cit.*, pp. 110-111). Nesta auto-apresentação, realce-se o contributo feminino na educação masculina, o juízo de valor quanto à virilidade de tal educação para uma senhora e, implicitamente, a advertência que se faz à mulher, relativamente aos riscos que pode correr quando não se inscreve nos padrões comportamentais moralmente aconselhados.

²⁹⁷ M. da P. M. de A. e Fr. – “Prologo”, *O Jornal do Christão Santificado pela Oração e Meditação*, Lisboa, na Officina de Antonio Rodrigues Galhardo, 1819, p. II. Na primeira página do seu prólogo tinha já afirmado: “Não cuideis, benevolo Leitor, que o meu intento neste meu

alguma presunção, acrescentará um pouco adiante: “(...)não vos sirva de embaraço, amigo Leitor, para a distracção desta obra o meu sexo, que ainda que fraco e fragil, Deos tem mostrado que elle he tão capaz de grandes empresas como o vosso(...)”²⁹⁸. Assim também, o anonimato ou a pseudonímia são meios a que, tantas vezes, se recorre para fazer chegar ao público o resultado de uma actividade de escrita. Em França ou em Inglaterra, por exemplo, o uso do pseudónimo masculino surge com nomes como George Sand, Vicomte de Launay, Daniel Lesueur, Daniel Stern, Curren Bell²⁹⁹ ou George Eliot. Em Portugal, encontramos Ana Plácido sob Gastão Vidal de Negreiros e Guiomar Torrezão sob Delfim de Noronha³⁰⁰ ou Gabriel Cláudio. O uso de um pseudónimo masculino serve assim um duplo fim: oculta-se a verdadeira entidade autoral e oculta-se a identidade biológica, preservando quem escreve de algumas resistências que se poderiam fazer sentir³⁰¹. Quando aparece no mercado de leitura uma voz feminina, ela adquire um estatuto de excepção e é olhada a mais das vezes com reprovação ou indulgência, ou, no mínimo, com estranheza, raramente com verdadeira admiração e daí a necessidade do disfarce, de um invólucro necessário para o sucesso³⁰². A opção pelo pseudónimo e pelo anonimato é, no entanto, uma prática

trabalho foi ou a minha gloria, ou a exaltação do meu sexo, mas sim com verdade vos asseguro, que nenhuma outra cousa tive em vista na traducção do Jornal do Christão do idioma Francez para o nosso, do que o bem da Nação Portugueza, de que me prezo ser”.

²⁹⁸ *Idem*, p. III. A tradutora lembra ainda mulheres que ao longo da história tiveram um papel de relevo, equiparando-as aos heróis masculinos.

²⁹⁹ Maria Amália Vaz de Carvalho, em folhetim de *O Commercio do Porto* de 14 de Dezembro de 1888, dará às leitoras a informação de que a autora de *Jane Eyre* usou “como nome de guerra” o pseudónimo Curren Bell.

³⁰⁰ Ana Plácido assinará também como Lopo de Sousa. Em *Ribaltas e Gambiarras*, revista editada por Henrique Zeferino, Guiomar Torrezão surge como redactora, mas ocultada por detrás de Delfim de Noronha.

³⁰¹ Lou Andreas-Salomé adianta uma outra explicação para o uso do pseudónimo masculino, em artigo publicado no ano de 1899, na *Neue Deutsche Rundschau*, quando afirma que “as mulheres pensavam dever imitar os homens em todos os domínios e por isso mesmo actuavam sob pseudónimos masculinos” (“A Humanidade da mulher. Esboço de um problema”, *Eros*, trad. Manuel Alberto, Lisboa, Relógio d’Água, col. “Antropos”, s.d., p. 25).

³⁰² Anotemos o testemunho de Mme Esther Sezzi numa conferência subordinada ao tema “As mulheres e a moda”, produzida nos Salões da Rua da Paz em Paris e publicada pelo *Commercio do Porto* em Outubro de 1865, refutando as críticas sobre o direito a expressar-se publicamente por parte do sexo feminino: “Finalmente parece-me que uma mulher que faz poesias ou romances (ou ainda conferencias publicas), não póde ser mais reprehensivel, nem mais prejudicial á sociedade, do que uma cantora ou dançarina. Pelo contrario, se alguma differença se devesse estabelecer entre ellas, seria toda em favor da litterata cujo livro se póde atirar ao lume quando nos enfada. // Portanto, meus senhores, cessem as vossas estranhesas e as vossas criticas; e tende a caridade de vos lembrar de que provavelmente as pobres mulheres que fazem livros, não escolheram por voluntaria preferencia a occupação”. Curioso, nesta defesa, é o facto de se continuar a dar primazia e até exclusividade à occupação da maternidade, que, na condição

comum a homens³⁰³ e mulheres oitocentistas, muito embora se verifiquem curiosas ocorrências anteriores ao século XIX, como acontece com a publicação anónima de *Viagens d’Altina* (1790-1793) narrada e supostamente escrita pela figura feminina – e feminista *avant la lettre* – que protagoniza a história, obra afinal de Luís Caetano de Campos³⁰⁴; a pseudonímia não passa apenas pela eleição de um nome-disfarce, mas, com frequência, criam-se traços, caracteriza-se a suposta figura do escritor, situando-se tal procedimento numa zona de fronteira entre pseudonímia e heteronímia. No caso masculino, a pseudonímia prende-se igualmente com a necessidade de disfarce, por pudor, pelo maior ou menor prestígio que advém do tratamento de certos temas, como no caso de António da Cunha Belém, mas ainda como resposta a uma necessidade lúdica. A atracção pelo jogo do mistério que a criação de um nome fictício envolve estará também na base desse tipo de prática e bem visível na eleição de nomes femininos a assinar textos vários³⁰⁵ e que envolvem uma construção da mulher eivada de traços por nós postos em relevo na parte inicial deste capítulo. Ilustração clara encontramos-la em Júlio Dinis com a sua Diana de Aveleda quando, por exemplo, observa que a mulher “conseguiu adquirir uma tríplice qualificação”: a de belo, amável e frágil³⁰⁶.

de não ser possível vivê-la, pode dar lugar ao desenvolvimento de capacidades intelectuais e ao exercício da escrita.

³⁰³ Bem ilustrativo, dentro do espaço do folhetim, é o caso de Teixeira de Vasconcelos que se multiplica por pseudónimos vários, como por exemplo: em *O Commercio do Porto* com Nabucodonosor ou Nabucodonosor Senior; na *Gazeta de Portugal* com D. Christina de Avellar Calheiros; no *Jornal do Porto* com Daniel.

³⁰⁴ Cf. Christopher Lund - “A nova preconização da heroína portuguesa: Maria d’Altina e suas Viagens”, *O Rosto Feminino da Expansão Portuguesa*, *op. cit.*, pp. 203-209. O recurso ao anonimato justificava-se, ainda no século XVIII, pela existência de rigorosas medidas censórias.

³⁰⁵ Não será, por exemplo, esse o caso de Mlle Nic-Nac que surge em “O ramo de violetas”, folhetim de *O Primeiro de Janeiro*, de 19 Setembro de 1880, no qual Cornélio Gil, pseudónimo de Alberto Braga, transcreve a missiva que lhe é por ela dirigida? Bem antes, Camilo Castelo Branco jogaria também com a pseudonímia no feminino ao publicar, por exemplo, poesias suas em *Miscellanea Poetica* e *A Semana*, sob o nome de Carolina da Veiga Castelo Branco. Júlio César Machado assinará Carolina em *Rei e Ordem*, como ele próprio desvela em *A Vida Alegre (Apontamentos de um Folhetinista)*, *op. cit.*, p. 43. Cesário Verde publicará em *A Tribuna*, a 27 de Dezembro de 1874, “Cadências Tristes”, versos dedicados a João de Deus, apodado no próprio poema de “poeta da mulher”, o que justifica a adopção do pseudónimo de Margarida, até porque o sujeito poético se apresenta no feminino. Júlio Dinis publicará no *Jornal do Porto* textos vários, muitos deles de natureza epistolar, assinados por Diana de Aveleda, facto que gerará o conhecido equívoco de Ramalho Ortigão que acreditará na veracidade da autoria.

³⁰⁶ - “Coisas verdadeiras”, *Obras de Júlio Dinis*, *op. cit.*, p. 677.

O retrato das senhoras portuenses feito por Alberto Pimentel, na obra *O Porto Ha Trinta Annos*, é ilustrativo do modo como era vista a mulher escritora: “As damas portuenses de ha trinta annos dedicavam-se, em geral, á sua casa e á sua familia”. E ao anunciar a situação excepcional de algumas senhoras do Porto, o autor sugestivamente apoda-a de “*Dilettantismo* litterario de raras damas” - refere-se a Maria Peregrina de Sousa³⁰⁷, Maria da Felicidade do Couto Browne e Maria Adelaide Fernandes Prata³⁰⁸ - , dizendo a propósito da primeira: “Propriamente escriptora, havia uma só, D. Maria Peregrina de Sousa, que publicava romances em folhetim, e quasi constantemente. O facto era estranhado. (...) Comprehende-se que o Porto, que via com maus olhos o litterato, visse ainda com peiores olhos a litterata”³⁰⁹. Não seria só na cidade invicta que a mulher autora sofria reparos. Também uma escritora como Guiomar Torrezão, situada na capital – e já a segunda metade do século ia adiantada – terá provocado animosidade e incompreensão, a que não será alheio o facto de se tratar de uma mulher celibatária e sem protecção parental. A palavra a Camilo Castelo Branco, em 1879, na carta-prefácio a *No Theatro e na Sala*: “Aqui, n’este paiz – como v. ex.^a decerto não crê – ha tanto lyrismo e tamanha necessidade de o exhuberar em caçoulas de perfumarias, que os lyricos, se uma senhora se faz, em vez de idolo, sacerdotiza – em vez de poetizada, poeta – logo se consternam, cuidando que se lhes apaga uma estrella no olympe, e que, d’aqui a pouco apenas lhes será permittido fazer sonetos ás senhoras que tiverem

³⁰⁷ A própria mulher escritora, por vezes, considera esse tipo de actividade como algo de menor ou fútil. Maria Peregrina de Sousa em nota prévia à publicação de *Henriqueta*, Porto, Editor Antonio Leite Cardozo Pereira de Mello, 1876, romance surgido pela primeira vez em 1850 no periódico *O Pirata*, afirma: “No ultimo quartel da vida parece-me leviandade reprehensivel dar á luz mais frivolidades; comtudo dei o sim, não tornarei com minha palavra atraz”.

³⁰⁸ Alberto Pimentel, em *Atravez do Passado*, Paris-Aillaud, e C^a, 1888, pp. 26-31, refere-se um pouco mais longamente a Maria Adelaide Fernandes Prata: “No Porto sei eu que, além de varias poesias e artigos dispersos pelos jornaes, dera a lume um poema religioso - o *Filho de Deus*, - e traduzira, como Soares de Passos, algumas composições de Ossian ou de Macpherson” (*op. cit.*, p. 30). Curioso e sintomático do que se esperava da mulher de então é o depoimento de Alberto Pimentel quando observa, a propósito do filho desta escritora, entrevado e, possivelmente com problemas mentais: “Admirei que a sr^a Prata, mãe extremosa, tivesse a coragem heroica de se dar ao cultivo das bellas lettras em tão angustiosas condições de vida domestica” (*op. cit.*, p. 28).

³⁰⁹ Cf. Alberto Pimentel - *O Porto Ha Trinta Annos*, Porto, *op. cit.*, pp. 129-133. Que de acordo com os parâmetros sociais e morais da época tal actividade exercida por uma mulher era criticável, prova-o ainda a seguinte afirmação: “Uma ou outra senhora, poucas, muito poucas, se permittia o *dilettantismo* de escrever versos nos albuns dos amigos. E fazia-o com certo receio de se vêr satyrisada”. E acrescenta Alberto Pimentel que teria sido talvez essa a razão que levou Maria Browne a publicar sob o pseudónimo de Soror Dolores.

accessit no acto de mathematica”³¹⁰. E Fialho de Almeida, após a morte de Guiomar Torrezão, que ocorreu em 1898, diz a seu respeito, dando também ele testemunho eloquente desse tipo de postura: “(...)esta mulher só teve, para ser verdadeiramente alguém, um obstaculo - o meio onde appareceu e se fez gente. Em Londres, ou Paris, teria sido illustre; em Lisboa quasi que a quizeram tornar comica”³¹¹. Salientando as razões da raridade que é a mulher escritora portuguesa e o modo como por alguns é vista, afirma Fialho, na sua linguagem tantas vezes crua a roçar a grosseria: “A mulher entre nós está ainda muito na condição de serva do marido, e convem á constituição da familia que ella seja de nivel mental inferior, para aceitar sem reluctancia os mistéres obscuramente sagrados da casa, desde a caçarola ao leito conjugal”³¹². A própria Guiomar Torrezão em *Paris (Impressões de Viagem)* dá testemunho da incompreensão masculina em Portugal, e de que terá sido vítima como escritora, quando salienta a “profunda veneração que os francezes dispensam a todos os talentos, abstraindo para o effeito da questão do sexo, e não tendo nunca nos labios o sorriso idiota e no olhar o espanto lorpa com que certos indigenas de uma aldeia da Europa, muito nossa conhecida, olham ainda por cima do hombro para as escriptoras”³¹³. A visibilidade alcançada pelo facto de se votar a empresas jornalísticas fez dela um alvo mais fácil de crítica; recordemos de resto a incansável pena mordaz de Ramalho Ortigão a propósito dos conteúdos e colaborações no *Almanach das Senhoras*³¹⁴ ou a atitude satírica na

³¹⁰ Camilo Castelo Branco - “Carta-prefacio”, in Guiomar Torrezão - *No Theatro e na Sala*, *op. cit.*, pp. 5-6. Já na obra *Meteoros* (1875), a propósito, por exemplo, de Maria Rita Chiappe Cadet, é a propria Guiomar Torrezão a salientar a incompreensão e hostilidade experimentadas pela mulher escritora, mormente a mulher escritora portuguesa.

³¹¹ Fialho de Almeida - “Guiomar Torrezão”, *Figuras de Destaque*, Lisboa, Liv. Clássica Editora de A. M. Teixeira & C.^a (Filhos), 1923, p. 188.

³¹² *Idem*, p. 187. A própria autora dá testemunho da animosidade por ela experimentada. Consulte-se Fátima Outeirinho - “Guiomar Torrezão ou memória de uma mulher de letras oitocentista”, *Intercâmbio*, Porto, Instituto de Estudos Franceses da Universidade do Porto, n.º 9, 1998, pp. 163-176.

³¹³ Guiomar Torrezão - *Paris (Impressões de Viagem)*, Porto, Livraria Civilização de Eduardo da Costa Santos-Editor, 1888, pp. 271-272. Em 1910, o ilustre causídico Armelim Junior que prefacia *Trechos Litterarios de Alexandre Herculano e Cartas do Mesmo Auctor e de Outros Escriptores Illustres a Guiomar Torrezão*, recolha organizada pela irmã Felismina Torrezão, testemunha igualmente essa animosidade: “Escriptora eximia, de tanta infame calumnia, de tanta depreciação injusta, de tanta ingratição e torpe vilesa, com que a inveja e o despeito tentaram macular em vida, tão solida virtude, tão segura valia, existencia tão estreme, tão digna, tão cheia, toda consagrada a insano e constante trabalho” (*op. cit.*, p. 5).

³¹⁴ Cf. Ramalho Ortigão em “A poeira do Chiado e as anginas” ou “A educação das mulheres - meninas examinadas no liceu - suas mestras” de *As Farpas*, vols. VII e VIII, *op. cit.*, pp. 152 e 131-133.

apreciação da actividade crítica de Guiomar Torrezão na imprensa periódica³¹⁵. Sanches de Frias, na sua obra *A Mulher. Sua infância, educação e influência social*, dirá em 1882: “Quanto á mulher sábia ou meramente letrada, só por excepção a toleramos”³¹⁶. Na verdade, desde que a mulher não se converta numa *bas bleu* e não descure o seu papel na família como esposa, como mãe, desde que as suas capacidades intelectuais estejam ao serviço da família, poder-se-á admitir e aceitar a mulher letrada. Ainda em 1902, o testemunho de Maria Veleda, em artigo sobre a poetisa Júlia de Gusmão, sublinha a intolerância masculina, mas também denuncia a crítica feminina perante a mulher autora: “(...) a Mulher que commette a ousadia de expôr em publico a sua opinião, conhece antecipadamente o martyrio a que se vota, desde a lapidação nos dominios da critica máscula á cruxifixão por parte do elemento feminino, que, na sua grande parte, não perdoa ás desertoras do *pot-au-feu* o negro crime de preferirem ao mysterioso cenáculo da má lingua, (...) as altivas columnas de um jornal”³¹⁷.

Quando porém confrontamos a realidade portuguesa com a realidade francesa é forçoso admitir a diferença de grau entre as reacções masculinas, de um lado e de outro, face à crescente proliferação da mulher escritora. Em Portugal não se encontra a radicalização no discurso que aponta para uma condenação liminar da mulher autora, porque ela põe em causa a ordem instituída³¹⁸, ao contrário do que sucede num universo francês³¹⁹. É sintomático que, em França, ao longo do século, surjam obras várias que

³¹⁵ Cf. Ramalho Ortigão - “Novas applicações da mobília à crítica literária”, *As Farpas*, vol. XV, *op. cit.*, pp. 179-180. Já em relação a Maria Amália Vaz de Carvalho, Ramalho Ortigão manifestará admiração e respeito como, por exemplo, em “Valentina de Lucena - o espírito público e o espírito das *Farpas*”, *As Farpas*, vol. XIV, *op. cit.*, pp. 141-146.

³¹⁶ Sanches de Frias - *A Mulher. Sua infância, educação e influência social*, *op. cit.*, p. 151. Refere duas excepções que, aliás, cita: Maria Amália Vaz de Carvalho e Carmen Silva. Atente-se, em especial, nas páginas 152 a 154.

³¹⁷ Maria Velleda - “D. Julia de Gusmão”, *A Chronica. Revista Illustrada e Litteraria*, nº79, Nov. de 1902, p. 1. Significativamente, Maria Veleda referir-se-á a Júlia de Gusmão como “uma das minhas companheiras...no Calvário”.

³¹⁸ Na verdade, existe uma atitude de crítica e condenação, porém ela não atinge as proporções que encontraremos em França. Essa atitude é lembrada por Ramalho Ortigão, no prólogo a *Chronicas de Valentina* de Maria Amália Vaz de Carvalho, quando afirma: “A opinião portugueza não é benigna á mulher de letras” (*Chronicas de Valentina*, Lisboa, Editores Santos e Vieira, s.d., p.VIII).

³¹⁹ Cf. a síntese que Christine Planté faz da questão, em *La Petite Soeur de Balzac. Essai sur la femme auteur*, *op. cit.*, p. 35: “Elles dérangent parce que, sortant de la sphère de la reproduction et de leur rôles de procréatrices, elles entrent dans celle da la production et de la création; parce que, ne se vouant plus tout entières à la survie de l’espèce, elles prétendent vivre comme des individus. Ce désordre remet en cause le traditionnel partage des tâches et la distribution des fonctions, symboliques et réelles, entre les sexes, et annonce des bouleversements immédiatement perçus comme une menace d’égalité et d’indifférenciation”.

vão da simples caricatura à crítica mordaz e feroz e que desde logo passam pela designação utilizada, pois a mulher que escreve é uma *bas bleu* com o que isso comporta de pejorativo: preciosismo fútil, pedantismo e quanto baste de imoralidade³²⁰. Reflexos do incómodo que esta forma de visibilidade feminina causa³²¹, encontramos-los também no domínio da ficção e lembremos a propósito dois exemplos ilustrativos, a obra balzaquiana e *Émilie ou la jeune fille auteur* de Ulliac Trémadeure (1837). Ora em Portugal não só não estão a ser vivenciadas reivindicações de mudança³²², tal apenas acontecerá, de um modo efectivo, na viragem para o século XX, como ainda a mulher que escreve não põe em causa a ordem estabelecida³²³, na vida e na obra, e, pelo menos num primeiro momento, surge à sombra tutelar do homem quando não opta pela pseudonímia, não defendendo então a sua individualidade. A figura masculina não se sente, por consequência, posta em causa no que respeita à sua superioridade e ao exercício dos seus tradicionais papéis. Se em França se assiste, por exemplo, a uma

³²⁰ Cf. Frédéric Soulié, Barbey d'Aurevilly ou Albert Cim respectivamente com *Physiologie du Bas-Bleu* (s.d.), *Les Bas-Bleus* (1878) e *Bas-Bleus* (1891). Também Honoré Daumier, na década de quarenta, com as suas litografias caricaturará a *bas bleu*. Lembremos o retrato que uma mulher escritora portuguesa, Guiomar Torrezão, faz, por sua vez, de uma *bas bleu* em *Paris (Impressões de Viagem)*, *op. cit.*, p. 186: Miss Rown conhece a fama mais pelos seus dotes físicos e estratégias de sedução, bem como pela amizade de Madame Adam, do que pela sua produção jornalística.

³²¹ O *Almanach das Senhoras para 1874*, *op. cit.*, pp. 122-125, dá, em tradução de Pedro Cabral, um fragmento da autoria de Olympe Audouard sobre a valia e superioridade femininas negadas pelo sexo masculino. Nesse texto, intitulado “Guerra aos homens”, afirma-se a dado passo: “Depois que Molière escreveu as *femmes savantes*, muitas pessoas não querem ver na mulher escriptora senão uma pedante, uma *bas bleu*, que correndo atrás da gloria, esquece a casa e os filhos!” (*op. cit.*, p. 125). De todo o modo, após um conjunto de considerandos sobre a injusta situação da mulher, a frase escolhida para concluir o excerto traduzido realça o tradicional papel da mulher: “Em conclusão, lembrem-se os homens que a mulher deve ser para elles uma trindade santa - *mãe, irmã e filha*” (*op. cit.*, p. 125).

³²² Em França, é após a Revolução de Julho que surge o primeiro movimento de libertação da mulher. Em Portugal, até à década de setenta sensivelmente, o discurso de defesa de conquistas femininas é por regra empreendido por homens, em torno de reformas educativas e com vista ao bem comum, e, só a partir desse momento, começa a surgir um discurso feminista assumido pela mulher. É todavia no último decénio do século XIX que se começa a formar um discurso feminista mais consistente que viremos a encontrar em Ana de Castro Osório.

³²³ É sintomático o tipo de observações produzidas por Ramalho Ortigão, no prólogo a *Chronicas de Valentina*, em torno da mulher escritora: essa actividade é positiva desde que não anule o desempenho das tradicionais funções da mulher - e repare-se que Ramalho põe em relevo um conjunto de autoras que observa terem sido exemplares, refere ainda o caso de Madame de Stäel, cuja casa “era o mais perfeito modello de administração economica e d’ordem domestica” (*op. cit.*, p. XII) - e está a escrever um prólogo para uma obra de uma escritora que “foi uma filha heroica, foi uma esposa exemplar, e é uma mãe sublime” (*op. cit.*, p. XVII). Além do mais, atentemos na escolha, não inocente, do artigo definido no masculino para de Maria Amália dizer que “V. é verdadeiramente nas letras, de nós todos o melhor” (*op. cit.*, p. XVII), escolha que, afinal, testemunha a vigência caucionadora do padrão masculino.

problematização em torno do modo de apelidar a mulher que escreve³²⁴, entre nós fala-se de mulher escritora sem qualquer tipo de questionamento quanto a esse facto. Qualquer que seja a diferença de grau porém, certo é que a existência da mulher autora não é completamente pacífica e lembremos o que a propósito de George Sand se diz no *Almanach das Senhoras* em 1886: “George Sand é o maior talento de mulher que até hoje tem aparecido no mundo, enchendo-o com os clarões da sua gloria e demonstrando a falsidade dos que negavam á mulher a faculdade imaginativa, capaz de a elevar, pelo pensamento, ao nível do homem”³²⁵.

Assim, o repto lançado à população feminina culta, em Janeiro de 1851, na revista *A Semana*, por José da Silva Mendes Leal, e que ia no sentido de se aproveitar a imprensa periódica como forma de visibilidade da mulher, não pondo de forma alguma em causa os seus papéis de sempre, mas exortando a uma melhor preparação que poderia depois também traduzir-se numa produção literária a divulgar, à semelhança do que acontecia lá fora³²⁶, não pode deixar de constituir-se como uma excepção à regra. Contudo, para Mendes Leal, “os jornaes (...) não tractam só de letras nem de sciencias nem de artes (...): são – devem ser também – uma especie de janellas, aonde assome quem quizer ver o que se passa, e por onde entre o rumor do que se está passando”³²⁷. O peculiar desejo e voto de Mendes Leal – porque raros –, só uma década mais tarde parecem colher algum eco³²⁸. Na verdade, a colaboração feminina em periódicos que até aí se registava, fazia-se, com frequência, sob a capa do anonimato ou da

³²⁴ Consulte-se sobre esta questão Christine Planté - *La Petite Soeur de Balzac. Essai sur la femme auteur, op. cit.*

³²⁵ “George Sand”, *Almanach das Senhoras para 1887, op. cit.*, p. 60.

³²⁶ Em França, por exemplo, o surto de mulheres autoras dá-se na década de trinta e a realidade francesa vai caracterizar-se por uma maior diversidade no que respeita à extracção social dessas mulheres, podendo então encontrar-se desde operárias até mulheres oriundas da aristocracia.

³²⁷ J. da Silva Mendes Leal - “Ás Damas”, *op. cit.*, p. 9. Lopes de Mendonça em “Revista da Semana” de *A Revolução de Setembro* de 27 de Janeiro de 1849, denunciava, com alguma ironia, a inexistência de *bas bleus* portuguesas: “O bello sexo não molha as pontas dos dedos na negra tinta da litteratura. Ainda não passou da quadra, e da *carta circular*, de cansada metaphysica. Primeiro que chegue á elegia, á ode, á harmonia, ao canto do crepusculo, á oriental, á folha de outono, á voz intima, ás flores sem fructo, ao iambo, ainda este mundo tem de dar muita volta. Não se salta assim do rol da lavadeira até á improvisação apaixonada do romance. O muito a que tem chegado é a lerem um livro, sem lhe rasgarem as folhas em *papilotes*”. Ao falar em *bas bleu*, Lopes de Mendonça estende a designação de mulher autora à mulher alfabetizada, com eventuais hábitos de leitura, e reparemos na lista encapotada de títulos de obras poéticas portuguesas e francesas que o excerto oferece.

³²⁸ Excepções, como vimos, encontramos-las com, por exemplo, a poetisa Maria Browne (1797-1861) que colaborou em *O Nacional* nos anos de 1849 a 1851, é certo que sob o pseudónimo de Soror Dolores, ainda com Maria Peregrina de Sousa (1809-1886) ou Antónia Gertrudes Pusich (1805-1883).

pseudonímia por razões de moral social, não permitindo então uma franca exposição da mulher autora. Lopes de Mendonça ao afirmar, em revista de 1853, que “Uma mulher auctora é um facto hoje trivial no mundo litterario”, vai sobretudo buscar exemplos a um universo francês e refere George Sand e Mme de Girardin, mas quando se reporta às autoras lusas remonta à Marquesa de Alorna, dizendo que “foi de certo um dos primeiros poetas do seu tempo”, pois “Senhoras contemporaneas, cultivam, em segredo, as musas, e no estylo epistolar existe mais de uma Sevigné inedita”³²⁹.

De todo o modo, ao longo do século XIX, as mulheres, se bem que uma minoria, vão despertando para um papel mais activo e de maior incidência pública na sociedade do seu tempo e, como afirma Jean-Paul Aron, “Elles s’inscrivent, par la littérature, dans l’histoire”³³⁰. Ora, a imprensa periódica em geral, através da criação não apenas de periódicos para as mulheres, mas também feitos por mulheres³³¹, bem como o espaço do folhetim, dão conta precisamente desse fenómeno. No folhetim, não encontramos apenas a mulher-destinatário, mas também a mulher-agente num processo de produção de escrita. De facto, o jornalismo oitocentista – e o folhetim, em particular, apresenta um contributo inegável – servirá como veículo de divulgação de uma escrita de autoria feminina, quer através do comentário que produzirá e condicionará um efeito de recepção, quer como espaço de revelação de primícias literárias. O espaço do folhetim funcionará ao longo do século XIX como janela onde a mulher-escritora se pode debruçar e mostrar-se a todo o público leitor; uma janela maioritariamente ocupada pela figura masculina no que respeita a uma prática de enunciação. Tal facto pede, pois, uma

³²⁹ Lopes de Mendonça - “Revista de Lisboa”, *A Revolução de Setembro*, 25 Junho, 1853. Que a importância da ilustração feminina era algo para o qual Lopes de Mendonça estava sensibilizado, mostra-o o facto de ceder o seu lugar no folhetim de *A Revolução de Setembro* de 16 de Fevereiro de 1853, a S. d’Oliveira Pimentel (Sofia de Oliveira Pimentel, senhora de grandes dotes intelectuais) e que dirige uma carta, em francês, à cantora lírica Madame Castellan, exprimindo toda a sua admiração e apreço pela sua valia artística. Eis como o folhetinista a apresenta: “Hão de permittir que eu faça as honras da casa a esta inesperada e distincta visita, que tão graciosa e eloquentemente se torna interprete não só do entusiasmo das senhoras, mas tambem do sentimento geral do publico portuguez”.

Mais de uma década depois, em 1869, Diogo de Macedo ao falar da mulher ilustrada em “As mulheres”, a 2 de Setembro em *O Nacional*, não menciona uma única mulher portuguesa, restringindo as referências aos mundos greco-romano e francês.

³³⁰ Jean-Paul Aron - “Préface”, *Misérable et Glorieuse la Femme du XIXe Siècle*, *op. cit.*, p. 22.

³³¹ Tomemos como exemplo *A Assembleia Litteraria* de Antónia Gertrudes Pusich e *A Voz Feminina* de Francisca Wood. No estrangeiro, a presença do sexo feminino na imprensa periódica era também um facto e tornava-se objecto de notícia em terra lusa como o testemunha *A Revolução de Setembro* que a 19 de Junho de 1880, p.3, insere uma notícia sobre “Jornalistas fêmeas” em que se dá conta de inúmeras mulheres que escrevem em jornais estrangeiros.

reflexão que permita determinar as condições que envolvem essa ocorrência de exceção e as consequências daí advindas.

Que não há paridade quantitativa, jurídica ou socialmente falando entre o homem e a mulher que se entregam a uma actividade de escrita no século XIX, é incontestável. Em termos jurídicos, por exemplo, a mulher autora portuguesa encontra-se numa situação de dependência, na medida em que a publicação da sua produção tem lugar com o consentimento do marido, por determinação do Código Civil de 1867, no seu artigo 1187³³², o que de resto está de acordo com o espírito geral da lei que prevê obediência da mulher ao homem dentro do casal bem como uma divisão maniqueísta dos papéis de um e de outro dentro da família. Atendendo à conjuntura da época, a igualdade de circunstâncias e de oportunidades seria então bem distinta. O que teria pois levado algumas mulheres oitocentistas a serem impressas? Qual a proveniência social da mulher-autora? Trata-se exclusivamente de uma mulher letrada? Porque ocupa a mulher enquanto entidade produtora o espaço do folhetim? Como é ela recebida pelos intelectuais de Oitocentos? Como é que ela própria se vê enquanto sujeito produtor? Procuremos pois mitigar perplexidades e interrogações nas páginas que seguem, face a uma história literária que reserva um lugar ínfimo ou trata no colectivo mulheres que no século XIX saíram da obscuridade através das letras.

De algumas teríamos perdido completamente o rasto se não revolvêssemos velhos jornais em que o seu nome figura impresso³³³. Quem foram Henriqueta Elisa, Bertha

³³² Citado por Joel Serrão em *Notas sobre a Situação da Mulher Portuguesa Oitocentista*, sep. de A Mulher na Sociedade Portuguesa. Actas do Colóquio (Coimbra, 20-22 Março, 1985), Coimbra, Instituto de História Económica e Social, Fac. Letras da Universidade de Coimbra, 1986, p. 15. Segundo o articulado, a mulher podia, no entanto, recorrer judicialmente em caso de injusta recusa por parte do marido. A inclusão deste artigo, numa época em que a mulher autora portuguesa rareava, traduzirá a preocupação em criar uma medida cautelar, para o futuro, face a sintomas de uma emergência mais forte e sistemática da voz feminina que, por exemplo, a imprensa periódica começava a revelar?

³³³ A observação de Michelle Perrot de que “La difficulté de l’histoire des femmes tient d’abord à l’effacement de leurs traces, tant publique que privées” (“Traces”, *Les Femmes ou les Silences de l’Histoire*, op. cit., p. 9), poderá também aplicar-se ao nosso caso, pela rarefacção de informações sobre a mulher autora.

de Medeiros³³⁴ ou Ana Maria Ribeiro de Sá³³⁵? O mistério adensa-se sem esperanças de ser desvendado e até de algumas delas Inocêncio Francisco da Silva não regista a memória epocal da sua presença. Passaram com a efemeridade do suporte impresso em que surgiram e com a morte dos que então as liam³³⁶. Nomes permaneceram como o da Viscondessa de Balsemão, da Marquesa de Alorna ou de uma Maria Browne e também de Ana Plácido, esta última até porque indelevelmente ligada ao destino de Camilo. Todavia, em relação ao espaço do folhetim quase só nos resta uma Guiomar Torrezão e, obviamente, Maria Amália Vaz de Carvalho, que ficou lembrada sobretudo pelas suas obras de cariz pedagógico³³⁷. Não foram, no entanto, as únicas, mas encontrá-las exige um trabalho de natureza arqueológica. E novas questões se colocam: não teria a sua produção valia estética ou as circunstâncias que as rodeavam não permitiram o desenvolvimento de uma actividade criadora com uma difusão adequada? O terreno em que nos tentamos situar é, na verdade, de areias movediças³³⁸.

³³⁴ Firmando um conjunto de crónicas publicadas no *Diario Popular* nos anos de 1868 e 1869, Bertha de Medeiros acolhe nos seus textos a revista de espectáculos, a crítica de livros e, grandemente, a crónica de modas. Um dos folhetins em que se debruça sobre a tradução *O médico à força*, que Castilho faz da obra de Molière, gera respostas várias às quais responderá a 9 de Fevereiro de 1869, levantando uma pequena ponta do véu sobre a existência de uma possível pseudonímia: “Emquanto ao sr. Estrella, o que mais me susceptibilisou nas palavras que teve a bondade de me dirigir foi que me chamasse *pseudo Bertha*. Quem lhe disse que eu sou pseudo? porque me não deixa ser Bertha só? Para que se mette a querer adivinhar a pessoa que assigna, não se contentando em respeitar unicamente o nome assignado”.

³³⁵ Esta última seria filha de Sebastião José Ribeiro de Sá, também homem de letras, como nos informa Henrique Freire no folhetim de crítica literária “Os Fidalgos do Coração de Ouro”, de *A Revolução de Setembro*, de 5 de Fevereiro de 1875, onde se fala, entre outras coisas, do romance desta autora intitulado *Mathilde*. Ana Maria Ribeiro de Sá terá também publicado folhetins de modas na *Gazeta de Portugal* e, segundo depoimento de Pinheiro Chagas em *O Occidente*, nº 121, Maio, 1882, p. 98, terá publicado, no *Diario da Manhã*, um folhetim sob o pseudónimo Cavalheiro d’Éon, pseudónimo partilhado com Pinheiro Chagas.

³³⁶ Autoras como Maria Peregrina de Sousa, Amélia Janny e Henriqueta Elisa, tão faladas na sua época, surgem, quando muito, brevemente mencionadas nos dicionários literários portugueses, a propósito de outras questões e outros autores até porque muitas das suas obras não chegaram a ser publicadas em livro. Porém, alguns casos ocorrem de mulheres colaboradoras em periódicos e no que aparenta ser uma colaboração meramente episódica ou efémera: quem foi Maria do Carmo da Costa Freire que a 8 de Novembro de 1866 surge a assinar no *Diario de Noticias* umas “Recordações do acampamento em Tancos”?

³³⁷ Maria Amália Vaz de Carvalho foi a primeira mulher a integrar a Academia das Ciências de Lisboa. Muito embora seja unânime o juízo favorável em torno do estudo *Vida do Duque de Palmela D. Pedro de Sousa e Holstein*, a verdade é que a imagem imediata que vulgarmente se tem da obra de Maria Amália Vaz de Carvalho prende-se com a sua extensa produção sobre questões de educação feminina de que a sua actividade cronística é claramente um espelho.

³³⁸ É essa a nossa experiência, até porque a todo o momento nos confrontamos com a falta de estudos que poderiam constituir para nós como o sedimento sobre o qual a nossa investigação avançaria, estudos do tipo do que Cecília Barreira empreendeu para o período de 1890-1930 e

Mesmo correndo o risco de uma generalização excessiva, as poucas informações encontradas apontam para dois grupos de mulheres literatas, no que respeita às condições que rodeiam o seu aparecimento e actividade no mundo da escrita. Todas elas alfabetizadas e, em grau maior ou menor, ilustradas, a mulher escritora oitocentista insere-se num meio burguês culto e urbano que lhe possibilitou o contacto com uma cultura livresca³³⁹. Mas, se algumas houve que brotaram num meio de convívio intelectual como Maria Browne (1797-1861), Antónia Gertrudes Pusich (1805-1883) ou Maria Amália Vaz de Carvalho (1847-1921), outras tiraram partido da sua situação excepcional de mulheres alfabetizadas e com um bom nível de literacia para viver do magistério da instrução e dos proventos, que sendo de pouca monta, o cultivo das letras proporcionava, como foi o caso de Maria Rita Chiappe Cadet ou Guiomar Torrezão (1844-1898)³⁴⁰, mas também de Gertrudes Pusich³⁴¹. De observar ainda que, para muitas, a actividade de escrita ou surge em época de juventude, período em que os afazeres e deveres familiares ainda não fazem parte das suas rotinas quotidianas, ou quando os filhos já cresceram e os deveres domésticos diminuíram – e pensamos em Amália Vaz de Carvalho ou Gertrudes Pusich –, ou ainda porque vivem situações de excepção como aconteceu com Ana Plácido (1831-1895). O que as leva à escrita é algo de que quase não falamos. Na verdade, a rarefacção metadiscursiva na escrita destas mulheres de letras não nos ajuda na recolha de informação quanto às verdadeiras

por nós já referido ou então trabalhos de natureza monográfica sobre as diferentes mulheres que se votaram à escrita.

³³⁹ A situação da mulher escritora francesa quanto à sua proveniência social é já perfeitamente distinta; ela caracteriza-se por uma grande diversidade: a mulher autora surge quer num meio aristocrático, quer num meio operário. Tomemos alguns exemplos ilustrativos dessa diversidade como Marie d'Agoult, de seu nome literário Daniel Stern, Aurore Dupin que ficará conhecida como George Sand, Marceline Desbordes-Valmore, Malvina Blanchecotte ou Flora Tristan. Não se trata de mero acaso que, precisamente, as duas primeiras escritoras por nós referidas e pertencentes a camada social elevada tenham optado pelo uso do pseudónimo.

³⁴⁰ A notícia sobre Guiomar Torrezão, publicada por ocasião da sua morte em *O Occidente* a 10 de Novembro de 1898, acentua, de modo inequívoco, que o culto das letras era o meio de subsistência da autora, seu sustento e sustento de sua mãe. Também o texto de Fialho de Almeida sobre Guiomar Torrezão, inserido em *Figuras de Destaque*, obra por nós já citada, insiste na sua actividade no mundo das letras como forma indispensável de sobrevivência.

³⁴¹ Em *Galeria das Senhoras na Camara dos Senhores Deputados ou as Minhas Observações*, Lisboa, Typ. de Borges, 1848, Antónia Gertrudes Pusich refere a situação de dificuldade económica que desde há quinze anos experimenta, tendo de prover ao sustento de cinco filhos. Neste folheto em que tece considerações sobre as atitudes e posturas dos deputados na Câmara e comenta questões políticas, Gertrudes Pusich defende-se das críticas de que tem sido alvo a propósito da sua visibilidade e responde que, se frequenta, as cortes é apenas para sobre elas discorrer e que nunca faltou aos seus deveres de mãe. Desafia ainda para duelo os seus anónimos críticos, duelo pela pena e na imprensa.

motivações que as conduzem. Dentro de um universo francês, Christine Planté observa uma instrumentalização da escrita de autoria feminina – a escrita como terapia, a escrita didáctica e a escrita ganha-pão – e que resulta da dificuldade experimentada pela mulher em assumir um fim meramente literário para tal actividade³⁴²; no que a Portugal diz respeito, podemos tão só adiantar alguns testemunhos que apontam para idêntico processo: os de Maria Peregrina de Sousa ou Ana Plácido, autoras que vêem na escrita um refrigério para o espírito, desvalorizando a primeira a sua produção, enquanto a segunda defende a possibilidade da mulher seguir a carreira literária; podemos ainda atentar em Gertrudes Pusich ou Guiomar Torrezão que sabemos, até pelos testemunhos coevos, terem encontrado no cultivo das letras um meio de subsistência³⁴³ e, por fim, destacando um filão significativo na sua obra, o caso de Maria Amália Vaz de Carvalho que manifesta com abundância preocupações de natureza didáctica. No que concerne Maria Amália Vaz de Carvalho, os diversos escritos que consagrou a mulheres escritoras, tantas vezes por ocasião do aparecimento de biografias em torno dessas figuras femininas ou com intuítos necrológicos, permite-nos tomar contacto com os seus pontos de vista sobre uma maior e legítima visibilidade da mulher, com o quadro em que tal visibilidade tem lugar ou quais os atributos que apesar de tudo a mulher escritora deve conservar e cultivar enquanto mulher. Afinal, de modo indirecto, tais reflexões permitem-nos saber como Maria Amália se pensa enquanto mulher e mulher de letras num mundo que ela própria reconhece como sendo, tradicionalmente, um feudo masculino³⁴⁴. Na verdade, quando nos fala de Madame Lafayette, George Sand ou George Eliot, Amália Vaz de Carvalho distingue claramente a mulher da escritora. “A mulher separo-a da escriptora”, dirá em *Ao Correr do Tempo*, a propósito de George

³⁴² Cf. Christine Planté - “L’instrumentalisation de l’écriture”, *op. cit.*, p. 175.

³⁴³ Em carta a Guiomar Torrezão de 4 de Junho de 1887, Teófilo Braga observa: “A synthese suprema n’uma sociedade que caminha para a perfeição consiste em = provêr o homem à sustentação da mulher, = e em = os fortes protegerem os fracos. V. Ex.^a é um exemplo da perversão d’estes saudaveis principios quando tão heroicamente trabalha para sustentar a sua familia e a si, e mais ainda quando quem devia comprehender a sua missão protectora do homem, abdica da dignidade e a ultraja com palavras!” (*Trechos Litterarios de Alexandre Herculano e Cartas do Mesmo Auctor e de Outros Escriptores Illustres a Guiomar Torrezão*, *op. cit.*, p. 92).

³⁴⁴ Lembremos o que Maria Amália Vaz de Carvalho ainda podia afirmar, em obra de início do século sobre “As mulheres na literatura actual em França”: “Um dos phenomenos mais dignos de menção no momento actual é a invasão da mulher nos dominios que o homem, até aqui, orgulhosa e exclusivamente, se destinava. // Quando digo a *invasão da mulher* refiro-me á mulher de talento verdadeiro, que não só concorre com o homem, mas que o está gradualmente desthronando em determinadas regiões da arte: o romance por exemplo” (*Cerebros e Corações*, *op. cit.*, p. 153).

Sand³⁴⁵. Ora a necessidade da distinção reside nas fragilidades morais que a cronista encontra nessas mulheres célebres, porém sempre que as suas biografias o permitem procura destacar o válido desempenho do papel de mãe. Idealmente, a escritora poderá e deverá ser também a mulher que assume uma conduta em acordo com uma sólida moral e em sintonia com o exercício dos papéis sociais que lhe são atribuídos na sua pertença ao sexo feminino. Em comentário a inquérito que o periódico francês dirigiu a mulheres célebres, querendo apurar se estão contentes com o destino escolhido e se o desejariam para suas filhas, observa a dado passo Maria Amália: “E’ verdadeiramente cruel e mentirosamente perverso o axioma de Proudhon que condemna a mulher ou á cosinha ou ao mau viver. // A mulher de genio póde ser, deve ser, melhor dona de casa, melhor mãe, melhor esposa, melhor amiga do que a mulher ignorante ou mediocre”³⁴⁶. A putativa resposta ao inquérito e que ela coloca na boca da escritora Mary Robinson, não será afinal, com algumas diferenças de matizes, a síntese do seu próprio programa de vida, do modo como ela própria se situa enquanto mulher e enquanto escritora? Atentemos na pseudo-declaração de Mary Robinson:

*-Mas, por que não hei de eu amar o meu talento, se elle me tem dado horas de tão intenso gozo na criação dos meus bellos livros; se elle me fez amada e conhecida por tantos corações que de outro modo me teriam ignorado; se eu posso auxiliar com o producto do meu trabalho querido aquelles que mais amo ou aquelles de quem tenho mais dó; se esse talento me não roubou nem um dos privilegios de que gosa toda a mulher; se eu posso ser filha, esposa, mãe com a mesma ternura, a mesma dedicação, o mesmo acrysolado fervor das outras?! Por que é que sendo mais sensivel, não hei de saber sêr melhor! Por que é que sendo mais intelligente não hei de ter uma noção mais alta e mais pura do dever? E por que, se tivesse uma filha, não havia de estimar que ella trilhasse o caminho que tenho trilhado, colhesse as flores que tenho colhido, inspirasse as adorações e os respeitos que tenho inspirado!*³⁴⁷

Tal resposta não corresponde, grosso modo, à imagem que dela circula e que encontramos traçada por Ramalho Ortigão no prólogo a *Chronicas de Valentina*³⁴⁸?

³⁴⁵ Maria Amalia Vaz de Carvalho - “Georges Sand”, *Ao Correr do Tempo*, *op. cit.*, p. 71. Igual atitude encontramos-la em *Serões do Campo* (1877) quando se debruça também sobre Sand, em *Chronicas de Valentina* (1890) a propósito de George Eliot ou na obra *Em Portugal e no Estrangeiro* (1899) quando fala de Madame de Lafayette.

³⁴⁶ Maria Amalia Vaz de Carvalho - “Inquerito ás mulheres celebres. O talento da mulher é um bem ou um mal”, *Figuras de Hoje e de Hontem*, Lisboa, Parceria Antonio Maria Pereira, 1902, p. 244.

³⁴⁷ *Idem*, p. 240.

³⁴⁸ Cf. Ramalho Ortigão – [Prólogo], in Maria Amalia Vaz de Carvalho - *Chronicas de Valentina*, *op. cit.*

4.3.1. Na crónica

Do mesmo modo que qualquer outro inquilino do espaço do folhetim, a escrita de autoria feminina vai estender-se pela poesia, pelo texto ficcional e, com menor frequência, pela crítica ou pela crónica, nestes casos, tantas vezes, sob a capa da pseudonímia. É precisamente neste último registo que se ergue uma presença feminina através da crónica de modas. Como vimos em momento anterior, ocasião para o aparecimento da mulher autora, ou suposta mulher autora, é a importância crescente da moda, ou seja, a importância de um domínio à época tipicamente feminino e daí a natural legitimidade da mulher para dele falar em público. Tenhamos em vista uma sugestiva passagem da “Carta acerca de modas” de Izabel de Grosbois que se ocupa, nas duas primeiras colunas do seu folhetim, não de moda, mas das desordens ocorridas na sequência do luto sofrido pela casa de Bragança, justificando tal procedimento: “Ouço dizer que está gente preza, e que escritvães, juizes e mais pessoas da justiça já escreveram muitas folhas de papel sellado acerca d’essas desordens. Não me pertence tractar de tal assumpto, sendo, como sou, mulher e estrangeira, e devendo unicamente escrever acerca de modas, comtudo, talvez que por essas tres circumstancias não seja mal cabida aqui a minha opinião”³⁴⁹. Também em 1864, a alegada autora das “Carta(s) acerca de modas”, publicadas no *Monitor Portuguez* e reproduzidas em *O Commercio do Porto*, se aventura em comentários e reflexões sobre questões genéricas, permitindo-se mesmo invectivar figuras masculinas que nomeia³⁵⁰.

A presença de uma escrita no feminino relativa ao mundo da moda, no início da década de sessenta, raramente se estende à crónica enquanto revista dos acontecimentos da semana, a não ser com Guiomar Torrezão³⁵¹ e com Maria Amália Vaz de Carvalho, com frequência sob o pseudónimo de Valentina de Lucena³⁵². Se, em

³⁴⁹ Izabel de Grosbois - “Carta acerca de modas”, *O Commercio do Porto*, 28 Jan., 1862.

³⁵⁰ Cf. Margarida de Athaide - “Carta acerca de modas”, *O Nacional*, 8 Fev., e 7 Março, 1864, folhetins nos quais se invectiva, respectivamente, Joaquim Januário de Sousa Torres e Almeida, cujos dotes de oratória se fizeram notar, e Pinto de Araújo.

³⁵¹ Lembremos as colectâneas *Meteoros* (1875) e *No Theatro e na Sala* (1881) que contêm, entre outro tipo de escritos, crónicas teatrais, recensões de livros ou, de algum modo, crónicas de vilegiatura publicadas, num primeiro momento, no espaço folhetinesco de diversos periódicos.

³⁵² Maria Amália Vaz de Carvalho cultivava o registo cronístico não apenas nem sobretudo no espaço do folhetim e a sua colaboração no *Reporter* é disso um bom exemplo.

1860, encontramos no jornal portuense *O Nacional* uma suposta cronista que enigmáticamente assina Mlle de B. e que, sob forma epistolar, se dirige a outra mulher, igualmente nos é dado a conhecer que o seu texto anteriormente publicado foi alvo de crítica e, por esse motivo, a decisão tomada não pode deixar de ser que “A respeito de mais folhetins – zero –. A Roma ainda não está civilizada”. Sendo assim, resta a Mlle de B. cuidar dos afazeres domésticos e casar-se, muito rica já se vê³⁵³. Mesmo na hipótese de não se tratar de uma autora e tendo em conta o tom humorístico que perpassa em todo o texto, não restam dúvidas que a opção usual a tomar pela mulher da época seria, na realidade, a referida. Dois anos depois, Júlio César Machado observa que o verdadeiro público do teatro dessa época é constituído pelas senhoras “cuja existencia é quasi occiosa e distrahida apenas pelos cuidados domesticos, ignorando sempre o que vae pelo mundo, e são mais que tudo, curiosas de peripecias e de acontecimentos”. Para Machado é então óbvio que “Seriam ellas os mais exactos e melhores folhetinistas, se quizessem dar-se a esta profissão; e é um caso que [o] admira, não haverem ainda os jornaes tido a idea de fazerem escrever a revista da semana... por senhoras!...”³⁵⁴ Que quando tal acontece, o facto apresenta o carácter de excepção, mostra-o o folhetim de 1873 assinado por Dú-Dú no qual, comparando a opinião pública com a figura da regente do colégio que frequentou, desabafa: “A D. Rosaria, que nos incommoda agora, é a opinião, viscondessa, a opinião, que ha-de começar a gritar da minha *preciosidade* se eu insistir em escrever para o publico”³⁵⁵. Ora em França, já em meados da década de trinta, surgia, em *La Presse*, uma mulher folhetinista, é certo que sob um pseudónimo masculino: Delphine Gay, travestida em Vicomte de Launay³⁵⁶. Mas, em 1838, sua mãe publicaria, no mesmo jornal, um conjunto de crónicas mundanas, optando pelo uso do patronímico, Sophie Gay.

³⁵³ Cf. Mlle de B. – [Folhetim], *O Nacional*, 6 Nov., 1860. Também em *O Nacional* surge uma crónica de espectáculos, a 14 de Março de 1861, assinada A. A., certamente de Ana Plácido, em que se descreve o benefício da cantora Donati e as homenagens por ela recebidas.

³⁵⁴ Julio Cesar Machado - “Revista da Semana”, *A Revolução de Setembro*, 1 Out., 1862.

³⁵⁵ Dú-Dú - “BRAGA. Carta á Viscondessa ** do Porto”, *O Primeiro de Janeiro*, 2 Abril, 1873.

³⁵⁶ Em torno do Vicomte de Launay, muito haveria a dizer sobre a construção do pseudónimo. Com efeito, não se trata apenas de criar um nome, mas de tecer todo um universo de sustentação de uma figura. Como forma de geração de verosimilhança e mesmo de criação de um efeito de real, dão-se notícias, como a que se passa a transcrever, sobre o folhetinista de *La Presse*: “*Courrier de Belle-Isle*. ‘Un billet du Vicomte Charles de Launay nous informe ce soir, qu’entraîné par l’ardeur d’une chasse, il lui a été impossible d’écrire une seule ligne du *Courrier de Paris*; une magnifique bourriche de gibier nous parvient à la place de feuilleton que nous attendions impatiemment... Que faire? Voici quelques extraits de la lettre que nous recevons (...)’”, pode ler-se a 17 de Novembro de 1836.

Com o aparecimento da mulher cronista, tardio quando comparado com a situação francesa³⁵⁷, verificamos que os folhetins de autoria feminina não se limitam a tratar questões mundanas que quase só interessam estritamente às senhoras³⁵⁸. No espaço do folhetim tem lugar a revista da semana, a crónica de espectáculos, a recensão e crítica de novidades editoriais³⁵⁹, a crónica de necrológio³⁶⁰, a reflexão sobre a situação feminina e sobre questões de fundo que se prendem com as transformações sociais e mentais que se vivem no século XIX³⁶¹. Tantas vezes, o espaço da crónica-folhetim é ocasião para expressar opiniões, lançar apelos, dar testemunho de um tratamento diferencial sofrido pela mulher autora. Guiomar Torrezão, por exemplo, no texto em que inaugura a sua colaboração em *A Voz Feminina*, aproveita o ensejo para salientar a importância em operar transformações no que respeita a um maior desenvolvimento

³⁵⁷ Que, à partida, não seria uma actividade própria para senhoras mostra-o o testemunho indirecto de Francisco de Andrada, ao contestar a existência de uma redactora, mas reconhecendo a colaboração feminina no jornal *L'Abeille* - no caso vertente da responsabilidade da sua esposa Catarina de Andrada: "(...) tout ce qui entre dans la 'Chronique de la Semaine' est notre ouvrage, et l'on devrait facilement concevoir que cette partie ne pouvait pas convenir à une dame, quelque talent qu'elle eût" (citado por Rosa Esteves, *op. cit.*, p. 529).

³⁵⁸ Cf. Bertha de Medeiros - "As Flores", *Diario de Noticias*, 28 e 29 Abril, 1871. Nestes dois folhetins, em que se diz das flores que dão alegria à vida, insere-se uma micro-narrativa de cariz sentimental e fornecem-se indicações às "leitoras" sobre os cuidados a observar para conservar as plantas no interior das casas.

³⁵⁹ Cf. Adelina Guimarães - "Folhetim", *A Revolução de Setembro*, 9 Março, 1869. Texto que não se apresenta como uma recensão, mas como meio de agradecer ao poeta toda a beleza da obra criada, dando-nos conta das suas reflexões e salientando momentos impressionantes do poema. Cf. igualmente Ana Maria Ribeiro de Sá - "D. António da Costa", *Diario de Noticias*, 21 Ag., 1873, folhetim que passa em revista as diferentes obras publicadas por D. António da Costa pondo em relevo o seu valor literário e o contributo para o progresso do ser humano. Por fim, cf. Maria Amália Vaz de Carvalho - "Atravez dos livros e das ideias", *O Commercio do Porto*, 28 Abril e 15 Maio, 1889 sobre o livro de Paul Deschanel - *Figures de Femmes* - artigos que, ao jeito da época, descrevem os conteúdos da obra, que, neste caso, giram em torno de mulheres francesas célebres do século XVIII e inícios do século XIX. A 20 de Junho de 1888 em *O Commercio do Porto* sai também um encomiástico folhetim "Atravez dos livros e das ideias", em torno de uma biografia sobre Charles Dickens. Algumas das crónicas de livros de Guiomar Torrezão podemos encontrá-las coligidas em *A Grande Velocidade (Notas de Gare)*, *op. cit.*, pp. 135-224.

³⁶⁰ Cf. Guiomar Torrezão - "Alexandre Herculano", *A Revolução de Setembro*, 25 Set., 1877.

³⁶¹ Lembremos as crónicas de Maria Amália Vaz de Carvalho, sob o pseudónimo de Valentina de Lucena, em Setembro de 1888, no periódico portuense *O Commercio do Porto*, "A proposito da instrução feminina", em que Maria Amália comenta e apresenta a sua posição pessoal face às ideias defendidas por Rodrigues de Freitas, ou ainda as crónicas publicadas no ano de 1889 em *O Reporter* - não no espaço do folhetim, mas ocupando um lugar de destaque na medida em que se situam graficamente no espaço onde por norma se encontra o editorial - e que versam sobre "O industrialismo do tempo", dando conta das causas e consequências do fenómeno de industrialização sofrido em Oitocentos, ou "Nós e os estrangeiros", crónica em que, de um modo exemplar e crítico, se traça o retrato do português cegamente deslumbrado pelo que de fora chega.

intelectual da mulher, exprimindo o seguinte voto: “Que em vez de pensarem na França unicamente attrahidas pela estulta fascinação da moda, se occupem d’ella tomando-a como estímulo: não seja a vulgarissima *grisette*, mas sim Mesdames Dellevanti, Cottin, Stael, e tantas escriptoras distinctas, de que a França com razão se vangloria, que preocupem e prestem incentivo ás senhoras portuguezas, para se abalançarem a nobres, e proficuos commetimentos”³⁶².

Maria Amália Vaz de Carvalho usa com frequência esse espaço do folhetim, revelando uma consciência profunda da condição da mulher e uma opinião formada e esclarecida, convictamente expressa, quanto ao papel que ela deve exercer na sociedade e quanto às medidas a tomar para dignificar e suportar esse papel que passa pelo “progresso moral e intellectual do sexo feminino”³⁶³. Assim, Amália Vaz de Carvalho serve-se das colunas do periódico para, “Atravez dos livros e das ideias”, lançar apelos transformadores da mentalidade, gostos e hábitos femininos. A autora de obras em torno da educação da mulher aproveita o ensejo de falar sobre *Figures de Femmes*, de Paul Deschanel, para tecer considerações sobre a questão feminina, desde logo começando por contestar a visão misógina de Proudhon aí expressa e, antes mesmo de tecer considerações pessoais sobre as diversas mulheres notáveis de que fala a obra, defende que “E’ fôra de duvida que da influencia feminina depende muito mais do que geralmente se julga o destino das sociedades, e que se as mulheres são falsamente educadas e têm uma falsa comprehensão da sua missão social e da sua missão domestica, tudo que nos cerca – litteratura, costumes, arte, politica, moralidade – tudo recebe uma influencia directa ou indirecta d’este primitivo motor social”³⁶⁴. Noutro folhetim, saído igualmente em *O Commercio do Porto* do mesmo ano, a cronista faz a apologia da literatura inglesa³⁶⁵, remando contra a maré do francesismo nas práticas de

³⁶² Guiomar Torrezão - “Saudação”, *A Voz Feminina*, 4 Jan., 1868. Neste folhetim, Guiomar Torrezão opina que só a poesia da pena de Maria Amália Vaz de Carvalho e Amélia Janny serviria os intuitos de *A Voz Feminina*. Apesar de denunciar a inexistência de uma reforma educativa para o sexo feminino, maioritariamente a imagem de mulher que atravessa os escritos de Guiomar Torrezão inscreve-se ainda dentro de uma moral social vigente que vê no lar o espaço, por excelência, de realização da mulher. Veja-se sobre esta questão Fátima Outeirinho - “Guiomar Torrezão ou memória de uma mulher de letras oitocentista”, *op. cit.*

³⁶³ Valentina de Lucena - “A proposito da instrução feminina”, *op. cit.*

³⁶⁴ Maria Amalia Vaz de Carvalho - “Atravez dos livros e das ideias”, *O Commercio do Porto*, 28 Abril, 1889.

³⁶⁵ Já em 14 de Dezembro de 1888, sob o pseudónimo de Valentina de Lucena, *O Commercio do Porto* publicava “A proposito de um romance inglez”, folhetim que se debruçava sobre a obra *Jane Eyre* e no qual Amália Vaz de Carvalho opinava: “A litteratura ingleza é (...)

leitura de então, dirigindo-se claramente a um destinatário feminino que procura persuadir: “Se uma mulher quizer encontrar nos livros, não um simples meio de distracção e de prazer intellectual, mas o ensino prático de todos os deveres da vida, é na litteratura ingleza que tem de procurar o seu primeiro e principal alimento”; e, por esse motivo, observa: “Não me cansarei, pois, de aconselhar a todas as mães que iniciem cedo as filhas no conhecimento da lingua ingleza, e nos thesouros opulentos de uma litteratura em que ha nutrição para todos os organismos, e gôsto para todos os paladares”³⁶⁶. Maria Amália Vaz de Carvalho caracteriza distintamente a relação da mulher latina e da mulher inglesa com a leitura; se a primeira apenas acede ao romance e aí busca o simples entretenimento, não sendo selectiva e exigente nas obras escolhidas, já a segunda tem acesso a “pequenos tractados de moral prática, de economia domestica, de philosophia sã, com que possam cultivar o seu espirito, sem cahirem na pretensão ou no pedantismo”³⁶⁷. Desejosa de uma mudança na mulher portuguesa, a autora recomenda vivamente, neste folhetim, a leitura da obra de William Cobbett, já traduzida, mas também disponível em francês, *Conselhos aos rapazes e ás raparigas de todas as classes da sociedade*, que passa a apresentar como “um manual prático de *bem viver* e de *bem pensar*”³⁶⁸. Na verdade, quando Maria Amália Vaz de Carvalho se entrega em folhetim à recomendação de leitura de uma obra, o ensejo é aproveitado para tecer considerações sobre questões de actualidade, prendam-se elas com a mulher da sua época ou com sensibilidades estéticas a atravessar a literatura de então³⁶⁹. Maria Amália sobre tudo tem uma opinião formada que partilha e discute, pela pena, com a instância de leitura. Aconselhar à leitora, por exemplo, *Jane Eyre*, não significará ater-se, exclusivamente, a esta obra ou à sua autora. Com efeito, a cronista

opulentissima. Uma vida moral intensa e forte atravessa, em correntes fecundantes e renovadoras, as paginas dos seus grandes escriptores, e até dos seus escriptores secundarios”.

³⁶⁶ Maria Amalia Vaz de Carvalho - “Atravez dos livros e das ideias”, *O Commercio do Porto*, 30 Maio, 1889.

³⁶⁷ *Idem, ibidem*.

³⁶⁸ *Idem, ibidem*. Maria Amália Vaz de Carvalho releva, nesta obra, considerações do autor condenatórias de uma educação feminina direccionada para um conjunto de prendas que nada têm de pragmático ou útil.

³⁶⁹ Cf. Maria Amalia Vaz de Carvalho - “A Vida e as Cartas de G. Eliot”, *Chronicas de Valentina*, pp. 123-135. Neste texto, em que tece rasgados elogios à escritora George Eliot, a autora reflecte e opina sobre o excesso de verismo a grassar na literatura da época e que critica sem peias: “Nem Shakespeare, nem Balsac [*sic*], e parece-me que são ambos dos primeiros, me deram a impressão de nojo e de horror, de melancolia esterilizador e de desdem supremo, que hoje me dão os que, para me pintarem ou me affirmarem a decadencia e a corrupção d’uma sociedade ou d’uma raça, atiram com montões de lôdo para cima d’essa decadencia, a fim de a fazerem fermentar melhor!” (*op. cit.*, p. 128).

não só enaltece a literatura inglesa como regista a importância de uma matriz inglesa em Júlio Dinis, aponta os traços que distinguem o realismo da Inglaterra do realismo francês e ainda dá conta de uma escrita de autoria feminina com George Eliot, as irmãs Brontë ou Elisabeth Barrett, ocasião afinal para salientar algo que diz ser particular da mulher inglesa: a entrega à escrita por razões de subsistência ou de independência financeira e como modo de dirigir a sua vida interior livre pela falta do casamento ou da realização da mulher na família³⁷⁰. Curioso é o facto de ser precisamente esta mulher que defende um papel social da mulher dentro de um quadro doméstico, porque mesmo quando fala de uma missão social ela cumpre-se na família e pela família, a empreender um percurso de visibilidade que fará dela talvez a mulher autora mais proeminente nascida no seu século. Porém, quando atentamos nas ideias pelas quais pugna e tomamos o conjunto da sua obra, verificamos que ela responde a fins didáticos, logo utilitários, não se esgotando na autora ou chamando a atenção para ela, não colocando então em causa os quadros mentais da época e o conjunto de papéis sociais atribuídos quer ao homem, quer à mulher.

4.3.2. Na poesia

A poesia saída de pena feminina é igualmente acolhida no espaço folhetinesco que também dela se faz eco através da crónica de livros³⁷¹. No final da década de quarenta, Maria Browne destaca-se, sob a capa de Soror Dolores, publicando poemas seus no folhetim de *O Nacional*. Com o pseudónimo de “a coruja trovadora”, sairão em outros periódicos portuenses textos poéticos da sua autoria. Os seus poemas, de sensibilidade ultra-romântica, tão ao gosto da época, foram depois recolhidos em colectâneas, mas, em princípio, para circulação restrita e sempre sob pseudónimo. Ainda na primeira metade do século, encontramos Maria Peregrina de Sousa que, por exemplo, no *Periodico dos Pobres no Porto*, se ocultará por detrás de “Uma obscura portuense”³⁷².

³⁷⁰ Valentina de Lucena - “A proposito de um romance inglez”, *O Commercio do Porto*, 14 Dez., 1888.

³⁷¹ Na antologia poética coligida por Teófilo Braga, *Parnaso Portuguez Moderno*, Lisboa, Francisco Arthur da Silva-Editor, 1877, e que encerra poesia lírica portuguesa, brasileira e galega, nenhuma figura feminina é escolhida em Portugal, porém, do Brasil vem Narcisa Amália e, da Galiza, D. Rosalía de Castro.

³⁷² Note-se, como exemplo, o poema em defesa das damas, intitulado “Outra desforra”, saído a 20 de Novembro de 1843, nesse periódico, e que se constitui como uma das peças de uma

A publicação de poesia de autoria feminina sob pseudónimo, na imprensa periódica, funcionará como uma etapa sucedânea da circulação mundana, nos salões, dos textos escritos por mulheres, prática relativamente corrente e que *A Folha* ficciona, com humor, pela mão de Francisco d'Almeida em “Notas d'um Doido. Photographia lisbonense”³⁷³. Neste escrito, não só se dá conta de todo um conjunto de actividades de que se revestia a prática de convivialidade, que era o serão passado em casa com um grupo de amigos, durante o qual se conversava, se tocava piano e cantava, mas também se recitava poesia, como ainda várias das personagens femininas que se movem neste micro-universo ficcional, são apresentadas como mulheres ilustradas e que escrevem versos, por vezes recitados nestas ocasiões: “- Ó amigo - exclamou o dono da casa, batendo-me no hombro - sabe que mais, toque a valsa dos Dois-mundos, porque D. Maria da Cunha está anciosa por nos mimosear com uma das suas lindas poesias”³⁷⁴.

Eugénia Infante da Câmara, actriz dramática que percorreu diferentes teatros portugueses e brasileiros, também publicou, em 1859 no Porto, um livro de poemas intitulado *Esboços Poéticos*, zurzido por Ramalho Ortigão, sem dó nem piedade, em folhetim do *Jornal do Porto* e coligido em *Crónicas Portuenses*. Começando por claramente manifestar as suas objeções face à mulher escritora, trazendo à colação Alphonse Karr com quem comunga da mesma opinião, Ramalho declara que “Livrinho escrito por uma senhora, cá para mim, significa sempre um triste desastre”³⁷⁵. Depois de tal juízo prévio corroborado pela indicação de que à mulher cabe amar, apoiar o homem ao longo da sua vida, o mote estava dado para desfechar: “Principiarei por uma verdade chã e desenganada: o livro da senhora Eugénia Câmara não presta para nada. É uma colecção de babosas tolices; é um apontado, em partes surrado e sujo, de insofríveis parvoíçadas; é um empacho, uma cataplasma, um emplasto, uma papa de insipidez; é finalmente uma intolerável coisa, que, a não ser a boa vontade com que nos foi oferecida, nem sequer valeria êste triste desengano que tomo a liberdade de *submeter muito agachadamente* à conspícua consideração da autora” e, mais adiante,

disputa em verso que ocupou vários números de Outubro a Novembro, desencadeada por um texto ferozmente crítico sobre a mulher.

³⁷³ Cf. Francisco d'Almeida - “Notas d'um Doido. Photographia lisbonense”, *A Folha*, 3ª serie, nº 8, 1871, pp. 60-62.

³⁷⁴ Cf. *idem*, p. 60: “Se chego um pouquinho mais cedo, ouvia um excellente discurso sobre litteratura portugueza contemporanea, pronunciado por D. Claudia, a interessante filha de D. Josepha da Purificação. // Esta menina tem a bossa oratoria muito desenvolvida. Falla muito, e muito bem. E tambem faz versos. // Eu respeito-a devéras”.

³⁷⁵ Ramalho Ortigão - *Crónicas Portuenses (1859-1866)*, *op. cit.*, p. 116.

continua cruamente: “Ora para escrever um livro é essencial um certo quesito, inteiramente deslembado pela ilustre poetisa. Para escrever um livro, se não é indispensável, é convenientíssimo saber escrever”³⁷⁶. O folhetinista justifica o duro tom adoptado dizendo, em nota, que a crítica se coloca na posição de quem vê um autor e não uma senhora. Porém, a verdade é que Ramalho Ortigão não consegue pôr de lado a condição de mulher de quem escreve, pois no mesmo folhetim opina: “A senhora Eugénia Câmara enceleirou nos antros da sua retentiva um cabedalão de pieguices chochas, chanças gordíssimas e de acumulados arrojos duma grosseria nada feminil”³⁷⁷.

Será, no entanto, em meados da década de cinquenta³⁷⁸, mas, em particular, a partir da década de sessenta que a produção poética feminina surgirá assinada com o nome de baptismo e se tornará mais abundante, muito embora se saliente então que o panorama português escasseia em mulheres escritoras, sendo o pólo de comparação a França, evidentemente. De Coimbra, à época intenso viveiro intelectual, vêm Amélia

³⁷⁶ *Idem*, pp. 119 e 120, respectivamente.

³⁷⁷ *Idem*, p. 119. Também no Porto, no periódico *A Esmeralda* (1850-1851), Ana Amália de Sá que mais tarde em 1861 publicará um livro de poesia *Murmúrios do Vizella*, assinará duas poesias. O mesmo jornal publicará, da espanhola Carolina Coronado, “Adoração”.

³⁷⁸ A revista do Porto *Miscelanea Poetica*, 1851-1852, publicará Soror Dolores, Ana Amália de Sá, Maria Cândida Pereira de Vasconcelos, D. Catarina, Viscondessa de Balsemão, Maria Peregrina de Sousa, Maria Sofia Pereira Guedes e Maria da Luz. Também a revista portuense de poesia inéditas, *A Grinalda* (1855-1869), encerra inúmeros poemas de autoria feminina, tendo contribuído em muito como espaço de abertura a uma escrita no feminino. Aí encontramos Maria Peregrina de Sousa, Antónia Gertrudes Pusich, Maria do Patrocínio de Sousa, Hortencia Paulina de Lima Barbosa, Maria Isabel, C. (tratar-se-á de Catarina Maxima de Figueiredo que terá publicado em folhetim o romance *Amor de Mãe* e referida por Gervásio Lobato em folhetim de 1867 no *Diario Popular?*), Uma Portuense, Branca de Carvalho, Clorinda M., Maria Amália Vaz de Carvalho e Mariana Belmira de Andrade. Desde o primeiro número em que surge uma colaboração feminina, adopta-se uma atitude de cavalheirismo: as autoras publicadas abrem com os seus textos os números em que colaboram. Durante o primeiro ano de publicação da revista, à excepção de Maria do Patrocínio de Sousa, as outras senhoras assinam recorrendo à abreviatura, muito embora o índice relativo ao volume indique por extenso o nome da autora em questão. Já nos volumes seguintes a omissão do patronímico por parte de novas colaboradoras abunda e tal recato é respeitado. Que o aparecimento destas poetisas terá passado por um convite, revela-o o primeiro poema de *A Grinalda*, assinado no feminino, poema de circunstância de Maria Peregrina de Sousa: “Mas quis, por instada,/ Abrolhos tecer/ Na linda GRINALDA;/ E fui-os colher”. Apesar de minoritária, a presença de uma poesia feita por senhoras é um facto não negligenciável. No entanto, quando, em 1870 na rubrica “Factos Litterarios”, no nº 10 de *A Folha*, se tecem considerações sobre *A Grinalda* e se citam alguns dos seus colaboradores, nem uma única dama é mencionada e, por exemplo, Maria Peregrina de Sousa seria alguém a não esquecer. Também na *Gazeta Litteraria do Porto*, de Camilo Castelo Branco, uma poetisa, de seu nome Ernestina da Luz, publicará no ano de 1868.

Janny³⁷⁹ e Henriqueta Elisa. Ambas começam a poeatar aos vintes anos, o mesmo sucedendo com Maria Amália Vaz de Carvalho.

Com colaboração em inúmeros periódicos, o caso de Amélia Janny afigura-se-nos bastante peculiar – a acreditar em folhetins da época – pelo modo insólito de publicitação de alguns dos seus textos. Sendo mulher, não se coíbe porém de fazer circular no teatro um poema da sua autoria. J. Simões Ferreira narra, na sua crónica teatral de *O Fidalgo Pobre*, protagonizado pelo actor Rosa, que, no final do espectáculo, caíram do tecto papéis e num deles encontrava-se o poema “Roza”, um elogio ao actor, de Amélia Janny e que Simões Ferreira decide transcrever no seu folhetim³⁸⁰. Alguns anos mais tarde, também inserido num folhetim, aparece um poema da autora, agora em honra de Maria Amália Vaz de Carvalho pela sua obra *Uma Primavera de Mulher*, poema esse alegadamente encontrado e recolhido na Lapa dos Esteios quando de um passeio feito ao local: “Ao fazer volta da Lapa dos Esteios encontrei o meu amigo J. de S. contei-lhe a minha aventura pouco complicada, mas romanesca e poetica, e pedi-lhe que, pois era visita d’Amelia Janny, lhe entregasse os versos, que eu tivera a dita d’achar. // - Não se entregam, me disse elle - sei que eram destinados para o publico; faz por tanto uma surpresa á poetisa, publica-os n’um periodico”³⁸¹. Três anos depois deste folhetim, em 1870, anuncia-se a saída em breve de um livro de poesias de Amélia Janny de que se publica “Passado e presente”, porém não encontrámos notícia da sua efectiva publicação³⁸². Salientando a aridez poética que se vive em Coimbra e que

³⁷⁹ Amélia Janny publica a sua poesia a partir da década de sessenta em periódicos coimbrãos, mas também em periódicos lisbonenses. Amélia Janny foi, por exemplo, colaboradora do importante periódico coimbrão - pelo que revela de uma emergência de novas tendências estéticas e aspirações a uma profunda renovação do país - dirigido por João Penha, *A Folha* e criado em 1868.

³⁸⁰ Cf. J. Simões Ferreira - “Folhetim”, *A Liberdade*, 15 Março, 1863. O folhetinista não tece qualquer comentário ao poema, apenas se desculpa pelo atrevimento da transcrição. Em capítulo sobre Amélia Janny da obra *Figuras do Passado*, Lisboa, Typ. Editora José Bastos, 1915, p. 224, Pedro Eurico regista: “Em todas as festas e solemnidades nacionaes, em todas as festas de caridade, em saraus litterarios, em recitas commemorativas, e sempre nos beneficios a favor da *Sociedade Philantropico-Academica*, apparecem versos de Amelia Janny e, muitas vezes, apparecia ella a recita-los”. Guiomar Torrezão, em esboço biográfico no *Almanach das Senhoras para 1874*, op. cit., p. 6, regista: “Amelia Janny tem recitado para numerosos auditorios, nos Clubs da Figueira, das Caldas e no theatro Academico, sendo ouvida sempre e celebrada com verdadeiro entusiasmo”.

³⁸¹ F. L. - “Folhetim”, *A Revolução de Setembro*, 25 Jan., 1868. Também aqui não se faz qualquer comentário ao poema, justificando tal procedimento da seguinte forma: “Aos leitores, que não a nós, pertence analysar estes versos, se é que se analysam em vez de se admirarem e respirarem as flores da poesia”.

³⁸² Guiomar Torrezão, no referido esboço biográfico do *Almanach das Senhoras*, diz datar de 1870, por ocasião da apresentação de Amélia Janny no Grémio Literário, pela mão de António

contrasta com as manifestações vigorosas, ocorridas alguns anos antes, de um Antero de Quental ou de Teófilo Braga, Júlio de Sequeira chama a atenção para o renascimento poético que surge pela mão de Amélia Janny e que se filia, em seu entender, em autores como Millevoye, Soares de Passos ou Lamartine. O folhetinista refere ainda que a poesia de Amélia Janny não procura ilustrar nenhuma teoria nem tem pretensões épicas e, tendo em conta a condição da mulher e a vida intelectual em terra lusa, Júlio de Sequeira conclui, questionando: “A poesia de Amelia Janny é lyrica; póde-se, em Portugal, exigir, que a poesia de uma mulher seja outro genero? Pedir-se-ha á mão delicada de uma senhora que n’este paiz toma a penna a profundidade de Stael? Onde estão ahi os famosos e eruditos salões de Necker e Condorcet para a brecha da civilisação?”³⁸³ Não se tratando de modo algum de um poema panfletário, “Passado e presente” mostra, porém, preocupações de actualidade, através de uma poesia de sabor histórico e religioso em torno do mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, onde durante largos séculos pontificaram os cónegos regrantes de Santo Agostinho e que se constituiu como última morada de D. Afonso Henriques. Tomando a figura do fundador de Portugal que vagueará pelo mosteiro, produzindo as suas reflexões, marca-se uma posição de incompreensão para com a medida de extinção das ordens monásticas que foi tomada durante o liberalismo em 1834 e regozija-se pelo reaproveitamento presente desse espaço para a instrução e protecção à infância. Que Amélia Janny não se limitou a um lirismo sentimental, mostra-o ainda a sua obra *Guerra* de que *A Folha* nos fala em 1871: “A *Guerra* é um canto energico, que tanto mais espanta, quanto é raro um tom solemne e grave em labios de senhora. // O murmurar suave do gorgueio dos rouxinoes é como que o thema unico das inspirações femininas”³⁸⁴. Cândido de

Feliciano de Castilho, a promessa, ainda não cumprida, de publicação de *Violetas*. Pedro Eurico em *Figuras do Passado*, obra já citada, refere que a poesia de Amélia Janny se encontra dispersa por inúmeras publicações e, apesar de instada por muitos para coligir a sua poesia, nunca o chegara a fazer. *O Progresso*, poema na época muito saudado, publicou-se todavia separadamente em Coimbra pela Imprensa da Universidade, no ano de 1867.

³⁸³ Julio de Sequeira - “Folhetim”, *A Revolução de Setembro*, 23 Março, 1870.

³⁸⁴ “Expediente”, *A Folha*, 3ª serie, nº 2, 1871, p. 16. Nesta secção do jornal dá-se ainda notícia de *Murmurios do Sado* de Mariana Angélica de Andrade, igualmente elogiada, e sentenceia-se: “D. Marianna, D. Amalia Vaz, e Janny, são as tres musas a quem no ingreme estadio das letras poderá ser dado o pleitear preferencias”. Também na rubrica “Factos Litterarios”, assinada por Cândido de Figueiredo, no nº 4 de 1871, p. 31, se menciona esta novidade editorial para a qual o autor contribuiu com um texto prefacial e refere-se a carta elogiosa que Feliciano de Castilho escreveu à poetisa. *A Folha*, no seu nº 12 de 1871, publicará, logo na primeira página um curto poema de Mariana Angélica de Andrade. Cerca de dois anos antes, no nº 10 de 1869, pp. 74-76, já Mariana Angélica de Andrade assinava um texto em prosa, “Processo e morte de Socrates”, onde faz a narrativa das acusações de que foi alvo e da sentença e conseqüente morte

Figueiredo, no mesmo periódico, elogia a obra e afirma que “O pincel parece guiado por mão varonil”³⁸⁵ e observa que a autora vive os tumultos que agitam a Europa; de novo, se regista uma atenção e interesse pelas grandes questões da actualidade³⁸⁶. Também Amélia Janny não escapou à acção tutelar de Castilho que por sua mão a levou a recitar poemas no sarau literário que teve lugar em Maio de 1862 no Teatro Académico, facto lembrado por Pedro Eurico em *Figuras do Passado*³⁸⁷. Oito anos depois, será ainda o autor de *Ciúmes do Bardo* a apresentar Amélia Janny no Grémio Literário³⁸⁸.

A poesia de Henriqueta Elisa é grandemente devedora de um romantismo também ele epigonal, à Soares de Passos, plena de convencionalismos retóricos como em “Guia dos tumulos”, de onde se extrai a seguinte estrofe:

*Abrem-se as nuvens sombrias;
Jorra torrentes de luz
A lua no seu crescente,
O mocho pia na cruz...*

do filósofo. No mesmo ano, assina no nº 18, pp. 141-143, “Tasso no hospital”. *A Folha* abrirá as suas páginas a outra mulher, Victoria Coelho que empreenderá duas narrativas em torno da civilização oriental: a “Mythologia da Índia” e a “Mythologia da Persia”(esta inacabada), nos nºs 5, 6, 8, 10, 11 de 1869, respectivamente nas pp.36-37, 43-45, 59-61, 77-78 e 84-86. Estas narrativas são sintomáticas não apenas do alargamento de interesses por parte de algumas mulheres de Oitocentos, como também do seu estatuto de mulheres ilustradas.

³⁸⁵ O adjectivo “varonil” usado por Cândido de Figueiredo a propósito da poesia de Amélia Janny surge, com frequência, no discurso masculino que se ocupa da produção de autoria feminina. Tal ocorrência aponta certamente para o facto da actividade de escrita ser sobretudo uma prática exercida pelo sexo masculino e, por consequência, quando a escrita feminina ultrapassa preocupações de um simples lirismo sentimental só pode ser caracterizada recorrendo a um lexema que com propriedade se aplicaria ao homem. Gonçalves Crespo, por exemplo, em carta a Guiomar Torrezão diz da sua produção, a propósito da publicação de *A Família Albergaria*: “Já agora será crueldade que se recolha ao silêncio, quem tão bizarramente se apresenta a cada momento, no folhetim, na critica e no romance, escriptora de tão subidos quilates e de tão masculino vigor” (*Trechos Litterarios de Alexandre Herculano e Cartas do Mesmo e de Outros Escriptores Illustres a Guiomar Torrezão, op. cit., p. 75*). E Latino Coelho, em carta-prefácio a *Vozes do Ermo* de Maria Amália Vaz de Carvalho, corrigir-se-á: “Ahi vae pois V. Ex^a com a superioridade, ia eu dizendo varonil, direi antes feminil, do seu talento(...)” (Maria Amalia Vaz de Carvalho - *Vozes do Ermo*, Lisboa, Liv. Editora de Mattos Moreira & C.^a, 1876, p. VI). Uma mulher de letras como Maria Amália Vaz de Carvalho dirá de Clémence Royer, sublinhando o lugar excepcional por ela ocupado no panorama intelectual de então: “(...) phenomenal Clémence Royer, que é um potentissimo cerebro de homem mettido por engano da Natureza n’um fragil corpo de velhinha solitaria e triste, e que pela natureza do seu genio nos parece fóra do sexo que a *encarcera* por seu mal(...)” (*Figuras de Hoje e de Hontem, op. cit., p. 238*).

³⁸⁶ Cf. C. F. - “Factos Litterarios”, *A Folha*, 3ª serie, nº 4, 1871, p. 31. Amélia Janny verá publicado em *A Folha*, 3ª serie, nº 8, 1871, p. 58, o seu poema “O Suspiro”.

³⁸⁷ Pedro Eurico - *Figuras do Passado, op. cit., pp. 211-212*.

³⁸⁸ Cf. Guiomar Torrezão - “Amelia Janny (Esboço biographico)”, *Almanach das Senhoras para 1874, op. cit., p. 6*.

*Caza-se a este mysterio
Das campas, não sei que imperio
Que mau grado me seduz!*

Este poema, bem como “Lembras-te?”, de tom sentimental e religioso, surge publicado no periódico hebdomadário penafidense *O Seculo XIX*, logo seguidos de um comentário cavalheirescamente elogioso e complacente de A. de Q., Antero de Quental, que foi um dos colaboradores do jornal. Em espécie de nota final, Antero recusa o papel de crítico literário, atendendo a que a beleza da poesia feminina – e aqui se inclui a de Henriqueta Elisa – provém de traços específicos da mulher, a intuição, a sensibilidade, já que “na mulher tudo é alma”: “Eu creio de fé na belleza d’estas poesias, que as mulheres escrevem com mão tremula, todas inclinadas sobre os echos mais intimos do coração. A minha Poetica, por mais larga que seja, tentando avaliar a extensão daquelle ether purissimo, parece-me então tão disforme como um anão pesado e curto, que pretendesse medir, pela medida de seus passos, a distancia que separa dous astros no ceu”³⁸⁹.

Da capital ou próximas da capital, surgirão Maria Rita Chiappe Cadet, Maria Amália Vaz de Carvalho ou Júlia de Gusmão³⁹⁰. A primeira colaborará no *Diario de Noticias* desde o seu primeiro ano de publicação³⁹¹. Eis como o *Diario de Noticias* nos apresenta a autora, mostrando-nos que, num universo português a grande referência de escritora é ainda e apenas a Marquesa de Alorna, indo-se buscar ao universo francês dois nomes de vulto, mas que não apresentam de modo algum paralelo com Rita Chiappe Cadet: “Deve de ser grato ás nossas leitoras este brinde, que mais uma vez mostra que ainda não acabou em Portugal a geração gloriosa das Alcipes, e que neste humilde recanto do occidente tambem florescem as Staël, e George Sand. Ha fluencia,

³⁸⁹ A. de Q. – [Folhetim], *O Seculo XIX*, 4 Junho, 1864.

³⁹⁰ O *Diario de Noticias* publicará desta autora, no espaço do folhetim, a 19 de Novembro de 1871, um poema de tom elegíaco, no qual se revela toda a dor sentida pela morte de um ente querido. Após a morte de Guiomar Torrezão será Júlia de Gusmão a assegurar a direcção do *Almanach das Senhoras*. Maria Veleda publicará, sobre esta poetisa, um artigo em *A Chronica. Revista Illustrada e Litteraria*, no nº79, Nov. de 1902, p. 1.

³⁹¹ Maria Rita Chiappe Cadet foi também colaboradora do *Jornal das Damas* de 1867 a 1869. Contudo, múltiplos periódicos houve que publicaram textos seus, tendo a autora começado a poetar na década de sessenta. Quando colige em *Versos* os seus poemas, até aí esparsos, *A Folha* regista o acontecimento de modo elogioso, na rubrica “Factos Litterarios”, no nº 4 de 1871, pp. 30-31. Rangel de Lima também registará a publicação de um livro de poesia, intitulado *Sorrisos e Lagrimas*, em *Artes e Letras*, nº5, 1875, p. 79. Maria Rita Chiappe Cadet foi ainda autora de contos para a infância adoptados para uso das escolas. Veja-se, a este propósito, a notícia dada por *O Conimbricense* sobre a publicação de *Os Contos da Mamã*, a 13 de Maio de 1883.

suavidade, e frescura nos versos da illustre poetisa”³⁹². Se “Varina”, o primeiro “mimo poético” que no *Diario de Noticias* vamos encontrar e que se destina a ser recitado ao piano, apresenta pinceladas realistas - “Tomo a canastra onde o meu peixe levo, // E na cidade que topar visinha // Vou pelas ruas pregoando alegre: // *Biba! Bibinha! quem a quer bibinha?!...!*”³⁹³ -, a verdade é que será quase sempre uma toada romântica, em torno de expansões de alma³⁹⁴ ou da observação da natureza³⁹⁵ e das misérias sociais,³⁹⁶ aquela que encontramos em Maria Rita Chiappe Cadet e na poesia de autoria feminina em geral. Rita Cadet publica ainda no folhetim do jornal lisbonense uma poesia, de algum modo de circunstância, dedicada a esse periódico. “Quem és tu?”; pretende assim homenagear o *Diario de Noticias* pelos objectivos que se propõe alcançar e que vão no sentido de ir ao encontro de uma camada leitora mais popular³⁹⁷. “A captiva”, poema de reminiscências hugolianas - aliás o sub-título é precisamente “Oriental” - é outro dos textos poéticos aqui publicados. Se em Victor Hugo a mulher ocidental cativa se sente seduzida por todo o exotismo que a rodeia e admite “Si je n’étais captive, // j’aimerais ce pays”, a cativa do poema português vive o desespero do cativo e do cerco amoroso movido pelo africano. Interpelada que é cruamente pelo Outro, não é capaz de passar ao olhar receptivo, retomando o patriótico e lendário ódio ao mouro, visto como um herege:

- *É debalde que suspiras!*
Ergue-te, escuta, sultão,
Eu não temo as tuas iras,
Nem quero o teu coração.
Guarda o throno para dal-o
A quem possa ao aceita-lo
Dar-te em troca o seu amor.
Não te posso amar, insisto,
Porque eu sigo a lei de Christo,

³⁹² *Diario de Noticias*, 31 Maio, 1865. Na nota introdutória a Maria Rita Chiappe Cadet, aproveita-se para se anunciar a publicação, em breve, de um romance de “outra distinctissima escriptora a sr.^a D. Maria José da Silva Canuto”. Como depois veremos, trata-se mais exactamente de um romance por ela traduzido, *Cincoenta annos de reinado quatorze dias felizes*. Maria José Canuto dedicou-se grandemente à actividade tradutora.

³⁹³ *Idem, ibidem*.

³⁹⁴ Cf. M^a Rita Chiappe Cadet - “Pranto d’alma”, *Diario de Noticias*, 2 Set., 1865. Poema de dor pela morte de uma amiga, mas também palavra de alento e consolo aos familiares.

³⁹⁵ Cf. M^a Rita Chiappe Cadet - “Ao anoutecer”, *Diario de Noticias*, 8 Set., 1865.

³⁹⁶ Cf. M^a Rita Chiappe Cadet - “A cega”, *Diario de Noticias*, 9 e 10, Set., 1871. Neste poema, dá-se conta da situação de pobreza extrema vivida por uma cega e seu filho, ainda criança, cujas súplicas de ajuda não serão ouvidas. Só com a morte da mãe é que a atenção se voltará para a criança órfã.

³⁹⁷ Cf. M^a Rita Chiappe Cadet - “Quem és tu?”, *Diario de Noticias*, 18 Junho, 1865.

*E tu a de um impostor.*³⁹⁸

Apesar do vestígio hugoliano, o poema de Maria Rita Chiappe Cadet, de toada popular pela adoção da redondilha, está sobretudo ligado a uma tradição europeia que tematicamente o percorre e que se prende com a presença da imagem do infiel, sedutor pela sua pertença a uma civilização rica, mas eivado de um poder maléfico ou mesmo diabólico³⁹⁹.

Será, todavia, Maria Amália Vaz de Carvalho quem irá provocar uma enxurrada de textos críticos, unânimes no elogio, em torno da publicação, em 1867, de *Uma Primavera de Mulher*. No *Diario Popular*, encontramos as impressões de leitura de Ana Maria Ribeiro de Sá. Nesse texto, verificamos que as referências poéticas com as quais se estabelece uma linhagem para *Uma Primavera de Mulher* se fundam numa tradição bíblica salmista, mas ainda em Shakespeare, Byron, Hugo e Lamartine. E, depois de descrever e sintetizar os conteúdos da obra cuja história gira em torno de Beatriz, figura feminina que se vê dividida entre o seu amor por Vasco e os deveres para com a família e pelos quais optará, diz Ana Maria Ribeiro de Sá: “A exm.^a sr.^a D. Maria Amalia Vaz de Carvalho veio agora no meio de toda a opposição que se ergue contra a poesia, no meio de toda a indiferença com que se vae esquecendo o sentimento religioso e, empunhando a sua bem-fadada lyra, deixa que a voz lhe suba desafogada do coração aos labios, e solta o seu hymno á natureza, ao amor, ao dever e á religião de Christo, único e verdadeiro fundamento de toda a boa moral”⁴⁰⁰. Esta apreciação – que deve ser entendida à luz e situada no rescaldo da Questão Coimbrã – vem dar ênfase à ideia já anteriormente expressa no folhetim em que se criticava a “poesia de moderna data”, as “orchestras desafinadas, d’esses realejos rouquinhos que nos perseguem a cada passo”, afirmações que dão conta de uma preferência na poesia que se liga aos cultores epigonais de uma sensibilidade dita romântica. Não é, de resto, por acaso que

³⁹⁸ M^a Rita Chiappe Cadet - “A captiva”, “*Diario de Noticias*, 14 Out., 1865. Maria Rita Chiappe Cadet terá sido leitora de Hugo, mas também de Lamartine de quem traduz “L’hirondelle”, poema que integra *Harmonies Poétiques et Religieuses*, em 1872 no *Novo Almanach de Lembranças para 1873*.

³⁹⁹ O poema de Maria Rita Chiappe Cadet filia-se, claramente, numa tradição europeia em torno do oriente muçulmano que, como desenvolve Jean-Marc Moura em *L’Europe Littéraire et l’Ailleurs*, Paris, PUF, 1998, se encontra “investi par les images de la menace et de la splendeur” (*op. cit.*, p. 20).

⁴⁰⁰ Ana Maria Ribeiro de Sá - “As minhas impressões ao ler - UMA PRIMAVERA DE MULHER - poema da ex.ma sr.^a D. Maria Amalia Vaz de Carvalho”, *Diario Popular*, 17 Julho, 1867.

quem prefacia a obra seja Tomás Ribeiro, elemento pertencente à velha guarda poética. Dois outros aspectos curiosos há a notar: a comparação estabelecida entre as primícias literárias de Mme de Girardin e as de Maria Amália Vaz de Carvalho, atendendo ao desfasamento temporal entre ambas, atendendo ainda à aparente ausência de contraponto em Portugal que faz Ana Maria Ribeiro de Sá recorrer à república das letras francesa; curiosa ainda é a interpelação enigmática que se faz à leitora: “Leia a leitora o poema, porque além de cumprir um dever a que hoje estão obrigadas todas as senhoras portuguesas, ha de sentir o verdadeiro balsamo da poesia (...)”⁴⁰¹. Porquê dever? Pela qualidade da obra? Por ela sair de uma pena feminina? Porque toda a mulher que sabe ler tem o dever de se encontrar actualizada e de se cultivar? Talvez a resposta resida num complexo de razões.

Gervásio Lobato assina no *Diario Popular* um artigo suscitado pelo folhetim de Ana Maria Ribeiro de Sá, no qual, em despedida, anuncia a leitura que em breve fará de *Uma Primavera de Mulher*. Na verdade, quando pensávamos ler mais um texto sobre Amália Vaz de Carvalho, temos perante nós o encómio hiperbolizante do folhetim de Ana Ribeiro de Sá e da sua autora, “uma das primeiras intelligencias femininas”, que, no entender, de Gervásio Lobato “Tem de Lammenais, o sentimento religioso; de Victor Hugo, a poesia; de Lamartine, a linguagem; de Alphonse Karr, o espirito gracioso e delicado”⁴⁰². É sintomático que o termo de comparação eleito resida, por um lado, numa galeria de figuras masculinas e, por outro, dentro de um universo cultural francês. Porém, o facto de se tratar de uma senhora leva Lobato a deter-se numa presença feminina na literatura portuguesa ao longo dos séculos. Da listagem de autoras e obras a que procede, Gervásio Lobato conclui que “O numero de escriptoras religiosas iguala o de poetisas o que demonstra que o sentimento da religião anda ligado ao da poesia nos corações femininos”, que o drama foi pouco cultivado pelas damas e que “O romance e a historia foi mais cultivado do que o drama, porem muito menos do que a poesia e a religião”⁴⁰³. Considerando que, em termos de produção feminina, Portugal está na senda do progresso, o autor aproveita para referir as escritoras portuguesas da

⁴⁰¹ *Idem, ibidem*. Três anos depois, a 9 de Julho de 1870, em *A Revolução de Setembro*, será também uma mulher, desta feita Guiomar Torrezão, a apresentar uma carta e poesias dirigidas a Maria Amália Vaz de Carvalho, da autoria de Tomás Ribeiro, tendo assim, de algum modo, lugar uma dupla homenagem: Tomás Ribeiro mostra toda a sua admiração por Maria Amália; Guiomar Torrezão homenageia simultaneamente a poetisa e o poeta.

⁴⁰² Gervásio Lobato - “Da litteratura portugueza, impressões d’um folhetim”, *Diario Popular*, 29 Julho, 1867.

⁴⁰³ *Idem, ibidem*.

actualidade nas quais inclui Júlia de Gusmão e Catarina Máxima de Figueiredo⁴⁰⁴, para além de Amélia Janny, Maria Peregrina de Sousa⁴⁰⁵, Gertrudes Pusich, Maria José Canuto, Ana Plácido, Amália Vaz de Carvalho e, evidentemente, Ana Ribeiro de Sá.

Uma Primavera de Mulher será ainda objecto de “apontamentos” que se estenderão por vários folhetins do *Diario Popular*, ao longo dos quais se analisa em detalhe, salientando qualidades e defeitos, este “capricho lyrico-romantico”⁴⁰⁶ ou “poema-romance de amores”⁴⁰⁷ como também lhe chama o crítico que não deseja apresentar-se como tal. O autor filia a obra na escola romântica em que pontuaram Byron, Musset e Garrett, mas cujos avatares serôdios - e o juízo é nosso - são sancionados por António Feliciano de Castilho. Realmente, e tal como o folhetim nos informa, o poema foi recitado em casa do autor de *Ciúmes do Bardo*.

O *Diario de Noticias*, pela mão de Eduardo Coelho, publicara já, poucos meses antes, uma notícia bibliográfica sobre a obra, em que precisamente referia que o padrinho da obra era Feliciano de Castilho, assim por ele baptizada, integrando *Uma Primavera de Mulher* na escola romântica. Nesta breve notícia, se estabelece um paralelo com Mme de Staël e a Marquesa de Alorna, igualmente se compara a autora com Teresa de Ávila e se recomenda a leitura, às “donzellas castas”, do poema em quatro cantos, de onde se extrai uma passagem, afirmando mesmo: “Mirem-se no modelo”⁴⁰⁸, o de uma Beatriz que sacrifica o coração ao dever. O *Diario de Noticias* abre ainda as suas páginas a um folhetim que se debruça sobre a primeira obra de

⁴⁰⁴ Sobre esta autora encontramos um folhetim de Costa Goodolphim, publicado a 1 de Março de 1868 em *A Revolução de Setembro*, no qual se comenta, elogiosamente. *Extractos d’*m Album**, colectânea de poemas de Catarina Figueiredo de quem se diz ser assídua colaboradora dos almanaques de lembranças. Costa Goodolphim aproveita o ensejo para recomendar à leitora a aquisição da obra.

⁴⁰⁵ A incursão de Maria Peregrina de Sousa no domínio da ficção encontramos-la, por exemplo, com os romances originais *Maria Isabel*, Porto, Typ. de José Pereira da Silva, 1866 e *Henriqueta*, *op. cit.* Esta última obra é precedida de um esboço biográfico sobre a autora, da pena de António Feliciano de Castilho, no qual são citadas passagens de cartas - muito curiosas - enviadas por Maria Peregrina de Sousa ao autor de *Ciúmes do Bardo*. O interesse dessas páginas reside no facto de Maria Peregrina nos dar conta da sua formação intelectual, dos seus hábitos e gostos de leitura, das condições que rodeiam o seu acto de criação e de razões que o suscitam (“Para escrever necessito de socego; e por isso nunca trabalho com mais prazer do que á noite, depois que toda a familia está recolhida, e sobre tudo me é mister a paz de espirito. Sempre que desgostos de familia, ou cuidados domesticos, me perturbam, descansa-me a penna”, *op. cit.*, p. XLIV) e, ainda, da informação sobre a sua produção que se encontra disseminada por periódicos vários.

⁴⁰⁶ L. - “Uma Primavera de Mulher. Poema”, *Diario Popular*, 12 Set., 1867.

⁴⁰⁷ *Idem*, 19 Set., 1867.

⁴⁰⁸ Eduardo Coelho - “Noticia bibliographica. Uma primavera de mulher”, *Diario de Noticias*, 23 Julho, 1867.

Amália Vaz de Carvalho. Muito embora nele se opine que “Este livro vae passar dos livreiros para as estantes das senhoras, porque, foi composto expressamente para ser entendido por ellas”, certo é que ao longo de todo o artigo o autor se dirige ao leitor e não à leitora, salientando a poesia do coração que da obra emerge e procurando pôr em relevo o carácter excepcional do aparecimento desta autora porque jovem, inexperiente e vivendo afastada de uma vida cultural urbana. Dois dias depois, em *A Revolução de Setembro*, é a vez de Pereira Ferraz Júnior se debruçar sobre *Uma Primavera de Mulher*. Tal como no caso anterior, ao longo de todo o texto, é o leitor que é interpelado para que atente nas belezas poéticas da obra, através de excertos ilustrativos de uma poesia que lembra Rousseau, Millevoeye e Santa Teresa de Ávila. Fazendo ombrear Amália Vaz de Carvalho com Soror Violante do Céu ou com a Marquesa de Alorna, também neste folhetim se acentua a veia religiosa que percorre *Uma Primavera de Mulher*, opinando Pereira Ferraz Júnior que Amália Vaz de Carvalho “alcança um lugar distinto entre as do seu sexo”⁴⁰⁹. Uma última constatação prende-se mesmo com esta questão: se, no que respeita à filiação poética, ela normalmente radica numa produção de autoria masculina, já no que respeita ao estatuto de excepção alcançado, ele é inserido dentro do grupo das mulheres escritoras. *A Revolução de Setembro* faz sair ainda um folhetim que se singulariza pela crítica aos textos prefaciais que a obra contém, a carta de António Feliciano de Castilho e, particularmente, a “Conversa ao Reposteiro” de Tomás Ribeiro⁴¹⁰, pois na opinião do autor “deram em droga as cartas-prefacios-, e as introduções- panegyricos, e em parte nenhuma se acreditam, a não ser na Lourinhã”⁴¹¹. Como não lembrar o famoso texto de Castilho ao *Poema da Mocidade* de Pinheiro Chagas? Esses textos, para alguns intelectuais da época já não se constituem como cartas de recomendação, mas desvalorizam e lançam suspeita sobre as primícias literárias de quem quer que seja. António Feliciano de Castilho e seus apaniguados estão em perda no que respeita ao exercício de autoridade e a um magistério de influência. Curioso é verificar que o aparecimento de uma produção feminina se liga a formas poéticas muito percorridas e a modelos que já não são produtivos para as novas aspirações estéticas e culturais emergentes. O folhetim, após duras críticas ao escrito

⁴⁰⁹ A. Pereira Ferraz Junior - “Uma Primavera de Mulher”, *A Revolução de Setembro*, 15 Agosto, 1867.

⁴¹⁰ Cf. F. L. - “Folhetim”, *A Revolução de Setembro*, 25 Jan., 1868: “Esta *Conversa ao Reposteiro* é a coisa mais soez, que tem sahido da penna do seu auctor, que, ainda mal, naufragou sempre nos juizos criticos”.

⁴¹¹ *Idem, ibidem*.

de Tomás Ribeiro, passa ao comentário de *Uma Primavera de Mulher* relevando qualidades e defeitos, mas sempre concluindo pela supremacia do positivo. Também aqui se valoriza o veio de moralidade que atravessa a obra, ligado às opções de vida da protagonista, Beatriz, e, por esse motivo, se afirma: “(...) regosija-se, toda se alegra e se enche de jubilo a alma vendo que uma mulher, e mulher moça, se reconhece mais alta, mais sublime, mais sagrada á cabeceira de um leito do que no soffá dos salões”⁴¹².

Apesar do sucesso conhecido por Maria Amália Vaz de Carvalho com esta sua obra, quatro anos depois é ainda através de um intermediário – Luiz Augusto Palmeirim, “amigo e collega”⁴¹³ – que o *Diario de Noticias* oferece ao público um seu poema o qual – note-se bem – só vê a luz em virtude da autorização parental para a sua publicação. “Á França” reflecte uma atenção por parte da autora à actualidade política que a cerca, pois trata-se de uma composição de incitamento à França, então ameaçada na sua integridade pela Prússia, para que colha forças em glória passada a fim de resistir a tal humilhação, tendo sempre em conta a defesa de um valor como a liberdade que tanto deu a conhecer ao mundo⁴¹⁴.

Vozes do Ermo, livro de poesias de 1876, será, tal como *Uma Primavera de Mulher* grandemente elogiado. No *Diario de Noticias*, Júlio César Machado encarrega-se do panegírico num folhetim que faz jus ás suas capacidades de humorista, na observação do caricato social, na capacidade de agenciar num mesmo escrito a análise jocosa e a análise séria. Assim, se num primeiro momento se demora em variações em torno de diferentes tipos de ermos, caricaturando o *político a martelo*, num segundo momento adopta uma atitude de seriedade para falar de *Vozes do Ermo*, tendo o cuidado de referir que Latino Coelho prefacia este livro de versos, onde se encontra “Imaginação, rasão, arte: e, com estes dotes, e d’elles, singeleza, a qualidade por excellencia!”⁴¹⁵ No

⁴¹² *Idem, ibidem.*

⁴¹³ É o próprio quem o afirma em nota prévia ao poema “Á França”, no *Diario de Noticias*, 24 de Janeiro de 1871. O tratamento igualitário de “colega” encontrá-lo-emos em correspondência dirigida a Guiomar Torrezão e da responsabilidade de Teixeira de Vasconcelos, António da Silva Gaio, Francisco Gomes de Amorim, Guilherme de Azevedo, Luciano Cordeiro e Luís Guimarães Junior (cf. *Trechos Litterarios de Alexandre Herculano e Cartas do Mesmo e de Outros Escripores Illustres a Guiomar Torrezão, op. cit.*).

⁴¹⁴ Noutros periódicos da época, embora não no espaço do folhetim, podem ainda encontrar-se poemas esparsos de Maria Amália Vaz de Carvalho como em *A Folha*, no seu nº 2 de 1872, p. 10, com “Diario de Estella” ou em *A Renascença*, 1879, p. 147, o poema “Peccadora”.

⁴¹⁵ Julio Cesar Machado - “Vozes do ermo”, *Diario de Noticias*, 18 Maio, 1876.

prefácio aludido, de novo se atenta na distância que a poesia feminina conserva de um realismo na arte, facto que a seu ver só aprimora ainda mais a obra de Maria Amália⁴¹⁶.

Em 1896, Antonio Padula, lusófilo que grandemente contribuiu para a divulgação da literatura e cultura portuguesas em Itália⁴¹⁷, publicará *I Nuovi Poeti Portoghesi*,⁴¹⁸ breve compêndio de poetas contemporâneos que integra capítulo sobre poesia de autoria feminina. As poetisas destacadas por Antonio Padula, boa parte delas nascidas na década de quarenta, serão: Mariana Angélica de Andrade (1840-1882), Mariana Belmira de Andrade (1844-1921), Albertina Paraíso (1874-1954), Maria Amália Vaz de Carvalho (1847-1921) e Alice Moderno (1867-1946). Antonio Padula reserva-lhes um discurso elogioso. Porém, Maria Amália Vaz de Carvalho e Alice Moderno ganham no seu opúsculo uma dimensão especial. Da primeira, o que resultará afinal mais valorizado na sua produção de mulher de letras, será, não a poesia, mas a actividade crítica que tem vindo a empreender e que lhe permite ombrear com figuras masculinas por razões várias fundamentais na vida oitocentista: “L’autrice, ch’è uno degl’ingegni più poderosi del suo tempo, ha abbandonato il campo della poesia e ormai, fra gli scrittori rinomati del Portogallo, puó stare allato a Ramalho Ortigão, Eça de Queiroz e Teofilo Braga. Le sue principali opere sono: *Arabescos*, *Alguns homens do meu tempo* e *Chronicas de Valentina*. // Se un giorno mi prenderá vaghezza di scrivere sui critici e i filosofi portoghesi, il nome di *Maria Amalia Vaz de Carvalho* faró tema di studio speciale”⁴¹⁹. Quanto a Alice Moderno, Padula elegê-la-á como a mais insigne poetisa portuguesa do seu tempo o que justifica o espaço que lhe reserva: três páginas sobre a sua vida e obra a contrapor a uma página para as demais. Num discurso encomiástico Padula dá a conhecer a divulgação da autora além fronteiras de que Joaquim de Araújo foi o grande fator⁴²⁰, mas igualmente sublinha o convívio intelectual de Alice Moderno com autores nacionais e estrangeiros. A não omitir é a reflexão final em torno da

⁴¹⁶ Cf. Latino Coelho – [Carta-prologo], in Maria Amalia Vaz de Carvalho - *Vozes do Ermo*, op. cit., pp.VIII-X.

⁴¹⁷ Sobre esta questão e sobre a problemática mais geral da difusão das letras portuguesas na Europa através do grande intermediário que foi Joaquim de Araújo, consulte-se, com proveito pela riqueza de informação aí contida, a obra de Ferreira de Brito - *Joaquim de Araújo e a Expansão Europeia da Cultura Portuguesa*, Porto, Instituto de Estudos Franceses da Universidade do Porto, 2000.

⁴¹⁸ Cf. Antonio Padula - *I Nuovi Poeti Portoghesi*, Napoli, Stab. Tip. Pierro e Veraldi, 1896. Já anos antes, Maxime Formont, em França, publicara obra de escopo similar: *Le Mouvement Poétique Contemporain en Portugal*, Lyon, Imp. de A. Storck, 1892.

⁴¹⁹ *Idem*, p. 52.

⁴²⁰ Cf. *Idem*, nota de rodapé, p. 53.

condição feminina e que vai no sentido de aconselhar a poetisa a assumir igualmente o seu verdadeiro papel enquanto mulher pois “Senza famiglia, senz’amore la donna nel civile consorzio altro non sarà mai che un essere ibrido ed antipoetico, fuori del mondo della realtà e fuori di quello inflessibile della scienza”⁴²¹.

4.3.3. Na escrita de memórias

A escrita de memórias, ligada a um registo com frequência autobiográfico, e por vezes apontada como um dos domínios de eleição na escrita feminina, não parece conhecer muita fortuna em Portugal ao longo de Oitocentos; quando muito, ela encontra-se à mistura com narrativas de viagem como acontece com *Paris (Impressões de viagem)* de Guiomar Torrezão. Em 1858, porém, começa a ser falada na imprensa a próxima publicação de *Memorias de uma Senhora* de Josefina Neuville, obra que pelo seu carácter de relato de acontecimentos reais terá causado na época alguma polémica, “por compreender alguns trechos de ruído e escandalo, obteve para logo rapida extracção”, como regista Inocêncio Francisco da Silva⁴²². Se, em Março de 1858, Francisco Serra em *A Revolução de Setembro*, e sem dar a conhecer o nome da autora, chama a atenção para os riscos que uma tal obra corre, sobretudo porque escrita por mão feminina, cerca de meio ano depois tais receios de algum modo mostram ter fundamento pelo artigo assinado pela autora, no qual denuncia as ameaças anónimas de que tem sido alvo, reiterando a sua decisão irrevogável de publicação. Neste folhetim, que a autora apenas faz acompanhar das suas iniciais, tem-se o cuidado de dar um excerto da “Introdução”, pois nela se apresentam as razões de tal empreendimento: escrever as memórias é o meio de distracção encontrado para escapar a uma vida de pesares, com um fim simultaneamente didáctico, inscrevendo-se assim a autora numa tradição já longa, ao erigir-se como guia de vida para as suas filhas. Finalmente, a introdução pretende também deixar claro o que não se procurou atingir: uma glória literária, o vir a ser uma *bas bleu*⁴²³.

⁴²¹ *Idem*, p. 56.

⁴²² Inocêncio Francisco da Silva - *Diccionario Bibliographico Portuguez*, t.XIII, *op. cit.*, p. 247.

⁴²³ J. N. - “Explicação sobre umas memorias”, *A Revolução de Setembro*, 21 Jan., 1859. Tanto quanto conseguimos apurar, não parece ter havido em Portugal, no século XIX, uma campanha, ou pelo menos críticas ferozes, no sentido de denegrir a mulher escritora, contrariamente ao que sucedeu em França, sendo Barbey d’Aureville o exemplo paradigmático de tal atitude. Na verdade, a generalidade da mulher portuguesa que se vota à escrita, só nessa medida foge aos padrões instituídos. Em termos de moral comportamental, ela inscreve-se dentro das regras

Rico em informação, o folhetim de Francisco Serra reflecte sobre a dificuldade de circulação de uma escrita de memórias, atendendo ao pequeno mercado de leitura português e caracteriza o papel da mulher portuguesa que, em geral, não se esforça por se notabilizar no mundo das letras: “Nesta desgraçada terra em que a mulher ha de ser considerada sempre como civilisadora especial dos negocios da agulha e do bastidor, é ter muita coragem, grande abundancia e firmeza de espirito, para progredir n’um intento em que a maior das vezes o desanimo vence, acabando por inutilisar um trabalho, que serviria para justificar aquelle dicto de madame de Stael – o genio não tem sexo”⁴²⁴.

De tom autobiográfico temos também um conjunto de escritos de Ana Augusta Plácido, saídos de modo esparso em diversos periódicos e assinados A. A. *Luz Coada por Ferros* (1863) colige vários textos nos quais se incluem os folhetins de *O Nacional* e de *A Revolução de Setembro*⁴²⁵, então diversamente intitulados “Horas de luz nas trevas de um carcere” em vez de “Meditações”, título com que aparecem em livro, sendo esta uma de algumas variantes textuais facilmente detectáveis e que a obra apresenta. O primeiro escrito aparece no periódico português a 5 de Outubro de 1860, precedido de uma nota de apresentação na qual se informa o público da situação singular e limite que rodeia a autora de “Horas de Luz nas Trevas de um Carcere”, procurando chamar a atenção dos assinantes para a intolerância e crueldade manifestada para com ela⁴²⁶. Concomitantemente, elogia-se a grandeza de espírito e de talento da sr.^a D. A. A. Em suporte livresco, é a própria autora que, em dedicatória, refere que “Grande parte d’estes escriptos nasceram na calamitosa época do carcere e do escarneio dos [seus] algozes, nunca saciados das torturas que [lhe] infligiram”⁴²⁷. Com efeito,

prescritas sem representar ou arvorar intuítos emancipadores que ponham em causa o papel masculino. O epíteto adoptado pela autora - *bas bleu* - veicula uma visão negativa da mulher que escreve.

⁴²⁴ Francisco Serra - “Memorias de uma Senhora”, *A Revolução de Setembro*, 31 Março, 1858. Francisco Serra chama à colação Delphine Gay, denominando-a Emilie de Girardin, feminizando o nome do marido, e George Sand, exemplos, no seu entender, de perseverança feminina na república das letras.

⁴²⁵ Alguns dos textos depois recolhidos em *Luz Coada por Ferros* surgem, num primeiro momento, em *O Nacional*, no último trimestre de 1860, e, poucos meses, depois em *A Revolução de Setembro*, estendendo-se, sensivelmente, de Março a Agosto de 1861.

⁴²⁶ Também em *O Nacional*, Vieira de Castro publicará um folhetim dirigido a Júlio César Machado, a 24 de Outubro de 1860, no qual condena o mutismo deste famoso folhetinista perante a recepção de um folhetim que Ana Augusta Plácido lhe terá enviado. Tal facto é ocasião para uma defesa desta mulher - e de Camilo - que tem em alto apreço e que, em seu entender, está a ser vilipendiada.

⁴²⁷ Ana Augusta Plácido - *Luz Coada por Ferros*, pref. de Julio Cesar Machado, Lisboa, Livraria de A. M. Pereira, 1863, p. V.

nestes escritos de sensibilidade ultra-romântica, encontramos desafogos de uma alma atormentada que procura em Deus lenitivo e força para a provação experimentada: “Coragem, pois, meus irmãos na desgraça, verdadeiros filhos d’Aquelle que tanto padeceu para nos reunir. Tomemos a nossa cruz alegres e resignados. Se a terra nos impeçonha os seus perfidos gosos, voltemo-nos para o infinito (...)”⁴²⁸. O conjunto de folhetins “Horas de luz nas trevas de um carcere” mostra-nos uma mulher torturada, mas corajosa e lutadora que, ao invés de se refugiar na sombra e no silêncio para fugir à reprovação social, opta por uma postura de visibilidade, só aparentemente disfarçada pelas iniciais com que assina os seus textos, partindo para a denúncia de uma condição feminina aviltante e para a interpelação às mulheres, no sentido de mostrar uma necessidade de mudança. À mulher que deve primeiro obediência ao pai e depois ao marido – percurso seguido por Ana Plácido até encontrar, aos vinte e nove anos, Camilo Castelo Branco –, que se anula na sua vontade para respeitar a vontade masculina, diz a autora: “E’ á mulher, que eu fallo...é a essas martyres occultas que a sociedade esconde, a quem eu quizera que chegasse este raio de conforto, irradiando d’uma alma, sua irmã na dôr. (...) O que és tu, na terra, mulher, predestinada ao martyrio? Sacrificada na infancia, dizem te: ‘abafa o coração, morre se tanto for necessario, lembra-te que te é defezo ouvil-o. Não prejures, não traias nem por pensamento o juramento sagrado que te impuzeram em nome de Deus...a quem te obrigaram a mentir! Ahi tens nesse homem, que te chama sua, metade da tua alma, a carne da tua carne, o teu senhor de toda a vida!’”⁴²⁹. Todavia, não será apenas este apelo a uma valorização da sensibilidade, do sentimento amoroso, como critério válido para definir condutas aquele que vamos encontrar em Ana Augusta Plácido. Em 1861, a que foi reclusa na Cadeia da Relação do Porto dá a conhecer publicamente as suas convicções no que respeita a uma carreira literária por parte das mulheres, despertando-lhes a consciência para essa realidade. Vejamos a sua linguagem em tom de manifesto:

Fecha-se-lhe esse sanctuario esplendido, e eil-as ahi sem prestigio, sem outro brilho nos fastos contemporaneos, senão o de boas governantes de casa, e boas mães de familia. A sua missão mais nobre é por certo esta, nem eu posso contestal-a. Folgo até que me extremem no meio d’ellas. Mas essa essencia preciosa absorve todas as facultades grandiosas da mulher? Não.

⁴²⁸ A. A. - “Horas de luz nas trevas de um carcere”, *A Revolução de Setembro*, 20 Abril, 1861.

⁴²⁹ *Idem*, 20 Julho, 1861.

É preciso que esta inactividade tenha fim, é preciso que nos desliguemos de certas apprehensões, procurando no livro e no estudo dos bons mestres um refrigerio para os tristonhos dias da velhice.

Sei que não podemos aspirar a um nome distincto como o de madame Stael, ou George Sand. A estas dotou-as a subtileza do engenho, a grandeza do genio, a vivacidade sublime que não possuímos desde que a marquesa de Alorna, e Catharina Balsemão passaram sem herdeiras. Não dêmos ao homem a facil victoria da nossa inercia. Entremos desassombradas n'esse trilho em que os mesmos espinhos nos fazem esquecer outras dôres.

É, afagando esta idéa, que me arrojo primeira ao exemplo, e com a esperança de ser imitada e seguida⁴³⁰.

Júlio César Machado, que assinará a introdução a *Luz Coada por Ferros*, vai construir todo o seu texto em torno da mulher que é Ana Plácido, em íntima relação com a mulher autora. Júlio Machado que, já após visita à Cadeia da Relação para ver Camilo e Ana Plácido, traduzia, na narrativa que faz em folhetim de *A Revolução de Setembro*, a admiração experimentada por essa “senhora de grandes dotes de espirito”⁴³¹, destaca, na “Introdução” ao livro, o pendor reflexivo que a obra a todo o momento espelha, a ilustração formada mais nos clássicos do que nos românticos da autora de *Luz Coada por Ferros*. Para além de assinalar a inveja e malquerença que uma mulher de talento sempre suscita na sociedade da época, pois não se aceita facilmente que uma senhora pense, o folhetinista denuncia a suspeita de falsa autoria que corre em torno dos escritos publicados na *Revista Contemporanea*; de igual modo, dá conta do carácter autobiográfico que a obra encerra: “O presente livro é mais do que um devaneio de senhora, ou que um entretenimento de mulher de espirito; é o resumo talvez das angustias, desillusões, torturas, que tem atravessado na terra essa pobre alma, cujo unico crime tem sempre sido a sua propria superioridade, stygma fatal para os que precisam viver no mundo”⁴³².

Contudo, nem todos os escritos de Ana Plácido saídos no espaço do folhetim e posteriormente recolhidos em *Luz Coada por Ferros* se apresentam como devaneios ou expansões de alma; de facto, alguns há que se situam no domínio da ficção. Com “Amor” ou “Recordação”, estamos perante narrativas de amores infelizes, de desenlace melodramático, em que a mulher é a vítima da sedução masculina, presa fácil do amor, ser todo ele dominado pela sensibilidade, narrativas que vão certamente ao encontro de

⁴³⁰ *Idem*, 25 Maio, 1861.

⁴³¹ Julio Cesar Machado - “Revista da Semana”, *A Revolução de Setembro*, 7 Maio, 1861.

⁴³² Julio Cesar Machado - “Introdução”, *Luz Coada por Ferros*, *op. cit.*, p.XII.

um público feminino que, aliás, parece estar sempre subliminarmente presente na escrita daquela que dizem ter sido a grande paixão de Camilo. Como ficcionista, Ana Augusta Plácido tinha já publicado durante o mês de Novembro de 1860, em *O Nacional*, *O Mundo do Doutor Pangloss. Romance Original*, obra de óbvios ecos voltairianos, atempadamente anunciada pelo periódico, em notícia que dava conta da boa aceitação do público face aos escritos de Ana Plácido⁴³³.

4.3.5. Na ficção

Os testemunhos e exemplos veiculados pelo folhetim revelam-nos pois as mulheres escritoras portuguesas como cultoras de ficção seja no conto, na novela ou no romance. Maria Peregrina de Sousa, Antónia Gertrudes Pusich⁴³⁴, Ana Plácido, Henriqueta Elisa, Maria Amália Vaz de Carvalho, Ana Maria Ribeiro de Sá, Guiomar Torrezão ou Júlia de Gusmão são algumas das penas femininas que procedem a incursões neste domínio⁴³⁵. Porém, em nenhum caso, podemos falar da existência de uma grande romancista portuguesa no século XIX, ao contrário do que sucede em França e obviamente estamos a pensar em George Sand⁴³⁶. A partir da década de quarenta do século XIX, Maria Peregrina de Sousa publicará escritos vários nas páginas de múltiplos periódicos como no *Archivo Popular*, *Revista Universal Lisbonense*, *Periodico dos Pobres no Porto* ou no *Iris* do Rio de Janeiro; poucos desses textos viram

⁴³³ Cf. *O Nacional*, 2 Nov., 1860, p.3. No anúncio da obra que irá surgir em folhetim de 3 a 29 de Novembro, reconhece-se a reminiscência de *Candide* quando o noticiarista parafraseia a personagem Pangloss: “Se podermos adivinhar a obra pelo titulo, parece-nos que a mimosa escriptora quer, no seu romance, mostrar-nos que esse mundo é o melhor dos mundos possiveis”. E continua a notícia observando: “Aqui vem a ponto dizer que os poucos escriptos com que s. ex.^a tem abrilhantado este jornal, tem sido recebidos pela curiosidade publica de modo que, apenas publicados, a edição do jornal não chega para satisfazel-a”. O escrito incorporará *Luz Coada por Ferros* sob o título “Adelina”.

⁴³⁴ Antónia Gertrudes Pusich terá publicado num jornal por si dirigido, *A Beneficencia*, no espaço do folhetim, o romance *Dois Mistérios*, de 1854 a 1855.

⁴³⁵ Outras existem como Mência Mousinho de Albuquerque que, nos periódicos a *Tarde*, *Jornal das Senhoras* e *Novidades*, terá publicado contos vários. A sua produção não se limitou ao conto e, por vezes, surge sob os pseudónimos de Modesta e Zuleika.

⁴³⁶ Se Christine Planté pode observar que “Il est à remarquer que, tandis que, dans la première moitié du XIXe siècle, on voit le triomphe des femmes romancières, il n’y a ensuite pas de grand roman féminin en France, à l’époque où s’imposent le réalisme, puis le naturalisme” (*op. cit.*, p.147) e que tal se justifica “probablement parce qu’elles sont exclues de l’attitude de maîtrise de la réalité, de capacité d’extériorité et de mise à distance qu’il requiert” (*op. cit.*, p.148), no que a Portugal diz respeito, a ausência de um grande vulto feminino no romance é uma constante ao longo do século, independentemente da sensibilidade estética em que a mulher escritora se situa.

posteriormente a luz em livro⁴³⁷. A listagem não exaustiva, que a própria autora elabora em carta a António Feliciano de Castilho e por este citada na biografia que antecede *Henriqueta*, é bem significativa do carácter prolixo da sua produção⁴³⁸. Escolhendo figuras femininas como protagonistas, Maria Peregrina de Sousa não veiculará nos seus textos preocupações de mudança no que respeita ao papel tradicional da mulher na sociedade, bem pelo contrário. Quer em *Roberta, ou a força da sympathia* que surge no primeiro semestre de 1848, no *Periodico dos Pobres no Porto* quer em *Henriqueta*, publicado em 1850 no *Pirata. Jornal Critico-Litterario*, encontramos duas mulheres confrontadas com ilusões românticas e romanescas cuja vida se cumpre no casamento⁴³⁹. É pois com toda a verdade que, no folhetim que antecede a publicação de *Roberta, ou a força da sympathia*, anunciando a obra da “menina portuense” se afirma que “(...) toda a mãe de familia o póde deixar ler ás suas ricas prendas, e muito mais um marido a sua mulher, uma tia a suas sobrinhas, e as Madres Abbadeças ás suas Religiosas, educandas, e mesmo aos tachos”⁴⁴⁰, funcionando as duas personagens principais como exemplo de incorrecção ou correcção da conduta feminina face aos padrões comportamentais vigentes⁴⁴¹.

Precisamente no ano de publicação de *Luz Coada por Ferros*, publicar-se-á, por exemplo, o livro de contos, *Scenas Romanticas* de Henriqueta Elisa e Alfredo Elísio. E é com esta obra em co-autoria que assistiremos a um caso curioso de apagamento de uma figura masculina em favor de uma figura feminina. Com efeito, o discurso crítico em torno da obra que encontramos no espaço do folhetim, praticamente esquece Alfredo Elísio, para se debruçar sobre sua prima, numa obra feita em parceria⁴⁴². Na

⁴³⁷ Ouçamos as razões invocadas pela autora a este propósito, no esboço já citado a preceder *Henriqueta*: “Se eu tivesse a possibilidade de mandar imprimir os melhores dos meus romances, fal-o-ia; mas não é possível, ao menos por ora; e não tenho no Porto quem se queira arriscar a perder o seu dinheiro sem honra nem proveito” (*op. cit.*, p.XLVII).

⁴³⁸ Antonio Feliciano de Castilho - “Maria Peregrina de Souza (Esboço biographico)”, *Henriqueta, op. cit.*, pp. XLV-XLVI.

⁴³⁹ Roberta experiencia essas ilusões antes do casamento; Henriqueta já depois de casada.

⁴⁴⁰ “Roberta, ou a força da sympathia”, *Periodico dos Pobres no Porto*, 10 Jan., 1848, p.2. Em **Anexos**, p. 33.

⁴⁴¹ As protagonistas, mulheres que se apresentam com um pensamento próprio e assumidamente conscientes daquilo que delas se espera em termos sociais dentro dos modelos femininos padronizados, quando dão voz a um discurso crítico face à autoridade masculina, fazem-no não por preocupações ou anseios emancipadores, mas porque picadas pelo ciúme ou em luta contra um sentimento amoroso emergente que tentam combater.

⁴⁴² É necessário, no entanto, notar que o protagonismo de Henriqueta Elisa face a Alfredo Elísio já antes se manifestara. Com efeito, o periódico coimbrão *Hymnos e Flores. Jornal Litterario* (1862-1863), de que Alfredo Elísio Pinto de Almeida é editor, é apresentado com introdução de Henriqueta Elisa, na qual se diz tratar-se de “pequena collecção de romances e contos,

verdade, o crítico ou não se refere a Alfredo Elísio ou justifica-se, como o faz Luiz Jardim ao concluir o seu folhetim: “Vinha agora a pêlo o fazer uma analyse dos contos do sr. A. Elyσιο, mas, como esta noticia já vai extensa, limitamo-nos a recommendal-os á leitora”⁴⁴³. Em 1863, a publicitação de uma actividade de escrita e particularmente a de uma obra de maior vulto, mais elaborada – que não poema de álbum ou de um ou outro poema que esparsamente se vai dando à luz numa revista –, é de facto caso raro e digno de assinalar. Apesar das vozes que sempre foram surgindo ao longo do século, ainda há lugar para confissões como a de Luiz Jardim, autor do folhetim sobre *Scenas Romanticas*, saído em *A Liberdade*: “(...) estava acostumado a pensar como todos hoje pensam – que uma senhora deve ser uma boa mãe de familias, um ente resignado, que ora rindo ora chorando, deve sempre cobrir de rosas os paramos espinhosos da existencia”⁴⁴⁴. O folhetinista opina então que não se deve negar à mulher uma individualidade.

Luiz Jardim procede à descrição dos contos de Henriqueta Elisa, observando que muito embora a obra encerre alguma imperfeição, manifesta simultaneamente um talento prometedor. O folhetinista ao passar ao resumo e descrição das narrativas amorosas, considera que os contos ilustram bem a “poesia do coração”, tal como o fará, cerca de um mês depois, Simões Ferreira em folhetim do mesmo periódico⁴⁴⁵. Mais uma vez, na apresentação dos textos se recorre a autores estrangeiros como termo de comparação ou se detectam influências desses autores e respectivas obras nos escritos em análise. Assim, Luiz Jardim afirma, por exemplo, a propósito do conto “Sorrisos e lagrimas” que este traz à memória *Paul et Virginie* de Bernardin de Saint-Pierre⁴⁴⁶.

Também o periódico de vida efémera que foi *O Seculo XIX* publica no espaço do folhetim, sob a rubrica “Leituras Contemporaneas”, um longo escrito, provavelmente de Germano Vieira de Meireles, que se estende por três números, a propósito de *Scenas*

esboceto imperfeito de todas as feições mais características da sociedade”, com o objectivo de ocupar o tempo de “ocio e aborrecimento” dos leitores. Esse protagonismo passa também pela publicação de textos poéticos ou de cariz narrativo a ocupar sempre as primeiras páginas e que são da sua autoria. Alfredo Elísio surge, episodicamente, a assinar algumas peças. De modo esporádico, Henriqueta Elisa partilha a primeira página com Amélia Janny a quem dedica um poema, “Tributo ao merito”, publicado no nº 11 de 15 de Abril de 1863, p.81. No nº 24 de 1 de Novembro de 1863, p.193, publica-se “Recordação”, um poema de Amélia Janny dedicado por sua vez a Henriqueta Elisa.

⁴⁴³ Luiz Jardim - “Folhetim”, *A Liberdade*, 18 Junho, 1863.

⁴⁴⁴ *Idem, ibidem*.

⁴⁴⁵ Cf. J. Simões Ferreira - “Folhetim”, *A Liberdade*, 26 Julho, 1863.

⁴⁴⁶ Também Germano Vieira de Meireles, no seu folhetim sobre *Scenas Romanticas*, publicado em *O Seculo XIX*, a 9 de Março de 1865, traçará igual paralelo.

Romanticas. O autor do artigo parte da afirmação de que “Estas *Scenas Romanticas* são um livro amotinador e revolucionario, de molde a suscitar objecções pouco corteses e reparos menos bem criados”, para desfiar as objecções que se podem colocar à obra. Desde logo, refere-se a crítica à indicação pouco verosímil de dupla parceria e, depois, a crítica em mais larga escala por parte de quem não aprova a mulher ilustrada e muito menos a mulher autora. Germano Meireles tece então considerações sobre a educação feminina, aproveitando para denunciar com ironia a educação das meninas burguesas descrita do seguinte modo: “Importou-se de França uma nova elegancia de maneiras, algumas duzias de novellas requentadas, e uma pouca mais de delicadeza no tracto. As meninas, aprenderam a escorchar Rossini e Verdi; tiveram mestre de dança e desenho, e dirigiram, o que Stendhal pictorescamente chamou – *la bête de l’histoire* –, a agua chilha da geographia e algumas taboas chronologicas! // E assim corre ainda a educação entre nós, com fervente simpatia e contentamento por banda das mamans e paternidades, que todas se desvelam no enfeitar as victimas para o *sacrificio* do casamento moderno”⁴⁴⁷. O prognóstico do autor é pintado a cores negras: este cordeiro sacrificial tornar-se-á esbanjador e atentar-á contra a honra do matrimónio. A mulher transformar-se-á quase inevitavelmente numa Emma Bovary. A educação pervertida provocará “a dissolução da familia, e portanto a polygamia arvorada em instituição social”⁴⁴⁸. O jornalista penafidense denuncia as fraquezas da educação da época, recusa a menoridade de inteligência que tantos atribuem ao sexo feminino e incentiva Henriqueta Elisa a perseverar nesta forma de visibilidade através da escrita até porque considera a sua produção prometedora. Deste modo, a autora contribuirá para combater o incompreensível destino meramente doméstico, eivado de interdição que rodeia a vida da mulher⁴⁴⁹. *Scenas Romanticas* é assim ocasião para o folhetinista discorrer sobre a condição feminina e chamar a atenção para a necessidade de operar mudanças nessa mesma condição, procurando ilustrar e apoiar as suas afirmações com referências a mulheres que se destacaram ou destacam como Mme Roland ou Clémence Royer.

O *Diario Popular*, no ano de 1867, publicará Maria Amália Vaz de Carvalho e Ana Maria Ribeiro de Sá. Da primeira, encontramos “Magdalena”, narrativa de uma paixão amorosa com fim trágico e que se estende por dez folhetins em que a autora exercita a

⁴⁴⁷ G. V. - “Leituras Contemporaneas. *Scenas Romanticas* por Henriqueta Elysa e Alfredo Elysio”, *O Seculo XIX*, 5 Março, 1865.

⁴⁴⁸ *Idem, ibidem*.

⁴⁴⁹ Cf. *idem*, 9 Março, 1865.

veia ficcional, polvilhando, amiúde, a narrativa com erudição literária. O trecho gira em torno de Paulo de Mendonça e Magdalena de Athayde que viverão um amor funesto a conduzir Paulo ao assassinio do seu rival, dando-se a morte em seguida, e a levar Magdalena à vida religiosa.

Ana Maria Ribeiro de Sá, de quem tão pouco sabemos, publicou alguns contos na imprensa periódica, encontrando-se dois deles no *Diario Popular*, “Flauta de salvação” e “Uma noite de trovoadas”. Em ambos, estamos perante narrativas sentimentais de desenlace feliz e perante um enredo amoroso que envolve protagonistas que experimentam o amor verdadeiro e puro que terá como corolário natural a aliança pelo casamento. Curioso nestes escritos é a consciência aí verbalizada de uma retórica romântica estereotipada, verbalização que de algum modo funciona como atenuante para a adopção que se faz no texto de situações e atitudes já tão vulgarizadas. Tomemos um exemplo de “Flauta de salvação”: Fernando de Melo, oriundo de família abastada, mas pobre, ama Margarida Robinson, inglesa e futura herdeira de uma grande fortuna. A disparidade de posições leva-o a renunciar ao seu amor, facto que o faz cair numa profunda tristeza e chorar algumas lágrimas. Artur, primo de Margarida, de nada sabendo, conta a Margarida e à mãe – que tudo ignora – que o surpreendeu a chorar:

- Tu não sabes que desgostos o homem pode ter. Quem te assegura que elle não tinha razão para chorar, disse Mr. Robinson.

- Com razão ou sem ella não entendo estes Raphaelis, que choram por causa das suas Julias. O Lamartine é que tem culpa destes e d’outros casos parecidos.

*Ainda bem que já vão deixando de ser moda*⁴⁵⁰.

A propósito do sentimento amoroso experimentado por Fernando e Margarida que nunca se falaram, mas apenas se olharam através da vidraça algumas vezes, diz a mãe a sua filha:

*- Pois sim, não falemos mais a esse respeito. Ainda és muito nova, tens tempo para pensar. Bem sabes que estes amores assim repentinos, como esse em que fallas só existem nos romances. A realidade é differente. Eu não conheço Fernando de Mello*⁴⁵¹.

⁴⁵⁰ Anna Maria Ribeiro de Sá - “Flauta de Salvação”, *Diario Popular*, 3 Ag., 1867. Cf. também o excerto anterior, publicado a 2 de Agosto no mesmo periódico, em que já se classifica e anuncia o que Artur vai narrar. Na verdade, diz Artur: “Para lhe fallar a verdade o que me fez rir agora foi lembrar-me de um quadro, um tanto romantico, que tive o gosto de ver em Cintra, onde passei estes ultimos dias”.

⁴⁵¹ Anna Maria Ribeiro de Sá - “Flauta de Salvação”, *op. cit.*

“Uma noite de trovoadas” começa precisamente por uma descrição do espaço onde se situará a acção: noite tempestuosa, proximidade do cemitério, casa de extrema miséria. Todavia, antes de prosseguir a narração, adverte-se: “Não se espere portanto nenhuma scena horripilante, após este pavoroso prologo. O quadro neste caso não tem nada com a moldura, e o silvo das tempestades se tem acompanhado horrores de melodrama, também tem passado ao pé das scenas mais suaves da vida”⁴⁵². Que a autora se situa de facto num estádio de produção ficcional já um pouco elaborado mostra-o a capacidade que tem em colocar na boca das personagens comentários auto-temáticos.

Aspecto curioso a relevar nestes escritos de Ana Maria Ribeiro de Sá é verificarmos que, tanto num como noutro conto, surge a criação de uma entidade de cariz romântico, na fronteira da marginalidade, figura incompreendida pelos que o cercam, que não experimentando um destino banal, emigra para o Brasil, não tanto à procura de dinheiro, mas como último recurso de uma vida sem sentido: Jeronymo da Silva e Fernando de Mello. Um enriquece e, por isso, quando regressa, passa a ser conhecido como o brasileiro, o outro enriquece um pouco menos, porém em ambas as narrativas o Brasil já não surge como um *Eldorado* para o Portugal peninsular. Fernando de Mello encontra no Brasil o “clima devorador da America”, em “Uma noite de trovoadas” diz-se : “Vinte e quatro horas depois estava Jeronymo em Lisboa e no dia seguinte partia para a America, que era ainda *então* um refugio certo para todos os maltractados da fortuna”⁴⁵³. Um comentário nos suscita pois a leitura desses dois contos: a autora não se limita a erguer um universo de ficção; ela deixa transparecer nesse universo por si criado uma atenção ao mundo que a rodeia e que se prende, como vimos, com a tomada de consciência de que há opções estéticas que mudam e realidades sociais em transformação⁴⁵⁴.

Ana Maria Ribeiro de Sá não foi apenas autora de contos. Com efeito, também se abalanchará ao romance⁴⁵⁵. Em 1874, surge, na colecção “Bibliotheca Universal”,

⁴⁵² Anna Maria Ribeiro de Sá - “Uma noite de trovoadas”, *Diario Popular*, 10 Set., 1868.

⁴⁵³ Anna Maria Ribeiro de Sá - “Uma noite de trovoadas”, *Diario Popular*, 12 Set., 1868. O itálico é nosso.

⁴⁵⁴ A capacidade de observação e de reflexão sobre o seu tempo que, a espaços encontramos em Ana Maria Ribeiro de Sá, revela-se também em “Assassinos”, excerto publicado no *Almanach das Senhoras para 1887, op. cit.*, pp. 163-164, texto sobre o exercício de misericórdia para com os criminosos.

⁴⁵⁵ No *Diario Popular* podem ainda ser encontrados outros escritos desta autora, mas que não se prendem com estruturas ficcionais: “Recordações de Cintra”, folhetins publicados a 21, 25

Mathilde, com prefácio de Pinheiro Chagas, testemunho de uma voz masculina sobre a mulher escritora que, em seu entender não se deverá deixar virilizar pela escrita, facto que a obra de George Sand e de P. Albane ilustram e que Pinheiro Chagas lamenta⁴⁵⁶. Assim, “Quando a mulher se resolve a conservar, como litterata, a sua individualidade, a não sacrificar as prerogativas do seu sexo, quando desiste de calçar a meia azul, aquella fatal *blue-stoking* que me aterra, (...) os seus livros adquirem um encanto negado aos nossos(...)”⁴⁵⁷. Para Manuel Pinheiro Chagas, a conservação dessa individualidade feminina que ele reconhece em Ana Maria Ribeiro de Sá, encontramos-la em França em Mme Émile de Girardin que rivalizou no domínio do folhetim com diferentes penas masculinas, com o seu Vicomte de Launay⁴⁵⁸. Concede-se que a mulher poderá escrever desde que escreva como uma mulher ou seja sem atentar contra as diferenças socialmente estabelecidas, contra a dualidade entre masculino e feminino⁴⁵⁹.

Mathilde, narrativa sentimental um pouco rocambolesca, será objecto de apreciação no folhetim de *A Revolução de Setembro* pela pena de Christovam de Sá,

e 27 de Dezembro de 1867 e “Jerusalem”, saído a 11 de Abril de 1868. Resultará o primeiro de um tempo de vilegiatura passado em Sintra pela autora? Na verdade, descrevem-se as belezas várias que aí podem ser desfrutadas, recorre-se a testemunhos como os de Byron para atestar da excelência desse espaço, mas nunca se assume um registo testemunhal de primeira pessoa. O texto oferece ao leitor uma viagem na história e aos lugares magníficos de que esse espaço é composto. No que ao segundo folhetim diz respeito, tratar-se-á certamente de um artigo de algum modo de circunstância, ligado ao calendário litúrgico que se vive, o tempo pascal. Registemos ainda o texto de pendor historicizante “Tres rainhas” de 18 de Agosto de 1867, texto que se debruça sobre Inês de Castro, Maria Stuart e Maria Antonieta, mulheres unidas por um destino idêntico. Que nestes folhetins se revela uma mulher ilustrada que lança mão dos seus conhecimentos literários e históricos para escrever os seus artigos é algo de inegável a assinalar.

⁴⁵⁶ Cf. Pinheiro Chagas - “Prologo”, in Anna Maria Ribeiro de Sá - *Mathilde*, Lisboa, Lucas & Filho-Editores, 1874, pp. 5-13. Pinheiro Chagas vai ao ponto de afirmar que George Sand “nasceu mulher por engano” (*op.cit.*, p.11).

⁴⁵⁷ *Idem*, p.7. Pinheiro Chagas indica mesmo o modo de proceder, a receita, à mulher que queira escrever: “Não pense que é escriptora; expanda livremente no silencio do gabinete a sua alma de mulher; deixe que ella exhale o seu doce perfume de dedicação e amor, como flôr nocturna que solta ao clarão das estrellas o recatado aroma; pergunte aos suspiros que lhe fogem do seio, ás palpitações oppressas do seu peito, ás lagrimas que lhe deslisam na face os mil mysterios que encerram, (...) conte ao papel essas intimas confidencias, e terá escripto um livro immortal, que será por seculos o enlevo dos pensadores e a fascinação dos poetas”(p.8). A imagem da mulher que atravessa o prólogo, gira em torno da valorização da sensibilidade, do sentimento, do recato feminino e, assim, o que importa em Ana Maria Ribeiro de Sá é que, através de *Mathilde*, “É mulher no romance como na familia e na sala”(p.6).

⁴⁵⁸ *Idem*, pp. 10-12.

⁴⁵⁹ Cf. Geneviève Fraisse - “De la destination au destin. Histoire philosophique de la différence des sexes”, *Histoire des Femmes en Occident. Le XIXe siècle*, *op. cit.*, p. 62: “La métaphysique du XIXe siècle est nourrie des concepts de dualité, relation et unité de pôles opposés, dont la différence des sexes est une des représentations, voire, peut-être une métaphore fondamentale”.

que começa logo por salientar a raridade de tal feito em Portugal. Afirmando não ter qualquer preconceito para com a mulher escritora, o crítico decide, por preocupação de objectividade, não ter em conta o género da autoria e debruçar-se, como até aí vinha fazendo, sobre mais um volume da “Bibliotheca Universal”: “Não nos arrependemos da leitura, que nos habilita a dar uma idéa do entrecho do romance e nos auctorisa a tractar a obra com a severidade da critica, que ella póde victoriosamente affrontar. O author para nós, chama-se Ribeiro de Sá; esquecemos-lhe os nomes de baptismo que denunciam o seu sexo”⁴⁶⁰. Boa parte do folhetim é passado a referir efectivamente o enredo, uma constante na crítica da época, tivesse ela como objecto uma publicação ficcional ou espectáculo teatral, e só depois se tecem considerandos, na sua maioria elogiosos, sobre a construção da obra e sua consequente valia. De novo surge, num folhetim em torno de Ana Maria Ribeiro de Sá, a convicção de que se está perante um talento promissor.

Henrique Freire, de modo indirecto, classificará *Mathilde* – sem qualquer favor de resto – uma obra romântica, ao afirmar que é esse tipo de obras que a “Bibliotheca Universal” se tem encarregado de editar, privilegiando, o que na opinião do folhetinista é louvável, o romance original ao romance estrangeiro traduzido. Nesta colecção da responsabilidade de Lucas & Filho encontramos a abri-la obras de Pinheiro Chagas, depois seguem-se Alberto Pimentel, D. Tomás de Melo, Manuel Pereira Lobato ou Guiomar Torrezão⁴⁶¹.

Francisca Wood, uma das mulheres pioneiras na defesa de uma transformação profunda da condição feminina, designadamente através da criação de *A Voz Feminina*, publicará no folhetim deste periódico o seu romance *Maria Severn*, obra que, em 1870, sairá em livro. Será também no jornal de Francisca Wood que Guiomar Torrezão apresentará o seu primeiro romance *Uma Alma de Mulher* sobre o qual se pronuncia Júlio César Machado, em revista de *A Revolução de Setembro*. Neste folhetim, vários são os aspectos dignos de interesse: desde logo, o seu autor revela que recebeu o pedido de um amigo, António Joaquim Abranches, no sentido de escrever um prólogo para o romance que uma sua afilhada ia publicar. Com efeito, a existência de um prólogo-carta de recomendação era afinal o salvo conduto de uso para quem queria ingressar na república das letras e mais necessário seria para uma mulher candidata a escritora.

⁴⁶⁰ Christovam de Sá - “Mathilde”, *A Revolução de Setembro*, 23 Ag., 1874.

⁴⁶¹ Cf. Henrique Freire - “Os Fidalgos do Coração de Ouro”, *A Revolução de Setembro*, 5 Fev., 1875.

Depois, o artigo tece considerações sobre o aparecimento excepcional de uma mulher no mundo das letras, enumerando as condições que rodeiam a formação da mulher e o papel que usualmente ela desempenha na sociedade da época: “O que me impressiona, o que é digno de se ver e louvar, é que no nosso tempo, no nosso paiz, em Lisboa, onde as senhoras estão condemnadas a uma educação acanhada, a uma hygiene mental deploravel, e á preocupação constante de minucias que lhes atrophiam a intelligencia ao ponto de verem na moda e no traje as condições absolutas da felicidade: n’um paiz onde em todas as reuniões os homens e as senhoras estão divididos em grupos distinctos que não se entendem senão quando a paixão, o interesse, ou a vaidade os aproxima: n’uma terra que estabelece no seio da mesma mãe patria duas nações de seres differentes que não teem as mesmas crenças religiosas, nem o mesmo codigo moral; o que realmente me surprehende é que uma menina aos vinte annos, forte pela esperança, audaz pelo talento, tente isolada encaminhar a sorte, alcançar nome, posição, futuro, com o atirar aos ventos da publicidade idéas, phantasias, sonhos, imaginação e alma!”⁴⁶² Cumprimentando Guiomar Torrezão pelo talento promissor que revela em *Uma Alma de Mulher*, César Machado observa que em Portugal existe ainda um certo cepticismo perante a mulher de espírito.

Guiomar Torrezão cultivará também a narrativa curta como em “Os Velhos” que encontramos em 1872 no *Diario de Noticias*. Com reflexões moralizantes em torno do respeito pelos mais velhos, conta-se a história de Maria, cujo amor funesto por um cavaleiro distinto com quem fugiu, levou à morte a mãe que sucumbiu de desgosto, fez cair o pai já idoso na demência, convertendo-o em objecto de troça sobretudo por parte dos mais novos e levou o noivo a debandar para longe da terra em que vivia. A incursão pelo conto continua na obra *Rosas Pallidas* de 1873, de que Rangel de Lima aconselha a leitura, na sua “Chronica do mez” de *Artes e Letras*, salientando a variedade na escrita de Guiomar Torrezão que se estende pela poesia, contos sentimentais e crítica. O cronista faz questão de pôr em relevo a carta prefacial de Tomás Ribeiro que, como observa, “com a auctoridade que lhe dá o seu nome, tece os maiores elogios ás narrativas”⁴⁶³. Christovam de Sá não esquece no seu folhetim a novidade editorial *Rosas Pallidas*. Assim, em “Muitos livros”, o autor recenseia várias obras que lhe chegaram às mãos e elogia a de Guiomar Torrezão numa linguagem cavalheirescamente

⁴⁶² Julio Cesar Machado - “Revista da Semana”, *A Revolução de Setembro*, 21 Dez., 1869.

⁴⁶³ Rangel de Lima - “Chronica do mez”, *Artes e Letras*, Maio, 1873, p.79.

galanteadora⁴⁶⁴. Com a reedição da obra cerca de quatro anos depois⁴⁶⁵, Christovam de Sá, aliás António da Cunha Belém, volta a escrever, desta vez longamente, sobre a colectânea de contos, não para deles fazer a crítica, mas, como afirma, para os admirar e admirar de modo particular a galeria de tipos femininos apresentados aos leitores. De novo, um dos argumentos utilizados para não proceder a essa tarefa crítica é o facto de uma voz autorizada como a de Tomás Ribeiro, já ter escrito a esse respeito no prólogo à obra⁴⁶⁶. Numa escrita encomiástica, Christovam de Sá atesta o valor que atribui ao livro com um argumento de peso: num espaço de quatro anos a obra conheceu duas edições, “coisa raríssima em Portugal”, o que prova que Guiomar Torrezão teria efectivamente um público leitor que a apreciava⁴⁶⁷.

Em 1874, Guimarães Fonseca publica, no *Diario Illustrado*, um folhetim, de características *sui generis*, em torno da biografia de Guiomar Torrezão. Com efeito, se, num primeiro momento, se denuncia criticamente o facto de em Portugal muito se estranhar que as senhoras escrevam e se afirme que “os litteratos em geral bolsam a tute recriminações, querendo trocar-lhes a penna pelo fuso, o livro pela roca, o folhetim pela piúga do mano, e a poesia pelo abanador do fogão” e se dê conta das mulheres que honram as letras portuguesas como Amália Vaz de Carvalho, Amélia Janny, Maria Rita

⁴⁶⁴ Cf. Christovam de Sá - “Muitos livros”, *A Revolução de Setembro*, 9 Nov., 1873.

⁴⁶⁵ Cf. Guiomar Torrezão - “Prefacio da 2ª edição das Rosas Pallidas”, *Rosas Pallidas*, Porto, Livraria Portuense-Editora, 1877.

⁴⁶⁶ Contudo, a carta de Tomás Ribeiro, de 1871, enviada de Nova Goa, em resposta à oferta de “Celeste”, uma das novelas de *Rosas Pallidas*, a tecer juízos de valor sobre a obra que apontam para a consideração de Guiomar Torrezão como um talento prometedo, constrói-se, deliberadamente, sobre uma alegada atitude de fuga a um exercício de crítica. Trata-se de uma missiva cortês, revelando, não só um distanciamento que se quer observar, explicável à luz de antigas querelas que deixaram marcas, mas mostrando igualmente o poeta como uma autoridade literária por muitos reconhecida, o que faz do seu texto uma carta de recomendação para quem a publicita. A importância desta epístola reside ainda na informação, indirectamente veiculada, no que respeita ao posicionamento estético de Guiomar Torrezão, por alturas das suas primícias literárias. Na verdade, quando em 1877 surge nova edição, há o cuidado, por parte da autora, de nela incluir algumas explicações ao leitor que permitem mostrar uma tomada de consciência quanto à emergência de novas atitudes estéticas, quanto à existência afinal de uma postura realista em ascensão: “Este é indubitavelmente o livro da mocidade da autora, isto é o livro da inexperiencia. // (...) Já agora diga-se a verdade toda! // As ROSAS PALLIDAS pertencem á velha eschola do lyrismo. // (...) Confessal-o, equival-e a incorrer nas sagradas iras da eschola realista, a chancellor o meu livro com a palavra INSIGNIFICANTE; porque a moderna evolução artistica, que a determinou, extinguiu os cultos e derrubou os altares!” (*op. cit.*). Por fim, saliente-se a referência que a autora se permite fazer no prefácio, indicando todo um conjunto de personalidades de vulto que acolheram positivamente a obra dirigida pela autora a um público feminino.

⁴⁶⁷ Cf. Christovam de Sá - “Rosas Pallidas”, *A Revolução de Setembro*, 5 Ag., 1877. Seria importante sabermos qual o número de exemplares que cada edição registou para daí retirarmos ilações mais exactas.

Chiappe Cadet, Maria Peregrina de Sousa e de uma estrangeira Leon de la Vega que pelos laços do matrimónio já pertence de algum modo à terra lusa, num segundo momento, referem-se os dados da biografada, bem como as obras já publicadas, brevemente descritas, indicando-se sempre os autores dos seus textos prefaciais e anunciando a publicação de *A Família Albergaria*, “romance de historia contemporanea (...) que abraça a epocha de 1824 a 1834”. Guimarães da Fonseca tem ainda o cuidado de pôr em relevo o carácter poliédrico de uma escrita que vai da poesia à ficção passando pelo texto dramático, pela actividade de tradução e pela colaboração na imprensa periódica. Finalmente, é lembrado ao leitor que Guiomar Torrezão empreendeu uma tarefa que ganhou o favor do público feminino, fundando o *Almanach das Senhoras*, onde acorrem mulheres portuguesas, espanholas e brasileiras com os seus contributos⁴⁶⁸. Porém, o traço específico que este folhetim contém, reside no facto de Guimarães Fonseca lamentar que uma senhora tão cheia de dotes de espírito, beleza e elegância não se deixe seduzir pelos encantos do “amor fecundo da mulher” e expressar tal opinião publicamente, sem qualquer subterfúgio retórico: “É de estranhar que a mulher de tanto sentimento, de tanto ideal, de tão notavel formosura, viva systematicamente no celibato. // Mas vive, porque resumiu todas as suas paixões no amor de sua mãe. // Será todavia licito perguntar: - não se podem alliar os dois amores, o amor de filha, e o amor de esposa?”⁴⁶⁹ A perplexidade de Guimarães Fonseca prender-se-á afinal com uma visão da feminilidade que necessariamente passa pelo casamento e pela maternidade como algo de estruturante, sendo a actividade de escritora algo que pode acontecer na vida da mulher acessoriamente ou estamos perante a linguagem do seduzido que, imprudente pelo meio de que se serve, também deseja seduzir⁴⁷⁰?

⁴⁶⁸ Cf. Julio Cesar Machado - “O Almanach das Senhoras”, *A Revolução de Setembro*, 8 Out., 1880. Elogiando a coragem e mestria de Guiomar Torrezão na elaboração do *Almanach das Senhoras*, fundado em 1871, Júlio César Machado observa que, nesta edição para 1881, há um muito maior número de colaboradores masculinos do que femininos. Salienta a presença de D. Maria do Patrocínio, Maria José Canuto, Júlia Gusmão, a própria Guiomar Torrezão, entre outras senhoras portuguesas e brasileiras, mas lamenta a ausência de nomes como o de Gertrudes Pusich ou Maria Amália Vaz de Carvalho.

⁴⁶⁹ Guimarães Fonseca - “Guiomar Torrezão”, *Diario Illustrado*, 26 Nov., 1874.

⁴⁷⁰ Oliveira Valle em carta de 26 de Novembro de 1874 publicada em *Trechos Litterarios de Alexandre Herculano e Cartas do Mesmo Auctor e de Outros Escriptores Illustres a Guiomar Torrezão*, *op. cit.*, pp. 90-91, critica duramente o folhetim de Guimarães Fonseca e a dado passo afirma: “Aquillo está a pedir Padre. Se não é dizer-lhe: ‘quer cazar comigo’; é o mesmo que dizer-lhe: ‘deixe os livros que lhe são pedestal de gloria e entre no lar que lhe pode ser inferno’. // Para que a hei de eu cançar pondo-lhe em relevo as tolices do folhetim, se eu presinto e preadivinho que lhe causou tedio a sandice?”

Guimarães Fonseca fará ainda sair, no *Diario Illustrado*, um folhetim intitulado “A Família Albergaria. Romance historico original de Guiomar Torrezão” do qual acabará por se esquecer de falar, após duas páginas de devaneio – como o próprio observa – em que retoma todos os tópicos românticos do romance histórico, construindo um quadro de ruínas e abandono, ressumando tristeza e saudade⁴⁷¹. Será, todavia, em *A Revolução de Setembro* que encontraremos uma senhora a falar sobre esse romance, mas a falar, de igual modo e em primeiro lugar, sobre a condição da mulher de espírito. A autora que não se dá a conhecer - assina Mariana S. F. -, depois de destacar Guiomar Torrezão de entre o conjunto de escritoras portuguesas, parte imediatamente para uma retrospectiva sobre a ilustração da mulher em tempos idos: “Longe vae a época em que o escrever, e mais ainda, o publicar algum escripto, era defeso ás senhoras”. E, depois de pintar o quadro do que foram esses tempos, diz ainda: “Instruir a mulher! Para quê?// Para se revoltar (pobre escrava da força!) contra as violencias e grosserias do marido?” Guiomar Torrezão funcionará como exemplo do progresso verificado nas últimas décadas, exemplo de uma visibilidade feminina que se conquista no mundo das letras, sem que tal signifique perda de respeitabilidade. Elogiando *A Família Albergaria*, a articulista faz notar a importância da obra no panorama das letras portuguesas, na medida em que “O romance historico ha tido em Portugal desvelados cultores; mas senhora alguma, me parece, tentára ainda encetar aquelle genero”⁴⁷².

Ficcionista será também Júlia de Gusmão com a obra *Orphandade de Mãe*, publicada em 1870 no *Diario de Noticias*, obra que por vezes tende para um estudo de tipos ou comportamentos⁴⁷³, mas que sobretudo se transforma em mais uma incursão a engrossar as fileiras da literatura romântica epigonal, com amores espinhosos ou impossíveis que se resolvem pela morte ou pela redenção. Neste caso, estamos perante uma jovem órfã de mãe, Palmira, desprotegida de afectos, que se apaixona por Alberto Mendonça, o qual se vem a revelar ser Gustavo de Oliveira, já casado no Brasil com

⁴⁷¹ Guimarães Fonseca - “A Família Albergaria. Romance historico original”, *Diario Illustrado*, 31 Dez., 1874. O folhetinista afirma, a concluir o seu artigo: “E n’esto devaneio nos esquecemos do esplendido romance: - *A Família Albergaria*. // Proximamente diremos do melindroso assumpto”.

⁴⁷² Mariana S. F. - “A Família Albergaria. Romance historico original”, *A Revolução de Setembro*, 19 Março, 1875.

⁴⁷³ Cf. Julia de Gusmão - “Orphandade de Mãe”, *Diario de Noticias*, 7 Junho, 1870, no que respeita ao modo como o narrador convida a leitora a atentar no quadro que se vai descrevendo: “Emfim, vamos continuando na observação, que acharemos alguma cousa de mais interesse. (...) Entremos na sala, e tomemos assento. Percebo a hesitação da leitora (...)”.

Clementina, a quem deixou de enviar missivas. Vindo a Lisboa para reclamar a fortuna de sua mulher, que cedo deixou a pátria, não mais tendo notícias de seus pais e irmã, acaba por ser desmascarado pela chegada da esposa à capital portuguesa para indagar de marido e fortuna. A reconciliação entre esposos dá-se, lugar não resta então para Palmira que morrerá mártir do amor que experimenta⁴⁷⁴.

Outra mulher oitocentista, Branca de Carvalho⁴⁷⁵, irá meter ombros à singular tarefa de completar a obra de seu irmão Licínio Fausto Cardoso de Carvalho, falecido prematuramente, e que, em 1850, tinha publicado em fragmentos no periódico portuense *O Pirata*, um romance histórico cuja acção decorre em meados do século XVI, sob o título *A Virgem de Malaca*⁴⁷⁶. Será um romance que o *Diario de Noticias* dará em folhetim, apresentando-o do seguinte modo: *A Virgem de Malaca (Scenas Indianas). Romance posthumo de Licinio F. C. de Carvalho completado por D. Branca de Carvalho*. Ora sucede que a anteceder o romance se encontra uma carta de Ramalho Ortigão a Eduardo Coelho, que, mesmo negando-o, funciona como carta de apresentação a validar a publicação da obra. É de todo o interesse essa missiva pelas informações que veicula, a propósito da autoria do romance, como ainda pelas posições face à mulher escritora e aqui assumidas por Ramalho. Desde logo, ficamos a saber que apesar de se apresentar como uma obra em co-autoria, Branca de Carvalho, ao aperceber-se das assimetrias de estilo entre uma e outra pena, terá reescrito o texto do irmão, podendo então com mais propriedade dizer-se que *A Virgem de Malaca* é uma produção de mão feminina. Ficamos a saber também, ou é-nos lembrado, o posicionamento de Ramalho Ortigão sobre os papéis masculino e feminino na sociedade. Com lisura, o autor de *As Farpas* diz recusar a função de prefaciador da obra, porque entende “que, em toda a sociedade bem organizada, ao homem compete a iniciativa dos trabalhos exteriores do lar domestico, á mulher a guarda da tradição na

⁴⁷⁴ Julia de Gusmão - “Orphandade de Mãe”, *Diario de Noticias*, Junho e Julho de 1870.

⁴⁷⁵ Alberto Pimentel em *Atravez do Passado*, obra de 1888 na qual o autor rememora toda uma pleiade de escritores portuenses de uma década antes, faz também referência a uma D. Branca de Carvalho, irmã do poeta Alfredo de Carvalho e que “cultivava tambem as letras, e quer-me parecer - continua Alberto Pimentel - que chegou a publicar um romance no *Jornal do Porto*” (*Atravez do Passado, op. cit.*, p.26). Tratar-se-á da mesma pessoa? Apesar da coincidência do homónimo, o irmão da escritora de que nos falará Ramalho Ortigão é Licínio Carvalho, mas Branca de Carvalho poderia de facto ter mais do que um irmão.

⁴⁷⁶ Assinado L. de C., o romance surge regularmente em episódios, de 13 de Julho a 7 de Dezembro de 1850, porém não se encontra concluído. Apesar de algum peso da erudição que inclui notas clarificadoras a ofertar informação suplementar, a obra permite um ritmo de leitura apelativo até pela presença iterativa do diálogo.

casa, na religião e na família”. E diz ainda Ramalho: “No tocante a livros penso da mulher que é mais brilhante inspiral-os do que escrevel-os. E os livros de que a sociedade mais precisa são exactamente esses que nos sejam inspirados pela abnegação das mães perante o berço dos seus filhos, pelos risinhos sacrificios das esposas corajosas perante o trabalho e a dignidade dos seus maridos”⁴⁷⁷. Recusa igualmente prefaciá-lo porque, “como escriptor”, Branca de Carvalho⁴⁷⁸ não precisa dos seus préstimos. Tratar-se-á de um masculino generalizante ou voluntariamente Ramalho Ortigão não quis feminizar o vocábulo⁴⁷⁹? Nesta carta de 1871, reitera-se afinal a opinião de Ramalho que podíamos já encontrar nos seus folhetins de *o Jornal do Porto* em 1859 e coligidos em *Crónicas Portuenses*: “Filha, amante, espôsa ou mãe, eis o que é a mulher, e quanto lhe é dado ser. Isto e outra coisa é impossível. // A mulher que faz livros transcura a sua missão, desfita o alvo do seu existir, transvia-se da sua trilha, rescinde os seus direitos, deixa de ser mulher, fica sendo tão sòmente a fêmea do homem, ou antes um homem-fêmea”⁴⁸⁰.

Para além das autoras referidas, outras há sobre as quais não encontramos qualquer informação como Maria do Pilar Bandeira Monteiro Osório ou Palmira C. da T. Monteiro. Maria do Pilar Osório publica no periódico portuense *O Nacional*, durante cerca de meio ano, um romance intitulado *Uma Família que Viveu no Seculo Passado*, obra muito curiosa pelas considerações em torno da condição feminina, pelas informações sobre práticas sociais no século XVIII e pelas referências históricas que contém⁴⁸¹. Com efeito, a autora, pela caracterização que faz da condição da mulher,

⁴⁷⁷ Ramalho Ortigão - “Carta a Eduardo Coelho”, *Diario de Noticias*, 28 Nov., 1871.

⁴⁷⁸ Alguns anos depois, encontraremos Branca de Carvalho a assinar em *O Portuguez*, a 30 de Maio de 1890, o artigo “Vultos Femininos”, onde narra a história de Hipácia e de Joana d’Arc. Branca de Carvalho terá ainda escrito vários romances como *O Preço da Felicidade* ou *O Romance de um Homem Político. Scenas da Vida Real* (1909). Branca de Carvalho assina a tradução *Historia de Paris*.

⁴⁷⁹ Em Portugal, não se assiste ao debate e às resistências ocorridas em França quanto ao modo de designar a mulher que escreve e publica. Aliás, a feminização de vocábulos relativos ao exercício de actividades profissionais ou para-profissionais tem lugar de modo quase automático. A denominação de mulher escritora ou autora não se reveste de polémica, nem de carácter depreciativo. Sobre o processo francês, de todo distinto do nosso, consulte-se Christine Planté - *La Petite Soeur de Balzac. Essai sur la Femme Auteur*, *op. cit.*

⁴⁸⁰ Ramalho Ortigão - *Crónicas Portuenses (1859-1866)*, *op. cit.*, p. 117. Esta crónica-folhetim debruça-se sobre uma novidade editorial portuense: o livro de poesia de Eugénia Infante Câmara, *Esboços Poéticos*.

⁴⁸¹ Na verdade, Maria do Pilar Osório, que publica esta obra em *O Nacional*, de 17 de Novembro de 1867 a 26 de Março de 1868, vai intercalando na narrativa indicações sobre a educação feminina e masculina no século XVIII, modos de ocupação do tempo, distintas situações vividas pelo sexo feminino - a mulher do povo, a mulher burguesa (em seu entender a mais

revela uma consciência crítica perante o papel e o estatuto de dependência por ela vivenciado:

A mulher, qualquer que seja a sua condição, é sempre um ente miseravel.

Que de dependencias, de fraquesas, de ignorancias, de inhabilidades, de desvalimentos, de perigos, de seducções, d'amarguras, de martyrios e de miserias!

A sociedade, na sua marcha progressiva, exige o augmento de muitas leis e a modificação d'outras; tudo tem sido feito melhor ou peor, mas em especial a favor da mulher, nada!

Todas as classes teem tido advogados, todas as necessidades, todas as defficiencias, teem chamado a attenção, e tem obtido remedio; porem este ente miseravel, chamado mulher ainda não achou uma voz que se elevasse em seu favor, e que fizesse ver a barbaridade, a defficiencia e a injustiça das leis para com ella!

Não ha pois progresso para a mulher, porque as leis no que lhe dizem respeito estão como eram, e assim ficaram; nem podem deixar de ficar, porque ellas não podem advogar a sua causa, por lh'o não permittir a sua condição de mulheres, e porque lhe faltam os precisos conhecimentos para isso, e os homens não teem bastante generosidade e bastante equidade para o fazerem, e tem razão, porque tendo todas as superioridades e todos os direitos, porque não hão de ter tambem o que as leis podem dar?⁴⁸²

Maria do Pilar Osório é para nós uma figura enigmática, pois apresenta um discurso de denúncia e de algum modo reivindicativo, pouco usual para a época, revelando ainda uma capacidade reflexiva, bem como uma ilustração pouco comuns. Cerca de dez anos mais tarde e como tivemos ocasião de assinalar em momento anterior, o seu discurso sobre a condição feminina revelar-se-á muito mais moderado.

Palmira Monteiro assinará *A Força do Destino*, novela que o *Diario de Noticias* publica durante todo o mês de Setembro de 1868 e que a autora dedica às leitoras do jornal lisbonense, tendo como assunto, assim o previne a autora, a fidelidade de uma mulher⁴⁸³.

Produção a não esquecer por fim é aquela que diz respeito a casos de autoria anónima que só através de documentos cruzados poderiam vir a ser detectados e eventualmente identificados como de responsabilidade feminina. No *Diario de*

feliz), a mulher nobre, mas também a elegante (salientando que se trata de uma importação de França) - ou sínteses históricas sobre, por exemplo, o mosteiro de S. João de Tarouca ou sobre a extinção das ordens religiosas em Portugal.

⁴⁸² Maria do Pilar Bandeira Monteiro Osório - "Uma Família que Viveu no Seculo Passado", *O Nacional*, 17 Nov., 1867.

⁴⁸³ Cf. Palmira C. da T. Monteiro - "A Força do Destino", *Diario de Noticias*, 9 Set., 1868.

Noticias, encontramos o conto “A pobresinha das creanças”, conto apenas assinado Virginia..., no qual se narra a história de uma mulher que reencontra, ao fim de muitos anos, a filha que não pode criar⁴⁸⁴. Tomemos igualmente, a título de exemplo, o folhetim que, em 1868, surge em *O Nacional*, sobre o romance original *Sophia*, publicado em *O Jornal do Porto*, insistindo o autor na autoria feminina do romance que lamenta não ser de maior fôlego, apesar de compreender que a sua extensão se prende com a publicação em folhetins, esse facto não obsta a uma leitura aprazível. O articulista traça o que imagina ser o retrato da autora, comparando-a a Júlio Dinis nas suas opções criativas⁴⁸⁵. A unir as escritoras que se entregam à ficção, está a opção por narrativas em que o amor e os obstáculos que a ele se colocam se constituem como ingredientes nucleares e *Sophia* não escapa à regra.

Da produção feminina referida gostaríamos de salientar alguns aspectos. Em primeiro lugar a escrita de autoria feminina dirige-se ou entende-se como estando dirigida, sobretudo, a mulheres. Em segundo lugar e muito embora refiram atitudes sociais de crítica, os textos críticos por nós encontrados traduzem uma expectativa de sinal positivo relativamente ao aparecimento de mulheres no mundo da escrita - talvez porque como afirma Costa Goodolphim, “Sempre que surge um talento feminino é caso raro para nos alvoroçar-nos [*sic*]. Brota-nos a admiração, porque não é grande o numero das nossas escriptoras.”⁴⁸⁶ – e busca-se nas escritoras francesas os termos de comparação para se ajuizar sobre a mulher autora portuguesa. Com efeito, a emergência de uma produção de assinatura feminina em França, país que se constitui como matriz cultural por excelência, terá talvez fatalmente ajudado a criar o desejo de que fenómeno similar ocorresse entre nós ou, pelo menos, que fosse aceite com maior naturalidade e menor problematização. O próprio facto de apenas no início do século XX se ter começado a desenvolver uma actividade feminista mais consistente terá evitado uma maior ocorrência de atitudes de cariz misógino ou pelo menos de desconfiança e receio

⁴⁸⁴ Virginia - “A pobresinha das creanças”, *Diario de Noticias*, 4 Fev., 1875.

⁴⁸⁵ Cf. “Sophia. Romance original”, *O Nacional*, 29 Out., 1868.

⁴⁸⁶ Costa Goodolphim - “Revista da Semana”, *A Revolução de Setembro*, 1 Março, 1868. Neste folhetim, o autor refere ainda as diferentes mulheres que, à época, se distinguem no mundo das letras: “Temos uma Peregrina de Sousa, Amelia Jenny [*sic*], uma Pusich, Cadet, Canuto, Ribeiro de Sá, Amalia de Carvalho, Guiomar Torrezão, que está no principio da sua carreira litteraria, talento ainda na aurora, mas que denuncia um brilhante dia, Julia de Gusmão, e quantas mais poderemos contar? - Esquecia-me ainda um nome bem distincto. Ephigenia de Carvalhal, auctora de um bonito romance original *Clotilde*. D. Anna Placido publicou um bom livro - *Horas de luz nas trevas d’um carcere*, mas surgiu e emudeceu logo”.

face à emergência de uma nova ordem ameaçadora da prevalência masculina na sociedade. Finalmente, a poesia parece concitar maior número de cultores ou pelo menos tal acontece numa primeira fase de produção o que, eventualmente, poderá explicar-se à luz da própria vivência feminina espartilhada e que caracterizava o Portugal oitocentista, ligada a um espaço de sociabilidade de interior, com menor experiência do mundo, ao contrário do homem cujo espaço de acção e de sociabilidade se situa eminentemente fora do lar. Assim, a expressão de uma interioridade emocional encontraria na poesia um veículo mais adequado. O conto e o romance vêm a seguir, respectivamente na ordem de ocorrências, e, por fim, os textos de cariz ensaístico, ou melhor, ecos da sua existência⁴⁸⁷. Na verdade, se em França sensivelmente a partir do Segundo Império a mulher se começa a dedicar à história, à filosofia ou mesmo à ciência – e lembremos o exemplo paradigmático de Clémence Royer (1830-1902) –, em Portugal só na últimas décadas do século e na viragem para o século XX se encontram mulheres que, de um modo regular, manifestam preocupações de natureza

⁴⁸⁷ Para além do incontornável contributo de Maria Amália Vaz de Carvalho que, por exemplo, o folhetim de 16 de Setembro de 1880 de *O Primeiro de Janeiro* assinala, a propósito de *Mulheres e Creações. Notas sobre Educação*, com a recensão elogiosa de Oliveira Ramos, convidando o sexo feminino à proveitosa leitura dessa obra, o espaço do folhetim dá também conta de outras mulheres como Carolina Michaëlis ou Cláudia de Campos que se entregam a tarefas de pesquisa de ordem vária. Assim, em “Uma satyra de Sá de Miranda”, folhetim assinado Visconde de Correia Botelho e publicado a 13 de Abril de 1887 em *O Commercio do Porto*, Camilo Castelo Branco aproveita o ensejo para comentar a edição da poesia completa de Sá de Miranda surgida em 1885, coligida e minuciosamente anotada por Carolina Michaëlis. Salientando o carácter verdadeiramente excepcional de tal empresa em Portugal e pondo em relevo as suas qualidades, Camilo não deixa de apontar incorrecções para as quais ele próprio já tinha alertado, repondo a verdade histórica em escritos seus já antes publicados. Por curiosidade, nos jornais por nós consultados, encontra-se a 28 de Junho de 1899, em *O Commercio do Porto*, um texto assinado por Carolina Michaëlis de Vasconcelos, que nada tem a ver, porém, com a sua actividade como grande filóloga e investigadora; na verdade, trata-se, de algum modo, de prestar homenagem e fazer o necrológio de Soror Maria do Divino Coração, Superiora da Comunidade das Irmãs do Bom Pastor que apoiava mulheres com vista à sua recuperação social. Cláudia de Campos, com *Mulheres. Ensaios de Psychologia Feminina*, obra que, muito embora apresente um conjunto de reflexões de cariz ensaístico, muito tem igualmente de objectivos biográficos, é outra das mulheres que se entregam às letras e sobre a qual o folhetim se debruça. Com efeito, a 23 de Setembro de 1895 no *Diario de Noticias*, Alfredo da Cunha debruçar-se-á sobre este livro que nos fala de Charlotte Brontë, Josephina Neuville, Madame de Lafayette, Madame de Staël e de Esther Stanhope, realçando-se o facto de a autora revelar afinidades com algumas das mulheres em causa como Charlotte Brontë e, como veremos, Madame de Lafayette, pois não põem em causa o papel moral e social que tradicionalmente à mulher cabe. Aliás, Alfredo da Cunha terá o cuidado de realçar o carácter feminino da obra e a passagem em que Cláudia de Campos se demarca de atitudes feministas e crítica as vozes defensoras da emancipação da mulher. Em 20 de Julho do mesmo ano, na rubrica “Bibliographia” de *O Commercio do Porto*, que não ocupa o espaço do folhetim, considera-se esta obra como sendo de “critica litteraria e de analyse psychologica”.

reflexiva e de pesquisa como Maria Amália Vaz de Carvalho ou Carolina Michaëlis (1851-1925)⁴⁸⁸. No que respeita ao teatro, e estamos, evidentemente, a ter apenas em conta o suporte folhetinesco, mais cedo se começou a cultivar o género dramático, quer por via da tradução, quer com a criação do drama original. Mulheres houve que dedicaram uma parte da sua actividade a esse género como Maria Rita Chiappe Cadet ou Guiomar Torrezão⁴⁸⁹. Muito embora não tenhamos registado a ocorrência de textos dramáticos de autoria feminina nos folhetins por nós consultados e apesar da opção em escala diminuta por esse género, no espaço do folhetim existem ecos de uma escrita dramática por mulheres através das crónicas de crítica teatral⁴⁹⁰. A não negligenciar, uma última observação se impõe: seja qual for o registo literário escolhido, a mulher escritora portuguesa não desbrava caminhos novos⁴⁹¹. Quase sempre legitimadas as suas obras por um universo paratextual de autoria masculina, quer no suporte jornalístico, quer no suporte livresco, adopta-se uma atitude coerente ao nível das opções estéticas que com frequência se encontram envolvidas por uma aura epigonal e estamos a pensar particularmente na poesia e romance de autoria feminina⁴⁹².

⁴⁸⁸ O facto de ambas terem sido convidadas a integrar a Academia das Ciências de Lisboa é sintomático da actividade por elas desenvolvida e do reconhecimento granjeado. Carolina Michaëlis foi ainda a primeira mulher docente na universidade portuguesa.

⁴⁸⁹ Em 1888, por exemplo, *O Reporter* noticia, a 6 de Janeiro, que Guiomar Torrezão vai traduzir para o teatro D. Maria o drama *L’Affaire Clémenceau*, extraído do romance de Dumas Filho.

⁴⁹⁰ No periódico *Chronica dos Theatros*, Júlio César Machado e Eduardo Augusto Vidal, a 21 de Julho e 19 de Setembro de 1866 respectivamente, dão conta de obras dramáticas de Maria Cândida d’Assis Viana. César Machado elogiando a comédia *Tres Casamentos Mallogrados* que conheceu o sucesso no palco do Teatro do Ginásio e recentemente publicada, aproveita o ensejo para denunciar as deficiências da educação feminina no nosso país e incita as damas a entregarem-se às letras, alterando a sua situação: “Coitada da mulher portugueza, condemnada a ser a mais obscura, a mais ignorante e a mais desdenhada, até que chegue á nossa terra a reforma da educação e que a sorte das damas se modifique por si propria!”. Júlio César Machado louva assim o aparecimento da obra de Cândida Vianna, pois “É tão raro no nosso paiz que o nome de uma senhora figure n’um cartaz como auctora de uma peça de teatro, é tão raro até vê-lo firmado no rosto de um livro(...)”. Eduardo Augusto Vidal, no seu folhetim, vai fazer sobretudo a crítica de uma nova obra da autora, *Amor e perfidia*, relevando qualidades e defeitos, estimulando a autora a prosseguir, a aperfeiçoar-se em obras posteriores.

⁴⁹¹ A conclusão idêntica chega Christine Planté, observando: “L’imitation constitue pour elles un accès à l’écriture, rassurant parce que n’engageant pas, en apparence, d’initiative de leur part. Elle leur ouvre ainsi la possibilité d’un devenir dans le langage et par lui, et l’éventuelle venue à une écriture propre” (*op. cit.*, p.333).

⁴⁹² Aproximemos tais conclusões do ficcionado retrato de Albertine Becker de *La Femme Auteur*, *op. cit.*, p. 86: “Albertine Becker a publié naguère un volume de poésies, les *Inspirations*, et un roman en deux volumes appelé les *Deux Cousines* (...). Enfin, Albertine Becker (...), elle pousse à la littérature de château, comme on dit, cette littérature à la Genlis, qui veut ramener le goût du public vers les tartines beurrés de morale sans sel”.

4.3.6. Na tradução

Uma palavra ainda a dizer sobre a visibilidade da mulher portuguesa, na imprensa periódica, através da actividade tradutora. A tradução de textos estrangeiros, quase sempre franceses, mas ainda espanhóis ou de origem anglófona, ocupa também uma parcela do tempo da mulher escritora de que Guiomar Torrezão é um bom exemplo⁴⁹³. No que respeita ao espaço folhetinesco, o *Diario de Noticias*, desde o seu primeiro ano de publicação, abre as suas páginas à mulher tradutora. Em 1865, Maria José da Silva Canuto que também compôs poesia publicada, por exemplo, na *Revista Universal Lisbonense*, traduz *Cincoenta annos de reinado quatorze dias felizes* e *Sonho de Marco Aurelio*⁴⁹⁴. Décadas antes, em *A Revolução de Setembro*, já Maria José Canuto traduzira “Chant du Sacre” de Alphonse de Lamartine⁴⁹⁵. Dois anos depois, texto de índole completamente distinta vem à luz no folhetim do quotidiano lisbonense; sob o título genérico “Protecção aos animaes”, apresenta-se a versão de Maria José Canuto, “festejada poetisa e distinta professora”, que traduziu para as suas alunas um artigo do *Petit Journal* que lhe foi enviado de Paris, por um amigo, como a própria diz na nota dirigida às alunas e que antecede a tradução. Visa com isso a tradutora chamar a atenção para a necessidade de se bem tratar os animais como é o objectivo da respectiva sociedade protectora em França⁴⁹⁶.

Maria Rita Chiappe Cadet, também tradutora de textos dramáticos, verte para o periódico lisbonense um elogio fúnebre pronunciado por Victor Hugo, no exílio em Guernesey, por ocasião da morte prematura de uma jovem das suas relações, “A bella

⁴⁹³ Lembremos a título meramente ilustrativo da actividade tradutora de Guiomar Torrezão a notícia que *O Reporter* publica a 6 de Janeiro de 1888: “A Sra. D. Guiomar Torrezão vae traduzir para o theatro de D. Maria o drama em 5 actos L’affaire Clemenceau extrahido do romance de Dumas filho, e que está tendo grande successo em Paris”.

⁴⁹⁴ “Cincoenta annos de reinado quatorze dias felizes”, *Diario de Noticias*, trad. Maria José da Silva Canuto, 6 de Junho a 5 de Julho de 1865, sofrendo, como era de hábito, uma publicação intermitente. *Sonho de Marco Aurelio* publica-se no dia 19 de Agosto.

⁴⁹⁵ Cf. Lamartine - “A Vigília das armas”, *A Revolução de Setembro*, trad. M. J. S. C., 18 Fev., 1846. A preceder a assinatura surge a indicação de “A traductora”. O texto poético apresenta-se vertido em prosa. Maria José da Silva Canuto traduziu ainda outros textos de Lamartine. Consulte-se Maria de Fátima Outeirinho - *Lamartine em Portugal. Alguns aspectos da sua recepção (1840-1890)*, Porto, Instituto de Estudos Franceses da Universidade do Porto, 1992.

⁴⁹⁶ Cf. Herald - “Sociedade protectora dos animaes”, *Diario de Noticias*, trad. Maria J. S. Canuto, 8 Out., 1867.

no sepulchro”⁴⁹⁷, sendo este um dos inúmeros sinais da fortuna conquistada entre nós pelo autor de *Légende des Siècles*, mas também de *Misérables*⁴⁹⁸. Igualmente de interesse nesta versão da oração fúnebre de Hugo, na qual o escritor solicita a bênção da jovem morta, é a resposta imaginada por Rita Chiappe Cadet e que a jovem Emily de Putrou teria dado ao ilustre poeta das *Contemplations*. Alguns anos depois, Rita Chiappe Cadet publica, em versão livre da sua autoria, um poema espanhol premiado nos jogos florais de Barcelona de D. Francesch Pelaez Briz⁴⁹⁹. Um comentário impõe-se: com frequência, a difusão de um texto estrangeiro em Portugal passava por um investimento criativo por parte de quem traduzia; na verdade, as versões livres abundam e a leitura que da obra estrangeira se fazia redundava por vezes não numa tarefa tradutora, mas na chamada imitação⁵⁰⁰, mais ou menos próxima do texto base conforme os casos⁵⁰¹. Ainda no ano de 1871, cabe a vez à tradução de *Virginia. Romance moral* por uma senhora que sabemos ser Ana Camila Gregória Patten Sá Viana⁵⁰², e Guiomar Torrezão traduz, nesse mesmo ano e no seguinte, Angela Grassi⁵⁰³ e Faustina Saeg de Melgar. No ano de 1883, Amélia Cardia surge com uma versão livre, a partir do inglês, de *Pipistrello*⁵⁰⁴.

⁴⁹⁷ Cf. Victor Hugo - “A bella no sepulchro”, *Diario de Noticias*, trad. Maria Rita Chiappe Cadet, 27 Jan., 1866.

⁴⁹⁸ Sobre a recepção de Victor Hugo no nosso país consulte-se, por exemplo, *Victor Hugo e Portugal. Actas do Colóquio (no centenário da sua morte)*. Porto, 7-10 de Maio de 1985, org. Ferreira de Brito, Porto, 1987.

⁴⁹⁹ D. Francesch Pelaez Briz - “Primavera”, *Diario de Noticias*, trad. Maria Rita Chiappe Cadet, 12 Ag., 1871.

⁵⁰⁰ Exemplo de imitação, mas ainda da importância da língua francesa no Portugal oitocentista são as “Stances sur la musique” de uma senhora que assina B. e publicadas no *Nacional*, de 6 de Junho de 1856, dando-se a seguinte indicação: “Imitées de l’anglais de T. Moore”. Imitação do inglês por uma senhora é também a curta narrativa “As costureiras”, saída no *Diario de Noticias* a 21 e 22 de Novembro de 1871. Com objectivos didácticos e moralizantes, trata-se de contar a história de uma mulher e sua filha que, tendo conhecido o desafogo, por percalços do destino se vêem na miséria, entregando-se a trabalhos de costura para sobreviver. Chama-se então a atenção para a necessidade de valorizar e remunerar justamente o trabalho de tantas e obscuras operárias.

⁵⁰¹ Não é nosso propósito, neste trabalho, levar a cabo uma análise contrastiva de textos, só nos importa pôr em relevo todo um conjunto de práticas de escrita, de investimento criativo variável, que conferem à mulher uma maior visibilidade através do folhetim.

⁵⁰² “Virginia. Romance Moral”, *Diario de Noticias*, trad. Ana Camila Gregória Patten Sá Viana, 17 de Outubro a 5 de Novembro de 1871, de publicação intermitente.

⁵⁰³ De Angela Grassi traduz-se “O Açor” a 6 de Agosto de 1871 e “O pescador de perolas” a 29 e 30 de Maio de 1872, numa versão livre. De Faustina Saeg de Melgar verte-se para português *A Avósinha. Conto da Aldeia*, a 24, 25 e 26 de Novembro de 1872.

⁵⁰⁴ Ouida - “Pipistrello”, *Diario de Noticias*, Janeiro e Fevereiro de 1883.

Outros periódicos houve em que a tradução por mão feminina teve lugar: em 1869 encontramos, no *Nacional*, Carolina Valdomiro a traduzir uma curta narrativa de Eduardo Bustillo, surgida no periódico espanhol *Moda Elegante*⁵⁰⁵; no mesmo periódico, em 1870 surge “Animaes justamente celebres”, traduzido por Magdalena Valdomiro a partir de *La Ilustración Española y Americana*⁵⁰⁶, o que nos mostra, igualmente, que as senhoras liam não apenas obras e periódicos franceses, mas também o que vinha de Espanha e ia ao encontro dos seus interesses. *O Commercio do Porto* oferece aos seus leitores, no ano seguinte, uma tradução de *Lorezzo* de Arnaud, da responsabilidade de M. Olímpia de Lamego, para a qual se chama a atenção na rubrica “Noticiario”. Excepcionalmente, a versão apresenta-se com uma carta prefacial. Esta carta é interessante a vários títulos: desde logo pelo carácter excepcional ligado à auto-apresentação da tradução e auto-justificação propedêutica para a leitura do que vai seguir-se; depois pelas informações que fornece ligadas à experiência tradutora. Apesar do tópicos de modéstia atravessar todo o texto como quando afirma que é “uma noviça na republica das letras” e conhece mal a sua língua e a língua francesa, que esta versão é “o primeiro producto de (...) inculta e acanhada inteligência” e a fez por distracção e para ocupar os serões, a mulher, que se diz uma “noviça”, tem a ousadia de interpelar directamente os leitores, produzindo mesmo ilações em torno do estilo de Arnaud. A tradutora confessa ainda neste curto texto prefacial ter havido um colaborador masculino que não se quer dar a conhecer, para traduzir as composições poéticas ocorridas na obra original⁵⁰⁷.

Como vemos, se alguns dos nomes que assinam traduções são por nós conhecidos, até porque as suas autoras se dedicaram a outras práticas de escrita de um modo mais sistemático, nomes houve que terão surgido episodicamente e deles não ficou senão o rasto em suporte periodístico.

⁵⁰⁵ Eduardo Bustillo - “Amores a vapor”, *O Nacional*, trad. Carolina Valdomiro 23-24 Dez., 1869.

⁵⁰⁶ “Animaes justamente celebres”, *O Nacional*, trad. Magdalena Valdomiro, 27 Março, 1870. Trata-se de um texto de algum modo humorístico, que recolhe alguns eventos históricos, mostrando que afinal os agentes da história nesses momentos não foram os homens, mas os animais. Seriam, porventura, irmãs Carolina e Magdalena Valdomiro?

⁵⁰⁷ Arnaud - “Lorezzo. Anedocta siciliana”, *O Commercio do Porto*, trad. M. Olímpia, 28 Set., 1870. A tradução estende-se por cerca de um mês.

Muitas outras mulheres escritoras ficaram operatoricamente excluídas, mas não esquecidas: Alice Pestana (1860-1929)⁵⁰⁸, Alice Moderno (1867-1946)⁵⁰⁹, Angelina Vidal (1853-1917)⁵¹⁰, Ana de Castro Osório (1872-1935) ou Virgínia de Castro e Almeida, ou seja, todo um conjunto de personalidades femininas, marcantes para a época e no meio em que viviam pela sua postura interventiva na sociedade, nalguns casos pela sua acção feminista, e cuja produção inicial se situa ainda nas últimas décadas de Oitocentos. Mulheres que, de modo diverso, ilustram uma outra imagem da mulher no século XIX, imagem que procura esteios para se multiplicar e enraizar. Porém, estamos perante os constrangimentos resultantes da necessidade de delimitação de um objecto de investigação e de um *corpus* a trabalhar: o espaço do folhetim e um conjunto de periódicos oitocentistas por nós seleccionados, nos quais, a produção destas mulheres que a História regista e não pode esquecer, não figura.

4.4. A mulher autora estrangeira

No que respeita ao discurso sobre a mulher autora estrangeira, e como de resto ficou bem evidenciado pelo uso constante que dela se faz enquanto base de cotejo com a mulher portuguesa, existe, em Portugal, um conhecimento generalizado sobre a

⁵⁰⁸ Lembremos a sua preocupação com a educação feminina e o uso que também fez da pseudonímia, assinando sob o nome de Caïel, de que é exemplo o texto publicado em *O Reporter* a 1 de Maio de 1889, intitulado “Interesse do Estado na na educação da Mulher”.

⁵⁰⁹ Sobre esta mulher que viveu quase toda a sua vida nos Açores, conquistando um prestígio reconhecido local e externamente, e que iniciou a sua colaboração no mundo do periodismo com 16 anos, na década de oitenta do século XIX em jornais micalenses, consulte-se Maria da Conceição Vilhena - *Alice Moderno. A Mulher e a Obra*, Angra do Heroísmo, Direcção Regional dos Assuntos Culturais/ Secretaria Regional de Educação e Cultura, 1987. Alice Moderno foi autora de poesia e de romance, nomeadamente de um romance-folhetim, *O Dr. Luís Sandoval*, publicado em 1890, no *Diário de Anúncios*. O romance sairá, dois anos depois, em suporte livresco. Alice Moderno terá também traduzido, para o folhetim desse periódico, alguns romances franceses. Com apenas 22 anos Alice Moderno fundará o seu primeiro jornal, *O Recreio das Salas* de duração efémera; colaborará ainda em muitos outros como na revista *Nova Alvorada* que acolheu outras vozes femininas como Beatriz Pinheiro, Antonia Diaz de Lamarque e, como tradutora de Méry e Hugo, Marianna Coelho e Ana de Quental, tradutora de Richard Garnett. Maria Veleda, em texto extremamente elogioso de *A Chronica. Revista Illustrada e Litteraria*, n.ºs 89-89, Abril de 1903, p.9, debruçar-se-á sobre Alice Moderno e a sua obra, exemplo que são do “restricto campo da litteratura feminina, em Portugal”.

⁵¹⁰ Por curiosidade, lembremos que Angelina Vidal escreveu sob pseudónimo masculino: Juvenal Pigmeu. Tomando-a certamente por um homem, Cesário Verde escreve ao redactor da *Tribuna do Povo*, procurando saber a identidade do “cobarde” e “patife” que sobre ele escrevera pouco elogiosamente. Cf. Cesário Verde - *Obra Completa*, org. Joel Serrão, Lisboa, Livros Horizonte, 1988, p.243.

presença feminina no mundo das letras, mas o estudo da imprensa periódica permite ainda identificar uma vontade de publicitação, entre nós, dessa presença. Assim, as obras da Condessa de Montemerli, *Les Sensations d'une Morte* e *Entre Deux Femmes*, são devidamente elogiadas na imprensa portuguesa, até porque a autora tem ascendência portuguesa. Em *O Commercio do Porto*, Leonel Sampaio aproveita o ensejo para denunciar “o quanto é acanhada a lista das senhoras portuguesas, que teem conquistado um lugar no mundo litterario, e a infelicidade que pela maior parte tem perseguido as mais modestas tentativas”⁵¹¹. Dois anos depois, cabe ao periódico *A Revolução de Setembro* debruçar-se sobre o romance *Entre Deux Femmes* que, na opinião do folhetinista se apresenta como “a analyse do coração da mulher” e que tem a recomendá-lo uma carta de Victor Hugo⁵¹². A publicação das memórias da actriz Ristori, que largo sucesso conheceu entre nós, não passa também despercebida e é largamente resumida por Júlio César Machado em folhetim do *Diario de Noticias*, reservando-se um pequeno trecho para apreciar *Traços e Iluminuras*, livro de contos da brasileira Julia Lopes, segundo Machado “verdadeiro livro de senhora” pelos “decorosos” sentimentos de que se reveste⁵¹³.

Os folhetins de Arnaldo de Oliveira, surgidos no *Diario de Noticias*, em 1888, falam-nos de Mme de Girardin em tom encomiástico. A propósito da obra de Imbert de Saint-Amand que se ocupa de Delphine Gay, o texto de Arnaldo de Oliveira traça, quase de imediato, um paralelo entre a realidade portuguesa e a realidade francesa, salientando a escassez de mulheres célebres portuguesas e a abundância além-pirenaica: “(...) nós portuguezes, contamos modestamente a marquiza de Alorna, a inspirada poetisa dos tempos arcadicos, e na geração actual D. Maria Amalia Vaz de Carvalho; a França expõe na galeria madame de Sevigné, madame Cottin, madame de Girardin, Jorge Sand, madame Adam, a condessa d’Ash, madame Grevillé, uma serie, em summa, de mulheres notaveis, serie que mal poderíamos completar de memoria”⁵¹⁴. Quando se debruça sobre Mme de Girardin, a “celebre escriptora”, a “eximia folhetinista do Presse”⁵¹⁵, as considerações tecidas passam, de modo sintomático, pela

⁵¹¹ Leonel de Sampaio - “Publicações”, *O Commercio do Porto*, 20 Nov., 1863.

⁵¹² G. - “Entre Deux Femmes. Romance pela Condessa de Montemerli”, *A Revolução de Setembro*, 3 Ag., 1865.

⁵¹³ Julio Cesar Machado – [Folhetim], *Diario de Noticias*, 17 Nov., 1887. Também Guiomar Torrezão se debruça sobre esta autora, em crónicas reunidas em *A Grande Velocidade (Notas de Gare)*, op. cit., pp. 142-145 (sobre *Traços e Iluminuras*) e 214-216 (sobre *Livro das Noivas*).

⁵¹⁴ Arnaldo de Oliveira - “Uma mulher illustre”, *Diario de Noticias*, 12 Agosto, 1888.

⁵¹⁵ *Idem, ibidem*.

emergência essencial de figuras masculinas – Alphonse de Lamartine ou Émile de Girardin - que terão permitido a Delphine Gay tornar-se uma mulher notável: “Unida pelo casamento a um publicista eminente, é provável que o convívio com homem de tão grande esfera tivesse concorrido para robustecer, ou ao menos aperfeiçoar, aquelle gentilissimo talento”. Porém, como já antes de casar Mme de Girardin tinha dado provas desse talento⁵¹⁶, busca-se outra explicação que fundamente esta ocorrência excepcional: “Mas quando os primeiros lampejos do seu brilhante espirito se manifestaram, a futura esposa de Emilio de Girardin era apenas uma donzella de vinte annos, modestamente chamada Delfina Gay. Foi talvez o conhecimento de Lamartine que divulgou áquelle encantador espirito os segredos das musas”. E o artigo prossegue, versando quase só sobre o poeta das *Méditations Poétiques* e o criador do periódico *La Presse*.

A mulher estrangeira está ainda presente no folhetim através das suas obras traduzidas, muito embora em termos comparativos a produção masculina suplante, como seria de esperar, os exemplos de escrita de autoria feminina. As obras vertidas em português só raro vêm acompanhadas do nome do tradutor. Na verdade, o que o paratexto revela como preocupação constante na publicação de uma obra, na imprensa periódica, passa por informar o leitor se se trata ou não de romance original ou se estamos perante uma versão livre.

A grande procura verificada na actividade tradutora e a consequente oferta de leitura dá-se em relação aos escritos editados em França e múltiplas são as autoras traduzidas, a revelar, por parte dos periódicos, uma escolha convergente: Mme de Girardin⁵¹⁷, a Condessa Dash, Flora Tristan, Mlle Trémadeure ou George Sand. Dentro do *corpus* por nós estudado, sem qualquer dúvida, as escritoras por excelência eleitas serão George Sand e a Condessa Dash. Contudo, uma autora alemã há que encontrará excelente acolhimento no *Commercio do Porto*: Eugénie Marlitt.

No *Nacional* começa-se a publicar, nos últimos dias de Dezembro de 1856 e estendendo-se aos primeiros dias de Janeiro do ano seguinte, uma curta narrativa assinada Antoinette (Olympe Minel) e de título *A Madrasta. Riquesas do Pobre e*

⁵¹⁶ Na verdade, anteriormente ao seu casamento com Émile de Girardin, Delphine Gay não só cultivava a poesia como já escrevia artigos para o periódico *La Mode*.

⁵¹⁷ Por vezes, traduzem-se somente excertos de obras. Assim, em *O Ecco Popular* de 27 de Novembro de 1857, publica-se o texto “Amar e ser amado”, extracto do romance *Margarida* de Mme de Girardin. Contudo, e trata-se de uma prática corrente, reproduz-se a tradução apresentada pelo *Commercio do Porto*.

Miserias do Rico, “por uma senhora”, aparece em versão no ano de 1857 com notas explicativas do tradutor que visam um proveitoso cotejo da realidade francesa com a portuguesa⁵¹⁸. De Março a Abril de 1858 é ocasião para publicar *De Deliii [sic] a Cawnpore. Paginas da Revolução Indica. Diario d’uma senhora ingleza* com uma nota prévia preciosa pelo testemunho que dá das fontes e práticas de tradução correntes na época: “Reproduzimos o folhetim que publicamos no numero de 31 de Dezembro do anno passado, para atarmos o fio da interessante narração de - *Delhi a Cawnpore*, interrompida em consequencia da suspensão que soffrera a *Presse*, d’onde a traduzimos”⁵¹⁹. Em 1864, surge *O Outro Mundo* de Mme de Grandfort⁵²⁰. A Comtesse Dash inaugura as páginas do periódico portuense, em 1865, com *A Dama do Castello Murado* e *Um Processo Criminal*⁵²¹, este último apresentado em tradução livre. Na mesma década, dois anos depois, A. P. da Conceição⁵²² verte para português, de Mme Hommaire de Hell, *Lembranças da Russia. Um Drama nas Margens do Dnieper*.

Em 1858, *O Commercio do Porto* publicará Flora Tristan com *Um episodio da vida de Ribera* extraído e traduzido do periódico *La Mode de Paris*⁵²³. Clémence Robert será a escolha seguinte com a narrativa de recorte fantástico, *O Lobishomem*, narrativa em que as forças do Bem e do Mal se afrontam, vencendo o Bem, e cuja moralidade se dirige à mulher, alertando-a para a lisonja e sedução enganosas por parte do homem: Luiza, esquecendo Bertrand, o seu prometido, deixar-se-á enlevar por Ossian, homem belo e aristocrata; quando descobre o logro em que caíu e se vê vítima sacrificial em cerimónia de feitiçaria será afinal Bertrand a salvá-la das garras de um Ossian transmutado em lobisomem⁵²⁴. Mlle Trémadeure só aparecerá quatro anos depois com *A Avó* e *Luiza*, presença que se estenderá ao início de 1863, dando de imediato lugar a

⁵¹⁸ Cf. “Riquesas do Pobre e Miserias do Rico”, *O Nacional*, 20 Ag., 1857. O folhetim tem início a 6 de Agosto e estende-se até meados de Setembro.

⁵¹⁹ “De Deliii [sic] a Cawnpore”, *O Nacional*, 8 Março, 1858.

⁵²⁰ Mme de Grandfort - “O Outro Mundo”, *O Nacional*, Abril a Junho de 1864.

⁵²¹ O primeiro dos textos sai de Maio a Julho de 1865 e o segundo de Setembro a Novembro do mesmo ano.

⁵²² Tratar-se-á de Alexandre da Conceição que foi colaborador de *O Nacional*?

⁵²³ Flora Tristan - “Um episodio da vida de Ribera”, *O Commercio do Porto*, 20 Set., 1858. Aquela que também foi uma feminista, ao narrar a paixão amorosa experimentada pelo pintor na sua juventude, não perde a oportunidade de introduzir, num escrito de cariz biográfico, uma reflexão sobre a condição da mulher que foi vítima da sedução masculina e não é capaz de ter consciência do seu direito e do seu valor.

⁵²⁴ O folhetim estender-se-á por três números, de 28, 31 de Setembro e 1 de Outubro de 1858, em *O Commercio do Porto*, sem indicação do nome do tradutor.

*As Confidencias*⁵²⁵, escritos eivados de preocupações didáticas e moralizantes, que se prendem com os valores e comportamentos a eleger pelas jovens meninas: aprendizagem da caridade, obediência a uma figura feminina mais velha (a avó, a madrinha, a mãe) que funciona como entidade modelar e como educadora, a sábia e sensata escolha do futuro marido. Nos três casos, estamos perante narrativas de curto fôlego.

Eugénie Marlitt, escritora de grande sucesso na Alemanha, nomeadamente em veículo folhetinesco, começa a ter obra sua publicada em 1871, no *Commercio do Porto*, porém sem indicação do nome da autora. *Isabel das Tranças de Ouro e Felicidade*, em tradução dada como sendo de Gomes de Sousa, vêm apenas com a indicação de “Original allemão”⁵²⁶. Já *Barba-Azul*, em 1872, apresentar-se-á como “novella por E. Marlitt”, nada se dizendo sobre quem traduziu⁵²⁷. 1877 vê de novo Eugénie Marlitt nas páginas de *O Commercio do Porto* com *A Segunda Mulher. Romance allemão*. Particular nesta versão é o facto de ser publicada na folha suplementar que durará até ao fim da sessão legislativa. A justificar a presença do folhetim num espaço periodístico dedicado a registar o que vai ocorrendo nas duas câmaras, é a vontade de tornar mais amena a leitura do suplemento e isto mesmo é afirmado no texto de apresentação inserido na rubrica noticiário. Este texto, extremamente importante pela preocupação que a imprensa periódica manifesta em oferecer simultaneamente ao leitor informação e lazer, é importante ainda pelos considerandos em torno da autora e sua obra e da instância de tradução: “(...) E. Marlitt é uma illustração da litteratura allemã (...). Estylo brilhante, fecunda invenção, interesse dramatico, um rigoroso escrupulo que torna os seus livros do mais inoffensivo acesso no santo lar da familia (...)”. Refresca-se a memória do leitor, lembrando as obras da autora já anteriormente publicadas pelo *Commercio do Porto* e diz-se ainda sobre o tradutor: “Quanto á traducção, diremos apenas que ella é digna do original, como esmerado trabalho que é da vigorosa intelligencia de um nosso amigo vantajosamente conhecido nas lettras e que não fazendo profissão habitual da vida de escriptor, nos quis

⁵²⁵ A *Avó* publica-se nos folhetins de 1, 2, 3, 6, e 7 de Maio de 1862; *Luiza* surgirá a 24 de Dezembro e concluir-se-á a 3 de Janeiro de 1863; e, poucos dias depois, inicia-se, a 10 de Janeiro, *As Confidencias* que se prolongarão apenas até ao dia 17 do mesmo mês.

⁵²⁶ *Isabel das Tranças de Ouro* publica-se de Maio a Junho e *Felicidade* de Outubro a Dezembro, em *O Commercio do Porto*, no ano de 1871.

⁵²⁷ E. Marlitt - “Barba-Azul”, *O Commercio do Porto*, Novembro a Dezembro, 1872.

penhorar aceitando o encargo (...)” e que assinará J. P.⁵²⁸. Ainda no mesmo ano Marlitt conhecerá uma versão livre da responsabilidade de J. N. do Cruzeiro Seixas com a obra *Gisella*, de novo havendo o cuidado de para ela chamar a atenção no noticiário. Que, por parte do periódico, a sua moralidade dos romances publicados era critério a eleger, tendo em vista a mulher leitora, mostra-o a afirmação que na notícia se dá: “Os romances de E. Marlitt podem ser postos sem escrupulo nas mãos de qualquer donzella, e suas paginas que rescendem effluvios de celestial pureza, enthesouram lições de aquilatada moral, que formam o coração e levantam o espirito”⁵²⁹. Tal como para o romance anterior o que está em causa é permitir uma aprazível ocupação do tempo de lazer e, por esse motivo, acrescenta-se de imediato: “Mas essa moral não assume o tom pedagogico e fastidioso, que fatiga o espirito; pelo contrario, amenizada pela forma romantica, pelas bellezas que pullulam em todos os capitulos insinua-se como um balsamo consolador, absorve-se com prazer (...)”⁵³⁰. Na verdade, em referência a obra anterior vemos que se pretendia atingir um duplo objectivo, lúdico e formativo: “As paginas da ‘Segunda mulher’ fallam-nos com eloquencia dos elevados destinos da mulher nas modernas sociedades, da sua missão santa e gloriosa no lar domestico, da sua influencia na educação”⁵³¹. A análise do paratexto revela-se pois, neste caso, bastante frutuosa, na medida em que dá conta dos padrões morais e comportamentais defendidos e a difundir, facto que justifica afinal que todo o texto se estribe num constante vai-vem entre um destinatário feminino e um destinatário masculino, a persuadir das excelências do folhetim proposto, dando conta afinal da diversidade de leitores a que corresponde uma diversidade de estratégias argumentativas. Tomemos um excerto a título exemplificativo: “O estylo de Marlitt é elegante; os entrecchos são originaes e interessam o **leitor**, que caminha sempre de imprevisto em imprevisto, e os caracteres são desenhados com maestria.// ‘Gisella’, como a ‘Segunda mulher’, como ‘Isabel das tranças de ouro’, é uma preciosa perola, que a **leitorea** deve recolher com amor no seu cofresinho predilecto, entre as joias de mais fino quilate; é uma flôr mimosa e fragante digna de figurar ao lado das preciosidades que ornamentam o mais assetinado

⁵²⁸ *O Commercio do Porto*, (Folha Suplementar ao Jornal), 3 Jan., 1877. A obra de Eugénie Marlitt estendeu-se até 6 de Março na folha suplementar, altura em que esta foi suprimida por se ter encerrado a sessão legislativa; a obra continuou a publicar-se no espaço habitual do folhetim até ao início de Junho.

⁵²⁹ “Gisella”, *O Commercio do Porto*, 14 Out., 1877. O folhetim estender-se-á até 1878.

⁵³⁰ *Idem, ibidem*.

⁵³¹ *Idem, ibidem*.

e perfumado *boudoir*”⁵³². *A princesinha das Giestas*, *A Dama dos Brilhantes* e *A Família do Conselheiro* serão outros tantos textos de Eugénie Marlitt que *O Commercio do Porto* escolherá para o seu rodapé. O primeiro surge em versão livre, de Outubro de 1878 a Março de 1879, e com notícia de destaque; o ano de 1890 oferece *A Dama dos Brilhantes* igualmente com a indicação de que se trata de uma versão livre e notícia a apresentar a obra que diverte e instrói⁵³³; *A Casa dos Mochos* aparece em 1891 como “romance posthumo”, de Julho a Outubro; por fim, em 1893, encontraremos *A Família do Conselheiro*.

Outras escritoras estrangeiras serão ainda recebidas nas páginas de *O Commercio do Porto*. Em 1872 a autora de romances rosa que foi Zenaïde Fleuriot verá obra sua traduzida por Gomes de Sousa: *Amor de Orphã, paixão de artista*⁵³⁴. A partir de 1881 e até 1893, o diário portuense acolherá com regularidade no seu espaço do folhetim a mulher autora estrangeira. No que respeita a um universo francês, encontramos, em 1882, Celeste Chabrilan, numa versão livre de *Os Ladrões d’Ouro*⁵³⁵; em 1885 Jeanne Mairet com *O Irmão mais Velho*⁵³⁶; em 1888, Mlle Marie Poitevin em *A Herança de Tântalo*⁵³⁷; e, em 1893, Mme Tillière com *Uma Herança*⁵³⁸ e Bertha Neullies com *O Marido de Diana*, ambos numerados e mencionados no noticiário⁵³⁹, deste último escrito se dizendo que apresenta “sentimentos delicadíssimos de mulher, scintillantes de abnegação e afecto”⁵⁴⁰.

⁵³² *Idem, ibidem*. O *bold* é da nossa responsabilidade.

⁵³³ Cf. *O Commercio do Porto*, 11 Abril, 1890.

⁵³⁴ A versão ocupará o folhetim de *O Commercio do Porto* de 2 de Outubro a meados de Novembro de 1872.

⁵³⁵ Celeste Chabrilan - “Os Ladrões d’Ouro”, *O Commercio do Porto*, Junho a Agosto de 1882.

⁵³⁶ Trata-se de uma versão livre assinada L. S. que ocupará o folhetim a 11, 12, 13 e 17 Set., 1885.

⁵³⁷ Mlle Poitevin - “A Herança de Tântalo”, *O Commercio do Porto*, Agosto a Dezembro de 1888. Também neste caso se trata de uma versão livre.

⁵³⁸ Em “O nosso folhetim” de 12 de Março de 1893 de *O Commercio do Porto*, p.1, põe-se em relevo as qualidades da obra e informa-se o público que tudo se jogará entre o “eterno bem e o “eterno mal”.

⁵³⁹ A chamada de atenção, em ambos os casos, para a publicação dos novos folhetins que nas notícias se faz, realça, sobretudo, a sua função lúdica e visa um incitamento à leitura desse espaço do periódico. O primeiro romance ocupará o folhetim de Março a Junho e a 25 deste mesmo mês surgirá *O Marido de Diana*. Repare-se na caracterização que do romance folhetim se faz na notícia, a propósito deste escrito: “(...) será mais uma pérola engastada na *galeria da leitura amena* do ‘Commercio do Porto’”. O *italico* é nosso.

⁵⁴⁰ “O nosso folhetim”, *O Commercio do Porto*, 25 Junho, 1893.

A Revolução de Setembro dá em folhetim no ano de 1871 *Cecilia Merquem* de George Sand⁵⁴¹. Em 1872, encontramos *A Casa Misteriosa* e *Tres Amores* da Comtesse Dash em tradução de Pedro Cabral⁵⁴². Em 1873, aparece *A Filha de Satan* de Clémence Robert⁵⁴³. Também em 1871, *O Primeiro de Janeiro* começará a publicar George Sand com *Malgrétout*. Atentemos, no entanto, na notícia que no periódico surge, no primeiro dia da sua publicação em folhetim, e que, para além de informar os leitores de que este escrito saíu na *Revue des Deux Mondes*, tem ao mesmo tempo o cuidado de observar que respira a “mais pura moralidade”⁵⁴⁴. No ano seguinte, surgirá *Cesarina Dietrich*, anunciado poucos dias antes da sua publicação como sendo um dos melhores romances da autora francesa, mas não só: “Podemos affiançar que a Cesarina sobreleva em interesse á maioria dos romances de Sand, excedendo-os quasi todos senão todos na composição d’estylo. Depois, moralissimo, como todo o livro da ultima phase de G. Sand”⁵⁴⁵. Em finais de 1875, o jornal portuense apostará ainda em George Sand com a tradução *Fidalgos e Bohemios*⁵⁴⁶. Em 1861, podemos encontrar outra obra de George Sand, *Lélia*, desta feita traduzida em *A Liberdade*⁵⁴⁷. Pormenor significativo, neste caso, é a ausência da indicação da autoria. Com efeito, a referida obra foi, quando publicada, objecto de polémica pela alegada presença de incidentes autobiográficos considerados escandalosos.

O mercado editorial nacional atento ao livro francês, seguindo de perto em tradução as novidades editoriais, não deixa também escapar obras que se publicam por exemplo nos Estados Unidos da América e que alcançam enorme sucesso. Assim, *Uncle Tom’s Cabin*, de Harriet Beecher-Stowe, obra publicada em 1851 em folhetim e saída em livro em 1852, que se tornará famosa pela abordagem que faz da questão da escravatura, conhecerá uma tradução em Portugal logo no ano seguinte à sua publicação na América, de resto à semelhança do que acontecerá em diversos países. A tradução em folhetim

⁵⁴¹ George Sand - “Cecilia Merquem”, *A Revolução de Setembro*, Julho de 1871 a Junho de 1872.

⁵⁴² No caso de *A Casa Misteriosa* a publicação estende-se de Setembro a Outubro de 1872. *Tres Amores* inicia-se em Novembro do mesmo ano e conclui-se em Dezembro.

⁵⁴³ A tradução publicar-se-á de Janeiro a Fevereiro de 1873.

⁵⁴⁴ *O Primeiro de Janeiro*, 22 Nov., 1871, p.2. Um “formoso romance de G. Sand” tinha já sido anunciado no jornal a 19 de Novembro. *Malgrétout* publicar-se-á até Fevereiro de 1872.

⁵⁴⁵ *O Primeiro de Janeiro*, 11 Ag., 1872, p.2. *Cesarina Dietrich*, em folhetim, estender-se-á de Agosto a Novembro de 1872.

⁵⁴⁶ George Sand - “Fidalgos e Bohemios”, *O Primeiro de Janeiro*, Novembro de 1875 a Julho de 1876.

⁵⁴⁷ *A Liberdade*, 15 Out., 1861.

no periódico lisbonense *A Revolução de Setembro*⁵⁴⁸ segue-se a uma grande publicitação do romance que estaria já à venda. No domínio anglófono, outras escritoras encontramos com obras vertidas em português, quase sempre assumidas como traduções livres: em *O Commercio do Porto* na década de oitenta, Mme Henry Wood com *O senhor de Greylands* (1881) em versão livre⁵⁴⁹, a tradução livre *Uma Noute Fatal* de Elisabeth Gaskell (1883)⁵⁵⁰, Mary Elisabeth Braddon com *Vixen* (1884-1885), também em tradução livre⁵⁵¹, ou Miss Amelia Edwards com *Mysterio* (1889)⁵⁵². A ocorrência de autoras anglo-americanas parece circunscrever-se sobretudo a este período e a este jornal portuense. Também no *Diario de Noticias* surge, em 1883, *Pipistrello* de Ouida⁵⁵³. Casos mais raros dão-se com o aparecimento de autoras traduzidas de outras nacionalidades como Carmen Sylva, nome literário da rainha da Roménia Elisabeth de Wied, ou autoras espanholas e alemãs. *O Commercio do Porto* traduz, confessadamente para um momento de distração das leitoras, em 1887, a curta narrativa *Degelo* de Carmen Sylva, texto de que também se fala no noticiário, dele dizendo que é um “poetico romancinho” que deixa uma “impressão ao mesmo tempo moral e agradável”⁵⁵⁴. Com efeito, trata-se de uma história sentimental que dá conta da necessidade de perseverar no amor, na abnegação dentro do quadro do casamento mesmo quando se tem de arrostar contra os maiores obstáculos. O periódico portuense

⁵⁴⁸ Cf. Harriet Beecher - “A Cabana do Pae Thomaz ou os Negros na America”, *A Revolução de Setembro*, Março de 1853 a Janeiro de 1854.

⁵⁴⁹ Mme Henry Wood - “O Senhor de Greylands”, *O Commercio do Porto*, Junho a Novembro, 1881. A publicação deste romance folhetim ilustra uma prática com frequência adoptada na imprensa da época: na rubrica “Noticiario” chama-se a atenção do leitor para o que se pode ler no rés-do-chão do jornal e tal facto não se constituirá apenas como forma de publicitação e valorização do produto oferecido, como poderá indiciar ainda as etapas seguidas pela instância de leitura no seu consumo da folha, ou seja, o leitor começaria pelo noticiário e só depois optaria por outra secção do jornal. A notícia põe não só em relevo as qualidades da obra como ainda o merecimento literário do “conhecido” tradutor. Outra observação se impõe quando deparamos com esta versão: apesar de se indicar logo no cabeçalho do folhetim que se trata de um romance inglês, a autora é apodada de *madame*, sinal certamente de que muito embora se verifique uma abertura a obras que não as francesas, é a França que continuará a funcionar como modelo, sinal que permite ainda considerar a hipótese da obra ter sido vertida do francês. Este folhetim encontra-se numerado para posterior recompilação por parte da entidade ledora.

⁵⁵⁰ Mistress Gaskell - “Uma Noute Fatal”, *O Commercio do Porto*, Junho e Julho, 1883.

⁵⁵¹ Miss Braddon - “Vixen”, *O Commercio do Porto*, Agosto de 1884 a Fevereiro de 1885.

⁵⁵² Miss Amelia Edwards - “Mysterio”, *O Commercio do Porto*, Maio e Junho, 1889.

⁵⁵³ Ouida - “Pipistrello”, *Diario de Noticias*, trad. Amelia Cardia, 27 Jan.- 22 de Fev., 1883. Trata-se de uma versão livre a partir do inglês.

⁵⁵⁴ Carmen Sylva - “Degelo”, *O Commercio do Porto*, 2 Fev., 1887 p.2. O escrito conclui-se no número seguinte de 3 de Fevereiro.

publica ainda de Carmen Sylva *Uma Prece* (1890) e *A Sereia* (1891)⁵⁵⁵. Angela Grassi é traduzida em *O Nacional* por Ferreira da Silva no ano de 1859 com *A Coquette*, espécie de fisiologia da *coquette*, com objectivos moralizantes⁵⁵⁶. Também Guiomar Torrezão, anos mais tarde, traduz Angela Grassi com o texto “O Açor”⁵⁵⁷ e oferece uma versão livre de “O pescador de perolas”⁵⁵⁸ da mesma autora. Faustina Saeg de Melgar surge no *Diario de Noticias* de igual modo através de Guiomar Torrezão com a versão de “Arthur. Conto da aldeia”⁵⁵⁹; todas as narrativas escolhidas são afinal curtas ficções que podem ocupar ludicamente muito pouco tempo do público leitor.

Se reflectirmos um pouco sobre a presença regular e intensa do romance-folhetim no periodismo oitocentista e confrontarmos esse pulular de romances com o número de ocorrências de uma presença feminina ao nível da escrita, no máximo, só podemos mesmo dizer que se trata de uma gota de água no oceano a contrastar com uma presença de peso feminina na instância de leitura.

Assim, o espaço do folhetim constitui-se, no século XIX, como veículo não negligenciável de conquista de alguma visibilidade para o sexo feminino, forma de aceder a uma vida pública através de um meio que não pode de modo algum ser subestimado, tantas vezes sob mediação masculina. Como procurámos salientar, a mulher no folhetim apresenta-se assim numa dimensão tríplice: ela é um objecto sobre o qual o folhetinista se debruça, destinatário da produção folhetinesca e, não menos importante, criadora e agente na escrita publicada no *rodapé* do jornal.

Funcionando o folhetim como caixa de ressonância de uma dinâmica social, buscar a dimensão do feminino no espaço folhetinesco permitiu-nos o contacto com a

⁵⁵⁵ Carmen Sylva - “A Sereia”, *O Commercio do Porto*, Novembro de 1891. Conto numerado que se estende por três números, misturando o amor com jogos de interesse, cujo desfecho é a morte; conto que se deixa percorrer por um filão de fantástico e que o noticiário põe em relevo apostando no estatuto régio da autora que funcionará certamente como um atractivo.

⁵⁵⁶ Angela Grassi - “A Coquette”, *O Nacional*, trad. Ferreira da Silva, 8 Out., 1859. Neste texto, em que se traça o retrato da *coquette*, de modo extremamente severo, não só se adverte a mulher jovem para que não siga tal exemplo como ainda se veicula a imagem da mulher- sentimento com espírito de doação: “A natureza poz no coração da mulher um thesouro de pudor, abnegação e ternura: a mulher nasceu para amar; para espargir o bem a mãos cheias, para ser o anjo de consolação para todos os que choram”.

⁵⁵⁷ Angela Grasi - “O Açor”, *Diario de Noticias*, trad. Guiomar Torrezão, 6 Ag., 1871.

⁵⁵⁸ Angela Grassi - “O pescador de perolas”, *Diario de Noticias*, 29 Maio, 1872.

⁵⁵⁹ Faustina Saeg de Melgar - “Arthur. Conto da aldeia”, *Diario de Noticias*, trad. Guiomar Torrezão, 24 e 25 Nov., 1872.

representação da mulher burguesa do século XIX, revelando assimetrias bem claras entre os dois sexos. A delimitação dos papéis sociais que são atribuídos à figura feminina insere-a numa esfera eminentemente familiar, reserva-lhe uma educação orientada para uma vida doméstica e, de algum modo, confere-lhe o exercício de uma magistratura moral, embora condicionada. O facto de o jornal diário, ao procurar atingir um público heterogéneo, transmitir de modo bastante uniforme e semelhante uma certa imagem da mulher da época, leva-nos a dar mais crédito e a não considerar um mero estereótipo essa mesma representação. Seria assim que o sexo feminino era visto pelo homem, seria dentro desses padrões que era desejado, e à mulher apenas cabia ir ao encontro dessas expectativas sociais. O folhetim dá conta de um imaginário masculino intimamente ligado a uma moral pública e, por esse motivo, não é assim tão distinto o discurso masculino do discurso feminino em torno da mulher. Verifica-se de facto uma convergência. Além do mais, o discurso sobre o feminino redundava, inevitavelmente, numa delimitação do papel do homem na sociedade de então.

Delinear a imagem da mulher leitora que percorre o folhetim permite-nos saber o que é buscado num periódico pelo sexo feminino e tomar consciência da importância que o espaço do folhetim já conquistou no quotidiano ou no quadro de leituras da mulher oitocentista. Permite-nos entrever a importância crescente de um destinatário feminino na produção e consumo do folhetim no Oitocentos português. Permite-nos, inclusive, ajuizar da influência do folhetim na construção ou sedimentação de uma certa *forma mentis*, pois a educação passa também pelas leituras que se fazem. Ora, como produto de grande difusão para a época, o folhetim possibilita de algum modo uma circulação e vulgarização das imagens de mulher que veicula, contribuindo igualmente para uma certa uniformização.

Procurar no espaço do folhetim a presença de uma entidade autoral feminina, se, por um lado, nos confirmou a diminuta contribuição do sexo feminino para uma actividade de escrita literária, mostrou-nos, por outro, a existência de uma colaboração feminina que ultrapassa a memória perpetuada, até porque, não o esqueçamos, essa colaboração circulava através de um veículo eivado de efemeridade. A débil voz feminina do século XIX foi assim ajudada no seu silenciamento por um suporte de consumo imediato e por isso esquecida pelas gerações que lhe não foram contemporâneas. Os textos por nós encontrados ilustram uma presença autoral feminina raramente integrada numa luta pelos direitos da mulher ou numa defesa do direito à diferença, inscrevendo-se, sem problematização, nos circuitos já traçados pelo homem.

Pôr em relevo a dimensão do feminino no espaço do folhetim leva-nos a tomar contacto com uma forma de visibilidade feminina, que mostra a mulher não apenas como objecto, mas ainda como sujeito, leva-nos a tomar contacto de igual modo com as estruturas mentais de Oitocentos, as quais suportavam modelos de conduta, nomeadamente, ao nível do fenómeno de leitura. Pôr em relevo essa dimensão é também, embora com modéstia, abrir perspectivas de estudo para quem, no domínio da História das Mulheres ou dos Estudos sobre a Mulher, busca saber do lugar do sexo feminino no devir histórico.

5. CONCLUSÃO

A dimensão do facto cultural folhetinesco e o impacto que provocará no século XIX, fazem do folhetim um objecto de estudo a merecer um olhar demorado e atento, aglutinador de sinergias várias que propiciem uma abordagem de intento totalizador e capazes de traçar uma visão mais abrangente da vida literária e cultural oitocentista. O estudo que agora chega ao seu termo, no que isso sempre tem de precário e provisório, procurou precisamente perseguir esse objectivo mais geral, adoptando uma perspectiva

comparatista e contribuindo para tornar mais transparente a vidraça do folhetim em Portugal, deixando-nos olhar com mais nitidez através dela.

Condição primeira e fundamental no estudo do folhetim é o reconhecimento e a tomada de consciência de que antes de ser um produto de linguagem, o folhetim funciona como espaço gráfico do periódico pronto a acolher e a deixar ver homens, mulheres, discursos plurais. O folhetim tem ainda de ser entendido como exemplo de uma estratégia editorial que condiciona e potencia práticas de escrita e de leitura em articulação com o desenvolvimento de uma função de entretenimento que se acrescenta à formação e informação levadas já a cabo pelo periodismo. Assim, a importação do folhetim, articulada com o desenvolvimento da imprensa periódica, traz consequências de peso para o sistema literário português a trilhar também ele a via da mercantilização literária. Por importação de modelos franceses, o folhetim em Portugal ilustra um dos modos encontrados de revitalização no sistema de chegada ao estimular o pretendente a literato e, por consequência, ao fomentar a própria criação literária. Desenvolvem-se assim mecanismos de consagração, formas de conquista e detenção de um poder simbólico que o letrado português oitocentista não desprezará, dando rosto e corpo ao folhetinista, nova figura no mundo das letras.

O folhetinista não é porém o único elemento a ganhar protagonismo com a introdução e expansão do folhetim. Mercê da sua inscrição num suporte específico, no periódico que vive dos seus assinantes, em Oitocentos, o destinatário conquista visibilidade, mas também poder. Essencialmente dirigido e consumido por um público burguês, o folhetim lança luz para um receptor essencialmente urbano, ligado a uma cultura do ócio e, por esse motivo, disponível e disposto a adoptar novas práticas de leitura e de sociabilidade. Apostando numa fidelização e aumento do leitorado, o folhetim desenvolve a leitura extensiva, familiariza o leitorado com o objecto impresso, ajuda à criação e/ou sedimentação do hábito de ler inscrito no quotidiano dos homens e mulheres oitocentistas.

A crónica-folhetim, parcela considerável do produto total oferecido ao leitor de periódicos no século XIX, pela ligação à génese do folhetim e pelas estratégias discursivas que elege, permite reflectir sobre a produção e recepção deste facto cultural e sobre a sua própria constituição enquanto género em afirmação e crescimento, com frequência identificado e mesmo auto-denominado de literatura fácil. Deste modo, a legitimação genológica que na crónica-folhetim tem lugar, passa grandemente por um processo reflexivo de marcas auto-temáticas que acaba por se converter num *topos* da

escrita cronística. Ao levar a cabo todo um discurso metafolhetinesco, várias são as consequências que daí decorrem: a dilucidação de uma poética do género, um processo de auto-canonização e o estabelecimento de um protocolo de leitura, procurando orientar a percepção que o receptor tem do objecto, revelando ou indiciando efeitos de leitura permitidos pelo texto.

O veio auto-reflexivo, que a crónica-folhetim patenteia, dá oportunidade à entidade autoral para de si falar e, portanto, de se mostrar no exercício do seu poder sobre o leitorado e/ou de se mostrar na dependência de quem o lê, definindo direitos e deveres do autor. Na exploração de uma função metalinguística, a crónica-folhetim define ainda a legitimidade de tratamento de um objecto heteróclito, diverso, rizomático que dá a conhecer pedaços do quotidiano.

Neste processo de se pensar, a crónica-folhetim, dirigida grandemente a um público burguês, mostra estar consciente da diversidade existente dentro desse público e, por esse motivo, metamorfoseia-se, procurando atingir os diversos grupos etários e de género que ele apresenta. De todo o modo, na sua esmagadora maioria, o texto cronístico manifesta uma proximidade entre autor e destinatário de que a função conativa é um sinal claro. Com efeito, o cronista fala com os seus semelhantes e confere-lhes protagonismo, minorando o estatuto de anonimato e a fluidez de contornos em torno do destinatário, apostrofado e, por vezes, caracterizado. Estamos perante o/a leitor(a) e não o público. A identificação recorrente no texto cronístico de um destinatário feminino dá testemunho da importância crescente dessa franja do leitorado e que o periodismo reconhece, ao procurar ir ao encontro daquilo que julga ser o seu horizonte de expectativas.

Apesar da diversidade – reduzida – do leitorado e da escolha de um objecto variável face a essa mesma diversidade, o folhetim funciona como plataforma comum a muitos e factor de homogeneização da cultura literária e, com frequência, guia de gostos e de mentalidades. De algum modo podemos afirmar que o folhetim dá conta da unidade na diversidade na história das leituras no século XIX.

A situação de fronteira patenteada no hibridismo do género, inscrito, no entanto, numa actividade literária, o jogo no e com o tempo e a efemeridade característica do suporte periodístico que poderá redundar no esquecimento de quem aí colabora e da sua produção, procura ser combatida pelo folhetinista consciente do seu poder simbólico através da recolha e publicação em volume das suas crónicas num desejo de

perenidade ou, mais prosaicamente, como intuito de auferir proventos suplementares do trabalho de viver da pena.

A disponibilidade temática que o género cronístico regista possibilita a multiplicação de variantes cronísticas de que a crónica de viagem e a crónica de vilegiatura são ilustração. O seu estudo coloca-nos em contacto com práticas culturais que inscrevem Portugal na Europa, embora com algum desfasamento, através da prática da viagem ou da vivência particular de um tempo de veraneio.

Com a crónica de viagem – e, de um modo mais atenuado, com a crónica de vilegiatura –, o folhetim lança luz para uma presença fundamental do estrangeiro no campo literário e cultural português pela confissão de modelos, pela abundância de representações do Outro, imagens culturais que nos dão conta de modos de relação com o Estrangeiro. Assim, o folhetim oferece-se como repositório actuante de todo um imaginário social em circulação. Tem então lugar na escrita cronística um processo de difusão de auto-imagens bem como de hetero-imagens decorrentes afinal da relação inseparável entre identidade e alteridade e que o encontro com o Outro estimula. Acresce observar que na circulação de um imaginário em torno do estrangeiro, o folhetim contribui consideravelmente para uma sedimentação do estereótipo.

A atenção por nós votada ao feminino e que decorre do facto da mulher ser recorrentemente apontada como grande leitora do folhetim, não apenas do romance-folhetim, mas também da crónica, propiciou a detecção de todo um conjunto de imagens da mulher que a crónica veicula, remetendo-a para a esfera do privado e ao seu papel de anjo do lar. Com surpresa e ironicamente, o folhetim será afinal ocasião para a vivência de um maior protagonismo por parte da mulher: ela é lembrada e interpelada na sua condição de leitora, ela é acolhida nesse espaço periodístico com obra de criação literária. Numa época em que as oportunidades de acesso a uma esfera pública eram escassas, o folhetim é um balão de ar para a mulher autora portuguesa ou estrangeira.

A convicção de que a história literária é feita de toda a actividade literária, de escritas e de leituras que decorrem numa dada época e lugar, fica ainda mais enraizada através do estudo do folhetim que se oferece enquanto espaço sincrético, espaço de confluência, prática e bem cultural agregador de homens e realidades interculturais, mais ou menos distantes, a tender porém para uma relação dialógica particular entre a cultura portuguesa e a cultura francesa. A cultura literária nacional de que o folhetim se faz portador é naturalmente composta por modelos genológicos, literários, comportamentais e outros, quer de origem lusa, quer de origem estrangeira. A história

da cultura literária faz-se – e tem de ser reconhecida nessa exacta medida - por um conjunto de agentes e mediadores culturais, portugueses e estrangeiros, à época respeitados, admirados, lidos com prazer e avidez e que nem sempre lograram conquistar um lugar na galeria da posteridade.

Prática de escrita que dá testemunho, cria e fomenta práticas de sociabilidade, o folhetim em Portugal no século XIX erige-se como uma nova janela no mundo das letras, revelando-se afinal uma grande prática da visibilidade.

BIBLIOGRAFIA

1. Periódicos consultados

A Academia. Semanario de Litteratura, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1866-1867.

O Academico, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1860.

A Actualidade, Porto, 1874.

Album Litterario. Jornal Litterario e Noticioso dedicado á mocidade de ambos os sexos, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1866.

Almanach das Senhoras, Portugal e Brazil, Lisboa, Typ. Sousa e Filho. 1871, 1872, 1874, 1875, 1878, 1887, 1890, 1891.

Almanach do Folhetim para o anno de 1869, Lisboa, publ. do Jornal das Damas, 1868.

- O Amigo do Estudo*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1867.
- Annaes das Sciencias, das Artes e das Letras* por uma Sociedade de Portuguezes residentes em Paris, Paris, Impresso por A. Babée, 1818-1821.
- Archivo Pittoresco. Semanario Illustrado*, Lisboa, Typ. de Castro & Irmão, 1857-1868.
- Artes e Letras*, Lisboa, na Imprensa Nacional, 1872-1875.
- A Assembléa Litteraria. Jornal d'Instrucção*, Lisboa, 1849-1850.
- Astro da Lusitania*, Lisboa, Officina de J. F. M. de Campos, 1821-1823.
- Aurora Litteraria. Jornal Recreativo*, Lisboa, Typ. Universal, 1861-1864.
- A Aurora. Revista Mensal*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1845.
- Bibliotheca Universal extrahida de muitos jornaes, e das obras dos melhores escritores antigos, e modernos* pelo author de Viagens de Altina, Officina de Simão Thaddeo Ferreira, Lisboa, 1803-1805.
- Boudoir*, Lisboa, Typ. de M^a Madre de Deus, 1864-1865.
- Boudoir. Critica, Teatros, Musica, Modas, Noticias, caricaturas* publicado sob a protecção de Sua Magestade El-Rei o Senhor Dom Fernando II, Lisboa, Typ. Universal, 1863-1865.
- A Carapuça. Jornal critico-jocoso*, Porto. Typ. de S. J. Pereira, 1851-1852.
- O Chaveco Liberal*, Londres, reimpresso por R. Greenlaw, 1829.
- Chronica Constitucional da Cidade do Porto*, Porto, Imprensa de Gandra & Filhos, 1834-1835.
- Chronica Constitucional de Lisboa*, Lisboa, na Imprensa Nacional, 1833.
- A Chronica. Critica Artistica*, Porto, Typ. Occidental, 1890-1891.
- Chronica da Terceira*, Angra, Impressão do Governo, 1830-1831.
- Chronica dos Theatros. Periodico Quinzenal, Artistico, Musical e Litterario*, Lisboa, Typ. Universal, 1861-1869.
- Chronica Litteraria da Nova Academia Dramatica*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1840-1841.
- A Chronica. Revista Illustrada e Litteraria*, Lisboa, 1902-1903.
- A Chronica. Revista Quinzenal Litteraria, noticiosa e theatral*, Porto, Typ de Arthur José de Souza & Irmão, 1883.
- O Chronista*, Porto, Typ. de A. de S. Santos & Filhos, 1851-1853.
- O Chronista. Semanario de politica, litteratura, sciencias e artes*, Lisboa, na Imprensa do Portuguez, 1827.
- A Civilização*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1869-1870.

- O Club. Orgão da Classe Academica*, Porto, Typ. de A. F. Vasconcellos, 1874.
- O Commercio do Porto*, Porto, 1856-1900.
- O Conimbricense. Jornal Politico, Instructivo, e Commercial*, Coimbra, 1854-1861.
- O Contemporaneo Politico, e Litterario*, Paris, Officina de P. N. Rougeron, 1820.
- Correio da Madeira*, Funchal, Typographia de A. L. da Cunha, 1849-1851.
- Correio da Manhã*, Supl. ao nº 3283 de 8 de Maio, 1895 (dedicado a Manuel Pinheiro Chagas por ocasião da sua morte).
- Correio da Universidade*, Coimbra, Typographia União, 1886-1887.
- O Correio das Modas*, Lisboa, 1807.
- O Correio do Porto*, Porto, Typ. á Praça de S. Thereza, 1821-1834.
- O Cosmorama Litterario. Jornal da Sociedade Escholastico-philomatica*, Lisboa, Typ. Imprensa Nacional, 1840.
- A Cruzada. Jornal Religioso e Litterario*, Lisboa, 1858.
- O Diario de Noticias*, Lisboa, 1865-1900.
- O Diario do Porto*, Porto, Imprensa na Rua de Santo Antonio, 1828.
- Diario Illustrado*, Lisboa, 1874.
- Diario Popular*, Lisboa, 1866-1870.
- Divertimento Instructivo ou Collecção Escolhida de Novellas, Historias, Contos Moraes, Anedoctas Interessantes, Parabolos, Fabulas, ditos filosoficos, contos para rir, etc.*, Lisboa, 1805-1806.
- O Ecco Litterario. Revista Critica Litteraria e Theatral*, Lisboa, Typ. Universal, 1855-1856.
- O Ecco Popular*, Porto, 1847-1860.
- A Emancipação. Folha Commemorativa do Movimento Feminino em Portugal*, Typ. do Jardim do Regedor, 1887.
- A Epocha*, Lisboa, 1848.
- O Espectro*, Lisboa, 1846-1847.
- O Espreitor do Mundo Novo. Obra Critica, Moral, e Divertida*, por José Daniel Rodrigues da Costa, Lisboa, Officina de Simão Thaddeo Ferreira, 1802.
- A Estrella. Jornal litterario, noticioso e recreativo*, Lisboa, Typ. de Joaquim Manuel Euzébio, 1857.
- A Folha. Microcosmo Litterario*, Coimbra, 1868-1873.
- Os Gafanhotos*, Porto, Typ. Lusitana, 1868.
- Gazeta Academica*, Coimbra, Imprensa Academica, 1887.

- Gazeta de Coimbra*, Coimbra, Imprensa Academica, 1887.
- Gazeta de Portugal*, Lisboa, 1863.
- Gazeta do Porto o Leal Portuguez, que contem a historia dos successos politicos, e militares, desde a feliz Restauração em Junho de 1808, até Junho inclusivos de 1810*, Porto, Typ. de Antonio Alvarez Ribeiro, 1808-1810.
- Gazeta Universal e, Politica, Litteraria e, Mercantil*, Lisboa, na Imprensa Nacional, 1821-1823.
- O Gratis*, Porto, Typ. da Revista, 1840.
- A Grinalda. Periodico de poesias ineditas*, Porto, na Typ. de Sebastião José Pereira, 1865-1869.
- Hymnos e Flores. Jornal Litterario*, Coimbra, Imprensa Litteraria, 1862-1863.
- Ilustração. Jornal Universal*, Lisboa, na Imprensa Nacional, 1845-1846.
- A Ilustração Luso-Brazileira. Jornal Universal*, Lisboa, Typ. de A. J. F. Lopes, 1856-1859.
- A Ilustração. Revista Universal*, Paris, 1884-1892.
- O Iman. Jornal de Gosto. Leituras para ambos os sexos por uma Sociedade*, Lisboa, Typ. de Martins, 1847.
- O Independente*, Lisboa, na Typ. de Ant. Rodrigues Galhardo e na Imprensa Nacional, 1822.
- O Instituto. Jornal Scientifico e Litterario*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1853-1900.
- A Instrução e o Povo. Jornal Cientifico e Litterario*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1855.
- O Instructor Portuense*, Porto, Typ. Commercial Portuense, 1844.
- O Investigador Portuguez em Inglaterra ou Jornal Litterario, Politico, e & C.*, Londres, M. Bryer, Impressor, 1811-1818.
- O Investigador Portuguez em Inglaterra ou Jornal Litterario, Politico, etc.*, Londres, 1819.
- O Jardim das Damas*, Lisboa, 1846-1849.
- Jardim das Musas, e dos Sabios ou Flores Poeticas Extranageiras e Nacionaes*, Lisboa, na Impressão Regia, 1805-1806.
- Jornal da Sociedade dos Amigos das Lettras*, Lisboa, Typ. de J. B. Morando, 1836.
- Jornal das Damas. Revista de Litteratura e de Modas*, Lisboa, Typ. Universaal, 1867-1869.

- Jornal das Senhoras*, Porto, Typ. do Jornal das Senhoras, 1877.
- Jornal de Coimbra*, Lisboa, Impressão Regia, 1812-1820.
- Jornal de Viagens e Aventuras de Terra e Mar*, Porto, Imp. de Ferreira de Brito & A. Monteiro, 1879-1880.
- Jornal do Porto*, Porto, 1871-1872.
- Jornal Encyclopedico de Lisboa*, Lisboa, Impressão Regia, 1820.
- Jornal Encyclopedico ou Diario Universal das Sciencias e Artes*, por Antonio Manoel Policarpo da Silva, Lisboa, Typ. Lacerdina, 1806.
- Jornal Mensal de Educação*, Lisboa, na Imprensa Nacional, 1835.
- Jornal para Todos. Leituras de Instrução e Recreio*, Lisboa, na Imprensa Industrial, 1859-1860.
- Journal des Débats*, Paris, 1800, 1805, 1810, 1815, 1820, 1825, 1830, 1836, 1837, 1840, 1842, 1845, 1850, 1851.
- O Lagarde Portuguez ou Gazeta para depois do jantar*, Lisboa, Impressão Regia, 1808.
- A Liberdade*, Coimbra, 1863, 1865, 1866.
- A Liberdade. Jornal Politico, Industrial, Agricola e Commercial*, Lisboa, 1861.
- Litteratura Occidental. Sciencias, Lettras e Artes*, Coimbra, Imprensa Academica, 1877.
- A Lucta*, Porto, 1877.
- Miscellanea Litteraria*, Porto, na Typ.de Antonio José da Silva Teixeira, 1860.
- O Mosaico*, Coimbra, Imprensa Academica, 1874-1875.
- Motim Litterario em forma de Soliloquios*, por José Agostinho de Macedo, Lisboa, na Impressão Regia, 1811.
- O Nacional*, Porto, 1846-1870.
- Nova Alvorada. Revista Mensal, Litteraria e Scientifica*, Vila Nova de Famalicão, 1895-1896.
- Novidades*, Lisboa, 1888-1889.
- Novidades Literarias, Filosoficas, Scientificas, Poeticas e Mercantis*, Lisboa, Officina Nunesiana, 1802.
- Observador Portuguez, Historico, e Politico de Lisboa*, Lisboa, Impressão Regia, 1809.
- O Occidente. Revista Illustrada de Portugal e do Estrangeiro*, Lisboa, Empreza do Occidente, 1878-1900.
- O Panorama Contemporaneo*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1883-1884.

O Panorama. Jornal Litterario e Instructivo da Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Uteis, Lisboa, Typ. da Sociedade, 1837-1858; 1866-1868.

Paquete Estrangeiro, Porto, Typ. de Viuva Alvarez Ribeiro e Filhos, 1826.

O Penafidelense, Penafiel, 1878-1882.

Periodico dos Pobres no Porto, Porto, Imprensa na Rua dos Lavadouros, 1834-1858.

O Phosphoro, Coimbra, Imprensa Litteraria, 1860.

O Pirata. Jornal Critico-Litterario, Porto, 1850-1851.

O Portuguez, Lisboa, 1890-1891.

O Portuguez, Diario Politico, Litterario, e Commercial, Lisboa, na Imprensa do Portuguez, 1826-1827.

La Presse, Paris, 1836, 1837, 1838, 1850, 1851, 1876.

O Primeiro de Janeiro, Porto, 1868-1900.

O Recreio das Salas. Publicação mensal, noticiosa, scientifica, historica, litteraria, biographica, bibliographica e recreativa, Ponta Delgada, 1888.

Recreio Litterario. Jornal para Todos, Coimbra, Imprensa Litteraria, 1870.

A Renascença, Porto, 1878.

O Reporter, Lisboa, 1888-1891.

Revista Academica. Jornal Literario e Scientifico, Coimbra, 1845-1853.

Revista Estrangeira., Coimbra, 1837-1838.

Revista Moderna, Lisboa, Imprensa de Libano da Silva, 1895-1897.

Revista Popular. Semanario de Litteratura e Industria, Lisboa, Imprensa Nacional, 1848-1855.

Revista Universal Lisbonense. Jornal dos interesses physicos, moraes e litterarios por uma Sociedade de Estudiosos, Lisboa, Imprensa Nacional, 1841-1853, 1857, 1859 (o seu título é *Revista Universal* até ao nº 24 de 1842).

A Revolução de Setembro, Lisboa, 1840-1892.

Ribaltas e Gambiarras. Revista Semanal, Lisboa, 1881.

O Romancista, Lisboa, Imprensa de C. A. da Silva Carvalho, 1839.

A Rosa offerecida ás Bellas, Lisboa, Imprensa de Vieira & Torres, 1840.

O Seculo XIX, Penafiel, 1864-1865.

A Semana. Jornal Litterario, Lisboa, Imprensa Nacional, 1850-1852.

O Seringador. Folhetim Critico, Noticioso e Recreativo, Lisboa, Typ. Lisbonense d'Aguiar Vianna, 1857.

Le Siècle, Paris, 1836, 1837, 1838, 1840, 1841, 1842, 1850.

Telegrapho Portuguez, Lisboa, Impressão Regia, 1812-1814.

A Tesoura. Folhetim Espreitador Critico e Fallador, Lisboa, Typ. Lisbonense de Aguiar Vianna, 1858.

O Toucador das Bellas, Lisboa, na Imprensa Lusitana, 1841.

A Vedeta da Liberdade, Porto, Imprensa de Coutinho, 1835-1840.

A Verdade. Semanario destinado ao povo, Porto, Imprensa da Livraria Nacional, 1871.

A Voz do Mondego. Jornal Recreativo, Religioso, Litterario e Noticioso, Coimbra, Imprensa do Paiz, 1870.

A Voz Feminina. Jornal Semanal, Scientifico, Litterario e Noticioso, Lisboa, Typ. Rua de S. Bento, 1868-1869.

2. Obras consultadas de autores oitocentistas

ALBANO, Agostinho - *Antes de Soprar á Luz. Historietas*, Porto, Typ. Lusitana, 1871.

ALMEIDA, Fialho d' - *Á Esquina (Jornal d'um Vagabundo)*, Coimbra, F. França Amado-Editor, 1903.

ALMEIDA, Fialho d' - *Pasquinadas (Jornal d'um Vagabundo)*, Porto, Livraria Civilização/Casa Editora de Costa Santos, Sobrinho & Diniz, s.d.

ALMEIDA, Fialho d' - *Vida Errante (Livro Postumo)*, Lisboa, Liv. Clássica Editora, de A. M. Teixeira & C^a (Filhos), 1925.

ALMEIDA, Fialho d' - *Vida Ironica (Jornal d'um vagabundo)*, Lisboa, Monteiro & C^a Editores, 1892.

BALZAC, Honoré de - *La Femme Auteur et autres Fragments Inédits*, 30e éd., Paris, Bernard Grasset, Éditeur, 1950.

BALZAC, Honoré de - *Illusions Perdues. La Comédie Humaine*, vol. III, Paris, Éditions du Seuil, 1995.

BALZAC, Honoré de - *La Muse du Département. La Comédie Humaine*, vol. III, Paris, Éditions du Seuil, 1995.

BALZAC, Honoré de - *Oeuvres Diverses*, t. II, Paris, Éditions Gallimard, coll. "Bibliothèque de la Pléiade", 1996.

BALZAC, Honoré de - *Vautrin*, textos choisis par Jean-Louis Bory et précédé d'un essai Balzac et les Ténèbres, La Jeune Parque, coll. "Le Cheval parlant", 1947.

BAUDELAIRE - *Les Fleurs du Mal*, Paris, Gallimard, 1972.

BELDEMONIO (Eduardo de Barros Lobo) - *Do Chiado a S. Bento. Apontamentos de Jornada de um Lisboaeta atravez de Lisboa*, Porto, Liv. Portuense de Lopes & C^a, 1890.

BELDEMONIO (Eduardo de Barros Lobo) - *Viagens no Chiado. Apontamentos de Jornada de um Lisboaeta atravez de Lisboa*, Porto, Barros e Filha, Editores, 1887.

BELDEMONIO (Eduardo de Barros Lobo) - *A Volta do Chiado*, Lisboa, Parceria Ant. Maria Pereira, Livraria Editora, 1902.

BENALCANFOR, Visconde de - *De Lisboa ao Cairo. Scenas de Viagem*, Porto-Braga, Liv. Internacional de Ernesto e Eugenio Chardron, 1876.

BENALCANFOR, Visconde de - *Duas Palavras sobre a Hespanha*, Lisboa, Lallement Frères, 1869.

BENALCANFOR, Visconde de - *Impressões de Viagem: Cadiz, Gibraltar, Pariz e Londres*, Porto, em Casa da Viuva Moré, 1869.

BENALCANFOR, Visconde de - *Leituras do Verão*, Rio de Janeiro, Liv. Contemporanea de Faro & Lino-Editora, 1883.

BENALCANFOR, Visconde de - *Na Italia. Scenas de Viagem*, Porto, Livraria Internacional, 1876.

BENALCANFOR, Visconde de - *Phantasias e Escriptores Contemporaneos*, Liv. Internacional de Ernesto e Eugenio Chardron, 1874.

BENALCANFOR, Visconde de - *Realidades e Phantasias*, Porto, Liv. Portuense de Clavel & C^a-Editores, 1881.

CAÏEL - *La Femme et la Paix. Appel aux mères portugaises*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1898.

CARVALHO, Maria Amalia Vaz de - *Alguns Homens do Meu Tempo. Impressões Litterarias*, Lisboa, Tavares Cardoso & C^a, 1889.

CARVALHO, Maria Amalia Vaz de - *Ao Correr do Tempo*, Lisboa, Parceria Antonio Maria Pereira, 1906.

CARVALHO, Maria Amalia Vaz de - *Cerebros e Corações*, Lisboa, Parceria Antonio Maria Pereira, 1903.

CARVALHO, Maria Amalia Vaz de - *Chronicas de Valentina*, Lisboa, Tavares Cardoso & C^a, s.d.

CARVALHO, Maria Amalia Vaz de - *Em Portugal e no Estrangeiro*, Lisboa, Parceria Antonio Maria Pereira-Livraria Editora, 1899.

CARVALHO, Maria Amalia Vaz de - *Figuras de Hoje e de Hontem*, Lisboa, Parceria Antonio Maria Pereira, 1902.

CARVALHO, Maria Amalia Vaz de - *Serões do Campo*, Lisboa, Livraria Editora de Mattos Moreira & C.^a, 1877.

CARVALHO, Maria Amalia Vaz de - *Uma Primavera de Mulher*, Lisboa, Typ. Franco-Portuguesa, 1867.

CARVALHO, Maria Amalia Vaz de - *Vozes do Ermo*, Lisboa, Livraria Editora de Mattos Moreira & C.^a, 1876.

CASTELO BRANCO, Camilo - *Annos de Prosa*, Porto, Editor, Antonio José da Silva Teixeira, 1863.

CASTELO BRANCO, Camilo - *Artigos. Biografias. Miscelâneas. Obras Completas de Camilo Castelo Branco*, vol. XIII, Porto, Lello & Irmão-Editores, 1991. **CASTELO BRANCO**, Camilo - *Cancioneiro Alegre de Poetas Portuguezes e Brasileiros*, 2 vols., Porto, Liv. Chardron, de Lello & Irmão, Lda Editores, 1927.

CASTELO BRANCO, Camilo - *Cousas Leves e Pesadas*, 2^a ed., Porto, em Casa de Luiz José d'Oliveira-Editor, 1867.

CASTELO BRANCO, Camilo - *Crónicas. Obras Completas de Camilo Castelo Branco*, vol. XII, Porto, Lello & Irmão-Editores, 1990.

CASTELO BRANCO, Camilo - *Delictos da Mocidade*, Porto, Liv. Civilização Casa Editora de Costa Santos, Sobrinho & Diniz, 1889.

CASTELO BRANCO, Camilo - *Dispersos de Camilo*, 3 vols., comp. e notas, Júlio Dinis da Costa, Coimbra, Imprensa da Universidade, col. "Biblioteca de Escritores Portugueses", 1924-1926.

CASTELO BRANCO, Camilo - *Folhetins publicados n'Aurora do Lima, 1856 a 1859*, Viana do Castelo, Tip. Comercial, 1911.

CASTELO BRANCO, Camilo - *Onde está a Felicidade. Obras Completas*, vol. II, Porto, Lello & Irmão-Editores, 1983.

CASTELO BRANCO, Camilo - *Scenas da Foz*, Lisboa, Parceria António Maria Pereira, 1920.

CHAGAS, Manuel Pinheiro - *Madrid*, Lisboa, C. S. Afra & Comp.^a, 1872.

CHAGAS, Manuel Pinheiro - *Ministros, Padres e Reis*, Lisboa, Editores-C. S. Afra & C.^a, s.d.

CHAGAS, Manuel Pinheiro - *Scenas e Phantasias Portuguezas*, Lisboa, Liv. de Campos Junior-Editor, s.d.

CHAGAS, Manuel Pinheiro - *Vermelhos, Brancos e Azues*, Lisboa, Editores-C. S. Afra & C^a, s.d.

COELHO, Latino - *Typos Nacionaes*, 2^a ed., Lisboa, Editôres Santos & Vieira. Empresa Literaria Fluminense, MCMXIX.

CORDEIRO, Luciano - *França, Baviera, Austria e Italia*, Lisboa, Imprensa de J. G. de Sousa Neves, 1875.

CORDEIRO, Luciano - *Viagens. Hespanha e França*, Lisboa, Imprensa de J. G. de Sousa Neves, 1874.

DINIS, Júlio - *Obras de Júlio Dinis*, 2 vols., Porto, Lello & Irmão-Editores, s.d.

DUMAS, Alexandre - *Causeries Familières*, présentées et annotées par Claude Schopp, Librairie Arthème Fayard, 1997.

DUMAS, Alexandre – *De Paris à Cadix. Impressions de Voyage*, Paris, Somogy, 2001.

GARRETT, Almeida – *Viagens na Minha Terra*, Porto, Porto Editora, 1974.

GAUTIER, Théophile - *Émaux et Camées*, Paris, G. Charpentier, Éditeur, 1881.

GAUTIER, Théophile - *Mademoiselle de Maupin*, Paris, Gallimard, 1996.

GAUTIER, Théophile - *Voyage en Espagne*, Paris, Flammarion, 1998.

GAYO, Silva - *Um Anno de Chronica*, Lisboa, Liv. Bertrand-Editora, 1889.

GIRARDIN, Delphine de - *Chroniques Parisiennes. 1836-1848*, éd. de Jean-Louis Vissière, Paris, Des Femmes, 1986.

GOODOLPHIM, Costa - *Visita a Madrid*, Lisboa, Typ. Universal, 1871.

HERCULANO, Alexandre – *O Bobo. As Melhores Obras de Alexandre Herculano*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1986.

LIMA, Magalhães - *Costumes Madrilenos. Notas de um Viajante*, 2^a ed., Coimbra, Liv. Central de José Diogo Pires-Editor, 1877.

MACHADO, Júlio César - *Aquele Tempo*, Lisboa, Perspectivas & Realidades, 1989.

MACHADO, Julio Cesar - *Contos a Vapor*, Lisboa, Liv. de M. A. Campos Junior, 1863.

MACHADO, Julio Cesar - *Contos ao Luar*, Lisboa, Editor-J. M. Seabra, 1861.

MACHADO, Julio Cesar - *Da Loucura e das Manias em Portugal*, 2^a ed., Lisboa, Liv. de A. M. Pereira-Editor, 1872.

- MACHADO**, Julio Cesar - *Do Chiado a Veneza*, Lisboa, Liv. de A. M. Pereira, 1867.
- MACHADO**, Julio Cesar - *Em Hespanha. Scenas de Viagem*, Lisboa, Liv. de A. M. Pereira, 1865.
- MACHADO**, Julio Cesar - *Historias para Gente Moça*, Lisboa, Editor-José Maria Correa Seabra, 1863.
- MACHADO**, Julio Cesar - *Á Lareira*, Lisboa, Liv. de Campos Junior-Editor, 1872.
- MACHADO**, Julio Cesar - *Lisboa na Rua*, desenhos de Manoel Macedo, Lisboa, Empreza das Horas Romanticas, 1874.
- MACHADO**, Julio Cesar - *Manhãs e Noites*, Lisboa, Liv. Moderna-Editora, 1873.
- MACHADO**, Julio Cesar - *Passeios e Phantasias*, Lisboa, Editor-José Maria Correa Seabra, 1862.
- MACHADO**, Julio Cesar - *Quadros do Campo e da Cidade*, Lisboa, Liv. de M. A. Campos Junior, 1868.
- MACHADO**, Julio Cesar – *Recordações de Paris e Londres*, Lisboa, Editor-José Maria Correia Seabra, 1863.
- MACHADO**, Julio Cesar - *Scenas da Minha Terra*, Lisboa, Editor-José Maria Correa Seabra, 1862.
- MACHADO**, Julio Cesar - *Trechos de Folhetim*, Lisboa, Liv. de Campos Junior-Editor, 1870.
- MAGALHÃES**, Luiz de - *Notas e Impressões. Artes e Lettras. – Politica e Costumes*, Porto, Liv. Portuense de Lopes & C^a Editores, 1890.
- MENDONÇA**, A. P. Lopes de - *Já é Tarde*, Lisboa, Typ da Rua da Bica do Duarte Bello, 1849.
- MENDONÇA**, A. P. Lopes de - *Memórias de um Doido*, estudo e notas de José-Augusto França, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1982.
- MENDONÇA**, A. P. Lopes de - *Recordações de Italia*, Lisboa, Typ. da Revista Popular, 1852.
- MENDONÇA**, A. P. Lopes de – *Scenas da Vida Contemporanea*, Lisboa, na Typ. de José Baptista Morando, 1843.
- MENDONÇA**, A. P. Lopes de – *Scenas e Phantasias de Nossos Tempos*, Lisboa, Liv. de A. M. Pereira, 1860.
- MODERNO**, Alice – *Aspirações. Primeiros Versos*, Ponta Delgada, Typ. Popular, 1886.

NOVAES, Faustino Xavier de - *Novas Poesias*, Porto, na Typ. de Sebastião José Pereira, 1858.

NOVAES, Faustino Xavier de - *Poesias*, Porto, na Typ. de Sebastião José Pereira, 1855.

NOVAES, Faustino Xavier de - *A Vespa do Parnaso*, Porto, Typ de J. A. de Freitas Junior, 1854.

ORTIGÃO, Ramalho - *Correio de Hoje (1870-1871)*, Lisboa, Liv. Clássica Editora A. M. Teixeira & C^a (Filhos), 1868.

ORTIGÃO, Ramalho - *Crónicas Portuenses (1859-1866)*, Lisboa, Liv. Clássica Editora A. M. Teixeira & C^a (Filhos), 1944.

ORTIGÃO, Ramalho - *Em Paris*, Porto, Typ. Lusitana, 1868.

ORTIGÃO, Ramalho - *As Farpas*, 15 vols., Lisboa, Clássica Editora, 1986-1993.

ORTIGÃO, Ramalho - *Figuras e Questões Literárias*, 2 vols., Lisboa, Livraria Clássica Editora, 1945.

ORTIGÃO, Ramalho - *Folhas Soltas (1865-1915)*, Lisboa, Liv. Clássica Editora A. M. Teixeira & C^a (Filhos), 1956.

ORTIGÃO, Ramalho - *A Hollanda*, 4^a ed., Lisboa, Parceria Antonio Maria Pereira, 1910.

ORTIGÃO, Ramalho - *Primeiras Prosas (1859-1867)*, Lisboa, Liv. Clássica Editora A. M. Teixeira & C^a (Filhos), 1844.

PALMEIRIM, Luís Augusto - *Galeria de Figuras Portuguesas*, Lisboa, Perspectivas & Realidades, 1989.

PALMEIRIM, Luiz Augusto - *Os Excentricos do meu Tempo*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1891.

PIMENTEL, Alberto - *Chronicas de Viagem*, Porto, Typ. e Lyt. a vapor de Eduardo da Motta Ribeiro, 1888.

PIMENTEL, Alberto - *Entre o Caffé e o Cognac*, Porto, Imp. Portuguesa, 1873.

PIMENTEL, Alberto - *Esboços e Episodios*, Lisboa, Typ. da Casa Real, 1891.

PIMENTEL, Alberto - *Homens e Datas*, Porto, Lello & Irmão-Editores, s. d.

PIMENTEL, Alberto - *Manhãs de Cascaes*, Lisboa, Livraria Ferin, 1893.

PIMENTEL, Alberto - *Nervosos, lymphaticos e Sanguineos*, Porto, Typ. de Ant. José da Silva Teixeira, 1872.

PIMENTEL, Alberto - *Viagem á Roda das Viagens*, Lisboa, Guimarães, 1891.

PINA, Mariano - *Portugal e Brazil*, Lisboa, Antiga Casa Bertrand-José Bastos, 1896.

PINTO, Antonio da Silva - *Critério de João Braz*, Lisboa, Empreza Litteraria Lisbonense Libanio & Cunha-Editores, 1899.

PINTO, Antonio da Silva - *Moral de João Braz*, Lisboa, Parceria Ant. Maria Pereira Livraria Editora, 1901.

PINTO, Antonio da Silva - *Philosophia de João Braz*, Lisboa, Liv. de Ant. Maria Pereira Editor, 1895.

PLACIDO, Ana - *Luz Coada por Ferros*, Lisboa, Liv. de A. M. Pereira, 1863.

PUSICH, Antonia Gertrudes - *Galeria das Senhoras na Camara dos Senhores Deputados ou as Minhas Observações*, Lisboa, Typ. de Borges, 1848.

QUEIRÓS, Eça de - *A Ilustre Casa de Ramires*, ed. Elena Losada Soler, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1999.

QUEIRÓS, Eça de - *Textos de Imprensa. VI (da Revista de Portugal)*, edição de M^a Helena Santana, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1995.

QUEIROZ, Eça de - *A Capital*, Lisboa, Livros do Brasil, s.d.

QUEIROZ, Eça de - *Cartas de Inglaterra*, Porto, Liv. Chardron de Lello & Irmão Editores, 1905.

QUEIROZ, Eça de - *Cartas Familiares e Bilhetes de Pariz*, Porto, Liv. Chardron de Lello & Irmão, Editores, 1907.

QUEIROZ, Eça de - *A Correspondência de Fradique Mendes*, Lisboa, Edições Livros do Brasil, s. d.

QUEIROZ, Eça de - *Crónicas de Londres*, Lisboa, Editorial Aviz, 1944.

QUEIROZ, Eça de - *Echos de Pariz*, Porto, Liv. Chardron de Lello & Irmão Editores, 1905.

QUEIROZ, Eça de - *O Egipto. Notas de Viagem*, Lisboa, Edição Livros do Brasil, s.d.

QUEIROZ, Eça de - *Os Maias. Episódios da Vida Romântica*, Lisboa, Edição Livros do Brasil, s.d.

QUEIROZ, Eça de - *O Mandarim*, Lisboa, Edições Livros do Brasil, s. d.

QUEIROZ, Eça de - *O Mistério da Estrada de Sintra*, Lisboa, Edições Livros do Brasil, s. d.

QUEIROZ, Eça de - *Páginas de Jornalismo. "O Distrito de Évora" (1867)*, 2 vols., org. Aníbal Pinto de Castro, Porto, Lello & Irmão-Editores, 1981.

QUEIROZ, Eça de - *Prosas Bárbaras*, int. Jaime Batalha Reis, Porto, Lello & Irmão-Editores, s.d.

QUEIROZ, Eça de - *A Relíquia*, Lisboa, Edições Livros do Brasil, s. d.

QUEIROZ, Eça de - *Últimas Páginas*, Porto, Liv. Chardron de Lello & Irmão Editores, 1912.

QUEIROZ, Eça de - *Uma Campanha Alegre*, Lisboa, Companhia Nacional Editora, 1890.

RIBEIRO, Thomaz - *Jornadas. Do Tejo ao Mandovy*, Coimbra, Liv. Central de José Diogo Pires-Editor, 1873.

RIBEIRO, Thomaz - *Jornadas. Entre Palmeiras(De Pagim a Salsete e Pondá)*, Coimbra, Liv. Central de José Digo Pires-Editor, 1874.

ROUSSADO, Barão de - *Folhetins Humorísticos*, Lisboa, Editor Caetano Simões Afra, 1892.

ROUSSADO, Barão de - *Coisas Alegres*, Lisboa, Typ. Universal, MDCCCLXV.

SÁ, Anna Maria Ribeiro de - *Mathilde*, Lisboa, Lucas & Filhos-Editores, 1874.

SOUSA, Maria Peregrina de - *Henriqueta*, Porto, Editor Antonio Leite Cardozo Pereira de Mello, 1876.

SOUSA, Maria Peregrina de - *Maria Isabel*, Porto, Typ. de José Pereira da Silva, 1866.

TORREZÃO, Guiomar - *As Batalhas da Vida*, Lisboa, Livraria de Antonio Maria Pereira, 1892.

TORREZÃO, Guiomar - *A Família Albergaria*, Lisboa, Livraria Moderna, 1903.

TORREZÃO, Guiomar - *A Grande Velocidade (Notas de Gare)*, Porto, Liv. Portuense, 1898.

TORREZÃO, Guiomar - *Meteoros*, Lisboa, Typ. Christovão A. Rodrigues, 1875.

TORREZÃO, Guiomar - *Paris (Impressões de Viagem)*, Porto, Livraria Civilização de Eduardo da Costa Santos-Editor, 1888.

TORREZÃO, Guiomar - *No Theatro e na Sala*, Lisboa, David Corazzi-Editor. Empreza das Horas Romanticas, 1881.

TORREZÃO, Guiomar - *Rosas Pallidas*, Porto, Livraria Portuense-Editora, 1877.

VASCONCELLOS, Ant. Augusto Teixeira de - *Cartas de Paris*, 2 vols., Porto, Typ a Vapor da Empreza Guedes, 1908.

VASCONCELLOS, Ant. Augusto Teixeira de - *Viagens na Terra Alheia. De Paris a Madrid*, Lisboa, Editor F. Gonçalves Lopes, Typ. do Futuro, 1863.

VERDE, Cesário - *Obras Completas*, org. Joel Serrão, Lisboa, Livros Horizonte, 1988.

VIDAL, Eduardo Augusto - *Cantos do Estio*, Lisboa Typ. Lisbonense, 1868.

VIDAL, Eduardo Augusto - *Harmonias da Madrugada*, Lisboa, Typ. Industrial, 1859.

VIVA, José Gonçalves da Cruz - *Varietades e Devaneios. Abdiel, o Algarvio*, Lisboa, Typ. Universal, 1876-1877.

3. Bibliografia contextual e de contextualização teórica

ACOSTA GÓMEZ, Luis A. - *El Lector y la Obra. Teoría de la Recepción Literaria*, Madrid, Editorial Gredos, col. Biblioteca Románica Hispánica, 1989.

ACT 3. Narrativas da Modernidade: a construção do outro, org. Helena Carvalhão Buescu e João Ferreira Duarte, Lisboa, Edições Colibri/Centro de Estudos Comparatistas, 2001.

ADLER, Laure - *À l'Aube du Féminisme: les premières journalistes (1830-1850)*, Paris, Payot, 1979.

Afecto às Letras. Homenagem da Literatura Portuguesa Contemporânea a Jacinto do Prado Coelho, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1984.

ALBERT, Pierre - "La Presse Française", *Notes et Études Documentaires*, nº4469, 29 mai, La Documentation Française, 1978.

ALLARD, Yvon - *Paralittératures*, Montréal, La Centrale des Bibliothèques, coll. Sélections Documentaires, 2, 1979.

ALMEIDA, Fialho de - *Figuras de Destaque*, 2ª ed. rev., Lisboa, Clássica Editora, 1969.

ALMEIDA, Fialho de - *Os Gatos*, Lisboa, Liv. Clássica Editora, 1911.

ALMEIDA, Mª Manuela Carvalho de - *A Literatura entre o Sacerdócio e o Mercado. Estudo comparatista de Illusions Perdues de Balzac e A Eminente Actriz de Fialho de Almeida*, Braga, Angelus Novus Editora, 1996.

ALVES, José Edil de Lima - *A Paródia em Novelas-folhetins Camilianas*, Lisboa, Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, Biblioteca Breve, 1990.

ALVIM, Mª Helena Vilas-Boas e - *Da educação da mulher no Portugal oitocentista. Notas de um estudo*, Porto, Sep. Revista de Ciências Históricas da Universidade Portucalense, vol. V, 1990.

ALVIM, Mª Helena Vilas-Boas e - *A Moda e a Beleza Feminina no Portugal da 1ª República: "Conselhos e Alvitres (Modas & Bordados, 14 de Fevereiro de 1912 a 29*

de Dezembro de 1926), Porto, Dissertação de Mest. em História Contemporânea de Portugal, 1997.

Análise Social, vol. XXII, 92-93, 1986 (nº especial: Mulheres em Portugal. Comunicações ao Colóquio organizado pelo Instituto de Ciências Sociais, Fev. 1985).

Análise Social, vol. XXVII, 116-117, 1992.

ANDREAS-SALOMÉ, Lou - *Eros*, trad. Manuel Alberto, Lisboa, Relógio d'Água, col. "Antropos", s.d.

ANGENOT, Marc - *Le Cru et le Faisandé. Sexe, discours social et littérature à la Belle Époque*, Bruxelles, Éditions Labor, coll. "Archives du Futur", 1986.

ANGENOT, Marc - *Le Roman Populaire. Recherches en Paralittérature*, Montréal, Presses de l'Université du Québec, 1975.

ANGENOT, Marc *et alii* - *Théorie Littéraire. Problèmes et Perspectives*, Paris, PUF, 1989.

ANSART, Pierre - *Sociologia Francesa Contemporânea*, Oeiras, Celta Editora, 2002.

Anthologie du Roman Populaire, org. Michel Nathan, Paris, Union Générale d'Éditions, 1985.

ANTOINE, Philippe - *Les Récits de Voyage de Chateaubriand. Contribution à l'étude d'un genre*, Paris, Honoré Champion Éditeur, 1997.

ANTUNES, Manuel - *Legómena. Textos de Teoria e Crítica Literária*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, col. "Temas Portugueses", 1980.

ARANHA, Brito - *Mouvement de la Presse Périodique en Portugal de 1894 à 1899*, Lisbonne, Imprimerie Nationale, 1900.

ARAÚJO, Silva - *Vamos Falar de Jornalismo*, 2ª ed., Lisboa, Direcção Geral da Comunicação Social, 1990.

ATKINSON, Nora - *Eugène Sue et le Roman-feuilleton*, (thèse de doctorat présentée à la Fac. des Lettres de Paris), Paris, Librairie Ancienne et Moderne A. Nizet & M. Bastard, 1929.

AUBAUD, Camille - *Lire les Femmes de Lettres*, Paris, Dunod, 1993.

AVENEL, Henri - *Histoire de la Presse Française depuis 1789 jusqu'à nos jours*, Paris, Ernest Flammarion, Éditeur, 1900.

AZEVEDO, Clara e Lúcia Vasconcelos - *Termas Portuguesas*, Lisboa, Edições Inapa, 1995.

BALZAC, Honoré de - *Les Journalistes*, Paris, Arléa, 1991.

- BARILLAUD, M.-C. et alii** - *Le Fait Divers. Aspects Théoriques, Pédagogiques, Documentaires*, BELC, 1986.
- BARREIRA, Cecília** - *História das Nossas Avós (Retrato da burguesa em Lisboa 1890-1930)*, Lisboa, Colibri, col. "Sociedade & Quotidiano", 1992.
- BARRENTO, João** - "A literatura comparada e a problemática da tradução", *Dedalus*, Lisboa, APLC, nº 1, 1989, pp. 55-71.
- BARRETO, Costa** - "O Porto e a sua vida literária e artística entre 1854 e 1904", *Estrada Larga*. Antologia dos números especiais, relativos a um lustro, do supl. "Cultura e Arte" de *O Comércio do Porto*, vol. I, Porto, Porto Editora, 1958.
- BARROS, Teresa Leitão de** - *Escritoras de Portugal. Génio Feminino revelado na Literatura Portuguesa*, 2 vols., Lisboa, 1924.
- BARTHES, Roland** - *Le Degré Zéro de l'écriture*, Paris, Éditions du Seuil, 1953.
- BARTHES, Roland** - *L'Empire des Signes*, Paris, Flammarion, 1970.
- BARTHES, Roland** - *Essais Critiques*, Paris, Éditions du Seuil, coll. "Points", 1964.
- BASSNETT, Susan** - *Comparative Literature. A Critical Introduction*, Oxford, Blackwell, 1993.
- BASSNETT, Susan** - "Taking the cultural turn in translation studies", *Dedalus. Revista de Literatura Comparada*, Lisboa, APLC-Edições Cosmos, nº 3/4, 1993-1994, pp. 171-179.
- BASTIDE, Roger** - "Sociologie et Littérature Comparée", *Cahiers Internationaux de Sociologie*, PUF., vol. XVII, nouvelle série, 1ère année, 1954, pp. 93-100.
- BASTO, A. de Magalhães** - *Camilo Folhetinista*, sep. de *A Aurora do Lima*, Viana do Castelo, Tip. A Aurora do Lima, 1947.
- BASTO, A. de Magalhães** - *Figuras Literárias do Porto*, Porto, Liv. Simões Lopes, 1947.
- BASTO, A. de Magalhães** - *O Porto do Romantismo*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1932.
- BASTO, A. de Magalhães** - *Três Fases do Jornalismo Portuense*, Sep. do *Boletim Cultural da Câmara Municipal do Porto*, vol. II, fasc. III, Set., 1939.
- BEAUVOIR, Simone de** - *Le Deuxième Sexe*, 2 vols., Paris, Éditions Gallimard, coll. "Folio", 1976.
- BELLET, Roger** - *La Femme au XIXe Siècle. Littérature et Idéologie*, Lyon, Presses Universitaires de Lyon, 1978.
- BÉNICHOU, Paul** - *L'École du Désenchantement*, Paris, Gallimard, 1992.

- BÉNICHOU**, Paul - *Les Mages Romantiques*, Paris, Gallimard, 1988.
- BÉNICHOU**, Paul - *Le Sacre de l'Écrivain. 1750-1830*, Paris, Librairie José Corti, 1973.
- BÉNICHOU**, Paul - *Le Temps des Prophètes. Doctrines de l'Âge Romantique*, Paris, Gallimard, 1977.
- BERTY**, Valérie - *Littérature et Voyage au XIXe Siècle. Un essai de typologie narrative des récits de voyage français en Orient au XIXe Siècle*, Paris, L'Harmattan, coll. "Langue et Parole", 2001.
- BESSA**, Alberto - *O Jornalismo. Esboço Histórico da sua Origem e Desenvolvimento até aos nossos dias*, Lisboa, Liv. Editora Viúva Tavares Cardoso, 1904.
- BESSIÈRE**, Jean *et alii* - *Histoire des Poétiques*, Paris, PUF, coll. "Fondamental", 1997.
- Bibliotheca Portucalensis*, Porto, Biblioteca Pública Municipal do Porto, II série, nº13-14, 1998-1999 (número comemorativo do bicentenário do nascimento de Almeida Garrett).
- BIESTER**, Ernesto. *Uma Viagem pela Litteratura Contemporanea*, Lisboa, Typ. do Panorama, 1856.
- BOLLÈME**, Geneviève - *La Bibliothèque Bleue. Littérature Populaire en France du XVII au XIXe Siècle*, Paris, Julliard, 1971.
- BONVOISIN**, Samra-Martine et Michèle Maignien - *La Presse Féminine*, 2ème éd. mise à jour, Paris, PUF, Coll. "Que sais-je?", 1996.
- BOTREL**, Jean-François - *Libros, prensa y lectura en la España del siglo XIX*, Madrid, Fundación Germán Sánchez Ruipérez, col. "Biblioteca del Libro", 1993.
- BOULENGER**, M. l'Abbé Fernand - *La Critique Littéraire en France au XIXe Siècle*, Arras-Paris, Sueur-Charruet Imprimeur-Libraire-Éditeur, 1901.
- BOURDIEU**, Pierre - *Choses Dites*, Paris, Les Éditions de Minuit, 1987.
- BOURDIEU**, Pierre - *Les Règles de l'Art. Génèse et Structure du Champ Littéraire*, Paris, Éditions du Seuil, 1992.
- BOYER**, Alain-Michel - *La Paralittérature*, Paris, PUF, coll. "Que sais-je?", 1992.
- BOYER**, Alain-Michel - "Questions de Paralittérature. La paralittérature face à la tradition orale et à l'ancienne rhétorique", *Poétique*, 98, Paris, Seuil, avril, 1994, pp. 131-151.
- BRAGA**, Maria Ondina - *Mulheres Escritoras. Da Biografia no Texto ao Texto da Biografia*, Amadora, Liv. Bertrand, 1988.

BRAGA, Teófilo - *História da Literatura Portuguesa*, 4 vols., Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1984.

BRAGA, Teophilo - *Historia do Romantismo em Portugal*, Lisboa, Nova Livraria Internacional, 1880.

BRAGA, Teophilo - *As Modernas Ideias da Literatura Portuguesa*, Porto, Ernesto Chardron, 1892.

BRANCO, Manuel Bernardes - *Portugal e os Estrangeiros*, Lisboa, Liv. Ant. M. Pereira, 1879.

BRETON, Jacques - *Petite Bibliographie Paralittéraire. Les Genres Mineurs: le roman-photo, le roman sentimental, le roman d'aventure, les bandes dessinées en fascicules 'pour adultes'*, Bibliothèque Publique de Massy, 1983.

BRITO, António Ferreira de - *La Génération des Écrivains Portugais de 1870 et la Matrice Culturelle Française*, Poitiers, publ. de la Faculté des Lettres et des Langues de l'Université de Poitiers, 1984.

BRITO, António Ferreira de - *Germano Meireles, da Geração Coimbrã à Geração de 70*, Porto, Associação dos Jornalistas e Homens de Letras, col. "Texto e Contexto", nº 5, 1983.

BRITO, António Ferreira de - *A Imprensa do Norte e suas Relações com a França (1864-1876)*, Porto, 1982.

BRITO, António Ferreira de - *Joaquim de Araújo e a Expansão Europeia da Cultura Portuguesa*, Porto, Instituto de Estudos Franceses da Universidade do Porto, 2000.

BRITO, António Ferreira de - *A Renascença e a Escola do Porto*, Penafiel, Sep. do Boletim Municipal de Cultura, 1982.

BRITO, António Ferreira de - *Voltaire na Cultura Portuguesa: os tempos e os modos*, Porto, Núcleo de Estudos Franceses da Universidade do Porto, 1991.

BRITO, M^a Manuela Araújo *et alii* - "Um jornal feminista no Portugal de 1868", *História*, nº 92, Junho, 1986, pp. 48-59.

BROCHON, Pierre - "La Littérature Populaire et son Public", *Communications*, Paris, nº 1, Seuil, 1962, pp.70-80.

- BRUNO** - *O Porto Culto*, t. I, Porto, Magalhães & Moniz, Lda-Editores, 1912.
- BRUNO** - *Portuenses Ilustres*, 2 vols., Porto, Liv. Magalhães & Moniz, Editora, 1907.
- BRUNO**, Sampaio - *A Geração Nova*, Porto, Magalhães & Moniz, Editores, 1886.
- BRUNO**, Sampaio - *Os Modernos Publicistas Portugueses*, Porto, Livraria Chardron, 1906.
- BRUNO**, Sampaio - *Notas do Exílio. 1891-183*, Porto, Livraria Internacional de Ernesto Chardron, 1893.
- BUSCH**, Carl - *Da Critica Teatral em Portugal*, Lisboa, Typ. Luso-Britannica, 1870.
- BUESCU**, Helena Carvalhão - *Chiaroscuro. Modernidade e Literatura*, Porto, Campo das Letras, 2001.
- BUESCU**, Helena Carvalhão - *Em Busca do Autor Perdido*, Lisboa, Edições Cosmos, 1998.
- BUESCU**, Helena Carvalhão - *Grande Angular. Comparatismo e Práticas de Comparação*, Lisboa, Fund. Calouste Gulbenkian/FCT, col. "Textos Universitários de Ciências Sociais e Humanas", 2001.
- CABANIS**, André - *La Presse sous le Consulat et l'Empire (1799-1814)*, Paris, Société des Études Robepierristes, 1975.
- CABRAL**, Fernanda Damas - *Ana Plácido. A autobiografia como processo genealógico de escrita (narrativa)*, Lisboa, Editorial Caminho, 1991.
- Les Cahiers des Paralittératures. Actes du Premier Colloque des Paralittératures de Chaudfontaine 1987*, textes réunis par Jean-Marie Graitson, Liège, Édition C. L.P.C.F., 1989.
- Camões. Revista de Letras e Culturas Lusófonas*, Lisboa, Instituto Camões, Janeiro-Março, 1999 (nº especial sobre Almeida Garrett)..
- CANAVAGGIO**, Pierre - "Les trois avatars du roman populaire: le feuilleton, le policier, le best seller", *Galerie Jardin des Arts*, Paris, nº 171, juillet-aôut, Maury-Imp., 1977, pp. 82-88.
- CANDIDO**, Antonio - *Literatura e Sociedade. Estudos de Teoria e História Literária*, São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1965.
- CANDIDO**, Antonio - *Para Gostar de Ler*, vol. V, São Paulo, Editora Ática, 1980.
- CARNEIRO**, M^a do Nascimento Oliveira - *O Fantástico nos Contos de Álvaro do Carvalho*, Lisboa, Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1992.

CARNEIRO, M^a do Nascimento Oliveira - “Heranças da Revolução Francesa: O Eco dos Operários”, *A Recepção da Revolução Francesa em Portugal e no Brasil. Actas do Colóquio, 2-9 Nov., 1989*, t. I, Porto, Universidade do Porto, 1992, pp. 63-73.

CARVALHAL, Tania Franco - *Literatura Comparada*, São Paulo, Editora Ática, 1986.

CASEY, James - *História da Família*, trad. Telma Costa, Lisboa, Círculo de Leitores, 1996.

CASTELO BRANCO, Camilo - *Esboços de Apreciações Literárias*, Lisboa, Parceria A. M. Pereira, Lda, 1969.

CASTRO, Aníbal Pinto de - *Balzac em Portugal (contribuição para o estudo da influência de Balzac em Portugal e no Brasil)*, Coimbra, 1960.

CAZALS, Henri – « Permanence du roman-feuilleton », *L'Éducation Nationale. Revue Hebdomadaire d'Information Pédagogique*, 22e année, n° 804, 10 nov., 1966, pp. 22-24.

CERTEAU, Michel de - *La Culture au Pluriel*, Paris, Éditions du Seuil, coll. “Points”, 1993.

CHAGAS, M. Pinheiro - *Ensaio Crítico*, em Casa da Viuva Moré-Editora, 1866.

CHAGAS, M. Pinheiro - *Novos Ensaio Crítico*, em Casa da Viuva Moré-Editora, 1867.

CHAMPFLEURY - *De la Littérature Populaire en France. Recherches sur les Origines et les Variations de la Légende du Bonhomme Misère*, Paris, Poulet-Malassis et de Broise, Éditeurs, 1861.

Le Champ Littéraire, org. P. Citti et M. Détrie, Paris, Librairie Philosophique J. Vrin, coll. “L'Oiseau de Minerve”, 1992.

CHARLE, Christophe - *Les Intellectuels en Europe au XIXe Siècle. Essai d'Histoire Comparée*, Paris, Éditions du Seuil, coll. “L'Univers Historique”, 1996.

CHARLE, Christophe - *Naissance des 'Intellectuels'*, Paris, Éditions de Minuit, 1990.

CHARTIER, Roger - *A História Cultural entre Práticas e Representações*, trad. M^a Manuela Galhardo, Lisboa, Difel, col. “Memória e Sociedade”, 1988.

Chateaubriand Mémorialiste. Colloque du Cent Cinquantenaire (1848-1998), org. Jean-Claude Berchet et Philippe Berthier, Genève, Librairie Droz, 2000.

CHAVES, Castelo Branco - *A Emigração Francesa em Portugal durante a Revolução*, Lisboa, Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1984.

CHAVES, Castelo Branco - *Os Livros de Viagens em Portugal no Século XVIII e a sua Projecção Europeia*, 2ª ed., Lisboa, Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1987.

CHAVES, Castelo Branco - *Memorialistas Portugueses*, Lisboa, Instituto de Cultura Portuguesa, 1978.

CHAVES, Castelo Branco - *O Romance Histórico no Romantismo Português*, Lisboa, Instituto de Cultura Portuguesa, 1979.

CHEVREL, Yves - *La Littérature Comparée*, 2e éd., Paris, PUF, coll. “Que sais-je?”, 1991.

CHOLLET, Roland - *Balzac Journaliste. Le Tournant de 1830*, Paris, Klincksieck, 1983.

COELHO, Eduardo Prado - *A Mecânica dos Fluidos. Literatura, Cinema, Teoria*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, col. “Temas Portugueses”, 1984.

COELHO, Eduardo Prado - “Problemas e Caminhos da Estética da Recepção”, *Colóquio Letras*, nº 55, Maio, 1980, pp. 64-70.

COELHO, Jacinto do Prado - *Ao Contrário de Penélope*, Lisboa, Liv. Bertrand, col. “Tempo Aberto”, 1976.

COELHO, Jacinto do Prado – *Introdução ao estudo da Novela Camiliana*, 2ª ed., 2 vols., Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, col. “Temas Portugueses”, 1982.

COELHO, Jacinto do Prado - *A Letra e o Leitor*, Portugália Editora, col., “Problemas”, nº 27, 1969.

COELHO, Jacinto do Prado - “O Porto e a Prosa Portuguesa entre o romantismo e o realismo”, *Estrada Larga*. Antologia dos números especiais, relativos a um lustro, do supl. “Cultura e Arte” de *O Comércio do Porto*, vol. I, Porto, Porto Editora, 1958.

COELHO, Jacinto do Prado - *Presença da França nas Letras Portuguesas dos Séculos XVIII e XIX*, Sep. do *Boletim da Academia das Ciências de Lisboa*, Lisboa, 1962.

Colloque sur la Situation de la Littérature, du Livre et de l'Écrivain, Paris, Éditions Sociales, 1976.

Colóquio Camilo Castelo Branco. Jornalismo e Literatura no Século XIX, Vila Nova de Famalicão, Centro de Estudos Camilianos, 1993.

Colóquio Letras, nº 49, Maio, 1979.

Colóquio Educação e Sociedade, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, nº 2, Fev., 1993.

Communications, 8, 1966.

COMPAGNON, Antoine - *La Seconde Main ou le Travail de la Citation*, Paris, Éditions du Seuil, 1979.

Comparative Literature Now. Theories and Practice/ Littérature Comparée à l'heure actuelle. Théories et réalisations, Contributions choisies du Congrès de l'Association Internationale de Littérature Comparée, tenu à l'Université d'Alberta en 1994, org. Steven Tötösy de Zepetnek, V. Dimic, Irene Sywenky, Paris, Honoré Champion Éditeur, 1999.

Comparative Literature Worldwide: issues and methods / La Liittérature Comparée: questions et méthodes, ed. Tania Franco Carvalhal, Porto Alegre, L & P M Editores, 1997.

The Comparative Perspective on Literature. Approaches to Theory and Practice, ed. by Clayton Koelb and Susan Noakes, London, Cornell Univrsty Press, 1988.

Comprendre. Revue Annuelle de Philosophie et de Sciences Sociales (n° sur Les Identités Culturelles), n° 1, Paris. PUF, 2000.

CONCEIÇÃO, Alexandre da - *Notas. Ensaaios de Critica e de Litteratura*, Coimbra, Imprensa Academica, 1881.

Il Confronto Letterario. Quaderni del Dipartimento di Lingue e Letterature Straniere Moderne dell'Università di Pavia e del Dipartimento di Linguistica e Letterature Comparete dell'Università di Bergamo, supl al n° 24., Fasano, Schena Editore, 1996, (n° sobre "L'immagine dell'altro e l'identità nazionale: metodi di ricerca letteraria").

CORDEIRO, Luciano - *Estros e Palcos*, Lisboa, Typ. Universal de Thomaz Quirino Antunes, 1874.

CORDEIRO, Luciano - *Livro de Critica, Arte e Litteratura Portugueza d' Hoje. 1868-1869*, Porto, Typ. Lusitana-Editora, 1869.

CORDEIRO, Luciano - *Segundo Livro de Critica. Arte e Litteratura Portugueza d'Hoje*, Porto, Typ. Lusitana-Editora, 1871.

COSTA, D. Antonio da - *A Mulher em Portugal*, Lisboa, Typ. da Companhia Nacional, 1892.

COSTA, Emília de Sousa - *Maria Amalia Vaz de Carvalho. A mulher, a escritora*, Lisboa, Soc. Nacional de Tipografia, 1934.

COUÉGNAS, Daniel - *Introduction à la Paralittérature*, Paris, Seuil, coll. "Poétique", 1992.

COUTO-POTACHE, Dejanirah - “Les Origines du Féminisme au Portugal”, *Utopie et Socialisme au Portugal au XIXe Siècle. Actes du Colloque, Paris, 10-13 janvier 1979*, Paris, Fondation Calouste Gulbenkian. Centre Culturel Portugais, 1982.

CRATO, Nuno - *A Imprensa. Iniciação ao Jornalismo e à Comunicação Social I*, 2ª ed., Lisboa, Editorial Presença, 1982.

Cultura. Revista de História e Teoria das Ideias, vol. IX, 1997 (nº sobre “O Livro e a Leitura”).

CUNHA, Alfredo da - *La Presse Périodique en Portugal. Bref Mémoire présenté au Cinquième Congrès International de la Presse, à Lisbonne*, Lisbonne, Imprimerie Universelle, 1898.

D’AUREVILLY, Barbey - *Les Bas-bleus*, Paris, Palmé, 1878.

Dedalus. Revista Portuguesa de Literatura Comparada, Lisboa, APLC-Edições Cosmos, nº 6, 1996.

DELFAU, Gérard et Anne Roche - *Histoire/Littérature. Histoire et Interprétation du Fait Littéraire*, Paris, Éditions du Seuil, 1977.

DES GRANGES, CH.-M. - *Le Romantisme et la Critique. La Presse Littéraire sous la Restauration. 1815-1830*, Genève, Slaktine Reprints, 1973.

DIDIER, Béatrice - *L’Écriture-femme*, Paris, PUF, 1981.

DÍEZ BORQUE, José María - *Literatura y Cultura de Masas. Estudio de la Novela Subliteraria*, Castelló, Al-Borak, S. A. de Ediciones, 1972.

DOMINGOS, Manuela D. - *Estudos de Sociologia da Cultura. Livros e Leitores do Século XIX*, Lisboa, Instituto Português do Ensino à Distância, col. “Temas de Cultura Portuguesa”, nº10, 1985.

DUBY, Georges et Michelle Perrot - *Imagens da Mulher*, Edições Afrontamento, 1992.

DUBY, Georges et Michelle Perrot - *As Mulheres e a História*, trad. Miguel Serras Pereira, Lisboa, Publicações Dom Quixote, col. “Biblioteca de História”, 1995.

DUMAS, Alexandre – *Mes Mémoires*, Paris, Robert Laffont, 1989.

EAGLETON, Terry - “Fenomenologia, Hermenêutica, Teoria da Recepção”, *Teoria da Literatura: uma introdução*, S. Paulo, Liv. Martins Fontes Editora Lda, s.d., pp. 59-96.

Eça e Os Maias Cem anos Depois. Actas do 1º Encontro Internacional de Queirosianos. Porto, 22-25 Nov., 1988, Porto, Edições Asa, col. “Perspectivas Actuais”, 1990.

- ECO**, Umberto - *Apocalípticos e Integrados*, São Paulo, Editora Perspectiva, 1970.
- ECO**, Umberto - *Leitura do Texto Literário: lector in fabula. Cooperação interpretativa nos textos literários*, 2ª ed., Lisboa, Editorial Presença, 1993.
- ECO**, Umberto - *Obra Aberta*, trad. João Rodrigo Furtado, Lisboa, Difel, 1989. **ECO**, Umberto - *Notes sur la Sémiotique de la Réception*, Actes Sémiotiques-Documents, 81, 1987.
- ECO**, Umberto - *O Super-homem das Massas*, trad. Manuel Ferro, Lisboa, Difel, 1990.
- Écrire le Voyage*, org. György Tverdota, Paris, Presses de la Sorbonne Nouvelle, 1994.
- Emilia das Neves. Documentos para a sua Biographia por um dos seus admiradores*, compil. Luis da Camara Leme, Lisboa, Liv. Universal-Silva Junior, 1875.
- Entretiens sur la Paralittérature*, dir. Noël Arnaud, Francis Lacassin et Jean Tortel, Paris, Librairie Plon, 1970.
- [Entrevista a Paulo Mendes Campos], *O Estado de São Paulo*, 22 Set., 1985.
- ESCARPIT**, Robert - “Novation et Massification: un faux dilemme”, *Colloque sur la Situation de la Littérature, du Livre et de l'Écrivain*, Paris, Éditions Sociales, 1976, pp. 148-158.
- Estética de la Recepción*, org. José Antonio Mayoral, Madrid, Arco/Libros, S.A., 1987.
- ESTEVES**, João - “O movimento feminista em Portugal. A pesquisa em periódicos (1899-1928)”, *Faces de Eva. Estudos sobre a Mulher*, Lisboa, nºs 1-2, 2000, pp. 185-196.
- ESTEVES**, Rosa – “Gabinetes de Leitura em Portugal no Séc. XIX (1815-1853)”, *Revista da Universidade de Aveiro/Letras*, nº 1, 1984, pp. 213-235.
- Estudos de Tradução em Portugal. Novos Contributos para a História da Literatura Portuguesa. Colóquio realizado na Universidade Católica Portuguesa em 14 e 15 de Dezembro de 2000*, org. Teresa Seruya, Lisboa, Universidade Católica Editora, 2001.
- Os Estudos Literários (Entre) Ciência e Hermenêutica*, 2 vols., Lisboa, APLC, 1990.
- ÉTIEMBLE**, René - *Comparaison n'est pas raison*, Paris, Gallimard, 1963.
- Études de Réception. Actes du Xie Congrès de l'A.I.L.C.*, vol. VIII, Peter Lang, 1993.
- Études Françaises*, Montréal, 19/3, Les Presses de l'Université de Montréal, 1984 (sur “Sociologies de la Littérature”).
- EURICO**, Pedro - *Figuras do Passado*, Lisboa, Typ. Editora José Bastos, 1915.
- Europa Provincia Mundi. Essays in Comparative Literature and European Studies offered to Hugo Dyserinck on the Occasion of his Sixty-fifty Birthday*, ed. Joep Leerssen and Karl Ulrich Syndram, Amsterdam-Atlanta, GA, Rodopi, 1992.

Europe. Revue Mensuelle, Paris, 42e année, nov. - déc., Europe et les Éditeurs Français Réunis, 1964 (n° spécial sur La femme et la littérature).

Europe. Revue Mensuelle, Paris, 48e année, n° 490-491, fév.-mars, 1970 (n° spécial sur Alexandre Dumas).

Europe. Revue Littéraire Mensuelle, 52e année, n° 542, juin, 1974 (numéro spécial sur le roman-feuilleton).

Europe, n° 643-644, nov.-déc., 1982.

FAYOLLE, Roger - *La Critique*, Paris, Armand Colin, 1978.

La Femme au XIXe Siècle, textes réunis par Nicole Priollaud, Paris, Liana Lévi- Sylvie Messinger, coll. "Les Reporters de l'Histoire", 1983.

La Femme au XIXe Siècle. Littérature et Idéologie, Lyon, Presses Universitaires de Lyon, 1978.

FERNANDES, M^a de Lurdes Correia - *Espelhos, Cartas e Guias. Casamento e Espiritualidade na Península Ibérica. 1450-1700*, Porto, Instituto de Cultura Portuguesa, Fac de Letras da Universidade do Porto, 1995.

FERNANDES, M^a de Lurdes Correia - *Viúvas ideais, viúvas reais. Modelos comportamentais e solidão feminina (séculos XVI-XVII)*, sep. de *Faces de Eva. Estudos sobre a Mulher*, n°s 1-2, 1999.

FERREIRA, Alberto - *Antologia de Textos Pedagógicos do Século XIX Português*, 3 vols., Lisboa, Fund. Calouste Gulbenkian, 1975.

FERREIRA, Alberto - *Estudos de Cultura Portuguesa (século XIX)*, Lisboa, Moraes Editores, col. "Margens do Texto", 1980.

FERREIRA, Alberto - *Perspectiva do Romantismo Português*, 2^a ed., Lisboa, Moraes Editores, col. "Margens do Texto", 1979.

FERREIRA, Alberto e M^a José Marinho - *Bom Senso e Bom Gosto (A Questão Coimbrã)*, 4 vols., Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, col. "Temas Portugueses", 1985.

FERREIRA, António Mega - "Um dia por semana. O tema da crónica", *Público*, 26 Julho, 1999, p. 10.

FERREIRA, José Maria d'Andrade - *Litteratura, Musica e Bellas-Artes*, 2 vols., Editores-Rolland & Semiond, 1871-1872.

FERREIRA, Vergílio - "Sobre o 'pseudónimo' ", *Do Mundo Original*, 2^a ed., Lisboa, Liv. Bertrand, 1979, pp. 101-110.

FERRERAS, Juan Ignacio - *La Novela por Entregas. 1840-1900 (Concentración obrera y economía editorial)*, Madrid, Taurus, 1972.

FIGUEIREDO, Fidelino de - “Espanha en la moderna literatura portuguesa”, *Estudos de Literatura. Artigos Vários, 1ª série (1917)*, Lisboa, Liv. Clássica Editora de A. M. Teixeira, 1918, pp. 83-108.

FIGUEIREDO, Fidelino de - “Modernas relaciones literarias entre Portugal y España”, *Estudos de Literatura. Artigos Vários, 1ª série (1910-1916)*, Lisboa, Liv. Clássica Editora de A. M. Teixeira, 1917, pp. 85-111.

Fin d'un Millénaire. Rayonnement de la Littérature Comparée, textes réunis par Pascal Dethurens et Olivier-Henri Bonnerot, Strasbourg, Presses Universitaires de Strasbourg, 2000.

FLOR, João Almeida - “Byron em português: para o estudo histórico-cultural da tradução literária”, *Dedalus. Revista Portuguesa de Literatura Comparada*, Lisboa, APLC-Edições Cosmos, nº 5, 1995, pp. 175-184.

Floresta Encantada. Novos Caminhos da Literatura Comparada, org. Helena Buescu et alii, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 2001.

Fontes Portuguesas para a História das Mulheres, coord. Ivone Freitas Leal, Lisboa, Inst. da Biblioteca Nacional e do Livro, 1994.

FORMONT, Maxime - *Le Mouvement Poétique Contemporain en Portugal*, Lyon, Imp. de A. Storck, 1892.

FOUCAULT, Michel - *L'Archéologie du Savoir*, Paris, Gallimard, 1969.

FOUCAULT, Michel - *Les Mots et les Choses. Une Archéologie des Sciences Humaines*, Paris, Gallimard, 1966.

FRAISSE, Geneviève - *Les Femmes et leur Histoire*, Paris, Gallimard, coll. “Histoire”, 1998.

FRANÇA, José-Augusto - *O Romantismo em Portugal. Estudo de Factos Socioculturais*, 2ª ed., Lisboa, Livros Horizonte, 1993.

FRANCISQUE-MICHEL, R. - *Le Portugal en France. La France en Portugal*, Paris, Guillard, Aillaud et Cie, éditeurs, 1882.

FRANCO, Graça - *A Censura à Imprensa (1820-1974)*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, col. “Symbolon”, 1993.

FRIAS, Sanches de - *A Mulher Sua Infância, Educação e Influência Social*, 2ª ed. melhorada, Lisboa, Livraria Central de Gomes de Carvalho, Editor, 1911.

- FRITZCHE**, Teresita Frugoni - *Un Folletinista Olvidado: Julio Llanos*, Buenos Aires, Universidad de Buenos Aires, Facultad de Filosofía y Letras. Instituto de la Literatura Argentina, 1972.
- FURMAN**, Nelly - *La Revue des Deux Mondes et le Romantisme (1831-1848)*, Genève, Librairie Droz, 1975.
- GARCÍA MERCADAL**, J. - *Viajes de Extranjeros por España y Portugal*, 6 vols., Salamanca, Junta de Castilla y León/Consejería de Educación y Cultura, 1999.
- GARRETT**, Almeida - *Da Educação. Cartas dirigidas a uma senhora illustre, encarregada da instituição de uma jovem princeza*, 3ª ed., Porto, Ernesto Chardron, Editor, 1883.
- GARRETT**, Almeida - *Portugal na balança da Europa. Do que tem sido e do que ora lhe convem ser na nova ordem de coisas do mundo civilizado*, Porto, Ernesto Chardron, 1884.
- GENETTE**, Gérard - *Fiction et Diction*, Paris, Seuil, coll. "Poétique", 1991.
- GENETTE**, Gérard - "Fiction ou diction", *Poétique*, Paris, Seuil, avril, 2003.
- GENETTE**, Gérard - *Figures II*, Paris, Éditions du Seuil, 1969.
- GENETTE**, Gérard - *Introduction à l'Architexte*, Paris, Seuil, 1979.
- GENETTE**, Gérard - *Palimpsestes. La littérature au second degré*, Paris, Éditions du Seuil, 1982.
- GENETTE**, Gérard - *Seuils*, Paris, Éditions du Seuil, 1987.
- GENTZLER**, Edwin - *Contemporary Translation Theories*, London and New York, Routledge, 1993.
- GEORLETTE**, R. - *Le Roman-feuilleton Français*, Bruxelles, 1955.
- GIRARDIN**, Émile de - *Carta a Dumas, filho sobre a Questão do Homem-mulher*, trad. S. A., Porto, Typ. de Freitas Fortuna, 1872.
- GONÇALVES**, Henriqueta Maria de Almeida - "A crónica e o romance pós 1888: interações", *150 Anos com Eça de Queirós. III Encontro Internacional de Queirosianos*, 1995, São Paulo, Centro de Estudos Portugueses, 1997, pp. 228-237.
- GRAMSCI**, Antonio - *Literatura y Vida Nacional*, t. III, Argentina, Editorial Lantaro, 1961.
- GUEDES**, Fernando - *O Livro e a Leitura em Portugal. Subsídios para a sua História. Séculos XVIII e XIX*, Lisboa, Editorial Verbo, 1987.
- GUERREIRO**, Fernando - "Literatura industrial um paradoxo romântico", *Vértice*, II série, Julho-Agosto, 1995, pp. 13-20.

GUILLÉN, Claudio - *Entre lo Uno y lo Diverso. Introducción a la literatura comparada*, Barcelona, Editorial Crítica, 1985.

GUILLÉN, Claudio - *Múltiples Moradas. Ensayo de Literatura Comparada*, Barcelona, Tusquets Editores, 1998.

GUISE, René - “Balzac et le roman-feuilleton”, *L’Année Balzacienne*, Paris, Éditions Garnier-Frères, 1964, pp. 283-338.

GUISE, René - *Le Roman-feuilleton (1830-1840). La Naissance d’un genre*, (thèse de doct. d’État présentée à la Faculté des Lettres de Nancy), 1975.

HABERMAS - *L’Espace Public. Archéologie de la publicité comme dimension constitutive de la société bourgeoise*, Paris, Payot, 1986.

Hacia una Literatura del Pueblo: del folletín a la novela, dir. Brigitte Magnien
Barcelona, Anthropos Editorial del Hombre, 1995.

HAMER, Mary - *Writing by Numbers. Trollope’s Serial Fiction*, Cambridge, Cambridge University Press, 1987.

HAMON, Philippe - “Texte Littéraire et Métalangage”, *Poétique*, n° 31, sept., 1977, pp. 261-284.

HATIN, Eugène - *Histoire Politique et Littéraire de la Presse en France*, VIII vols., Paris, Poulet-Malassis et De Broise, Libraires-Éditeurs, 1861.

HERCULANO, Alexandre - *Opúsculos*, t.V, Lisboa, Editorial Presença, 1986.

HERCULANO, Alexandre – *Opusculos*, 2° ed., t. VII, Lisboa, Antiga casa Bertrand-José Bastos & Cia-Livraria Editora, s.d.

HESSE, Hermann - *O Jogo das Contas de Vidro*, 3° ed., trad. de Carlos Leite, Lisboa Publicações Dom Quixote, 1999.

Histoire de la Lecture dans le Monde Occidental, dir. Guglielmo Cavallo et Roger Chartier, Paris, Seuil, 1997.

Histoire du Portugal. Histoire Européenne. Actes du Colloque (Paris, 22-23 mai, 1986), Paris, Fondation Calouste Gulbenkian, 1987.

L’Histoire Littéraire Aujourd’hui, dir. Henri Béhar et Roger Fayolle, Paris, Armand Colin, 1990.

Histoires de la Lecture. Un Bilan de Recherches. Actes du Colloque, dir. Roger Chartier, Paris, IMEC Éditions, 1995.

História, ano XVIII, n° 18, Março, 1996 (n° sobre “História no Feminino”).

História, ano XXI, n° 20, Dez., 1999.

Histórias Literárias Comparadas, coord. Teresa Seruya e Maria Lin Moniz, Lisboa, Edições Colibri/Centro de Literatura e Cultura Portuguesa e Brasileira da Universidade Católica Portuguesa.

O Homem Romântico, dir. François Furet, trad. Miguel Serras Pereira, Lisboa, Editorial Presença, 1999.

HOURCADE, Pierre - *Temas de Literatura Portuguesa*, Lisboa, Moraes Editores, 1978.

Introducción a la Literatura Comparada, org. Armando Gnisci, Barcelona, Editorial Critica, 2002.

ISER, Wolfgang - *L'Acte de Lecture. Théorie de l'Effet Esthétique*, Bruxelles, Pierre Mardaga Éditeur, coll. Philosophie et Langage, 1985.

JAECKEL, Mathias - “La Déconstruction du Roman-feuilleton chez Max Jacob et Lautréamont”, *Max Jacob Poète et Romancier. Actes du Colloque du CRPC (25-28 mai, 1994)*, Pau, PUP, 1995.

JAKOBY, Ruth - *Das Feuilleton des Journal des Débats von 1814 bis 1830*, Tübingen, Gunter Nau Verlag, 1988.

JAUSS, Hans Robert - *Pour une Esthétique de la Réception*, Paris, Gallimard, 1978.

JAUSS, Hans Robert - *Pour une Herméneutique Littéraire*, Paris, Gallimard, 1982.

JAUSS, Hans Robert - “Réception et Production: le mythe des frères ennemis”, *La Naissance du Texte*, publ. par Louis Hay, Paris, José Corti, 1989, pp. 163-173.

O Jornal do Christão Santificado pela Oração e Meditação, Lisboa, na Officina de Antonio Rodrigues Galhardo, 1819.

Jornalismo e Literatura. Actas do II Encontro Luso-Afro-Brasileiro, Lisboa, Vega, Col. Trimedia, s.d.

Julio Cesar Machado, a sua vida e a sua obra, dir. Albino Forjaz de Sampaio, Lisboa, Empreza do Diario de Noticias, 1926.

JURT, Joseph - *La Réception de la Littérature par la Critique Journalistique. Lectures de Bernanos 1926-1936*, Paris, Éditions Jean-Michel Place, 1980.

KAISER, Gerhard - *Introdução à Literatura Comparada*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1989.

KRISTEVA, Julia - *Étrangers à nous-mêmes*, Paris, Fayard, 1988.

LANFANT, Marie-Françoise - *Les Théories du Loisir. Sociologie du loisir et idéologies*, Paris, PUF, 1975.

LARNAC, Jean - *Histoire de la Littérature Féminine en France*, 2e éd., Paris, Ed. Kra, coll. “Les Documentaires”, 1929.

LEAL, Ivone - “*O Correio das Damas*, Jornal de Literatura e de Modas”, *Boletim da Comissão da Condição Feminina*, ano VII, nº1, Jan.- Março, 1981, pp. 35-41.

LEAL, Ivone - *Fontes Portuguesas para a História das Mulheres*, Lisboa, Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro, 1994.

LEAL, Ivone - “Um Século de Periódicos Femininos – inventário de periódicos publicados entre 1807 e 1926”, *Boletim da Comissão da Condição Feminina*, ano VIII, nº1, Jan.-Março, 1982, pp. 9-19.

LEAL, Ivone - *Um Século de Periódicos Femininos*, Lisboa, Comissão para a Igualdade e para os Direitos da Mulher, col. “Cadernos Condição Feminina”, nº 35, 1992.

La Lecture Littéraire. Actes du Colloque (Reims, 14-16 juin, 1984), dir. Michel Picard, Paris, Éditions Clancier-Guéraud, 1987.

LIMA, Alceu Amoroso Lima - *O Jornalismo como Gênero Literário*, São Paulo, EDUSP - Editora da Universidade de São Paulo, 1990.

LIMA, Isabel Pires de - “L’Imaginaire Oriental chez Flaubert et Eça de Queirós: - Le Voyage en Egypte”, *Intercâmbio*, Porto, nº 2, Núcleo de Estudos Franceses da Universidade do Porto, 1991, pp. 19-33.

LIMA, Isabel Pires de - “Júlio Dinis: o ‘romance rosa’ moderno”, *O Tripeiro*, Porto, nºs 11-12, Nov./Dez., 1989, pp. 322-329.

LIMA, Isabel Pires de – *As Máscaras do Desengano. Para uma abordagem sociológica de “Os Maias” de Eça de Queirós*, Lisboa, Editorial Caminho, 1987.

Limites. 3º Congresso Abralic, 2 vols., São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo, 1995.

Literatura Comparada: os novos paradigmas, org. Margarida Losa, Isménia de Sousa, Gonçalo Vilas-Boas, Porto, APLC, 1996.

Literatura de Viagem. Narrativa, história, mito, org. Ana Margarida Falcão, Maria Teresa Nascimento, Maria Luísa Leal, Lisboa, Edições Cosmos, 1997.

Literatura e Pluralidade Cultural. Actas do III Congresso da Associação Portuguesa de Literatura Comparada, 1998, cord. Isabel Allegro de Magalhães *et alii*, Lisboa, Edições Colibri, 2000.

Literature and Society. The Function of Literary Sociology in Comparative Literature, ed. by Bart Keunen & Bart Eeckhout, Brussels, P.I.E.-Peter Lang, 2001.

Le Littéraire et le Social. Éléments pour une Sociologie de la Littérature, dir. Robert Escarpit, Paris, Flammarion, 1970.

Littérature (Codes Littéraires et Codes Sociaux), Paris, Larousse, déc., 1973.

Liittérature (Métalangage(s)), Paris, n° 27 octobre, Larousse, 1977.

Littérature (Médiations du Social), Paris, Larousse, mai, 1988.

“Littérature et sous-littérature”, *Bulletin du Séminaire de Littérature Générale*, n° 10, Bordeaux, Institut de Littérature et de Techniques Artistiques de Masse, 1963.

Littératures Contemporaines, Paris, n° 6, Klincksieck, 1998.

Livre du Centenaire du Journal des Débats, Paris, 1889.

Livre et Lecture en Espagne et en France sous l’Ancien Régime. Colloque de la Casa de Velazquez, Paris, Éditions A. D. P. F., 1981.

LLORÉNS, Vicente - *El Romanticismo Español. Ideas Literarias. Literatura e Historia*, 2ª ed., Madrid, Editorial Castalia, 1989.

LOISNE, Ch. Menche de - *Influence de la Littérature Française de 1830 à 1850 sur l’esprit public et les mœurs*, Paris, Garnier Frères, Libraires-Éditeurs, 1952.

LOPES, Maria Antónia - *Mulheres, espaço e sociabilidade. A transformação dos papéis femininos à luz de fontes literárias (segunda metade do século XIX)*, Lisboa, Livros Horizonte, 1989.

LOPES, Óscar - *Álbum de Família. Ensaios sobre Autores Portugueses do Século XIX*, Lisboa, Editorial Caminho, Coleção Universitária, 1984.

LOPES, Óscar - *Ler e Depois. Crítica e Interpretação Literária*, Porto, Editorial Inova, 1969.

LOPES, Victor Silva - *Iniciação ao Jornalismo*, Lisboa, Quid Juris?, 1993.

LOPEZ-CORDON, M. Victoria - “La Literatura Religiosa y Moral como conformadora de la Mentalidade Femenina (1760-1860)”, *La Mujer en la Historia de España (siglos XVI-XX). Actas de las Segundas Jornadas de Investigación interdisciplinarias*, Madrid, Seminario de Estudios de la Mujer, Universidade Autónoma de Madrid, 1984, pp. 59-69.

LOURENÇO, Eduardo - *Nós e a Europa ou as duas razões*, 3ª ed., Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, col. “Temas Portugueses”, 1990.

LYONS, Martyn - *Le Triomphe du Livre. Une Histoire Sociologique de la Lecture dans la France du XIXe Siècle*, Promodis, 1987.

MACHADO, Álvaro Manuel - *Do Romantismo aos Romantismos em Portugal*, Lisboa, Editorial Presença, 1996.

- MACHADO**, Álvaro Manuel - *O “Francesismo” na Literatura Portuguesa*, Lisboa, Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1984.
- MACHADO**, Álvaro Manuel - *A Geração de 70 – uma revolução cultural*, Lisboa, Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1981.
- MACHADO**, Álvaro Manuel – *O Mito do Oriente na Literatura Portuguesa*, Lisboa, Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1983.
- MACHADO**, Álvaro Manuel - *As Origens do Romantismo em Portugal*, Lisboa, Instituto de Cultura Portuguesa, 1979.
- MACHADO**, Álvaro Manuel - *Les Romantismes au Portugal. Modèles étrangers et orientations nationales*, Paris, Fondation Calouste Gulbenkian, Centre Culturel Portugais, 1986.
- MACHADO**, Álvaro Manuel e Daniel-Henri Pageaux - *Da Literatura Comparada à Teoria da Literatura*, 2ª ed., Lisboa, Presença, 2001.
- MACHADO**, Julio Cesar - *Apontamentos de um Folhetinista*, Porto, Typ. da Companhia Litteraria-Editora, 1878.
- MACHADO**, Julio Cesar - *Lisboa de Hontem*, Lisboa, Officina Typographica de J. A. de Mattos, s.d.
- MACHADO**, Julio Cesar - *A Vida Alegre (Apontamentos de um folhetinista)*, Lisboa, Liv. Editora de Matos Moreira & Cia., 1880.
- MAGALHÃES**, Isabel Allegro de - *O Sexo dos Textos*, Lisboa, Editorial Caminho, col. “Estudos de Literatura Portuguesa”, 1995.
- MAISTRE**, Xavier - *Voyage autour de ma Chambre. Oeuvres Complètes*, Paris, Garnier Frères, 1870.
- MANGUEL**, Alberto - *Uma História da Leitura*, 2ª ed., trad. Ana Saldanha, Lisboa, Editorial Presença, 1999.
- MARINHO**, Maria de Fátima – *Camilo Castelo Branco e o fascínio do romance histórico*, sep. de *Vária Escrita*, Sintra, vol. 6, 1999.
- MARINHO**, Maria de Fátima - “Romance-folhetim ou o mito da identidade encoberta”, *Intercâmbio*, Porto, NEFUP, nº2, 1991, pp. 44-58.
- MARINHO**, Maria de Fátima - *O Romance Histórico em Portugal*, Porto, Campo das Letras, col. “Campo da Literatura/Ensaio”, 1999.
- MARINHO**, Maria de Fátima - “O romance histórico na primeira pessoa”, *Intercâmbio*, Fundação Eng. António de Almeida/Instituto de Estudos Franceses da Universidade do Porto, nº6, 1995, pp. 67-80.

- MARINO**, Adrian - *Comparatisme et Théorie de la Littérature*, Paris, PUF, coll. “Écriture”, 1988.
- MARINO**, Adrian - *La Critique des Idées Littéraires*, Bruxelles, Éditions Complexe, coll. “Creusets”, 1977.
- MARTIN**, L. Aimé - *Educação das Mães de Família ou a Civilização do Género Humano pelas Mulheres*, 2ª ed. revista e aumentada com novos capítulos trazidos da última edição de Paris, Porto em casa de F. Gomes da Fonseca-Editor, 1865.
- MARTINS**, Francisco - *Camilo quando jovem escritor*, Porto, Edições Afrontamento, 1990.
- MARTINS**, Luís Paulo - *As Praias Portuenses: génese, apogeu e declínio de um espaço de lazer*, sep. VI Colóquio Ibérico de Geografia, Porto, 14 a 17 de Set, 1992, Instituto de Geografia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1992.
- MARTINS**, Maria João - “Moda e beleza no Século XIX”, *História*, Lisboa, Projornal, ano XIV, nº 154, Julho, 1992, pp. 70-83.
- MARTINS**, Oliveira - *Dispersos*, 2 vols., Lisboa, Oficinas Gráficas da Biblioteca Nacional, 1923-1924.
- MARTINS**, Rocha - *Pequena História da Imprensa Portuguesa*, Lisboa, Editorial Inquérito, Lda, 1941.
- MARTY**, Robert - *Découvrir le Roman Populaire*, Paris, Ed. Seghers, coll. Anthologie-Jeunesse, 1976.
- MATOS**, Jacinta Maria - *Pelos Espaços da Pós-modernidade. A literatura de viagens inglesa da segunda grande guerra à década de noventa*, Porto, Edições Afrontamento, 1999.
- MEJÍA VALLEJO**, Mary Luz - *La Crítica Literaria como Género Periodístico*; Pamplona, Ediciones Universidad de Navarra, S. A., 1993.
- MELO**, D. Francisco Manuel de - *Carta de Guia de Casados*, Porto, Lello & Irmão-Editores, s.d.
- MELO**, José Marques de – “A crónica como género jornalístico - contrastes e confrontos”, *Jornal do Encontro. II Encontro Luso-afro-brasileiro de literatura e jornalismo*, 25-29 Junho de 1986, pp. 4, 5, 11.
- MENDES**, Ana Paula Coutinho - “Representação do outro e Identidade: um estudo de imagens na narrativa de viagem: Imagologia literária: contornos históricos e princípios metodológicos”, *Cadernos de Literatura Comparada*, Porto, Granito Editores e Livreros/Instituto de Literatura Comparada Margarida Losa, Dez., 2000, pp. 93-100.

- MENDONÇA**, A. P. Lopes de - *Ensaio de Critica e Litteratura*, Lisboa, Typ. da Revolução de Setembro, 1849.
- MENDONÇA**, A. P. Lopes de - *Memorias de Litteratura Contemporanea*, Lisboa, Typ. do Panorama, 1855.
- MERCIER**, Michel - *Le Roman Féminin*, Paris, PUF, 1976.
- MEREGALLI**, Franco - *La Literatura desde el punto de vista del Receptor*, Amsterdam, Atlanta, Ga, 1989.
- MEREGALLI**, Franco - “Sur la Réception Littéraire”, *Revue de Littérature Comparée*, Paris, n° 2, avril-juin, Didier, 1980, pp. 134-149.
- MESQUITA**, Alfredo - *Julio Cesar Machado. Retrato Litterario*, Lisboa, Livraria A. Ferin, 1890.
- MESSAC**, Régis - *Le ‘Detective Novel’ et l’Influence de la Pensée Scientifique*, Paris, Librairie Ancienne Honoré Champion, 1929.
- MEYER**, Marlyse - *Folhetim. Uma História*, São Paulo, Companhia das Letras, 1996.
- MICHELET**, Jules - *La Femme*, XVème éd., Paris, Calmann Lévy, Éditeur, 1885.
- MINÉ**, Elza - *Eça de Queirós Jornalista*, Lisboa, Livros Horizonte, 1986.
- MINÉ**, Elza – “Posições de leitura: textos de imprensa de Eça de Queirós para a *Gazeta de Notícias*”, *Queirosiana. Estudos sobre Eça de Queirós e a sua geração*, Baião, n° 5/6, Dez./Julho de 1993-1994, pp. 67-80.
- Le Miroir des femmes*, textes présentés par Arlette Farge, Paris, Éditions Montalba, 1982.
- Misérable et Glorieuse la Femme du XIXe Siècle*, présenté par Jean-Paul Aron, Bruxelles, Éditions Complexe, 1984.
- MOISÉS**, Massaud - *A Criação Literária*, 15ª ed., São Paulo, Editora Cultrix.
- MONTERO**, Rosa - *Histórias de Mulheres*, Porto, 4ª ed., trad. Cristina Rodriguez e Artur Guerra, Edições Asa, 2000.
- MORIENVAL**, Jean - *Les Créateurs de la Grande Presse en France. Émile de Girardin, H. de Villemessant, Moïse Millaud*, Paris, Éditions Spes, s. d.
- MOTA**, Arsénio - “Que valor literário têm os romances em folhetins?”, *Vértice*, n° 269, Fev., 1966, pp. 155-157.
- MOURA**, Jean-Marc - *L’Europe Littéraire et l’Ailleurs*, Paris, PUF, 1998.
- MOURA**, Jean-Marc - *L’Image du Tiers Monde dans le Roman Contemporain Français*, Paris, PUF, 1992.

MOURA, Jean-Marc - “L’imagologie littéraire: tendances actuelles”, *Perspectives Comparatistes*, Paris, Honoré Champion, 1999.

MOURA, Jean-Marc - *Lire l’Exotisme*, Paris, Dunod, 1992.

MOURALIS, Bernard - *Les Contre-littératures*, Paris, PUF, 1975.

Movimientos Literarios y Periodismo en España, editora M.^a del Pilar Palomo, Madrid, Editorial Síntesis, 1997.

MUCHEMBLED, Robert - *Culture Populaire et Culture des Élités dans la France Moderne. XV-XVIII*, Paris, Flammarion, 1978.

A Mulher na Sociedade Portuguesa. Visão Histórica e Perspectivas Actuais. Actas do Colóquio, Coimbra, 20-22 Março, 1985, Coimbra, Instituto de História Económica e Social, FLUC, 1986.

As Mulheres, a Identidade Cultural e a Defesa Nacional. Actas do Seminário (5-7 Abril, 1989), Lisboa, Cadernos da Condição Feminina, n° 29, Edição da Comissão da Condição Feminina, 1989.

Les Mystères du Rez de Chaussée. Le Journal du Feuilleton, publication à l’occasion de l’exposition “Le Feuilleton et les Mystères du Rez-de-chaussée, 5 juin-31 juillet, 1987, Bibliothèque Nationale de Paris.

NATHAN, Michel - *Splendeurs et Misères du Roman Populaire*, textes réunis et présentés par René-Pierre Colin, René Guise et Pierre Michel, Lyon, Presses Universitaires de Lyon, 1991.

NEMÉSIO, Vitorino - “O Folhetim”, *Diário Popular*, Lisboa, 23-3-50, p. 5.

NEMÉSIO, Vitorino - *Ondas Médias. Biografia e Literatura*, Lisboa, Livraria Bertrand, 1945.

NEMÉSIO, Vitorino - *Relações Francesas do Romantismo Português*, Coimbra, Coimbra-Editora, 1936.

NETTEMENT, Alfred - *Études Critiques sur le Feuilleton-roman*, 2 vols., Paris, Librairie de Perrodil, Éditeur, 1845-1846.

NEUSCHÄFER, Hans-Jörg *et alii* - *Der Französische Feuilletonroman. Die Entstehung der Serienliteratur im Medium der Tageszeitung*, Darmstadt, Wissenschaftliche Buchgesellschaft, 1986.

NEVES, João Alves das - *As Relações Literárias de Portugal com o Brasil*, Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1992.

NORIEY, Pierre - “Le Roman-feuilleton”, *Le Crapouillot*, Paris, mars-avril, Hotchkiss, 1934.

Oisiveté et Loisirs dans les Sociétés Occidentales au XIXe Siècle. Colloque Pluridisciplinaire, Amiens 19-20 nov., 1982, Abbeville, Centre de Recherche d'Histoire Sociale de l'Université de Picardie, 1983.

OLIVEIRA, Américo Lopes de - *Dicionário de Mulheres Célebres*, Porto, Lello & Irmão, 1981.

OLIVEIRA, Américo Lopes de - *Escritoras Brasileiras/ Galegas e Portuguesas*, Braga, Tip. Silva Pereira, s.d.

OLIVEIRA, Carlos de - *Uma Abelha na Chuva*, 26ª ed., Lisboa, Livraria Sá da Costa Editora, 2001.

OLIVEIRA, Maria João L. Ortigão de - *O Essencial sobre Ramalho Ortigão*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1989.

OLIVEIRA, M^a Teresa Vilela Martins de - *A Mulher e o Adultério nos Romances Effi Briest de Theodor Fontane e O Primo Bazílio de Eça de Queirós*, Porto, dissertação de doutoramento em Literatura Alemã, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1997.

OLIVIER-MARTIN, Yves - *Histoire du Roman Populaire en France de 1840 à 1980*, Paris, Albin Michel, 1980.

ORECCHIONI, Pierre - “Presse, livre et littérature au XIXe siècle”, *Revue Française d'Histoire du Livre*, t. IV, Bordeaux, n° 7, La Société des Bibliophiles de Guyenne, 1974, pp. 33-44.

ORTIGÃO, Ramalho - *Banhos de Caldas e Aguas Mineraes*, Porto, Liv. Universal Magalhães & Moniz-Editores, 1875.

ORTIGÃO, Ramalho - *Cartas a Emilia*, Lisboa, Lisóptima Edições-Biblioteca Nacional, 1993.

ORTIGÃO, Ramalho - *Figuras e Questões Literárias*, 2 vols., Lisboa, Livraria Clássica Editora, 1945.

ORTIGÃO, Ramalho - *As Praias de Portugal. Guia do Banhista e do Viajante*, Porto, Liv. Universal de Magalhães & Moniz-Editores, 1876.

OUTEIRINHO, Fátima - “Guiomar Torrezão ou memória de uma mulher de letras oitocentista”, *Intercâmbio*, Porto, Instituto de Estudos Franceses da Universidade do Porto, n° 9, 1998, pp. 163-176.

OUTEIRINHO, Fátima – “A imprensa periódica e o folhetim na vida do homem de letras oitocentista”, comunicação apresentada no encontro *Outras Faces de Eça de Queirós: um mês com Eça centenário*, FLUP, 2000 (no prelo).

OUTEIRINHO, Fátima - *Lamartine em Portugal. Alguns Aspectos da sua Recepção (1840-1890)*, Porto, Instituto de Estudos Franceses da Universidade do Porto, 1992.

OUTEIRINHO, Fátima - “A mulher: educação e leituras francesas na crónica de Ramalho Ortigão”, *Intercâmbio*, Porto, Instituto de Estudos Franceses da Universidade do Porto, nº 3, 1992, pp. 148-161.

OUTEIRINHO, Fátima - “Representação do Outro e Identidade: um estudo de imagens na narrativa de viagem. Um estudo de caso: a narrativa de viagem oitocentista”, *Cadernos de Literatura Comparada*, Porto, Granito Editores e Livreros/ Instituto de Literatura Comparada Margarida Losa, Dez., 2000, pp.101-118.

OUTEIRINHO, Fátima - *A Viagem a Espanha. Em torno de alguns relatos de viagem oitocentistas*, sep. *Revista da Faculdade de Letras. Línguas e Literaturas*, Porto, vol. XIX, 2002.

PADULA, Antonio - *I Nuovi Poeti Portoghesi*, Napoli, Stab. Tip. Pierro e Veraldi, 1896.

PAGEAUX, Daniel-Henri - *Le Bûcher d'Hercule. Histoire, critique et théorie littéraires*, Paris, Honoré Champion Éditeur, 1996.

PAGEAUX, Daniel-Henri - *Imagens de Portugal na Cultura Francesa*, Lisboa, Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1983.

PAGEAUX, Daniel-Henri - “L’imagerie culturelle: de la littérature comparée à l’anthropologie culturelle”, *Synthesis*, Bucarest, X, 1983, pp. 79-88.

PAGEAUX, Daniel-Henri - *La Littérature Générale et Comparée*, Paris, Armand Colin, 1994.

PAGEAUX, Daniel-Henri - “Une perspective d’études en littérature comparée: l’imagerie culturelle”, *Synthesis*, Bucarest, VIII, 1981, pp. 169-185.

PAGÈS, Alain - *La Bataille Littéraire. Essai sur la Réception du Naturalisme à l’Époque du Germinal*, Paris, Librairie Séguier, 1989.

PARENT-LARDEUR, Françoise - *Les Cabinets de Lecture; la lecture publique à Paris sous la Restauration*, Paris, Payot, 1982.

Parnaso Portuguez Moderno, org. Teophilo Braga, Lisboa, Francisco Arthur da Silva-Editor, 1877.

PATO, Bulhão - *Memórias. Scenas de Infancia e Homens de Lettras*, t. I, Lisboa, Typ. da Academia Real das Sciencias, 1894.

PATO, Bulhão - *Memorias. Homens Politicos*, t. II, Lisboa, Typ. da Academia Real das Sciencias, 1894.

PATO, Bulhão - *Memorias. Quadrinhos de outras epochas*, t. III, Lisboa, Typ. da Academia Real das Sciencias, 1907.

PATO, Bulhão - *Sob os Ciprestes. Vida Íntima de Homens Ilustres*, Lisboa, Perspectivas & Realidades, 1986.

PEIXOTO, Jorge - “Para a sociologia do fenómeno literário. Gabinetes de leitura em Portugal”, *O Comércio do Porto*, Supl. Cultura e Arte, 24 Out., 1967, p. 14.

PEREIRA, Augusto Xavier da Silva - *Os Jornais Portuguezes. Sua Filiação e Metamorphoses*, Lisboa, Imprensa de Libanio da Silva, 1897.

PEREIRA, Augusto Xavier da Silva - “Origem do jornalismo em Portugal”, *O Occidente*, nºs 296-302, nº 307-308, 1887, 10 Maio e 10 Out., 1898.

PEREIRA, M^a da Conceição Meireles - *A Questão Ibérica. Imprensa e Opinião (1850-1870)*, 2 vols., dissertação de doutoramento apresentada à Faculdade de Letras do Porto, 1995.

PEREIRA, M^a Eduarda Pais Vassalo - *A Constituição da ficcionalidade em Eça de Queirós*, Dissertação de doutoramento em Literatura Portuguesa apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 1996.

PEREIRE, Alfred - *Le Journal des Débats Politiques et Littéraires. 1814-1924*, Paris, Librairie de la Société de l’Histoire de France et de la Société des Anciens Textes Français, 1924.

PERKIN, Joan - *Women and Marriage in Nineteen-Century England*, London, Routledge, 1989.

PERROT, Michelle - “Fait divers et histoire au XIXe Siècle”, *Annales. Économies. Sociétés. Civilisations*, Paris, Armand Colin, juillet-août, 1983, pp. 911-918.

PERROT, Michelle - *Les Femmes ou les Silences de l’Histoire*, Paris, Flammarion, 1998.

PERROT, Michelle - *Mulheres Públicas*, São Paulo, Editora UNESP, 1998.

Perspectiva da Literatura Portuguesa do Século XIX, vol. I e II, dir. pref. e notas de João Gaspar Simões, Lisboa, Edições Ática, 1947.

Perspectives Comparatistes, org. Jean Bessière et Daniel-Henri Pageaux, Paris, Honoré Champion Éditeur, 1999.

PETIT, Jacques-Guy - *Ces Peines Obscures. La Prison Pénale en France (1780-1875)*, Paris, Fayard, 1990.

PIA, Pascal - *Romanciers, Poètes, Essayistes du XIXe Siècle*, Paris, Denoël, 1971.

PIMENTEL, Alberto - *Atravez do Passado*, Paris-Aillaud e Cia., 1888.

PIMENTEL, Alberto - *Luar de Saudade. Recordações de um velho escritor*, Lisboa, Liv. Editora Guimarães & C^a, 1924.

PIMENTEL, Alberto - *O Porto Ha Trinta Annos*, Porto, Livraria Universal de Magalhães & Moniz, Editores, 1893.

PIMENTEL, Alberto - *O Porto por fóra e por dentro*, Porto-Braga, Liv. Internacional de Ernesto e Eugenio Chardron, 1878.

PIMENTEL, Alberto - *Vinte Annos de Vida Litteraria*, Lisboa. Liv. de Antonio Maria Pereira, s.d.

PINTO, J. Borges - “A Arte Popular e a Arte Erudita (ou ‘superior’)”, *Vértice*, vol, XXXVIII, Coimbra, 1978, pp. 277-289.

PINTO, Silva - *Emilia das Neves e o Theatro Portuguez*, Porto, Imprensa Popular de Mattos Carvalho & Vieira, 1875.

PLANTÉ, Christine - *La Petite Soeur de Balzac. Essai sur la Femme Auteur*, Paris, Seuil, 1989.

Poétique, n^o 39, sept., 1979.

PONTES, Maria da Conceição Gomes Nogueira - *Vozes Suspensas, vidas adiadas: Bertha Mason, Lucy Audley, e a situação da mulher no século XIX*, Coimbra, tese de mestrado apresentada à Faculdade de Letras de Coimbra, 1990.

PONTMARTIN, Armand de - *Causeries du Samedi*, Paris, Michel Lévy Frères Libraires Éditeurs, 1859.

PONTMARTIN, Armand de - *Nouveaux Samedis*, Paris, Michel Lévy Frères Éditeurs, 1860.

PONTMARTIN, Armand de - *Souvenirs d'un Vieux Critique*, Paris, Calmann Lévy Éditeurs, 1881.

Portugal, Brésil, France. Histoire et Culture. Actes du Colloque (Paris, 25-27 mai, 1987), Paris, Fondation Calouste Gulbenkian, 1988.

Pour une Esthétique de la Littérature Mineure. Colloque “Littérature majeure, littérature mineure”, Strasbourg, 16-18 janvier, 1997, org. Luc Fraisse, Paris, Honoré Champion Éditeur, 2000.

PRAÇA, J. J. Lopes - *A Mulher e a Vida ou a Mulher Considerada debaixo dos seus Principais Aspétos (Instrução Secundaria)*, Coimbra, Liv. Portuguesa e Estrangeira do Editor Manuel de Almeida Cabral, 1872.

Précis de Littérature Comparée, dir. Pierre Brunel et Yves Chevrel, Paris, PUF, 1989.

O Primeiro de Janeiro. Cadernos do Centenário (1868-1968), Porto, 1968.

PRINCE, Gerald - “Introduction à l’étude du narrataire”, *Poétique*, Paris, Seuil, n° 14, 1973, pp. 178-196.

Proceedings of the Camilo Castelo Branco International Colloquium (University of California, Santa Barbara, April, 1991), ed. by João Camilo dos Santos, Santa Barbara, Center for Portuguese Studies University of California, 1995.

QUEFFÉLEC, Lise - *Le Roman-feuilleton français au XIXe Siècle*, PUF, coll. “Que sais-je?”, 1989.

QUEIRÓS, Eça de - *Correspondência*, 2 vols., org. Guilherme de Castilho, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, col. “Biblioteca de Autores Portugueses”, 1983.

QUEIRÓS, Eça de - *Notas Contemporâneas*, Lisboa, Edições Livros do Brasil, s.d.

QUEIROZ, Eça de - [Prefácio a *Azulejos*], in **ARNOSO**, Conde de - *Azulejos*, Lisboa, Portugal-Brasil Limitada Sociedade Editora, s. d.

QUENTAL, Antero - “Educação das Mulheres”, *As Prosas de Antero de Quental*, sel., pref. e notas de Victor de Sá, Braga, Edições Futuro, s.d.

QUENTAL, Antero - *Prosas*, vol. I, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1923.

La Querelle du Roman-feuilleton. Littérature, presse et politique, un débat précurseur (1836-1848), textes réunis et présentés par Lise Dumasy, Grenoble, ELLUG Université Stendhal, 1999.

RAABE, Juliette et Francis Lacassin - *La Bibliothèque Idéale des Littératures d’Évasion*, Paris, Éditions Universitaires, 1969.

RAIMOND, Michel - *Le Roman*, Paris, Armand Colin, 1989.

RAIMOND, Michel - *Le Roman depuis la Révolution*, Paris, Armand Colin, coll. U, 1981.

Les Rapports Culturels et Littéraires entre le Portugal et la France. Actes du Colloque (Paris, 11-16 oct., 1982), Paris, Fondation Calouste Gulbenkian, 1983.

REBELLO, Luiz Francisco - *O Teatro Naturalista e Neo-romântico (1870-1910)*, Instituto de Cultura Portuguesa, 1978.

REBELLO, Luiz Francisco - *O Teatro Romântico (1838-1869)*, Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1980.

REIS, A. Carmo - *A Imprensa Periódica do Porto na Primeira Metade do Século XIX. 1836-1850. Cartismo e Setembrismo*, 2 vols., tese de dout. dact., FLUP, 1993.

REIS, A. Carmo - *O Poder da Imprensa no Porto Romântico*, Porto, Sep. da *Revista de História. Centro de História da Universidade do Porto*, 1989.

- REIS**, Carlos - “Garrett e estética da viagem”, *Adágio. Revista do Centro Dramático de Évora*, Évora, Centro Dramático de Évora, nº25, Out.1999/ Jan. 2000, pp. 22-27.
Revue de Littérature Comparée, Paris, nº 2, avril-juin, 1989.
Revue des Sciences Humaines, Lille III, nº 177, 1980 (nº sur « L'effet de lecture »).
Richesses du Roman Populaire. Actes du Colloque International de Pont-à-Mousson. 10-15 Octobre 1983, éd. Par René Guise et Hans-Jorg Neuschäfer, Centre de Recherches sur le Roman Populaire de l’Université de Nancy II et du “Romanistisches Institut” de l’Université de Sarrebruck, Nancy, 1986.
Revista de História das Ideias, Coimbra, Instituto de História e Teoria das Ideias da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1999.
- RICCIARDI**, Giovanni - *Sociologia da Literatura*, Lisboa, Publicações Europa-América, col. “Saber”, 1971.
- RIPA**, Yannick - *Les Femmes Actrices de l’Histoire. France, 1789-1945*, Paris, SEDES, 1999.
- RITA**, Annabela - *Eça de Queirós Cronista: do Distrito de Évora (1867) às Farpas (1871-72)*, Lisboa, Edições Cosmos, 1998.
- ROCHA**, Andrée - *A Epistolografia em Portugal*, 2ª ed., Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1985.
- RODRIGUES**, Ernesto - *Cultura Literária Oitocentista*, Porto, Lello Editores, 1999.
- RODRIGUES**, Ernesto - “Folhetim”, *Biblos*, vol.II, 1997, pp. 639-644.
- RODRIGUES**, Ernesto - “Introdução ao ‘folhetim’ de Júlio César Machado n’A Revolução de Setembro”, *Sílex. Revista de Letras e Artes*, nº 2, Maio, 1980, pp. 35-36.
- RODRIGUES**, Ernesto - “Literatura & Jornalismo. Ligações Perigosas”, *Ler*, nº 39, 1997, pp. 40-47.
- RODRIGUES**, Ernesto - *Mágico Folhetim. Literatura e Jornalismo em Portugal*, Lisboa, Editorial Notícias, col. “Artes e Ideias”, 1998.
- RODRIGUES**, Graça Almeida - *Breve História da Censura Literária em Portugal*, Lisboa, Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1980.
Le Roman Populaire en Question(s). Actes du Colloque International de mai 1995 à Limoges, dir. Jacques Migozzi, Limoges, Presses Universitaires de Limoges, 1997.
Romantisme. Revue du XIXe Siècle, nº 53, 1986.
- ROSA**, Elzira Machado - *Bernardino Machado Alice Pestana e a educação da mulher nos fins do século XIX*, Lisboa, Cadernos Condição Feminina, nº 27, Edição da Comissão da Condição feminina, 1989.

O Rosto Feminino da Expansão Portuguesa. Congresso Internacional, 21-25 Nov., 1994. Actas II, Lisboa, Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres, 1995.

SÁ, M^a das Graças Moreira de - *Guilherme de Azevedo na Geração de 70*, Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1986.

SÁ, Victor de - *Perspectivas do Século XIX*, 2^a ed., Porto, Limiar, 1976.

SAINTE-BEUVE - “De la littérature industrielle”, *Revue des Deux Mondes*, t. XIX, 1er sept., 1839, pp. 675-691.

SAINTE-BEUVE - *Causeries du Lundi*, 16 vols., Paris, Garnier Frères, 1925.

SAINTE-BEUVE - *Nouveaux Lundis*, Paris, Calmann Lévy Éditeurs, 1892-1910.

SAINTE-BEUVE - *Portarits Contemporains*, 5 vols., Paris, Calmann Lévy Éditeurs, 1868.

SAINTE-BEUVE - *Premiers Lundis*, Paris, Calmann Lévy Éditeurs, 1891-1899.

SALOMON, Pierre - *Le Roman et la Nouvelle Romantiques*, Paris, Massou & Cie, 1970.

SALVADOR PLANS, Antonio - *Baroja y la Novela Folletín*, Cáceres, Universidad de Extremadura, 1983.

SAND, George - *Elle et Lui*, préf. de Henri Guillemin, Neuchâtel, Éditions Ides et Calendes, 1963.

SAND, George - *Questions d'Art et de Littérature*. Texte Intégral. Prés. et notes de D. J. Colwell, Runnymede Books, 1992.

SANTOS, M^a José Moutinho - *O Folheto de Cordel: mulher, família e sociedade no Portugal do séc. XVIII (1750-1800)*, Porto, dissertação de mestrado em História Moderna apresentada à Fac. de Letras do Porto, 1987.

SANTOS, M^a José Moutinho - *A Sombra e a Luz. As Prisões do Liberalismo*, Porto, Edições Afrontamento, 1999.

SANTOS, M^a de Lourdes Lima dos Santos - *Intelectuais Portugueses na Primeira Metade de Oitocentos*, Lisboa, Editorial Presença, 1988.

SANTOS, M^a de Lourdes Lima dos Santos - *Para uma Sociologia da Cultura Burguesa em Portugal no Século XIX*, Lisboa, Editorial Presença/Instituto de Ciências Sociais, 1983.

SANTOS, M^a de Lourdes Lima dos Santos - “As penas de viver da pena (aspectos do mercado nacional do livro no século XIX),” *Análise Social. Revista do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa*, vol. XXI, n^o 86, 1985, pp. 187-227.

- SARAIVA**, Arnaldo - *Literatura Marginalizada*, Porto, 1975.
- SARAIVA**, Arnaldo - *Literatura Marginalizada. Novos Ensaios*, Porto, Edições Árvore, 1980.
- SARTRE**, Jean-Paul - *Qu'est-ce que la Littérature?*, Paris, Gallimard, 1985.
- SCHENDA**, Rudolf - "Matérias de Literatura Trivial", *Panorama da Literatura Universal*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1991.
- SCHOLES**, Robert - *Protocolos de Leitura*, Lisboa, Edições 70, col. "Signos", 1991.
- Século (O) XIX em Portugal. Comunicações ao Colóquio organizado pelo Gabinete de Investigações Sociais (Novembro de 1979)*, coord. Jaime Reis, Maria Filomena Mónica e Maria de Lourdes Lima dos Santos, Lisboa, Editorial Presença/Gabinete de Investigações Sociais, 1980.
- Un Secolo di Eça. Atti del Convegno sul Centenario queirosiano (Roma 1-2-3 febbraio 2001)* a cura di Giulia Lanciani, Roma, La Nuova Frontiera, 2002.
- SEGALEN**, Victor - *Essai sur l'Exotisme. Une Esthétique du Divers*, Montpellier, Éditions Fata Morgana, 1978.
- SEIXO**, M^a Alzira - *A Palavra do Romance. Ensaios de Genologia e Análise*, Lisboa, Livros Horizonte, col. Horizonte Universitário, 1986.
- SEIXO**, M^a Alzira - *Poéticas da Viagem na Literatura*, Lisboa, Edições Cosmos, 1998.
- SEQUEIRA**, M^a do Carmo Castelo Branco Vilaça de - *Prosas Bárbaras - a germinação da escrita queirosiana*, tese de mest. dact., FLUP, 1985.
- SERRÃO**, Joel - *Notas sobre a Situação da Mulher Portuguesa Oitocentista*, Sep. de *A Mulher na Sociedade Portuguesa. Actas do Colóquio (Coimbra, 20-22 Março, 1985)*, Coimbra, Instituto de História Económica e Social, Fac. de Letras da Universidade de Coimbra, 1986.
- SERRÃO**, Joel - *Temas de Cultura Portuguesa II*, Lisboa, Portugália Editora, 1965.
- SILBERT**, Albert - *Portugal na Europa Oitocentista*, trad. Maria João Vaz, Lisboa, Edições Salamandra, 1998.
- SILVA**, Augusto Santos - *Palavras para um País. Estudos Incompletos sobre o Século XIX Português*, Oeiras, Celta Editora, 1997.
- SILVA**, Luis Augusto Rebello da - *Apreciações Literárias. Obras Completas*, 3 vols., Lisboa, Empresa da Historia de Portugal, Sociedade Editora, Liv. Moderna, 1909-1910.
- SILVA**, Luis Augusto Rebello da - *Bosquejos Literários, Obras Completas*, IV vols., Lisboa, Empresa da Historia de Portugal, Liv. Moderna, 1908-1909.

- SILVA**, Luísa Ferreira da - *Entre Marido e Mulher Alguém Meta a Colher*, Celorico de Bastos, À Bolina, “Col. das Mulheres e dos Homens”, 1995.
- SILVA**, Maria Regina Tavares da - *A Mulher. Bibliografia Portuguesa Anotada (1518-1998)*, Lisboa, Edições Cosmos, 1999.
- SILVA**, Maria Regina Tavares da e Ana Vicente– *Mulheres Portuguesa, Vidas e Obras celebradas – Vidas e Obras ignoradas*, Lisboa, Comissão para a Igualdade e Direitos das Mulheres, s. d.
- SILVA**, Tomaz Tadeu da *et alii* - *Identidade e Diferença. A Perspectiva dos Estudos Culturais*, Petrópolis, Editora Vozes, 2000.
- SILVA**, Vítor Manuel de Aguiar e - *Teoria da Literatura*, 8ª ed., Coimbra, Livraria Almedina, 1988.
- SIMÕES**, João Gaspar – “Camilo entre o Folhetim e o Romance”, *O Primeiro de Janeiro*, 3-8-66.
- SIMÕES**, João Gaspar - “Elogio do Folhetim Oitocentista”, *O Primeiro de Janeiro*, 27- 4-66.
- SIMÕES**, João Gaspar - *Vida e Obra de Eça de Queirós*, Lisboa, Livraria Bertrand, 1973.
- SMITH**, Anthony D. - *National identity*, London, Penguin Books, 1991.
- SNAPE**, Robert - *Leisure and the Rise of the Public Library*, London, Library Association Publishing, 1995.
- SODRÉ**, Muniz - *Teoria da Literatura de Massa*, Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, col. “Biblioteca Tempo Universitário”, nº 49, 1978.
- SOMBRIO**, Carlos - *Beldemónio. Ensaio Literário e Biográfico*, Figueira da Foz, Livraria Moderna, 1942.
- STEINER**, George - *Après Babel. Une Poétique du Dire et de la Traduction*, Paris, Albin Michel, 1978.
- STEINER**, George - *What is Comparative Literature? An Inaugural Lecture delivered before the University of Oxford on 11 October 1994*, Oxford, Clarendon Press, 1995.
- STERNE** – *A Sentimental Journey through France and Italy*, London, Oxford University Press, 1967.
- TELLES**, João José de Sousa - *Anuario Portuguez, Científico, Litterario e Artistico*, 1º ano, 1863, Lisboa, Typographia Universal, 1864.
- TENGARRINHA**, José - *História da Imprensa Periódica Portuguesa*, 2ª ed., Lisboa, Editorial Caminho, “Col. Universitária”, 1989.

TENGARRINHA, José - *A Novela e o Leitor Português. Estudo de Sociologia da Leitura*, Lisboa, Prelo, col. “Literatura e Sociedade”, 1, 1973.

TENGARRINHA, José – “A Oratória e o Jornalismo no Romantismo”, *Estética do Romantismo em Portugal. Primeiro Colóquio, 1970*, Lisboa, Grémio Literário, 1974, pp. 185-190.

Teoría de los Polisistemas, dir. Montserrat Iglesias Santos, Madrid, Arco/Libros S. L., 1999.

Teoría y Praxis de la Literatura Comparada, dir. Manfred Schmeling, Barcelona/Caracas, Editorial Alfa, 1984.

THIESSE, Anne-Marie - *Le Roman du Quotidien. Lecteurs et Lectures Populaires à la Belle Époque*, Paris, Le Chemin Vert, 1984.

THOVERON, Gabriel - *Deux Siècles de Paralittérature – Lecture, Sociologie, Histoire*, Liège, Éd. Du Céfal, 1996.

TORTOSA, F. García *et alii* - *Literatura Popular y Proletaria*, Sevilla, Publicaciones de la Universidad de Sevilla, “Col. de Bolsillo”, nº 95, 1986.

La Traduction dans le Développement des Littératures, dir. José Lambert et André Lefevère, Leuven, Peter Lang, 1993.

Trechos Litterarios de Alexandre Herculano e Cartas do Mesmo Auctor e de Outros Escriptoires Illustres a Guiomar Torrezão, org. Felismina Torrezão, Lisboa, Typographia Leiria, 1910.

TRINIDAD FERNÁNDEZ, Pedro - *La Defensa de la Sociedad. Cárcel y Delincuencia en España (siglos XVIII-XX)*, Madrid, Alianza Editorial, 1991.

TULIO, Silva - “Introdução Bibliologica”, *Brinde aos Senhores Assignantes do Diario de Noticias*, Lisboa, Typ. Universal, 1866, pp. I-XXII.

VALENTE, Vasco Pulido - *Uma Educação Burguesa. Notas sobre a ideologia do ensino no século XIX*, Lisboa, Livros Horizonte, 1974.

VAQUINHAS, Irene - “*Senhoras e Mulheres*” na Sociedade Portuguesa do Século XIX, Lisboa, Edições Colibri, 2000.

VAREILLE, Jean-Claude - *Le Roman Populaire Français (1789-1914) Idéologies et Pratiques. Le Triomphe de la Bérésina*, Pulim/ Nuit Blanche, 1994.

VÁSQUEZ RIAL, Horacio - “La novela popular. Una fábrica de folletines, aventuras y misterios”, *Babelia*, 25 Septiembre, 1993, pp. 14-15.

VEGA, María José y Neus Carbonell - *La Literatura Comparada, Madrid. Principios y métodos*, Madrid, Gredos, 1998.

A Viagem 'entre o real e o imaginário', org. Stephen Reckert e Y. K. Centeno, Lisboa, Arcádia, 1983.

A Viagem na Literatura, coord. M^a Alzira Seixo, Mem Martins, Publicações Europa-América, 1997.

Viajes por España, selección de José García Mercadal, Madrid, Alianza Editorial, col. "Libro de Bolsillo", 1972.

VICENTE, Ana - *Os Poderes das Mulheres, os Poderes dos Homens*, Lisboa, Gótica, 2002.

VILHENA, Maria da Conceição - *Alice Moderno. A Mulher e a Obra*, Angra do Heroísmo, Direcção Regional dos Assuntos Culturais. Secretaria Regional de Educação e Cultura, col. "Gaivota", 1987.

Le XIXe Siècle au Portugal. Histoire, Société, Culture-Art. Actes du Colloque (Paris, 6-8 nov., 1987), Paris, Fondation Calouste Gulbenkian, 1988.

Le Voyage en Espagne. Anthologie des Voyageurs Français et Francophones du XVIe XIXe Siècle, dir. Bartolomé et Lucile Bennassar, Paris, Robert Laffont, 1998.

Le Voyage en France. Anthologie des Voyageurs Européens en France, du Moyen Âge à la Fin de l'Empire, dir. Jean M. Goulemot et alii, Paris, Robert Laffont, 1995.

Le Voyage en Orient. Anthologie des Voyageurs Français dans le Levant au XIXe Siècle, dir. Jean-Claude Berchet, Paris, Robert Laffont, 1985.

Le Voyage en Suisse. Anthologie des Voyageurs Français et Européens de la Renaissance au XXe siècle, dir. Claude Reichler et Roland Ruffieux, Paris, Robert Laffont, 1998.

WATT, Ian - *The Rise of the Novel. Studies in Defoe, Richardson and Fielding*, London, Chatto & Windus, 1967.

WEILL, Georges - *Le Journal. Origines, Évolution et Rôle de la Presse Périodique*, Paris, La Renaissance du Livre, 1934.

WELLECK, René et alii - *Theory of Literature*, New York, Harcourt, Brace and Company, 1956.

WITKOWSKI, Claude - *Autour des Feuilletons*, Saint-Cloud, coll. Monographies des Éditions Populaires, 1990.

WITKOWSKI, Claude - *Les Journaux-romans du Second Empire*, Saint-Cloud, coll. Monographies des Éditions Populaires, 1985.

WOOLF, Virginia - *A Room of One's Own*, London, The Hogarth Press, 1974.

WOOLF, Virginia - *Three Guineas*, London, The Hogarth Press, 1977.

YNDURÁIN, Francisco - “Sociología y Literatura”, *Colóquio Letras*, nº 10, Nov., 1972, pp. 5-15.

ZAVALA, Iris M. - *História y Crítica de la Literatura Española. Romanticismo y Realismo*, t. V, Barcelona, Editorial Crítica, 1982.

4. Dicionários e obras de carácter geral

ANDRADE, Adriano da Guerra - *Dicionário de Pseudónimos e Iniciais de Escritores Portugueses*, 1ª ed., Biblioteca Nacional, 1999.

BEAUMARCHAIS, J. P. *et alii* - *Dictionnaire des Littératures de Langue Française*, Paris, Bordas, 1987.

Diccionario de Literatura Española e Hispanoamericana, dir. Ricardo Gallón, Madrid, Alianza Editorial, 1993.

Diccionario Popular, Historico, Geographico, Mythologico, Biographico, Artistico, Bibliographico e Litterario, 15 vols., org. Manuel Pinheiro Chagas, Lisboa, Typographia do Diario Illustrado, 1880.

Dicionário Camilo Castelo Branco, org. Alexandre Cabral, Lisboa, Editorial Caminho, 1988.

Dicionário de Literatura Portuguesa, dir. Álvaro Manuel Machado, Lisboa, Editorial Presença, 1996.

Dicionário de Literatura. Literatura Portuguesa, Literatura Brasileira. Literatura Galega. Estilística Literária, 3ª ed., dir. Jacinto do Prado Coelho, Porto, Figueirinhas Ed., 1987.

Dicionário de Pseudónimos de Albino Lapa compilado por Mª Teresa Vidigal, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1980.

Dicionário do Romantismo Literário Português, coord. Helena Carvalhão Buescu, Lisboa, Editorial Caminho, 1997.

Dicionário Eça de Queiroz, org. e coord. A. Campos Matos, Lisboa, Editorial Caminho, 1988.

Dictionnaire des Femmes Célèbres de Tous les Temps et de Tous les Pays, dir. Lucienne Mazenod et Ghislaine Schoeller, Paris, Éditions Robert Laffont, coll. “Bouquins”, 1992.

Histoire Culturelle de la France. Lumières et Liberté. Les Dix-huitième et Dix-neuvième siècles, t. III, dir. Jean-Pierre Rioux et Jean-François Sirinelli, Paris, Éditions du Seuil, 1998.

Histoire de l'Édition Française, 4 vols, dir. Henri-Jean Martin, Roger Chartier et Jean-Pierre Vivet, Paris, Promodis, 1982.

Histoire des Femmes en Occident. Le XIXe Siècle, t. IV, dir. Geneviève Fraisse et Michelle Perrot, Paris, Plon, 1991.

Histoire Générale de la Presse Française, V vols, dir. Claude Bellanger, Jacques Godechot, Pierre Guiral, Fernand Terrou, Paris, PUF, 1976.

Histoire Littéraire de la France, dir. Pierre Abraham et Roland Desné, vol. 1830-1848, Paris, Éditions Sociales, 1977.

História da Literatura Portuguesa Ilustrada dos Séculos XIX e XX, dir. Albino Forjaz de Sampaio, Porto, Liv. Fernando Machado, 1942.

História de Portugal, 8 vols., dir. José Mattoso, Lisboa, Círculo de Leitores, 1993.

História Ilustrada das Grandes Literaturas. Literatura Portuguesa, Lisboa, Editorial Estúdios Cor, 1966.

LAROUSSE, Pierre - *Grand Dictionnaire Universel du XIXe Siècle*, Genève-Paris, Slatkine Reprints, 1982 (obra inicialmente publicada em 1867).

LOPES, Óscar e Ant. José Saraiva - *História da Literatura Portuguesa* [documento electrónico], Porto, Porto Editora, 2002.

MACHADO, José Pedro - *Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa*, 3ª ed., vol. III, Lisboa, Livros Horizonte, 1977.

MARTÍNEZ SOUSA, José - *Diccionario de Información, Comunicación y Periodismo*, Madrid, Editorial Paraninfo SA, 1992.

Portugal Contemporâneo, vol. II, dir. António Reis, Lisboa, Publicações Alfa, 1989-90.

REIS, Carlos e Ana Cristina M. Lopes - *Dicionário de Narratologia*, 4ª ed., Coimbra, Livraria Almedina, 1994.

SILVA, António de Morais - *Grande Dicionário da Língua Portuguesa*, 10ª ed., vol. V, Lisboa, Editora Confluência, 1953.

SILVA, Inocêncio Francisco da (e continuadores) - *Diccionario Bibliographico Portuguez*, 22 vols., Lisboa, 1858-1923. Um volume de *Aditamentos* de M. da Fonseca, Lisboa, 1927 e um volume de *Índices* de E. Soares, Coimbra, 1958.

